

**Universidade de Évora – Escola de Ciências Sociais**

Mestrado em Ciências da Educação - Administração, Regulação e  
Políticas Educativas

Dissertação

**Olhares sobre a dinâmica educativa estabelecida entre o  
Agrupamento de Escolas de Montemor-o-Novo e o  
território em que se insere**

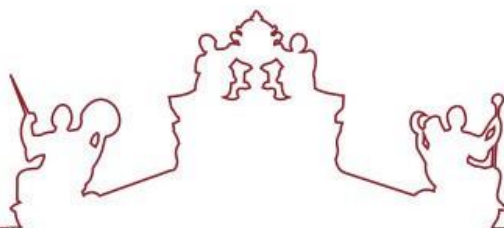
Susana Isabel Peixeiro Pereira

Orientador(es) / Bravo Nico

Évora 2019

Esta dissertação inclui as críticas e as sugestões feitas pelo júri.





**Universidade de Évora – Escola de Ciências Sociais**

Mestrado em Ciências da Educação - Administração, Regulação e  
Políticas Educativas

Dissertação

**Olhares sobre a dinâmica educativa estabelecida entre o  
Agrupamento de Escolas de Montemor-o-Novo e o  
território em que se insere**

Susana Isabel Peixeiro Pereira

Orientador(es) / Bravo Nico

Évora 2019

Esta dissertação inclui as críticas e as sugestões feitas pelo júri.



## **CONSTITUIÇÃO DO JÚRI**

### **Presidente do Júri**

Maria de Lurdes de Oliveira dos Reis Moreira

Departamento de Pedagogia e Educação

Universidade de Évora

### **Vogais**

#### **Arguente**

Marília Evangelina Sota Favinha

Departamento de Pedagogia e Educação

Universidade de Évora

#### **Orientador**

José Carlos Bravo Nico

Departamento de Pedagogia e Educação

Universidade de Évora

## **AGRADECIMENTOS**

Neste intenso, agradável e, por vezes, sinuoso processo, vários são os agradecimentos a fazer.

Quero manifestar a minha profunda gratidão ao meu Orientador, Professor Doutor José Carlos Bravo Nico, por todo o incansável trabalho de orientação, pela sua partilha de saber, pelos seus sábios conselhos e observações e, acima de tudo, por todo o incentivo e motivação transmitidos, que foram determinantes ao longo das várias etapas deste estudo.

Agradeço, também, aos professores que conheci ao longo do mestrado, pela sua dedicação e competência.

Agradeço, igualmente, às instituições envolvidas e seus representantes, que colaboraram gentilmente nesta investigação, através de entrevistas e de disponibilização de informação relevante para o estudo.

Por último, mas não menos importante, o meu muito obrigado à minha família, especialmente, ao meu marido, filho e pais, aos amigos e colegas, por todo o apoio, incentivo e ajuda em todos os momentos.

*A gratidão é o único tesouro dos humildes.*

William Shakespeare

## **RESUMO**

A presente dissertação teve, como questão de partida: Que dinâmica se estabelece entre o Agrupamento de Escolas de Montemor-o-Novo e o território em que se insere? A abordagem teórica consistiu numa revisão de literatura para dar resposta ao objetivo central de conhecer as dinâmicas educativas estabelecidas entre o Agrupamento de Escolas e as respetivas entidades parceiras, através de um estudo de caso. O esquema de estudo traçado, baseado numa abordagem qualitativa, centra-se na análise de documentos orientadores do Agrupamento e do Município de Montemor-o-Novo em termos de política educativa, e na análise de conteúdo das entrevistas semiestruturadas realizadas a representantes do Agrupamento de Escolas de Montemor-o-Novo e às entidades parceiras. Após a interpretação dos dados, concluímos que o Agrupamento de Escolas demonstra abertura para se articular com uma diversidade de instituições, que incluem a autarquia, serviços públicos, associações, cooperativas, empresas e fundações, o que contribui para uma dinâmica educativa muito enriquecedora. O estabelecimento de parcerias visa contribuir para a melhoria da qualidade de ensino, para a promoção de igualdade de oportunidades e para a inclusão social.

## **PALAVRAS-CHAVE**

Escola, Território, Parceria, Comunidade, Autonomia

## **ABSTRACT**

### **Looking at the educational dynamics established between Montemor-o-Novo School Cluster and the territory in which it is inserted**

The starting point of the present dissertation was: What dynamics is established between the Montemor-o-Novo School Cluster and the territory to which it belongs? The theoretical approach consisted of a literature review to address the central objective of knowing the educational dynamics established between the School Cluster and the partner entities, through a case study. The outlined study scheme, based on a qualitative approach, focuses on the analysis of the School Cluster guidance documents and the education policy documents of the Municipality of Montemor-o-Novo and the content analysis of semi-structured interviews with Montemor-o-Novo School Cluster representatives and partner organizations. After interpreting the data, we concluded that the School Cluster demonstrates openness to articulate with a variety of institutions, including the local authority, public services, associations, cooperatives, companies and foundations, which contributes to a very enriching educational dynamic. Partnerships aim to contribute to improving the quality of education, promoting equal opportunities and social inclusion.

## **KEY WORDS**

School, Territory, Partnership, Community, Autonomy

## ÍNDICE

ÍNDICE DE GRÁFICOS .....	10
ÍNDICE DE FIGURAS.....	11
ÍNDICE DE QUADROS .....	12
ÍNDICE DE APÊNDICES.....	14
LISTA DE ANEXOS.....	16
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....	17
INTRODUÇÃO .....	19
CAPÍTULO I. EVOLUÇÃO DAS POLÍTICAS EDUCATIVAS .....	22
1.1. Do Estado-Educador ao Estado Regulador .....	23
1.2. As Políticas Educativas Territorializadas .....	24
1.2.1. Panorama Internacional: Programas de Educação Compensatória .....	24
1.2.2. Panorama Nacional.....	26
1.3. Autonomia das escolas .....	27
CAPÍTULO II. PROJETOS EDUCATIVOS, TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO ....	32
2.1. O Projeto Educativo de Escola .....	33
2.2. Do Projeto Educativo de Escola ao Projeto Educativo Municipal .....	38
2.3. Projeto Educativo Municipal e Cidade Educadora.....	39
2.4. Um Projeto Educativo comum à escola e ao território.....	42
2.5. Projeto Educativo Local e Desenvolvimento Sustentável.....	43
CAPÍTULO III. AS RELAÇÕES ENTRE A ESCOLA E A COMUNIDADE .....	47
3.1. Uma escola para todos e para cada um .....	48
3.2. Uma escola construída por todos .....	49
3.3. A criação de parcerias.....	51
3.4. Parcerias e partenariado .....	53
3.5. O papel da autarquia: de contribuinte do Estado a parceiro educativo .....	56
3.6. A participação dos pais e famílias enquanto parceiros.....	63
3.7. A parceria entre a escola e as empresas.....	69
3.8. Parcerias com outras entidades.....	72
CAPÍTULO IV. PROBLEMÁTICA E METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO .....	74
4.1. Questão de partida .....	75
4.2. Objetivos do estudo .....	75
4.3. Interesse do estudo.....	76

4.4. O paradigma de metodologia de investigação .....	76
4.5. Plano de investigação.....	78
4.6. Técnicas e instrumentos de recolha de dados .....	79
4.7. Validação dos instrumentos de recolha de dados .....	82
4.8. Técnicas de tratamento e análise de dados .....	82
4.9. Campo de análise.....	84
<b>CAPÍTULO V. O CONTEXTO DO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE</b>	
<b>MONTEMOR-O-NOVO (AEMN).....</b>	<b>87</b>
5.1. Enquadramento territorial do concelho de Montemor-o-Novo .....	88
5.2. Rede viária e acessibilidade ao concelho de Montemor-o-Novo .....	90
5.3. Dinâmica socioeconómica do concelho de Montemor-o-Novo .....	92
5.4. Contexto Educacional.....	98
5.4.1. O Agrupamento de Escolas de Montemor-o-Novo .....	100
<b>CAPÍTULO VI. ANÁLISE DO CONTEÚDO DAS ENTREVISTAS.....</b>	
<b>6.1. Perfil dos entrevistados .....</b>	<b>114</b>
6.2.1. Abertura da comunidade para participar na “vida” do Agrupamento.....	118
6.2.2. Preocupação do Agrupamento no envolvimento dos parceiros .....	122
6.2.3. Ações levadas a cabo pelo Agrupamento para promover o envolvimento dos parceiros .....	123
6.2.4. Razões que determinam a participação da comunidade .....	126
6.2.5. Avaliação da participação da comunidade.....	128
6.3. Parcerias estabelecidas.....	132
6.3.1. Âmbito e áreas das parcerias.....	133
6.3.2. Objetivos das entidades em estabelecer parcerias com o Agrupamento.....	146
6.3.3. Objetivos do Agrupamento em estabelecer parcerias com as entidades.....	149
6.3.4. Iniciativa no estabelecimento das parcerias .....	154
6.3.5. Perceção dos impactos das parcerias .....	155
6.3.6. Importância das parcerias .....	160
6.3.7. Obstáculos que se colocam ao estabelecimento de parcerias .....	162
6.3.8. Aspetos a melhorar .....	164
<b>CONCLUSÕES .....</b>	<b>168</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>180</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>181</b>
<b>LEGISLAÇÃO REFERIDA.....</b>	<b>188</b>



APÊNDICES.....	192
ANEXOS .....	523

## ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Variação da população empregada por setor de atividade (2001 – 2011).....	96
Gráfico 2 – Evolução do número de alunos matriculados no 1.º Ciclo do Ensino Básico ....	102
Gráfico 3 – Taxa de retenção ou desistência dos alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico do AEMN e do País .....	103
Gráfico 4 – Percentagem de alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico do AEMN e do País .....	104
Gráfico 5 – Número de alunos matriculados no 2º Ciclo do Ensino Básico .....	104
Gráfico 6 –Taxa de retenção ou desistência dos alunos do 2º Ciclo do Ensino Básico do AEMN e do País .....	105
Gráfico 7 – Comparação da percentagem de alunos do AEMN que concluem o 2º Ciclo do Ensino Básico.....	105
Gráfico 8 – Número de alunos matriculados no 3º Ciclo no AEMN.....	106
Gráfico 9 – Taxa de retenção ou desistência dos alunos no 3º Ciclo no AEMN e no País ...	106
Gráfico 10 – Percentagem de alunos que obtêm positiva nas provas nacionais do 9º ano após um percurso sem retenções nos 7º e 8º anos no AEMN e no País .....	107
Gráfico 11 – Modalidades de ensino dos alunos do 3ºCiclo do Ensino Básico do AEMN (2016-2017).....	108
Gráfico 12 – Modalidades de ensino secundário disponíveis no AEMN (2016/2017) .....	108
Gráfico 13 – Número de alunos matriculados nos Cursos Científico-Humanísticos .....	109
Gráfico 14 – Cursos Científico-Humanísticos do AEMN (2016/2017) .....	109
Gráfico 15 – Taxa de retenção ou desistência dos Cursos Científico-Humanísticos no AEMN e no país.....	110
Gráfico 16 – Percentagem de alunos que obtêm positiva nos exames nacionais do 12º ano após um percurso sem retenções no 10º e 11º anos .....	110
Gráfico 17 – Número de alunos matriculados nos Cursos Profissionais no AEMN .....	111
Gráfico 18 – Percentagem de alunos da escola que concluem o ensino .....	112
Gráfico 19 – Áreas de formação inicial .....	115
Gráfico 20 – Formação contínua dos entrevistados .....	115
Gráfico 21 – Área de formação contínua .....	115

## INDICE DE FIGURAS

Figura 1 – O desenvolvimento sustentável e a sua possível relação com as políticas territoriais e educativas .....	45
Figura 2 – Localização do concelho de Montemor-o-Novo .....	89
Figura 3 – Freguesias que constituem o concelho de Montemor-o-Novo .....	90
Figura 4 – Rede viária e acessibilidade do concelho de Montemor-o-Novo .....	90
Figura 5 – Rede viária do concelho de Montemor-o-Novo .....	92
Figura 6 – Principais parceiros do Agrupamento de Escolas de Montemor-o-Novo .....	175
Figura 7 – Folheto de divulgação da exposição sobre o Projeto “À Descoberta da Lã” .....	486
Figura 8 – Folheto da divulgação da exposição sobre o Projeto “Viver o Montado” .....	488
Figura 9 – Folheto da divulgação da exposição sobre o Projeto “Os Solos do nosso Concelho” .....	490
Figura 10 – Folheto de divulgação da exposição “Montemor ao Pormenor – A Arte do Ferro” .....	492
Figura 11 – Cartaz de divulgação da atividade Semana da Água, inserida no Projeto “Água como te devo usar?” .....	494

## ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1- Evolução da regulação normativa relativa ao reconhecimento da importância dos municípios e da natureza dos poderes que lhe estão implícitos em matéria de educação .....	61
Quadro 2 – Sequência metodológica da investigação.....	79
Quadro 3 – Distância das sedes de freguesia à sede de concelho .....	89
Quadro 4 – Evolução da população residente no concelho de Montemor-o-Novo (2001 – 2011) .....	93
Quadro 5 – Variação da população, por grupos etários (2001 – 2011) no concelho de Montemor-o-Novo .....	94
Quadro 6 – Dinâmica populacional do concelho de Montemor-o-Novo (2017).....	95
Quadro 7 – População residente (n.º de habitantes), ativa, empregada e sem atividade .....	95
Quadro 8 – Variação da população sem atividade, por condição, do concelho de Montemor-o-Novo .....	96
Quadro 9 – Número de empresas existentes em Montemor-o-Novo, por setor de atividade económica .....	97
Quadro 10 - Volume de negócios por setor de atividade económica (milhares de euros) no concelho de Montemor-o-Novo.....	98
Quadro 11 – Variação da população residente com 15 e mais anos do concelho de Montemor-o-Novo, na região Alentejo e no país (2001 – 2011): total e por nível de escolaridade completo mais elevado.....	99
Quadro 12 – Taxa de analfabetismo em Montemor-o-Novo, na região Alentejo e no país (2001 – 2011).....	100
Quadro 13 – Cursos Profissionais do AEMN (2016/2017) .....	112
Quadro 14 – Faixa etária dos entrevistados .....	114
Quadro 15 – Formação inicial dos entrevistados .....	114
Quadro 16 – Tempo de serviço dos docentes inquiridos .....	116
Quadro 17 – Cargos/funções ocupados no momento da aplicação das entrevistas .....	116
Quadro 18 – Funções/cargos ocupados anteriormente .....	117
Quadro 19 – Percorso profissional e cívico .....	117
Quadro 20 – Abertura da comunidade para participar na “vida” do Agrupamento (categoria 2, subcategoria 1) .....	118
Quadro 21 – Preocupação do Agrupamento no envolvimento dos parceiros (categoria 2, subcategoria 2).....	122

Quadro 22 – Ações levadas a cabo pelo Agrupamento para promover o envolvimento dos parceiros (categoria 2, subcategoria 3).....	124
Quadro 23 – Razões que determinam a participação da comunidade (categoria 2, subcategoria 4).....	126
Quadro 24 – Avaliação da participação da comunidade (categoria 2, subcategoria 5) .....	128
Quadro 25 – Áreas das parcerias (categoria 3, subcategoria 1).....	134
Quadro 26 – Objetivos das entidades em estabelecer parcerias com o Agrupamento de Escolas (categoria 3, subcategoria 2).....	147
Quadro 27 – Objetivos do Agrupamento em estabelecer parcerias com as entidades (categoria 3, subcategoria 3).....	150
Quadro 28 – Iniciativa no estabelecimento das parcerias (categoria 3, subcategoria 4) .....	154
Quadro 29 – Perceção dos impactos das parcerias (categoria 3, subcategoria 5).....	155
Quadro 30 – Importância das parcerias (categoria 3, subcategoria 6).....	160
Quadro 31 – Obstáculos que se colocam ao estabelecimento de parcerias (categoria 3, subcategoria 7).....	162
Quadro 32 – Aspetos a melhorar (categoria 3, subcategoria 8).....	165

## INDÍCE DE APÊNDICES

Apêndice 1 – Matriz das entrevistas à Diretora, Presidente do Conselho Geral do Agrupamento de Escolas, Coordenadores de Estabelecimento/Assessora da Direção.....	193
Apêndice 2 - Matriz da entrevista ao Vereador da Educação .....	197
Apêndice 3 - Matriz da entrevista ao representante das Juntas de Freguesia .....	201
Apêndice 4 - Matriz da entrevista ao representante dos alunos.....	205
Apêndice 5 - Matriz da entrevista ao representante da Porta Mágica (Casa de Acolhimento Residencial Especializada).....	209
Apêndice 6 - Matriz da entrevista ao representante da Cercimor – Cooperativa de Educação e Reabilitação .....	213
Apêndice 7 - Matriz da entrevista ao representante do Centro de Saúde de Montemor-o-Novo .....	217
Apêndice 8 - Matriz da entrevista ao representante do <i>atelier</i> de Costura Chá de Agulhas..	221
Apêndice 9 - Matriz da entrevista ao representante da Associação Cultural Espaço do Tempo .....	225
Apêndice 10 - Matriz da entrevista ao representante da Associação de Pais e Encarregados de Educação “Escola em Movimento” .....	229
Apêndice 11 - Guião das entrevistas à Diretora, Presidente do Conselho Geral, Coordenadores de Estabelecimento e Assessora da Direção .....	233
Apêndice 12 – Guião da entrevista ao Vereador da Educação da Câmara Municipal de Montemor-o-Novo .....	236
Apêndice 13 – Guião da entrevista ao representante da Junta de Freguesia .....	239
Apêndice 14 – Guião da entrevista ao representante dos alunos .....	242
Apêndice 15 – Guião de entrevista ao representante da Porta Mágica (Casa de Acolhimento residencial especializado) .....	245
Apêndice 16 – Guião da entrevista à representante da Cercimor – Cooperativa de Educação e Reabilitação .....	248
Apêndice 17 – Guião de entrevista ao representante do Centro de Saúde.....	251
Apêndice 18 – Guião da entrevista ao representante do Atelier de Costura.....	254
Apêndice 19 – Guião da entrevista ao representante da Associação Cultural .....	257
Apêndice 20 – Guião de entrevista ao representante da Associação de Pais e Encarregados de Educação .....	260

Apêndice 21 – Consentimento informado livre e esclarecido e autorização para gravar a entrevista.....	263
Apêndice 22 – Autorização para identificar as instituições parceiras .....	266
Apêndice 23 – Transcrição das entrevistas.....	268
Apêndice 24 – Grelha de Categorização utilizada na análise de conteúdo.....	426
Apêndice 25 – Análise de conteúdo das entrevistas segundo as categorias e subcategorias definidas.....	432
Apêndice 26 – Parceiros do Agrupamento de Escolas de Montemor-o-Novo .....	450
Apêndice 27 – Projetos educativos resultantes das parcerias estabelecidas pelo Agrupamento de Escolas de Montemor-o-Novo com as entidades parceiras, entre 2013 e 2018.....	459
Apêndice 28 - Projeto 1. “À Descoberta das 4 Cidades”.....	461
Apêndice 29 - Projeto 2. “Universidade Júnior do Porto”.....	465
Apêndice 30 – Projeto 3. “Bolsas de Estudo para o Ensino Superior”.....	469
Apêndice 31 – Projeto 4. “Comunidade Empenhada na Promoção do Sucesso Escolar”.....	472
Apêndice 32 – Projeto 5. “Lembrar Abril” .....	479
Apêndice 33 – Projeto 6. “Projetos Educativos da Oficina da Criança” .....	482
Apêndice 34 – Projeto 7. “Festa Mundial da Animação” .....	495
Apêndice 35 – Projeto 8. “Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental (CAFAP)” .....	498
Apêndice 36 – Projeto 9. “Os Artistas vão ler à Escola”.....	501
Apêndice 37 – Projeto 10. “Os Cientistas vão à Escola”.....	503
Apêndice 38 – Projeto 11. “Semana da Leitura” .....	505
Apêndice 39 – Projeto 12. “A Escola é no Convento” .....	507
Apêndice 40 – Projeto 13. “Colaboração com as Turmas de Artes Visuais” .....	509
Apêndice 41 – Projeto 14. “Acolhimento Residencial Especializado para jovens em risco”.....	511
Apêndice 42 – Projeto 15. “Programa de Educação para a Saúde” .....	514
Apêndice 43 – Projeto 16. “Parceria com a Associação de Pais e Encarregados de Educação Escola em Movimento” .....	517
Apêndice 44 – Projeto 17. “Parceria com o <i>atelier</i> de costura Chá de Agulhas” .....	520

## **LISTA DE ANEXOS**

Anexo I – Bolsas de Estudo para o Ensino Superior atribuídas pela Câmara Municipal de Montemor-o-Novo .....	524
---	-----



## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

**AEC** – Atividades Extracurriculares

**AEMN** – Agrupamento de Escolas de Montemor-o-Novo

**ANMP** – Associação Nacional de Municípios Portugueses

**APA** – Apoio Pedagógico Acrescido

**APEE** – Associação de Pais e Encarregados de Educação

**CAFAP** - Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental

**CAO** – Centro de Atividades Ocupacionais

**CARE** – Casa de Acolhimento Residencial Especializada

**CEF** – Cursos de Educação e Formação

**CIEP** – Centro Integrado de Educação Popular

**CIMAC** – Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central

**CMMN** – Câmara Municipal de Montemor-o-Novo

**CNE** – Conselho Nacional de Educação

**CPCJ** – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens

**EAZ** – *Education Action Zones*

**EBSJD** – Escola Básica São João de Deus

**EIC** - *Excellence in Cities*

**EN** – Estrada Nacional

**ENEC** – Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania

**FEF** – Fundo de Equilíbrio Financeiro

**FSM** – Fundo Social Municipal

**IC** – Itinerário Complementar

**ICE** – Instituto das Comunidades Educativas

**ICSP** – Instituto de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa

**IEP** – Instituto das Estradas de Portugal

**IP**- Itinerário Principal

**IP** – Intervenção Precoce

**LBSE** – Lei de Bases do Sistema Educativo

**ME** – Ministério da Educação

**NUT** - Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos

**ONU** – Organização das Nações Unidas

**PAE** – Programa Aproximar Educação

**PEL** – Projeto Educativo Local

**PEM** – Projeto Educativo Municipal

**PEPT** – Programa Educação para Todos

**PIEF** – Programa Integrado de Educação e Formação

**PIPSE** - Programa Interministerial de Promoção do Sucesso Educativo

**PIT** – Plano Individual de Transição

**TEIP** – Território Educativo de Intervenção Prioritária

**UNESCO** – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

**ZEP** – *Zone d'Education Prioritaire*

## INTRODUÇÃO

As principais linhas de orientação das políticas educativas em Portugal, desde o Estado Novo até à atualidade, têm mudado. Ferreira (2006, p.19) considera que a transferência de poderes do nível nacional-estatal para o nível local, através de processos de descentralização, participação e autonomia locais tem sido uma das ideias mais difundidas nos últimos anos: “este ideal de descentralização surgiu como resposta às críticas ao centralismo e à burocratização do Estado e a outras críticas que durante os anos de 1960-70 tiveram como alvo as instituições em geral e, em particular, a Escola.”

A Lei de Bases do Sistema Educativo (1986) veio impulsionar a autonomia das escolas, ao estabelecer que o sistema de ensino deve

(...) descentralizar, desconcentrar e diversificar as estruturas e ações educativas, de modo a proporcionar uma correta adaptação à realidade, um elevado sentido de participação das populações, uma adequada inserção do meio comunitário, contribuindo para a correção das assimetrias de desenvolvimento regional e local (Lei nº 46/86, de 14 de outubro, art. 3.º, alíneas g) e h)).

A territorialização das políticas educativas levou a uma maior abertura da escola ao meio, permitindo a participação de elementos exteriores, através do estabelecimento de parcerias. A escola não vive isolada, por isso, a partir dos anos 80, a relação escola-comunidade educativa emerge como uma dimensão relevante e o local e a escola ganham um maior protagonismo. As parcerias entre a escola e a comunidade local passam a constituir-se como uma prática corrente.

O estabelecimento de parcerias e o partenariado entre escola, comunidade, autarquias e empresas leva à “promoção dos recursos e das sinergias, com o objectivo de um desenvolvimento em rede, de uma cidadania europeia e para o intercâmbio de proximidade” (Martins, 2009, p. 63).

A criação de relações entre a escola e o meio exterior exige uma liderança capaz de as transformar numa mais-valia, de modo a que tanto a escola como a comunidade sejam enriquecidos. A definição de uma identidade própria leva a escola a procurar conhecer-se e organizar-se de forma a conseguir resolver os seus problemas e delinear novas metas. Os serviços prestados pela escola e a qualidade de ensino podem sair valorizados quando se procura um entendimento e se estabelecem pontes com vista à parceria. Surge a necessidade de construção de um Projeto Educativo construído pelos diferentes atores educativos que, de uma forma organizada, defina a visão estratégica da escola e a forma como esta se relaciona com os membros da comunidade educativa.

A união de esforços dos vários setores da sociedade deve contribuir para formar cidadãos aptos e capazes. A qualidade da educação não depende apenas dos esforços a nível central, a escola necessita do envolvimento dos atores locais, da comunidade, para colmatar as necessidades reais.

Um estudo caracterizador da forma como a escola se relaciona com a comunidade, dos objetivos que estão na base dessa dinâmica e dos respetivos reflexos, poderá servir como ponto de partida para a melhoria da escola. O estudo das relações que a escola estabelece com o exterior é essencial para compreender os reflexos que isso tem na sua organização e na qualidade dos serviços prestados, bem como a forma como estas parcerias contribuem para o desenvolvimento local (Lima, 2006).

Neste contexto, surgiu a questão de investigação deste estudo: *Que dinâmica se estabelece entre o Agrupamento de Escolas de Montemor-o-Novo e o território em que se insere?* O interesse por esta linha de investigação, no âmbito da Educação e Território, nasceu da vontade de conhecer a forma como um Agrupamento de Escolas se relaciona e se articula com a comunidade, através da lógica das parcerias escola-comunidade. O facto de exercer atividade profissional numa escola privada, de pequena dimensão, fez despertar a curiosidade em compreender a dinâmica que um Agrupamento de Escolas estabelece com a comunidade e o território em que se localiza e de que forma essa dinâmica influencia a qualidade do ensino.

Assim, o presente estudo tem o seguinte objetivo principal:

1. Conhecer as dinâmicas educativas estabelecidas entre um agrupamento de escolas e o território em que está inserido, através de um estudo de caso.

A partir do objetivo central, foram definidos os seguintes objetivos específicos:

1.1. Caracterizar as parcerias existentes entre o agrupamento e as instituições localizadas no território em que se encontra inserido;

1.2. Analisar a dinâmica educacional decorrente das parcerias estabelecidas entre o agrupamento de escolas e o território da sua localização;

1.3. Descrever projetos educativos resultantes das parcerias atrás referidas;

1.4. Avaliar os impactos das parcerias anteriormente referidas na dinâmica educativa do agrupamento.

Relativamente à estrutura da nossa dissertação, esta foi organizada em seis capítulos. Assim, nos **Capítulos I, II e III** apresentamos uma reflexão sustentada por uma abordagem teórica e de revisão bibliográfica:

- O **Capítulo I** aborda a evolução das políticas educativas, desde o início do século XX até à atualidade, com ênfase nas tendências normativas de desconcentração e descentralização da administração do sistema educativo que têm marcado os últimos anos;

- O **Capítulo II** apresenta uma definição dos conceitos de Projeto Educativo, Território e Desenvolvimento e da forma como se interrelacionam no sentido da promoção do desenvolvimento integrado e sustentável de um Território.

- O **Capítulo III** aborda as relações entre a escola e a comunidade, na medida em que a educação é uma responsabilidade de todos e, através das parcerias, os diferentes atores são corresponsabilizados pelo processo educativo. São identificados os principais parceiros com que a Escola, habitualmente, se relaciona: autarquia, famílias, empresas e outras instituições locais.

No **Capítulo IV** é exposta e justificada a metodologia de investigação, com uma descrição da problemática de investigação e das opções metodológicas. Assim, é descrita a abordagem qualitativa a que recorreremos, bem como as técnicas de recolha de dados – consulta de documentos e realização de entrevistas semiestruturadas a representantes do Agrupamento de Escolas de Montemor-o-Novo e a entidades parceiras selecionadas. As técnicas de tratamento e análise de dados consistiram na análise documental e análise de conteúdo das entrevistas efetuadas.

Os **Capítulos V e VI** correspondem à análise e interpretação dos dados recolhidos, com uma caracterização do concelho em estudo:

- O **Capítulo V** inclui o enquadramento territorial, a dinâmica socioeconómica e o contexto educacional do concelho de Montemor-o-Novo;

- O **Capítulo VI** apresenta os resultados da análise do conteúdo das entrevistas realizadas aos representantes do Agrupamento e entidades parceiras.

Por fim, são apresentadas as principais conclusões, as limitações do estudo e deixadas algumas sugestões para investigação futura.

Os apêndices correspondem a documentos elaborados durante a investigação, que consideramos que são importantes, mas que pela sua extensão, não foram inseridos no corpo do texto: matrizes e guiões de entrevista, transcrições das entrevistas e respetivas grelhas de análise de conteúdo, tabelas com a categorização dos diversos parceiros e caracterização dos principais projetos educativos decorrentes das parcerias.

## **CAPÍTULO I. EVOLUÇÃO DAS POLÍTICAS EDUCATIVAS**

## 1.1. Do Estado-Educador ao Estado Regulador

Durante muito tempo, a Escola foi considerada uma comunidade restrita e fechada. O período correspondente ao Estado Novo foi marcado pela centralização e controlo social (Formosinho & Machado, 2013, p.27). O Estado-Educador era o responsável pela educação nacional e toda a organização pedagógica e administrativa estava a cargo da administração central, constituindo-se como um “todo coerente e fortemente articulado de modo a assegurar a confluência de todas as valências para uma *educação nacional*” (Formosinho & Machado, 2013, p.28).

A primeira metade do século XX correspondeu ao período da “escola das certezas”, que tinha, como referência, o Estado-Educador. Canário (2005, cit. por Ferreira & Teixeira 2010, p.333), refere que a escola era considerada uma “fábrica de produzir cidadãos” e funcionava segundo um modelo elitista. A escola assumia um papel harmonizador da sociedade, garantindo as condições necessárias para a prosperidade económica da burguesia e reservando as melhores instituições educativas e os cargos superiores para as elites. No entanto, “neste contexto social, o local é excluído do espaço educativo.”, como afirma Charlot (1994, cit. por Ferreira & Teixeira, 2010, p.333).

A partir do final dos anos 60, a “escola das certezas” deu lugar à “escola das promessas”, período marcado pelo crescimento da oferta educativa escolar, como refere Canário (2008, p.74): “O fenómeno da “explosão escolar” assinala um processo de democratização de acesso à escola que marca a passagem de uma escola elitista para uma escola de massas e a sua entrada num “tempo de promessas”. Enquadrada num cenário de euforia e otimismo, a escola passou a estar associada a três promessas: desenvolvimento, mobilidade social e igualdade (Canário, 2008a). Este período é representado pelo conceito de Estado Desenvolvimentista, associado às lógicas das sociedades industriais, em que o crescimento económico se relaciona com o desenvolvimento. O nível de qualificação passa a ser condição essencial para a inserção profissional e social.

Nesta lógica económica, as necessidades e os recursos locais passam a ser tidos em consideração nas questões da educação. Oliveira (2000, cit. por Ferreira & Teixeira, 2010) afirma que estas necessidades não eram do conhecimento das estruturas de decisão central, o que conduziu “à legitimação da diversidade e do local” (p.334).

A euforia deu lugar ao desencanto pelo facto de o investimento escolar não ter tido os resultados esperados relativamente ao sucesso escolar e à mobilidade social, e, a partir dos anos

80, “ao contrário do que acontecia no ‘tempo das certezas’ e na medida em que comparticipa na produção de desigualdades, a escola passa a ser percecionada como produtora de injustiça” (Canário, 2008, p.76). A escola deixou de garantir mobilidade social e ter habilitações académicas deixou de ser sinónimo de emprego.

Perante as questões do insucesso e da igualdade de oportunidades, o sistema educativo acaba por enfrentar uma crise e o Estado decide delegar parte dos seus poderes para o local. Este período caracterizou-se, assim, por movimentos de descentralização da educação e o Estado assumiu um papel de regulador, responsável pela definição dos objetivos nacionais e dos conteúdos programáticos, certificação dos estudos, planeamento e gestão de recursos, recrutamento, formação e gestão de pessoal.

## **1.2. As Políticas Educativas Territorializadas**

### **1.2.1. Panorama Internacional: Programas de Educação Compensatória**

As primeiras preocupações com a educação de crianças oriundas de contextos socioeconómicos menos favorecidos surgiram, nos Estados Unidos da América, nos anos 50.

Ferreira e Teixeira (2010, p.336) referem que nos anos 60, surgem algumas investigações cujo objeto de estudo eram as condições de igualdade de oportunidades na educação. Os investigadores pretendiam compreender as relações entre as características das escolas e o desempenho dos diferentes grupos de alunos. Exemplo disso, foi o Relatório Coleman, realizado em 1966, nos Estados Unidos da América, e o Relatório Plowden, desenvolvido na Inglaterra, em 1967. Estes estudos mostraram que as diferenças no desempenho e no sucesso escolar dos alunos estavam relacionadas com a sua origem e condição socioeconómica. Para investigadores como Coleman e Plowden, o efeito que a escola tinha sobre as aprendizagens era limitado. Por outro lado, consideravam que os fatores hereditários eram decisivos para o desempenho dos alunos.

No final da década de 60, são implementados, nos Estados Unidos da América, os primeiros Programas de Educação Compensatória, em que, através de medidas educativas, se tentava combater o insucesso escolar, seguindo o princípio da “discriminação positiva”, que fundamentou programas como o *Head Start*. Este programa iniciou-se em 1965, desenvolvendo-se em centros educativos ou no domicílio das crianças com idades compreendidas entre os zero e os cinco anos. São garantidos cuidados de saúde e alimentação



para as crianças e procura-se envolver os pais nos processos educativos, de forma a potenciar o desenvolvimento físico e emocional, a linguagem, a literacia e a cognição. Pretende-se que as crianças adquiram competências que lhes permitam corresponder às exigências escolares. (Ferraz, Neves & Nata, 2018).

Para Bernstein (1971, cit. por Ferreira & Teixeira, 2010, p. 335), na educação compensatória, “o foco de atenção não está na organização interna e no contexto educacional da escola, mas sim nas famílias e na criança.”. Desta forma, a desigualdade educativa assenta em carências a nível familiar ou social, pelo que a escola deve compensar os alunos que se encontram em situação de inferioridade relativamente aos restantes.

Inicialmente, os programas de Educação Compensatória visavam colmatar lacunas ao nível dos conhecimentos e capacidades dos alunos mais desfavorecidos na educação pré-escolar. Numa fase posterior, os programas passaram a ter em consideração a interação estabelecida entre os diferentes elementos da comunidade educativa. A escola tornou-se “um instrumento para promover a igualdade de oportunidades, de aprendizagem e de recursos e uma solução contra a exclusão social e escolar.” (Ferreira & Teixeira, 2010, p.336)

Estes programas surgiram, posteriormente, noutras países como o Reino Unido, Austrália, Israel, Nova Zelândia, Canadá e França.

Em França, foram criadas, a partir da *Circulaire n° 81-238 du 1er juillet 1981*, as *Zones d'Education Prioritaires (ZEP)*, em que se procurava combater a desigualdade através de um reforço da ação educativa nos locais onde a taxa de insucesso escolar era mais elevada. Esta política educativa, segundo Moisan e Simon (1998, cit. por Ferraz et al., 2018, p.1061), “assentava no pressuposto de que a concentração de grupos com défices económicos, sociais e culturais conduziria à acentuação dessa desigualdade, pelo que urgia garantir recursos materiais e humanos que a compensassem.” As ZEP foram uma forma de promover a descentralização, considerando que a intervenção a nível local seria eficaz no combate ao insucesso escolar.

No estado do Rio de Janeiro, no Brasil, desenvolveram-se, na década de 80, os Centros Integrados de Educação Popular (CIEP). Este programa delegava na escola a responsabilidade de estimular as crianças oriundas de meios desfavorecidos, valorizando a sua cultura e a sua origem, numa tentativa de contribuir para a melhoria das aprendizagens. Faziam parte dos CIEP animadores que estabeleciam a ligação entre a escola e as famílias e eram disponibilizados apoios a nível da saúde e da higiene (Lopes, 2011, p.54).

Em 1998, tem início o programa *Education Action Zones (EAZ)* no Reino Unido, que abrangia crianças desde a educação pré-escolar até ao ensino secundário. Este programa envolvia a família e a comunidade, através de novas abordagens pedagógicas entre ciclos, para

promover o desenvolvimento das crianças a nível físico, social e intelectual, em territórios em que se pretendia criar uma melhor relação entre o sucesso escolar e a empregabilidade (Ferraz et al., 2018). Em 1999, surgiu o programa *Excellence in Cities* (EIC), que, em 2001, acabou por integrar o programa EAZ. O foco de ação do programa EIC foi, inicialmente, nas escolas secundárias localizadas em áreas mais desfavorecidas, mas acabou por estender-se às escolas primárias também. As medidas previstas incluíam um acompanhamento individual e coletivo dos alunos em horário pós-escolar, em unidades de apoio à aprendizagem, feito por mentores de aprendizagem, com vista a superar as suas dificuldades. Fazia, de igual modo, parte deste programa o acompanhamento específico de crianças sobredotadas. O programa terminou em 2006 (Ferraz et al., 2018).

Currás Fernández (1995, cit. por Ferreira & Teixeira, 2010, p. 338) refere que os objetivos oficiais da educação compensatória e a possibilidade de redução nas diferenças de desempenho entre os alunos de classes mais desfavorecidas não foram atingidos na íntegra, mas que estes programas conduziram a uma redução do “insucesso académico cumulativo dos alunos que frequentaram programas precoces, coerentes e concentrados essencialmente nos campos emocional, social e motivacional, sobretudo com uma atenção personalizada.”.

### **1.2.2. Panorama Nacional**

Em Portugal, surge, pela primeira vez, em 1976, a expressão “medidas de compensação”, que mais tarde viria a designar-se Apoio Pedagógico Acrescido (APA). Neste período, segundo Simões (1977, cit. por Ferreira & Teixeira, 2010, p. 340), a educação compensatória era considerada um desafio para Portugal, uma vez que a maioria das crianças não frequentava ainda a educação pré-escolar. Importa mencionar que, apenas em 1986, com a publicação da Lei de Bases do Sistema Educativo – Lei n.º 46/86 –, a escolaridade obrigatória é alargada para os nove anos.

A partir do final da década de 80, são criadas, pelo Governo Português, algumas medidas que visavam eliminar o insucesso escolar. A resolução do Conselho de Ministros de 10 de dezembro de 1987, publicada no Diário da República, Série II, de 21 de janeiro de 1988, implementou o Programa Interministerial de Promoção do Sucesso Educativo (PIPSE). Este programa pretendia reduzir as taxas de reprovação e anular as taxas de abandono escolar e desistência, de forma a combater o insucesso.

Em 1988, o Despacho n.º 119, do Ministério da Educação, regulamenta as condições que determinam a classificação de uma escola como Escola de Intervenção Prioritária: localização numa área degradada ou isolada, existência de um número considerável de crianças com dificuldades de aprendizagem e insucesso e corpo docente pouco estável.

Em 1991, é criado, em Portugal, o Programa Educação para Todos (PEPT), que pretende, de acordo com o ponto 3, alínea e), “Promover atitudes de solidariedade, de parceria e de cooperação entre todos os agentes educativos, designadamente no plano comunitário” (Resolução do Conselho de Ministros n.º 29/91, de 16 de maio).

À semelhança das ZEP, dos CIEP e das EAZ, emergiram, em Portugal, os Territórios Educativos de Intervenção Prioritária (TEIP), em 1996, através do Despacho n.º 147-B-ME-96. O referido Despacho veio propor, através de um programa de discriminação positiva, um novo modelo de gestão, que concebe maior grau de autonomia às escolas e que assenta na articulação das atividades desenvolvidas nos estabelecimentos de ensino de um determinado território com a comunidade em que estes se inserem. Esta medida educativa tem como objetivos centrais garantir a igualdade de acesso à educação, bem como promover o sucesso educativo, especialmente no caso das crianças e jovens em risco de exclusão social e escolar. Prevê, de igual forma, uma valorização dos atores locais e o estabelecimento de parcerias que contribuam para a existência de igualdade de oportunidades: “Alicerçando-se em medidas de discriminação positiva, com a concentração de meios em escolas de níveis e ciclos diferentes, agrupados territorialmente em rede, apela-se à intervenção de diferentes parceiros da comunidade local.” (Ferreira & Teixeira, 2010, p.343).

### **1.3. Autonomia das escolas**

Entre 1976 e 1986, são regulamentadas as intervenções das associações de pais e encarregados de educação nas escolas e são transferidas para as autarquias algumas competências relativas a investimentos públicos na área da educação e ensino.

No período compreendido entre 1986 e 1996, verificou-se uma desconcentração de serviços bem como um impulso à autonomia das escolas (Formosinho & Machado, 2013, p.31). A Lei de Bases do Sistema Educativo – Lei nº46/86, de 14 de outubro – definiu os princípios a que devia obedecer a administração e gestão do sistema educativo, entre os quais se salienta o de “Descentralizar, desconcentrar e diversificar as estruturas e ações educativas, de modo a proporcionar uma correta adaptação às realidades, um elevado sentido de participação das populações, uma adequada inserção no meio comunitário e níveis de decisão eficientes.” A

escola passa, assim, a ser dotada de maior grau de autonomia e capacidade de decisão e há um investimento na articulação da Escola com as instituições locais, com a consequente atribuição de responsabilidades coletivas aos diferentes elementos da comunidade (Andrade, 2003; Correia, 2004, cit. por Leite, Fernandes, Mouraz & Sampaio, 2015).

Desta forma, a criação de parcerias entre a Escola e a comunidade local passou a ser uma prática a adotar e o território começou a ser visto como um espaço para implementação de políticas educativas que respondam às necessidades da instituição escolar e que envolvam os atores locais. Como refere Leite *et al.* (2015, p. 827), “(...) as políticas de territorialização preconizaram a ideia de descentralização e de uma escola aberta ao meio”. A participação dos diferentes parceiros locais, como a autarquia, as instituições, as empresas, entre outras entidades, na educação, através de uma ação concertada e coletiva, visa envolver os elementos da comunidade na responsabilidade social da Escola e visa melhorar a qualidade educativa de um determinado território.

Com a publicação do Decreto-Lei n.º 43/89, de 3 de fevereiro, é formalmente consagrada a autonomia das escolas. No preâmbulo deste diploma legal, pode ler-se que “entre os factores de mudança da administração educacional inclui-se, como factor preponderante, o reforço da autonomia da escola, a qual decorre da Lei de Bases do Sistema Educativo, do Programa do Governo e das propostas e anseios dos próprios estabelecimentos de ensino.” No preâmbulo do mesmo Decreto, afirma-se ainda a articulação entre autonomia e projeto educativo:

(...) autonomia da escola concretiza-se na elaboração de um projecto educativo próprio, constituído e executado de forma participada, dentro de princípios de responsabilização dos vários intervenientes na vida escolar e de adequação às características e recursos da escola e às solicitações e apoios da comunidade em que se insere. (Decreto-Lei n.º 43/89, de 3 de fevereiro).

O programa dos TEIP, criado em 1996, inseriu-se numa tendência de desconcentração e descentralização da administração, em que o “local” é tido em consideração, aquando da ponderação de soluções para os problemas educativos da comunidade. Para Ferreira e Teixeira (2010, p.343), a “descentralização baseia-se no conceito de independência da autoridade local face à administração central, núcleo essencial da territorialização.”

Com a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 115-A/98 de 4 de maio, os encarregados de educação, as autarquias e outros atores locais passaram a ter maior contacto com as políticas da escola através das Assembleias de Escola. Este diploma reforçou a autonomia das escolas, com a celebração de contratos de autonomia e implementou a criação do Agrupamento de Escolas. O Despacho n.º 13313/2003, de 8 de julho, torna obrigatória a formação de

Agrupamentos Verticais e, através da publicação do Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro, são reforçadas as políticas educativas territoriais, com a transferência de competências para as autarquias locais. São regulamentados os Conselhos Municipais de Educação e é aprovado o processo de elaboração da Carta Educativa.

O Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, procedeu à revisão do regime jurídico da autonomia das escolas fixado pelo Decreto-Lei n.º 115-A/98, e, no artigo 7.º, apresenta a possibilidade de agregação de agrupamentos, ou seja, a oportunidade de, para “fins específicos, (...) a administração educativa, por sua iniciativa ou sob proposta dos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas, constituir unidades administrativas de maior dimensão por agregação de agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas.” Surgem, assim, os conhecidos Mega-Agrupamentos de Escolas.

Esta medida é enquadrada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 44/2010, de 14 de junho, respeitante à reorganização dos agrupamentos de escolas. Neste diploma legal, são consideradas as orientações para o reordenamento da rede escolar. Posteriormente, através da Portaria n.º 1181/2010, de 16 de novembro, são descritos os procedimentos que regulam a criação, a alteração e a extinção de agrupamentos de escolas e de estabelecimentos da educação pré-escolar, do ensino básico e do ensino secundário da rede pública de ensino.

Simões (2005, p.23) considera que a “autonomia” e a “territorialização” são os pilares que sustentam esta tipologia organizacional, que está associada à necessidade de desenvolver a relação entre escolas que ocupam um mesmo território educativo. A nível europeu, como descreve Barroso (2005), existem outros exemplos deste tipo de estruturas. Em França, são designados por *bassins de formation*, no Reino Unido por *schools clusters*. A criação de agrupamentos de escolas deve visar a resolução de problemas comuns entre escolas, possibilitando a criação e a gestão de recursos, a satisfação de necessidades comuns e o reforço de autonomia.

Desta forma, com a constituição dos Agrupamentos de Escolas, a Escola pode então ser entendida como uma comunidade, com a possibilidade de exercer e formular uma vontade coletiva, através de um projeto educativo comum.

Tendo por base o contexto legislativo apresentado, Barroso (2011) considera que foi dada muita importância, por parte dos responsáveis do Ministério da Educação, ao tema da autonomia. No entanto, o autor refere que “o desenvolvimento real da autonomia ficou muito aquém do “entusiasmo” manifestado pelos governantes e, quando se concretizou, ficou a dever-se mais às estratégias e iniciativas da ‘autonomia construída’ do que da ‘autonomia decretada.’” (p. 38). O autor afirma que as políticas de reforço da autonomia acabaram por ter “uma função

simbólica de mobilização para as mudanças a introduzir pelo centro do poder político, e de legitimação de novas modalidades de controlo” (Barroso, 2011, p. 40). A discrepância que se verificou entre os discursos, os normativos e a realidade atribuíram ao sistema educativo português um carácter híbrido, que resultou dos seguintes processos:

- a) Uma estratégia política que combina um discurso inovador inspirado nas propostas de modernização da gestão pública e de territorialização das políticas educativas, com uma prática conservadora baseada numa administração burocrática e centralizadora.
- b) A coexistência (e por vezes sobreposição) de um modelo de coordenação e controlo baseado na “obrigação de meios” para um outro baseado na “obrigação de resultados” (citando Demailly, 2001)
- c) A emergência ou desenvolvimento de estruturas intermédias de coordenação (serviços desconcentrados do Ministério da Educação, ou agências locais) que supostamente deveriam apoiar as escolas no processo de devolução de competências resultante do “reforço da autonomia” e que acabam por assumir um apertado controlo da sua execução.
- d) A erosão dos dispositivos de regulação institucional por força do jogo e da ação estratégica dos actores nas organizações que adaptam, alteram e anulam (de modos e com resultados diferentes) as normas que lhes são impostas, substituindo, assim, um processo, aparentemente homogéneo, de racionalização “a priori”, por uma diversidade de processos e racionalidades “a posteriori”. (Barroso, 2011, pp.40-41)

No Debate Nacional sobre Educação, organizado em 2006, pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), e após ter sido apresentado um diagnóstico de fracasso do modelo centralista da Administração Educacional, foi proposta como solução uma descentralização que aposte na autonomia das escolas e das comunidades educativas e que corresponda a uma maior responsabilidade local, que inclua diferentes áreas, desde a pedagógica, à administrativa até aos recursos físicos e humanos. O CNE reforçou que é infrutífero promover mudanças na administração da educação seguindo o “paradigma da ‘autonomia decretada’, isto é, se as mudanças continuarem a basear-se na mudança da norma jurídica, em vez de se sustentarem em dinâmicas escolares e sociais de assunção de responsabilidades, escola a escola.” (CNE, 2007, p. 151).

Também Licínio Lima, num estudo sobre a administração da educação e as políticas educativas em Portugal nas duas décadas após a publicação da Lei de Bases do Sistema Educativo, que apresentou no Debate Nacional sobre a Educação, em 2006, reafirmou que a autonomia da escola tem tido um impacto reduzido na administração do sistema educativo e que “quanto mais é invocada como princípio doutrinário, mais adiada tende a ser enquanto política de descentralização e prática de autogoverno das escolas, deixando à vista a profunda e crescente distância entre *retórica* e *implementação* (Lima, 2007, cit. por Barroso, 2011, p. 48). Na mesma linha, Carlos Estêvão (2013, p.83) considera que a autonomia pouco tem passado dos discursos: “o excesso do discurso em torno do conceito de autonomia das escolas,

que nos leva a acreditar na sua realidade mesmo que nada, ou pouco, aconteça, tal a insistência e a redundância retóricas!”

Azevedo (2015a) afirma que a descentralização administrativa da educação oferece mais potencialidades do que a centralização, favorecendo o desenvolvimento de uma educação para todos e com cada um. No entanto, para que isso aconteça, é essencial que exista um processo de construção social e a definição local de políticas educativas. Nesta linha, o autor apresenta o cenário que permitirá uma verdadeira territorialização da educação:

(...) para que essas potencialidades da descentralização e de territorialização da educação, sob coordenação local da autarquia, despontem e se tornem ações e projetos concretos realmente mais valiosos para a educação, é preciso que a capacidade de decisão local seja agora territorialmente assumida, trabalhada, socialmente participada, desde a concepção até à execução e à avaliação dessas ações e projetos. (Azevedo, 2015a, p. 103).

**CAPÍTULO II. PROJETOS EDUCATIVOS, TERRITÓRIO E  
DESENVOLVIMENTO**



## 2.1. O Projeto Educativo de Escola

Os documentos onde se encontra espelhada a autonomia das escolas são o Projeto Educativo, o Regulamento Interno e o Plano Anual de Atividades.

No Decreto-Lei n.º 115-A/98, de 4 de maio, no artigo 9.º, são definidos esses três documentos:

- i) o Projeto Educativo aparece descrito como  
(...) o documento que consagra a orientação educativa da escola, elaborado e aprovado pelos seus órgãos de administração e gestão para um horizonte de três anos no qual se explicitam os princípios, os valores, as metas e as estratégias segundo os quais a escola se propõe cumprir a sua função educativa.
- ii) o Regulamento Interno define o “regime de funcionamento da escola, de cada um dos seus órgãos de administração e gestão, das estruturas de orientação e dos serviços de apoio educativo, bem como os direitos e deveres dos membros da comunidade escolar.”
- iii) o Plano Anual de Atividades, por sua vez, surge como um documento de planeamento, que contempla os objetivos, as formas de organização e de programação das atividades, de acordo com o Projeto Educativo, e onde são identificados os recursos necessários para a realização das mesmas. Este documento é, igualmente, elaborado e aprovado pelos órgãos de administração e gestão da escola.

Foqemo-nos no documento estruturador que traduz a autonomia das escolas - o Projeto Educativo - pois é a partir dele que é elaborado o Plano Anual de Atividades e o Regulamento Interno. Costa (2004) defende que, a partir de 1989, com a publicação do Decreto-Lei n.º 43/89, de 3 de fevereiro, vários “diplomas legais que formalizam a administração educacional portuguesa vão, com uma certa regularidade, acrescentando aos princípios da democraticidade, da participação e da autonomia das escolas a noção de Projeto Educativo da Escola, enquanto espaço estratégico para a operacionalização daqueles princípios.” (pp.85-86). O Preâmbulo deste diploma legal associa a autonomia das escolas à elaboração de um projeto educativo:

A autonomia da escola concretiza-se na elaboração de um projeto educativo próprio, constituído e executado de forma participada, dentro de princípios de responsabilização dos vários intervenientes na vida escolar e de adequação a características e recursos da escola e às solicitações e apoio da comunidade em que se insere.

Costa (2004) refere que o Projeto Educativo é, de acordo com o estabelecido no Decreto-Lei n.º 43/89, um instrumento que espelha “as prioridades de desenvolvimento

pedagógico, em planos anuais de atividades educativas e na elaboração de regulamentos internos para os principais setores e serviços escolares.” (artigo 2.º). Para além de ter um carácter instrumental, o Projeto Educativo, neste diploma legal, remete também para uma nova conceção de escola, dotada de mais autonomia.

O Despacho n.º 8/SERE/89 veio estipular o regulamento, ainda que provisório, do Conselho Pedagógico, uma vez que se aguardava a publicação de um novo modelo de gestão das escolas de acordo com uma conceção mais autónoma e participada. Neste Despacho, uma das alterações instituídas relaciona-se com as atribuições do Conselho Pedagógico, que agora devia, de acordo com o ponto 3.11., “desencadear ações e mecanismos para a construção de um projeto educativo de escola.”

Verificando-se a inexistência significativa de autonomia, os Projetos Educativos transformaram-se em “meros artefactos” (Costa, 2004) para a organização da escola, não contemplando a definição de prioridades ou estratégias de operacionalização, reduzindo-se a descrições da escola. Neste sentido, Costa (2004) considera que o Despacho n.º 8/SERE/89 acabou por criar “as condições iniciais ‘adequadas’ à burocratização e ritualização progressivas deste tipo de documentos no interior das organizações escolares, devido ao seu carácter de desarticulação com as práticas e com outros documentos institucionais da escola.” (p.91). As escolas acabaram por elaborar o seu Projeto Educativo para dar resposta às diversas pressões externas de ordem normativa, administrativa e inspetiva a que estavam sujeitas, através de um processo que não foi participativo como se pretendia.

Em 1991, o Decreto-Lei n.º 172/91, de 10 de maio, vem instituir um novo modelo de direção e gestão escolar, como resposta à exigência da Lei de Bases do Sistema Educativo e à necessidade de a escola se adaptar à reforma educativa em curso. Neste novo modelo, o Projeto Educativo da escola assume-se como um dos mecanismos instrumentais e funcionais a nível de organização e de tomada de decisão e são criadas as condições para a integração da escola no território em que se insere, contemplando a participação da comunidade na vida da escola. No preâmbulo do diploma legal, é referido que este modelo “Garante, simultaneamente, a prossecução de objetivos educativos nacionais e a afirmação da diversidade através do exercício da autonomia local e a formulação de projetos educativos próprios.” (Decreto-Lei n.º 172/91, de 10 de maio). Desta forma, é atribuída à escola uma nova dimensão de liberdade e responsabilidade, fundamental para a concretização da reforma educativa.

Este diploma legal vem estabelecer algumas especificidades relativamente aos órgãos responsáveis pela elaboração e aprovação do Projeto Educativo. Assim, ao Conselho Pedagógico cabe a sua elaboração (artigo 32º), o Diretor Executivo deve enviar a proposta do

Conselho Pedagógico para o Conselho de Escola (artigo 17º), para que este o possa aprovar (artigo 8º).

Na verdade, a administração do sistema educativo não sofreu alterações de base paralelas às mudanças que ocorreram na organização e gestão das escolas, continuando a verificar-se uma grande dependência do poder central e regional. Costa (2004) considera que o projeto educativo aparece no Decreto-Lei n.º172/91 “organizacionalmente regulamentado à semelhança dos outros mecanismos de reestruturação organizacional da escola, mas *debilmente articulado* com um quadro político-jurídico-legal que lhe garantisse as condições de se constituir como processo ao serviço do desenvolvimento autónomo da escola.” (p.94). Verifica-se, conseqüentemente, uma desarticulação entre os documentos orientadores da escola, que teve implicações ao nível das práticas escolares. Não se verificando uma efetiva autonomia das escolas, o Projeto Educativo assume-se, unicamente, como uma imposição normativa e acaba por ter apenas um valor simbólico, não refletindo a identidade e a especificidade, em termos organizacionais, da escola.

O Decreto-Lei n.º 115-A/98, de 4 de maio, vem implementar o Regime de Autonomia, Administração e Gestão dos Estabelecimentos de Educação Pré-escolar e dos Ensino Básico e Secundário. Este diploma vem conferir uma maior responsabilização, através da transferência de poderes para a escola, no âmbito da descentralização e do aumento de autonomia. Importa esclarecer que, no Decreto-Lei n.º 115-A/98, o conceito de autonomia das escolas não significa independência, mas antes uma relação com o meio em que estas se inserem, o que lhes vai conceder uma identidade própria. Assim, a escola terá de “construir a sua autonomia, a partir da comunidade em que se insere, dos seus problemas e potencialidades, contando com uma nova atitude da administração central, regional e local, que possibilite uma melhor resposta aos desafios da mudança.” (Decreto-Lei n.º 115-A/98, de 4 de maio, Preâmbulo). A autonomia surge como uma forma de as escolas melhorarem o serviço público de educação, competindo à administração educativa apoiar e regular, no sentido de garantir a correção das desigualdades e de proporcionar uma efetiva igualdade de oportunidades.

Segundo Costa (2004), no Decreto-Lei n.º 115-A/98, são apresentados os princípios que colocam o Projeto Educativo de Escola num lugar estratégico no contexto de uma organização escolar mais autónoma. O Projeto Educativo é, então, definido como:

(...) o documento que consagra a orientação educativa da escola, elaborado e aprovado pelos seus órgãos de administração e gestão para um horizonte de três anos, no qual se explicitam os princípios, os valores, as metas e as estratégias segundo os quais a escola se propõe cumprir a sua função educativa (artigo 3º).

Costa (2003, p. 1329) defende que legislar, regulamentar, elaborar e aprovar documentos não é suficiente para que o “projecto decretado” possa corresponder ao “projecto construído”. O mesmo autor considera que o facto de o Projeto Educativo de Escola se ter tornado uma imposição legal, de aplicação obrigatória a todos os estabelecimentos de ensino, entra em contradição com o próprio conceito de projeto, naturalmente ligado à iniciativa, à adesão voluntária. Perrenoud (2002, cit. por Costa, 2003, p.1329) corrobora a ideia quando afirma que: “É desastroso comparar uma iniciativa obrigatória, por mais legítima que seja, a um projecto.”

Barroso (1992, cit. por Costa, 2003, p. 1330) considera que os Projetos de Escola, no âmbito das alterações na administração do sistema educativo, deverão procurar contribuir para a construção da autonomia da escola e para a melhoria do seu funcionamento. Neste sentido, há três dimensões que importa analisar: a participação, a estratégia e a liderança.

Um Projeto Educativo só poderá ser bem-sucedido se contar com a participação dos diferentes intervenientes. A elaboração e implementação de um projeto deve resultar de uma atuação conjunta, em que há uma discussão e negociação de propostas e o compromisso das partes envolvidas. Esta ideia é corroborada por Costa (2003): “O projecto implica sempre a contratualização entre as pessoas nele envolvidas, requer uma gestão participada, não se limitando, por isso, a um simples processo formal de aprovação, ainda que com representação colectiva.” (p.1331).

O Projeto Educativo, para que possa ser, de facto, um documento orientador das práticas escolares, deve apresentar, de forma clara e precisa, o sentido da ação a desenvolver, bem como as metas a atingir. A elaboração deste documento pressupõe a existência de um diagnóstico, em que são conhecidas as forças e as debilidades, a partir do qual se estabelecem as metas e objetivos a atingir e se define a decisão estratégica, bem como os procedimentos de avaliação da mesma.

A terceira dimensão decisiva para o sucesso de um Projeto Educativo é a liderança, não apenas o líder institucional, como também as lideranças intermédias, de que são exemplo os diretores de turma ou os coordenadores de departamento. Costa (2003) recorre ao conceito de “líderes transformacionais”, na aceção de Burns (1978, p.1334), definindo-os como “facilitadores dos processos de inovação e mudança, que envolvem os restantes membros do grupo na consecução de determinados objetivos e que se responsabilizam por esses processos.”

O Decreto-Lei n.º 6/2001, de 18 de janeiro, tornou-se a base legal do processo de reorganização curricular do ensino básico. A gestão curricular das escolas foi alvo de alterações

e procurou-se, através do envolvimento dos agentes educativos, melhorar a qualidade do ensino e dar resposta às necessidades existentes. Neste contexto, surgem novos documentos: o Projeto Curricular de Escola e o Projeto Curricular de Turma. Assim, como se pode ler no preâmbulo do diploma legal, “estabelece-se que as estratégias de desenvolvimento do currículo nacional, visando adequá-lo ao contexto de cada escola, deverão ser objeto de um Projeto Curricular de Escola, concebido, aprovado e avaliado pelos respetivos órgãos de administração e gestão”. Este, por sua vez, deverá desenvolver-se de acordo com o contexto de cada turma, através de um Projeto Curricular de Turma, que será elaborado, aprovado e monitorizado pelo professor titular, no caso do primeiro ciclo do ensino básico, ou pelo Conselho de Turma, nos restantes ciclos. Deixa de ser referido o Projeto Educativo.

Em 2003, surge o Despacho n.º 13313/2003, de 8 de agosto, sobre o Ordenamento da Rede Educativa, que visava, como se pode ler no preâmbulo, “Agrupar efetivamente todas as escolas localizadas no território português continental de forma a integrar todas elas em unidades de gestão”, segundo o regime de autonomia, administração e gestão das escolas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 115-A/98, de 4 de maio, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 24/99, de 22 de abril. O facto de se aglutinarem escolas com uma cultura e organização diferentes, criou a necessidade de construção de novos Projetos Educativos e Curriculares, como se pode verificar na alínea f) do ponto 3 do referido diploma legal:

No ano lectivo de 2003-2004 serão mantidos os projectos educativos e curriculares em curso nas diferentes subunidades pedagógicas, sem prejuízo do trabalho a desenvolver pelos diferentes órgãos e estruturas de orientação educativa no sentido da identificação dos problemas sócio-culturais e das aprendizagens e do desenho das linhas mestras da acção educativa a desenvolver no território do novo agrupamento, constituindo as bases do projecto educativo comum, contextualizado e coerente, deste novo agrupamento.

Em 2008, o Decreto-Lei n.º 75/2008 vem definir as alterações ao regime jurídico de autonomia, administração e gestão escolares, tendo como objetivo o reforço da participação das famílias e comunidades na direção estratégica dos estabelecimentos de ensino. Para esse efeito, é criado um novo órgão colegial de direção, onde se encontram representados os vários elementos da Comunidade Educativa: pessoal docente, pessoal não docente, pais e encarregados de educação, alunos, autarquia e comunidade local. Este órgão designa-se Conselho Geral e é responsável, para além da seleção do Diretor, pela aprovação do Regulamento Interno, onde constam as regras de funcionamento da escola, do Projeto Educativo e Plano de Atividades, com as decisões estratégicas e de planeamento.

Este decreto vem reforçar a autonomia das escolas, particularmente na capacidade de gestão da sua organização interna, em que o Projeto Educativo se assume como principal instrumento, como se pode ler no ponto 1 do artigo 9º, alínea a):

«Projecto educativo» o documento que consagra a orientação educativa do agrupamento de escolas ou da escola não agrupada, elaborado e aprovado pelos seus órgãos de administração e gestão para um horizonte de três anos, no qual se explicitam os princípios, os valores, as metas e as estratégias segundo os quais o agrupamento de escolas ou escola não agrupada se propõe cumprir a sua função educativa.

Essa autonomia reflete-se no acompanhamento, coordenação, desenvolvimento e avaliação do Projeto Educativo que é feito por parte do Conselho Geral.

Alguns estudos a nível nacional, como apontam Magalhães e Morgado (2017), revelaram algumas fragilidades, no que respeita à elaboração do Projeto Educativo. Nalguns casos, constatou-se que o documento era apenas, como refere Costa (1997, cit. por Magalhães & Morgado, 2017, p.5), um “ritual de legitimação”. Noutros casos, uma resposta às exigências político-normativas ou o resultado de uma imposição normativa (Barroso, 1992). Em muitas escolas, o Projeto Educativo foi elaborado por uma equipa de docentes nomeada para o efeito, que deu ênfase a preocupações de carácter mais formal, reduzindo, assim, a possibilidade de o documento refletir ações de mudança e práticas educativas inovadoras e de se criar uma interação com o Município, como concluíram Pereira, Costa e Mendes (2004, cit. por Magalhães & Morgado, 2017, p.5). Verificou-se uma desarticulação entre os documentos orientadores e as atividades dinamizadas na escola e uma falta de reforço da relação do Local com a Escola.

## **2.2. Do Projeto Educativo de Escola ao Projeto Educativo Municipal**

À semelhança do que acontece com o Projeto Educativo de Escola, também o Projeto Educativo Municipal apresenta uma perspetiva comunitária. Pressupõe, desta forma, que exista um “envolvimento da comunidade na (re)construção de uma efetiva cultura participativa” (Magalhães & Morgado, 2017, p.5). Barroso (1992) defende que um Projeto Educativo deve potenciar uma política educativa local, constituindo-se como “um elemento importante para a definição de uma política local de educação ao obrigar à concertação de objetivos e à coordenação de recursos entre o poder autárquico, os agentes económicos e as próprias escolas.” (p.35).

Magalhães e Morgado (2017) consideram que o Projeto Educativo Municipal pode ajudar a tornar uma cidade mais humanizada e sustentável, podendo até contribuir para que

seja uma Cidade Educadora. Para Favinha e Cruz (2012), Cidade e Educação têm um relacionamento estreito, que se foi aprofundando de acordo com a evolução das sociedades. Já Platão defendia que o crescimento da cidade, designada por república, estava relacionado com o desenvolvimento da educação, o que continua a ser uma ideia muito atual:

(...) a república, uma vez que esteja bem lançada, irá alargando como um círculo. Efetivamente, uma educação e uma instrução honestas que se conservam tornam a natureza boa, e, por sua vez, naturezas honestas que tenham recebido uma educação assim tornam-se ainda melhores que os seus antecessores, sob qualquer ponto de vista (Platão, 2001, p.168).

Em setembro de 2000, os Chefes de Estado e de Governo, reunidos na Cimeira do Milénio, que decorreu em Nova Iorque, aprovaram a Declaração do Milénio (Nações Unidas, 2000). Na secção III desta Declaração, destaca-se o tema “Desenvolvimento e erradicação da pobreza” e, no ponto 19, a educação surge como uma prioridade e pretende-se, até ao 2015, “Garantir que, até esse mesmo ano, as crianças de todo o mundo – rapazes e raparigas – possam concluir um ciclo completo de ensino primário e que as crianças de ambos os sexos tenham igual acesso a todos os níveis de ensino.” A partir desta Declaração, foram formulados os “Objetivos de Desenvolvimento do Milénio”, que consistem numa parceria entre os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento, com vista à criação de um clima, tanto a nível nacional como mundial, que conduza ao desenvolvimento e à eliminação da pobreza. De entre estes objetivos, destacamos o Objetivo dois: alcançar o ensino primário universal, garantindo que todas as crianças, de ambos os sexos, terminem um ciclo completo de ensino primário. A educação surge, desta forma, como uma prioridade e um dos fatores essenciais que contribuem para o desenvolvimento das nações, que se subdividem em cidades. Estas apresentam-se como os espaços onde os indivíduos se integram e se relacionam em comunidade, logo, o espaço por excelência onde se desenvolve a educação e a transmissão de valores e princípios. Esta ideia remete-nos para o conceito de Cidade Educadora, que Machado (1993) descreve como

(...) um conceito de cidade que dá unidade ao sistema humano, social, cultural em que os homens vivem e interagem e que serve de paradigma para ajuizar a capacidade ou potência educativa da cidade, através da educação formal, da educação informal e da educação não formal. (p.83)

### **2.3. Projeto Educativo Municipal e Cidade Educadora**

Machado (1993) realça a “intencionalidade educadora” que o conceito de Cidade Educadora, definido na Carta das Cidades Educadoras, da Associação Internacional de Cidades Educadoras (AICE, 2004), engloba. Segundo a Declaração de Barcelona, igualmente

conhecida como Carta das Cidades Educadoras, uma Cidade Educadora é aquela que assume a função educadora com a mesma intencionalidade com que assume as outras funções:

A cidade será educadora quando reconheça, exercite e desenvolva, para além das suas funções tradicionais (económica, social, política e de prestação de serviços) uma função educadora, quando assuma a intencionalidade e responsabilidade cujo objectivo seja a formação, promoção e desenvolvimento de todos os seus habitantes, começando pelas crianças e pelos jovens. (AICE, 2004)

Moio e Mendes (2013) elencam alguns desafios que se colocam às cidades, para que possam ser, de facto, educadoras:

- i) investir na educação de cada pessoa, de forma a que esta possa desenvolver o seu potencial humano;
- ii) promover as condições de igualdade para que todos se sintam respeitados e sejam respeitadores;
- iii) articular diversos fatores para a construção de uma sociedade do conhecimento.

A Cidade deve ser encarada como um agente educativo e não apenas como um mero recurso ao dispor da educação.

Nesta abordagem, o município desempenha uma função central, pois assume a responsabilidade de promover programas e serviços no âmbito da educação, cultura e apoio social, com vista a uma política educativa local que desenvolva um projeto educativo global para a cidade.

O município deve assumir o território como espaço educativo, reconhecendo a importância dos diversos atores, desde instituições, empresas, associações ou grupos, como tendo um papel fundamental no ambiente de convivência cívica e na descoberta das potencialidades conducentes ao desenvolvimento pessoal e social, como defende Pozo (2013, cit. por Magalhães & Morgado, 2017, p.6).

Todas as aprendizagens significativas ocorrem num determinado tempo e espaço, levando Magalhães e Morgado (2017) a assumir “o Local como lugar onde se geram conhecimentos e, por consequência, aprendizagens significativas. Estes lugares, ao perfazerem o Local, requerem a existência de consensos entre todos os intervenientes, assumidos sobretudo pela colaboração ativa de todos os parceiros sociais.” (p.6). O município deve, assim, procurar potenciar as oportunidades no local e criar espaços de aprendizagem para os diversos atores. Torna-se fundamental a definição de um objetivo comum, que se estende a todos os intervenientes, de acordo com a mobilização civil que se pretende. Para que isso seja possível, é essencial que seja conhecida, de forma minuciosa, a rede de instituições e contextos estimuladores de aprendizagem, como defende Imaginário (2007, cit. por Nico, 2011, p.11),



uma vez que “o conhecimento pormenorizado desta rede local de instituições e contextos promotores de oportunidades de aprendizagem é essencial para a cartografia completa da realidade educativa de um território”.

Magalhães e Morgado (2017) assumem que a Escola tem um papel bastante significativo na elaboração e desenvolvimento de um Projeto Educativo Municipal (PEM), defendendo que é considerada como “parceira ativa e colaboradora no processo de desenvolvimento local e social. A nova centralidade que defendemos acarreta o (re)conhecimento de novos parceiros locais, erradicando os antigos padrões de que o processo educativo se inicia na Escola.” (p.6).

O Projeto Educativo Municipal requer um compromisso coletivo, resultante do diálogo e participação ativa dos vários intervenientes. Para isso, a Escola e os diferentes atores educativos devem abrir-se à comunidade e encarar a cidade como recurso pedagógico. (Magalhães & Morgado, 2017). Estes autores (citando o *Regimento do Conselho Municipal de Educação de Setúbal*, 2014) consideram ainda que para que isso se possa concretizar, é essencial que se estabeleça uma rede educativa coesa com os estabelecimentos de ensino, os equipamentos públicos, os projetos culturais, os serviços públicos e privados, não esquecendo a especificidade do meio.

Almeida (2014) aponta alguns dos objetivos fundamentais de um Projeto Educativo Municipal, de acordo com o programa *Elaboração, Desenvolvimento e Avaliação de Projetos Educativos Municipais e do Projeto Educativo Metropolitano*, realizado no âmbito de uma parceria entre a Universidade Católica – Porto e a Área Metropolitana do Porto:

- Potenciar as possibilidades de realização educativa das comunidades;
- Clarificar o papel dos diferentes atores na rentabilização das potencialidades educativas e formativas;
- Racionalizar os recursos educativos existentes, superando a fragmentação e duplicação de redes de serviços e promovendo o envolvimento cooperativo entre instituições;
- Qualificar as redes de instituições educativas locais, valorizando-as como motores de desenvolvimento local sustentado;
- Consensualizar o projeto educativo municipal como dinâmica de afirmação da identidade do território educativo;
- Enquadrar nas estruturas de governo local a regulação territorial da educação e a organização do sistema educativo;
- Monitorizar e avaliar as políticas e os projetos educativos e delinear propostas de melhoria;
- Estimular a aprendizagem e a inovação, visando o enriquecimento dos cidadãos e a valorização do seu capital humano;
- Melhorar as qualificações e os resultados educativos e formativos dos munícipes. (p.27)

Almeida (2014) defende que, na base do PEM, devem estar “princípios de exequibilidade, participação, valorização e orientação para a ação, onde as pessoas e as instituições se revejam e se sintam valorizadas e úteis.” (p.28). O autor considera que as relações entre os diferentes atores serão mais estreitas e haverá uma maior adequação das

respostas educativas às necessidades reais das comunidades se o processo de elaboração do Projeto Educativo Municipal fomentar a participação e a responsabilização das pessoas e instituições e se contribuir para a sua valorização perante a sociedade.

A cidade deve ser considerada por todos, não apenas como um espaço de novas aprendizagens, mas também como um agente educativo, em que o município assume o papel de potenciador da possibilidade e da realização educativa da cidade (Machado, 1993).

#### **2.4. Um Projeto Educativo comum à escola e ao território**

Machado (2014) defende que não se pode reduzir o “território educativo” ao território escolar:

(...) a educação local abrange, por um lado, a rede de ofertas educativas (de gestão estatal, privada ou solidária) com projeto educativo próprio e, por outro, outros espaços, outros tempos e outros atores educativos que justificam um projeto educativo de território que não se confine aos projetos educativos das instituições educativas existentes. (p.51).

Machado (2014) considera também, tendo por base o ponto oito da Resolução do Conselho de Ministros n.º 44/2010, de 14 de junho, que o espaço concelhio equivale à área de abrangência máxima do agrupamento de escolas e é, simultaneamente, a unidade mínima estabelecida para a Carta Educativa. Contudo, o agrupamento, enquanto unidade de gestão, apresenta limitações para a gestão de rede de estabelecimentos de ensino, conduzindo à necessidade de repensar a coordenação local da educação. Neste sentido, Machado (2005, cit. por Machado, 2014) sugere que se construa “um projeto educativo comum à escola e ao território, em que devem participar a escola, com a família, instituições e associações locais, bem como a estrutura produtiva pública e privada e onde o município tem importante papel a desempenhar” (p.52). Na perspetiva de Machado (2014), o município tem ao seu dispor recursos que possibilitam ter uma visão global do território educativo e tem, segundo Fernandes (2005, citado por Machado, 2014), “legitimidade democrática para assumir mais competências no domínio da definição das políticas públicas como é a educação dos cidadãos” (p.52).

Machado (2014) considera que, através do conceito de “projeto educativo comum à escola e ao território” se pode verificar uma aproximação entre a coordenação local da educação e o modelo de Cidade Educadora. No entanto, para que esta perspetiva de projeto se possa concretizar devem estar reunidas algumas condições essenciais, como defende Fernandes (2005, cit. por Machado, 2014, p.53): “uma descentralização efetiva e a possibilidade de elaboração e concretização de projetos educativos locais participados”. Neste sentido, Barroso

(1996, cit, por Machado, 2014, p. 54) defende que os agrupamentos e as escolas assumem o estatuto de parceiros, não se limitando à condição de unidades orgânicas dependentes das autarquias, uma vez que têm poderes e formas de intervenção local.

## **2.5. Projeto Educativo Local e Desenvolvimento Sustentável**

No âmbito da educação e formação, o território dotado de unidade geográfica e identidade cultural tem-se apresentado como uma oportunidade educativa e formativa sólida, uma vez que dispõe dos recursos essenciais que poderão contribuir para as mudanças necessárias.

A dimensão de educação ao longo da vida constitui-se como uma condição para contextos sociais mais felizes. Já Platão, em *A República*, explorou a ideia da cidade ideal, apresentando, como condição fundamental para a consolidação de uma cidade onde todos pudessem viver bem, o facto de qualquer cidadão se dever educar ao longo de toda a vida, em todos os aspetos: “estamos a modelar, segundo cremos, a cidade feliz, não tomando à parte um pequeno número, para os elevar a este estado, mas a cidade inteira.” (Platão, 2001, p.162).

Cordeiro, Alcoforado e Ferreira (2011) recuam ao período do Renascimento, recuperando a sua ideia fundamental: “a associação da educação a mudanças sociais, económicas e culturais, realçando a importância de um território que se constituísse como espaço e tempo indispensável a essas transformações.” (p.306). Também Comênio, um dos grandes pensadores da educação desse período, corroborou esta ideia, destacando a importância de uma educação de carácter universal, integral e continuada para todos os cidadãos. Santos (2016) sublinha que “Comenius idealizava uma escola moderna no contexto do século XVII, tendo como preceito "Ensinar tudo a todos". E hoje, em pleno século XXI, os educadores continuam idealizando essa mesma escola” (p.5).

Cordeiro et al. (2011) aponta a educação permanente como o resultado da humanização do desenvolvimento, em que a educação e a formação são entendidas como um processo que se estende ao longo da vida, e que vai para além do espaço da escolarização. Neste sentido, qualquer espaço da vida se transforma num espaço educativo proporcionador de aprendizagens.

Neste contexto, os municípios têm sido chamados a assumir mais responsabilidades no que se refere à promoção do desenvolvimento local e a ter uma intervenção mais ativa na definição das políticas educativas, como refere Cordeiro et al. (2011): “Os sucessivos poderes

centrais têm pretendido, desta forma, descentralizar um conjunto de competências, delegando nas autarquias locais encargos como a gestão da rede escolar, os transportes dos alunos, as refeições e as atividades de enriquecimento curricular.” (p.307). Os autores questionam a intenção descentralizadora do estado central, ao equacionar a possibilidade de se tratar apenas de uma

(...) desresponsabilização, em tempos de crise do estado social e escassez de recursos, e muito menos em resultado de uma genuína convicção de que é a nível local, na identidade e especificidade própria de cada território, com as dinâmicas sociais que lhe estão associadas, que a educação pode encontrar as melhores soluções para as pessoas e as comunidades. (Cordeiro et al., 2011, p.307)

Apesar disso, as autarquias acabaram por assumir o compromisso e consideraram a educação como uma das suas preocupações, agindo em conformidade: foram criadas as Cartas Educativas Municipais, construíram-se centros escolares, requalificaram-se as infraestruturas e criaram-se estruturas que permitissem uma gestão da educação a nível local. Para além disto, os municípios assumiram a sua responsabilidade, enquanto órgãos participados de coordenação de políticas e práticas, constituindo os Conselhos Municipais de Educação e participando nos Conselhos Gerais das escolas.

Atualmente, o desafio que se coloca aos municípios é, como considera Villar (2001, cit. por Cordeiro et al., 2011, p. 307), “que o poder local possa constituir-se como dinamizador de um Projeto Educativo Local (PEL), entendido como uma verdadeira resposta integrada às necessidades das comunidades e das pessoas que as integram”, remetendo para o conceito de Cidade Educadora.

No Projeto Educativo Local, deve estar espelhada a dimensão educativa do projeto estratégico de desenvolvimento local, o sentido da ação educativa do município e a forma como se organiza e encontra soluções para os problemas identificados. Neste sentido, o PEL é

(...) um referencial de gestão estratégica da educação ao nível local, ou seja, uma base para o desenvolvimento de políticas por parte das entidades que dispõem de competências para o efeito, designadamente, as autarquias locais e as escolas, articulando com todo um conjunto de parceiros – famílias, empresários, associações culturais e desportivas, IPSS, cidadãos – com todas as oportunidades de educação não formal e informal, que são proporcionadas por todos os espaços do território e da vida das pessoas e das comunidades. (Cordeiro et al., 2011, p.307).

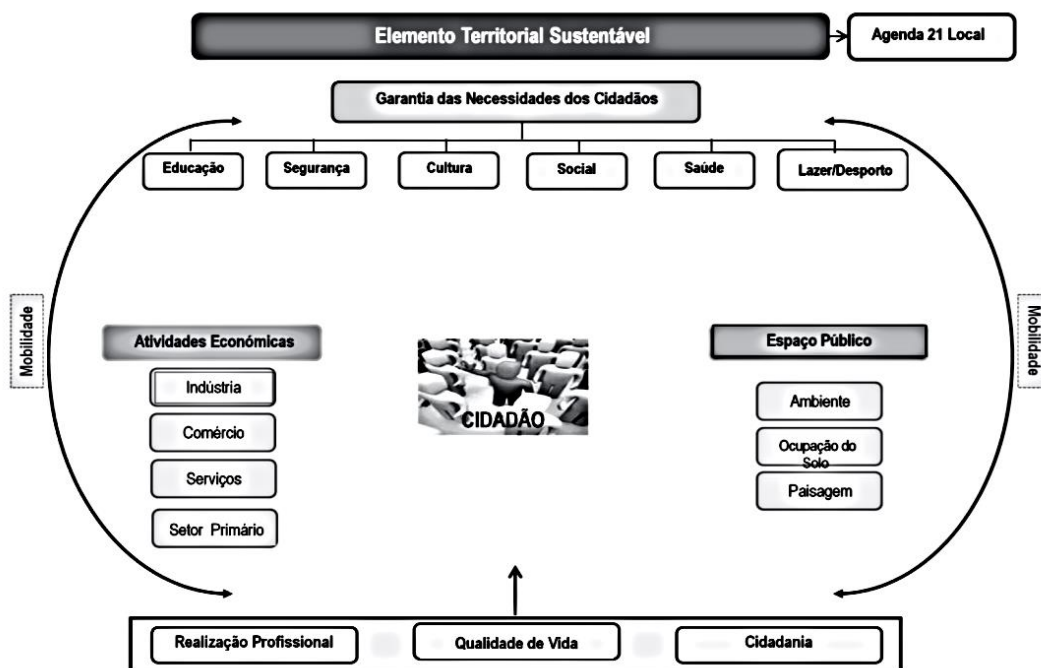
O território deve ser entendido como um espaço e recurso para a educação e desenvolvimento com uma intencionalidade coletiva, e *pensar território* deve ser uma “tentativa mais consistente para unir dimensões da vida, que tradicionalmente aparecem dissociadas: económica e social, individual e coletiva, o imediato e o meio-termo, a educação e a formação contínua, a oferta e a procura de emprego.” (Cordeiro et al., 2011, p.308).

O conceito de comunidade adquire especial interesse, dado constituir o espaço e local onde se estabelecem autênticas relações sociais, sabendo que, ao nível territorial, qualquer mudança desejável advém de uma ação concertada da comunidade, bem como da sua capacidade para mobilizar o conhecimento individual e coletivo em prol das mudanças necessárias, ao nível económico, social e cultural. Desta forma

(...) planejar o desenvolvimento estratégico, integrado e sustentável, no âmbito de uma determinada comunidade territorial, pressupõe articulá-lo com um projeto de educação e formação que se alargue a todos os tempos e espaços de vida, assumido pela comunidade e pelos poderes locais em iniciativas políticas consistentes e articuladas.” (Cordeiro et al., 2011, p.309).

Todas as comunidades existentes num determinado território, quer sejam económicas, empresariais, profissionais, sociais, culturais ou desportivas, devem contribuir para um desenvolvimento integrado e sustentado desse mesmo território. Neste sentido, devem ser tidas em conta as dimensões económica, social, política e cultural, com recurso à participação de todos e à mobilização dos recursos existentes. O protagonismo para encontrar soluções adequadas às necessidades individuais e coletivas de um território e gerar mudanças é colocado nos seus indivíduos, nos seus saberes, bem como nos recursos naturais e culturais existentes. (Figura 1).

Figura 1 – O desenvolvimento sustentável e a sua possível relação com as políticas territoriais e educativas



Fonte: Cordeiro, A. M. R., Alcoforado, L., & Ferreira, A. G. (2011). Projeto Educativo Local. Um processo associado a estratégias de desenvolvimento integrado e sustentável. *Cadernos de Geografia*, p.309.

Todos os cidadãos devem ter uma participação ativa neste processo de desenvolvimento, que surge, inevitavelmente, associado ao “conhecimento, ou, de uma forma mais circunstanciada, das formas de o gerar (inovação), de lhe aceder e de o utilizar (aprendizagem), articulando-a em processos organizados que lhe podem dar sentido e coerência (educação e/ou formação).” (Cordeiro et al., 2011, p. 309).

O Projeto Educativo Local deve disponibilizar as aprendizagens necessárias para todos, ao longo da vida, mas é, igualmente, essencial que promova a qualidade de vida, individual e coletiva, ao longo das aprendizagens.

### **CAPÍTULO III. AS RELAÇÕES ENTRE A ESCOLA E A COMUNIDADE**

### **3.1. Uma escola para todos e para cada um**

Um dos princípios universais dos Direitos Humanos, consagrado na Declaração Universal dos Direitos Humanos, é que “Toda a pessoa tem direito à educação” (ONU, 1948, artigo 26.º). Nesta mesma Declaração, está explícita a ideia de que a educação deve favorecer o progresso social, económico e cultural, bem como a tolerância e a cooperação internacional. Contudo, a realidade é que os sistemas educativos se têm confrontado com muitos obstáculos na tentativa de proporcionar uma educação de qualidade para todos. Vários têm sido os organismos internacionais, como a ONU e a UNESCO, que têm investido os seus esforços para que aconteça uma melhoria na educação para todos.

Com a emergência de grandes movimentos sociais e políticos, que surgiram nos pós-guerra e durante a década de 60, e que conduziram a uma abertura à diversidade social e política, com implicações na área da educação, nasceu o movimento da escola inclusiva, cuja meta a alcançar era uma educação que fosse o mais abrangente possível. Num contexto histórico caracterizado por mudanças sociais e económicas, com a tónica no direito à diferença e à igualdade de oportunidades, a Escola sente necessidade de repensar a sua identidade e as suas funções. O movimento da escola inclusiva veio trazer uma nova forma de ver a educação, que se traduziu num olhar mais atento à diversidade de pessoas e contextos, e não apenas aos indivíduos portadores de deficiência. Na conferência mundial sobre a educação para todos que se realizou em 1990, em Jomtien, na Tailândia, de onde resultou a Declaração Mundial sobre Educação para Todos, foi referida a necessidade de

Um compromisso efetivo para a superar as disparidades educacionais deve ser assumido. Os grupos excluídos – os pobres: os meninos e meninas de rua ou trabalhadores; as populações das periferias urbanas e zonas rurais, os nómadas e os trabalhadores migrantes; os povos indígenas; as minorias étnicas, raciais e linguísticas; os refugiados; os deslocados pela guerra; e os povos submetidos a um regime de ocupação – não devem sofrer qualquer tipo de discriminação de acesso às oportunidades ocupacionais. (UNESCO, 1990, artigo 3.º).

Os objetivos deste movimento, segundo Sanches e Teodoro (2007, cit. por Ferreira, 2013, p.49) consistem em satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem, criar escolas inclusivas, de forma a garantir a todos o acesso à educação, e promover o sucesso de todos os alunos, a nível pessoal e académico.

A assinatura da Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994) foi decisiva para o desenvolvimento dos princípios da escola inclusiva:



O princípio fundamental das escolas inclusivas é o de que todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que elas possam ter. Escolas inclusivas devem reconhecer e responder às necessidades diversas dos seus alunos, acomodando ambos os estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos através de um currículo apropriado, arranjos organizacionais, estratégias de ensino, uso de recursos e parcerias com as comunidades. Na verdade, deveria existir uma continuidade de serviços e apoio proporcional ao contínuo de necessidades especiais encontradas dentro da escola. (p. 5).

Uma educação para todos, como foi declarada em Salamanca, coloca o foco no processo educativo e na construção de escolas inclusivas, com disponibilidade de meios e recursos adequados para combater a discriminação e garantir que é proporcionada uma educação que dê resposta aos problemas e necessidades das comunidades educativas.

Em 2000, realizou-se o Fórum Mundial da Conferência de Dakar, onde se reafirmaram os princípios da escola inclusiva e se estabeleceu como meta, a atingir até 2015, uma educação para todos:

Desafio essencial é o de assegurar que a visão ampla da Educação para Todos como conceito inclusivo se reflita nas políticas dos governos nacionais e dos órgãos financiadores. A Educação para Todos deve abarcar não apenas a educação primária, mas também a educação pré-primária, a alfabetização e os programas de capacitação para a vida. Utilizando tanto abordagens formais quanto informais, ela deve levar em conta as necessidades dos pobres e dos mais desfavorecidos, entre eles as crianças que trabalham, lavradores e nômades que vivem no campo, e as minorias étnicas e linguísticas, as crianças, os jovens e os adultos atingidos por conflitos, pelo HIV/AIDS, pela fome e pela deficiência de saúde, e aqueles com necessidades especiais de aprendizagem. (UNESCO, 2001, p. 13).

Na escola inclusiva, a diversidade é considerada uma riqueza. Cada aluno tem a sua cultura, o seu ritmo de aprendizagem e a escola deverá ajudá-lo a construir a sua identidade. Sanches (2011, cit. por Ferreira, 2013) defende que “Estar incluído é estar na escola, participar nas atividades e desenvolver potencialidades” (p. 52).

Em Genebra, em novembro de 2008, na 48.<sup>a</sup> Conferência Internacional de Educação, refletiu-se sobre a “Educação Inclusiva: o caminho do Futuro” e foi reforçada a importância de uma educação de qualidade para todos, respeitando a individualidade de cada um, com vista ao progresso individual e coletivo: “A educação inclusiva é um processo contínuo que tem como fim oferecer uma educação de qualidade para todos, respeitando as diversidades e as diferentes necessidades e capacidades, as características e as expectativas de aprendizagem dos alunos e das comunidades.” (traduzido de UNESCO, 2008, p. 18).

### **3.2. Uma escola construída por todos**

Uma escola inclusiva não se constrói sozinha. Outros atores são convocados para este processo: as famílias, os técnicos especializados, os governantes, a comunidade em geral, por

outras palavras, todos aqueles que, de alguma forma, participam no processo educativo. Para César (2003, cit. por Ferreira, 2013) “a inclusividade implica um entrecruzamento de diálogos múltiplos que só é possível num ambiente de partilha” (p. 52).

Ló (2010) sublinha que a família tem um papel determinante no processo de inclusão, considerando que este processo se deve iniciar na própria família. As famílias são detentoras de informação detalhada sobre o desenvolvimento dos filhos, que, ao ser partilhada com a escola, possibilita que as crianças obtenham maior sucesso nas aprendizagens: “As expectativas, os sonhos, as possibilidades entre escola e família, são fatores determinantes do avanço do(s) aluno(s).” (Ló, 2010, p. 130).

Pereira e Micaelo (2013) definem escola inclusiva como aquela que consegue acolher e dar resposta às necessidades dos diferentes alunos, garantindo uma educação de qualidade a todos. Os autores consideram que, neste sentido, deverão ocorrer mudanças no contexto educativo, de forma a que possam ser asseguradas as respostas necessárias, pois se para alguns alunos essas respostas se encontram ao “nível do projeto educativo de escola ou de turma, para muitos alunos com necessidades educativas especiais, torna-se necessário que as respostas sejam equacionadas, também no quadro de um Programa Educativo Individual, com a necessária mobilização de apoios de educação especial.” (p. 17).

Joaquim Azevedo (2015b) reitera a ideia de que nenhum aluno pode ser deixado para trás: “É preciso criar oportunidades educativas de qualidade para cada um.” (p. 4). O autor considera que para que isso aconteça, é imprescindível um esforço de toda a comunidade implicada no processo educativo, através do estabelecimento de compromissos entre os diversos atores, incluindo as autarquias municipais e as Juntas de Freguesia.

Uma escola para todos implica a existência de um projeto educativo, que seja construído e partilhado pelos diferentes parceiros da comunidade educativa e que seja articulado com a comunidade local, uma vez que é aqui que se encontram os recursos e onde poderá, neste sentido, ser feita uma gestão integrada dos mesmos. Assim, Barbieri (2003, cit. por Ferreira, 2013) considera que o

Projeto Educativo assume a forma de ferramenta apresentada como essencial à sua construção e que não se restringe apenas ao espaço escolar, nem deve constituir-se como o somatório dos projetos e intenções que compõem as escolas de um determinado TEIP, assume-se como um projeto de território com propósitos de combate ao insucesso e abandono escolar. (p.82)

A valorização do local pressupõe que seja feita uma gestão participada, uma vez que a resolução dos problemas educativos deve acontecer a partir do contexto local onde se detetam esses problemas e não a partir de decisões tomadas a nível central. A escola passa a ser

considerada uma unidade de um determinado território educativo, o que para Ana Benavente (1999, cit. por Ferreira, 2013) alarga o poder de intervenção da escola, na medida em que esta deixa de se assumir como o único centro educativo fechado sobre si mesmo, abrindo-se à participação dos diversos agentes na construção de um projeto educativo, que envolva questões de natureza educativa, mas também cultural e económica.

### **3.3. A criação de parcerias**

A educação é uma responsabilidade de todos. Contudo, durante anos, “a escola constituiu-se como um espaço fechado e à margem da comunidade, uma vez que lhe competia apenas a função de instrução, o que lhe permitia comportar-se como uma sociedade dentro da sociedade geral.” (Sousa & Sarmiento, 2010, p. 146). Em consequência disso, a relação da escola com a comunidade desenvolveu-se, essencialmente, num registo negativo, em que, por exemplo, as famílias só eram chamadas à escola quando havia problemas com os filhos ou para atividades em que desempenhavam um papel de meros espetadores. A ida à escola por parte dos pais que se mostravam mais interessados era encarada como uma ameaça para o desempenho das funções da escola. Por sua vez, as famílias também tinham uma imagem pouco positiva relativamente à escola, uma vez que tendiam a “percepcionar a escola de forma crítica e desinvestida, pedindo apenas contas relativamente ao insucesso, que prontamente justificava com erros de métodos ou de conteúdos.” (Sousa & Sarmiento, 2010, p. 147).

A partir de meados do século XX, a escolarização passou a assumir uma importância fundamental, levando ao conseqüente aparecimento de novos problemas e desafios à instituição escolar, decorrentes da sua massificação. Neste sentido, passou a considerar-se como determinante a interação positiva da escola com a família, com vista ao desenvolvimento de uma relação colaborativa entre estas duas instituições responsáveis pelo processo de escolarização e educação.

Atualmente, a escola não vive isolada e a ação educativa desenvolve-se em diversos contextos para além do escolar: familiar, comunitário e territorial. A escola, enquanto espaço de construção e partilha de saberes, por excelência, estabelece relações com a comunidade e os seus diferentes elementos, de forma a conseguir dar resposta a todos os desafios que se lhe colocam. Existe, assim, uma relação indissociável entre a escola e a comunidade: a escola não pode viver sem a comunidade, nem a comunidade vive sem a escola. Famílias, autarquia,

empresas, bem como instituições educativas, culturais e sociais de um território assumem-se como importantes agentes ao serviço da educação.

Os projetos de articulação da escola com a comunidade surgem, em Portugal, com maior relevância, a partir dos anos 70 e 80. Exemplo disso foi o Projeto ECO/Arronches, como refere Ferreira (2013, p.85) cujo objetivo principal consistia no desenvolvimento de práticas pedagógicas com vista ao sucesso educativo de todos os alunos. Canário (2008b) refere que este projeto pressupunha que a escola e o contexto eram indissociáveis e que para a escola apresentar uma maior abertura, implicava mudar a relação da escola com a comunidade: “Não se trata apenas de mudar o modo como a escola se relaciona com a comunidade e vice-versa, mas de mudar a escola e mudar a comunidade” (p.111). A família e a comunidade estão, naturalmente, dentro da escola, através dos alunos, logo, segundo Canário (2008b), “o modo mais directo de intervir sobre a mudança da relação entre a escola e a comunidade é na forma como são tratados os alunos.” (p.111).

Na década de 90, começam a desenvolver-se, em Portugal, parcerias que, segundo Ferreira (2005, cit. por Lopes, 2011, p.62), visam reaproximar o mundo escolar e social através do trabalho em parceria desenvolvido por profissionais, serviços e instituições de diferentes áreas, como a educação, a justiça, a saúde, entre outras.

Em março de 1990, decorreu, em Jomtien, na Tailândia, a Conferência Mundial sobre Educação para Todos, da qual resultou a Declaração Mundial sobre Educação para Todos, que consiste num plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. Neste documento, é reconhecida, às autoridades responsáveis pela educação a nível nacional e local, a obrigação de proporcionar educação a todos. Daqui, resulta a necessidade da criação de parcerias a vários níveis entre os diferentes setores da sociedade, destacando-se a relevância do papel das famílias, dos educadores e de outros agentes educativos. (UNDO, UNESCO, UNICEF e WORLD BANK, 1990, p.38)

A escola procurou novas formas de organização, recorrendo, para isso, à criação de parcerias, projetos e contratos com os parceiros da comunidade em que está inserida, criou redes de contactos dentro do território educativo, o que lhe permitiu a partilha de responsabilidades educativas e sociais. Como refere Estaço (2001, cit. por Ferreira, 2013, p. 87), o trabalho educativo que resulta da ação concertada entre os “(...) vários parceiros permite uma corresponsabilização de responsabilidades, fomentando uma cultura de participação e desenvolvendo uma dimensão democrática da parceria pois permite a abertura do sistema educativo no plano organizacional e formativo a novos contextos e a novos atores.”

Para Canário (2008, cit. por Patacho & Santomé, 2017, p.278) a aproximação das escolas às famílias e à comunidade deve ser vista como uma estratégia encontrada pelos sistemas educativos para fazer face aos novos problemas com os quais as escolas se confrontam e que advêm da massificação da educação escolar. Neste contexto, Martins (2009) considera que

Uma educação desenvolvida com parcerias concretiza o envolvimento dos implicados no processo, num assumir de corresponsabilidades e, seguramente, uma rentabilização de recursos, por conjugação de vontades e esforços, o que se traduz num fomento cultural, com risco inevitável de “controlo social”, minimizado pela formação cívica e cultura democrática construídas e promovidas pela realização partenarial. (p.74)

Concluimos, desta forma, que, a concretização de uma relação de parceria entre a escola, as famílias e a comunidade, consubstancia uma realidade da qual são evidentes os benefícios para todos os intervenientes.

### **3.4. Parcerias e partenariado**

Diogo (1998, cit. por Martins, 2009, p.65) define parceria como a “atitude partilhada pelos defensores dos valores da participação e da transposição para o interior das escolas da essência do verdadeiro ideal democrático, sendo também, a via para melhorar a qualidade das decisões, a eficácia e a qualidade dos serviços prestados”. Desta forma, a existência de parcerias no campo educativo implica que os atores sociais, de diferentes instituições, participem na realização de projetos educativos, havendo, necessariamente, um cruzamento entre o sistema educativo, o sistema económico e o social. Uma parceria implica a partilha de objetivos, a defesa de interesses comuns, a definição de estratégias, a negociação de decisões, de forma a que a parceria socioeducativa possa ser um fator de transformação e desenvolvimento local.

As parcerias permitem, segundo Leite, Fernandes, Mouraz e Sampaio (2015, pp.830-831), uma melhor comunicação entre a escola e a comunidade, promovendo sinergias positivas.

Maria Beatriz Canário (1995, cit. por Martins, 2009) correlaciona a parceria com o conceito de partenariado:

O partenariado, como prática social inovadora, estabelece um novo tipo de colaboração entre os parceiros; (...) o partenariado pressupõe a paridade entre os parceiros; eles contribuem para objetivos comuns, mas têm também os seus objetivos próprios e cada um deles pode legitimamente retirar vantagens particulares; compromissos e benefícios resultam de um acordo, a que se chega através de negociação. Para poder negociar, cada parceiro tem de deter uma margem de autonomia considerável (p.65).

Stoer e Rodrigues (2000, cit. por Ferreira, 2013) distinguem o conceito de parceria do termo *partenariado*, definindo parceria como um “processo de cooperação relativamente informal que surge no meio local e é estruturado por ele. *Partenariado* como um processo formal de colaboração e cooperação que se estrutura em torno de um conjunto de interesses partilhados por vários parceiros.” (p.88). Para estes autores, o desafio que se coloca é tentar promover a articulação entre parceria e *partenariado*.

O *partenariado* socioeducativo é, segundo Marques (1998, cit. por Martins, 2009, p.66), definido como “parceria de parceiros sociais com fins educativos.” O *partenariado* na educação emerge, assim, da colaboração entre parceiros, com vista à consecução de objetivos educativos comuns. Martins (2009) considera que o *partenariado* socioeducativo se apresenta como “uma forma organizativa de participação dos atores sociais na realização de projetos educativos no campo das relações entre o sistema educativo e o sistema económico e social.” (p.66). Os atores envolvidos numa parceria partilham objetivos e interesses comuns através de estratégias concertadas e de tomadas de decisão negociadas. Uma parceria socioeducativa só poderá ser um verdadeiro fator de transformação a nível local se existir essa conjugação de sinergias, como defende Martins (2009). Neste sentido, Ferreira (2013) considera que o conceito de parceria se relaciona com “a afirmação do poder local, enquanto unidade própria de desenvolvimento e com as políticas de descentralização que promovem ações e exercícios de iniciativa e de autonomia.” (p.88). Também Stoer e Rodrigues (2000, cit. por Ferreira, 2013) reconhecem a relevância das parcerias para o desenvolvimento local, considerando-as como instrumentos utilizados para reduzir a pobreza e a exclusão social. Para que possa ser bem-sucedida, os agentes locais devem encarar a parceria não só como um processo de colaboração informal que surge a partir das necessidades e problemas a nível local, mas também como uma colaboração formal, em que são mobilizados os agentes locais para dar resposta aos problemas identificados.

Segundo Estação (2001, cit. por Ferreira, 2013, p.89), o *partenariado* educativo, enquanto projeto de educação e de sociedade, define-se como um “movimento de renovação das formas de participação dos cidadãos ativos na vida social e constitui-se como uma prática social inovadora com crescente importância nas sociedades contemporâneas.” O sistema educativo adquire, desta forma, uma dimensão democrática, que resulta do facto de novos atores e contextos poderem participar nas políticas de decisão local.

O conceito de parceria está, naturalmente, interligado com o conceito de participação, na medida em que os atores são chamados a intervir nas diferentes fases dos processos sociais, desde a tomada de decisões, a planificação e desenvolvimento, bem como na sua avaliação.

Ferreira (2013) considera que esta forma de educação participada, que assenta na partilha de poder e na tomada de decisões, gera novos modos de relacionamento, que irão conduzir ao desenvolvimento socioeducativo. Barroso (1996, cit. por Ferreira, 2013, p.89) defende que, numa parceria, a participação, cooperação e corresponsabilização advêm dos interesses comuns partilhados pelos diferentes parceiros envolvidos.

Para Epstein (2009, cit. por Ferreira, 2013, p. 24), o desenvolvimento de parcerias depende da existência de objetivos comuns, que são partilhados e assumidos por dois ou mais agentes de natureza diversa, em que o resultado será superior à soma das duas partes. Numa parceria, as relações que se estabelecem envolvem a existência de compromissos e responsabilidades comuns e o produto final de um projeto resulta da articulação dos vários parceiros implicados. Estes devem definir, em conjunto, as estratégias e os recursos a utilizar, tendo em conta a consecução os objetivos e metas a atingir.

Ferreira (2005, cit. por Ferreira, 2013, p. 90) considera “o acolhimento da lógica das parcerias por parte da escola e dos seus atores, como uma resposta às incertezas e às inseguranças da escola.” Desta forma, repartem-se dificuldades, através de uma corresponsabilização. Contudo, importa referir que não podemos encarar as parcerias como a solução para todos os problemas da escola, pois essa ideia seria demasiado ambiciosa.

Dias (2003) aponta o exemplo do projeto das Escolas Rurais, desenvolvido pelo Instituto das Comunidades Educativas (ICE), para, recorrendo a Sarmiento (2002), identificar diferentes tipos de parcerias essenciais na escola:

- i) *parcerias de ação* ou as que se estabelecem com os alunos e a família e seus representantes;
- ii) *parcerias de enquadramento* ou as que a escola estabelece com diversas instituições locais como autarquias, centros de saúde, associações, etc.;
- iii) *parcerias de viabilização* que são estabelecidas com o Ministério, com fundações ou outras organizações;
- . iv) *parcerias de legitimação*, sobretudo estabelecidas com o meio académico (ESSE's, Universidades, Institutos). (p.66)

Tendo em conta as diversas dimensões de parceria apresentadas, Dias (2003, p. 67) considera que o conceito de parceria, num sentido mais amplo, se refere às inter-relações da escola com a comunidade.

Valente (1998, cit. por Martins, 2009, p.66) defende que a parceria não é um fim em si mesmo nem um objetivo a atingir, mas sim um modo de funcionamento e de organização dos atores das diversas instituições. Já Martins (2009) conclui que “as parcerias na educação implicam acordos com os diferentes atores sociais, enquanto processos de dinâmica social,

dando resposta positiva às necessidades educativas e formativas dos educandos do sistema educativo, desde as famílias em particular até às empresas, autarquias e comunidade.” (p.66). A escola, através do seu projeto educativo, define a forma como se relaciona com os seus parceiros.

### **3.5.O papel da autarquia: de contribuinte do Estado a parceiro educativo**

A sociedade tem-se debatido com a questão da autonomia das escolas, num processo de abertura à comunidade, em que se verifica um aumento da participação dos vários parceiros na vida das comunidades educativas.

Segundo Formosinho, Machado e Ferreira (2000), as autarquias tornaram-se um parceiro fundamental, no âmbito da descentralização educativa, assumindo “um papel de crescente importância no domínio da administração educativa e na vida das comunidades educativas” (p.323).

No Decreto-Lei n.º 100/84, de 29 de março, é dado um dos primeiros passos no sentido da transferência de responsabilidades e competências, no campo da educação e tempos livres, para os municípios. Este diploma legal vem colocar, sob a alçada das autarquias, a ocupação de tempos livres, a manutenção, a restauração e o fornecimento de mobiliário para os edifícios que compõem o parque escolar e os transportes escolares. Contudo, na prática, esta atribuição de competências próprias às autarquias traduziu-se numa transferência unilateral de encargos financeiros centrais para os municípios, como defende Fernandes (1996).

A Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE), Lei n.º 46/86, de 14 de outubro, estabeleceu o quadro geral do sistema educativo, promovendo a democratização do ensino e garantindo o direito à educação e cultura e a igualdade de oportunidades. Neste diploma legal foram igualmente definidos os princípios gerais da administração do sistema educativo. Entre esses princípios constam a democraticidade e a participação, tendo em vista a consecução de objetivos pedagógicos, bem como a articulação com os diferentes elementos da comunidade. Destacamos também a descentralização e desconcentração das estruturas administrativas a nível nacional, regional autónomo, regional e local, como se pode ler no artigo 43.º. Neste contexto, o município é valorizado no seio de uma administração descentralizada, levando à atribuição de competências próprias. Contudo, na verdade, não se verifica uma grande alteração relativamente à LBSE, no que se refere à verdadeira atribuição de competências, uma vez que as autarquias continuam a ser vistas como meros recursos. Fernandes (1996) considera que as



autarquias locais, de acordo com a LBSE, encontram-se na “dimensão de meros parceiros sociais ao lado de outros como associações de pais ou moradores, associações cívicas, confessionais, sindicais ou empresariais com idênticos poderes de intervenção na educação e ensino” (p.115). Na Lei n.º 46/86, de 14 de outubro, apenas são reconhecidas às autarquias as capacidades de iniciativa e intervenção na prestação de serviços educativos, tal como outras entidades privadas, o que lhes confere um estatuto privado e não público. No ponto 2 do artigo 63.º da referida lei, é indicado que será publicada legislação onde serão clarificadas “as funções de administração e apoio educativos que cabem aos municípios.” Desta forma, concluímos que não se verificou um verdadeiro movimento descentralizador.

A legislação posterior acabou por não alterar, de forma significativa, o papel de parceiro social atribuído ao município nem o financiamento municipal:

- Lei n.º 1/87, de 6 de janeiro, que procede à revisão da Lei das Finanças e que se traduziu numa redução do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF);

- Lei n.º 31/87, de 9 de julho, que prevê a representação de dois elementos da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) no Conselho Nacional de Educação, enquanto parceiros sociais;

- Decreto-Lei n.º 357/88, de 13 de outubro, em que as autarquias passam a ter assento e responsabilidades nos Conselhos de Gestão dos fundos de manutenção e conservação das escolas;

- Decreto-Lei n.º 26/89, de 21 de janeiro, que prevê a criação das escolas profissionais, promovidas pelos municípios em articulação com outras entidades;

- Decreto-Lei n.º 43/89, de 3 de fevereiro, que estabeleceu o regime jurídico da autonomia das escolas, atribuindo ao município um estatuto semelhante aos outros representantes da comunidade local, não aumentando, assim, a intervenção autárquica;

- Despacho n.º 8/SERE/89, de 8 de fevereiro, que prevê a inclusão das autarquias nos conselhos consultivos dos conselhos pedagógicos das escolas, ao lado dos outros representantes de associações locais;

- Decreto-Lei n.º 172/91, de 10 de maio, que determina a participação dos municípios nos Conselhos de Escola.

Apesar de se terem verificado alguns avanços, as atribuições autárquicas continuaram a ser muito restritas, característica de um regime ainda muito centralizado.

No final da década de 90, tem início uma nova fase de intervenção dos municípios na educação e de reconhecimento, por parte do Estado, do seu papel público, que resultou das orientações políticas e normativas publicadas. O Ministério da Educação elaborou o “Pacto

Educativo para o Futuro”, composto por nove objetivos estratégicos e dez compromissos de ação, em que se constata uma valorização do papel das autarquias enquanto parceiro educativo local, que se traduz no envolvimento dos municípios em sete desses compromissos de ação. Este programa visava, entre outros objetivos, a descentralização das políticas educativas, com transferência de competências para os órgãos de poder local.

O Despacho n.º 147-B/ME/96, II Série, de 1 de agosto, que foi complementado pelo Despacho Conjunto n.º 73/SEAE/SEEI/96, de 3 de setembro, consagraram a constituição de Territórios Educativos de Intervenção Prioritária (TEIP) a partir do ano letivo 1996/97. Esta medida de territorialização das políticas educativas veio valorizar o local e a gestão integrada dos recursos.

A publicação do Decreto-Lei n.º 147/97, de 11 de junho, veio estabelecer o ordenamento jurídico do desenvolvimento e expansão da rede nacional de educação pré-escolar, e definir as atribuições e competências das autarquias neste nível de educação, em regime de cooperação com o governo central, mediante parcerias com a Segurança Social.

A Lei n.º 23/97, de 2 de julho, veio reforçar as atribuições e competências das freguesias no âmbito educativo.

O Decreto-Lei n.º 115-A/98, de 4 de maio, alterado posteriormente pela Lei n.º 24/99, de 22 de abril, definiu o regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos de ensino. Este diploma legal preconizou a descentralização e reforçou a autonomia das escolas, consagrando a existência dos Conselhos Locais de Educação.

O Parecer n.º 3/99 do emitido pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) salienta a necessidade de alargar a colaboração entre os setores da educação e da formação e, no ponto 25 das Recomendações deste documento, sugere-se, tendo em conta a Declaração de Salamanca, aprovada em 1994, “Favorecer uma organização da escola que contribua para que sejam atingidos os propósitos da escola inclusiva, com destaque para o seu papel enquanto organismo dinamizador de relações educativas, abrangendo os seus diferentes actores, professores, alunos e autarquia.” Também este documento vem realçar a importância do estabelecimento de parcerias, nomeadamente com a autarquia.

Neste seguimento, a Lei n.º 159/99, de 14 de setembro, estabeleceu o quadro de transferência de atribuições e competências para as autarquias locais na área da educação. Contudo, Matos (1999, cit. por Martins, 2010) refere que “não é possível uma política bem-sucedida na educação, sem que sejam conferidos aos municípios os meios financeiros compatíveis com a exigência das responsabilidades que lhes estão a ser cometidas pela

Administração Central” (p.42). O referido autor acredita também que, no campo da educação, as autarquias vão mais além na sua ação, não se limitando às competências atribuídas pela lei.

As autarquias são, para Martins (2009, p.66), um importante parceiro socioeducativo, com responsabilidades, no que respeita ao desenvolvimento local e, conseqüentemente, na área da educação, tendo em conta que estas assumem um papel determinante para diminuir as assimetrias existentes.

O Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro, veio regulamentar os Conselhos Municipais de Educação (CME) e aprovar o processo de elaboração da Carta Educativa, transferindo competências para as autarquias locais. De acordo com o artigo 3.º deste diploma legal, o Conselho Municipal de Educação é consagrado como

(...) uma instância de coordenação e consulta, que tem por objectivo promover, a nível municipal, a coordenação da política educativa, articulando a intervenção, no âmbito do sistema educativo, dos agentes educativos e dos parceiros sociais interessados, analisando e acompanhando o funcionamento do referido sistema e propondo as acções consideradas adequadas à promoção de maiores padrões de eficiência e eficácia do mesmo.

Desta forma, os CME passam a coordenar localmente a política de educação, o que se traduz num reconhecimento do novo poder político atribuído aos municípios.

No artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 7/2003, surge também a definição de Carta Educativa:

A carta educativa é, a nível municipal, o instrumento de planeamento e ordenamento prospectivo de edifícios e equipamentos educativos a localizar no concelho, de acordo com as ofertas de educação e formação que seja necessário satisfazer, tendo em vista a melhor utilização dos recursos educativos, no quadro do desenvolvimento demográfico e sócio-económico de cada município.

A Carta Educativa configura-se como instrumento e prática de planeamento, que através da reconfiguração da rede educativa de um determinado território, tem como meta promover o desenvolvimento social desse mesmo território através da melhoria da educação e formação. O processo de elaboração da Carta Educativa, enquanto instrumento de reordenamento e requalificação da rede educativa municipal, deve partir de um planeamento prospetivo das necessidades ao nível dos equipamentos e recursos, necessários para as diferentes modalidades de ensino e educação não superior, com vista a uma melhor utilização dos recursos educativos (Cordeiro & Martins, 2013). Para além da realidade atual, deve ser tido em consideração, igualmente, o desenvolvimento demográfico e socioeconómico de cada município, prevendo as ofertas de educação e formação que serão necessárias no futuro.

Com a publicação do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, que introduziu o regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, os municípios passam a ter assento no Conselho Geral das

escolas, “órgão de direção estratégica responsável pela definição das linhas orientadoras da atividade da escola, assegurando a participação e representação da comunidade educativa” (artigo 11.º). Este diploma legal foi alterado, pela primeira vez, pelo Decreto-Lei n.º 224/2009, de 11 de setembro, e sofreu novamente alterações com a publicação do Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2 de julho.

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 15/2013, de 19 de março, veio criar o Programa Aproximar – Programa de Descentralização de Políticas Públicas. No campo da educação, surgiu o Programa Aproximar Educação (PAE), com a Descentralização de Competências na área da educação. No Memorando de Trabalho que explicita o Contrato de Educação e Formação Municipal, estabelecido entre o Ministério da Educação e os Municípios, define-se, como objetivo central deste programa, a descentralização, por via de delegação contratual, de competências na área da educação e formação, dos serviços centrais do Estado para os municípios. Neste sentido, pretende-se aprofundar a responsabilidade dos municípios no compromisso com a educação, devendo ser reconhecida e respeitada a autonomia e diversidade dos estabelecimentos de ensino, num quadro de articulação entre agentes e entidades locais. Este projeto assenta numa valorização do papel dos municípios, das escolas, dos diretores de escola e da comunidade na tomada de decisões através de um contrato contextualizado no quadro da ação local, com vista ao desenvolvimento de uma maior autonomia pedagógica, curricular, administrativa e organizativa.

Esta política de descentralização baseia-se em princípios potenciadores da eficiência e eficácia: subsidiariedade, proximidade, coresponsabilização, racionalização dos recursos e democratização.

No reconhecimento de que as autarquias locais são a estrutura fundamental para a gestão de serviços públicos numa dimensão de proximidade, foi publicada a Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, que se constituiu como a Lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais. O Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da educação.

No Quadro 1, apresentamos uma síntese da evolução das atribuições e competências formais dos municípios na educação, desde 1974 até à atualidade, com referência aos diplomas legais promulgados, seguindo a perspetiva de Fernandes (2000), que define três fases distintas na evolução do reconhecimento da importância aos municípios e na natureza dos poderes que lhe estavam implícitas em matéria de educação.

Quadro 1- Evolução da regulação normativa relativa ao reconhecimento da importância dos municípios e da natureza dos poderes que lhe estão implícitos em matéria de educação

Fases evolutivas	Diplomas legais e competências / Âmbito de intervenção	Natureza dos poderes municipais
<p><b>1.ª fase</b> <b>1974 – 1986</b></p> <p>O Município como contribuinte líquido do Estado</p>	<p><b>Decreto-Lei n.º 77/84, de 8 de março:</b> construção, manutenção e suporte de despesas correntes na educação de estabelecimentos de ensino pré-escolar, ensino básico e equipamentos para o ensino de adultos.</p> <p><b>Decreto-Lei n.º 299/84, de 5 de setembro:</b> organização e financiamento dos transportes escolares.</p> <p><b>Decreto-Lei n.º 399-A/84, de 28 de dezembro:</b> competências em matéria de ação social escolar em diversos domínios: criação, manutenção e administração dos refeitórios escolares, atribuição de auxílios económicos e atribuição de alojamento em agregado familiar. Ensino pré-escolar, básico, ciclo preparatório TV (oficial, particular ou cooperativo).</p>	<p>- Definição de encargos financeiros e não de competências.</p> <p>- Contribuinte público dos custos educativos.</p>
<p><b>2.ª fase</b> <b>1986 – 1996</b></p> <p>O Município como agente educativo supletivo e parceiro social</p>	<p><b>Lei n.º 46/86, de 14 de outubro:</b> Lei de Bases do Sistema Educativo: competências do município no âmbito da educação pré-escolar, profissional, especial e educação de adultos e de atividades extraescolares.</p> <p><b>Decreto-Lei n.º 31/87, de 9 de julho:</b> participação no Conselho Nacional de Educação.</p> <p><b>Decreto-Lei n.º 357/88, de 13 de outubro:</b> constituição de parceria no conselho de direção de gestão do fundo de manutenção e conservação dos edifícios do 2.º e 3.º ciclos e ensino secundário.</p> <p><b>Decreto-Lei n.º 172/91, de 10 de maio:</b> participação no Conselho de Direção de Escolas.</p> <p><b>Despacho n.º 147-B/ME/96 de 1 de agosto:</b> constituição de parceria na criação escolas TEIP.</p>	<p>- Continuidade do papel de contribuinte público dos custos educativos.</p> <p>- Gestor de interesses privados no domínio da educação com estatuto idêntico ao das restantes instituições privadas.</p> <p>- Parceiros Sociais (estatuto que lhe dá acesso ao Conselho Nacional de Educação).</p>
<p><b>3.ª fase</b> <b>Após 1996</b></p> <p>O Município como parceiro educativo público</p>	<p><b>Lei n.º 5/97, de 10 de fevereiro, Lei-Quadro da Educação Pré-Escolar e Decreto-Lei n.º 147/97, de 11 de junho:</b> condições de participação das autarquias na educação pré-escolar.</p> <p><b>Decreto Regulamentar 12/2000, de 29 de agosto:</b> constituição de Agrupamentos de Escolas.</p> <p><b>Decreto-Lei n.º 7/2003 de 15 de janeiro:</b> criação obrigatória dos Conselhos Municipais de Educação e elaboração da Carta Educativa Concelhia.</p> <p><b>Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril:</b> participação da autarquia no Conselho Geral da Escola/Agrupamento.</p> <p><b>Decreto-Lei n.º 144/2008, de 28 de julho:</b> definição do quadro de transferências para as autarquias de competências referentes a pessoal não docente do ensino pré-escolar e básico, das atividades de enriquecimento curricular, da gestão do parque escolar do 2.º e 3.º ciclos do Ensino Básico, da ação social escolar do 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico e transportes escolares relativos ao 3.º Ciclo do Ensino Básico.</p> <p><b>Decreto-Lei n.º 55/2009, de 2 de março:</b> acesso ao apoio financeiro por parte dos municípios no âmbito do Programa de Generalização das Refeições Escolares para alunos do 1.º Ciclo do Ensino Básico.</p>	<p>- Continuidade do papel de contribuinte público dos custos educativos.</p> <p>- Com o estatuto de instituição pública é par do Estado, elemento participante e gestor dos interesses públicos educativos.</p>

<b>Continuação</b>	
<b>Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro:</b> criação do Fundo Social Municipal (FSM).	- Potencial edificador de políticas locais educativas territorializadas.
<b>Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro:</b> possibilidade da celebração dos contratos interadministrativos de delegações de competências, no âmbito das funções sociais, nomeadamente as da educação.	
<b>Decreto-Lei n.º 30/2015, de 12 de fevereiro:</b> estabelecimento do pacote de competências, no âmbito da gestão escolar, curricular, pedagógica, práticas educativas, da gestão orçamental, dos recursos humanos e financeiros e no âmbito da gestão de equipamentos e infraestruturas do ensino básico e secundário, que podem ser delegáveis nos municípios e nas entidades intermunicipais no domínio de funções sociais, nomeadamente da educação, através da celebração de contratos interadministrativos.	
<b>Despacho n.º 8452-A/2015, de 31 de julho:</b> regulamentação das condições de aplicação das medidas de ação social escolar por parte dos municípios nas modalidades de apoio alimentar e auxílios económicos.	
<b>Despacho n.º 7255/2018, de 31 de julho:</b> alteração do Despacho n.º 8452-A/2015, de 31 de julho, em que adita aos municípios na modalidade dos auxílios económicos o reforço da oferta das refeições escolares durante as interrupções do Natal e da Páscoa com as mesmas condições de pagamento do restante ano letivo para alunos beneficiários da ação social escolar; o alargamento do regime de distribuição gratuita de fruta escolar a todas as crianças que frequentam a educação pré-escolar nos estabelecimentos de ensino público e a comparticipação dos encargos com as visitas de estudo programadas.	
<b>Portaria n.º 113/2018, de 30 de abril:</b> possibilidade de candidatura por parte dos municípios à concessão financeira, no âmbito do regime escolar para os alunos do 1.º Ciclo do Ensino Básico.	
<b>Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto:</b> definição do quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, concretizando os princípios da subsidiariedade, da descentralização administrativa e da autonomia do poder local.	
<b>Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro:</b> definição do quadro de transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da educação.	

Fonte: Adaptado de Fernandes (2014, p. 49)

A evolução normativa destes anos de governo democrático revela um reconhecimento crescente do papel do município na educação e alguma diminuição do controlo estatal sobre a educação pública. O município deixa de ser visto como um mero “contribuinte do sistema educativo ou um gestor de interesses privados no domínio da educação para ser entendido como uma instituição que participa na gestão dos interesses públicos educativos ao lado do Estado e com o mesmo estatuto de instituição pública” (Fernandes, 2000, p. 36).

O município é um parceiro social com um papel fundamental no campo educativo, pois, para Azevedo (2015), ao considerarmos “a educação em toda a sua extensão, em cada território, na perspectiva da cidade educadora, é muito claro e será cada vez mais acutilante, alargado e determinante o papel das autarquias municipais na coordenação local e no desenvolvimento da educação.” (p.101). Contudo, Azevedo alerta para o perigo de se considerar a transferência de competências e de poder num fim, na medida em que pode significar mais poder e controlo local ou central, sem capacidade para estabelecer um diálogo com os atores locais. Assim, o autor defende que a descentralização da educação deve ser considerada um “instrumento ao serviço de um bem maior” (p.101).

Atualmente, a parceria com as autarquias surge como uma prática a desenvolver também no documento que contempla a Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania (ENEC) (Monteiro et al., 2017):

A articulação com as autarquias locais e os municípios, através do Conselho Municipal de Educação e do respetivo Plano Estratégico Educativo Municipal, afigura-se como uma prática a privilegiar pelas escolas potenciando soluções de complementaridade e convergência capazes de gerar sinergias locais e regionais que de forma contextualizada contribuam para o desenvolvimento de experiências reais de participação e de vivência da cidadania. (p. 16)

### **3.6.A participação dos pais e famílias enquanto parceiros**

A família é o primeiro contexto ambiental que o indivíduo conhece e com o qual interage. A organização familiar é feita de acordo com um conjunto de valores sociais e culturais, que vão sendo transmitidos de geração para geração, e que influenciam as relações interpessoais e as competências individuais. Quando analisamos as necessidades de um aluno, não podemos restringir-nos apenas às aprendizagens académicas, mas devemos considerá-lo numa perspectiva global, implicando necessariamente as relações que se estabelecem entre o aluno, a família e a escola. Neste sentido, Marques (2001, cit. por Picanço, 2012) defende que “As práticas de envolvimento parental compreendem não só a comunicação e o trabalho voluntário na escola, mas também o apoio educativo em casa, a participação em grupos de consulta e a participação na tomada de decisões.” (p. 40).

Marques (2001, cit. por Picanço, 2012) considera que, por um lado, existem práticas de envolvimento parental que são benéficas para a aprendizagem dos alunos, mas por outro, há práticas que são pouco relevantes em termos da melhoria dos resultados escolares dos alunos. Exemplo disso é a participação dos pais nos órgãos da escola, que, apesar de ser uma prática importante, não traduz benefícios concretos na aprendizagem dos alunos, embora possa ter

repercussões positivas nas questões da segurança, na melhoria dos transportes escolares ou na ocupação dos tempos livres dos alunos. No entanto, Picanço (2012) refere que “as práticas de comunicação, o envolvimento dos pais no apoio educativo aos filhos e a sua participação em grupos de consulta trazem, regra geral, mais benefícios para a aprendizagem dos alunos do que a própria tomada de decisão.” (p. 40). Nesta linha de pensamento, Bento et al. (2016), sustentados em Pinto e Teixeira (2003), e Picanço (2012), defendem que um dos fatores determinantes para um bom desempenho escolar é o diálogo que se estabelece entre a família e a escola, no sentido em que favorece a reflexão de diferentes aspetos pedagógicos e psicológicos dos seus filhos, com vista à melhoria do seu sucesso educativo.

A publicação da Lei n.º 7/77, de 1 de fevereiro, veio legitimar, segundo Sousa e Sarmiento (2010)

(...) a participação dos pais e encarregados de educação na vida e gestão escolares, e depois de um longo percurso de ascendência legislativa no que concerne a essa legitimação, apresenta-se hoje cada vez mais necessária uma intervenção educativa assente numa dinâmica de interação e co-responsabilização entre as várias instâncias educativas em que a criança vivencia experiências, equacionando-se, por conseguinte, uma formação global na qual a educação para a cidadania desempenha um papel de destaque. (p. 147).

A escola, por sua vez, deve promover o envolvimento, através da criação de canais de comunicação e colaboração com as famílias, onde prevaleça a confiança mútua, e utilizando estratégias que levem as famílias à escola, de forma a estabelecer relações positivas, num modelo mais aberto à comunidade.

Tendo por base os sistemas família e escola, e assumindo-se que o indivíduo é simultaneamente filho, aluno e cidadão, a educação é uma responsabilidade de pais, professores e sociedade em geral, como defende Costa (1998, cit. por Sousa & Sarmiento, 2010, p. 148), uma vez que “a educação possui um carácter eminentemente social que lhe advém da existência de vários actores sociais com funções educativas.”

Com a publicação do Despacho Normativo n.º 122/79, de 1 de junho, são estabelecidas as normas sobre o funcionamento e atuação das associações de pais e encarregados de educação dos alunos dos estabelecimentos de ensino preparatório e secundário, considerando, como se pode ler no Preâmbulo do diploma legal, que as associações de pais e encarregados de educação “constituem a forma organizada de a família intervir no processo educativo”.

O Decreto-Lei n.º 315/84, de 28 de setembro, torna extensivo às associações de pais e encarregados de educação dos alunos da educação pré-escolar e do ensino primário o disposto na Lei n.º 7/77, de 1 de fevereiro, relativamente à colaboração entre o Ministério da Educação e as associações de pais e encarregados de educação.



Com a entrada em vigor do Despacho n.º 8/SERE/89, de 8 de fevereiro, que veio regulamentar o funcionamento do Conselho Pedagógico, os pais passaram a ter assento neste órgão escolar.

O Decreto-Lei n.º 372/90 de 27 de novembro, veio revogar a Lei n.º 7/77, de 1 de fevereiro, e disciplinar o regime de constituição, os direitos e os deveres a que ficam subordinadas as associações de pais e encarregados de educação, introduzindo um “conjunto de normas, de necessário aperfeiçoamento e harmonização, bem como de novos dispositivos para dar expressão efetiva aos direitos e deveres inerentes à participação das associações de pais no sistema educativo, bem como garantir-lhe adequada posição institucional.” (Preâmbulo).

A entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 115-A/98, de 4 de maio, aprovou o regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, e determinou a participação dos pais e encarregados de educação nos respetivos órgãos da escola: Assembleia e Conselho Pedagógico. No artigo 41.º do Capítulo V do referido diploma legal, referente à participação dos pais e alunos, pode ler-se, no número 1, que

O direito de participação dos pais na vida da escola processa-se de acordo com o disposto na Lei de Bases do Sistema Educativo e no Decreto-Lei n.º 372/90, de 27 de Novembro, e concretiza-se através da organização e da colaboração em iniciativas visando a promoção da melhoria da qualidade e da humanização das escolas, em acções motivadoras de aprendizagens e da assiduidade dos alunos e em projectos de desenvolvimento sócio-educativo da escola.

O Decreto-Lei n.º 80/99, de 16 de março, introduziu alterações ao Decreto-Lei n.º 372/90, de 27 de novembro, nomeadamente, consagrando o direito a faltas justificadas sem remuneração, aos membros dos órgãos sociais das associações, para participar nos órgãos associativos e um crédito de faltas remuneradas para participar nos órgãos de administração e gestão, como se pode ler no artigo 15.º.

A Lei n.º 29/2006, de 4 de julho, implementou a segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 372/90, de 27 de novembro, introduzindo, entre outras mudanças, a possibilidade de os pais ou encarregados de educação membros dos órgãos de administração e gestão dos estabelecimentos públicos de educação terem direito a participar em reuniões de Conselho Municipal de Educação ou da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens.

De acordo com o regime de autonomia, administração e gestão das escolas que se encontra em vigor desde a publicação do Decreto-Lei n.º 75/2008, (posteriormente alterado pelo Decreto-Lei n.º 224/2009 e pelo Decreto-Lei n.º 137/2012), os pais podem ter uma

participação mais ativa na vida escolar. Destacamos as três principais formas de intervenção das famílias na escola:

- i) promoção e participação em atividades através dos seus movimentos associativos;
- ii) participação no Conselho Geral, órgão de direção estratégica dos agrupamentos de Escolas, enquanto representantes das famílias;
- iii) cooperação com os professores na organização das atividades das turmas, enquanto representantes das famílias.

Antes da implementação do regime de autonomia introduzido em 2008, Sá (2004, cit. por Patacho & Santomé, 2017) tentou compreender, através de estudos, os mecanismos de participação dos representantes das famílias nos órgãos escolares. O autor concluiu que os docentes concordavam com a participação das famílias, embora a maioria não considerasse existir uma necessidade de maior participação por parte destas e, em geral, o corpo docente mantinha baixas expectativas quanto ao desempenho dos representantes das famílias nos órgãos das escolas. E, de facto, os representantes das famílias registavam uma fraca intervenção nesses órgãos, “raramente havendo uma participação em sentido divergente da dos restantes membros desses órgãos, e muito menos em sentido discordante dos representantes do pessoal escolar.” (Patacho & Santomé, 2017, p. 280). Os autores referem um outro estudo, realizado na mesma altura, por um outro autor, Silva (2003), em que a relação entre as famílias e as escolas era descrita como uma “relação de desconfiança recíproca” (Patacho & Santomé, 2017, p.280).

Barroso (2011) sustentou que a investigação feita em Portugal sobre esta matéria não tem mostrado evidências acerca dos efeitos positivos da participação dos pais na forma de funcionamento das escolas. Barroso refere que os testemunhos apontam,

(...) por um lado, para um défice geral de participação e, por outro, para os constrangimentos formais e informais existentes. Estes constrangimentos decorrem da reduzida percentagem de representantes dos pais, do controlo que os professores exercem sobre as assembleias, da falta de condições (incentivos, regalias, etc.) que facilitem a intervenção dos pais nas escolas, bem como das reduzidas competências que são atribuídas aos órgãos em que participam. (p. 33).

O autor defende também que as escolas adotam, muitas vezes, estratégias que vão contra os objetivos da legislação e que visam reduzir o seu impacto. Como consequências dessas estratégias, verifica-se que uma grande parte dos representantes das famílias são efetivamente recrutados pela classe docente e que os agrupamentos de escolas não aproveitam a possibilidade legal que o regime jurídico da autonomia das escolas oferece de atribuir a presidência do Conselho Geral a representantes das famílias ou a entidades externas às escolas. (Barroso, 2011).

Patacho e Santomé (2017) invocam outros estudos que corroboram a ideia de que a participação dos pais era limitada, em virtude do domínio da figura do Diretor e da classe docente em órgãos como o Conselho Geral e o Conselho Pedagógico.

No que se refere à participação das Associações de Pais e Encarregados de Educação (APEE), Silva (2003, 2008, cit. por Patacho & Santomé, 2017, pp.281-282) sublinha a necessidade de se distinguir as associações de pais propriamente ditas do coletivo de pais, mães e encarregados de educação, considerando que se trata de atores sociais distintos. Não se tratando de um grupo homogéneo, torna-se, assim, essencial conhecer aquilo que é feito pelas APEE e em benefício de quem.

Patacho e Santomé (2017) recorrem a Faria (2011), que define as APEE como um movimento social e político de protesto organizado que "se constitui no exterior do sistema educativo, embora dependente deste" (p. 282). Segundo os autores, na perspetiva de Faria (2011), é evidente a ligação das APEE à defesa dos interesses privados das famílias, bem como aos seus ideais educativos, e ajuda a perceber melhor o seu carácter conservador. Uma outra limitação da ação das APEE é que esta acaba por acontecer como que no exterior da vida escolar onde intervêm os docentes, não tendo uma ligação direta ao que se passa nas aulas. São como que dois mundos paralelos.

Bento, Mendes e Pacheco (2016) consideram que a investigação realizada nos últimos anos, referindo-se a autores como Davies (1988), Epstein (1991), Henry (1996), Lareau (1989), Marques (1998), Sá (2002) ou Silva (2003), tem revelado a necessidade do envolvimento dos pais na educação dos seus filhos com vista à promoção do sucesso a nível académico, social e emocional. Estes estudos provaram também que a participação dos pais das crianças pertencentes a classes sociais mais desfavorecidas é muito menor do que a participação das famílias com níveis socioeconómicos mais elevados.

Num estudo de casos, realizado em 2014, que analisou a participação das famílias em dois agrupamentos de escolas dos subúrbios de Lisboa, ambos com boa reputação na comunidade, mas bastante diferentes relativamente às variáveis de contexto (habilitações, emprego, nacionalidade, raça/etnia, entre outras), Patacho e Santomé (2017) concluíram que as oportunidades de participação dos pais na vida escolar são a representação das famílias ao nível das turmas e ao nível dos Conselhos Gerais e a atividade na Associação de Pais e Encarregados de Educação. Os entrevistados que participam na vida das escolas em representação de outras famílias correspondem a um mesmo perfil familiar: são brancos, pertencentes à classe média, regra geral com educação secundária ou superior, culturalmente próximos da classe docente e das culturas escolares. Esta conclusão corrobora a ideia de Silva

(2009, cit. por Sousa & Sarmento, 2010), que caracteriza a cultura escolar como uma cultura “letrada, urbana e de classe média, correspondendo à cultura socialmente dominante” (p. 150).

Outra conclusão do estudo foi que toda a diversidade, que traduz um traço expressivo de um dos agrupamentos que se constituiu como objeto de estudo, está totalmente ausente das posições de liderança na representação das famílias.

O mesmo estudo concluiu que predomina um déficit de participação dos representantes das famílias, bem como uma visão redutora do seu papel, apesar de os diretores de agrupamento, os docentes e os pais considerarem importante existir representantes das famílias ao nível das turmas. (Patacho & Santomé, 2017). Os autores consideram que o procedimento utilizado para designar os representantes das famílias acaba por alimentar essa visão redutora:

Os docentes titulares e os diretores de turma dizem aos encarregados de educação presentes numa primeira reunião que é necessário haver dois representantes das famílias, passam a ideia de que se trata de algo em que há pouco a fazer e imediatamente perguntam aos presentes quem está interessado em ser representante. Não é um processo eletivo. Na verdade, são designados aqueles que se voluntariam (ou que, à falta de voluntários, são convidados) e é frequente que estes continuem na posição de representantes durante os anos seguintes. (Patacho & Santomé, 2017, p. 289).

Na perspetiva dos diretores de agrupamento envolvidos no estudo, a participação dos representantes das famílias ao nível das turmas poderia ser mais ativa e são apontados três fatores justificativos dessa fraca intervenção: o suposto desinteresse das famílias pelo cargo, o formato das reuniões e a ação dos docentes.

A reduzida participação dos pais conduz a que as APEE tenham uma atividade limitada nas escolas. Esta intervenção pouco significativa é potenciada por uma relação com as direções dos agrupamentos, que se caracteriza por ser quase sempre distante e, por vezes, tensa.

No que respeita à visão que os pais têm em relação à APEE, predomina a indiferença e/ou o desconhecimento. O mesmo se passa com os docentes, que apenas se aproximam das APEE quando é necessário algum apoio para as atividades previstas e organizadas pela escola. (Patacho & Santomé, 2017). Os professores revelam algum receio em aceitar os pais como seus parceiros no processo de formação das crianças, considerando a participação destes como uma ameaça ao seu estatuto e uma interferência negativa no seu trabalho. Nesta linha, Lima (2002, cit. por Sousa & Sarmento, 2010) sublinha que “nunca como agora os professores sentiram o seu espaço de acção tão desprotegido, em relação à sua invasão literal por parte dos encarregados de educação” (p. 150).

O mesmo estudo apresenta evidências de que, dentro das escolas, parecem existir dois mundos distintos, paralelos, que não se tocam: por um lado, a escola e os docentes, que realizam as suas atividades, por outro, as APEE, que também têm as suas dinâmicas. Por vezes, os dois

mundos tocam-se, mas “nos tempos e segundo as regras unilateralmente definidas pelas escolas e pelo pessoal escolar” (Patacho & Santomé, 2017, p.291).

Sousa e Sarmiento (2010) apontam outros fatores que podem constituir-se como barreira à participação e envolvimento dos pais, como as próprias características organizacionais e funcionais da escola:

À forma rígida e centralizada de funcionamento, acresce a desadequação dos espaços e dos horários de atendimento aos pais; a falta de um espaço gerido por estes, onde se possam encontrar informalmente e planificar a sua intervenção; a falta de formação especializada dos professores, sobretudo dos directores de turma, para se relacionarem com as famílias e as comunidades; o uso de uma linguagem demasiado técnica e codificada; o pendor altamente burocrático do seu funcionamento e o “fechamento” à intervenção, opinião e crítica externa. (p. 151)

O próprio aluno, enquanto elemento ativo nesta rede e canal de comunicação indireta entre a escola e a família, é um fator determinante neste processo: tanto pode contribuir para o desenvolvimento de uma relação positiva e construtiva, como, pelo contrário, pode manipular as mensagens, de acordo com os seus interesses.

Patacho e Santomé (2017) concluem, desta forma, que se verifica uma acentuada contradição entre a retórica e a prática da participação democrática, parecendo esta última constituir-se somente como o cumprimento de um formalismo legal.

### **3.7. A parceria entre a escola e as empresas**

A relação entre a escola e as empresas tem sido caracterizada por um certo distanciamento, sendo a escola acusada, muitas vezes, pelo mundo do trabalho, de não preparar os alunos para as necessidades reais e para a evolução tecnológica. A escola tem promovido, essencialmente, o saber académico enquanto as empresas tendem a valorizar o saber-fazer.

A escola tem sofrido uma desvalorização e a inserção dos jovens na vida ativa tem sido mais difícil, devido ao défice de qualificação e de competências adequadas ao mercado de trabalho. Sousa (2000, cit. por Monteiro, 2011) refere que os processos de produção sofrem constantes transformações “decorrentes das mudanças tecnológicas e organizacionais no trabalho, no contexto de uma nova ordem mundial caracterizada principalmente pela globalização da economia, refletem-se na qualificação exigida do trabalhador para sua inserção no mercado de trabalho.” (p.16).

Monteiro (2011), recorrendo a Koleski (s.d.), refere que, nos países mais desenvolvidos, do ponto de vista tecnológico e social, o estabelecimento de parcerias entre escolas e empresas é comum, uma vez que a educação e os negócios são assumidos como uma responsabilidade

conjunta. Nestas parcerias, existe uma articulação estreita entre as escolas e as empresas, no âmbito da organização curricular, da oferta de atividades práticas para os alunos, proposta de soluções para problemas ou necessidades das empresas, recurso à utilização das instalações das empresas e cedência de equipamentos às escolas.

Monteiro (2009), sustentado em Marques (1996), apresenta algumas estratégias de cooperação entre a escola e as empresas, consideradas relevantes pelo partenariado na escola:

- a realização de formação em contexto de trabalho em diferentes modalidades;
- a realização de visitas às empresas;
- o co-financiamento de bolsas de formação noutros países, designadamente no âmbito de programas Comunitários de estágios no estrangeiro ou de intercâmbios;
- a possibilidade de os professores poderem fazer um estágio numa empresa para melhor conhecerem a realidade empresarial;
- a participação directa das empresas na modernização dos equipamentos da escola;
- dias de informação com a participação das empresas;
- contribuição das empresas para a realização de formações complementares que facilitem a inserção dos jovens no mundo do trabalho;
- cooperação técnica em matéria de inovação tecnológica, controle de qualidade, estudos de mercado, numa linha mais global de prestação de serviços às empresas por parte das escolas;
- contribuição das empresas para a actualização de conteúdos programáticos (documentação técnica, exemplos e aplicações, estudos de prospectiva de materiais, entre outros);
- outras acções, mais raras mas possíveis, como sejam a publicação de um jornal, a realização de um filme ou de outros materiais;
- o apoio à orientação escolar e profissional dos alunos facilitando o conhecimento dos sectores, das empresas e das profissões, por parte destes;
- o apoio à aprendizagem de realização de entrevistas na procura de emprego. (p.50).

As formas de cooperação devem assentar num projeto negociado entre os diferentes actores envolvidos, tendo em conta os contextos sociais, económicos, culturais e institucionais. Desta forma, será possível articular as valências da escola e das empresas e, conseqüentemente, valorizar as aprendizagens recíprocas.

Atualmente, a oferta formativa das escolas é muito diversificada, uma vez que as escolas oferecem um leque de modalidades, que vão para além dos cursos de carácter geral. Os Cursos Profissionais, os Cursos Tecnológicos e os Cursos de Educação e Formação (CEF) são um exemplo desta oferta e, dada a especificidade de cada curso, a procura de parceiros na comunidade, nomeadamente de empresas, torna-se imprescindível. Nestes casos, as parcerias assumem uma grande importância, na medida em que se tenta proporcionar aos alunos uma familiarização com as técnicas e instrumentos usados na prática de determinadas profissões e

o estágio profissional, integrado nestes cursos, decorre em contexto de trabalho e, para isso, é necessário a escola procurar parceiros.

Em termos curriculares, a escola tem a oportunidade de criar parcerias com essas instituições, no que respeita à lecionação de áreas técnicas do curso. Com isto, as parcerias serão “uma componente determinante do desenvolvimento do projecto da escola”, como refere Marques (1996, cit. por Monteiro, 2011, p.22).

Os Cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA), assim como o processo de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC), requerem um contacto estreito entre a escola e a comunidade, particularmente com as instituições, para que, em conjunto, ajudem os adultos a elevarem a sua qualificação.

A Lei n.º 49/2005, de 30 de agosto, que procede à segunda alteração à Lei de Bases do Sistema Educativo e primeira alteração à Lei de Bases do Financiamento do Ensino Superior, na Subsecção II, artigo 9º, relativamente aos objetivos do ensino secundário, prevê:

- e) Facultar contactos e experiências com o mundo do trabalho, fortalecendo os mecanismos de aproximação entre a escola, a vida activa e a comunidade e dinamizando a função inovadora e interventora da escola;
- f) Favorecer a orientação e formação profissional dos jovens, através da preparação técnica e tecnológica, com vista à entrada no mundo do trabalho.

A escola deverá procurar construir percursos formativos onde a cooperação entre a escola e as empresas seja facilitadora da integração no mundo do trabalho.

Bucha (2004, cit. por Monteiro, 2011, p. 17) considera que a escola deve acompanhar o “esforço local de criação de riqueza, que poderá ser canalizada em duas direcções: Formação de técnicas que respondam às necessidades das organizações locais (empresas e outras); Formação contínua de recursos humanos de modo a que estes sejam mão-de-obra qualificada.”

Santos et al. (2009) consideram que há inúmeras vantagens no relacionamento entre escolas e o mundo empresarial:

As empresas acedem a uma potencial fonte de recrutamento a curto e a médio prazo, através de actividades que contribuem para a motivação e desenvolvimento dos trabalhadores e a efectivação da sua responsabilidade social.

Para as escolas cria-se a ocasião de aprender com a experiência da empresa e de poder ajudar os estudantes a fazer as suas escolhas de carreira com melhor informação. Adicionalmente, apoia-se a promoção de uma imagem positiva da escola e potencia-se o acesso a recursos que de outra forma a escola não teria. (p.139)

O estabelecimento destas parcerias pode consistir na prestação de serviços por parte das empresas às escolas no que respeita a planeamento, gestão e racionalização de infraestruturas,

organização de atividades em conjunto e colocação de alunos em estágios. As empresas podem constituir-se também como fontes alternativas de financiamento.

Como salienta Vilela (2004, cit. por Monteiro, 2011, p.18), “as relações promovidas pela integração entre a escola e a empresa não significam apenas uma troca de relacionamento. Reúnem também um processo de transferência e transformação dos serviços e objetivam o crescimento da base de conhecimento de ambos.”

### **3.8. Parcerias com outras entidades**

O recurso a parcerias com diferentes instituições locais, como Centros de Saúde, Bombeiros Voluntários, Guarda Nacional Republicana, Associações Culturais, Instituições Particulares de Solidariedade Social, Fundações, Instituições de Ensino Superior, entre outras, tem assumido uma importância fundamental na melhoria do envolvimento da comunidade com a escola. No documento oficial que estabelece a Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania (Monteiro et al., 2017), um dos objetivos é envolver o trabalho em parceria com as famílias e as comunidades. No mesmo documento é referido que “É desejável que as escolas, para o desenvolvimento da sua Estratégia de Educação para a Cidadania, estabeleçam parcerias com entidades externas à escola.” (p.16), sendo sugeridos alguns exemplos de instituições:

- Instituições de ensino superior e centros e redes de investigação;
- Associações juvenis;
- ONG;
- Autarquias e seus órgãos;
- Serviços públicos de âmbito local, regional e nacional;
- Grupos de cidadãos/ãs organizados/as, tais como grupos de voluntariado;
- Meios de comunicação social;
- Empresas do sector público e privado. (Monteiro et al., 2017, p. 16)

Para Ribeiro, D’Almeida e Sousa (2018), que participaram numa investigação sobre o papel do assistente social na escola, os aspetos considerados mais relevantes na articulação entre a escola e as instituições da comunidade local são “o trabalho articulado/em rede; a partilha de conhecimentos; o combate aos problemas escolares; o apoio aos alunos e famílias e a concertação de respostas.” (p.271). Segundo os autores, os professores reconhecem que as instituições da comunidade local são uma mais-valia que ajudam no combate aos problemas com que as escolas se confrontam. Muitas vezes, é necessário recorrer às instituições da



comunidade local para se encontrarem soluções para problemas que a escola por si só não consegue solucionar.

Segundo Ribeiro et al. (2018), na perspectiva dos profissionais das instituições da comunidade local, a articulação com a escola também assume uma importância muito significativa. É essencial que as instituições da comunidade local que acompanham as crianças e jovens e os respectivos agregados familiares estabeleçam com a escola uma relação estreita, uma vez que a escola detém um conjunto de informações fundamentais para o acompanhamento que é feito nessas instituições. Os autores consideram que o

(...) desenvolvimento de um trabalho articulado e em rede permite que cada instituição conheça os seus profissionais, as respostas e os recursos que cada uma é capaz de disponibilizar, facilitando desta forma o desenvolvimento de estratégias adequadas a cada situação. O diálogo entre os profissionais e a partilha de informação é fundamental para se compreenderem as razões de determinados comportamentos e para se construir um diagnóstico social fundamentado e com informação cobrindo várias dimensões. (p. 272)

Esta articulação possibilita a partilha de conhecimento útil para a definição de estratégias de intervenção concertadas e adequadas às necessidades dos alunos e das famílias, bem como a criação de canais de comunicação essenciais para que possa existir uma intervenção.

A parceria com as instituições da comunidade local permite à escola alargar o seu campo de atuação e promover a aquisição de novos conhecimentos.

## **CAPÍTULO IV. PROBLEMÁTICA E METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO**

#### **4.1. Questão de partida**

Para se iniciar uma investigação, há que definir o problema. Segundo Almeida e Freire (2017, p. 25), a investigação, no campo da educação, procura a compreensão de um fenómeno, logo o problema é enunciado sob a forma de questão e deve obedecer a determinadas condições para poder ser considerado pertinente. Desta forma, ao identificar-se um problema, deve assegurar-se que este é concreto ou real, que a sua formulação é clara e que existem condições para poder ser estudado.

O presente projeto de dissertação apresenta, como linha de investigação, o tema Educação e Território, tendo como questão de partida: *Que dinâmica se estabelece entre o Agrupamento de Escolas de Montemor-o-Novo e o território em que se insere?* Pretende-se conhecer a relação que a escola mantém com as diferentes instituições da comunidade local.

A escola foi vista durante muito tempo como uma comunidade restrita e fechada. Atualmente, é uma entidade que interage com o meio social envolvente, dada a necessidade de interligação com a comunidade. Esta interação com a comunidade, onde se incluem, por exemplo, o município, os pais, as associações e as empresas, é hoje uma necessidade, a fim de envolver todos os elementos da comunidade na responsabilidade social da educação.

A qualidade do ensino poderá ser influenciada pela capacidade das lideranças da Escola criarem parcerias sustentadas com vista a aprofundar o envolvimento com a comunidade. O estabelecimento destas parcerias e a forma como as lideranças fazem a articulação entre as entidades da comunidade e a organização interna constituem práticas atuais e que poderão contribuir para a melhoria da qualidade de ensino.

#### **4.2. Objetivos do estudo**

O presente estudo tem como objetivo principal:

1. Conhecer as dinâmicas educativas estabelecidas entre um agrupamento de escolas e o território em que está inserido, através de um estudo de caso.

A partir do objetivo central, foram definidos os seguintes objetivos específicos:

- 1.1. Caracterizar as parcerias existentes entre o agrupamento e as instituições localizadas no território em que se encontra inserido;

- 1.2. Analisar a dinâmica educacional decorrente das parcerias estabelecidas entre o agrupamento de escolas e o território da sua localização;
- 1.3. Descrever projetos educativos resultantes das parcerias atrás referidas;
- 1.4. Avaliar os impactos das parcerias anteriormente referidas na dinâmica educativa do agrupamento.

Com estes propósitos, o nosso estudo teve o seu foco nas parcerias estabelecidas, no período compreendido entre 2013 e 2018, entre o Agrupamento de Escolas de Montemor-o-Novo e a área geográfica do concelho de Montemor-o-Novo. A justificação do foco do estudo, partir do ano de 2013, prende-se com o facto de ter sido neste ano que se constituiu o Agrupamento de Escolas de Montemor-o-Novo, que resultou da agregação do anterior Agrupamento Vertical de Montemor-o-Novo com a Escola Secundária de Montemor-o-Novo. Pretendemos, desta forma, compreender se se verificou alguma alteração, em termos de abertura, por parte deste Agrupamento de Escolas, para a comunidade, aquando da constituição do Agrupamento.

#### **4.3. Interesse do estudo**

As interações que se estabelecem entre a escola e outras entidades do território podem constituir-se como oportunidades para a escola e para a comunidade. O estudo da dinâmica educativa que a escola desenvolve com o território, assim como dos reflexos que as parcerias têm na organização interna da escola e na qualidade dos serviços prestados, apresenta-se como uma necessidade para melhor compreender o fenómeno educativo e para o melhorar.

Pretendemos que este estudo possa servir como ponto de partida para que, através da partilha de boas práticas, determinadas estratégias possam estender-se a outros territórios com vista à melhoria da qualidade do ensino.

#### **4.4. O paradigma de metodologia de investigação**

A opção metodológica deste estudo centra-se na metodologia qualitativa, que Almeida e Freire (2017) consideram como

(...) a busca da globalidade e da compreensão dos fenómenos, ou seja, um enfoque de análise de cariz indutivo, holístico e ideográfico. Por outras palavras, estuda-se a realidade sem a fragmentar e sem a descontextualizar, ao mesmo tempo que se parte sobretudo dos próprios dados, e não de teorias prévias, para os compreender ou explicar (método indutivo) e se situa mais nas peculiaridades do que na obtenção de leis gerais. (p.68).

Esta abordagem metodológica irá incidir sobre as parcerias estabelecidas pelo Agrupamento com o território em que se insere, através de análise documental e de análise do conteúdo de entrevistas semiestruturadas, tendo em conta o contexto envolvente.

Para este trabalho, privilegiou-se o estudo de caso. Trata-se de um procedimento que permite estudar de forma mais aprofundada um fenómeno num determinado contexto e, posteriormente, perceber os seus efeitos. Para James McKernan (1990, cit. por Morgado, 2018), o estudo de caso é a técnica adequada para “explicar os aspetos pertinentes de um dado acontecimento ou situação, podendo proporcionar informação específica sobre um projeto, uma inovação ou um acontecimento durante um período de tempo prolongado.” (p.57).

Na mesma linha, Morgado (2018) considera que o conhecimento que um estudo de caso gera é “mais concreto e mais contextualizado, isto é, um conhecimento que resulta do estudo de uma situação/fenómeno específico em que se privilegia a profundidade de análise em detrimento da sua abrangência.” (p.57).

Para Yin (2005, cit. por Morgado, 2018), o estudo de caso é um modo de investigar sobre um tópico ou tema empírico e que apresenta as seguintes características:

- (i) O objeto de estudo ser uma questão ou um fenómeno contemporâneo situado no contexto da vida real;
- (ii) As fronteiras entre o fenómeno em estudo e o contexto em que decorre não estarem nitidamente demarcadas;
- (iii) O investigador utilizar múltiplas fontes de dados. (p.58).

Stake (1999, cit. por Morgado, 2018) apresenta quatro características essenciais que definem um estudo de caso:

- 1) É um *estudo holístico*: tem em conta a globalidade do contexto; procura compreender o objeto de estudo em si mesmo e não tanto em que se diferencia de outros;
- 2) É um *estudo empírico*: trata-se de um trabalho de campo que se nutre de uma significativa recolha de informações, por diversos meios, do qual se destaca a observação. Além disso, procura evitar-se qualquer tipo de intervencionismo, esforçando-se por ser o mais naturalista possível;
- 3) É um *trabalho interpretativo*: já que se apoia preferencialmente na intuição. O investigador mantém-se atento a qualquer acontecimento que se configure relevante para a compreensão do problema em estudo. Perfilha a ideia de que a investigação deve sustentar-se na base de uma interação entre o investigador e o sujeito;
- 4) É um *estudo empático*: considera a intencionalidade dos atores, procurando ter em conta os seus esquemas de referência e os seus valores; embora delineado previamente, o processo de investigação reestrutura-se em função de novas realidades que possam surgir. (p.60).

Em síntese, o estudo de caso é um método de investigação empírica, que possibilita estudar um fenómeno no seu contexto real, no qual o investigador tenta apreender a situação na sua totalidade, descrever, compreender e interpretar a sua complexidade, produzindo novo conhecimento sobre o mesmo.

Um estudo de caso desenvolve-se em três fases distintas, na perspectiva de Morgado (2018), que recorre a Nisbet e Watt (1978):

- 1) *Fase exploratória* – é a fase inicial do estudo, em que se tenta definir o objeto de estudo, que pode emergir a partir da análise da literatura sobre o tema a investigar ou que pode surgir da necessidade de solucionar um determinado problema ou questão. Nesta fase, são ponderadas várias possibilidades e questões e, à medida que o processo vai avançando, vai-se delimitando e aprofundando o objeto de estudo de acordo com a pertinência para a situação a estudar.
- 2) *Fase de recolha de dados* – uma vez delimitado o problema a estudar, a fase seguinte é a de recolha de informações essenciais à realização do estudo. Esta etapa desenvolve-se em função do objeto de estudo, bem como dos objetivos traçados e dos dados que se pretendem recolher.
- 3) *Fase de análise, interpretação e divulgação dos resultados* – nesta fase, o investigador procede ao tratamento, análise e interpretação dos dados recolhidos, finalizando com as conclusões do estudo.

#### **4.5. Plano de investigação**

Iremos agora explicitar as diferentes fases de desenvolvimento do trabalho empírico e as diferentes ações promovidas em cada uma dessas fases, de acordo com a sequência proposta por Nisbet e Watt (1978, citado por Morgado, 2018), apresentada anteriormente. O conjunto de ações obedeceu à seguinte sequência:

Quadro 2 – Sequência metodológica da investigação

<b>Fase</b>	<b>Data</b>	<b>Ações</b>
<b>1.ª fase Fase exploratória</b>	setembro a outubro de 2018	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Delimitação do tema / problema de investigação.</li> <li>- Revisão da literatura e recolha bibliográfica.</li> <li>- Consulta de alguns documentos orientadores do Agrupamento de Escolas em estudo: Carta Educativa do concelho de Montemor-o-Novo, elaborada em janeiro de 2007; Projeto Educativo do Agrupamento de Escolas de Montemor-o-Novo, em vigor de 2016 a 2018;</li> </ul>
	outubro a dezembro 2018	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Elaboração do projeto de dissertação: definição da questão de partida, dos objetivos e da metodologia de investigação a utilizar.</li> <li>- Realização de algumas reuniões informais, com a Diretora do Agrupamento, representantes da autarquia, da Oficina da Criança, do Centro Juvenil, e visitas ao Agrupamento de Escolas e algumas instituições parceiras para estabelecer um contacto inicial e conhecer o contexto e as dinâmicas que se estabelecem no território (concelho de Montemor-o-Novo).</li> <li>- Levantamento das parcerias estabelecidas pelo Agrupamento de Escolas de Montemor-o-Novo.</li> <li>- Categorização das entidades parceiras</li> <li>- Seleção dos entrevistados.</li> </ul>
	janeiro a fevereiro de 2019	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Construção e validação dos instrumentos de recolha de dados: matrizes e guiões de entrevista.</li> </ul>
<b>2.ª fase Recolha de dados</b>	fevereiro a abril de 2019	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Realização das entrevistas.</li> <li>- Recolha de outros documentos: Regulamento Interno do AEMN; Relatório de Avaliação Externa da IGEC, realizado em 2012; Carta Estratégica do concelho de Montemor-o-Novo.</li> </ul>
<b>3.ª fase Análise, interpretação e divulgação dos resultados</b>	abril a setembro de 2019	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Transcrição das entrevistas.</li> <li>- Categorização para a análise de conteúdo das entrevistas.</li> <li>- Análise de conteúdo das entrevistas.</li> <li>- Análise documental dos documentos recolhidos.</li> <li>- Interpretação dos dados.</li> <li>- Apresentação das conclusões do estudo.</li> <li>- Indicação de limitações do estudo e recomendações.</li> </ul>

#### **4.6. Técnicas e instrumentos de recolha de dados**

As técnicas e os instrumentos de recolha de dados são elementos fundamentais, na medida em que a qualidade e o sucesso da investigação dependem deles. Tendo em conta os

objetivos delineados e o contexto em que desenvolve o estudo, as técnicas e os instrumentos a utilizar devem ser criados e elaborados de forma a recolher todas as informações essenciais.

De Ketele e Roegiers (1996, cit. por Morgado, 2018, p.71), definem a recolha de informações como um

(...) processo organizado posto em prática para obter informações junto de múltiplas fontes, com fim de passar de um nível de conhecimento para outro nível de conhecimento ou de representação de uma dada situação, no quadro de uma ação deliberada cujos objetivos foram claramente definidos e que dá garantias de validade.

Para conseguir dar resposta aos objetivos mencionados, o esquema de estudo traçado – baseado numa abordagem qualitativa – centrou-se na análise de documentos orientadores do agrupamento e do município (Projeto Educativo, Regulamento Interno, Relatório de Avaliação Externa, Carta Educativa, Carta Estratégica do concelho de Montemor-o-Novo). Foram também feitas entrevistas semiestruturadas a membros da organização, nomeadamente, Diretor do Agrupamento de Escolas, Coordenadores de Estabelecimento, Coordenadores de Ciclo, Presidente do Conselho Geral, Vereador da Câmara Municipal responsável pelo pelouro da educação, representante da Associação de Pais, representante da Associação de Estudantes, representantes de instituições da sociedade civil.

A consulta e análise de documentos é uma fonte de informação fundamental no contexto da investigação em educação. Stake (1999, cit. por Morgado, 2018) defende que os documentos se constituem como uma mais-valia num processo de investigação, e que funcionam como “substitutos de registos de atividades que o investigador não pode observar diretamente.” (p. 86).

A análise documental pode utilizar-se em duas perspetivas diferentes, como refere Morgado (2018) recorrendo a Bell (1997):

- i) Com o objetivo de complementar, fundamentar e/ou enriquecer informações obtidas com outras técnicas de recolha; neste caso, a análise documental permite recolher informações úteis acerca do objeto de estudo;
- ii) Como técnica particular, ou mesmo exclusiva, de recolha de dados empíricos para um projeto de investigação; neste caso, os documentos são, em si mesmo, o alvo do estudo. (p.87).

No presente estudo, a análise documental foi utilizada com o propósito de complementar e fundamentar a informação obtida a partir das entrevistas semiestruturadas.

O inquérito por entrevista é uma das técnicas mais utilizadas para recolher informação em investigação, especialmente quando se pretende compreender os significados que os entrevistados atribuem a uma determinada questão ou situação. Neste sentido, Villar Angulo (1987, cit. por Morgado, 2018, p.23), considera que a entrevista permite “compreender as suas



(dos entrevistados) concepções da realidade e o sentido e significado que atribuem às suas ações.”

Neste estudo, optámos pela entrevista semiestruturada, uma vez que esta permite criar condições para que o entrevistado fale abertamente e possibilita ao investigador ir encaminhando a entrevista para os objetivos que visa alcançar. Morgado (2018) afirma que as entrevistas semiestruturadas “garantem uma confortável margem de liberdade aos inquiridos e permitem abordar assuntos do seu interesse, sem deixar de respeitar os seus quadros de referência.” (p.74)

Dado a entrevista ser semiestruturada, o entrevistador conhece todos os temas sobre os quais tem de obter reações por parte do entrevistado. A forma e a ordem como os irá introduzir serão deixadas ao seu critério, sendo, no entanto, fixada uma orientação para o início da entrevista. Quando o guião é estruturado tem subjacentes os objetivos que possibilitam flexibilidade na condução da entrevista.

No que respeita à estruturação e concepção dos guiões das entrevistas utilizadas neste estudo, foram traçados um conjunto de objetivos e identificados os temas pertinentes a ser abordados. Elaboraram-se, de seguida, os tópicos de perguntas a efetuar, para cada objetivo. Resultaram daqui as matrizes de objetivos das entrevistas (cf. Apêndices 1 a 10, pp.193-229) que estiveram na base da construção dos guiões das mesmas.

Relativamente ao registo preciso das respostas das entrevistas, segundo Gil (2008), “O modo mais confiável de reproduzir com precisão as respostas é registrá-las durante a entrevista, mediante anotações ou com o uso do gravador.” (p.119). A anotação após a entrevista apresenta duas desvantagens: os limites da memória humana (...) e a distorção” (Gil, 2008, p.119). Optámos neste estudo pela gravação das entrevistas de forma a evitar tomar notas durante a entrevista, uma vez que “A gravação eletrónica é o melhor modo de preservar o conteúdo da entrevista.” (Gil, 2008, 119).

No presente estudo, os entrevistados foram contactados previamente, de forma a garantir a sua disponibilidade para participar no estudo, e de modo a explicitar os motivos de terem sido escolhidos para serem entrevistados. Foram ainda apresentados os objetivos gerais do estudo assim como a importância da sua participação no mesmo, através do Consentimento Informado, Livre e Esclarecido e foi entregue um documento a solicitar autorização para participar no estudo e para gravação da entrevista e uso da mesma para fins académicos, onde foi garantido o anonimato do entrevistado (cf. Apêndice 21, p.263) assim como uma declaração de autorização para identificar a instituição que o entrevistado representa (cf. Apêndice 22, p.266), que os mesmos assinaram. De notar que um dos entrevistados não autorizou a gravação

da entrevista, pelo que, nesse caso, foi necessário tomar notas durante a realização da entrevista e após a mesma.

Foram realizadas 13 entrevistas das 14 previstas. Não foi possível realizar a entrevista ao representante dos serviços de saúde, uma vez que, para que esta pudesse ser realizada, foi solicitado o Parecer da Comissão de Ética, pela Administração Regional de Saúde do Alentejo e o mesmo Parecer não foi emitido em tempo útil para a realização da entrevista.

O período de realização das entrevistas decorreu entre 28 de fevereiro de 2019 e nove de abril de 2019.

#### **4.7. Validação dos instrumentos de recolha de dados**

Na presente investigação, depois de elaborados, os guiões das entrevistas foram postos à análise do Orientador, assim como de outros especialistas, para validação do conteúdo, clareza de linguagem e adequação aos objetivos da investigação. Assim, além do Orientador, os guiões foram validados por dois académicos, todos especialistas na área. A partir das sugestões destes especialistas, procedemos à alteração dos mesmos. Aplicámos também duas entrevistas como pré-teste a um docente e a um representante de uma autarquia.

Após a correção e melhoramento dos guiões, obtiveram-se as versões finais dos mesmos (cf. Apêndices 11 a 20, pp.233-260), segundo os objetivos orientadores que estiveram na sua origem.

#### **4.8. Técnicas de tratamento e análise de dados**

A análise e interpretação dos dados são tarefas fundamentais no campo da investigação. Nesse sentido, recorre-se a procedimentos metodológicos que permitam, como defende Esteves (2006, cit. por Morgado, 2018, p.102), “conferir inteligibilidade aos factos e aos fenómenos sociais e humanos.”

A análise de conteúdo assume um papel nuclear como procedimento de tratamento de dados na investigação empírica no campo da educação. Bardin (2006) define análise de conteúdo como “um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objectivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.” (p. 37). Bardin (2006) destaca a

realização de inferências como a principal finalidade de qualquer análise de conteúdo. A inferência ou dedução lógica é considerado por Bardin (2006) como o passo intermédio que possibilita passar do nível descritivo para o nível interpretativo. A especificidade da análise de conteúdo consiste na possibilidade de estabelecer ligações entre a superfície dos textos, descrita e analisada, e os fatores, deduzidos de forma lógica, que determinaram as suas características. Para Bardin (2006), a análise de conteúdo procura estabelecer “uma correspondência entre as estruturas semânticas ou linguísticas e as estruturas psicológicas ou sociológicas (por exemplo: condutas, ideologias e atitudes) dos enunciados.” (p. 36).

Na mesma linha de pensamento, Vala (1999, cit. por Morgado, 2018) considera que a análise de conteúdo é uma técnica de tratamento de informação que permite realizar “inferências sobre a fonte, a situação em que esta produziu o material objeto de análise, ou até, por vezes, o recetor ou destinatário das mensagens” (p.106).

Na opinião de Amado (2000, cit. por Morgado, 2018, p. 106), a análise de conteúdo permite uma representação rigorosa e objetiva dos conteúdos das mensagens e possibilita um “avanço fecundo, à custa de inferências interpretativas derivadas dos quadros de referência teóricos do investigador, por zonas menos evidentes que constituem o referido contexto de produção”. Este processo interpretativo carece de espírito crítico e criativo, aspetos que são conseguidos através da realização de inferências.

Neste estudo, após a transcrição (cf. Apêndice 23, p.268) fez-se uma análise das entrevistas, que teve como objetivo identificar informações a partir de questões colocadas nas entrevistas. Seguiu-se uma análise categorial (cf. Apêndice 25, p.432), que consistiu na identificação sistemática de elementos ou categorias que permitem transformar o texto em unidades de significação, ordenando a informação de forma lógica e resumida. Bardin (2006) define categorização como “uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o género (analogia), com os critérios previamente definidos.” (p.111). Neste sentido, a autora considera que as categorias são “rubricas ou classes, que reúnem um grupo de elementos (unidades de registo, no caso da análise de conteúdo) sob um título genérico, agrupamento esse efectuado em razão dos caracteres comuns destes elementos.” (p.111).

Foi elaborada uma grelha de análise de conteúdo, constituída por categorias, subcategorias e unidades de análise/registo. Em cada uma das subcategorias, consideraram-se ainda descritores (cf. Apêndice 24, p.426).

No decorrer da investigação, procurou-se fazer uma análise de dados criteriosa, tendo em vista uma descrição rica e rigorosa. Neste sentido, depois de preenchidas as grelhas de análise de conteúdo, procedeu-se à descrição, interpretação e análise dos resultados obtidos.

Para análise documental, reunimos documentos importantes na organização do agrupamento, tais como o Projeto Educativo, o Regulamento Interno e os dois últimos relatórios da Inspeção Geral da Educação e Ciência. Foram também objeto de análise a Carta Educativa e a Carta Estratégica do concelho de Montemor-o-Novo.

#### **4.9. Campo de análise**

O estudo envolveu o Agrupamento de Escolas de Montemor-o-Novo, único agrupamento existente no Concelho de Montemor-o-Novo, que se situa no distrito de Évora.

O Agrupamento em estudo é constituído por uma Escola Secundária (sede), um Centro Escolar, uma Escola de 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico, cinco Escolas de 1.º Ciclo do Ensino Básico, seis Escolas que integram Jardim de Infância e 1.º Ciclo do Ensino Básico e um Jardim de Infância. De acordo com a Diretora, no ano letivo 2018/2019, ano em que decorreu o estudo, o Agrupamento tinha 1845 alunos.

A escolha do campo onde decorreu esta investigação foi orientada pela preocupação ética em desenvolver o estudo em locais onde o distanciamento e a neutralidade do investigador permitissem a imparcialidade possível, tendo sido assim evitados agrupamentos de escolas onde pudesse haver algum envolvimento.

Dada a impossibilidade física e temporal de entrevistar os representantes de todas as instituições existentes no concelho de Montemor-o-Novo com as quais o Agrupamento de Escolas estabelece parcerias, foram definidos critérios para selecionar os entrevistados. Após análise do Projeto Educativo em vigor durante os anos 2016 - 2018, foi possível identificar os parceiros educativos do Agrupamento, listagem que foi completa com informação adicional fornecida pela Diretora. De seguida, organizaram-se os parceiros de acordo com a tipologia de instituição (cf. Apêndice 26, p.450). Contámos ainda com a informação sobre a pertinência das parcerias, dada pela Diretora do Agrupamento, no sentido de podermos escolher os representantes das instituições que se destacavam pela importância da parceria que mantinham com a Escola. Adotámos os seguintes critérios de seleção dos entrevistados:

- 1) Representantes das lideranças de topo do Agrupamento;

- 2) Representantes das lideranças intermédias do Agrupamento, com representação dos diferentes níveis de educação/ensino;
- 3) Representantes das diferentes tipologias de entidades parceiras, que se destacam pela pertinência da parceria estabelecida. Neste critério, procurámos incluir as entidades que tivessem assento no Conselho Municipal de Educação e/ou Conselho Geral.

Assim, foram seleccionados:

- Diretora do Agrupamento de Escolas;
- Presidente do Conselho Geral;
- Assessora do Pré-escolar e Primeiro Ciclo;
- Coordenador de Estabelecimento de Primeiro Ciclo;
- Coordenador de Estabelecimento de Segundo e Terceiro Ciclos;
- Representante dos alunos, com assento no Conselho Geral;
- Diretor Técnico da “Porta Mágica” (casa de acolhimento residencial);
- Diretora Técnica da “Cercimor” (cooperativa de educação e reabilitação);
- Diretor Artístico do “Espaço do Tempo” (associação cultural);
- Representante do atelier de costura “Chá de Agulhas” (empresa);
- Representante dos serviços públicos de saúde;
- Vereador da Educação;
- Presidente da União de Freguesias com assento no Conselho Municipal de Educação;
- Presidente da Associação de Pais e Encarregados de Educação “Escola em Movimento”.

#### **4.10. A validade e fiabilidade da investigação**

A validade e a fiabilidade deste estudo são requisitos determinantes quanto ao grau de confiança que ele pode proporcionar, assim como qualidades essenciais para uma investigação de carácter científico: “seja qual for o procedimento de recolha de dados que adotar, deverá sempre examiná-lo criticamente e ver até que ponto ele será fiável e válido” (Bell, 1997, p. 97).

Morgado (2018) refere que, no estudo de caso, a validade e fiabilidade dos dados são, com frequência, alvo de críticas. Contudo, o autor alerta para o facto de, num estudo de caso, não se poder tratar os conceitos de validade e fiabilidade da mesma forma que em esquemas de investigação mais tradicionais.

Relativamente à validade, o autor sublinha que a crítica mais significativa assenta no facto de o investigador não poder permanecer no contexto da investigação o tempo suficiente que lhe permita clarificar interpretações mais frágeis ou até corrigir falsas interpretações. (Morgado, 2018). Na opinião de Dawson (1982, cit. por Morgado, 2018, p. 123), é possível recorrer a alguns procedimentos que poderão contribuir para melhorar os níveis de validade da informação recolhida. Um desses procedimentos consiste no estudo de caso ser desenvolvido por mais do que um investigador. Desta forma, se o estudo for conduzido por um grupo de investigadores, estão reduzidas as possibilidades de conceções preconcebidas. Outro procedimento sugerido por Dawson (1982, cit. por Morgado, 2018, p.123) é o recurso a diferentes métodos de recolha de dados e proceder à triangulação das informações obtidas. O autor recomenda igualmente que o investigador faça uma focalização progressiva do estudo, concentrando a sua atenção nos aspetos mais significativos.

No que se refere à fiabilidade, Morgado (2018) considera que “o que se pretende é apresentar, com base nos dados obtidos e no posicionamento do investigador, possíveis visões do caso, existindo a possibilidade de tal visão ser confirmada ou infirmada a partir das evidências fornecidas” (p. 123). A fiabilidade consiste na estabilidade ou consistência dos resultados, logo, tendo em conta que, geralmente, não há possibilidade de replicar o caso, é através da triangulação dos dados que se demonstra a fiabilidade. A triangulação consiste em combinar dois ou mais pontos de vista, fontes de dados, abordagens teóricas ou métodos de recolha de dados numa mesma pesquisa, no sentido de se obter um retrato mais fidedigno da realidade ou uma compreensão mais completa do fenómeno a analisar. A maior diversidade e integração de métodos conduz a uma maior confiança nos resultados.

Desta forma, optando por uma investigação qualitativa com abordagem multimetodológica, utilizámos como técnicas de recolha de dados a análise documental e a entrevista semiestruturada.

Morgado (2018) afirma que “com este tipo de estratégia investigativa (estudo de caso), se procura que cada indivíduo confira sentido e significado às ações que desenvolve e/ou analisa, sendo esta característica que confere singularidade e credibilidade ao estudo.” (p. 124).

**CAPÍTULO V. O CONTEXTO DO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE  
MONTEMOR-O-NOVO (AEMN)**

## 5.1. Enquadramento territorial do concelho de Montemor-o-Novo

A pertinência de uma investigação depende, fundamentalmente, da forma como o investigador analisa e interpreta os dados que recolheu. Esta é uma etapa crucial para a compreensão do fenómeno em análise, uma vez que é a partir da interpretação dos dados que o investigador tira as suas conclusões e divulga os resultados da investigação.

Embora a análise e interpretação estejam presentes nas diferentes fases da investigação, tornam-se mais sistemáticas e formais após a recolha das informações. Yin (2001, pp. 133-134) propõe duas estratégias essenciais que podem ser utilizadas para conduzir a análise num estudo de caso:

- i) fundamentar a análise dos dados em proposições teóricas – seguir os pressupostos teóricos que deram origem ao estudo de caso;
- ii) desenvolver uma descrição do caso – abordagem analítica que se baseia na elaboração de uma estrutura descritiva para organizar o estudo de caso.

Morgado (2018) refere que a melhor forma de conduzir uma análise de um estudo de caso é ter “uma estratégia analítica que permita ao investigador sistematizar os dados a recolher e decidir sobre as técnicas analíticas a utilizar em cada situação específica.” (p. 116).

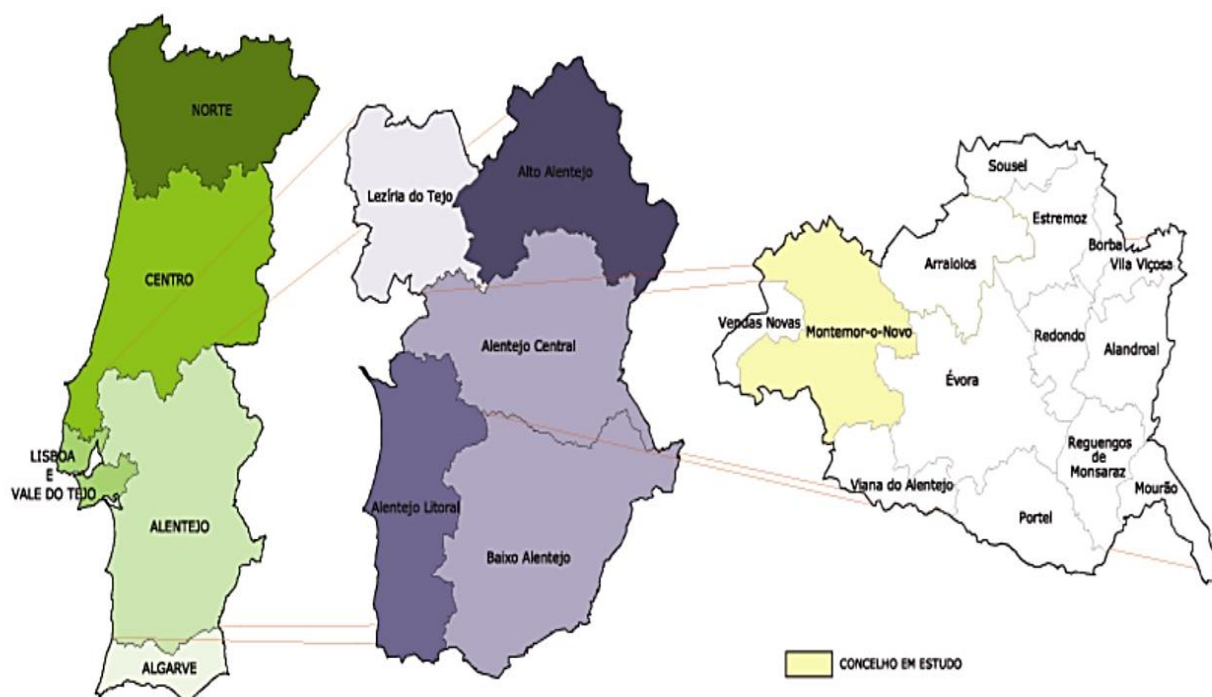
Começámos por caracterizar o contexto do Agrupamento de Escolas em estudo, para, posteriormente, apresentar os resultados da análise de conteúdo das entrevistas.

O concelho de Montemor-o-Novo localiza-se na região do Alentejo (NUT II), sub-região do Alentejo Central (NUT III), no distrito de Évora, com cerca de 17 437 habitantes (INE, 2011), como se pode ver na Figura 2.

É sede de um dos maiores municípios de Portugal, com 1232,67 km<sup>2</sup> de área (CMMN, 2007) e está subdividido em sete freguesias, de acordo com o Quadro 3 e a Figura 3: Cabrela; Ciborro; Cortiçadas de Lavre e Lavre; Foros de Vale de Figueira; Santiago do Escoural; São Cristóvão; União das Freguesias de Nossa Senhora da Vila, Nossa Senhora do Bispo e das Silveiras.



Figura 2 – Localização do concelho de Montemor-o-Novo



Fonte: Carta Educativa do concelho de Montemor-o-Novo (CMMN, 2007)

Quadro 3 – Distância das sedes de freguesia à sede de concelho

Reorganização de Freguesias em 2013	Freguesias antes de 2013	Tipo	Distância em relação à sede do concelho
União de Freguesias de Nossa Senhora da Vila, Nossa Senhora do Bispo e Silveiras	Nossa Senhora do Bispo	Urbana	Sede
	Nossa Senhora da Vila	Urbana	0 Km
	Silveiras	Urbana/Rural	15 km
Cortiçadas de Lavre e Lavre	Cortiçadas de Lavre	Urbana /Rural	31 Km
	Lavre	Urbana /Rural	22 Km
Santiago do Escoural	Santiago do Escoural	Urbana /Rural	13 Km
São Cristóvão	São Cristóvão	Urbana /Rural	23 Km
Ciborro	Ciborro	Urbana /Rural	21 Km
Cabrela	Cabrela	Urbana /Rural	27 Km
Foros de Vale de Figueira	Foros de Vale de Figueira	Urbana /Rural	13 Km

Fonte: Adaptado da Carta Educativa do concelho de Montemor-o-Novo (CMMN, 2007)

Figura 3 – Freguesias que constituem o concelho de Montemor-o-Novo



Fonte: [www.cm-montemorново.pt](http://www.cm-montemorново.pt)

## 5.2. Rede viária e acessibilidade ao concelho de Montemor-o-Novo

Relativamente à acessibilidade rodoviária, o concelho de Montemor-o-Novo é atravessado pelo IP 7 que liga Lisboa a Madrid, e pelo IC 10, o que permite fáceis ligações de âmbito regional (Figura 4).

Figura 4 – Rede viária e acessibilidade



Fonte: IEP, Estradas de Portugal, E.P.E

Neste domínio e de acordo com o Plano Rodoviário Nacional (P.R.N.) 2000, o concelho de Montemor-o-Novo é servido pelas E.N.4, E.N.114, E.N. 253 e E.R. 2, que ligam ao concelho de Évora, Arraiolos, Coruche, Vendas Novas, Alcácer do Sal, Mora entre outros, como se pode verificar na Figura 5.

Figura 5 – Rede viária do concelho de Montemor-o-Novo



Fonte: Carta Educativa do concelho de Montemor-o-Novo (CMMN, 2007)

Em síntese, podemos concluir que a acessibilidade no território do concelho é boa, estando a rede viária predominantemente organizada em função da sua sede, assegurando bons acessos à rede de estabelecimentos de educação.

### 5.3. Dinâmica socioeconómica do concelho de Montemor-o-Novo

O Quadro 4 ilustra a evolução da população residente no concelho de Montemor-o-Novo, por freguesia, entre 2001 e 2011. Constata-se que se registou uma redução do número total de habitantes, de 18578, em 2001, para 17437, em 2011. A maioria das freguesias do concelho em estudo registou igualmente uma diminuição da população, exceção feita à freguesia urbana de Nossa Senhora da Vila, onde se assinala um aumento de cerca de 7,83%, entre 2001 e 2011, e à freguesia de Foros de Vale de Figueira, onde se verifica uma ligeira subida de 0,5%.

Quadro 4 – Evolução da população residente no concelho de Montemor-o-Novo (2001/2011)

Zona Geográfica	Total População Residente	
	2001	2011
Montemor-o-Novo	18578	17437
Cabrela	703	649
Lavre	887	740
Nossa Senhora do Bispo	5411	4931
Nossa Senhora da Vila	5629	6070
Santiago do Escoural	1659	1335
São Cristóvão	754	540
Ciborro	841	714
Cortiçadas	995	821
Silveiras	634	567
Foros de Vale de Figueira	1065	1070

Fonte: INE, Censos 2011 (anterior à reorganização administrativa das freguesias, 2013)

Para um conhecimento mais aprofundado das características demográficas do concelho de Montemor-o-Novo, importa evidenciar os aspetos relacionados com a estrutura etária da população, ilustrada no Quadro 5. No concelho em estudo, verificou-se uma diminuição de todos os grupos etários, entre 2001 e 2011, exceto no grupo etário dos 65 ou mais anos, em que se registou um aumento de 5,22%, o que remete para um envelhecimento da população. As freguesias onde se assinalou uma maior subida da percentagem das pessoas com 65 ou mais anos foram Cabrela e Foros de Vale de Figueira, que registaram valores acima dos 20%. A única freguesia em que se verificou um aumento do grupo etário dos 0-14 anos foi Nossa Senhora da Vila.

Quadro 5 – Variação da população, por grupos etários (2001/2011) no concelho de Montemor-o-Novo

Zona Geográfica	2001 – Grupos etários				2011 – Grupos etários					Variação entre 2001 e 2011 em %			
	0-14	15-24	25-64	65 ou mais	0-14	15-24		25-64	65 ou mais	0-14	15-24	25-64	65 ou mais
Montemor-o-Novo	2334	2370	9119	4755	2095	1571		8768	5003	-10,24	-33,71	-3,85	5,22
Cabrela	64	99	327	213	42	42		296	269	-34,38	-57,58	-9,48	26,29
Lavre	88	128	412	259	56	61		366	257	-36,36	-52,34	-11,17	-0,77
Nossa Senhora do Bispo	716	683	2706	1306	605	490		2493	1343	-15,50	-28,26	-7,87	2,83
Nossa Senhora da Vila	789	780	2862	1198	917	582		3236	1335	16,22	-25,38	13,07	11,44
Santiago do Escoural	186	178	783	512	116	109		620	490	-37,63	-38,76	-20,82	-4,30
São Cristóvão	80	87	333	254	44	43		234	219	-45,00	-50,57	-29,73	-13,78
Ciborro	92	90	390	269	61	54		332	267	-33,70	-40,00	-14,87	-0,74
Cortiçadas	103	117	491	284	78	59		385	299	-24,27	-49,57	-21,59	5,28
Silveiras	83	78	302	171	47	50		297	173	-43,37	-35,90	-1,66	1,17
Foros de Vale de Figueira	133	130	513	289	129	81		509	351	-3,01	-37,69	-0,78	21,45

Fonte: INE, Censos 2011

O Quadro 6 apresenta as estimativas da dinâmica da população residente no concelho de Montemor-o-Novo, em 2017, comparativamente aos valores do país, da região do Alentejo (NUTS II), a que pertence, e da sub-região do Alentejo Central (NUTS III). A taxa de crescimento natural de Montemor-o-Novo, que corresponde ao saldo natural, ou seja, a diferença entre nascimentos e mortes, por cada 1000 residentes, é negativa e inferior à taxa nacional. A taxa de crescimento efetivo do concelho, que se define como a variação populacional observada durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período, é igualmente negativa, seguindo a tendência da região e sub-região a que pertence.

É de salientar o elevado índice de envelhecimento do concelho, que estabelece a relação entre a população idosa e a população jovem, e que corresponde ao número de pessoas com 65 e mais anos por cada 100 pessoas menores de 15 anos. Nesta linha, o índice de potencialidade do concelho de Montemor-o-Novo, que é a relação entre a população em idade ativa e a

população idosa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos e o número de pessoas com 65 ou mais anos, também se encontra abaixo da média nacional.

Quadro 6 – Dinâmica populacional do concelho de Montemor-o-Novo (2017)

	Município	NUTS III	NUTS II	Portugal
<b>População residente (N.º)</b>	15 942	154 536	711 950	10 291 027
Homens	7 656	73 859	342 912	4 867 692
Mulheres	8 286	80 677	369 038	5 423 335
Com menos de 15 anos	1 728	19 151	90 184	1 423 896
Com 65 ou mais anos	4 741	39 808	179 677	2 213 274
<b>Densidade pop. (N.º/Km²)</b>	12,9	20,9	22,5	111,6
<b>Taxa de crescimento efetivo anual (%)</b>	-1,2	-1,1	-0,9	-0,2
<b>Taxa de crescimento natural anual (%)</b>	-0,9	-0,7	-0,7	-0,2
<b>Índice de Invelhecimento</b>	274,4	207,9	199,2	155,4
<b>Índice de Potencialidade</b>	68,0	68,1	69,2	70,6

Fonte: INE, Estimativas Anuais da População Residente e Indicadores Demográficos; Ministério do Ambiente – Direção Geral do Território, Carta Administrativa Oficial de Portugal

De acordo com a informação apresentada no Quadro 7, a população ativa no concelho, em 2001, era de 8275 indivíduos, enquanto a população empregada se situava nos 7751 trabalhadores. Em 2011, verificou-se um decréscimo da população ativa e da população empregada, em virtude da diminuição da população apresentada anteriormente no Quadro 4.

A população sem atividade económica era, em 2001, de cerca de 7969 pessoas, e, em 2011, correspondia a 7458 indivíduos. Mesmo não entrando em linha de conta com os estudantes, o peso da população sem atividade económica na população com atividade económica, e mais ainda na população empregada, é muito grande. A população sem atividade económica é superior à população empregada.

Quadro 7 – População residente (n.º de habitantes), ativa, empregada e sem atividade do concelho de Montemor-o-Novo

Indicadores	2001	2011
População ativa	8275	7884
População empregada	7751	7231
População sem atividade	7969	7458

Fonte: INE, PORDATA, 2015

O Quadro 8 ilustra a evolução da população sem atividade no concelho de Montemor-o-Novo, entre 2001 e 2011. É de evidenciar a elevada percentagem de reformados no concelho. Os estudantes com mais de 15 anos correspondiam, em 2001, a 14% dos inativos, e em 2011, a 11,76%. As domésticas constituíam, em 2001, 11,64% da população sem atividade económica e, em 2011, 5,87%.

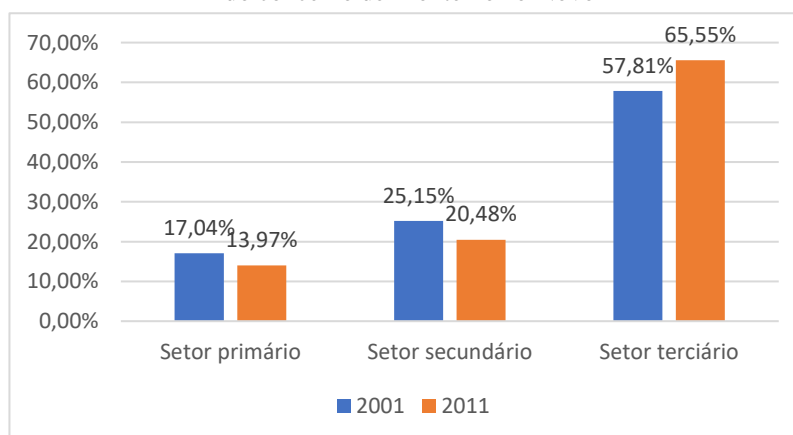
Quadro 8 – Variação da população sem atividade, por condição, do concelho de Montemor-o-Novo

Indicadores	2001		2011	
	Frequência absoluta (n)	Frequência relativa (%)	Frequência absoluta (n)	Frequência relativa (%)
População sem atividade	7969	100	7458	100
Estudantes	1116	14,00	877	11,76
Domésticas	928	11,64	438	5,87
Reformados	5190	65,13	5481	73,49
Incapacitados	261	3,28	232	3,11
Outros inativos	474	5,95	430	5,77

Fonte: INE, PORDATA, 2015

Na década de 2001-2011, a base económica de Montemor-o-Novo apresenta significativas alterações, de que é exemplo a estrutura setorial da população com atividade económica apresentada no Gráfico 1. O setor primário desce de 17,04% para 13,97% dos ativos, enquanto o setor secundário desce de 25,15% para 20,48%. Por sua vez, o setor terciário, cresce de 57,81,5% para 65,55%.

Gráfico 1 – Variação da população empregada por setor de atividade (2001 - 2011) do concelho de Montemor-o-Novo



Fonte: INE, Censos 2001 e 2011



A evolução da população ativa na agricultura é acentuadamente recessiva, com o setor agrícola a ocupar o último lugar. Em 2001, trabalhava no setor primário, no concelho, cerca de 17% da população ativa empregada e, em 2011, o valor desceu para 13,9%. Por outro lado, o setor terciário tem vindo a crescer de forma significativa, sendo que, em 2011, 65,5% da população ativa empregada pertencia a este setor.

Quadro 9 – Número de empresas existentes em Montemor-o-Novo por setor de atividade económica

<b>Empresas por setor de atividade</b>	<b>2009</b>	<b>2017</b>
Total de empresas	2174	2109
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	406	543
Indústrias extrativas	3	0
Indústrias transformadoras	108	85
Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	0	5
Captação, tratamento e distribuição de água	0	1
Construção	191	122
Comércio por grosso e a retalho	452	340
Transporte e armazenagem	33	40
Alojamento, restauração e similares	196	170
Atividades de informação e comunicação	10	18
Atividades imobiliárias	28	26
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	153	144
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	245	285
Educação	65	51
Atividades de saúde humana e apoio social	94	106
Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	66	64
Outras atividades de serviços	124	109

Fonte: INE, PORDATA, 2019

O Quadro 9 apresenta a evolução da repartição setorial das empresas, entre 2009 e 2017, no concelho de Montemor-o-Novo, que foi marcada por uma diminuição do número total de empresas. Em 2017, o peso das empresas agrícolas e pecuárias continuava a ser marcante no tecido empresarial de Montemor-o-Novo, seguindo-se o comércio por grosso e a retalho e as atividades administrativas e dos serviços de apoio.

Em termos de volume de vendas (Quadro 10), constata-se que as atividades ligadas ao comércio e às indústrias transformadoras têm um peso muito superior, ultrapassando os 50% do total. As atividades relacionadas com o sector primário têm uma importância relativamente grande no concelho, já que representavam, em 2017, cerca de 17% do total do volume de vendas.

Quadro 10 - Volume de negócios por setor de atividade económica (milhares de euros) no concelho de Montemor-o-Novo

Setores de atividades	2009	2017
Total	283.749	271.339
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	49.250	45.260
Indústrias extrativas	----	----
Indústrias transformadoras	31.986	52.024
Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	----	13
Captação, tratamento e distribuição de água	----	----
Construção	28.398	11.621
Comércio por grosso e retalho	115.120	110.474
Transporte e armazenagem	12.592	----
Alojamento, restauração e similares	9.674	9.319
Atividades de informação e comunicação	----	506
Atividades imobiliárias	2.936	1.037
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	5.521	6.445
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	5.692	6.329
Educação	1.032	626
Atividades de saúde humana e apoio social	4.238	4.722
Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	2.593	1.812
Outras atividades de serviços	13.481	17.882

Fonte: INE, PORDATA, 2019

#### 5.4. Contexto Educacional

O Quadro 11 mostra a evolução da estrutura do nível de instrução da população residente no município de Montemor-o-Novo, comparativamente à região do Alentejo e ao

país, entre 2001 e 2011. No concelho em estudo, em 2011, cerca de 50% da população não apresentava nenhum grau de ensino ou apenas possuía o 1º Ciclo do Ensino Básico, grupos que representam, respetivamente, 18,91% e 30,78% da população residente. Contudo, importa salientar que entre 2001 e 2011 se verificou, no concelho de Montemor-o-Novo, um decréscimo de cerca de 10,68% no número de pessoas sem escolaridade, um aumento da percentagem de indivíduos que concluíram o 3º Ciclo, o ensino secundário e o ensino superior.

Quadro 11 – Variação da população residente com 15 e mais anos do concelho de Montemor-o-Novo, na região Alentejo e no país (2001 – 2011): total e por nível de escolaridade completo mais elevado

Nível de escolaridade	2001			2011		
	Montemor-o-Novo	Alentejo	Portugal	Montemor-o-Novo	Alentejo	Portugal
	%	%	%	%	%	%
Sem escolaridade	29,59	25,97	18,04	18,91	15,48	10,39
1º Ciclo do Ensino Básico	30,84	30,50	30,18	30,78	28,26	27,19
2º Ciclo do Ensino Básico	11,74	12,36	13,84	11,08	11,98	12,82
3º Ciclo do Ensino Básico	13,04	14,60	16,29	16,14	18,51	19,07
Secundário	9,82	11,04	13,33	13,56	14,76	15,70
Médio	0,40	0,50	0,77	0,76	0,84	0,98
Superior	4,57	5,03	7,56	8,77	10,17	13,85

Fonte: INE, PORDATA, 2015

A população com outros níveis de ensino superiores ao 1º Ciclo do Ensino Básico regista uma frequência relativa inferior à regional e nacional. Podemos afirmar que o nível de escolaridade da população residente no concelho é inferior ao da população do Alentejo e de Portugal no seu conjunto. Não obstante, é importante acrescentar que, entre os dois Censos, houve um aumento do nível de instrução, marcado, essencialmente, pelo aumento da frequência da população com níveis de instrução equivalentes ou superiores ao 3º Ciclo do Ensino Básico e pela diminuição da população sem nenhum nível de instrução.

O conjunto de pessoas sem nenhum grau de ensino, grupo com maior importância relativa no concelho do que na região e no país, é constituído por crianças que ainda não iniciaram o seu percurso escolar, por analfabetos e por indivíduos que, tendo frequentado a escola, a abandonaram antes de concluir o 1º Ciclo do Ensino Básico. Para determinar qual a importância dos analfabetos temos de recorrer à taxa de analfabetismo, apresentada no Quadro 12.

Quadro 12 – Taxa de analfabetismo em Montemor-o-Novo, na região Alentejo e no país (2001 – 2011)

2001			2011		
Montemor-o-Novo	Alentejo	Nacional	Montemor-o-Novo	Alentejo	Nacional
%	%	%	%	%	%
17,50	15,90	9,00	11,40	9,60	5,20

Fonte: INE, PORDATA, 2015

Verifica-se que cerca de 17,5% da população com idade igual ou superior a 10 anos do concelho, em 2001, não sabia ler nem escrever, taxa essa que decresceu para 11,4% em 2011. Mais uma vez, esta proporção é superior à encontrada para o Alentejo e, principalmente, para o total nacional, uma vez que, de acordo com os Censos 2011, a taxa de analfabetismo na região do Alentejo é de 9,6%, situando-se bastante acima da verificada em termos nacionais, 5,2%. Embora na última década se tenha assistido ao recuo da taxa de analfabetismo no país (-3,8 %) e na região (6,3%), o Alentejo continua a ser a região com uma das taxas de analfabetismo mais elevadas.

#### 5.4.1. O Agrupamento de Escolas de Montemor-o-Novo

O Agrupamento de Escolas de Montemor-o-Novo (AEMN), constituído em 2013, sito no concelho de Montemor-o-Novo, integra Estabelecimentos de Educação e Ensino desde a Educação Pré-escolar ao Ensino Secundário e resultou da agregação do anterior Agrupamento Vertical de Montemor-o-Novo e da Escola Secundária de Montemor-o-Novo. Frequentavam o Agrupamento, no ano letivo 2018/2019, cerca de 1850 alunos.

O universo de alunos que frequentam o Agrupamento é muito diversificado. São oriundos de famílias, cuja atividade profissional é bastante variada, traduzindo um tecido económico de serviços, que incluem o comércio, bancos, escritórios de contabilidade, restauração, repartições administrativas; pequenas e médias empresas de pré-esforçados, metalurgia, carpintaria, preparação de rochas ornamentais, construção civil, azeite e vinho; atividades ligadas à pecuária e floresta, com destaque para a cortiça e azinho.

A dispersão dos Estabelecimentos de Educação e Ensino do Pré-Escolar e do 1º Ciclo do Ensino Básico, bem como a singularidade de cada Estabelecimento, assumem-se como um dos maiores desafios para a unidade e qualidade pedagógica do Agrupamento. Assim, o Agrupamento de Escolas de Montemor-o-Novo é constituído pelos seguintes Estabelecimentos de Ensino:

- Escola Secundária de Montemor-o-Novo – sede do Agrupamento;
- Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos São João de Deus;
- Escola Básica do 1º Ciclo de Ciborro;
- Escola Básica do 1º Ciclo de Montemor-o-Novo nº 1;
- Escola Básica do 1º Ciclo de Montemor-o-Novo nº 2;
- Escola Básica do 1º Ciclo de Montemor-o-Novo nº 3;
- Escola Básica do 1º Ciclo de Montemor-o-Novo nº 5 – Centro Escolar;
- Escola Básica do 1º Ciclo de Vendas;
- Escola Básica do 1º Ciclo / Jardim de Infância de Cortiçadas de Lavre;
- Escola Básica do 1º Ciclo / Jardim de Infância de Lavre;
- Escola Básica do 1º Ciclo / Jardim de Infância de São Cristóvão;
- Escola Básica do 1º Ciclo / Jardim de Infância de São Mateus;
- Escola Básica do 1º Ciclo / Jardim de Infância Santiago de Escoural;
- Escola Básica do 1º Ciclo / Jardim de Infância Vale de Figueira;
- Jardim de Infância de Montemor-o-Novo nº 1.

O corpo docente é estável, o que pode potenciar uma intervenção mais consistente junto da comunidade educativa, de forma a rentabilizar todos os recursos em prole da promoção do sucesso escolar.

A população não docente é estável, embora com um número insuficiente de Assistentes Operacionais para responder às necessidades do Agrupamento, o que dificulta a possibilidade de colmatar e atender a todas as necessidades emergentes de um Agrupamento desta dimensão.

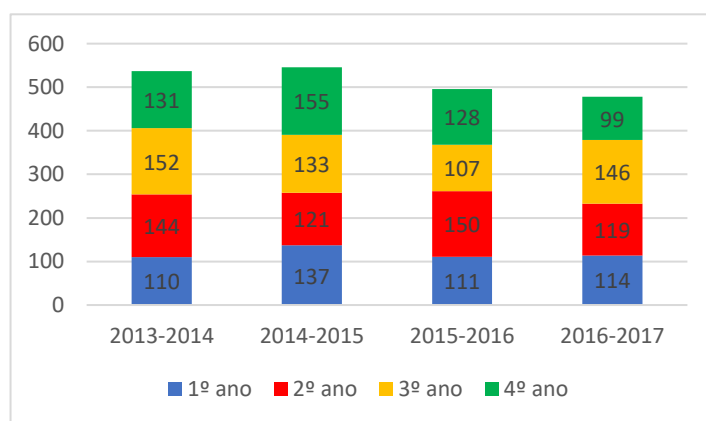
O Agrupamento de Escolas de Montemor-o-Novo apresenta uma oferta formativa diversificada, a qual procura responder às necessidades do seu público-alvo. A oferta formativa ao nível dos Cursos de Educação e Formação de Jovens (CEF), Cursos Profissionais e Cursos Vocacionais está em consonância com os setores de atividade dominantes no concelho. No entanto, a mesma ainda não responde a todas as necessidades do território, sobretudo ao nível da qualificação profissional no Ensino Secundário.

No Agrupamento, existe uma unidade estruturada para crianças e jovens com multideficiência, a qual dá resposta aos alunos com este tipo de patologia, que habitam na região.

Apresentamos, de seguida, alguns dados estatísticos disponíveis no Portal Infoescolas relativos ao Agrupamento de Escolas de Montemor-o-Novo, a partir do ano letivo em que este foi constituído, 2013/2014.

Os dados do Gráfico 2 referem-se aos alunos matriculados no 1.º Ciclo do Ensino Básico geral, nos 12 Estabelecimentos de Ensino do Agrupamento destinados a este ciclo. No ano letivo 2013/2014, estavam matriculados 537 alunos, número que subiu para 546 no ano letivo 2014/2015. Em 2015/2016, encontravam-se inscritos, no 1º Ciclo do Ensino Básico, 496 alunos e, em 2016/2017, o número desceu para 478 alunos. Verificou-se, desta forma, uma diminuição do número total de alunos matriculados no 1º Ciclo do Ensino Básico entre 2013/2014 e 2016/2017.

Gráfico 2 – Evolução do número de alunos matriculados no 1.º Ciclo do Ensino Básico geral nas 12 escolas de 1.º Ciclo do AEMN



Fonte: Infoescolas, 2019

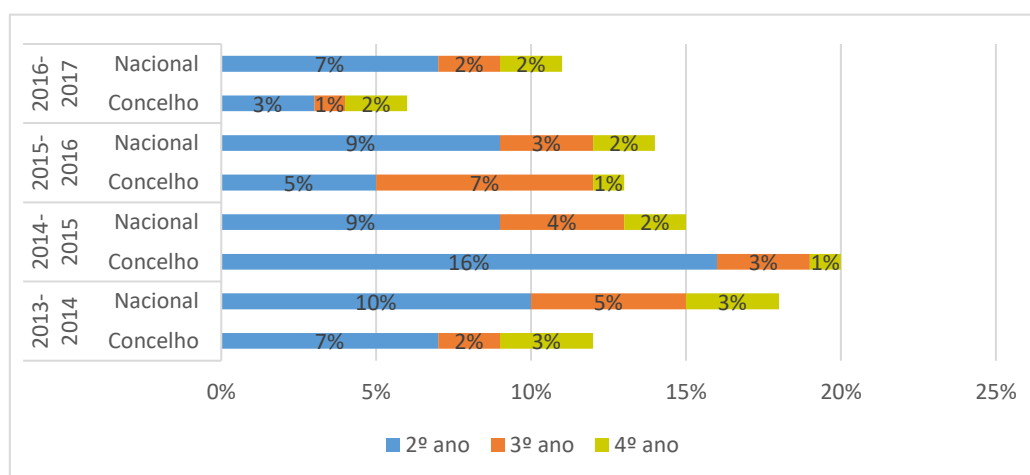
O Gráfico 3 ilustra a taxa de retenção ou desistência, mostrando a percentagem de alunos que não podem transitar para o ano de escolaridade seguinte, por razões diversas, entre

as quais o insucesso escolar e a anulação da matrícula, dentro do número total de alunos matriculados nesse ano letivo. O 2º ano do 1º Ciclo do Ensino Básico é aquele onde a taxa de retenção ou desistência é mais elevada. Contudo, esse valor tem vindo a diminuir significativamente desde o ano letivo 2015/2016 e, exceção feita ao ano letivo 2014/2015, nos restantes anos, a taxa do concelho tem sido inferior à média nacional.

No que se refere à taxa de retenção ou desistência dos alunos matriculados no 3º e 4º anos do 1º Ciclo do Ensino Básico, esta não tem sido muito significativa em Montemor-o-Novo ao longo dos anos letivos em análise, mantendo-se próxima da média nacional, com tendência para ser inferior, exceto no 3º ano, em 2015/2016, em que esse valor, 7%, foi bastante superior à taxa nacional de 3%.

O 1º ano do 1º Ciclo do Ensino Básico não aparece representado no Gráfico 3, uma vez que neste ano de escolaridade, legalmente, não são permitidas retenções.

Gráfico 3 – Taxa de retenção ou desistência dos alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico do AEMN e do País



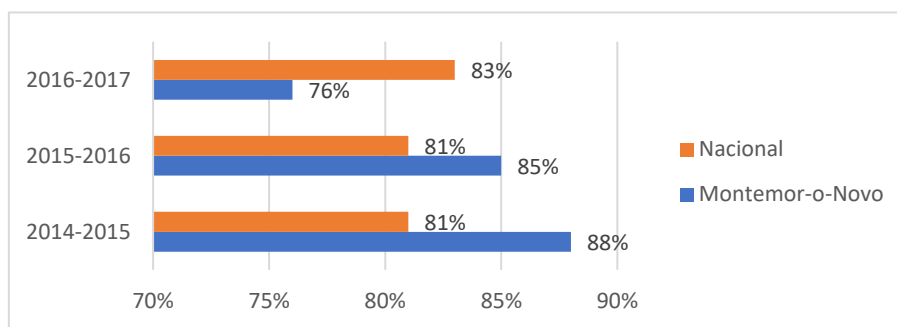
Fonte: Infoescolas, 2019

O Gráfico 4 compara a percentagem de alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico do Concelho em estudo que consegue terminar o 1º Ciclo em quatro anos com a média nacional de alunos com o mesmo perfil socioeconómico. Estes podem ser considerados percursos diretos com sucesso. A média nacional é calculada com os alunos do país que, ao entrarem no 1.º Ciclo, tinham um perfil semelhante ao dos alunos da região, em termos de apoios da Ação Social Escolar, habilitação da mãe e natureza pública ou privada da escola que frequentam.

Os dados relativos a 2016/17 mostram a situação, no final deste ano letivo, dos alunos que entraram para o 1.º Ciclo do Ensino Básico em 2013/14.

Podemos concluir que a percentagem de percursos diretos de sucesso dos alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico no concelho de Montemor-o-Novo foi superior à média nacional em 2014/2015 e 2015/2016. Contudo, a tendência alterou-se em 2016/2017, em que a percentagem do concelho foi inferior, em cerca de 7%, comparativamente à média do País.

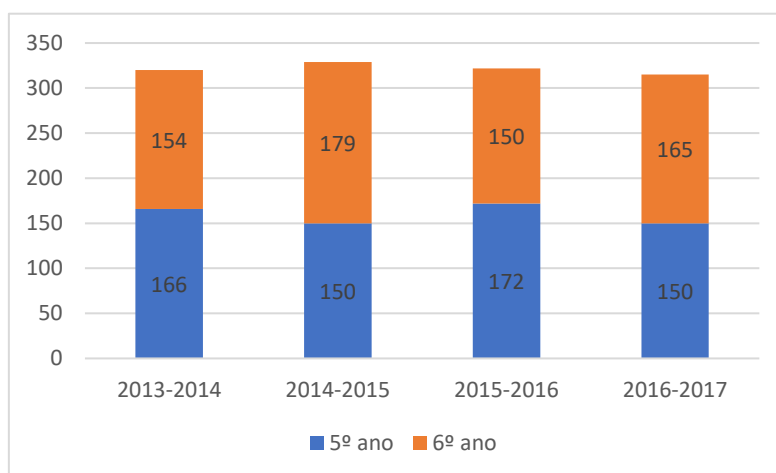
Gráfico 4 – Percentagem de alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico do AEMN e do país que concluem o 1º Ciclo do Ensino Básico em quatro anos



Fonte: Infoescolas, 2019

Analisamos, seguidamente, os dados respeitantes aos alunos do 2º Ciclo do Ensino Básico do Agrupamento de Escolas de Montemor-o-Novo, desse 2013/2014 até 2016/2017. Importa referir que existe apenas um Estabelecimento de Ensino de 2º Ciclo no Agrupamento, a Escola Básica São João de Deus.

Gráfico 5 – Número de alunos matriculados no 2º Ciclo do Ensino Básico no AEMN



Fonte: Infoescolas, 2019

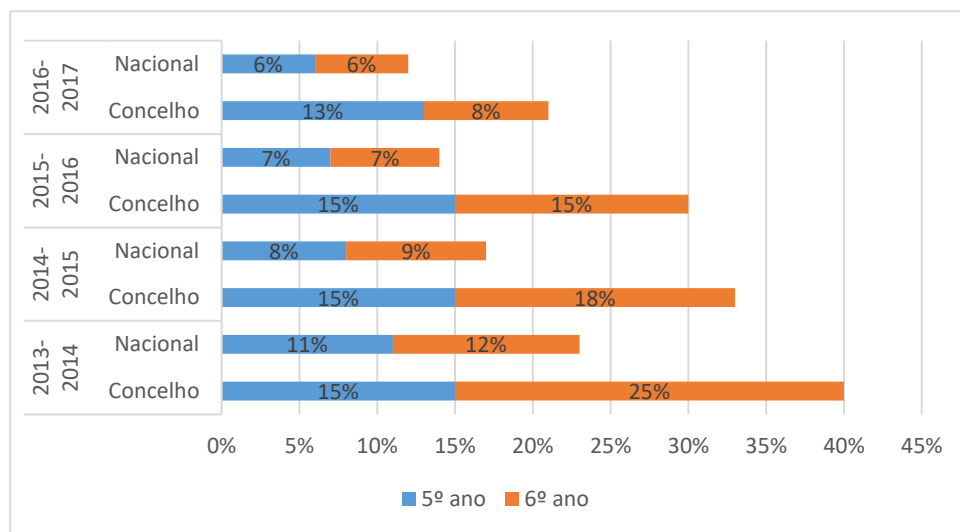
Os dados apresentados no Gráfico 5 referem-se aos alunos matriculados no ensino básico geral e artístico. O número de alunos que frequentaram o 5º e 6º anos do 2º Ciclo do



Ensino Básico não sofreu alterações muito significativas ao longo dos quatro anos letivos em análise, apenas ligeiras variações.

A taxa de retenção ou desistência dos alunos do 2º Ciclo do Ensino Básico de Montemor-o-Novo, ilustrada no Gráfico 6, é superior à média nacional em todos os anos letivos em análise. Contudo, importa destacar que a tendência da taxa de retenção ou desistência no 2º Ciclo em Montemor-o-Novo tem mostrado um decréscimo ao longo dos anos letivos.

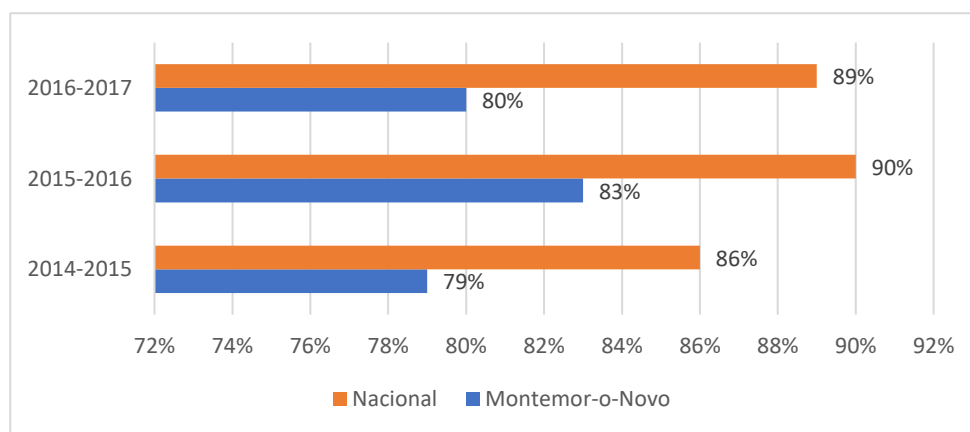
Gráfico 6 –Taxa de retenção ou desistência dos alunos do 2º Ciclo do Ensino Básico do AEMN e do País



Fonte: Infoescolas, 2019

Relativamente aos percursos de sucesso na escola dos alunos do 2º Ciclo do Ensino Básico, representados no Gráfico 7, podemos constatar que a média do concelho é inferior à média nacional. No ano letivo 2016/2017, a taxa é mais baixa que no ano letivo anterior, sendo que, neste ano, registou-se a maior diferença entre a média do concelho e a média nacional.

Gráfico 7 – Comparação da percentagem de alunos do AEMN que concluem o 2º Ciclo do Ensino Básico em dois anos com a média nacional

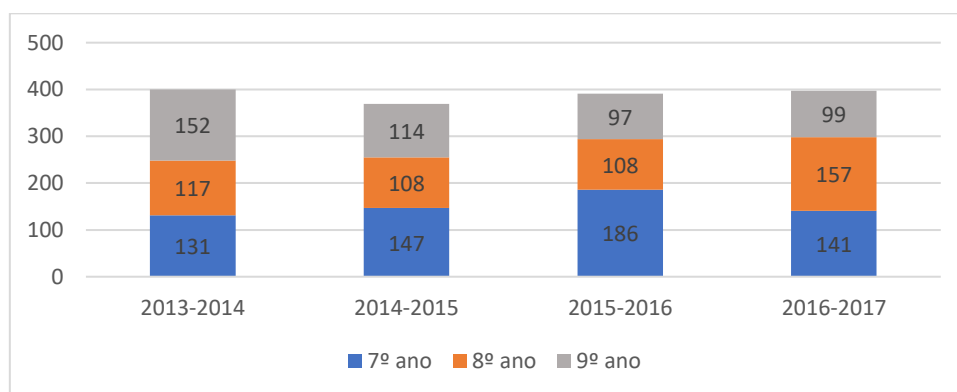


Fonte: Infoescolas, 2019

Relativamente ao 3º Ciclo do Ensino Básico, existem dois Estabelecimentos de Ensino com esta valência: a Escola Básica São João de Deus e a Escola Secundária de Montemor-o-Novo.

O Gráfico 8 apresenta o número de alunos matriculados no 3º Ciclo do Ensino Básico geral e artístico no Agrupamento de Escolas de Montemor-o-Novo, entre 2013/2014 e 2016/2017. No total do ciclo, em 2014/2015, verificou-se um decréscimo mais acentuado do número de alunos. A evolução dos números de cada ano de escolaridade está também relacionada com a informação apresentada no Gráfico 9, que evidencia a taxa de retenção ou desistência dos alunos do 3º Ciclo do Ensino Básico.

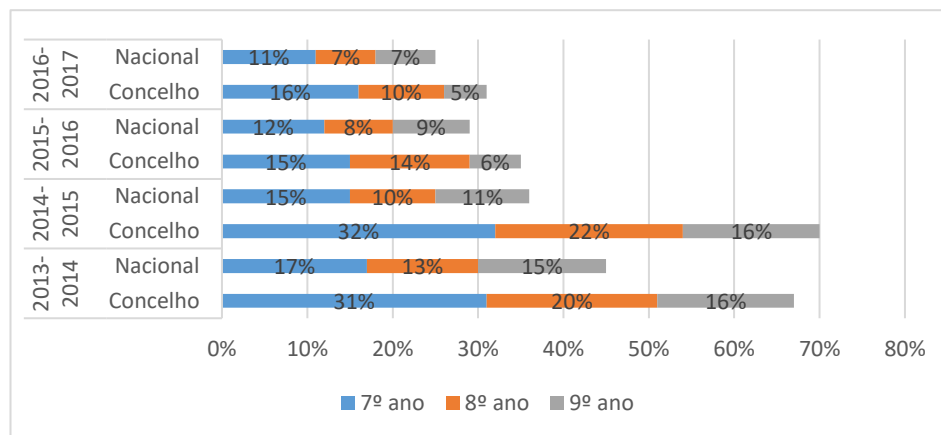
Gráfico 8 – Número de alunos matriculados no 3º Ciclo do Ensino Básico no AEMN



Fonte: Infoescolas, 2019

Através da análise do Gráfico 9, é possível concluirmos que, de uma forma geral, a taxa de retenção ou desistência dos alunos do 3º Ciclo no Agrupamento de Escolas de Montemor-o-Novo é superior à média nacional, exceto no caso do 9ºano, nos anos letivos 2015/2016 e 2016/2017.

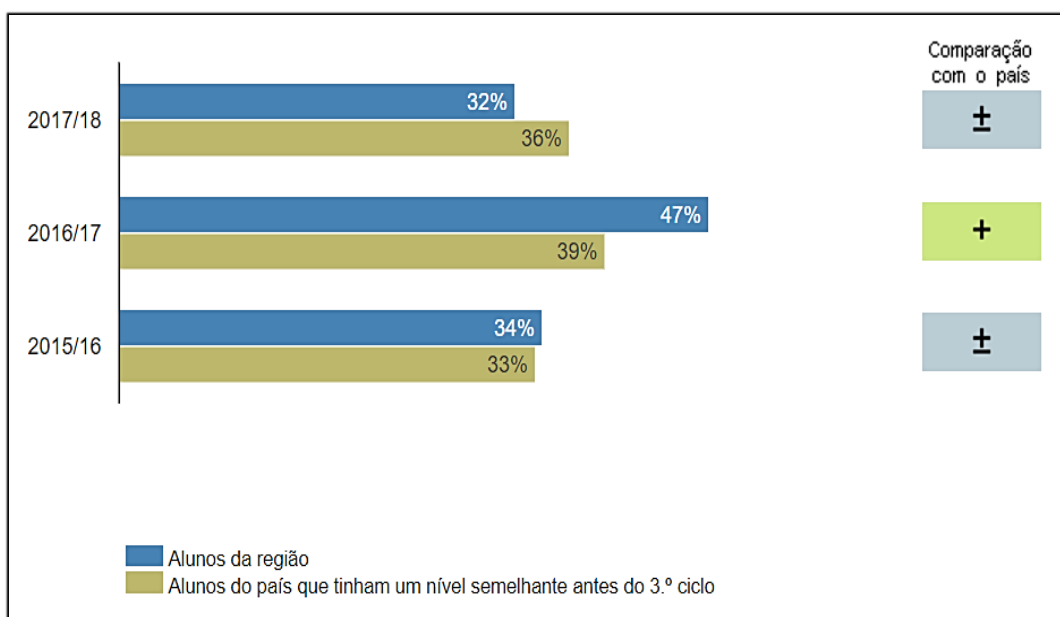
Gráfico 9 – Taxa de retenção ou desistência dos alunos no 3º Ciclo no AEMN e no País



Fonte: Infoescolas, 2019

O Gráfico 10 ilustra o percurso dos alunos do Agrupamento de Escolas de Montemor-o-Novo, durante o 3.º ciclo do ensino básico. O indicador mede a diferença entre a percentagem de percursos diretos de sucesso na região e a média nacional.

Gráfico 10 – Percentagem de alunos que obtêm positiva nas provas nacionais do 9º ano após um percurso sem retenções nos 7º e 8º anos no AEMN e no País



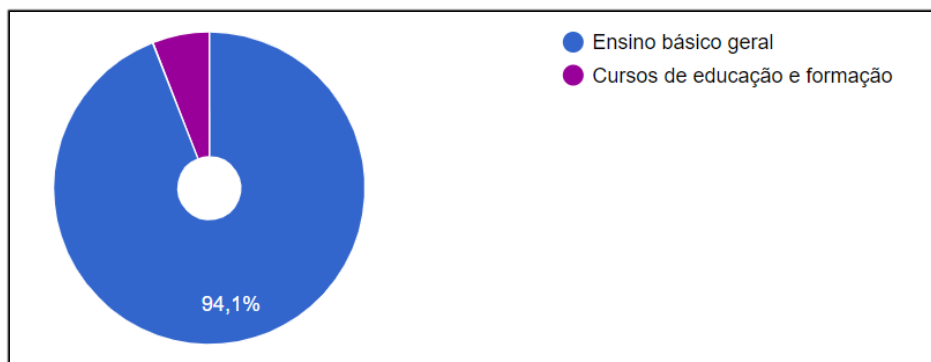
Fonte: Infoescolas, 2019

No gráfico, a barra azul mostra a percentagem de alunos do Agrupamento que obtêm positiva nas duas provas finais do 9.º ano, Português e Matemática, após um percurso sem retenções nos 7.º e 8.º anos de escolaridade. Estes podem ser considerados percursos diretos de sucesso no 3.º ciclo. A comparação com o país é assinalada a verde (+) quando o indicador da região está entre os 25% mais altos do país e é assinalada a vermelho (-) quando o indicador da região está entre os 25% mais baixos do país. Todas as outras regiões são associadas a um valor neutro (+ -), tendo um indicador em linha com a média nacional. O indicador relativo a 2017/18 mostra a situação, no final deste ano letivo, dos alunos que entraram para o 7.º ano de escolaridade em 2015/16.

Da análise do gráfico, destacamos o ano letivo 2016/2017, em que o indicador de percursos diretos de sucesso do Agrupamento de Escolas de Montemor-o-Novo está entre os 25% mais altos do país. Em 2015/2016 e 2017/2018, os indicadores do Agrupamento apresentam valores próximos aos da média nacional.

Além do 3.º Ciclo do Ensino Básico geral e artístico, o Agrupamento de Escolas tem também alunos matriculados noutras modalidades de ensino, como os Cursos de Educação e Formação, representados no Gráfico 11.

Gráfico 11 – Modalidades de ensino dos alunos do 3ºCiclo do Ensino Básico do AEMN (2016/2017)

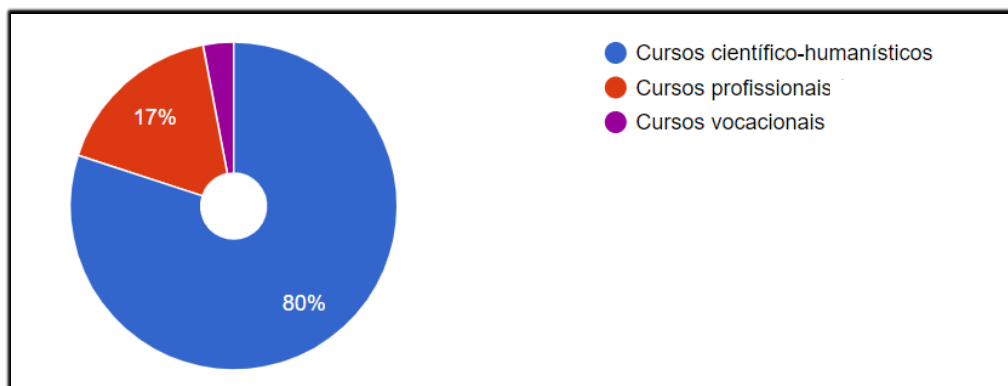


Fonte: Infoescolas, 2019

De um total de 422 alunos matriculados no 3º Ciclo do Ensino Básico, no ano letivo 2016/2017, 94,1% frequentava o Ensino Básico geral e 5,9% encontrava-se inscrito em Cursos de Educação e Formação.

Relativamente ao Ensino Secundário, existem no concelho de Montemor-o-Novo duas escolas, a Escola Secundária, pertencente ao Agrupamento de Escolas e que disponibiliza Cursos Científico-Humanísticos e Cursos Profissionais, e uma Escola Profissional Privada – Ofício das Artes – que tem uma oferta de Cursos Profissionais. Contudo, iremos apenas focar-nos na Escola Secundária, que se inclui no Agrupamento de Escolas que é objeto de estudo.

Gráfico 12 – Modalidades de Ensino Secundário disponíveis no AEMN (2016/2017)

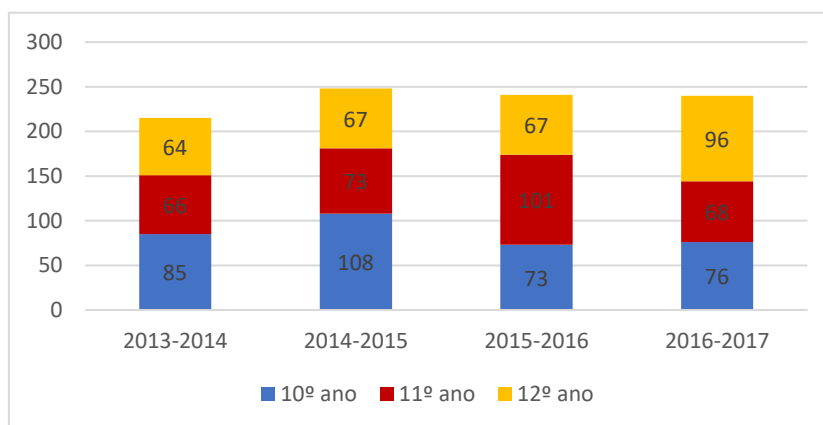


Fonte: Infoescolas, 2019

De um total de 300 alunos matriculados no Ensino Secundário, no ano letivo 2016/2017, cerca de 80% frequentava Cursos Científico-Humanísticos, 17% optou pelos Cursos Profissionais e 3% seguiu pela via dos Cursos Vocacionais.

No que respeita aos Cursos Científico-Humanísticos, o Gráfico 13 ilustra a evolução do número de alunos inscritos, desde 2013/2014 até 2016/2017, no Agrupamento de Escolas de Montemor-o-Novo. Em 2013/2014 é notório um número menor de alunos relativamente aos anos letivos seguintes.

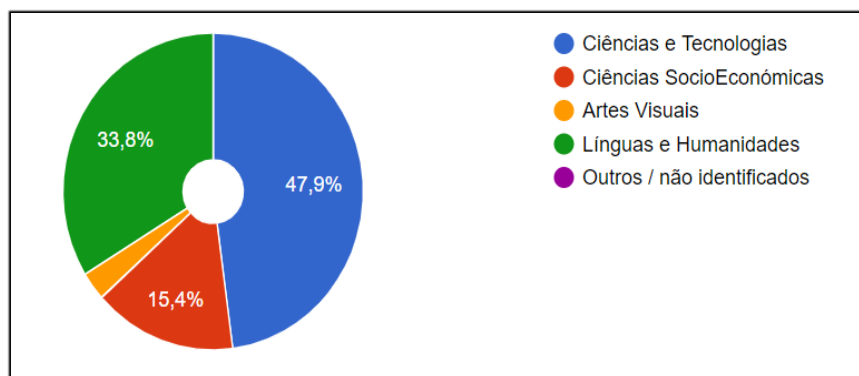
Gráfico 13 – Número de alunos matriculados nos Cursos Científico-Humanísticos



Fonte: Infoescolas, 2019

No ano letivo 2016/2017, cerca de 47,9%, dos 240 alunos matriculados nos Cursos Científico-Humanísticos, frequentava a área das Ciências e Tecnologias. Na área de Línguas e Humanidades, existia 33,8% dos alunos inscritos, nas Ciências Socioeconómicas, encontrava-se 15,4% dos alunos e as Artes Visuais foram a opção de 2,9% dos alunos.

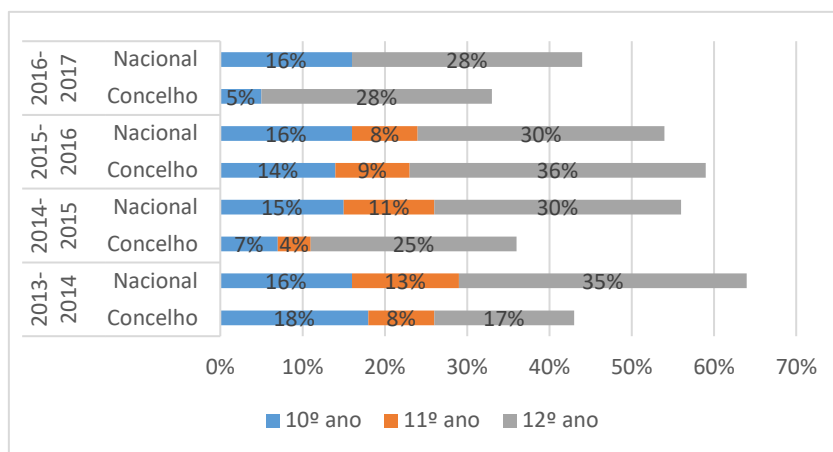
Gráfico 14 – Cursos Científico-Humanísticos do AEMN (2016/2017)



Fonte: Infoescolas, 2019

O Gráfico 15 apresenta a comparação da taxa de retenção ou desistência dos alunos que frequentam os Cursos Científico-Humanísticos no Agrupamento de Montemor-o-Novo e no país. Em Montemor-o-Novo, a taxa é inferior à média nacional, exceto em 2015/2016, no 11º e 12º anos, em que o valor é ligeiramente superior à média do país.

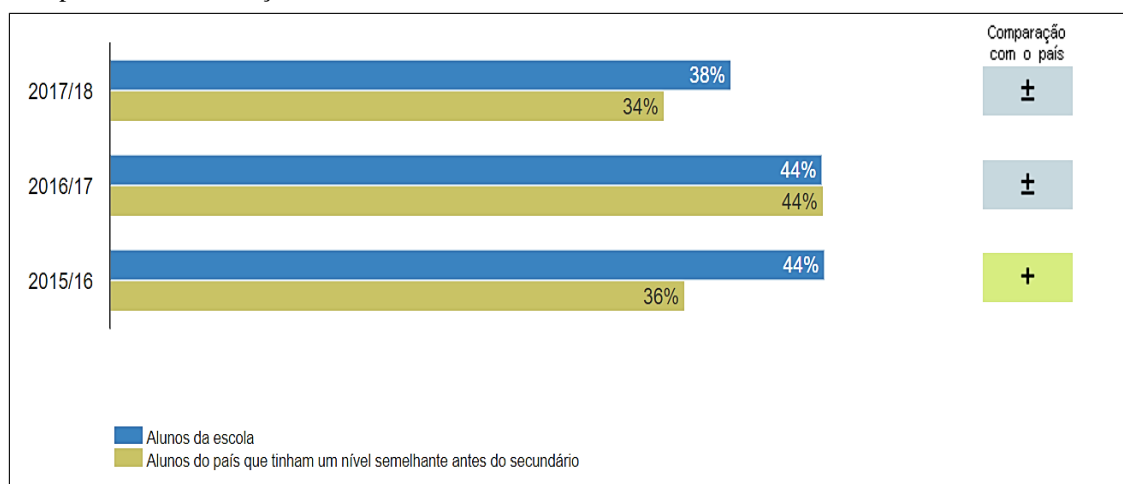
Gráfico 15 – Taxa de retenção ou desistência dos Cursos Científico-Humanísticos no AEMN e no país



Fonte: Infoescolas, 2019

Analisámos o percurso dos alunos dos Cursos Científico-Humanísticos da escola, durante o ensino secundário. No Gráfico 16, o indicador mede a diferença entre a percentagem de percursos diretos de sucesso na escola e a média nacional calculada para os colegas do país com um nível anterior semelhante.

Gráfico 16 – Percentagem de alunos que obtêm positiva nos exames nacionais do 12º ano após um percurso sem retenções no 10º e 11º anos



Fonte: Infoescolas, 2019

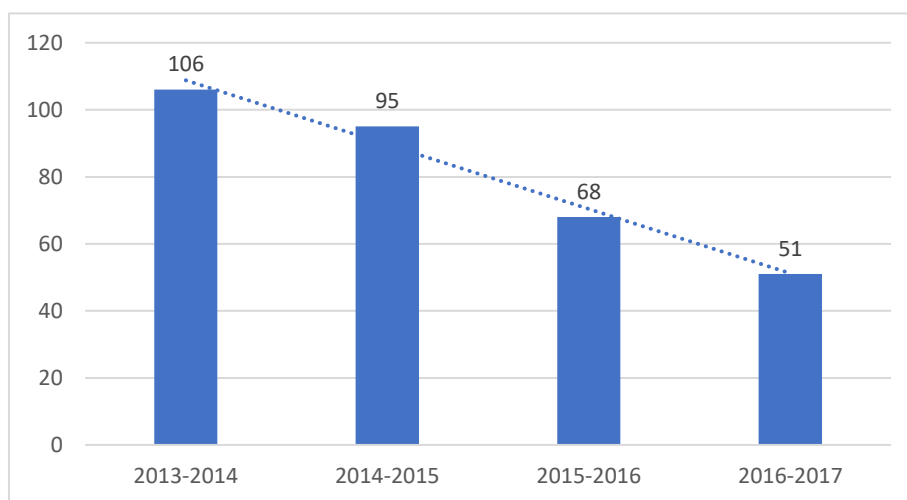
No gráfico, a barra azul mostra a percentagem de alunos da escola que obtêm positiva nos exames das duas disciplinas trienais do 12.º ano, após um percurso sem retenções nos 10.º e 11.º anos de escolaridade. Estes podem ser considerados percursos diretos de sucesso.

A barra verde mostra a percentagem média nacional de percursos de sucesso, sendo a média calculada com os alunos do país que, três anos antes, no final do 9.º ano, demonstraram um nível escolar semelhante ao dos alunos da escola. O indicador relativo a 2017/18 mostra a situação, no final deste ano letivo, dos alunos que entraram para o 10.º ano de escolaridade em 2015/16.

Da análise do Gráfico 16, concluímos que a taxa de percursos diretos de sucesso no Agrupamento de Escolas em estudo é igual, em 2016/2017, ou superior, nos restantes anos letivos, à média nacional. De salientar ainda que em 2015/2016, a comparação com o país assinalada a verde (+) significa que a escola se encontrava nos 25 resultados mais altos do país.

No tocante aos Cursos Profissionais que constituem a oferta do Agrupamento de Escolas de Montemor o -Novo, o Gráfico 17 apresenta a evolução do número de alunos que frequentam estes cursos desde 2013/2014 até 2016/2017.

Gráfico 17 – Número de alunos matriculados nos Cursos Profissionais no AEMN

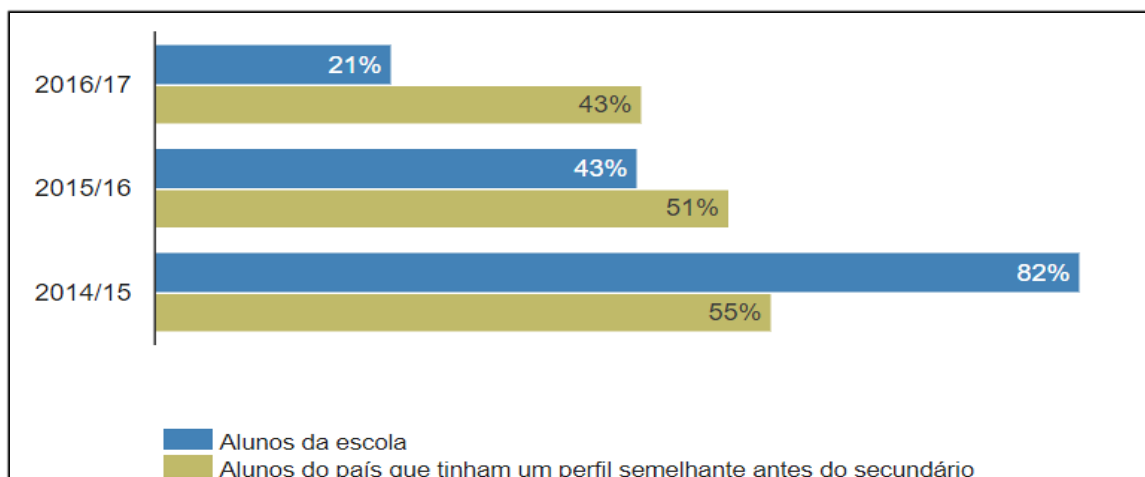


Fonte: Infoescolas, 2019

A linha de tendência evidencia uma acentuada descida do número de alunos a frequentar Cursos Profissionais ao longo dos anos letivos.

O Gráfico 18 apresenta uma comparação entre a percentagem de alunos dos Cursos Profissionais do Agrupamento que terminam o ensino profissional em três anos ou menos e a média nacional dos alunos com um perfil semelhante.

Gráfico 18 – Percentagem de alunos da escola que concluem o ensino profissional em três ou menos anos



Fonte: Infoescolas, 2019

Os dados relativos a 2016/17 mostram a situação, no final deste ano letivo, dos alunos que entraram para o Ensino Secundário Profissional, em 2014/15, vindos diretamente do 3.º Ciclo.

Da análise do Gráfico18, salientamos que, em 2014/2015, a percentagem de alunos da escola em estudo que concluiu o Ensino Profissional em três ou menos anos foi muito superior à média nacional. Contudo, nos anos letivos seguintes essa percentagem diminuiu significativamente, ficando aquém da média do país.

Mostram-se, no Quadro 13, os cursos em que estavam matriculados os alunos desta escola no ano letivo 2016/17.

Quadro 13 – Cursos Profissionais do AEMN (2016/2017)

Curso	Número de alunos	Percentagem na escola
Técnico/a de Apoio à Gestão Desportiva	39	76%
Técnico/a de Produção Agrária	12	24%

Fonte: Infoescolas, 2019

Dos 51 alunos matriculados, 39 frequentavam o Curso de Técnico de Apoio à Gestão Desportiva e 12 estavam inscritos no Curso de Técnico de Produção Agrária.



## **CAPÍTULO VI. ANÁLISE DO CONTEÚDO DAS ENTREVISTAS**

## 6.1. Perfil dos entrevistados

Por uma questão de organização, optámos por estruturar a informação tendo em conta a categorização definida para a análise de conteúdo feita às entrevistas.

A primeira categoria é referente ao perfil dos entrevistados. O Quadro 14 ilustra a faixa etária do perfil dos 13 entrevistados. Cerca de 38,4% dos inquiridos tem entre 40 e 50 anos e 30,8% encontra-se entre os 50 e os 60 anos. Apenas dois entrevistados têm menos de 40 anos e outros dois situam-se na faixa etária dos 60 aos 70 anos.

Quadro 14 – Faixa etária dos entrevistados

Faixa etária	Frequência absoluta (n)	Frequência relativa (%)
Menos de 30 anos	1	7,70
30-40 anos	1	7,70
40-50 anos	5	38,40
50-60 anos	4	30,80
60-70 anos	2	15,40
<b>Total</b>	<b>13</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Entrevistas realizadas em 2019

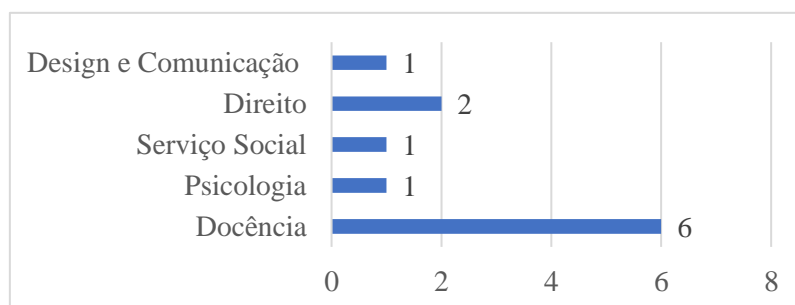
Quanto à formação inicial dos entrevistados, a maioria, cerca de 84,6%, apresenta uma Licenciatura e os restantes concluíram o Ensino Secundário, como podemos ver a partir da análise do Quadro 15. Relativamente às áreas da Licenciatura, estas variam. De acordo com o Gráfico 19, seis dos 13 inquiridos são docentes e os restantes têm formação em diversas áreas, como Design e Comunicação, Direito, Serviço Social e Psicologia.

Quadro 15 – Formação inicial dos entrevistados

Formação inicial	Frequência absoluta (n)	Frequência relativa (%)
Secundário	2	15,40
Licenciatura	11	84,60
<b>Total</b>	<b>13</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Entrevistas realizadas em 2019

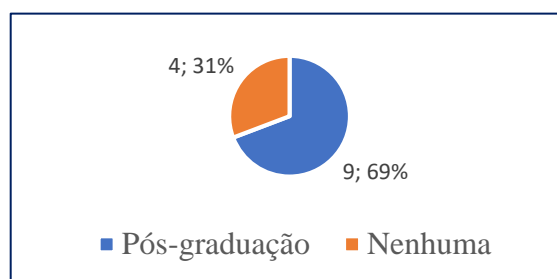
Gráfico 19 – Áreas de formação inicial



Fonte: Entrevistas realizadas em 2019

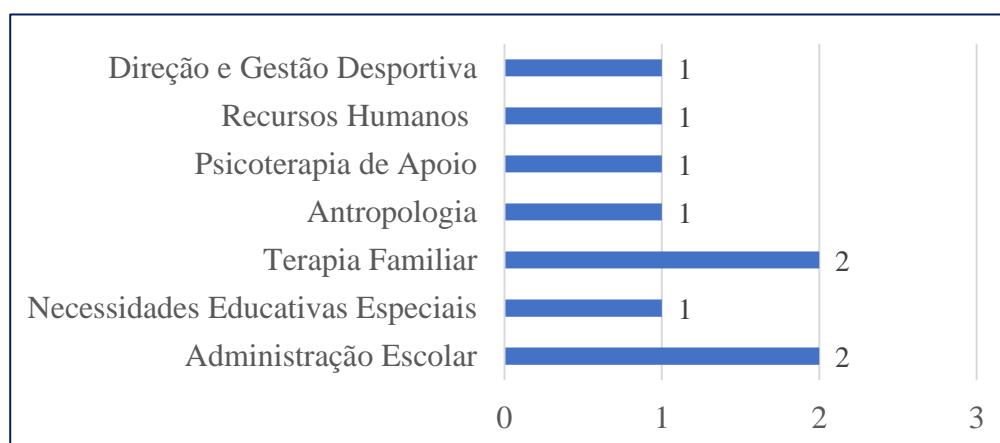
No que respeita à formação contínua, a maioria dos entrevistados, 69%, fez uma pós-graduação, como podemos concluir, a partir da leitura do Gráfico 20. As áreas variam entre a Direção e Gestão Desportiva, os Recursos Humanos, a Psicoterapia de Apoio, as Necessidades Educativas Especiais e a Administração Escolar, conforme indica o Gráfico 21.

Gráfico 20 – Formação contínua dos entrevistados



Fonte: Entrevistas realizadas em 2019

Gráfico 21 – Área de formação contínua



Fonte: Entrevistas realizadas em 2019

Dos seis entrevistados que são docentes, um deles nunca lecionou em escolas, uma vez que enveredou por outra área profissional. Dos restantes cinco docentes, 60% tem entre 25 e 30 anos de tempo de serviço, 20% acumula entre 20 e 25 anos e 20% apresenta entre 30 e 40 anos de tempo de serviço, como é possível confirmar no Quadro 16.

Quadro 16 – Tempo de serviço dos docentes inquiridos

Tempo de serviço	Frequência absoluta (n)	Frequência relativa (%)
20-25 anos	1	20
25-30 anos	3	60
30-40 anos	1	20
<b>Total</b>	<b>5</b>	<b>100</b>

Fonte: Entrevistas realizadas em 2019

Quanto aos cargos desempenhados pelos entrevistados no momento em que se realizaram as entrevistas, o Quadro 17 ilustra que:

- i) 46,1% dos inquiridos ocupa cargos na Direção da instituição que representam;
- ii) 7,7%, que corresponde a um entrevistado, é o Presidente do Conselho Geral do Agrupamento de Escolas em estudo;
- iii) 15,4% desempenha funções de Coordenação;
- iv) 15,4% ocupa cargos políticos – Vereador da Educação e Presidente da União de Freguesias.
- v) 7,7% é proprietário/sócio de uma empresa;
- vi) 7,7% é estudante, representando os alunos no Conselho Geral.

Quadro 17 – Cargos/funções ocupados no momento da aplicação das entrevistas

Funções/cargos ocupados atualmente	Frequência absoluta (n)	Frequência relativa (%)
Direção da Instituição	6	46,10
Presidente do Conselho Geral	1	7,70
Coordenação	2	15,40
Política	2	15,40
Proprietário/sócio de empresa	1	7,70
Estudante/representante dos alunos no Conselho Geral	1	7,70
<b>Total</b>	<b>13</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Entrevistas realizadas em 2019

No que respeita a cargos desempenhados anteriormente, cerca de 30,7% dos entrevistados ocupou cargos de Coordenação, 15,4% lecionou e 15,4% esteve em cargos de Direção ou gestão, como se pode constatar no Quadro 18.

Quadro 18 – Funções/cargos ocupados anteriormente

Funções/cargos ocupados anteriormente	Frequência absoluta (n)	Frequência relativa (%)
Docência	2	15,40
Coordenação	4	30,70
Direção/gestão	2	15,40
Membro da Associação de Estudantes	1	7,70
Costura	1	7,70
Política	1	7,70
Advocacia	1	7,70
Nenhum cargo relevante	1	7,70
<b>Total</b>	<b>13</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Entrevistas realizadas em 2019

Relativamente ao percurso profissional e cívico, representado do Quadro 19, cerca de 46,15% dos entrevistados revelou ter beneficiado de alguma estabilidade ao longo da sua carreira profissional. De entre estes seis entrevistados, cinco deles têm formação na área da docência, embora apenas quatro estejam a lecionar. Estes quatro docentes apresentam uma média de 24 anos de tempo de serviço no Agrupamento de Escolas de Montemor-o-Novo.

Cerca de 46,15% referiu que a sua trajetória profissional tem sido marcada por alguma instabilidade ou até mudança de área. Um dos entrevistados tem uma participação cívica muito ativa, exercendo funções em diversas instituições desportivas, artísticas, culturais e também funções político-partidárias.

Quadro 19 – Percurso profissional e cívico

Percurso profissional e cívico	Frequência absoluta (n)	Frequência relativa (%)
Estabilidade profissional/satisfação	6	46,15
Alguma instabilidade/mudança de área	6	46,15
Participação cívica	1	7,70
<b>Total</b>	<b>13</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Entrevistas realizadas em 2019

## 6.2. Participação / envolvimento da comunidade educativa nas atividades do Agrupamento de Escolas

Analisámos, de seguida, a participação e o envolvimento da comunidade educativa nas atividades do Agrupamento de Escolas de Montemor-o-Novo, correspondente à segunda categoria definida para a análise de conteúdo das entrevistas realizadas.

### 6.2.1. Abertura da comunidade para participar na “vida” do Agrupamento

A primeira subcategoria da categoria dois refere-se à abertura da comunidade para participar na “vida” do Agrupamento de Escolas de Montemor-o-Novo, cujos resultados da análise de conteúdo apresentamos no Quadro 20.

Quadro 20 – Abertura da comunidade para participar na “vida” do Agrupamento (categoria 2, subcategoria 1)

<b>Categoria</b>	<b>Subcategoria</b>	<b>Palavras-chave</b>		<b>U. R.</b>	<b>U. E.</b>	
2. Participação / envolvimento da comunidade educativa nas atividades do Agrupamento de Escolas	2.1. Abertura da comunidade para participar na “vida” do Agrupamento	Perceção positiva	<b>Perceção geral</b>		<b>25</b>	<b>4</b>
			Perceção institucional	CMMN	13	4
				Junta de Freguesia	7	2
				Associação de Pais/EE	3	3
				Instituições de Montemor-o-Novo Cercimor (CAO, CAFAP, Intervenção Precoce)	17	2
		Instituições exteriores a Montemor-o-Novo	3	2		
		Perceção menos positiva	Perceção geral		6	1
Perceção institucional	Associação de Pais / EE		3	1		

Fonte: Entrevistas realizadas em 2019

Como é possível verificar pelos resultados expostos, existe uma percepção geral, por parte dos entrevistados, de que a **comunidade é muito ativa e está muito disponível para colaborar**. A Assessora da Direção no âmbito da educação Pré-Escolar e do 1º Ciclo do Ensino Básico (A) corrobora esta ideia quando afirma que

(...) nós temos uma comunidade muito ativa. (...) Quase todas as pessoas, todas as entidades, as associações da sociedade... daqui de Montemor, têm uma parceria connosco. (...) (As entidades locais) revelam muito (interesse em participar) e ficam todos muito felizes sempre que pedimos a participação (...) (A).

Na mesma linha, a Diretora do Agrupamento (D) reforça que “A (participação) da comunidade, no geral, é positiva (...)” e que “As entidades estão sempre disponíveis para participar.” Considera, igualmente, que Montemor-o-Novo “É um concelho com muitas entidades com parceria com a escola, com muitos projetos comunitários em que a escola é o público-alvo (...) (D)”.

A Diretora Técnica da Cercimor (H) defende que, de facto, em Montemor-o-Novo e, mais particularmente, no Agrupamento de Escolas, sempre houve muita abertura para o estabelecimento de parcerias.

Eu acho que isto em Montemor sempre se encaixou muito bem, este estar (...) a relação com o Agrupamento veio desde o primeiro momento da existência da instituição (...) fomos criando aqui realmente relações na comunidade com outros parceiros, não é, que deram origem a projetos (...) e até serviços que hoje ainda se mantêm. (H).

O Vereador da Educação (K) confirma a receptividade do Município para colaborar com o Agrupamento: “(...) estamos disponíveis para as atividades que o Agrupamento desenvolve, para apoiarmos logisticamente, para que decorram da melhor forma.” Reconhece, igualmente, a abertura do Agrupamento para a comunidade: “(...) nós entendemos que a questão da abertura da escola à comunidade e ao mundo é como deve funcionar e como é a melhor forma de funcionar, por isso estamos satisfeitos com o Agrupamento ter isso em conta.” (K).

Alguns entrevistados identificaram as entidades parceiras que consideram estar mais predispostas para participar nas atividades do Agrupamento. Um desses parceiros foi a autarquia, que inclui a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia: “Com a autarquia, que é quem trabalha mais connosco” (B), referiu a Coordenadora de Estabelecimento de 1º Ciclo (B). A Assessora da Direção (A) destacou a pertinência da Câmara Municipal e da Junta de Freguesia enquanto parceiros: “Temos uma grande parceria com a Câmara Municipal (...) a Junta de Freguesia é outra entidade que também só não faz o que não pode (...)” (A).

A Diretora do Agrupamento de Escolas (D) realçou ainda que o trabalho da autarquia em termos de educação vai além das competências legais que lhe estão atribuídas: “E aqui, em termos de autarquia, temos uma resposta muito boa a nível da educação. (...) Ultrapassamos competências da parte da autarquia.” (D).

A Presidente do Conselho Geral afirmou que, no tocante à participação no Conselho Geral, a autarquia era considerada um bom elemento: “(...) a nível da autarquia, este Conselho Geral teve... havia uma boa parceria (...) notava-se uma boa parceria, um bom ambiente, entre a autarquia, que envolvia a Junta de Freguesia e a Câmara (...)” (E).

Também o Coordenador de Estabelecimento da Escola Básica de 2º e 3º Ciclos referiu a importância da Câmara enquanto parceiro: “Felizmente, aqui em Montemor (...) a Câmara apoia bastante a educação e a cultura.” (C).

A representante da Cercimor (H) corrobora a mesma ideia: “(...) acho que sempre foi este estar (...) de haver aqui uma grande articulação entre, (...) a autarquia, que ajudava com apoios financeiros, o Agrupamento com esta necessidade (...)” (H).

O próprio representante da Câmara assumiu essa articulação positiva existente com o Agrupamento: “(...) é, sobretudo, muito de colaboração e apoio (...) um conjunto de situações, que necessitam de ser articuladas entre o Município e o Agrupamento e é frequente (...)” (K).

O Presidente da União de Freguesias (L) reforçou a disponibilidade desta instituição para colaborar: “Sempre que haja necessidade, contam connosco (...) cabe à Junta de Freguesia dar o apoio dentro das suas competências e das suas limitações.” (L).

A representante da Cercimor referiu a relação próxima que se estabelece entre esta instituição, a Câmara e o Agrupamento de Escolas: “(...) sentimos que em Montemor (...) a Câmara sempre esteve muito próxima de nós, e disponível, conjuntamente com o Agrupamento, para nós desenvolvermos muito esta perspetiva.” (H).

O Diretor Artístico da associação cultural Espaço do Tempo (I) sublinhou a relevância da articulação que a instituição que representa estabelece com a Autarquia e a Escola: “(...) numa cidade de pequena-média dimensão, sobretudo uma cidade-província, há dois grandes pilares com os quais nós temos que colaborar, que é a Autarquia e a Escola.” (I).

A Associação de Pais e Encarregados de Educação foi considerada uma entidade parceira importante e colaborativa. A Assessora da Direção referiu que “Os pais também são muito participativos (...)” (A) e a Coordenadora de Estabelecimento de 1º Ciclo do Ensino Básico (B) assumiu que “(...) trabalhamos diretamente com a Associação de Pais e através dela chegamos à Comunidade. (...) A colaboração mais efetiva acaba por ser com os pais, essencialmente no primeiro ciclo.” (B).



A Diretora Técnica da Cercimor (H) destacou a disponibilidade da instituição que representa, e dos seus diversos serviços – Intervenção Precoce (IP), Centro de Atividades Ocupacionais (CAO) e Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental (CAFAP) - para articular com o Agrupamento.

O caso (...) da Intervenção Precoce (...) muito antes de existir o despacho que vem regulamentar a nível nacional este serviço, já existia uma parceria da instituição com o Agrupamento, na altura, com as equipas da educação especial, para trabalharmos na comunidade com crianças que estavam a necessitar do apoio educativo e dos apoios de reabilitação.

Montemor foi connosco Cerci... ah... das entidades... quase das primeiras entidades, que integrou todas as crianças com deficiência na escola, ao nível das várias faixas etárias. (...) fomos tendo (...) a capacidade de ir criando serviços que abrangessem estas faixas etárias (...) a Intervenção Precoce dos zero aos seis, depois o próprio Socioeducativo (...) (H).

Para além dos parceiros que se situam no concelho de Montemor-o-Novo, foram também referidas entidades exteriores ao concelho. O Coordenador de Estabelecimento da Escola de 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico (C) identificou a instituição Terras Dentro.

(...) o projeto... “Monte Dentro”, Projeto “Monte Dentro” ... que tem... é aquela entidade que está sediada nas Alcáçovas (...) Terras Dentro (...). É uma entidade que tem um projeto connosco, sobretudo de animação e de prevenção do abandono e de comportamentos de risco na (Escola) Básica e abrange os intervalos. (...) é uma parceria que é importante (Terras Dentro) (C).

Foram apontados alguns aspetos menos positivos relativamente à participação da comunidade e dos parceiros na “vida” do Agrupamento. Neste sentido, a Diretora do Agrupamento referiu que, apesar dos parceiros estarem disponíveis para colaborar, por vezes, impõem-se limitações a essa colaboração: “Também não têm muito tempo, porque têm poucos técnicos e são sempre os mesmos e estão nos diversos projetos. Mas estão disponíveis (...)” (D). A Diretora considera igualmente que “Os elementos da comunidade que foram cooptados para o Conselho Geral... vão começando a ter alguma intervenção pontual agora (...) mas não são muito interventivos...” (D). Na perceção da Diretora, os pais são participativos enquanto os seus educandos frequentam a educação Pré-escolar ou o 1º Ciclo do Ensino Básico, mas, à medida que vão subindo na escolaridade, essa participação vai decrescendo: “Os pais participam pouco (...) nota-se alguma participação a nível de pré-escolar e de primeiro ciclo e à medida que eles vão subindo na escolaridade...vai reduzindo. A nível de secundário, muito pouco.” (D).

## 6.2.2. Preocupação do Agrupamento no envolvimento dos parceiros

O Quadro 21 evidencia os resultados da análise da informação relativa à segunda subcategoria da categoria dois, referente à preocupação, por parte do Agrupamento, no envolvimento das entidades parceiras.

Quadro 21 – Preocupação do Agrupamento no envolvimento dos parceiros (categoria 2, subcategoria 2)

<b>Categoria</b>	<b>Subcategoria</b>	<b>Palavras-chave</b>	<b>U. R.</b>	<b>U. E.</b>
2. Participação / envolvimento da comunidade educativa nas atividades do Agrupamento de Escolas	2.2. Preocupação do Agrupamento no envolvimento dos parceiros	Abertura natural do Agrupamento	30	5
		Abertura forçada do Agrupamento	3	1

Fonte: Entrevistas realizadas em 2019

Existe uma perceção geral, por parte de vários entrevistados, de que **o Agrupamento de Escolas de Montemor-o-Novo tem uma abertura natural para a comunidade educativa**. A Assessora da Direção partilha essa ideia: “(...) o nosso Agrupamento é muito aberto (...) a escola tem a abertura para receber e temos muitos parceiros educativos. (...) o Agrupamento já tem esta ligação com a comunidade há muito tempo.” (A). Considera que existe, por parte do Agrupamento, uma preocupação em envolver a comunidade e os parceiros, através da promoção de atividades: “(...) ao longo do ano há sempre muitas atividades para todos os ciclos, sempre que envolva a comunidade escolar (...) há sempre a preocupação do Agrupamento em abrir as portas a todos.” (A).

Segundo a Coordenadora de Estabelecimento de 1º Ciclo do Ensino Básico, há, por parte da Escola, uma disponibilidade para envolver a comunidade nas suas atividades, mas também para participar nas atividades que a comunidade propõe: “Com a comunidade, participamos (nas atividades) sempre que é possível.” (B). Esta opinião é corroborada pelo Coordenador de Estabelecimento de 2º e 3º Ciclos: “Tem havido sempre disponibilidade da escola para irmos ter com alguém ou que outras entidades venham ter connosco.” (C).

A Coordenadora de Estabelecimento do 1º Ciclo (B) e o Vereador da Educação (K) consideram que, da parte do Agrupamento, aquando da elaboração do Projeto Educativo, há uma preocupação em incluir as entidades nessa tarefa.

(...) há essa preocupação (em envolver as entidades locais na elaboração do Projeto Educativo).” (B).

(...) temos tido a preocupação de, nomeadamente, nos trabalhos que são feitos nos equipamentos municipais, Oficina da Criança e Centro Juvenil, de ser feita uma colaboração do que é o Projeto Educativo para cada ano letivo. (K).

Na perceção da Presidente do Conselho Geral “(...) existe esta abertura por parte do Agrupamento, quer à participação dos encarregados de educação, quer à participação da comunidade, da autarquia e de toda a envolvência.” (E).

A representante dos alunos considera que há uma boa comunicação entre a escola e a comunidade e que a Escola procura a colaboração das entidades parceiras: “(...) a escola tenta sempre ir em busca dessas parcerias, com a sua ajuda (...) então, tenta sempre comunicar... existe sempre uma grande comunicação entre a escola e as outras entidades.” (F).

Na opinião do Diretor Técnico da Casa de Acolhimento Residencial Porta Mágica, o Agrupamento de Escolas colabora com os parceiros, embora, por vezes, essa colaboração pudesse ser maior: “(...) temos tido aqui algumas situações bastante complexas, que não podemos dizer que o Agrupamento não tem tentado colaborar (...) às vezes, não tanto quanto seria o desejável, mas, efetivamente, tem havido aqui uma abertura e disponibilidade para colaborar.” (G).

### **6.2.3. Ações levadas a cabo pelo Agrupamento para promover o envolvimento dos parceiros**

No Quadro 22, apresentamos os dados referentes à terceira subcategoria da categoria dois, que diz respeito às ações levadas a cabo pelo Agrupamento de Escolas de Montemor-o-Novo, no sentido de promover o envolvimento das entidades parceiras.

Quadro 22 – Ações levadas a cabo pelo Agrupamento para promover o envolvimento dos parceiros (categoria 2, subcategoria 3)

<b>Categoria</b>	<b>Subcategoria</b>	<b>Palavras-chave</b>	<b>U. R.</b>	<b>U. E.</b>	
2. Participação / envolvimento da comunidade educativa nas atividades do Agrupamento de Escolas	2.3. Ações levadas a cabo pelo Agrupamento para promover o envolvimento dos parceiros	<b>Comunicação / divulgação à comunidade</b>	<b>7</b>	<b>4</b>	
		<b>Proximidade com a comunidade/parceiros</b>	<b>25</b>	<b>7</b>	
		<b>Recetividade do Agrupamento</b>	<b>11</b>	<b>5</b>	
		Fraco envolvimento	Parceiros – Ass. Pais/EE	5	1
			AEMN	5	1
Inexistência de estratégia concertada	3	1			

Fonte: Entrevistas realizadas em 2019

O Agrupamento de Escolas tenta envolver a comunidade mantendo uma **cultura de proximidade** com as diversas entidades parceiras, como refere a Assessora da Direção: “(...) há uma relação próxima, por exemplo, com a rádio e com os jornais. Qualquer coisa que é importante, também comunicamos.” (A). A Diretora Técnica da Cercimor corrobora esta ideia de proximidade estabelecida entre a Escola e as entidades: “(...) há esta relação próxima que me parece que, da parte do Agrupamento, há sempre esta procura constante de que nós também possamos entrar dentro da escola (...)” (H).

Para manter essa proximidade, segundo a Diretora do Agrupamento, com os parceiros, são feitas reuniões frequentes para programar e avaliar as atividades desenvolvidas em conjunto.

No final do ano, fazemos sempre um balanço do trabalho que foi desenvolvido em conjunto e prepara-se (...) A nível dos parceiros, das outras entidades parceiras, também se faz o balanço no final do ano, faz-se uma planificação prévia para o próximo ano. (D).

Para envolver os pais e encarregados de educação, a escola cria projetos que impliquem a sua intervenção, como refere a Diretora.

A nível dos pais, vamos tentando através dos Diretores de Turma, das Associações de Pais, através dos próprios miúdos (...) com projetos que possam trazê-los à escola, nomeadamente, através das profissões dos pais, para poderem vir nalgumas áreas... ter alguma intervenção. (D).

Uma outra característica do Agrupamento de Escolas de Montemor-o-Novo, referida por alguns entrevistados, foi a **recetividade** às propostas dos parceiros. A Assessora da Direção

considera que “(...) aqui na Direção, por exemplo, estamos sempre prontos a receber a comunidade, seja pais, seja entidades (...) nós sempre os recebemos, portanto, não fechamos a porta a ninguém e eles sabem disso.” (A). A Diretora assume que “(...) ouvimos as colegas do pré-escolar e primeiro ciclo e outros que queiram apresentar projetos (...)” (D).

A Coordenadora de Estabelecimento de 1º Ciclo reforçou a mesma ideia: “Tendo uma escola aberta à comunidade, uma escola que participa nas atividades, que são consideradas pertinentes, propostas pelos parceiros. (...) A escola vai participando em algumas atividades propostas pelos parceiros (...) e está aberta à participação da comunidade também.” (B).

Constatámos que outra estratégia utilizada pelo Agrupamento de Escolas de Montemor-o-Novo no sentido de procurar envolver a comunidade e os parceiros é o **recurso às novas tecnologias de informação**, como refere a Assessora da Direção (A) e o Coordenador de Estabelecimento de 2º e 3º Ciclos (C).

O Agrupamento (...) tem uma página na Internet (...) onde todas as informações estão lá, e cada vez mais a comunidade educativa habitua-se a ir ver quais são as novidades ao nosso site de informação, ao site do Agrupamento. (...) vamos tentando assim com os novos meios de comunicação divulgar as coisas e ter sempre a abertura para também receber. (A).

Fazendo apelos à participação dos alunos, como dos pais, através da página da escola (...) publicidade que fazemos também noutra página que temos no Facebook (...) (C).

De acordo com a representante dos alunos, é feita uma divulgação das atividades através da escola e dos professores no sentido de envolver os alunos e a comunidade: “(...) nesse projeto, eu acho que o professor (responsável pelo projeto) fala com a entidade e é divulgada essa parceria através de (...) palestras, cartazes, comunicação entre os alunos (...)” (F)

Contudo, a Presidente do Conselho Geral salientou a dificuldade sentida em envolver os pais nas atividades da escola.

(...) embora os encarregados de educação, em geral, é mais difícil trazê-los à escola (...) lá vêm os representantes das associações de pais (...) mas envolver os encarregados de educação é mais difícil. Se for uma coisa que envolva diretamente os filhos deles (...) se for uma coisa mais genérica, não... (E).

Na perceção da representante do *atelier* de Costura Chá de Agulhas, o Agrupamento procura os parceiros, mas, por vezes, depois de estabelecida a parceria, era importante que houvesse um maior envolvimento e acompanhamento por parte da escola.

Vêm falar connosco para recebermos as crianças, vêm recolher as avaliações (...) Fui chamada a uma reunião por causa desta parceria, para saber se podia aceitar e para dizer o que achava que estava bem e o que achava que estava mal. (...) Mas acho que era importante que estivéssemos também com os outros professores para falar. (...) Mas acho que era importante que fizessem outras formações para quem está com estas crianças. (...) mas acho (...) que deviam ser mais participativos, estarem mais presentes, no acompanhamento. (J).

Na opinião do Diretor Técnico da Porta Mágica, o Agrupamento de Escolas de Montemor-o-Novo não definiu uma estratégia concertada para se relacionar com os seus parceiros.

(...) uma estratégia específica também não sinto que haja. Acho que há alguns movimentos que vão sendo feitos a nível pessoal (...) alguns professores vão tendo ideias e vão querendo criar aqui outras dinâmicas (...) isso é mais algo que resulta de uma ação individual do que propriamente uma estratégia concertada do Agrupamento. (G).

#### 6.2.4. Razões que determinam a participação da comunidade

O Quadro 23 ilustra os resultados da análise da informação referente à subcategoria quatro da categoria dois, em que procurámos conhecer as razões que determinam a participação da comunidade nas atividades do Agrupamento de Escolas.

Quadro 23 – Razões que determinam a participação da comunidade (categoria 2, subcategoria 4)

<b>Categoria</b>	<b>Subcategoria</b>	<b>Palavras-chave</b>	<b>U. R.</b>	<b>U. E.</b>
2. Participação / envolvimento da comunidade educativa nas atividades do Agrupamento de Escolas	2.4. Razões que determinam a participação da comunidade	Motivação dos alunos	1	1
		Oportunidade de experiências / conhecimento	2	1
		Busca dos interesses dos alunos	8	1
		Envolvimento dos alunos	2	1
		<b>Necessidade de recursos humanos e materiais</b>	<b>8</b>	<b>2</b>
		<b>Necessidade de interação (entre os diferentes elementos da sociedade)</b>	<b>8</b>	<b>4</b>
		Outras razões	7	2

Fonte: Entrevistas realizadas em 2019

Na perceção dos entrevistados, são diversos os motivos que justificam a participação da comunidade nas atividades da escola, com recurso ao estabelecimento de parcerias. Na opinião de alguns entrevistados, esta participação da comunidade resulta de uma **exigência da sociedade atual de interação entre os diferentes elementos**. Neste sentido, a Coordenadora de Estabelecimento de 1º Ciclo considera que “Vivemos em comunidade e é em comunidade que temos que viver e agir, e isso porque traz benefícios. A sociedade mudou e para a escola

poder acompanhar o ritmo da sociedade, tem que ter essa dinâmica.” (B). Na mesma linha de pensamento, a Diretora defende que “(...) a escola tem que estar ou deveria estar aberta à comunidade. Nós não estamos isolados (...) não vivemos em ilha. Essas ações nascem da necessidade de cada um, de ambas as partes. Porque é um espaço aberto (...) a escola tem que estar ou deveria estar aberta à comunidade.” (D).

Foram ainda apontadas outras razões que conduzem a esta interação entre a comunidade e a escola. A Coordenadora de Estabelecimento de 1ºCiclo inquirida referiu que, a nível da legislação emanada pela tutela, as orientações são no sentido da criação de parcerias e de uma integração da escola na comunidade: “(...) os documentos que vêm do topo orientam-nos para estarmos o mais integrados possível.” (B). O Coordenador de Estabelecimento de 2º e 3º Ciclos considera que esta interação é uma forma de dar a conhecer o trabalho que é feito na escola: “(...) dar a conhecer uma escola mais transparente. Mostrar o que se faz na escola (...) é uma forma também de nós mostrarmos à opinião pública que as coisas não são assim tão negativas (...)” (C).

Esta participação dos parceiros visa, igualmente, colmatar a **carência de recursos humanos e materiais** que a escola vive: “(...) porque nós, em termos de escola, há equipamentos que nós não temos.” (...) E também a necessidade de (...) recursos materiais e, às vezes, humanos, que, pronto, podem ser colmatados com a autarquia e com as outras entidades parceiras.” (D). O Presidente da Associação de Pais e Encarregados de Educação (M) confirmou que, efetivamente, a Associação, enquanto entidade parceira, tem tentado dar resposta às necessidades do Agrupamento de Escolas, através de donativos e aquisição de equipamentos em falta.

(...) fizemos uns donativos para umas limpezas para a escola (...) fizemos aí algumas ajudas ao Agrupamento para resolver alguns problemas que, entretanto, surgiram. Ouvimos falar naquele problema dos cacifos e dispusemo-nos logo para os adquirir, porque o Agrupamento não tinha capacidade financeira para isso, como as televisões (...) (M).

Na opinião da Assessora da Direção, a comunidade interage com a escola para criar formas de motivação dos alunos para a aprendizagem e a oportunidade de lhes proporcionar novas experiências de acesso ao conhecimento: “(...) motivar as crianças para a aprendizagem. Eles terem conhecimento que é dado por outras pessoas, de experiências já vividas ou conhecimentos dados por outros e depois as crianças, para serem cada vez mais motivadas para a aprendizagem (...)” (A). A entrevistada considera, igualmente, que se tenta, através da participação da comunidade, “(...) ir ao encontro dos interesses de cada um (dos alunos)”. As

alterações da sociedade afetam as crianças e jovens de cada geração e a escola tem que acompanhar essas mudanças.

(...) hoje a escola está muito diferente e tem muita concorrência com a tecnologia e com outros interesses.” “Os alunos já não estão a conviver uns com os outros, estão agarrados aos telemóveis ou a fumar (...) nós tentamos, ao máximo, agarrá-los aqui com outro tipo de atividades que eles gostem e que a escola não seja só os conteúdos que eles precisam para seguir outra vida. E isso tem que ser com a comunidade também a ajudar.” (A).

Esta participação da comunidade na vida da escola é uma forma de procurar envolver e ocupar os alunos, segundo a Diretora do Agrupamento: “(...) uma das apostas aqui no Alentejo, devido à desertificação, tem a ver com a parte cultural e com o envolvimento dos jovens, na tentativa de fixação dos jovens.” (D).

### 6.2.5. Avaliação da participação da comunidade

No Quadro 24 apresentamos os resultados da análise da informação relativa à avaliação da participação da comunidade nas atividades do Agrupamento de Escolas em estudo.

Quadro 24 – Avaliação da participação da comunidade (categoria 2, subcategoria 5)

<b>Categoria</b>	<b>Subcategoria</b>	<b>Palavras-chave</b>	<b>U. R.</b>	<b>U. E.</b>	
2. Participação / envolvimento da comunidade educativa nas atividades do Agrupamento de Escolas	2.5. Avaliação da participação da comunidade	2.5.1. Genericamente	<b>Positiva</b>	<b>124</b>	<b>13</b>
			Instituições com uma participação mais significativa	15	5
			Fatores condicionantes	21	5
			Dificuldades / obstáculos	50	10
		2.5.2. A partir da constituição do Agrupamento, em 2013	<b>Maior abertura</b>	<b>15</b>	<b>4</b>
			Melhor comunicação	2	2
			Melhor articulação	4	3
			Reforço das parcerias	7	2
			Aspetos que se mantiveram	7	3
			Importância das lideranças	3	1

Fonte: Entrevistas realizadas em 2019



Relativamente à participação da comunidade, a totalidade dos entrevistados faz um **balanço positivo**. A Assessora da Direção (A) referiu que esta participação é, sem dúvida, uma mais-valia para todos.

(...) avalio como muito positiva (...) Os professores querem transmitir o conhecimento, mas sendo outra pessoa a dizer o mesmo, já é de outra maneira e já é ouvido... já estão com mais atenção, já acham que é diferente, portanto, é sempre uma mais-valia. (...) todos (os parceiros) ficam muito contentes e agradecem sempre a participação. (A).

Esta avaliação positiva é corroborada pelos Coordenadores de Estabelecimento inquiridos.

Na maioria das vezes, essa participação é positiva. (...) As nossas entidades parceiras mostram sempre abertura para melhorar, para fazer diferente. (B).

Há, sim (abertura por parte da escola para o exterior). (...) há sempre uma grande cooperação com essas entidades. (...) Avalio de forma bastante positiva (...) Noutras situações tiramos mesmo proveito do desempenho, do trabalho dessas entidades, como é o caso do Projeto Monte Dentro ou da Escola Promotora do Sucesso. (...) todos intervêm na escola (...) muitas vezes, até substituem os auxiliares de ação educativa (...) no aspeto de saber falar com as crianças (...) Eles têm uma relação muito próxima, com os miúdos (...) Um dos monitores é psicólogo, de maneira que chega facilmente aos miúdos (...) existe ali uma grande empatia entre eles. Na Oficina da Criança e no Centro Juvenil, os que frequentam, acho que gostam muito. (C).

Na perceção da Diretora do Agrupamento (D), a dinâmica que se estabelece entre a escola e a comunidade é bastante vantajosa para a escola: “De uma forma geral, é muito positiva. (...) é uma vantagem para nós. (...) têm dado contributos bastante positivos.” (D).

A Presidente do Conselho Geral (E) considera que, desta interação entre a escola e comunidade, resultam contributos muito positivos relativamente a novas oportunidades e à resolução de problemas.

Acho que é muito positiva (...) Acho que há uma boa participação, um bom envolvimento entre a escola e a comunidade, penso que sim. (...) a possibilidade de os alunos terem acesso a coisas diversas, em espaços diferentes (...) com um contributo muito positivo, no sentido de tentar resolver eventuais problemas, em que é que se pode ajudar, em que é que podemos interagir (...) (E).

A representante dos alunos (F) afirma que cada vez mais alunos aderem aos projetos resultantes das parcerias com a comunidade e que estes são importantes, na medida em que proporcionam novas experiências de vida e contribuem para uma dinâmica diferente na escola.

(...) dão-nos imensas experiências para o resto da vida. (...) cada vez mais as pessoas tentam participar nesses projetos (...) para terem uma atividade diferente, dentro da escola, e que proporcionam várias coisas. (...) para ajudar e para dinamizar a escola sempre da melhor forma (...) acho que a escola, cada vez mais, tem tido (...) estas parcerias (...) com estas parcerias tem tido cada vez mais dinâmica. (F).

O representante da casa de acolhimento residencial Porta Mágica (G) faz um balanço positivo do caminho, por vezes, sinuoso, que tem sido percorrido com o Agrupamento de Escolas, considerando que esta relação tem evoluído de forma favorável para todos.

(...) tudo isto tem sido um caminho feito com muita aprendizagem, com alguns dissabores também à mistura, mas o balanço tem sido positivo. (...) são miúdas que precisam mesmo do próximo, de uma vigilância constante (...) o Agrupamento também fez esse esforço e foi algo que foi sendo articulado entre nós e o Agrupamento (...) foi uma construção mútua, envolvendo até muitos recursos por parte do Agrupamento (...) mas conseguiram arranjar aqui uma resposta, construir à medida das necessidades delas (...) esta relação tem sido positiva e tem vindo a criar novos contornos, cada vez mais positivos, ao longo do tempo. É mesmo um trabalho de muita proximidade e muita confiança que se vai construindo aqui com a comunidade, nomeadamente com a comunidade escolar (...) (G).

A Diretora Técnica da Cercimor (H) avalia positivamente a interação que se tem estabelecido com a escola, principalmente devido ao facto de existirem serviços da responsabilidade desta instituição que funcionam diretamente no espaço da escola, como é o caso do Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental (CAFAP).

(...) para nós, isto foi uma mais-valia, que deu origem a uma maior relação e uma aproximação entre técnicos da instituição e a escola (...) porque a partir desse momento nós tornamo-nos presentes no espaço da escola (...) em jardins de infância (...) nas creches, (...) nas escolas, mesmo primárias (...) Houve sempre esta necessidade de articulação e muito próxima (...) com alguns parceiros mais próximos e o Agrupamento esteve sempre muito próximo (...) acho que houve sempre da parte do Agrupamento também uma necessidade desta articulação e eu acho que tem sido uma mais-valia para nós cá, em Montemor. (H).

Esta inquirida reforçou a importância de existir estabilidade, no que respeita às pessoas que estão na gestão das instituições e aos técnicos que estão no terreno, o que conduz a uma relação de confiança que facilita todo o processo de interação entre as diferentes entidades.

(...) tem sido uma mais-valia para o crescimento das instituições... que é as pessoas que (...) estão na gestão ou estão nos acompanhamentos numa intervenção direta... vão-se mantendo (...) há uma consolidação de técnicos (...) estabilidade e isso em Montemor (...) acontece (...) As pessoas já se conhecem muito bem (...) como já há um conhecimento muito direto, nós pegamos no telefone e falamos com as pessoas e resolvemos assuntos (...) Há ali uma facilidade porque as pessoas se conhecem, porque há uma confiança (...) a confiança e o reconhecimento da capacidade profissional e (...) de credibilidade que cada instituição, que cada técnico (...) representa (...) (H).

Quer o Diretor Artístico do Espaço do Tempo (I), quer a representante do atelier de costura Chá de Agulhas (J), referiram o facto da relação com o Agrupamento já existir há algum tempo e já ser considerada natural.

Achamos que a escola é muito importante e, pronto, e a escola também tem uma relação boa connosco. É evidente que é bom, é bom. O Agrupamento já se habituou ao Espaço do Tempo. (I).

(...) já tenho parceria com a escola há bem 10 anos ou mais (...) Acho que tem sido um trabalho positivo (...) (J).

Também o Vereador da Educação (K) e o Presidente da União de Freguesias (L) consideram que existe uma relação de proximidade muito grande e saudável entre a autarquia e o Agrupamento de Escolas: “(...) o nosso balanço é positivo, de facto, é positivo. (...) este relacionamento sempre foi muito saudável, muito próximo.” (K), “(...) a nossa relação com o Agrupamento é, neste momento, ao nível de uma excelência (...)” (L).

O Presidente da Associação de Pais e Encarregados de Educação “Escola em Movimento” (M) caracteriza a relação existente entre a Associação e o Agrupamento como “(...) uma boa interação. (...) É uma convivência, chamemos-lhe assim, sã, numa escala positiva.” (M).

Tentámos compreender se, a partir da constituição do Agrupamento de Escolas de Montemor-o-Novo, em 2013, se verificaram alterações no que respeita à abertura da escola para a comunidade e para o estabelecimento de parcerias. Na perceção da Assessora da Direção (A), registou-se uma **maior abertura da escola para a comunidade** e uma **melhor articulação** entre os diversos ciclos de ensino.

(...) (com a constituição do Mega-Agrupamento) passou a haver maior abertura, principalmente, para os outros ciclos, para o segundo e terceiro ciclos e secundário. (...) as coisas têm vindo a melhorar e a escola também tem feito uma tentativa também para que haja uma abertura maior. (A).

Segundo o Coordenador de Estabelecimento de 2º e 3º Ciclos (C), antes da constituição do Agrupamento, a Escola Básica São João de Deus (EBSJD) mostrava abertura para a comunidade, mas a Escola Secundária tinha uma postura mais fechada.

As entidades queixavam-se era que da parte da Escola Secundária que não havia assim tanta abertura. (...) agora começou a haver com a criação do Mega-Agrupamento. Diziam, não sei se é verdade ou não... talvez, que a (Escola) Secundária era um bocado fechada à comunidade... a projetos propostos por outras entidades. Agora, está como estava a EBSJD anteriormente. (C).

Na perceção da Presidente do Conselho Geral, verificou-se uma **maior disponibilidade** para o estabelecimento de parcerias: “(...) até cada vez mais, (abertura) no sentido de se estabelecerem essas parcerias.” (E). O Presidente da Associação de Pais e Encarregados de Educação corrobora esta ideia de maior abertura por parte do Agrupamento, a partir de 2013.

(...) daquilo que é o meu conhecimento direto, como pai (...) acho que sim (que houve mudança em termos de abertura da escola para a comunidade). O Agrupamento é muito aberto e muito recetivo à ajuda em todo o tipo, dos alunos, para resolver os problemas pacificamente. (M).

Um outro aspeto que melhorou, segundo a Diretora do Agrupamento (D) e o Presidente da União de Freguesias (L), a partir de 2013, foi a comunicação: “(...) a comunicação é

diferente.” (D), “Sem dúvida (...) Sentimos isso... (maior abertura, uma melhor comunicação)” (L).

Com a criação do Agrupamento, a articulação entre os diferentes ciclos de ensino foi promovida, como referiram a Assessora da Direção (A), a Diretora do Agrupamento (D) e o Presidente da União de Freguesias (L): “(...) uma maior ligação entre o pré-escolar, o primeiro ciclo e os outros ciclos, fez com que também houvesse uma maior abertura à sociedade.” (A), “(...) está mais articulado (...)” (D), “(...) a partir de 2013 passámos a estar mais juntos.” (L).

Registou-se também um reforço das parcerias, através de melhorias naquelas que já existiam, e com a criação de novas parcerias, como testemunharam a Diretora (D) e a representante dos alunos (F).

A parceria com a Câmara, com o Espaço do Tempo, que melhorou significativamente (...) a Câmara, quando eu digo Câmara, inclui a Biblioteca, o Centro Juvenil, a Oficina da Criança...inclui várias valências...sobretudo essas. Houve um reforço das parcerias (...) Estou-me a lembrar do Espaço do Tempo, que houve ali um tempo (...) que praticamente não existiu nada. E a nível da Câmara também estamos com mais parcerias, a nível do terceiro ciclo e secundário. Havia, mas não com tanta regularidade, nem com tantos projetos. (D).

(...) desde que houve este Mega-Agrupamento, tenho tido estas oportunidades todas que não tinha tido antes, quando andava, se calhar, no quinto ou no sexto ano. (F).

Alguns entrevistados consideram que não se registaram alterações significativas com a criação do Agrupamento, uma vez que já existiam muitas parcerias e abertura por parte da escola. A Presidente do Conselho Geral (E) referiu que “(...) não tem havido menos parcerias” e “(...) continua a haver uma grande abertura (...)” (E). A Diretora Técnica da Cercimor (H) afirmou que “Não noto muito (que tenha havido alguma diferença em termos de abertura para a articulação a partir da constituição do Mega-Agrupamento) (...) A postura foi sempre esta (...)” (H).

Na visão do Presidente da União de Freguesias (L), a questão da abertura da escola para a comunidade depende das lideranças das instituições e não da sua dimensão.

Isto não tem a ver com a constituição de Mega-Agrupamentos, tem a ver com as pessoas que estão à frente dos agrupamentos. (...) Isto não tem a ver com a dimensão, tem a ver com as pessoas que encaram o projeto. (L).

### **6.3. Parcerias estabelecidas**

Nesta categoria, procurámos conhecer e caracterizar as diferentes parcerias estabelecidas entre o Agrupamento de Escolas de Montemor-o-Novo e as entidades da comunidade. Para além das entrevistas realizadas, consultámos o Projeto Educativo que

vigorou entre 2016 e 2018, a partir do qual identificámos os parceiros (Apêndice 26). Nessas parcerias, existem diversos tipos de colaboração:

- 1) Cedência de informações/contactos;
- 2) Colaboração técnica pontual;
- 3) Colaboração técnica regular;
- 4) Partilha / cedência de recursos físicos / financeiros;
- 5) Apoio técnico, logístico e financeiro;
- 6) Gestão conjunta de iniciativas.

De acordo com a análise do conteúdo das entrevistas, destacamos as parcerias com maior relevância, que identificamos no Apêndice 27 (p.459). Estas parcerias são estabelecidas com diferentes categorias de instituições: autarquia (Câmara Municipal e Juntas de Freguesia), serviços públicos (Biblioteca Municipal, Centro de Saúde, GNR), associações de natureza diversificada, cooperativas, empresas, fundações e organizações internacionais.

Outro dos objetivos desta categoria é conhecer as diferentes áreas em que se estabelecem parcerias, bem como os objetivos que as entidades e o Agrupamento de Escolas traçam aquando da criação das mesmas.

Tentámos, de igual forma, compreender de quem partiu o interesse e a iniciativa no desenvolvimento das parcerias e perceber o impacto e a importância que essa dinâmica tem para o percurso académico dos alunos, para a escola e para o território.

Por último, identificámos alguns obstáculos que podem condicionar o estabelecimento de parcerias e fizemos o levantamento dos aspetos a melhorar.

### **6.3.1. Âmbito e áreas das parcerias**

O Quadro 25 evidencia as diferentes áreas em que existem parcerias estabelecidas entre o Agrupamento de Escolas de Montemor-o-Novo e as entidades parceiras, o que corresponde à primeira subcategoria da categoria três da análise de conteúdo das entrevistas realizadas.

Quadro 25 – Áreas das parcerias (categoria 3, subcategoria 1)

<b>Categoria</b>	<b>Subcategoria</b>	<b>Palavras-chave</b>	<b>U. R.</b>	<b>U. E.</b>
3. Parcerias estabelecidas	3.1. Áreas das parcerias	<b>Apoio técnico, logístico, financeiro</b>	<b>41</b>	<b>6</b>
		<b>Artes</b>	<b>36</b>	<b>7</b>
		Ciência	5	2
		Cultura	4	3
		Desporto	9	4
		Ecologia / ambiente	6	3
		<b>Formação / educação</b>	<b>16</b>	<b>7</b>
		História / património / cidadania	18	3
		<b>Inclusão</b>	<b>33</b>	<b>7</b>
		Leitura	19	2
		Matemática	3	1
		Ocupação de tempos livres	15	3
		Saúde	6	3
		Segurança	8	3
		<b>Sucesso educativo (Projeto Comunidade empenhada na Promoção do Sucesso Escolar)</b>	<b>13</b>	<b>5</b>
Voluntariado	3	2		
Várias áreas	7	3		

Fonte: Entrevistas realizadas em 2019

A partir das entrevistas realizadas, destacaram-se várias áreas no que respeita às parcerias estabelecidas, que apresentamos de seguida.

**a) Artes** - Uma das áreas mais fortes a nível de parcerias é a artística, como comprova o testemunho da Assessora da Direção (A).

(...) os grupos corais que às vezes vêm aqui dar experiências ou artistas ou até escritores (...) pessoas que fazem filmes de animação, vêm sem cobrar nada e vêm à escola e ficam todos agradecidos pelos convites. (...) temos as Oficinas do Convento lá em cima, que têm sempre atividades para nós (...). Há sempre teatros, há sempre cinemas... há uma abertura (...) A Festa da Animação também decorre em novembro, todos os anos temos o cinema de animação e agora estamos a fazer... eles próprios estão a fazer os filmes em cinema de animação. (A).

Os Coordenadores de Estabelecimento entrevistados corroboram a relevância das parcerias na área artística, justificada com a existência de várias entidades parceiras neste campo, como a Alma D’Arame, o Espaço do Tempo, as Oficinas do Convento, as Escolas de Música Ensemble, Sociedade Carlista e do Ofício das Artes.

(...) participamos nas atividades de expressões que a Associação de Pais tem. Participamos também no “Desfile de Carnaval” e noutras atividades.” (B).

(...) a Alma D’Arame também promove (...) aquando do seu festival internacional de marionetas e que decorre todos os anos (...) representações propositadamente para as escolas, para as quais somos convidados (...) durante a altura do festival, *workshops* alusivos à construção de marionetas ou outras artes cénicas (...) temos...pinturas...por vezes, trazem-se cá artistas plásticos, fazemos um mural (...) vamos ao rio recolher... lixo e vamos fazer ali, depois, um mural com lixo (...) Com o Espaço do Tempo, a mesma situação (...) uma companhia que tem representatividade a nível nacional e que apoia bastante a escola. (...) as Oficinas do Convento (...) há a Escola de Música Ensemble e a Sociedade Carlista também colaboram bastantes vezes connosco. Quando há um evento ou pedimos a alguém para vir tocar, eles têm vindo sempre, bem como da Escola de Música da Ofa (Ofício das Artes). (C).

A Diretora do Agrupamento (D) referiu que muitas das parcerias existentes foram criadas para dar resposta a algumas necessidades dos alunos do Curso de Artes, em termos de equipamentos, espaços e técnicos especializados: “(...) o Curso de Artes, há a parte multimédia, que faz a abordagem em conjunto com o Centro Juvenil (...). O Centro Juvenil tem (o equipamento) e faz parcerias. Com o Espaço do Tempo também (...) por causa das Artes.” (D).

O representante de uma dessas instituições parceiras, a associação cultural Espaço do Tempo (I), assumiu que, na verdade, existe um grande acompanhamento por parte desta associação cultural aos alunos e professores das turmas de artes do Agrupamento (Apêndice 40).

(...) decidimos acompanhar muito a turma de artes visuais, que é uma valência artística na escola e achamos que era muito importante. (...) trabalhamos com dois ou três professores e (...) temos um acompanhamento constante com eles: de 15 em 15 dias vêm assistir a ensaios, conhecem os artistas (...) vamos ter um workshop com a Frida Kahlo, em que temos um espetáculo e os atores vêm um dia antes trabalhar com a turma (...) o António Jorge Gonçalves, um workshop digital, levar os miúdos ao Pavilhão do Conhecimento para verem uma exposição com artistas digitais... isto foi há um mês atrás. (...) esta turma é muito mimada por nós (...) uma turma que (...) de 15 em 15 dias tem um projeto (...) temos professores muito motivados, temos uma relação muito direta com os professores (...). Todos os anos utilizamos o ginásio da escola (...) uma semana do ano em que não há aulas no ginásio, os miúdos estão cá fora para podermos usar um ginásio para fazer um teatro lá dentro (...) montamos um grande festival em quatro sítios em Montemor e um dos sítios é a escola (...). (I).

**b) Inclusão** - Muitas parcerias estabelecidas entre o Agrupamento de Escolas e as entidades do território foram criadas no âmbito da inclusão, procurando dar resposta a necessidades específicas de alguns alunos, como afirmou a Diretora (D).

A nível da inclusão no mundo do trabalho dos alunos que estão no 54 (Decreto-Lei nº 54/2018, de 6 de julho), antigo Decreto-Lei nº3, (...) nomeadamente a Cercimor (...) com a Cercimor temos vários projetos, em conjunto (...) A nível pontual, algumas que têm a ver com os currículos a funcionar. Com os currículos específicos e com a atividade funcional que os miúdos fazem, nomeadamente, nos ateliers de costura, que nos permitem ter ali alguns miúdos. Temos uma turma de alunas... aquilo funciona em regime de internato, que funciona na CARE, que é uma Casa de Acolhimento Residencial (...) (D).

A Presidente do Conselho Geral (E) reforçou a pertinência da parceria com a **Cercimor**, através do **CAFAP** (cf. Apêndice 35, p.498).

(...) parcerias com a Cercimor (...) A parceria com a Cerci, no que diz respeito à ocupação dos nossos alunos com necessidades educativas especiais, com a psicóloga da Cerci, a assistente social (...) o CAFAP. Também é muito importante, porque a nível de acompanhamento psicológico, de assistência social, é um concelho muito complicado (...) é uma parceria também muito importante (com a Cerci). (E).

Esta articulação entre a Cercimor e o Agrupamento de Escolas já existe há muito tempo, como explicou a Diretora Técnica da instituição (H), e tem vindo a ser reforçada ao longo dos anos, sempre com uma grande proximidade entre as duas entidades.

Durante muitos anos foi Projeto Socioeducativo e depois passou para...o Centro de Recursos para a Área da Inclusão e fomos acompanhando, realmente, este estar na escola, não é, até à idade obrigatória das crianças (...) temos o Centro de Formação (...) os jovens (...) também vinham ao próprio Centro, ainda não existia a ideia de haver os planos de transição e os PIT (...). Muitos antes disso, já havia aqui um trabalho em conjunto para haver despistes, para perceber realmente qual era a possibilidade de depois de fazer encaminhamentos daqueles jovens, com problemas de aprendizagem, com problemas de comportamento (...) os que, realmente, depois tinham, algumas deficiências mais graves eram encaminhados também, depois (...) na faixa etária que terminava ali nos 16 anos, para o Centro de Atividades Ocupacionais, que é outra unidade que nós temos aí já para as necessidades mais profundas ao nível da deficiência (...). (H).

A representante da Cercimor (H) acrescentou que, em 2004 foi criada, dentro da escola, a unidade CAFAP, que acompanha alunos dos seis aos dezoito anos, no âmbito do risco psicossocial, em articulação com os professores e com os restantes parceiros.

(...) no ano... 2004 (...) criámos uma outra unidade, que é o CAFAP, que trabalha (...) quase exclusivamente dentro da escola (...) porque a faixa etária é dos seis aos dezoito (...) trabalha na área muito do risco psicossocial, uma articulação muito grande com os professores, com os diretores de turma (...) e depois com o tribunal (...) os parceiros, a Santa Casa da Misericórdia, a Segurança Social, as equipas do tribunal que fazem parte da Segurança Social, as equipas da EMAT (...) Aliás, neste momento (...) a sede do CAFAP, a sede do serviço e a sede de intervenção estão na escola... as equipas estão lá dentro. Têm salas mesmo, cedidas pelo Agrupamento, em que têm também o apoio do próprio edifício e da logística (...) há uma relação muito próxima com os técnicos, com os professores, com os educadores (...). (H).

A colaboração com a **Casa de Acolhimento Residencial Porta Mágica** (cf. Apêndice 41, p.511) é fundamental para situações de crianças e jovens em risco que carecem de um ambiente caracterizado por uma maior contenção e tranquilidade.

“Somos uma casa de acolhimento especializada, portanto, não somos uma casa bem nos moldes da maioria das casas de acolhimento. (...) nós somos uma casa especializada, portanto, trabalhamos apenas (...) dentro do âmbito das crianças e jovens em risco, neste caso, adolescentes... as que nós acolhemos têm, pelo menos, 12 anos (...). Acolhemos só um padrão muito específico de meninas (...) miúdas, que pelo percurso que tiveram, apresentam graves problemas comportamentais, muitas vezes, associados também a graves problemas a nível de saúde mental (...) desde de depressões, como distúrbios de personalidade, até quadros suicidários. (G).



As parcerias educativas estabelecidas entre o Agrupamento de Escolas e algumas empresas visam abrir as portas do mundo do trabalho. Exemplo disso, é o *atelier* de costura **Chá de Agulhas** (cf. Apêndice 44, p.520), que recebe alunas com currículos específicos individuais e funciona como posto de trabalho: “(...) em vez de terem certas disciplinas, são colocadas em posto de trabalho. São miúdas com dificuldades pedagógicas e depois são inseridas nestas áreas (...)” (J).

**c) Formação e Educação** - No âmbito da formação e educação, o Agrupamento de Escolas de Montemor-o-Novo tem vários projetos resultantes de parcerias com a comunidade. No tocante à formação, são promovidas, todos os anos letivos, diversas ações e formação para os alunos, com temáticas variadas, que vão desde questões relacionadas com a saúde, segurança, até aos perigos da Internet: “(...) há aquelas sessões quase todos os anos... nas turmas... sobre a droga, sobre a sexualidade, sobre os perigos da Internet, o *bullying* (...)” (C). Os parceiros responsáveis por estas ações são o Centro de Saúde, a Guarda Nacional Republicana – Escola Segura, os Bombeiros Voluntários.

**i) Na educação para a saúde**, existe o projeto “Educação para a Saúde” (cf. Apêndice 42, p.514), que resulta de uma parceria entre o Agrupamento de Escolas e o Centro de Saúde, e que conta com a visita de enfermeiras, nutricionistas, psicólogas, que dão aconselhamento a nível de higiene, alimentação e sexualidade.

Temos um projeto que é a Escola Promotora da Saúde... em cooperação com o Centro de Saúde (...) vêm cá enfermeiras que vão dando aconselhamento às crianças a nível de higiene, fazem também o rastreio dos dentes e dão também aconselhamento sobre a sexualidade. (C).

(...) educação para a saúde (...) o programa de educação para a saúde, em que, semanalmente, vêm enfermeiras (...). É o plano de educação para a saúde, com visitas de enfermeiras, de nutricionistas, de psicólogas... ah, que têm ajudado bastante. (E).

**ii) No que se refere à segurança**, quer a Guarda Nacional Republicana, quer os Bombeiros Voluntários promovem ações de formação e sensibilização para os alunos: “A GNR faz ações sobre a segurança (...) os bombeiros (...)” (B), “(...) parceria com a GNR (Guarda Nacional Republicana). Da Escola Segura (...) daquela Brigada que acompanha...Brigada Cinotécnica. Fazem ações sobre o trânsito (...)” (C).

**iii) Para os alunos dos Cursos de Educação e Formação (CEF)**, existem parcerias, especialmente com a associação cultural Espaço do Tempo, com o projeto “A

**Escola é no Convento**” (cf. Apêndice 39, p.507), como destacou a Diretora do Agrupamento (D) e o Diretor Artístico da referida associação (I).

A nível do CEF (Curso de Educação e Formação) também... o nosso é Eletromecânica... também temos algumas parcerias, nomeadamente com o Espaço do Tempo (...) os miúdos estão uma semana em residência, com os artistas e com os técnicos do Espaço (do Tempo) ... para perceberem da parte da eletricidade, também um bocadinho de sonoplastia (...) (D).

Apoiamos sempre uma turma de CEF (Curso de Educação e Formação) todos os anos e em alguns projetos, sendo que o mais importante é um projeto chamado A Escola é no Convento, em que os miúdos vêm aqui fazer a escola numa semana, os professores dão as aulas aqui. No ano passado (2017/2018), fizemos um curso de edição de vídeo, aprenderam (...) a fazer o *script*, a fazer uma história, a filmar, a editar os filmes (...). Territórios difíceis... os miúdos começam connosco, vêm almoçar todos os dias aqui com os artistas, são bem recebidos e eles adoram. Este ano (2018/2019) como havia uma turma de metalomecânica, fizemos o curso de iluminação, desenho de luz: montar projetos, afinar projetores, montar uma *rack* de iluminação, ligar o quadro elétrico, perceber o que é o desenho de luzes (...) (I).

- iv) De salientar que a associação cultural Espaço do Tempo também disponibiliza **formação para os docentes**: “(...) fizemos um curso de formação de colocação de voz para professores (...)” (I).
- v) O Centro Qualifica existente no Agrupamento de Escolas, centro especializado em **qualificação de adultos**, que tem como objetivo melhorar os níveis de qualificação da população e de empregabilidade dos indivíduos, também estabelece parcerias com várias entidades, como referiu a Presidente do Conselho Geral (E): “(...) a educação de adultos, com o Qualifica, e aí também há várias parcerias (...)” (E). O Centro Qualifica opera em rede e em parceria, de modo flexível, com diversas entidades: empregadores, entidades formadoras (escolas, centros de formação, entidades certificadas); rede social e solidária; município; associações; serviços e organismos da administração pública. A sua atuação desenvolve-se de modo a potenciar as sinergias existentes no terreno, com mecanismos e respostas de qualidade, numa lógica de gestão eficaz e eficiente de meios.

**d) Apoio técnico, logístico e financeiro** - Uma das características do Agrupamento de Escolas em estudo é que há alunos provenientes de freguesias situadas a cerca de 30 quilómetros de distância da sede de concelho e da escola que frequentam. Consequentemente, verifica-se a necessidade de **apoio logístico**, nomeadamente no que se refere ao transporte, e esse apoio é garantido pela autarquia, como refere a Assessora da Direção: “(...) temos escolas a 30 quilómetros (...) temos a Junta e a Câmara que nos dão transporte (...) mesmo neste

pormenor, que é a distância, nós temos conseguido arranjar o caminho.” (A). Também a Presidente do Conselho Geral afirmou que, sempre que há possibilidade, a autarquia apoia no transporte: “(...) com a autarquia, frequentemente (...) em termos de transporte, embora nem sempre, mas pronto, sempre que possível...” (E).

O Vereador da Educação (K) salientou os diferentes tipos de colaboração que a autarquia tem com o Agrupamento de Escolas, que inclui cedência de espaços, equipamentos, técnicos e refeições escolares, facto que foi confirmado pela Diretora do Agrupamento (D).

(...) colocamos um conjunto de ferramentas e equipamentos à disposição do Agrupamento, das escolas e dos professores (...) apoio aos estudantes, que tem a ver com as refeições, em que assumimos a gestão dos refeitórios e das cozinhas. Apenas não assumimos nas freguesias, mas fazemos protocolos com as Juntas de Freguesia ou com associações locais. Isto para nós, a nível financeiro, é muito mais dispendioso, dá muito mais trabalho, mas garantimos a qualidade dos produtos e das refeições que são servidas aos alunos (...) fomentamos a economia local porque a compra dos produtos é feita localmente (...) temos essa atenção com as refeições escolares e é mais uma oferta que temos junto da comunidade escolar. A Oficina da Criança e o Centro Juvenil são dois equipamentos que complementam o que é a oferta educativa do Agrupamento. A questão que também vão do primeiro ciclo e do jardim de infância, uma vez por mês, à Oficina da Criança, trabalhar no âmbito do Projeto Educativo. (K).

(...) na área de cedência de espaços (...) na área de cedência de técnicos especializados para determinados projetos, para determinadas áreas. (D).

Desde o ano letivo 2008/2009 que o Município de Montemor-o-Novo possibilita aos alunos que frequentam o segundo e terceiro ciclos do ensino básico e o ensino secundário do Agrupamento de Escolas a participação no projeto “**Universidade Júnior do Porto**” (cf. Apêndice 29, p.465), organizada pela Universidade do Porto, durante uma semana. O programa da “Universidade Júnior do Porto” é o maior programa nacional de iniciação de jovens ao ambiente universitário e um exemplo de articulação entre o ensino superior e o ensino básico e secundário.

Foi reforçado pela Presidente do Conselho Geral que a parceria com a autarquia abrange os vários níveis de ensino, incluindo o Ensino Superior, através do “**Programa de Bolsas de Estudo para o Ensino Superior**” (cf. Apêndice 30, p.469): “(...) também dão bolsas de estudo (a autarquia)” (E). De salientar que, entre 1988/1989 e 2017/2018, foram atribuídas 747 Bolsas, segundo informação cedida pela Câmara Municipal (cf. Anexo 1, p.524). No primeiro ano, 1988/1989, a verba disponibilizada foi a correspondente a 3.750 €, que permitiu conceder 5 Bolsas. Em 2017/2018, foram atribuídas 98 Bolsas. No total, foi disponibilizado um montante de cerca de 87.500 €.

A autarquia defende que devem ser proporcionadas as mesmas oportunidades a todos os alunos, independentemente de frequentarem uma escola com mais ou menos alunos, situada numa freguesia rural ou urbana: “(...) são escolas que têm menos alunos, têm exatamente as

mesmas oportunidades que tem um aluno na sede de concelho e isso, para nós, é que é o direito à educação e à universalidade, porque todos são iguais.” (K).

É garantido, por parte da autarquia, **apoio logístico e financeiro** em alguns projetos resultantes da parceria com o Agrupamento, nomeadamente, no Projeto “**À Descoberta das 4 Cidades**” (cf. Apêndice 28, p.461): “(...) um projeto feito por um professor do Fundão (...) pensado e articulado entre as escolas, com o apoio dos Municípios, nomeadamente, a nível logístico e financeiro” (K).

A Junta de Freguesia assume, para além das suas competências a nível educativo, as competências que a Câmara Municipal lhe delega: “(...) a Junta de Freguesia tem competências próprias e ainda competências delegadas pela Câmara Municipal (...)” (L). No que se refere às competências próprias, a Junta assegura a higiene e segurança alimentar nas cantinas escolares, como confirmou o Presidente da União de Freguesias (L).

No âmbito das competências próprias (...) que é o fornecimento de equipamentos de higiene e limpeza na escola, assim como a solução de higiene e segurança alimentar junto das cantinas escolares de São Mateus e (...) do Centro Escolar de São Mateus e da Escola Básica de Silveiras (...) são essas a grande parceria que nós temos.

Contudo, a colaboração por parte da Junta de Freguesia vai, muitas vezes, além das suas competências: “Assumimos, muitas vezes, coisas que vão muito além daquilo que são as nossas obrigações e que são as necessidades.” (L). Este órgão presta apoio logístico e financeiro ao movimento associativo, incluindo as Associações de Pais e Encarregados de Educação, a eventos organizados pelo Agrupamento e no transporte dos alunos, através da cedência de uma carrinha.

Damos um importante apoio (...) ao movimento associativo, por força disso, a associação de pais (...) Damos um importante apoio também na cedência de uma carrinha para fazer o transporte das crianças (...) vamos apoiando todas as iniciativas que vão sendo levadas a cabo pelas próprias associações. (...) a nível de movimento associativo, temos apoiado também a Associação de Pais da Escola Secundária e da Escola EB 2/3, que, enfim, já não era da nossa competência, mas temos assumido esse apoio (...) temos assumido outro tipo de apoios, na organização de conferências, organização de atividades, na cedência de espaços, no apoio a refeições (...) Para atividades, colóquios, conferências com o Agrupamento e temos estado presentes também na atividade educativa do próprio Agrupamento e é isso que nós entendemos que é essencial. Nós temos o cortejo de Carnaval das escolas, as festas de final de ano, de finalistas (...). (L).

A **Associação de Pais e Encarregados de Educação “Escola em Movimento”** (cf. Apêndice 43, p. 517) colabora com o Agrupamento de Escolas, apoiando iniciativas promovidas pela escola, dando o seu contributo financeiro para a aquisição de alguns equipamentos necessários e tentando fazer a ponte entre a escola e as famílias, através da realização de reuniões e outras ações.

e) **Sucesso educativo** - O projeto “**Comunidade Empenhada na Promoção do Sucesso Escolar**” (cf. Apêndice 31, p. 472) consiste no investimento na dinamização de ações e avaliação do resultado do envolvimento, motivação e desempenho dos participantes. Pretende gerar uma perceção positiva de pertença à comunidade que, para além de contribuir para a diminuição de 10% de taxa de insucesso e em 25% para a taxa de abandono, contribua também para a perceção positiva dos agentes, entidades envolvidas e poder político local. As atividades do projeto Comunidade Empenhada na Promoção do Sucesso Escolar são desenvolvidas por faixas etárias/graus de ensino. Este tipo de organização permite criar uma maior coerência, não só nos métodos aplicados nas novas aprendizagens, como na organização dos próprios grupos dentro das várias escolas na intervenção e que constituem o Agrupamento de Montemor o Novo. O projeto estava previsto, inicialmente, para três anos letivos, contudo, como só foi aprovado em maio de 2018, será desenvolvido em apenas dois anos, 2018/2019 e 2019/2020, como explicou o Vereador da Educação (K).

(...) do Sucesso Escolar é recente e é um programa, que na sua base seria para três anos, mas vai ser só aplicado, formalmente, em dois anos, porque só foi aprovado em maio de 2018 e, portanto, só vai apanhar dois anos letivos. Este programa foi aprovado na totalidade (...) 850 mil euros de projeto, de apoio e financiamento. O envolvimento das associações locais e de empresas locais na criação de workshops, oficinas, colóquios, jornadas, que vão desse do design gráfico, ao desporto, à impressão 3D, à serigrafia, ao xadrez, à dança, à música e à construção de instrumentos (...) é trabalhado com o Agrupamento com uma perspetiva de abrir horizontes e fomentar o sucesso escolar, por isso é que o nome é Comunidade Empenhada na Promoção do Sucesso Escolar. (K).

A Assessora da Direção (A) fez uma breve caracterização deste projeto, realçando a diversidade de atividades que inclui e a participação de toda a comunidade.

(...) temos um projeto que é o Mais Sucesso, que é a autarquia que dinamiza, e que temos atividades de vários âmbitos e que, neste momento, faz com que os alunos estejam muito mais interessados. (No projeto Mais Sucesso) estão a fazer... as escolas do meio rural, um filme de cinema de animação... tem a ver com os desejos dos alunos. (...) temos o azulejo, estão a trabalhar o azulejo... outra entidade. Estão a visitar Montemor para ver os azulejos. (...) são tantas atividades... vamos ter o teatro de inglês (...) a cozinha, por exemplo, cozinhar, sessões... workshops de cozinha (...) vamos ter uma turma de quarto ano que vai parar a semana toda, não vai ter aulas durante uma semana, vai fazer um projeto com a Alma D’Arame, que é uma entidade que existe cá em Montemor, e vão conhecer o rio Almansor (...) ver as margens, fazer limpeza às margens, para recolher os objetos que encontrarem e depois, através disso, vão fazer trabalhos de expressão plástica. (A).

Este projeto foi igualmente referido pelo Coordenador de Estabelecimento de 2º e 3º Ciclos (C), pela Diretora do Agrupamento (D) e Presidente da União de Freguesias (L), como sendo um projeto que envolve a comunidade e visa promover o sucesso escolar.

(...) começou já, agora, entretanto, um novo, que vem por parte da Câmara, Escola Promotora de Sucesso. (C).

Este projeto no âmbito do Plano Nacional de Promoção do Sucesso Escolar (...) estão a decorrer várias ações (...) (D).

(...) temos o projeto contra o insucesso escolar, que tem sido levado a cabo pelo Município, pelo movimento associativo e pelo Agrupamento de Escolas. (L).

**f) Desporto** - Na área do desporto, estão estabelecidas parcerias, sendo que a autarquia, é, novamente, o parceiro que se destaca.

(...) com disponibilidade de atividades de educação física (...) a nível (...) do desporto (...) há vários anos que temos um programa de apoio à atividade desportiva, que é dado por técnicos do Município e em parceria com o Agrupamento. O Agrupamento pode usar e utiliza a piscina coberta municipal para as aulas de educação física, onde é inserida a natação, sem custo nenhum inerente para o Agrupamento (...) o programa de educação física para o primeiro ciclo, que é o Município que disponibiliza e o Agrupamento coopera connosco nessa perspetiva (...) (Prática Desportiva) é um projeto que cada turma do primeiro ciclo e do jardim de infância tem uma hora de educação física por semana, dada por um técnico do Município. (K).

**g) Cultura** - A existência de atividades a nível cultural é também destacada pelo Coordenador de Estabelecimento de 2º e 3º Ciclos (C) e pela Diretora (D): “A nível cultural (...)” (C), “Muito na área cultural (...)” (D). O Vereador da Educação (K) considera que a autarquia, enquanto parceiro, disponibiliza “(...) atividades a nível cultural e que vão para além do que são as nossas competências.” (K). Reforça ainda que, para esse efeito, são colocados à disposição de alunos e professores os espaços, os materiais e os técnicos.

(...) temos um conjunto de atividades culturais, nomeadamente, com a disponibilidade da Oficina da Criança em receber os alunos, tanto do primeiro ciclo, como do jardim de infância, nas suas instalações para o desenvolvimento das atividades que os professores achem conveniente e o apoio dos técnicos que lá estão nessas atividades. (K).

**h) História, património e cidadania** – Neste âmbito, destacam-se alguns projetos que o Agrupamento de Escolas desenvolve com parceiros. Salientamos o projeto “**Lembrar Abril**” (cf. Apêndice 32, p. 479), cuja entidade parceira é a Junta de Freguesia, que se iniciou em abril de 2013, e que visa dar a conhecer este marco histórico aos alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico.

O Lembrar Abril é da Junta de Freguesia (...) participam todas as escolas do primeiro ciclo (...) têm uns grafitis, têm um jogo e é comemorado de outra maneira, e cada turma dá o seu contributo para esse projeto (...) a comunidade é toda envolvida (...) (A).

No âmbito do 25 de abril, nós temos um projeto (...) que levamos a cabo há cerca de três anos, a que demos o nome Projeto Lembrar Abril (...) tem (...) dois pontos base: primeiro, a distribuição de uns jogos didáticos, estilo jogo da glória, sobre o 25 de abril, o antes e o depois, que é distribuído, individualmente, a cada uma das crianças do quarto ano (...) este ano, vamos ter um autocolante sobre o 25 de abril, que são as próprias crianças a fazer os autocolantes. Vamos ter a pintura de um mural (...) o muro da antiga piscina de Montemor (...) Foi pintado pelos alunos do quarto ano, no ano passado, com um artista plástico que os acompanhou, especializado na matéria (...) começámos este projeto com o levar as crianças a Peniche, ao forte-prisão de Peniche. (...) no ano passado, optámos por levá-los ao Museu da Resistência, Museu do Aljube (...) tem um projeto pedagógico excelente, promovido pela

Câmara de Lisboa (...) que enquadra e, acima de tudo, deixa a memória, e, por força disso, o ano passado levámos todas as crianças do quarto ano. (...) são os miúdos que fazem as pinturas, os miúdos cantam as músicas de intervenção da época. Acabam por sentir um pouco da história e, de facto, para nós, é importante que isso aconteça. (L).

O projeto “**À Descoberta das 4 Cidades**” (cf. Apêndice 28, p.461), desenvolvido pelos Municípios de Montemor-o-Novo, Vila Real de Santo António, Fundão e Marinha Grande e os alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico dos respetivos Agrupamentos, assume a sua importância com a partilha de experiências entre os alunos, de forma articulada entre as várias escolas que o integram, fomentando o conhecimento destas quatro regiões e tornando-se um forte elo de conhecimentos e amizades: “Temos o projeto das 4 Cidades (...)” (A), “(...) À Descoberta das 4 Cidades (...) é um projeto que também comemora 25 anos, é no âmbito da gemação das quatro cidades (...)” (K).

A autarquia promove com o Agrupamento e a comunidade outros projetos e atividades relacionadas com o património natural e cultural, como a Semana da Bolota: “(...) temos a Semana da Bolota... agora foi a Semana da Bolota... também participámos com um painel (...)” (A).

O projeto “**Poder Local ao Vivo**”, dinamizado pela autarquia e cujos destinatários são os alunos do Agrupamento, pretende dar a conhecer o poder local e inclui visitas à Câmara Municipal e assistência a reuniões.

(...) o projeto do Poder Local ao Vivo (...) passa pela visita das turmas à Câmara Municipal, onde podem conhecer como é feito o trabalho na Autarquia a nível dos eleitos: visitarem os gabinetes do executivo, uma reunião de Câmara e uma sessão da Assembleia Municipal... mostrar o Salão Nobre (...) como é que corre e qual é a responsabilidade a nível do poder local.(K).

**i) Ecologia e ambiente** - No que respeita especificamente à ecologia e ao ambiente, a Herdade Freixo do Meio desenvolve atividades em conjunto com o Agrupamento, como referiu a Coordenadora de Estabelecimento de 1º Ciclo.

Temos parceiros, como a Herdade do Freixo do Meio... vamos lá no dia 4 de abril. Vamos lá fazer um piquenique esta semana (Herdade do Freixo do Meio) (...). Eles têm a “Semana da Primavera” e nós já participámos na elaboração do cartaz (...) (B)

**j) Ocupação de tempos livres** - No que se refere à ocupação de tempos livres, o Agrupamento de Escolas articula-se com as instituições do concelho no sentido de proporcionar aos alunos um vasto leque de ofertas e possibilidades. Os entrevistados destacaram os espaços da **Oficina da Criança** (cf. Apêndice 33, p.482), destinada a crianças até aos 14 anos, e o **Centro Juvenil** (cf. Apêndice 34, p.495), a partir dos 14 anos. O

Coordenador de Estabelecimento de 2º e 3º Ciclos (C) sublinhou a relevância destas duas entidades.

(...) duas entidades que também são importantes (...) que é a Oficina da Criança e o Centro Juvenil. A Oficina da Criança então, acho que é daquelas coisas que está tão dentro dos hábitos de Montemor (...) E o Centro Juvenil dá uma continuidade a essas crianças (...) acaba por funcionar como o Instituto da Juventude, mas aqui em Montemor. E com essas (entidades) também colaboramos bastante. (C).

O Vereador da Educação (K) reforçou a disponibilidade destes dois espaços de atividades lúdicas, que se encontram sob a alçada do Município, onde se privilegia a aprendizagem não formal, de acordo com os interesses e desejos das crianças e jovens, complementando o sistema formal de ensino.

A Oficina da Criança funciona até aos 14 anos (...) dos 14 anos para a frente, o Centro Juvenil. Dá continuidade com espaços diferentes, nomeadamente, um estúdio de som, de multimédia, uma sala polivalente (...) dá outro tipo de resposta, adaptado ao que é o jovem de hoje em dia. (K).

A instituição Terras Dentro cede apoio a nível de recursos humanos, uma vez que disponibiliza animadores para o pátio da escola, nos momentos de intervalo e em alguns eventos, como referiu o Coordenador de Estabelecimento de 2º e 3º Ciclos (C).

Terras Dentro (...) Foi um projeto em que eles colocam animadores... animadores de tempos livres na escola, que são bastante úteis (...) (projeto “Monte Dentro”) vêm sempre dois dias por semana e dão um apoio diferente às crianças, para além de em termos da segurança, há mais algum adulto, no espaço exterior da escola (...) Nos momentos do intervalo, na hora de almoço (...) por vezes, desenvolver até determinados eventos, festas, concursos. (C).

**k) Científica** - A área das ciências é também abrangida pelas parcerias estabelecidas pelo Agrupamento de Escolas, como referiu a Assessora da Direção (A).

(...) um projeto que está a funcionar muito bem é a abertura... à Ciência Viva... o Centro de Ciência Viva de Estremoz, foram lá já fazer algumas atividades, eles também já vieram cá fazer atividades a vários ciclos (...). (Nas Jornadas Pedagógicas) (...) houve várias experiências, que é uma coisa que eles na escola... a gente tenta fazer cada vez mais, mas que é diferente quando é com professores especializados na área e com os materiais todos e com as condições todas. (A).

O Diretor Técnico do Espaço do Tempo (I) salientou a importância do trabalho desenvolvido na associação com os alunos do curso de Ciências: “(...) trabalhamos com as turmas de ciências, com convidados especiais. Temos um programa que é **“Os Cientistas Vão à Escola”** (cf. Apêndice 37, p.503) ... vamos trazer agora cá a Maria Manuel Mota e para o ano trazemos (...) o Quintanilha.” (I).

**I) A leitura e a matemática** - São duas áreas privilegiadas pela dinâmica educativa que se estabelece entre a escola e as entidades parceiras. No tocante à leitura são desenvolvidos



vários projetos e atividades, em articulação com a Biblioteca Municipal, como esclareceu a Diretora do Agrupamento (D).

(...) das bibliotecas... o ler na sala de aula, os artistas vão ler à sala, que é um projeto que temos com o Espaço do Tempo, com a Biblioteca... as sessões de leitura animada (...) em termos de bibliotecas, de Biblioteca Municipal, através das sessões que temos porque o município apoia muito o pré-escolar (...) o primeiro ciclo tem um projeto que é “Os Livros Andarilhos”, em que há uma série de livros que vão circulando de escola em escola para os miúdos lerem. (D).

O Diretor Artístico da associação cultural Espaço do Tempo (I) destaca o apoio que é dado na área da **leitura**, por parte desta associação, aos alunos do Agrupamento, com projetos como “**Os Artistas Vão Ler à Escola**” (cf. Apêndice 36, p.501) ou a “**Semana da Leitura**” (cf. Apêndice 38, p.505), tendo por base o Plano Nacional de Leitura.

Neste momento, talvez os nossos grandes vetores são o apoio à leitura, por exemplo, temos um programa que nós gostamos muito que é Os Artistas Vão Ler à Escola, em que nós temos criadores e contratamos pessoas, também atores de Montemor, atores amadores e escolhemos uma série de textos e vamos às aulas do básico um, ao básico dois, três (...) trabalhamos muito próximo com professores de língua portuguesa, professores de história, por exemplo (...) a leitura, para nós, é um vetor importante. (...) trabalhamos com o Plano Nacional de Leitura (...) tentamos encontrar aqui formas de... suscitar o prazer da leitura, o prazer de ler e o prazer pelo livro (...) temos o projeto Megafone, que atua no meio do espaço, que é um quizz, com perguntas, em que aparece uma atriz vestida de amarelo, de gabardine, com botas de cano alto, com uma touca e um megafone amarelo e começa a fazer perguntas (...) depois (...) os miúdos que acertam têm bilhetes para o cinema, têm entradas para o Pavilhão do Conhecimento, em Lisboa (...) (I).

A associação Espaço do Tempo revela uma preocupação também com a área da **matemática**, procurando desenvolver o raciocínio, através de uma vertente mais lúdica.

Trabalhámos muito também o raciocínio abstrato, de apoio à matemática, em que fazemos imensas coisas com jogos, em que, no fundo, com a matemática com um certo lado lúdico (...) tentar ganhar o gosto, tentar que eles não percam o gosto, por exemplo, pela matemática, pelo raciocínio abstrato. (I).

**m) Voluntariado** - No âmbito das ações de voluntariado, são dinamizadas atividades com os alunos do Agrupamento, com instituições como a Marca – Associação de Desenvolvimento Local: “(...) com a Marca (...)” (E), “(...) no voluntariado, fomos aos Açores no ano passado (...) visitas a lares sociais, projetos sociais (...)” (F). Esta associação desenvolve projetos de voluntariado e ações em parceria com outras instituições, como o Agrupamento de Escolas de Montemor-o-Novo, na área sócio – cultural, preservação ambiental e valorização do património natural e construído.

**n) A nível internacional** - Alunos e professores do Agrupamento têm oportunidade participar em projetos como o **Erasmus**: “(...) temos os Erasmus para os outros ciclos.” (A). O Projeto Erasmus+Migrações, que teve início no ano letivo 2017/2018, na Escola Secundária,

e duração de dois anos, centrou-se na crise dos refugiados e nos fluxos migratórios que daí resultam. Um tema focado na atualidade e trabalhado em equipa, no sentido de desenvolver as competências pessoais, sociais e científicas de todos os membros. Os nove países parceiros acordaram o seguinte programa:

- i. Portugal – Migração e globalização;
- ii. Espanha: Migração na estatística, media e nos debates públicos e políticos;
- iii. França – Profissões migratórias, peregrinos;
- iv. Itália – Migração interna e emigração;
- v. Alemanha – Refugiados e migrantes de hoje;
- vi. Croácia – Migração na fauna e na flora;
- vii. Grécia – Migração na literatura, no cinema e na música;
- viii. Lituânia – Migração forçada, exílio, fuga, expulsão e deportação; ~
- ix. Polónia – influência das migrações na Europa (línguas, artes, arquitetura).

O projeto assentou em encontros nos vários países, com a mobilidade dos alunos a permitir experiências de intercâmbio entre famílias e escolas. Portugal esteve representado por 31 alunos do Agrupamento de Escolas de Montemor-o-Novo.

Alunos e docentes do Agrupamento de Escolas participam também nos projetos *eTwinning*, que promovem a colaboração entre escolas da Europa, com recurso às Tecnologias de Informação e Comunicação, proporcionando apoio, ferramentas e serviços. Este projeto disponibiliza uma plataforma para que os profissionais da educação que trabalham em escolas dos países europeus envolvidos, possam comunicar, colaborar, desenvolver projetos e partilhar. O *eTwinning* oferece também oportunidades de desenvolvimento profissional gratuito e contínuo, para docentes.

### **6.3.2. Objetivos das entidades em estabelecer parcerias com o Agrupamento**

O Quadro 26 ilustra os objetivos das entidades em estabelecer parcerias com o Agrupamento de Escolas de Montemor-o-Novo, correspondente à segunda subcategoria da categoria dois.

Quadro 26 – Objetivos das entidades em estabelecer parcerias com o Agrupamento de Escolas (categoria 3, subcategoria 2)

<b>Categoria</b>	<b>Subcategoria</b>	<b>Palavras-chave</b>	<b>U. R.</b>	<b>U. E.</b>
3. Parcerias estabelecidas	3.2. Objetivos das entidades em estabelecer parcerias com o Agrupamento	Divulgação das atividades/trabalho	4	3
		Captação de público	5	3
		<b>Busca de interesses</b>	<b>12</b>	<b>6</b>
		Reconhecimento / valorização do trabalho	3	2
		<b>Formação de cidadãos ativos</b>	<b>7</b>	<b>5</b>
		<b>Intervenção / participação ativa com vista à melhoria da educação</b>	<b>27</b>	<b>6</b>

Fonte: Entrevistas realizadas em 2019

A criação de parcerias assenta em objetivos específicos definidos pelas entidades envolvidas. Na perceção de vários entrevistados, e de acordo com os dados apresentados no Quadro 26, é consensual que os **objetivos primordiais** do estabelecimento de parcerias, por parte das entidades parceiras, são:

- i) Melhorar a qualidade da educação, procurando reduzir o abandono escolar;**
- ii) Ir ao encontro dos seus próprios interesses;**
- iii) Formar cidadãos ativos.**

É evidente a preocupação dos parceiros com a melhoria da educação, tentando proporcionar condições favoráveis ao sucesso educativo e igualdade de oportunidades no acesso ao ensino.

(...) acho que está tudo interessado em melhorar a educação. (A).

(...) contribuir para a educação (...) (D).

(...) providenciar a possibilidade destas jovens atingirem o melhor e o máximo de escolaridade possível dentro daquilo que são as circunstâncias delas, que são muito especiais e que em certas situações, são muito limitadas. (...) garantir um direito que é universal e garanti-lo com a melhor qualidade possível, tendo em conta as limitações que elas têm. (G).

(...) a expectativa que eu tenho é que haja menos abandono escolar, que haja mais miúdos a fazer outra coisa que não carregar bilhas de gás no final dos anos, que vão estudar, que não deixem os estudos, que se valorizem, que cresçam e que ganhem (...) (I).

(...) o que queremos é beneficiar as crianças e a nossa comunidade com estas parcerias (...) (L).

(...) têm que ter uma participação ativa a nível escolar, e, portanto, ajudar no desenvolvimento, criando as alternativas daquilo que possa correr mal e apresentar projetos válidos (...) vamos lá tentar resolver o problema da melhor maneira de forma a que tudo corra bem, pelo melhor. O objetivo é que tudo corra bem, pelo melhor. É mais ou menos esse tipo de interação que temos com o Agrupamento (...). Esta parceria com o Agrupamento ou com qualquer outro tem como finalidade melhorar, melhorar em todas

as linhas, o relacionamento com os pais, o relacionamento com os alunos (...) melhorar tudo aquilo que pudermos fazer para melhorar o relacionamento entre todos, criar as melhores condições para os miúdos aprenderem, felizes. O nosso papel é exatamente tentar ajudar a estabelecer uma ponte e melhorar as condições de todos, não é só dos miúdos (...). (M).

Há **entidades que têm os seus próprios motivos específicos**, motivos esses que são variados e passam pela **obrigatoriedade de realizar determinadas atividades ou ações** ou a **necessidade de parcerias para obter financiamento**, como referiram os entrevistados.

(...) há projetos mesmo que precisam dos nossos alunos para avançarem. (A).

Há uns que não, mas a maioria procura os seus interesses. (B).

(...) essas próprias entidades ao concorrerem para determinados programas, são financiadas por esses programas (...) obrigatoriamente, têm que fazer uns determinados... ou espetáculos ou promover formações nas escolas (...) há um interesse mútuo (...) É bom para nós, mas também para eles será... positivo. (C).

Estas entidades com as quais trabalhamos... a maioria delas tem interesse em ter parcerias com a escola porque tem mais financiamento. (D).

(...) nalguns casos, há financiamento específico que implica parcerias com a escola. As medidas de promoção do sucesso escolar, por exemplo, têm financiamentos que implicam o estabelecimento de parcerias. Noutros casos, tem a ver até (...) com os próprios objetivos delas (...) (E).

Outro motivo justificativo para as diferentes entidades manifestarem interesse no estabelecimento de parcerias com o Agrupamento de Escolas é **contribuir para a formação de cidadãos ativos**.

(...) acabam por formar pessoas mais intervenientes na sociedade, o que também lhes interessa a eles, porque também querem que as associações deles não morram, e é preciso que a juventude as vá alimentar. (A).

(...) para a formação dos futuros cidadãos ativos (...) (D).

O nosso objetivo é duplo: é um objetivo, por um lado, meramente de cidadania. Nós achamos que temos um papel na escola, um envolvimento com a escola, um envolvimento com a educação (...) (I).

Tentamos envolver as associações locais muito nas nossas atividades, fomentar o associativismo, e a participação da comunidade na vida do concelho (...) o nosso objetivo é que ao longo da vida do aluno, ganhe competências, a vários níveis, para poder ajudar na sua forma de estar como cidadão e que a sua intervenção na sociedade seja a melhor possível e, de preferência, no concelho de Montemor (...) (K).

**A divulgação e promoção do trabalho desenvolvido** apresentam-se também como objetivos conducentes ao estabelecimento de parcerias, como referiu a Assessora da Direção (A), a Coordenadora de Estabelecimento de 1º Ciclos (B) e a Diretora (D).

(...) dar a conhecer aquilo que se faz (...) para além de divulgarem-se a eles próprios, não é, verem as atividades que eles... eu acho que eles têm muitos ganhos. (A).

Dar visibilidade ao que fazem, à sua ação (...) (B).

Sim, sim (dar alguma visibilidade ao que fazem) (D).

Outro objetivo, apontado pelos inquiridos, para o estabelecimento de parcerias por iniciativa das instituições com o Agrupamento de Escolas é **a captação de público**: “(...) captar público.” (B), “Também precisam de público (...). Por exemplo, com a Alma D’Arame (...) fazem sempre uns espetáculos para nós, mas eles também sabem que dessa forma têm o público sempre garantido.” (C), “Conquistar um público” (D).

As empresas, que habitualmente se articulam com a escola para receber alunos abrangidos por currículos específicos individuais, que carecem de um posto de trabalho, tencionam que, após esse período de iniciação no mundo do trabalho, esses alunos possam ficar a trabalhar nessas mesmas empresas.

(...) nalguns casos, eventualmente, até porque... a escola... nós estamos a preparar profissionais (...) e, alguns desses profissionais poderão, depois, ser utilizados pelos parceiros. (E).

Claro que nós também estamos sempre a querer tirar algum proveito disso (...) a minha esperança é que as pessoas que vêm, sejam formadas para um dia poderem ficar aqui a trabalhar. É este um dos meus objetivos, também (...) mas não tem acontecido. (J).

Na perceção de alguns entrevistados, as instituições parceiras procuram, com frequência, que através das parcerias, exista uma **valorização e reconhecimento do trabalho desenvolvido**: “(...) eles próprios sentem-se mais realizados quando estão a transmitir os seus conhecimentos aos outros e motivá-los.” (A), “(...) qualquer uma dessas companhias gosta de ver o reconhecimento do seu trabalho (...) há uma valorização da atividade que fazem.” (C).

### **6.3.3. Objetivos do Agrupamento em estabelecer parcerias com as entidades**

O Quadro 27 evidencia os resultados da análise da subcategoria três da categoria dois, referente aos objetivos, por parte do Agrupamento de Escolas de Montemor-o-Novo, ao estabelecer parcerias com as diferentes entidades do território em que se insere.

Tentámos conhecer os objetivos que levam o Agrupamento a criar parcerias com diversas entidades e identificámos os três principais:

- i) Dar apoio e resposta a necessidades sentidas pelo Agrupamento de Escolas, que resultam, por vezes, de imposições legais;**
- ii) Proporcionar novas experiências e oportunidades aos alunos;**
- iii) Incluir todas as crianças e jovens na sociedade.**

Quadro 27 – Objetivos do Agrupamento em estabelecer parcerias com as entidades (categoria 3, subcategoria 3)

<b>Categoria</b>	<b>Subcategoria</b>	<b>Palavras-chave</b>	<b>U. R.</b>	<b>U. E.</b>
3. Parcerias estabelecidas	3.3. Objetivos do Agrupamento em estabelecer parcerias com as entidades	<b>Novas experiências / oportunidades</b>	<b>17</b>	<b>4</b>
		Motivação	4	3
		Aquisição/consolidação de conhecimento	7	3
		Complemento à ação educativa	3	2
		Sucesso educativo/melhoria do ensino	6	3
		Cidadania ativa	4	2
		<b>Inclusão social</b>	<b>9</b>	<b>4</b>
		Garantir a escolaridade/formação	2	2
		Divulgação da escola	2	1
		<b>Dar apoio/resposta a necessidades/questões legais do AEMN</b>	<b>17</b>	<b>7</b>

Fonte: Entrevistas realizadas em 2019

Segundo os entrevistados, o principal propósito que induz a escola a articular-se com as entidades do território é **a necessidade de encontrar respostas e apoios para determinadas exigências legais impostas**: “(...) para (...) colmatar ou para dar resposta àquilo que está na legislação.” (C), “(...) nós temos interesse em estabelecer as parcerias porque se não, não teríamos determinadas respostas.” (D).

Nesse sentido, a escola procura, por exemplo, estabelecer parcerias com empresas, como o atelier de costura Chá de Agulhas, para poder **inserir os alunos com currículos específicos individuais**: “(...) currículos específicos a partir de determinada idade terão que ingressar estágios e é nesse sentido que temos essas parcerias (...) essas parcerias, em que os alunos lá estão X horas nesses ateliers para cumprir o seu currículo (...)” (C).

Também a Cercimor recebe alunos para realizar estágios.

(...) o próprio Agrupamento vai tendo e necessita que os jovens estejam em estágio, nós também os recebemos ... cursos de informática, cursos de animação... ou seja, vamos trazendo também os próprios jovens, que estão na escola e que vão fazer o seu percurso normal (...) (H).

A Cercimor disponibiliza aos alunos do Agrupamento outro tipo de serviços, como a Intervenção Precoce ou o Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental (CAFAP), numa tentativa de dar resposta às necessidades da escola.

(...) aquilo que esperam de nós, é-lhes dada a resposta de acordo com as suas necessidades. (...) mais uma vez, talvez, gostariam que até fosse mais (...) em algumas situações (...) dos serviços mais

próximos, como por exemplo, o CAFAP, a Intervenção Precoce (...) houve sempre uma resposta ao pedido, à necessidade e também àquela ideia de que “Não existe, então vamos criar juntos, vamos até ser inovadores, se for o caso, (...) acho que isso é positivo. (H).

O Agrupamento de Escolas estabelece parcerias para conseguir **garantir um acompanhamento especializado a crianças e jovens em risco**. Nesse sentido, a casa de acolhimento residencial Porta Mágica acolhe essas alunas e disponibiliza o apoio necessário: “(...) nós temos esta parceria porque as meninas pertencem ao território e o Agrupamento (...) tem que dar uma resposta.” (G).

Relativamente à articulação entre o Agrupamento, a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia, o Agrupamento solicita e conta com diversos tipos de apoio, sempre que necessário.

A expectativa é que tenha aqui um parceiro, que possa estar presente, dar resposta ao que é solicitado e às necessidades (...) sabem que podem contar connosco para apoiar e para dinamizar as atividades (...) as atividades e o dia a dia da comunidade escolar em Montemor. O Agrupamento, não conseguindo dar resposta, pede ao Município. (K)

Eu penso que o Agrupamento aqui quer colmatar falhas daquilo que não consegue lá chegar sozinho. (...) as Direções dos Agrupamentos, muitas vezes se veem de mãos e pernas atadas pelos constrangimentos financeiros também. (...) na medida da disponibilidade de cada um, temos conseguido ir dando algumas respostas que, muitas vezes, não seriam possíveis. (L).

A Associação de Pais e Encarregados de Educação é para o Agrupamento de Escolas o parceiro que faz a ponte entre a escola e a família. Esta associação colabora com a escola e os alunos, dando apoio logístico e financeiro.

Ajudamos (...) temos ajudado em pedidos que a Associação de Estudantes faz porque não tem autonomia para, seja financeira, seja de outra natureza seja em termos logísticos ou de outra natureza, (...). Eu acho que eles precisam de nós mais por causa dessa questão do relacionamento e da interação com os alunos, com os pais, com as famílias (...) (M).

Um dos objetivos, apontados pelos inquiridos, que leva a escola a procurar parceiros é **a necessidade de proporcionar aos alunos novas experiências e oportunidades**, numa tentativa de lhes apresentar os diferentes caminhos e perspetivas de futuro que existem e de os ajudar a fazer as escolhas mais adequadas.

É para abrir caminhos e novas experiência e eles perceberem que há muito mais do que aquilo que eles conhecem. (...) aqui os mais velhinhos, é para eles perceberem que há vários caminhos que eles podem seguir, para eles também experimentarem vários (caminhos) (...) temos que tentar ao máximo dar-lhes as experiências todas aqui que for possível, para eles saberem o que é que querem, o que é que existe e o que é que podem. (...) é ver que há muitos caminhos por onde seguir e se uma coisa não corre bem, é desistir e começar por outra. A abertura da escola aos outros é para mostrar que há muito mais coisas, que há coisas, há experiências que eles têm que fazer e também largá-los. É tentar que não estejam sempre agarrados aos telemóveis e tentar (...) outras alternativas. E tentar que as aulas sejam... não sejam sempre no mesmo espaço, não é... nem sempre com as mesmas pessoas, nem sempre com as mesmas ideias. (...) há sempre os alunos com mais dificuldades, também estes alunos que têm mais dificuldades, dar-lhes outras oportunidades. (A).

Aos alunos oriundos de meios rurais, mais desfavorecidos, devem ser garantidas as mesmas condições e experiências de educação de que os restantes alunos beneficiam. As parcerias são uma forma de tentar que todos tenham **acesso às mesmas oportunidades** e de garantir a escolaridade e a formação, como defenderam vários inquiridos, como a Assessora da Direção (A), o Coordenador de Estabelecimento de 1º Ciclo (C), a Diretora do Agrupamento (D), a Presidente do Conselho Geral (E), a representante dos alunos (F) e o Diretor Técnico da Porta Mágica (G).

(...) também temos muitas atividades do meio rural (...) porque são crianças que, às vezes, não têm tantas oportunidades e tentamos sempre dar o máximo de oportunidades a todos, não privilegiar só a cidade (...). (A).

(...) dar resposta a certos alunos que poderiam não ter oportunidade de assistirem a certos eventos ou participarem em determinados workshops (...). (C).

(...) (contribuir) ao mesmo tempo para a formação dos nossos jovens (...). (D).

(...) aumentar a acessibilidade de todos (...) quanto mais diversificada for a oferta, mais pessoas se conseguem alcançar. Acredito que a oferta que lhes é proporcionada ajude-os a ver coisas novas, de outras maneiras (...). (E).

(...) o Clube de Voluntariado fez uma parceria com a Marca, que é uma instituição (...) que tem vários projetos (...) até mesmo para quem quer trabalhar no verão (...) quem quer ajudar de outra forma ou até quem quer fazer um projeto de Erasmus, tem opção de ir à Marca, que existem esse tipo de trabalhos todos. (...) descobri que, por exemplo, se eu alguma vez pensasse em fazer um *gap year*, que tinha oportunidade de ir à Marca e poderia fazer Erasmus ou algum tipo de voluntariado ou algo do género. (F).

O grande objetivo do Agrupamento tem sido garantir a escolaridade. (G).

A dinâmica que o Agrupamento de Escolas estabelece com a comunidade surge, igualmente, no sentido de **motivar os alunos para a aprendizagem**, através de outro tipo de atividades daquelas que se vivem dentro de uma sala de aula.

(...) para motivar... os miúdos hoje em dia estão muito pouco motivados... ah, às vezes, nem sabem bem o que é que querem. (A).

É uma forma de motivação (...) conseguem motivar e incentivar os miúdos para maior frequência da Biblioteca Municipal ou das bibliotecas itinerantes dos vários concelhos (...) das várias freguesias dentro do concelho. (D).

A questão motivacional é importante. (I).

**A necessidade de integrar todos os indivíduos na sociedade e no mundo do trabalho** é um dos motivos que conduz, com alguma regularidade, a escola a procurar soluções no território em que se insere.

(...) que nos permitem dar resposta social aos alunos com mais dificuldades, quer económicas, quer mesmo em termos sociais e socioafetivos, através do CAFAP (Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental). (D).



(...) a nível socioeconómico, há alunos com dificuldades... com necessidades educativas especiais... muito difíceis (...) tenta-se, pelo menos, dar a melhor resposta a todos. (E).

(...) as outras coisas têm a ver com a integração na comunidade (...) (G).

E o objetivo também é criar postos de trabalho (...) que eles cheguem ao décimo segundo ano e que tenham uma profissão e que aprendam um ofício (...) O objetivo é que eles fiquem inseridos no mundo do trabalho. (J).

**A aquisição e consolidação de conhecimentos por parte de todos os alunos** é outra das preocupações da escola e que leva ao estabelecimento de parcerias que permitam, não só um complemento ao currículo, mas também uma perspetiva diferente e mais apelativa dos conteúdos curriculares.

Essas parcerias têm que permitir a consolidação dos conteúdos. O conhecimento, o contacto direto para construção desse conhecimento, da comunidade, do que existe (...) (B).

(...) atividades que vão complementar o currículo (...) dão uma outra perspetiva do programa (...) muitas vezes os miúdos aprendem melhor (...) (D).

(...) eu participei no projeto Erasmus e desenvolvi imenso o meu inglês e deu-me a conhecer novos países, novas culturas e a aprender coisas novas. Eu aprendi sites em que posso fazer trabalhos diferentes do *Powerpoint* e do *Word*. Aprendi várias palavras não só em inglês, como também em russo, como em grego, em italiano. (F).

(...) é complementar a intervenção junto da comunidade escolar. (K).

Tal como as entidades visam contribuir para **uma melhoria do ensino**, também o Agrupamento tem a mesma ambição, como referiram o Coordenador de Estabelecimento de 2º e 3º Ciclos (C) e a Presidente do Conselho Geral (E): “(...) promover o sucesso escolar dos alunos (...) (C), “Acho que é melhorar a qualidade do ensino, sempre. (...) a principal preocupação do Agrupamento deve ser (...) melhorar a qualidade (...) (E).

A busca de uma **cidadania ativa** no futuro, desenvolvida por aqueles que são hoje os alunos da escola é outro objetivo comum tanto da parte das entidades parceiras como da parte do Agrupamento.

Integração da escola, dos alunos que a frequentam, todos os alunos com vista a uma vida ativa. Para os tornar (aos alunos) cidadãos ativos, participantes. (...) basicamente com a Associação de Pais é na tentativa de fazer com que os laços que unem os miúdos ao exterior se mantenham ativos, para que cresçam de forma mais equilibrada. (B).

(...) Montemor quer que a população jovem seja mais ativa e nós, que estamos na escola, somos todos jovens (...). (F).

Na perceção do Coordenador de Estabelecimento de 2º e 3º Ciclos, o estabelecimento de parcerias é uma forma de **divulgação e promoção da escola**: “(...) dar um bom nome à escola na comunidade (...) promover os eventos que cá se vão realizando (...)” (C).

### 6.3.4. Iniciativa no estabelecimento das parcerias

No que se refere à iniciativa para a criação de parcerias (Quadro 28), há situações em que é o Agrupamento de Escolas que procura os parceiros, outras em que o interesse surge das próprias instituições e ainda outras em que a iniciativa é de ambas as partes.

Quadro 28 – Iniciativa no estabelecimento das parcerias (categoria 3, subcategoria 4)

<b>Categoria</b>	<b>Subcategoria</b>	<b>Palavras-chave</b>	<b>U. R.</b>	<b>U. E.</b>
3. Parcerias estabelecidas	3.4. Iniciativa no estabelecimento de parcerias	<b>AEMN</b>	<b>11</b>	<b>5</b>
		<b>Parceiros</b>	<b>11</b>	<b>4</b>
		Ambos	6	3

Fonte: Entrevistas realizadas em 2019

Na perspetiva da Diretora do Agrupamento (D) e da Presidente do Conselho Geral (E), as parcerias que se enquadram no Decreto-Lei nº 54/2018, de 6 de julho, e que visam dar resposta a necessidades específicas de alunos, a iniciativa surgiu por parte da escola.

(...) da Cercimor, esta questão do CAFAP partiu do interesse da escola (...). Nas parcerias a nível do (Decreto-Lei nº) 54, somos nós que vamos à procura dos parceiros em função das necessidades dos jovens. (D).

Eu acho que o interesse, nalguns casos, será por parte da escola, em determinadas situações (...) nomeadamente, no caso da Cerci... nesse caso, se calhar, é mais da escola (...).

Os representantes da associação cultural Espaço do tempo (I) e do *atelier* de costura Chá de Agulhas (J) assumiram que foi o Agrupamento que os procurou: “E o Agrupamento chegou-se à frente.” (I), “Foi a escola que me procurou (...)” (J).

A Presidente do Conselho Geral (E) considera que, independentemente de quem parte o interesse para a articulação, a escola é a maior beneficiária: “(...) acho que a escola beneficia sempre mais, sim. (...) em todos os casos, a escola, possivelmente, é quem mais beneficia do contributo dos parceiros. Nuns casos, mais do que noutros, mas a escola é sempre a maior beneficiária.” (E).

Os Coordenadores de Estabelecimento (B, C) afirmaram que se verifica muito interesse por parte das entidades parceiras em apresentar propostas ao Agrupamento.

Somos muito requisitados de fora... há muito interesse de fora. (B).

(...) (alguns parceiros) procuraram essa parceria. (...) temos também conhecimento que são as próprias entidades que, por vezes, nos procuram (...). Por vezes, são as próprias entidades que nos contactam (...). Mas na maior parte dos casos até são as entidades a propor à escola determinada atividade (...) (C).

A Assessora da Direção (A) e a Diretora (D), bem como a representante de uma das instituições parceiras, a Cercimor (H), asseguram que a iniciativa, por vezes, é mútua.

Há das duas partes. A escola tem muitos interesses em ter e, às vezes, até parte mesmo de... às vezes, nem parte só do Agrupamento. (A).

No Centro Juvenil, há projetos que o Centro nos propõe, há outros que a escola tem sempre necessidade e vai propor. (D).

(...) têm um movimento, em que esse movimento eu não lhe posso dizer que é apenas só de um lado (...) não me parece que haja assim a possibilidade de eu lhe dizer quantas vezes é que foi a Cercimor ou quantas vezes é que foi o Agrupamento. (...) isto é um pouco (...) de acordo também com as necessidades (...) às vezes também com as oportunidades de ambos os lados como entidades (...) (H).

### 6.3.5. Perceção dos impactos das parcerias

Um dos objetivos do nosso estudo era conhecer os impactos que as parcerias têm. O Quadro 29 evidencia a perceção dos entrevistados relativamente a esta subcategoria.

Quadro 29 – Perceção dos impactos das parcerias (categoria 3, subcategoria 5)

<b>Categoria</b>	<b>Subcategoria</b>	<b>Palavras-chave</b>	<b>U. R.</b>	<b>U. E.</b>
3. Parcerias estabelecidas	3.5. Perceção dos impactos	<b>Perceção positiva geral</b>	<b>34</b>	<b>11</b>
		Motivação para a aprendizagem	5	2
		Maior grau de autonomia	1	1
		Envolvimento da comunidade na vida escolar	5	3
		<b>Conhecimento / aprendizagem/competências</b>	<b>18</b>	<b>7</b>
		Valorização dos alunos	2	1
		Satisfação / bem-estar dos alunos	12	4
		Melhoria dos resultados escolares	11	3
		Melhoria de comportamento social	5	2
		Igualdade de oportunidades	5	2
		Redução do abandono escolar / absentismo	3	2
		<b>Integração na sociedade/mundo do trabalho</b>	<b>11</b>	<b>5</b>
		Dar visibilidade às atividades realizadas	14	3
		Fixação de jovens/pessoas no concelho	8	2
		Dificuldade em medir/avaliar os impactos	5	3

Fonte: Entrevistas realizadas em 2019

Existe uma **percepção positiva consensual** por parte dos inquiridos relativamente aos impactos que a dinâmica de parcerias tem nos alunos e professores, como comprovam os testemunhos apresentados.

(...) estas pequenas coisas, estes pequenos ganhos que a comunidade traz de fora e que é muito bom para eles e nós sentimos isso. (...) eles ganham muito em vir à escola, mas os alunos também lhes dão muito.” (A).

São uma mais-valia para os alunos (...) (B).

(...) tiram muito proveito. (C).

No caso dos professores, há um maior apoio (...) isso ajuda, às vezes, até mesmo em termos materiais (...) Ouvem outras pessoas (...) podem mudar de espaço, nalguns casos (...) para eles, acaba por ser mais apelativo. (E).

Só... apenas (impactos) positivos. (...) a dinamização das atividades... tornamo-nos pessoas mais ativas (...) (F).

É fundamental por várias questões. Permite-lhes ter o tempo ocupado de forma positiva, que de outra forma não teriam. (...) acaba por ser uma ação muito positiva nas miúdas (...) (G).

Muito grandes (os impactos)! São fundamentais (...) “(...) há uma facilidade mais rápida na resolução do próprio problema, do conhecimento da relação entre técnicos (...) pelo facto de as pessoas se conhecerem (...) (H).

(...) isto muda a vida das pessoas, é muito forte. (...) é uma pequena ajuda, somos mais uma peça, mais um contributo. (I).

O impacto tem sido grande (...) programa específico das bolsas, que temos (...) é uma ajuda, um impacto positivo na vida daquele estudante, o apoio que recebe da Câmara para poder estudar. (K).

A percepção é que parece que é uma evolução positiva (...) se nós conseguirmos isso é extremamente positivo, com a participação académica aqui nas duas escolas, fomentar essas parcerias, esses contactos, esses relacionamentos e... com a certeza absoluta de que será positivo para todos. O Agrupamento porque tem mais uma mais-valia no desenvolvimento dos alunos (...) (M).

Analizamos agora de forma mais detalhada a percepção que os inquiridos têm dos efeitos positivos das parcerias. As atividades desenvolvidas no âmbito dos projetos em parceria **contribuem para a aquisição de mais conhecimento, para o desenvolvimento de competências e para a melhoria das aprendizagens.**

(...) estas atividades (...) são ganhos e aprende-se sempre alguma coisa (...) os pais e os filhos ficam a saber a história toda do 25 de abril. São mais-valias... e alguma coisa ficou de certeza. E alguma aprendizagem ficou. (O Projeto das Quatro Cidades) dá-lhes uma autonomia, para além de conhecerem as cidades, ficam dois dias nessa cidade (...) (A).

(...) havendo uma maior ligação, eles, se calhar, conseguem perceber melhor qual é o objetivo de estarem a aprender determinadas coisas (...) para que é que elas servem (...) o que é que eles poderão saber no futuro. (E)

(...) o projeto Erasmus... o facto de conhecer pessoas... novas, ir para um sítio diferente (...) os alunos, ao participarem nisso, estão a aprender mais um pouco, sobre, por exemplo, o que estão a fazer. Acho que isso é bastante importante. (F).

Em termos escolares, permite-lhes adquirir competências, que muitas delas pensavam que não iriam conseguir. (G).

O Projeto das Quatro Cidades é um projeto interessantíssimo que tem permitido a muitas crianças irem conhecer Vila Real de Santo António, Marinha Grande e Fundão (...) crianças que conhecem outro tipo de realidades, interagem, acampam, fazem coisas que dificilmente fariam se não existisse este projeto. Isto, é de facto, muito importante (...) conseguir que os idosos vão transmitindo também à outra geração, muito mais nova (...) (L).

(...) os alunos porque tem outra capacidade, outra interação e outro objetivo de vida e dá-lhes, até, outra perspetiva, se calhar, prepara-os de outra maneira e têm uma participação na própria formação, sem ser o estudo. (M).

### **Algumas parcerias permitem a integração dos jovens na sociedade e no mundo de trabalho, contribuindo para a sua inclusão social.**

Há dois miúdos que começaram a desenvolver lá estágio em cursos profissionais e acabaram por gostar mesmo e depois até foram para a Epral (...) agora continuam lá no Espaço do Tempo a desenvolver um trabalho que para eles... está a ser bastante satisfatório (...) Tem sido proveitoso, até porque (...) mas há algumas situações de sucesso (...). Não são muitas (...) um miúdo (...) (que fez estágio na) jardinagem que acabou por ficar na Câmara (...) (C).

Já mostraram intenção de ficar, pelo menos, com uma ou duas das miúdas que estão lá a trabalhar. (D).

(...) toda a questão da integração e da aceitação na comunidade (...) a escola assume uma importância muito grande e dá uma visibilidade muito grande (...) há um número substancial de professores que são daqui de Montemor e que estão inseridos na comunidade (...) eles cruzam-se e elas procuram-nos, vão falar com eles e manifestam afeto, manifestam proximidade (...). (G).

(...) meço da pessoa Y, que o filho estava aí perdido e agora está a estudar jornalismo (...) (I).

Eles têm que aprender alguma coisa e a parte da integração é uma delas (...) (J).

### **As parcerias, através das atividades desenvolvidas, conduzem a um sentimento de satisfação e bem-estar por parte, não apenas dos alunos, mas dos outros elementos da comunidade.**

(...) com as Jornadas, que foram dois dias (...) cada um fez muitas atividades durante dois dias, eles andavam completamente contentes e felizes (...) recebemos vários emails e mensagens de telefone e pelas vias... meios de comunicação... internet, o agradecimento, por exemplo, dos pais (...) reconheceram que os filhos estavam tão felizes na escola e que havia muitos ganhos em tudo aquilo que eles aprenderam (...). (Os alunos) (...) estavam felicíssimos (...) só a satisfação dos alunos faz com que eles se sintam felizes por participar e por ajudar.” (A).

“(...) o projeto de Voluntariado, de fazer voluntariado... que nos deixa sempre melhor connosco próprios e gostamos de ajudar os outros (...) (F).

Permite-lhes, em termos terapêuticos, recuperar aqui um sentido de autoestima, de uma noção de capacidade que já estava muito deteriorada e que estas modalidades de ensino em que elas estão inseridas vão permitindo (...) (G).

### **As parcerias promovem um envolvimento da comunidade na vida escolar, como referiram alguns inquiridos.**

(...) têm trabalhos feitos ali... com pesquisas bem feitas e que envolve todos. Portanto, aquele trabalho não pode ser só trabalho de sala de aula, envolve muito os pais, os pais têm que ajudar nas pesquisas e... Mas eles depois gostam. Os pais são envolvidos no projeto e eles gostam muito. (A).

(...) fizeram parte da Comunidade Educativa e são parte da Comunidade Educativa. (...) para envolver os alunos (...) (D)

(...) alguns pais têm manifestado a sua opinião nesse sentido, porque conseguem rever-se nalgumas coisas e até quererem participar e ajudar, ter uma interação mais próxima. (M):

**A melhoria dos resultados escolares e do sucesso educativo** foi também mencionado como um dos efeitos decorrentes das parcerias educativas.

(...) a nossa escola tem mostrado que tem bons resultados e eu acho que vem daí. O impacto maior é a melhoria dos resultados escolares. Às vezes os testemunhos não servem, mas uma prova... e é uma prova em termos de números, não é, é que nós estamos a melhorar os nossos resultados. (...) só desta maneira poderemos continuar a melhorá-los. (...) às vezes, falamos “Ah, os resultados são melhores porque...”, uma das razões é essa. Foi a abertura da escola, foi tentar motivar os miúdos para esses próprios melhores resultados. Por isso, eu acho que isso é o impacto melhor, a evolução que temos tido em termos de sucesso escolar. (A).

Tem sido proveitoso, até porque (...) mas há algumas situações de sucesso (...). Não são muitas (...). (C).

(...) já estão a ter algum impacto nas aprendizagens (as ações no âmbito do Plano Nacional de Promoção do Sucesso Escolar). O Projeto começou (...) a partir de novembro e nalgumas áreas já se nota algum impacto. A nível dos resultados, sim (...). (D).

Um dos efeitos causados por estas parcerias, que justifica a melhoria dos resultados escolares, consiste numa **maior motivação para a aprendizagem**.

(...) os miúdos estão super motivados (...) aprenderam muito mais facilmente os conteúdos (...) por exemplo, de sétimo ano, que é um ano sempre muito complicado, é onde nós temos maior taxa de retenção, eles estão motivados para a aprendizagem e foi só, por exemplo, incluir o Centro de Ciência Viva na aprendizagem e o sucesso tem sido muito melhor este ano. (...) os mais velhos ajudam os mais novos, fazerem aulas para (...) ficam todos contentes porque são os outros alunos a ensiná-los, ficam mais motivados e os mais velhos também se sentem superiores por poderem ensinar. (A).

(...) alguns foram para artes, para jornalismo (...) porque tiveram esse lado motivacional (...) (I).

Quando os alunos se sentem motivados e conseguem melhores resultados, regista-se a **redução do abandono escolar e do absentismo**.

Por exemplo, o Espaço do Tempo, com miúdos com fraco aproveitamento... esses também tinham algum absentismo às aulas (...) (C).

(...) meço em miúdos que nós sabemos que estão quase a chumbar o ano e vêm ter connosco e dizem “Está a ser fantástico, porque desde que comecei a fazer isto, comecei a ver as coisas de outra maneira. (...) sabemos que tivemos impacto no abandono escolar, aí sabemos, em fim de linha. (I).

Como consequência da dinâmica de parcerias educativas **há uma visibilidade das atividades realizadas e do trabalho desenvolvido por parte de todos os parceiros envolvidos.**

(...) nos dias 14 e 15 de março tivemos as Jornadas Pedagógicas, em que tivemos muitas atividades que foram dinamizadas pelas entidades parceiras, que conseguiram mostrar o seu trabalho (...). Deram visibilidade ao seu trabalho (...) foi uma boa forma de mostrar aquilo que é feito (...) foi uma forma de divulgação. (...) mostrar um pouco daquilo que (...) fazem (...). Tivemos 70 atividades a funcionar ao mesmo tempo, muitas dinamizadas pelos nossos parceiros: desde o Centro Juvenil, às Oficinas do Convento (...). Trouxeram uma fotocopiadora antiga desmontada e os miúdos aprenderam a montar a fotocopiadora (...) dão para divulgar o trabalho que fazem (...) (D).

(...) coisas que algumas dessas entidades já têm elaboradas, já têm feitas e que pretendem divulgar, acabam por fazer essa divulgação aqui. (E).

(...) ganhámos imenso público da escola (...) os professores adoram ir ver o seu teatro dentro da escola, dentro do ginásio (...) aí estamos a fazer mediação pública, a buscar públicos novos, a conquistar gente nova. (...) há uns atrás eram alunos da escola e hoje são o público. (I).

Na perceção da Diretora do Agrupamento (D), as parcerias têm contribuído para uma **melhoria do comportamento social**, aspeto que é considerado pela mesma não menos importante do que os resultados escolares.

(...) não só resultados académicos, mas a sua postura, a sua forma de estar... já se nota alguma alteração. Às vezes, os resultados académicos não são...o mais importante. O mais importante é que eles consigam desenvolver as competências sociais, para depois, então, pensar nos resultados académicos. E isso está a ter bastante impacto e está a ser muito positivo. (D).

O Diretor Artístico do Espaço do Tempo partilha a mesma opinião e considera que as vivências resultantes das parcerias educativas conduzem a uma mudança nas atitudes dos alunos. “Eles estarem aqui, acabam por fazer as nossas vivências, ter outras atitudes (...)” (J).

Um outro impacto das parcerias apontado pelo Coordenador de Estabelecimento de 2º e 3º Ciclos (C) e pelo Vereador da Educação (K) é a **igualdade de oportunidades proporcionada.**

Essencialmente, os alunos que vêm da periferia do concelho, dos meios mais desfavorecidos, de todo, não conseguiriam (...) (C).

(...) nós garantimos é que essas escolas (com poucos alunos) se mantenham e iremos sempre defender isso (...) são estas pequenas grandes questões que vão fazendo com que as freguesias fiquem mais desertificadas e com menos identificação de quem lá nasce e é isso que nós não queremos que aconteça (...) este ano, por exemplo, São Cristóvão tem um quadro interativo igual ao que está aqui na cidade, apesar de ter apenas sete alunos. (...) entendemos que temos que levar até ao limite esta questão de igualdade de oportunidades. (K).

A dinâmica criada pelas parcerias educativas acaba por **fixar os jovens e pessoas no concelho**, como defende o Vereador da Educação (K) e o Presidente da União de Freguesias (L).

(...) esperamos com esse apoio, que o aluno ou a aluna retorne depois a Montemor e estamos a capacitá-lo. (...) temos muitas pessoas que procuram Montemor e vêm viver para Montemor exatamente pela oferta a nível educativo, cultural e desportivo que o concelho tem para os mais jovens e para os filhos e isso significa que estamos a trabalhar no sentido que nos parece bem e vamos continuar. (K).

(...) porque também é uma forma de fixar as pessoas, de se ter vontade de regressar, é criar aqui o bichinho. É criar estratégias para fixar as pessoas. (...) temos todas as condições para criar vários tipos de capacidade financeira, ou seja, a resposta. (L).

Os projetos desenvolvidos no âmbito das parcerias são uma forma de **valorização dos alunos e de promoção da sua autoestima**, como referiu a Assessora da Direção (A).

Nas Quatro Cidades, temos aquele livro (...). Fazemos uma cerimónia com pompa e circunstância, onde estão todas as pessoas... entidades importantes: está o Presidente da Câmara, mais os Vereadores, a Diretora da escola... pessoas, que eles também sentem-se importantes. São chamados um a um, quando entregam o livro, para eles sentirem que aquilo tem um peso, que é uma coisa importante. Eles sentem-se valorizados e veem que é importante aquilo que estão a trabalhar e o que fazem. Eles têm um gosto enorme. (A).

Alguns entrevistados consideram que é difícil medir ou avaliar os impactos das parcerias e que esse impacto, por vezes, não é visível.

Acaba sempre por ter algum impacto (...) Visível, não penso que haja (...) mas acaba por ter sempre algum impacto, apenas em situações muito particulares. Mais recursos financeiros e humanos. (C).

(...) mas não sabemos nunca bem até onde é que isto vai, porque não há indicadores que possam medir isto (...) (I).

Estatisticamente, não temos nada que comprove, efetivamente, isso, neste momento. (K).

### 6.3.6. Importância das parcerias

O Quadro 30 ilustra a importância que as parcerias educativas têm, na opinião dos entrevistados.

Quadro 30 – Importância das parcerias (categoria 3, subcategoria 6)

<b>Categoria</b>	<b>Subcategoria</b>	<b>Palavras-chave</b>	<b>U. R.</b>	<b>U. E.</b>
3. Parcerias estabelecidas	3.6. Importância das parcerias	Contribuição para a educação integral	3	1
		Contribuição para o desenvolvimento local	1	1
		<b>Corresponsabilização coletiva pela educação</b>	<b>4</b>	<b>3</b>
		<b>Resposta/solução para necessidades educativas</b>	<b>14</b>	<b>3</b>

Fonte: Entrevistas realizadas em 2019



As parcerias constituem-se, frequentemente, segundo a Diretora do Agrupamento de Escolas (D), como **resposta ou solução para determinadas necessidades educativas sentidas pela escola.**

(...) as escolas públicas se não recorrerem a parcerias, não conseguem dar respostas adequadas aos alunos. (...) se não houvesse parcerias... (as respostas) eram mesmo deficitárias. Recursos físicos, humanos... não daria para determinadas respostas. (...) temos uma psicóloga educacional para todo o Agrupamento, que tem 1800 alunos. A psicóloga educacional tem que fazer também orientação vocacional e dar acompanhamento a todos os alunos. Se não tivéssemos a parceria com o CAFAP e se não tivéssemos a parceria também com a Misericórdia, em que há uma psicóloga clínica para os casos mais complicados, em que dá um apoio, era muito complicado. Nós não conseguimos dar resposta... Já assim temos dificuldade (...) se não tivéssemos estes parceiros era quase impossível. Mesmo com a psicóloga do CAFAP a dar apoio e com a psicóloga da Misericórdia, há casos que deviam ter uma resposta mais imediata, mas não se consegue. Se elas (as parcerias) não existissem, não conseguimos metade das respostas que temos dado. É mesmo muito complicado. (D).

Também a representante dos alunos (F) e o Diretor Técnico da instituição Porta Mágica (G) realçam a importância das parcerias no sentido de se traduzirem na resposta para algumas necessidades da escola e dos alunos.

(...) sem essas entidades, pronto, a escola também não tinha capacidade para conseguir fazer tudo (...) (F).

Nós vivemos num mundo de uma complexidade tal e com uma dificuldade enorme em nós próprios nos constituirmos como resposta ou alternativa para todas as nossas necessidades, que se não for este trabalho em parceria também não conseguimos de todo (...) (G).

Na perceção de alguns inquiridos, a relevância das parcerias reside no facto de estas contribuírem para uma **corresponsabilização coletiva pela educação.**

A escola não vive isolada. O ser humano desenvolve-se num todo e esse todo é a comunidade. (B).

(...) é a essência de estarmos e intervirmos na comunidade é em parceria e em rede e em fomentar e capacitar as associações locais para poderem ter uma intervenção, cada uma ao seu nível, na comunidade e no concelho. (K).

O acompanhamento, não só recíproco da Autarquia e da Junta, mas de nós também e das outras entidades, no sentido de uma colaboração em termos de realização de algumas tarefas, da comunicação, da própria educação, da relação educação em casa e formação na escola. (M).

Um outro aspeto que realça a importância das parcerias é o seu **contributo para uma educação integral.**

A escola tem de se aproximar do desenvolvimento do ser humano. Há uma riqueza de conhecimento, que contribui para o sucesso dos alunos que a escola, isolada, não tem (...) pois através delas, os alunos podem ter acesso a informação e conhecimento que, se não existissem as parcerias, não teriam. (B).

O estabelecimento de parcerias contribui para o **desenvolvimento local**, como realça o Vereador da Educação (K), logo é de todo o interesse das diferentes instituições de um território

promover esta dinâmica de parcerias: “É o que nós procuramos (...) tentamos trazer sempre as associações locais e as instituições para, com o Município, desenvolver atividades e promovê-las e fomentá-las.” (K).

### 6.3.7. Obstáculos que se colocam ao estabelecimento de parcerias

A análise dos dados referentes aos obstáculos que se colocam ao estabelecimento de parcerias é apresentada no Quadro 31. Na visão de alguns entrevistados, existem alguns fatores que poderão condicionar a parceria entre a comunidade e a escola.

Quadro 31 – Obstáculos que se colocam ao estabelecimento de parcerias (categoria 3, subcategoria 7)

<b>Categoria</b>	<b>Subcategoria</b>	<b>Palavras-chave</b>	<b>U. R.</b>	<b>U. E.</b>
3. Parcerias estabelecidas	3.7. Obstáculos que se colocam ao estabelecimento de parcerias	<b>Currículos extensos / exames nacionais</b>	<b>7</b>	<b>2</b>
		<b>Dimensão dos Agrupamentos / dificuldade de articulação</b>	<b>3</b>	<b>2</b>
		<b>Constrangimentos económicos</b>	<b>4</b>	<b>2</b>
		<b>Respostas limitadas</b>	<b>6</b>	<b>2</b>
		Constrangimentos de calendário	1	1
		Falta de abertura da escola	1	1

Fonte: Entrevistas realizadas em 2019

O facto de os **currículos** serem **extensos** e os alunos estarem sujeitos a **exames nacionais**, o que implica que os programas das disciplinas tenham que ser lecionados na sua totalidade traduz-se num impedimento, por vezes, para outro tipo de projetos ou atividades.

(...) acho que os obstáculos são... para mim, a maior crítica é os programas, porque os programas são tão extensos e muitos não são de acordo com as faixas etárias dos alunos, que os professores vivem um bocadinho obcecados por dar o programa. Nestas turmas, então, do exame, isto ainda é pior (...) porque a escola, neste momento, não tem tempo para fazer outras atividades que, anteriormente, já tivemos. (...) quando comecei a trabalhar, os programas não eram tão exigentes e nós conseguíamos dar os programas à mesma (...) eram dados de uma forma mais divertida, com mais criatividade, com mais prática e menos teoria e, neste momento, não dá. (...) a escola não faz coisas mais interessantes porque tem muitos professores que dizem “Eu não consigo, não tenho tempo, não pode ser feito. (A).

(...) a escola tem um problema enorme com a verticalidade das disciplinas e que os programas são muito estéreis (...). Era importante que houvesse muito menos destes conteúdos académicos per se e que houvesse mais conteúdos de vida, conteúdos não formais e os miúdos iam ser muito melhores nos conteúdos formais. (I).

A **dimensão dos Agrupamentos de Escolas** apresenta-se como outro fator condicionante da dinâmica de parcerias, uma vez que o facto de serem constituído por várias escolas, separadas por alguns quilómetros de distância (no caso do Agrupamento de Montemor-o-Novo, essa distância entre escolas pode chegar aos 30 quilómetros) dificulta a articulação. Os Agrupamentos abrangem, habitualmente, um número elevado de alunos, o que também pode condicionar uma articulação próxima.

(...) como somos uma escola grande, a logística e a prática são sempre uma grande dificuldade. (B).

(...) até porque o Agrupamento é grande e envolve muitas escolas (...). E em termos espaciais é complicado, porque há uma grande dispersão... (E).

(...) até mesmo a nível de reuniões de escola, deveríamos estar presentes e dizer o que é que achamos (...) podia haver mais ligação (...) o que eu sinto é que há pouca ligação escola – posto de trabalho (...) onde eles estão. Há aquela ligação de vir, passar, mas acho que havia de haver outra maneira, outra presença. (J).

É essencial, segundo a Coordenadora de Estabelecimento de 1º Ciclo (B), que se desenvolva uma boa **articulação** entre os parceiros e a escola desde a planificação das atividades até à sua realização e as propostas de atividades devem ser analisadas e ponderadas no sentido de selecionar aquelas que se articulam com os conteúdos programáticos dos alunos:

Temos que saber dosear e saber programar para tudo se encaixar. As parcerias e as atividades propostas têm que ser analisadas para que haja articulação e que tenham substância. As parcerias só serão benéficas se houver uma boa articulação entre a escola e os parceiros e ao nível da planificação, essa articulação funciona bem. (B).

A **falta de verbas** apresenta-se como uma condicionante que pode afetar a concretização de determinados projetos propostos no âmbito das parcerias, como referiu a representante dos alunos: “(...) há projetos que não dão (...) não é porque o Agrupamento não quer (...) é porque o orçamento não dá, porque tem que se ter orçamento para outras coisas (...) É porque existem outras coisas que (...) são prioritárias (...)” (F).

Também o Coordenador de Estabelecimento de 2º e 3º Ciclos (C) referiu a escassez de recursos económicos, como um obstáculo à criação de parcerias, que conduz à insuficiência de recursos humanos.

(...) há o problema financeiro, há todos os problemas que daí advêm (...) mas temos muitas dificuldades Cada vez estamos mais limitados precisamente porque as verbas não existem (...). Há muitos constrangimentos, essencialmente financeiros (...) sei que há lacunas (...) Não será pela falta de capacidade das pessoas que estão nos cargos (...) mas sim por falta de pessoal, por falta de recursos humanos (...) por vezes também, por falta de recursos financeiros. (...) as (...) psicólogas... sei que as do CAFAP conseguem dar resposta a cerca de 30 casos, mas estão a acompanhar cerca de 50. (C).

Relativamente à existência de entidades parceiras disponíveis para determinado tipo de parcerias, especificamente no caso dos estágios profissionais, as **respostas** que existem dentro do território por vezes são **limitadas**.

(...) não temos aqui... muitas empresas que sejam promotoras de desenvolvimento local. Aqui (em Montemor) temos dificuldades em termos de cursos profissionais, em conseguir estágios para os alunos todos. (...) alguns têm que se deslocar para fora (...). As empresas o atelier de costura... temos lá uma miúda (...) algumas oficinas... são tudo... (respostas) limitadíssimas (...) (C).

Associada à dimensão e dispersão que caracterizam alguns Agrupamentos de Escolas, a **falta de abertura** e de **recetividade** da escola constitui-se como um aspeto limitativo desta articulação com a comunidade.

(...) o grande problema da escola é que a escola, por vezes, não se abre à sociedade. (I).

Quando estive na Junta de Freguesia, entre 2009 e 2013, o distanciamento do Agrupamento, principalmente o Agrupamento da Escola Secundária, distanciado do outro Agrupamento Vertical (...) com a Escola Secundária não conseguíamos, não entrávamos, não havia *feedback* (...) (J).

Por outro lado, a **reduzida participação e interesse**, por parte da comunidade, são igualmente obstáculos que impedem uma boa articulação.

Às vezes, a comunidade é que não quer saber do resto. (...) o Agrupamento até tem feito muito e não faz mais porque também não lhe é permitido. O problema é que a comunidade em si não dá o *feedback*, não dá o retorno do investimento da preocupação que o Agrupamento demonstra e da abertura que o Agrupamento demonstra e por aí fora (...) há várias coisas que são feitas e os pais não aparecem, pura e simplesmente, não querem saber, nunca manifestaram qualquer tipo de interesse. Há miúdos que são sinalizados, nem querem saber de nada (...) a forma como é feito e a postura que tem existido é extremamente positiva, mas tem que haver, depois, colaboração da outra parte. (M).

Os constrangimentos, em termos de calendário, para a realização das atividades e projetos decorrentes das parcerias também são frequentes: “(...) constrangimentos de calendário e de datas (...)” (C).

### 6.3.8. Aspetos a melhorar

O Quadro 32 apresenta os aspetos a melhorar relativamente às parcerias educativas, que corresponde à oitava e última subcategoria da categoria três. Auscultámos os entrevistados sobre os aspetos que, na sua perceção, poderiam ser melhorados no que respeita à dinâmica de parcerias estabelecida entre o Agrupamento de Escolas e o território em que se insere.

Quadro 32 – Aspectos a melhorar (categoria 3, subcategoria 8)

<b>Categoria</b>	<b>Subcategoria</b>	<b>Palavras-chave</b>	<b>U. R.</b>	<b>U. E.</b>
3. Parcerias estabelecidas	3.8. Aspectos a melhorar	<b>Comunicação</b>	<b>9</b>	<b>3</b>
		Calendarização / planificação	11	2
		<b>Articulação</b>	<b>13</b>	<b>4</b>
		Respostas para os alunos PIEF	7	2
		Tempo que os alunos passam na escola	4	1
		Participação dos elementos da comunidade	10	1
		Autonomia e verbas para as escolas	2	2

Fonte: Entrevistas realizadas em 2019

Um dos aspetos mais consensuais foi o da **articulação** e do **estreitamento de relações** entre a escola e os parceiros.

(...) o que podemos melhorar só é estreitar, cada vez mais, essa relação. (A).

Mas (...) apesar dessa articulação existir (...) podia-se estreitar ainda mais a articulação no sentido (...) de serem coisas mais objetivas. (...) mais objetivas e mais de acordo (...) atendendo ao currículo, tinha mais interesse no ano seguinte, mas tem que ser naquele ano e implica, às vezes, assim uns ajustes esquisitos. (...) nesse sentido, a questão da articulação pode sempre ser melhorada (...) a sugestão que eu faço (...) é uma melhor articulação (...) (E).

Nós temos de estar sempre numa procura de reflexão e de estratégias novas, porque há necessidade sempre de criar uma dinâmica diferente daquilo que nós temos. (H).

(...) mas acho (...) que deviam ser mais participativos, estarem mais presentes, no acompanhamento. (J).

A **comunicação** e o diálogo deverão ser igualmente melhorados no sentido de agilizar todos os processos inerentes à colaboração entre entidades parceiras.

É haver mais diálogo, mais horas de partilha, trabalharmos mais em conjunto, que às vezes, é difícil, não é... É a única coisa que estamos neste momento a caminhar. (...) a única coisa que, às vezes, falha um bocadinho, é a comunicação, se calhar, porque também há pouco tempo para o fazer (...) hoje, em vez de nos reunirmos para conversar, mandamos um email, e depois vem a resposta por email. (...) a única coisa que, neste momento, podemos melhorar mesmo é tentar ter uma maior comunicação e estarmos todos mais reunidos. (A).

(...) penso que poderia haver... uma melhor comunicação (...) (C).

(...) as regras de comunicação têm que ser um bocadinho alteradas. O que acontece é que existe muita dificuldade de comunicação ainda, é um dos problemas que nós temos sentido (...) primeiro que haja uma resposta a alguma coisa (...) há uma certa dificuldade acentuada de comunicação. (...) devia de haver um canal mais rápido de comunicação, de forma a resolver mais rapidamente alguns problemas e, acima de tudo, olharem para todos como parceiros, não como inimigos. (M).

Uma melhor articulação em termos de **calendarização** e **planificação das atividades** foi referido como sendo algo desejável.

(...) as entidades acabam sempre por nos impor as datas que eles têm (...) ou (...) somos nós que impomos as datas que nós temos. Na altura em que se deveria fazer uma calendarização, se houvesse um trabalho mais prévio, as coisas poderiam desenvolver-se melhor. Não quer dizer que estejam mal (...) poderíamos ter mais frutos se houvesse uma calendarização mais prévia. O Espaço do Tempo é sempre mais cuidadoso com isso (...) a Alma D’Arame não é nada (...). Eles têm aquele (...) o evento é numa altura que não nos é conveniente, mas tem a ver também com dias internacionais de marionetas (...) Mas se houvesse um estudo mais prévio, poderíamos obter melhores resultados. (C).

(...) cada vez mais tem que haver aqui uma capacidade que temos vindo a construir, mas que é preciso melhorar, de planificação (...) de... uma capacidade estratégica face aquilo que são os desafios para o futuro. (G).

A **falta de autonomia** das escolas e a **escassez de verbas** são dois aspetos que precisariam de ser revertidos: “Que as escolas tenham mais autonomia e poder de decisão.” (B), “Se tivéssemos mais verbas, inevitavelmente, que se conseguiria fazer muito melhor.” (C).

Encontrar um **maior número de respostas** para alunos com Programa Integrado de Educação e Formação (PIEF) é um desafio que o Agrupamento de Escolas de Montemor-o-Novo enfrenta, como referiu a Diretora (D) e o Diretor Técnico da casa residencial de acolhimento Porta Mágica (G).

O nosso desafio agora (...) é conseguir parcerias para dar resposta às miúdas do PIEF que estão na CARE (...) Esse é o nosso grande desafio (...) capacitar as pessoas para aquele tipo de público (...) procurar respostas para que elas também não se sintam desmotivadas. Temos agora, a nível do secundário, que procurar um tipo de resposta para elas (...) porque elas têm dificuldades de concentração (...). Este agora é o desafio que temos a nível aqui do Agrupamento. (D).

(...) vamos ter um número muito substancial de miúdas que vão concluir o ensino básico e que vão entrar para o secundário (...) a partir de agora vamos ter que pensar numa estratégia mais de grupo como pensámos para o básico e temos que nos mobilizar também neste sentido (...) na definição daquilo que serão as respostas construídas para estas miúdas. (G).

Uma **maior participação por parte dos alunos e de elementos da comunidade** como os pais e encarregados de educação foi apontado pelo Presidente da Associação de Pais e Encarregados de Educação (M) como uma mudança desejável.

(...) agora temos é este problema dos alunos, que não há esta interação, este participar mais profundo, mais marcado (...). Não os conseguimos cativar para ter uma participação mais acentuada. (...) eles (os alunos) não participam. E aquilo que nós queremos é cativá-lo a que eles tenham uma perceção, porque isto são anos que depois de passarem, passaram, quer dizer, e se nós conseguirmos ter boas lembranças e não só uma fugaz memória (...) nalgumas reuniões que temos tido, aparecem sempre dois miúdos, que são os representantes dos estudantes, que até são pessoas extremamente interessantes e interessadas (...). Temos aqui um grupo de três ou quatro e depois temos centenas do outro lado. Depois temos três ou quatro que se preocupam, mas não conseguem implementar porque os outros não querem saber. (...) é um bocado ingrato para eles, porque mesmo que eles tenham esse interesse e essa preocupação, se depois não tiverem esse interesse e essa preocupação, mas se não tiverem depois o resto das tropas, não é, não conseguem mobilizar ninguém. (...) alunos porque não querem participar (...) dos pais deles que, desculpe a expressão, estão-se a borrifar para o que se passa com os filhos (...) (M).

Na perceção do Vereador da Educação (K), seria essencial que os alunos passassem menos tempo na escola e que os pais não vissem esta instituição como um local onde depositam

os seus filhos para poderem desenvolver a sua atividade profissional. As crianças deviam ter mais tempo livre para poder usufruir de outro tipo de atividades, fora da escola.

(...) que não vejam a escola como um depósito de crianças. O Município de Montemor não assumiu as AEC, por exemplo, e não assume porque não encara que ficar fechado dentro da escola seja uma obrigação. (...) temos a Oficina da Criança e defendemos que a criança possa sair da escola e entendemos que os pais estão a trabalhar (...) mas possam sair da escola e ir até à Oficina da Criança, ao Centro Juvenil, ao Parque Desportivo e treinar a sua modalidade ao Pavilhão e também à sua modalidade (...) sair da escola e ir procurar outras capacidades, outras capacitações que se possam oferecer a nível da comunidade e é isso que nós tentamos oferecer. (K).

## CONCLUSÕES

Ao longo desta investigação, procurámos conhecer as dinâmicas educativas estabelecidas entre um agrupamento de escolas e o território em que está inserido, através de um estudo de caso, tendo como questão de partida: *Que dinâmica se estabelece entre o Agrupamento de Escolas de Montemor-o-Novo e o território em que se insere?*

Recusando qualquer ambição em atingir conclusões definitivas sobre a realidade que foi objeto de investigação, pretendemos que este estudo seja somente um contributo para a construção do conhecimento nesta área.

A partir do objetivo central, foram traçados objetivos específicos, que apresentamos a seguir, acompanhados das respetivas conclusões.

### **1) Caracterizar as parcerias existentes entre o agrupamento e as instituições localizadas no território em que se encontra inserido.**

- a) Fizemos o levantamento das entidades que estabelecem parcerias com o Agrupamento de Escolas, tendo por base a informação disponibilizada no Regulamento Interno do Agrupamento de Escolas, em vigor entre 2016 e 2018, e os dados fornecidos pela Diretora. Procedemos à organização dos parceiros de acordo com a sua categoria, conforme consta no Apêndice 26, o que nos permitiu concluir que **o Agrupamento demonstra abertura para se articular com uma diversidade de instituições, que incluem a autarquia, os serviços públicos, associações, cooperativas, empresas e fundações, o que contribui para uma dinâmica educativa muito enriquecedora.**
- b) Relativamente à constituição do Agrupamento, em 2013, constatámos que, a partir desta data, se registou **uma maior abertura da escola para a comunidade e uma melhor articulação entre os diversos ciclos de ensino, bem como uma melhoria da comunicação.** No entanto, na perceção de alguns entrevistados, essa alteração não foi muito significativa porque, efetivamente, o Agrupamento já apresentava essa abertura e disponibilidade para se articular com a comunidade.
- c) De acordo com a informação recolhida, a abertura do Agrupamento de Escolas à comunidade e ao estabelecimento de parcerias não depende da dimensão do Agrupamento, mas da **liderança** do mesmo, o que nos leva a inferir que **as**



**lideranças se constituem como um fator decisivo para a dinâmica de parcerias educativas.**

- d) Relativamente às parcerias estabelecidas, estas incluem diferentes tipologias de instituições, como a autarquia, os serviços públicos, as associações de natureza diversa, as cooperativas, as empresas, organizações internacionais e fundações.
- i) A **autarquia**, que inclui a **Câmara Municipal** e as **Juntas de Freguesia**, apresenta-se como um dos parceiros fundamentais do Agrupamento de Escolas de Montemor-o-Novo, uma vez que “(...) o município é uma das instituições relevantes do espaço local que não pode estar ausente da ação educativa.” (Martins, 2009, p.71). No que se refere à sua intervenção no setor educativo, assume competências que vão além daquelas que legalmente lhe são atribuídas. Esta colaboração decorre através de apoio financeiro, logístico e técnico em diferentes atividades e projetos, como o apoio à **Prática Desportiva**, os projetos “**À Descoberta das Quatro Cidades**”, “**Lembrar Abril**” e “**Comunidade Empenhada na Promoção do Sucesso Escolar**” ou a atribuição de “**Bolsas para o Ensino Superior**” e a “**Universidade Júnior do Porto**”, bem como a cedência de espaços e equipamentos, como as piscinas municipais.
- ii) A **Oficina da Criança**, sob a alçada do Município, é uma instituição que desenvolve projetos com os alunos do Agrupamento. A Oficina da Criança é um centro de animação socioeducativo, para crianças e jovens até aos 14 anos, com um foco na educação informal, na educação pela arte e na educação da cidadania ativa e funciona em regime de frequência livre e em contexto de grupo escola. São disponibilizadas e desenvolvidas atividades criativas, educativas e lúdicas em contexto de tempos livres, incute-se a responsabilidade pelo uso dos espaços e materiais e promove-se a autonomia. Na vertente de grupo escola, são orientadas sessões de expressão plástica para alunos do pré-escolar, do 1º e 2º ciclos de acordo com os projetos educativos temáticos, que são criados anualmente e dinamizados em articulação com o Agrupamento de Escolas.
- iii) O **Centro Juvenil**, igualmente sob a alçada do Município, é um espaço destinado aos jovens a partir dos 14 anos, para a criação e concretização

de projetos das mais variadas naturezas. O Centro Juvenil dispõe de uma sala totalmente informatizada que permite a realização dos trabalhos escolares nos computadores, bem como o acesso gratuito à Internet. Uma das prioridades do Centro é a ocupação dos jovens do concelho em atividades que, para além do carácter lúdico, possuam também uma forte componente formativa, desenvolvendo formações em áreas tão distintas como a expressão dramática, fotografia, pintura, música, artes circenses, reciclagem e sexualidade, entre outros.

- iv) No que respeita à **Biblioteca Municipal** são desenvolvidas, com frequência, atividades cujo público-alvo são os alunos, desde a educação pré-escolar até ao ensino secundário. Estas atividades têm como finalidade a promoção do gosto pelos livros e pela leitura e a motivação para a frequência das bibliotecas, e incluem sessões de leitura animada e projetos como os “**Livros Andarilhos**”, em que os livros circulam pelas diferentes escolas, dando oportunidade aos alunos de os lerem.
- v) O **Centro de Saúde** promove com o Agrupamento de Escolas o projeto de “**Educação para a Saúde**”, que conta com a colaboração de enfermeiros, nutricionistas e psicólogos, que regularmente se deslocam à escola para dinamizar sessões de promoção da saúde, do bem-estar físico, social e mental, com temáticas que incluem a saúde mental, a prevenção da violência, comportamentos aditivos e dependências e afetos e educação para a sexualidade.
- vi) A **Guarda Nacional Republicana** promove o programa “**Escola Segura**”, que através de patrulhas frequentes junto dos estabelecimentos de ensino, pretende dar-se a conhecer junto da comunidade estudantil. O programa “Escola Segura” pretende potenciar o sentimento de segurança, junto dos mais novos, e realiza, com frequência, ações de sensibilização para os alunos sobre temáticas associadas à segurança.
- vii) No âmbito das **associações parceiras**, estas são de natureza artístico-cultural, recreativa, de apoio social, de desenvolvimento integrado, de desenvolvimento local, de solidariedade social, de pais e encarregados de educação, desportiva e humanitária. De entre estas parcerias, destaca-se a articulação estabelecida com a associação cultural **Espaço do Tempo**, que demonstra uma preocupação e interesse em áreas como a

língua portuguesa e a promoção da leitura, tal como o conhecimento científico e tecnológico, procurando sempre ligar a criatividade ao conhecimento, estimular o pensamento divergente e contribuir para alargar o horizonte intelectual dos alunos. Os projetos “**Os Artistas Vão Ler à Escola**”, “**Os Cientistas Vão à Escola**”, “**Semana da Leitura**”, “**A Escola é no Convento**” e a **colaboração com as turmas de Artes Visuais** são exemplos desta parceria educativa, em que se estabelecem “relações horizontais estrategicamente orientadas no sentido de adequar a escola às especificidades da comunidade envolvente e a usufruir dos seus recursos (...)” como refere Diogo (1996, citado por Batista, 2012, p.29).

- viii) A intervenção da **Associação de Pais e Encarregados de Educação “Escola em Movimento”** enquanto parceira assume-se como uma mais-valia na ponte entre a escola e a família. Este estudo veio corroborar as conclusões de Patacho e Santomé (2017), anteriormente citadas, de que as APEE acabam por ter uma participação, muitas vezes, limitada e pouco significativa, pois a maioria dos pais não manifesta interesse participar nas reuniões promovidas pela APEE ou em acompanhar o percurso escolar dos filhos, especialmente no caso daqueles que apresentam menor sucesso educativo.

O problema é que a comunidade em si não dá o *feedback*, não dá o retorno do investimento da preocupação que o Agrupamento demonstra e da abertura que o Agrupamento demonstra e por aí fora. Porque há várias coisas que são feitas e os pais não aparecem, pura e simplesmente, não querem saber, nunca manifestaram qualquer tipo de interesse. Há miúdos que são sinalizados, ninguém quer saber de nada, passa um bocadinho por aí. (Presidente da APEE (M)).

- ix) Ainda na categoria das associações, a **Marca – Associação de Desenvolvimento Local** dinamiza com os alunos do Agrupamento projetos de voluntariado e outras atividades dentro da área sócio – cultural, preservação ambiental e valorização do património.
- x) No tocante à tipologia de **cooperativas** parceiras do Agrupamento, estas inserem-se na área artística, de educativa e reabilitação e da agroecologia. Uma vez que o concelho de Montemor-o-Novo se caracteriza pela existência de famílias com carências económicas e sociais, a **Cercimor** assume um papel de parceiro essencial, pela

resposta social que dá aos alunos e famílias mais desfavorecidos, em termos económicos e/ou socioafetivos, através do serviço prestado pelas psicólogas e assistentes sociais que integram o **Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental**. O facto desta unidade estar inserida nas instalações da escola facilita o acompanhamento que é feito a estas famílias. O **Centro de Atividades Ocupacionais**, que é uma resposta social que presta apoio aos jovens e adultos com deficiência mental e outras incapacidades, com vista ao desenvolvimento e manutenção da sua autonomia pessoal, social, e do seu equilíbrio biopsicoemocional, e a **Intervenção Precoce**, que acompanha crianças dos zero aos seis anos com necessidades específicas, são igualmente dois serviços proporcionados pela Cercimor. A parceria com o Agrupamento de Escolas permite superar algumas das necessidades da escola em termos de inclusão social.

- xi) As **empresas** que estabelecem relações de parceria com a escola são de âmbito variado e abarcam desde a agricultura até à costura, contabilidade, gestão, informática, turismo, ginásios, hotéis, produtos alimentares, viticultura, vinicultura e cabeleireiros. Salientamos a parceria com o **atelier de costura Chá de Agulhas**, que tem permitido dar resposta, embora limitada, a alguns alunos abrangidos pelos currículos específicos individuais, assentes numa perspetiva curricular funcional, com o objetivo de facilitar o desenvolvimento de competências pessoais, sociais e de autonomia. Contudo, após o período de inserção dos alunos no atelier para realização de atividades planeadas de acordo com o seu currículo funcional, não tem sido possível que estes fiquem integrados no atelier enquanto funcionários. Apenas se registaram alguns casos pontuais de alunas que acabaram por ficar a trabalhar no atelier de costura. Concluimos, assim, que no que respeita aos alunos com um currículo específico individual, o Agrupamento tem tido dificuldade em fazer a sua transição para o mundo do trabalho e que as parcerias nesta área são limitadas e as que existem não têm permitido que estes alunos facilmente se integrem no mercado de trabalho.

- xii) No que respeita a **projetos internacionais**, destacam-se os projetos **Erasmus** e **eTwining**, em que os alunos e docentes têm oportunidade de contactar e visitar escolas de outros países, partilhar experiências e conhecimentos.
  - xiii) Existe também uma parceria com uma **fundação**, no âmbito da formação e de projetos de voluntariado, embora esta tenha um carácter pontual.
- e) A **iniciativa no estabelecimento de parcerias** surge tanto por parte da escola, como por parte dos parceiros. Contudo, é consensual que a escola é quem mais beneficia destas dinâmicas.
- f) Os objetivos, por parte das entidades parceiras, para estabelecer parcerias com o Agrupamento de Escolas são muito diversificados. Aquele que foi destacado como sendo o principal consiste na **melhoria da qualidade do ensino, que conduz a uma maior taxa de sucesso educativo**. Foram identificados outros objetivos, como a necessidade de **captar público, a divulgação das atividades realizadas, a valorização e reconhecimento do trabalho realizado ou a obrigatoriedade de realizar projetos para obter financiamento**. Noutros casos, as instituições pretendem **dar o seu contributo para a formação de cidadãos ativos**.
- g) Por parte do Agrupamento, a iniciativa de procurar parceiros surge da **necessidade de encontrar soluções para determinadas questões legais**. Nesta situação, encontram-se os alunos que carecem de apoios socioeducativos e formativos específicos, que são abrangidos por Currículos Específicos Individuais (CEI) ou por Programas Integrados de Educação e Formação (PIEF). Quer os CEI, quer os PIEF, constituem-se como uma resposta educativa que visa promover a inclusão social das crianças e jovens, mediante a criação de respostas integradas, socioeducativas e formativas, de prevenção e combate ao abandono e ao insucesso escolar, favorecendo o cumprimento da escolaridade obrigatória e a certificação escolar. Procura-se, assim, **proporcionar aos alunos formação e as melhores condições para o seu ingresso no mercado de trabalho, podendo as instituições parceiras contribuir para suprimir lacunas na formação de recursos qualificados**. O Agrupamento de Escolas procura garantir apoios psicológicos e técnicos

adequados às necessidades dos alunos através da criação de parcerias nesta área, bem como proporcionar novas formas de motivação para a aprendizagem e experiências enriquecedoras, que complementam os conteúdos curriculares. Desta forma, a escola investe na qualidade da educação, providenciando uma igualdade de oportunidades de acesso ao ensino e procurando alcançar o sucesso educativo.

**2) O segundo objetivo específico definido para este estudo foi analisar a dinâmica educacional decorrente das parcerias estabelecidas entre o Agrupamento de Escolas e o território da sua localização.** A partir da análise dos dados foi possível concluir que:

a) Existe um **grande número de parcerias e protocolos com instituições locais**, e até com **algumas fora do concelho**, e estas são reconhecidas por **promoverem dinâmicas enriquecedoras e motivadoras das aprendizagens e da formação integral dos alunos**. Esta dinâmica conduz a “(...) um aumento do grau de responsabilização, iniciativa e participação dos vários actores (...)”, como sublinha Batista (2012, p. 29, citando Gonçalves, 1996).

**3) A descrição de projetos educativos resultantes das parcerias estabelecidas corresponde ao terceiro objetivo específico do nosso estudo.**

a) Tendo em conta a existência de inúmeros parceiros, projetos e protocolos no âmbito das relações de parceria (cf. Apêndice 27, p.459) houve necessidade de se proceder à identificação dos principais parceiros e à seleção dos projetos e protocolos mais relevantes. A seleção dos parceiros e projetos teve por base o critério de relevância dos mesmos, de acordo com as informações recolhidas a partir das entrevistas realizadas e dos documentos analisados. A Figura 6 ilustra os parceiros educativos que se destacam pelas relações de colaboração educativa que estabelecem com o Agrupamento. A representação em círculo deve-se ao facto de todos se interrelacionarem, enquanto elementos da comunidade educativa pertencente ao mesmo território.

Figura 6 – Principais parceiros do agrupamento de escolas de Montemor-o-Novo



Fonte: Figura construída a partir da análise da informação retirada das entrevistas e dos documentos consultados

- b) Foi feita uma caracterização de cada um dos projetos selecionados, que inclui a respetiva contextualização, os objetivos, os intervenientes, as atividades e ações desenvolvidas. De realçar que, nos casos em que os parceiros têm diversos projetos em articulação com o Agrupamento de Escolas, não foram descritos todos os projetos existentes, mas aqueles que foram considerados mais significativos para a dinâmica educacional. Os Apêndices 28 a 44 apresentam a descrição dos seguintes projetos/parcerias:
1. “À Descoberta das 4 Cidades” – Agrupamento de Escolas e Câmara Municipal (cf. Apêndice 28, 461);

2. “Universidade Júnior do Porto” - Agrupamento de Escolas e Câmara Municipal (cf. Apêndice 29, p.465);
3. “Bolsa de Estudo para o Ensino Superior” - Agrupamento de Escolas e Câmara Municipal (cf. Apêndice 30, p.469);
4. “Comunidade Empenhada na Promoção do Sucesso Escolar” – Agrupamento de Escolas e Câmara Municipal (cf. Apêndice 31, p.472);
5. “Lembrar Abril” - Agrupamento de Escolas e União de Freguesias de Nossa Senhora da Vila, Bispo e Silveiras (cf. Apêndice 32, p.479);
6. “Projetos Educativos da Oficina da Criança” – Agrupamento de Escolas e Oficina da Criança/Município (cf. Apêndice 33, p.482);
7. “Festa Mundial da Animação” – Agrupamento de Escolas e Centro Juvenil/Município (cf. Apêndice 34, p.495);
8. Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental (CAFAP) – Agrupamento de Escolas e Cercimor (cf. Apêndice 35, p.498);
9. “Os Artistas vão ler à Escola” – Agrupamento de Escolas e associação cultural Espaço do Tempo (cf. Apêndice 36, p.501);
10. “Os Cientistas vão à Escola” - Agrupamento de Escolas e associação cultural Espaço do Tempo (cf. Apêndice 37, p.503);
11. “Semana da Leitura” - Agrupamento de Escolas e associação cultural Espaço do Tempo (cf. Apêndice 38, p.505);
12. “A Escola é no Convento” - Agrupamento de Escolas e associação cultural Espaço do Tempo (cf. Apêndice 39, p.507);
13. Colaboração com as turmas de Artes Visuais - Agrupamento de Escolas e associação cultural Espaço do Tempo (cf. Apêndice 40, p.509);
14. Acolhimento Residencial Especializado de Jovens em Risco– Agrupamento de Escolas e Porta Mágica (cf. Apêndice 41, p.511);
15. “Programa de Educação para a Saúde” – Agrupamento de Escolas e Centro de Saúde (cf. Apêndice 42, p.514);
16. Parceria com a Associação de Pais “Escola em Movimento” – Agrupamento de Escolas e Associação de Pais (cf. Apêndice 43, p.517);
17. Parceria com o *atelier* de costura Chá de Agulhas – Agrupamento de Escolas e atelier de costura (cf. Apêndice 44, p.520).



4) O último objetivo específico traçado foi **avaliar os impactos das parcerias na dinâmica educativa do agrupamento**. Através do presente estudo, concluímos que:

- a) Para podermos avaliar de forma rigorosa e aprofundada os impactos das parcerias, seriam necessários indicadores específicos que pudessem traduzir resultados mensuráveis. Contudo, foi possível conhecermos as percepções que existem relativamente aos principais efeitos que esta dinâmica tem no percurso escolar dos alunos.
- b) No presente estudo, de acordo com a percepção dos inquiridos relativamente às parcerias educativas, **estas são consideradas mais-valias para todos os envolvidos, fortalecendo igualmente as relações com a comunidade**.
- c) Constatámos que o estabelecimento de parcerias visa **contribuir para a melhoria da qualidade das aprendizagens, com uma maior aquisição de conhecimento e o desenvolvimento de competências**. Numa sociedade em constante mudança, torna-se essencial dotar os alunos de ferramentas que lhes permitam adaptar-se a novas situações, ser autónomos, responsáveis e cidadãos ativos, valorizando o saber, como é defendido no documento Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória (2017): “Perante os outros e a diversidade do mundo, a mudança e a incerteza, importa criar condições de equilíbrio entre o conhecimento, a compreensão, a criatividade e o sentido crítico. Trata-se de formar pessoas autónomas e responsáveis e cidadãos ativos.” (Martins et al., 2017).
- d) No Agrupamento de Escolas que foi objeto de estudo, a dinâmica de parcerias pretende constituir-se como um **fator motivacional para a aprendizagem**, conduzindo à **melhoria dos resultados escolares e do sucesso educativo** e, conseqüentemente, à **redução do absentismo e do abandono escolar**.
- e) Para além das melhorias a nível de resultados académicos, as parcerias têm contribuído para uma **melhoria do comportamento social das crianças e jovens**, o que influencia de forma positiva o seu desempenho enquanto alunos e cidadãos. Desta forma, concluímos que as relações de parceria contribuem para uma **educação integral**, que não visa apenas alcançar o saber, mas também incutir valores inerentes à formação pessoal: “A escola habilita os jovens com saberes e valores para a construção de uma sociedade mais justa, centrada na pessoa, na dignidade humana e na ação sobre o mundo enquanto bem comum a preservar.” (Martins et al., 2017, p.13). Também Leite et al. (2015) apontam nas conclusões do estudo desenvolvido que “(...) parcerias e (...) protocolos com instituições locais (...) são reconhecidas

por favorecerem dinâmicas enriquecedoras da aprendizagem e da formação global dos alunos.” (p. 848).

- f) Algumas parcerias são criadas com o objetivo de **integrar dos jovens na sociedade e no mundo de trabalho, contribuindo para a sua inclusão**, que consiste num dos princípios pelos quais se deve pautar a ação educativa, segundo o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória:

Inclusão – A escolaridade obrigatória é de e para todos, sendo promotora de equidade e democracia. A escola contemporânea agrega uma diversidade de alunos tanto do ponto de vista socioeconómico e cultural como do ponto de vista cognitivo e motivacional. Todos os alunos têm direito ao acesso e à participação de modo pleno e efetivo em todos os contextos educativos. (Martins et al., 2017, p.13).

- g) As parcerias visam **promover a igualdade de oportunidades de acesso a uma educação de qualidade para todos os alunos**. Neste sentido, os projetos e atividades realizados conduzem a um **sentimento de satisfação e bem-estar** por parte dos alunos e dos outros elementos da comunidade. Procura-se, através destas articulações, o envolvimento e a integração da comunidade na vida escolar, com vista ao estreitamento de relações e a uma corresponsabilização coletiva pela educação: “(...) parcerias (...) constituem uma condição importante na corresponsabilização coletiva pela educação e funcionamento das escolas (...)” (Leite et al., 2015, p. 848).

- h) Em consequência da dinâmica de parcerias educativas, há uma **visibilidade do trabalho desenvolvido por parte de todos os envolvidos**, o que se constitui como uma forma de valorização dos alunos e de promoção da sua autoestima, bem como uma forma de divulgação das entidades parceiras.

- i) Constatámos que um dos objetivos da criação de parcerias assenta na **necessidade de o Agrupamento de Escolas encontrar respostas para determinados problemas e exigências legais**. Assim, o Agrupamento procura os parceiros em conformidade com o tipo de solução esperada, tal como Leite et al. (2015) referem nas conclusões da investigação que levaram a cabo: “(...) as escolhas dos parceiros não são independentes dos problemas que as escolas enfrentam e dos objetivos que perseguem (...)” (p.848).

- j) O estabelecimento de parcerias e protocolos no âmbito da educação pretende igualmente **fixar os jovens no concelho de Montemor-o-Novo**, no sentido de inverter as tendências atuais de desertificação e envelhecimento da população residente na região Alentejo, onde se insere o concelho em estudo, contribuindo de

igual forma para o desenvolvimento local. Desta forma, verifica-se uma valorização da escola na comunidade: “(...) parcerias entre a escola e a comunidade são reconhecidas por favorecerem dinâmicas enriquecedoras da formação dos alunos, contribuindo, igualmente, para a valorização da escola na comunidade. Da mesma forma, a escola é reconhecida como um polo de desenvolvimento local.” (Leite et al., 2015, pp. 844-845).

Para além das conclusões relacionadas com os objetivos definidos para o nosso estudo, concluímos, ainda, que:

- a) A dinâmica de parcerias pode ser condicionada por alguns fatores. A **escassez de recursos financeiros** acaba por limitar a existência de recursos físicos e humanos, pelo que se considera essencial que as escolas sejam dotadas de uma maior autonomia em termos de decisão, com a consequente atribuição de verbas correspondentes às necessidades verificadas.
- b) A **dimensão do Agrupamento de Escolas** objeto da nossa investigação apresenta-se como um elemento que dificulta a dinamização de atividades resultantes de projetos de parcerias, uma vez que há escolas situadas a cerca de 30 quilómetros de distância da sede do Agrupamento. Neste sentido, **a articulação e estreitamento de relações**, bem como uma **melhoria da comunicação**, são apontadas como formas de minimizar este problema.
- c) Para um bom funcionamento das dinâmicas de parceria, é essencial que seja feito um trabalho de **planificação concertada e atempada**, com vista à eliminação de barreiras como os constrangimentos de calendário.
- d) A existência de **currículos extensos** e **exames nacionais** constituem-se como obstáculos para esta dinâmica, na medida em que para os docentes esta preocupação se assume como a prioridade, o que pode conduzir à colocação de entraves face ao desenvolvimento de outras atividades cujo foco não sejam os conteúdos curriculares.
- e) A demanda de uma **maior participação por parte dos alunos, pais e encarregados de educação** apresenta-se com um objetivo a atingir, pois verificou-se que, frequentemente, estes elementos acabam por não mostrar um verdadeiro envolvimento nas atividades proporcionadas pela escola e restantes parceiros.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tratando-se de um estudo de caso, os resultados da investigação não poderão ser generalizáveis, podendo igualmente ser considerados incompletos ou de difícil comparação.

O desenvolvimento deste trabalho de investigação foi sempre acompanhado da noção de que a problemática que esteve na sua base, além de carecer de um estudo aprofundado, é condicionada por múltiplos fatores que se colocam a diferentes níveis e que dependem das próprias dinâmicas sociais. Para avaliar os impactos das parcerias, seria necessário criar indicadores rigorosos que conduzissem a resultados mensuráveis.

Este trabalho acaba por abrir interrogações, que esperamos venham a suscitar futuros estudos que permitam uma melhor compreensão desta problemática: Qual o impacto das parcerias nas atividades de ensino-aprendizagem? Em que medida as parcerias socioeducativas poderão potenciar as atividades locais? Será que, através das parcerias, a escola está, efetivamente, a garantir a igualdade de oportunidades de acesso a uma educação de qualidade para todos?

Sugerimos, igualmente, a realização de um estudo no futuro que envolva uma amostra alargada de agrupamentos/escolas, passível de ser generalizável, que possa servir para caracterizar as parcerias a nível de uma dada região e servir para potencializar as mesmas.

Partilhamos, por fim, uma ideia de Popper (2014): "Um estudo não pode estar nunca acabado. Enquanto nele trabalhamos, aprendemos o suficiente para o achar imaturo no momento em que dele nos afastamos." (p. 3).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AICE. (2004). *Carta das cidades educadoras*. Consultado a 5 de maio, 2019, em <http://www.edcities.org/rede-portuguesa/wp-content/uploads/sites/12/2018/09/Carta-das-cidades-educadoras.pdf>.
- Almeida, V. (2014). Projetos Educativos Municipais e Promoção do Sucesso Educativo. In *Município, Território e Educação. A Administração Local da Educação e da Formação* (pp. 25–31). Porto: Universidade Católica Editora.
- Azevedo, J. (2015a). Descentralização administrativa e autonomia das escolas. 2015: o ano em que se dá mais um passo em frente? In *Educação, territórios e desenvolvimento humano - Atas do I Seminário Internacional* (pp. 1–25). Porto: Universidade Católica Portuguesa. Faculdade de Educação e Psicologia.
- Azevedo, J. (2015b). Nenhum aluno pode ser deixado para trás ! É preciso renovar os processos pedagógicos e a organização das. In *Conferência EPIS-Empresários pela Inclusão Social - “Escolas de Futuro.”* Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Bardin, L. (2006). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Barroso, J. (1992). Fazer da escola um projecto. In R. Canário, *Inovação e Projeto Educativo de Escola* (pp. 19–55). Lisboa: Educa.
- Barroso, J. (2005). *Políticas Educativas e Organização Escolar*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Barroso, J. (2011). Conhecimento e acção pública: as políticas sobre a gestão e autonomia das escolas em Portugal (1986-2008). In J. Barroso, N. Afonso, *Políticas Educativas. Mobilização de conhecimento e modos de regulação* (pp. 27–58). Vila Nova de Gaia: Fundação Manuel Leão.
- Bell, J. (1997). *Como Realizar um Projecto de Investigação*. Lisboa: Gradiva.
- Bento, A. V, Mendes, G. R., & Pacheco, D. (2016). Relação Escola-Família : Participação dos Encarregados de Educação na Escola. *CIAIQ2016 - Investigação Qualitativa Em Educação, 1*, 603–612. Consultado a 7 de junho, 2019, em <https://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2016/article/view/648/637>.

- Canário, M.B. (1995). Partenariado local e mudança educativa. *Inovação*, 8 (1-2), 151-166.
- Canário, R. (2008a). A escola : das “ promessas ” às “ incertezas ” School : from “ promises ” to “ uncertainties .” *Educação Unisinos*, 12 (2), 73–81.
- Canário, R. (2008b). Escola/Família/Comunidade para Uma Sociedade Educativa. In Conselho Nacional de Educação (Ed.), *Actas do Seminário Escola / Família / Comunidade* (pp. 104–113). Lisboa. Consultado a 8 de junho, 2019, em <http://www.cnedu.pt/content/antigo/files/pub/EscolaFamilia/7-Conferencia.pdf>.
- CMMN. (2007a). Carta Educativa do Concelho de Montemor-o-Novo. Montemor-o-Novo: CMMN/AMDE/GEOIDEIA/PLANARQ. Consultado a 8 de janeiro, 2019, em <http://www.cm-montemornovo.pt/pt/site-viver/cultura/PublishingImages/Paginas/Carta-Educativa/Carta Educativa do Concelho de Montemor-o-Novo.pdf>.
- Conselho Nacional de Educação. (2007). *Relatório Final do Debate Nacional sobre Educação*. Lisboa. Consultado a 11 de julho, 2019, em <http://www.cnedu.pt/pt/publicacoes/estudos-e-relatorios/outros/790-relatorio-final-do-debate-nacional-sobre-educacao>.
- Cordeiro, A.M.R., Alcoforado, L. & Ferreira, A.G. (2011). Projeto Educativo Local. Um processo associado a estratégias de desenvolvimento integrado e sustentável. *Cadernos de Geografia*, (30/31), 305-315. Consultado a 21 de julho, 2019, em [http://www.uc.pt/fluc/depgeo/Cadernos\\_Geografia/Numeros\\_publicados/CadGeo30\\_31/Eixo3\\_6](http://www.uc.pt/fluc/depgeo/Cadernos_Geografia/Numeros_publicados/CadGeo30_31/Eixo3_6).
- Cordeiro, A. M. R., & Martins, H. A. (2013). A Carta Educativa Municipal como instrumento estratégico de reorganização da rede educativa: tendências de mudança. *Cadernos de Geografia*, (32), 339–356. Consultado a 21 de julho, 2019, em <https://impactum-journals.uc.pt/cadernosgeografia/article/view/2457/1603>.
- Costa, J.A. (2003). Projectos educativos das escolas: um contributo para a sua (des)construção. *Educação e Sociedade*, 24 (85), 1319-1340.
- Costa, J. A. (2004). Construção de projectos educativos nas escolas : traços de um percurso debilmente. *Revista Portuguesa de Educação*, 17(2), 85–114.

- Dias, M. N. (2003). *Políticas Educativas e dispositivos de territorialização: Da Escola aberta à Comunidade à Escola em Parceria. (Dissertação de Mestrado)*. Porto: Universidade do Porto.
- Estêvão, C. V. (2013). Políticas de educação e autonomia: algumas reflexões perversas sobre temáticas abençoadas. In J. Verdasca, *Educação. Temas e Problemas*, (12–13), 77–88. Évora: Centro de Investigação em Educação e Psicologia – Universidade de Évora.
- Favinha, M., & Cruz, J. (2012). Évora, cidade educadora, educação e criatividade: que relação? Consultado a 20 de julho, 2019, em [://dspace.uevora.pt/rdpc/handle/10174/8205](http://dspace.uevora.pt/rdpc/handle/10174/8205).
- Fernandes, A. S. (1996). Os Municípios Portugueses e a Educação - as normas e as práticas. In *A Administração da Educação - Os Caminhos da Descentralização* (pp. 113–124). Lisboa: Edições Colibri.
- Fernandes, A. S. (2000). Municípios e Escolas: Normativização e Contratualização da Política Educativa Local. In J. Machado, J. Formosinho, & A. S. Fernandes (org.), *Autonomia, Contratualização e Município* (pp. 33–44). Braga: Centro de Formação de Associação de Escolas Braga/Sul.
- Fernandes, A. S. (2014). Contextos da intervenção educativa local e a experiência dos municípios portugueses. In J. Machado, J. M. Alves, A. S. Fernandes, J. Formosinho, & I. Vieira, *Municípios, Educação e Desenvolvimento Local* (pp. 35-61). Vila Nova de Gaia: Fundação Manuel Leão.
- Ferraz, H., Neves, T., & Nata, G. (2018). A eficácia dos programas de educação compensatória nos resultados escolares: análise do programa nacional português de educação compensatória ao longo de 13 anos. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas Em Educação*, 26 (100), 1058–1083. Consultado a 14 de julho, 2019, em <https://doi.org/10.1590/S0104-40362018002601036>.
- Ferreira, A. M. L. (2013). *Escola inclusiva e comunidade local – um estudo sobre as parcerias e os museus num território educativo de intervenção prioritária. (Tese de Doutoramento)*. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.

- Ferreira, I., & Teixeira, R. (2010). Territórios Educativos de Intervenção Prioritária : breve balanço e novas questões. *Sociologia: Revista Do Departamento de Sociologia da FLUP*, XX, 331–350. Consultado a 9 de julho, 2019, em <http://ojs.letras.up.pt/index.php/Sociologia/article/view/2293/2100>
- Formosinho, J., & Machado, J. (2013). A regulação da educação em Portugal: do Estado Novo à democracia. In J. Verdasca, *Educação. Temas e Problemas, 12 e 13*, 27–40. Évora: Centro de Investigação em Educação e Psicologia – Universidade de Évora.
- Formosinho, J., Machado, J., & Ferreira, F. I. (2000). *Políticas Educativas e a Autonomia das Escolas*. Porto: Edições Asa.
- Gil, A. C. (2008). *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social* (6.<sup>a</sup>). São Paulo: Editora Atlas.
- INE. (2011). Censos. Instituto Nacional de Estatística. Consultado a 3 de agosto, 2019, em [https://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=censos\\_quadros](https://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=censos_quadros).
- INE. (2012). *Censos 2011 Resultados Definitivos - Região Alentejo*. Lisboa: INE. Consultado a 7 de agosto, 2019, em [https://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=ine\\_censos\\_publicacao\\_det&contexto=pu&PUBLICACOESpub\\_boui=156654102&PUBLICACOESmodo=2&selTab=tab1&pcensos=61969554](https://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=ine_censos_publicacao_det&contexto=pu&PUBLICACOESpub_boui=156654102&PUBLICACOESmodo=2&selTab=tab1&pcensos=61969554).
- Leite, C., Fernandes, P., Mouraz, A., & Sampaio, M. (2015). *Parcerias entre a Escola e a Comunidade em Portugal: Uma Análise a partir da Avaliação Externa das Escolas* (Vol. 58). Consultado a 15 de julho, 2019, em <http://dx.doi.org/10.1590/00115258201560>.
- Ló, J. E. D. (2010). Uma escola para todos e para cada um: escola inclusiva, uma comunidade de aprendizes. *Conjectura*, 15 (1), 119–134.
- Lopes, A. S. O. (2011). *TERRITÓRIOS EDUCATIVOS DE INTERVENÇÃO PRIORITÁRIA – Escola, Comunidade e Parcerias*. Universidade Católica Portuguesa. Consultado a 20 de julho, 2019, em [https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/8926/1/tese\\_final.pdf](https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/8926/1/tese_final.pdf).
- Machado, J. (1993). Cidade educadora e administração local da educação na cidade de Braga. In *Actas dos ateliers do Vº Congresso Português de Sociologia, Atelier: Cidades, Campos e Territórios* (pp. 83–89).



- Machado, J. (2014). Descentralização e Administração Local: os municípios e a educação. In *Município, Território e Educação. A Administração Local da Educação e da Formação* (pp. 39–56). Porto: Universidade Católica Editora.
- Magalhães, P., & Morgado, J. C. (2017). O Território como espaço de novas aprendizagens. *Revista de Estudios e Investigación En Psicología y Educación*, (05), 5–7. Consultado e 22 de julho, 2019, em <https://doi.org/https://doi.org/10.17979/reipe.2017.0.05.3221>.
- Martins, E. (2009). Rompendo fronteiras: a escola aberta às parcerias e à territorialização educativa. *Educação Unisinos*, 66. Consultado a 23 de julho, 2019, em <https://doi.org/10.4013/edu.2009.131.06>.
- Moio, I. S. F., & Mendes, A. C. P. (2013). Cidade Educadora e Hábitos Culturais : Outros Públicos, Outras Oportunidades. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, (47–1), 87–107. Consultado a 23 de julho, 2019, em [https://digitalis-dsp.uc.pt/bitstream/10316.2/29869/6/5\\_Cidade%20Educadora%20e%20H%c3%a1bitos%20Culturais-%20Outros....pdf?ln=pt-pt](https://digitalis-dsp.uc.pt/bitstream/10316.2/29869/6/5_Cidade%20Educadora%20e%20H%c3%a1bitos%20Culturais-%20Outros....pdf?ln=pt-pt).
- Monteiro, A. J. F. (2009). *Escola vs Empresa. Contributos para uma correlação positiva. (Dissertação de Mestrado)*. Vila Nova de Famalicão: Universidade Lusíada. Consultado a 24 de julho, 2019, em <http://repositorio.ulusiada.pt/handle/11067/341> .
- Monteiro, R. F. G. (2011). *As parcerias entre a Escola e as entidades da comunidade-estudo dos casos de um Agrupamento de Escolas e de uma Escola Secundária. (Tese de Mestrado em Gestão, Avaliação e Supervisão Escolar)*. Leiria: Escola Superior de Educação e Ciências Sociais, Instituto Politécnico de Leiria. Consultado a 20 de julho, 2019, em <https://iconline.ipleiria.pt/bitstream/10400.8/884/1/Tese%20Ricardo%20Monteiro.pdf>
- Monteiro, R., Ucha, L., Alvarez, T., Milagre, C., Neves, M. J., Silva, M., ... Macedo, E. (2017). *Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania*. Lisboa: Grupo de Trabalho de Educação para a Cidadania/XXI Governo Constitucional. Consultado a 19 de julho, 2019, [https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/ECidadania/Docs\\_referencia/estrategia\\_cidadania\\_original.pdf](https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/ECidadania/Docs_referencia/estrategia_cidadania_original.pdf).
- Morgado, J. C. (2018). *O Estudo de Caso na Investigação em Educação* (3.<sup>a</sup>). Santo Tirso: De Facto Editores.

- Nações Unidas. (2000). Declaração do Milénio das Nações Unidas. Consultado a 24 de julho, 2019, em <https://www.unric.org/html/portuguese/uninfo/DecdoMil.pdf>.
- Nico, B. (2011). *Arqueologia das Aprendizagens em Alandroal*. Mangualde: Edições Pedagogo.
- ONU. (1948). Declaração Universal dos Direitos Humanos. Consultado a 11 de julho, 2019, em <https://dre.pt/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>.
- Patacho, P., & Santomé, J. T. (2017). "... cada macaco no seu galho ". A participação democrática na escola pública. *Revista Portuguesa de Educação*, 30 (2), 275–304. Consultado a 20 de julho, 2019, em <https://doi.org/10.21814/rpe.11834>
- Pereira, F., & Micaelo, M. (2013). Criar pontes para a inclusão. *Sensos 6, III* (2), 15–18.
- Picanço, A. L. B. (2012). *A Relação entre EScola e Família - As suas implicações no processo de ensino-aprendizagem*. Escola Superior de Educação João de Deus.
- Platão. (2001). *A República. Int., trad. e notas de Maria Helena da Rocha Pereira* (9ª). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Ribeiro, S., D'Almeida, J. L., & Sousa, P. (2018). O trabalho do (a) assistente social com a comunidade local. In J. L. D'Almeida & P. Sousa, *Serviço Social na Escola. Contributos para o campo profissional* (pp. 263–278). Vila Nova de Famalicão: Edições Húmus.
- Santos, Á. A. dos, Bessa, A. R., Pereira, D. S., Mineiro, J. P., Dinis, L. L., & Silveira, T. (2009). *Escolas de Futuro. 130 Boas Práticas de Escolas Portuguesas*. Porto: Porto Editora.
- Santos, O. M. dos. (2016). Os Desafios da Escola Pública na Perspetiva do Professor PDE. *Cadernos PDE, Volume II*. Consultado a 25 de julho, 2019, em [http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes\\_pde/2016/2016\\_pdp\\_dtec\\_unioeste\\_oscarmarretadossantos.pdf](http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2016/2016_pdp_dtec_unioeste_oscarmarretadossantos.pdf).
- Simões, G. M. (2005). *Organização e gestão do agrupamento vertical de escolas: A teia das lógicas de acção*. Porto: Edições Asa.
- Sousa, M. M. de, & Sarmiento, T. (2010). Escola – família - comunidade: uma relação para o sucesso educativo. *Gestão e Desenvolvimento*, 18, 141–156.

UNESCO. (1994). Declaração de Salamanca e Enquadramento da Ação na Área das Necessidades Educativas Especiais. Salamanca. Consultado a 20 de julho, 2019, em <http://www.cee.pa.gov.br/sites/default/files/salamanca.pdf>

UNESCO. (2001). *Educação para Todos: o compromisso de Dakar* (2.<sup>a</sup>). Brasília: Ação Educativa. Consultado a 23 de julho, 2019, em <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000127509>.

UNESCO. (2008). International Conference on Education, 48th session. Inclusive education: the way of the future. Geneva, Switzerland, 25-28 november. Consultado a 19 de julho, 2019, em [http://www.ibe.unesco.org/fileadmin/user\\_upload/Policy\\_Dialogue/48th\\_ICE/ICE\\_FINAL\\_REPORT\\_eng.pdf](http://www.ibe.unesco.org/fileadmin/user_upload/Policy_Dialogue/48th_ICE/ICE_FINAL_REPORT_eng.pdf).

Yin, R. K. (2001). *Estudo de Caso - Planejamento e Métodos* (2.<sup>a</sup>). Porto Alegre: Bookman.

## LEGISLAÇÃO REFERIDA

**Circulaire n° 81-238** du 1er juillet 1981. (1981).

**Decreto-Lei n° 100/84**, de 29 de março. (1984). *Diário da República n.º 75/1984, I Série*.  
Presidência do Conselho de Ministros e Ministério da Administração Interna.

**Decreto-Lei n.º 315/84**, de 28 de setembro. (1984). *Diário da República n.º 226/1984, I Série*.  
Presidência do Conselho de Ministros e Ministério da Educação.

**Decreto-Lei n.º 357/88**, de 13 de outubro. (1988). *Diário da República n.º 237/1988 - I Série*.  
Ministério da Educação.

**Decreto-Lei n.º 26/89**, de 21 de janeiro. (1989). *Diário da República n.º 18/1989 - I Série*.  
Ministério da Educação.

**Decreto-Lei n° 43/89**, de 3 de fevereiro. (1989). *Diário da República n.º 29/1989, I Série*.  
Ministério da Educação.

**Decreto-Lei n.º 372/90**, de 27 de novembro. (1990). *Diário da República n.º 274/1990, I Série*.  
Ministério da Educação.

**Decreto-Lei n° 172/91**, de 10 de maio. (1991). *Diário da República n.º 107/1991 - I Série A*.  
Ministério da Educação.

**Decreto-Lei n° 147/97**, de 11 de junho. (1997). *Diário da República n.º 133 - I Série A*.  
Ministério da Educação.

**Decreto-Lei n° 115-A/98**, de 4 de maio. (1998). *Diário da República n.º 102 - I Série A*.  
Ministério da Educação.

**Decreto-Lei n.º 80/99**, de 16 de março. (1999). *Diário da República n.º 63/1999, I Série A*.  
Ministério da Educação.

**Decreto-Lei n.º 6/2001**, de 18 de janeiro. (2001). *Diário da República n.º 15/2001, I Série A*.  
Ministério da Educação.

**Decreto-Lei n.º 7/2003**, de 15 de janeiro. (2003). *Diário da República n.º 12 - I Série A*.  
Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente.

**Decreto-Lei n.º 75/2008**, de 22 de abril. (2008). *Diário da República n.º 79 - I Série*. Ministério da Educação.

**Decreto-Lei n.º 224/2009**, de 11 de setembro. (2009). *Diário da República n.º 177/2009, I Série*. Ministério da Educação.

**Decreto-Lei n.º 137/2012**, de 2 de julho. (2012). *Diário da República n.º 126 - I Série*.  
Ministério da Educação e Ciência.

**Decreto-Lei n.º 21/2019**, de 30 de janeiro. (2019). *Diário da República n.º 21/2019, I Série*.  
Presidência do Conselho de Ministros.

**Despacho Normativo n.º 122/79**, de 1 de junho. (1979). *Diário da República n.º 126/1979, I Série*.  
Ministério da Educação e Investigação Científica.

**Despacho n.º 8/SERE/89**, de 8 de fevereiro. (1989). *Diário da República n.º 32/1989, II Série*.  
Ministério da Educação. Revogado.

**Despacho n.º 147-B/ME/96**, de 8 de julho. (1996). *Diário da República n.º 177 - II Série*.  
Ministério da Educação. Revogado.

**Despacho n.º 13313/2003**, de 8 de agosto. (2003). *Diário da República n.º 155/2003, II Série*.  
Ministério da Educação.

**Despacho Conjunto n.º 73/SEAE/SEEI/96**, de 3 de setembro. (1996). *Diário da República n.º 204/1996, 1º Suplemento, II Série*. Ministério da Educação.

**Lei n.º 7/77**, de 1 de fevereiro. (1977). *Diário da República n.º 26/1977, I Série*. Assembleia da República.

**Lei n.º 46/86**, de 14 de outubro. (1986). (Lei de Bases do Sistema Educativo). *Diário da República n.º 237/1986, I Série*. Assembleia da República.

**Lei n.º 1/87**, de 6 de janeiro. (1987). *Diário da República n.º 4/1987, I Série*. Assembleia da República.

**Lei n.º 31/87**, de 9 de julho. (1987). *Diário da República n.º 155/1987, I Série*. Assembleia da República.

**Lei n.º 23/97**, de 2 de julho. (1997). *Diário da República n.º 150/1997, I Série A*. Assembleia da República.

**Lei n.º 24/99**, de 22 de abril. (1999). *Diário da República n.º 24/1999, I Série A*. Assembleia da República.

**Lei n.º 159/99**, de 14 de setembro. (1999). *Diário da República n.º 215/1999, I Série A*. Assembleia da República.

**Lei n.º 29/2006**, de 4 de julho. (2006). *Diário da República n.º 127/2006, I Série*. Assembleia da República.

**Lei n.º 50/2018**, de 16 de agosto. (2018). *Diário da República n.º 157/2018, I Série*. Assembleia da República.

**Parecer n.º 3/99**, CNE. (1999). *Diário da República n.º 49/1999, II Série*. Conselho Nacional de Educação.

**Portaria n.º 1181/2010**, de 14 de junho. (2010). *Diário da República n.º 222/2010, I Série*. Ministério da Educação.

**Portaria n.º 275-A/2012**, de 11 de setembro. (2012). *Diário da República n.º 176/2012, 1.º Suplemento, Série I*. Ministério da Educação e Ciência.

**Portaria n.º 139/2013**, de 2 de abril. (2013). *Diário da República n.º 64/2013, Série I*. Ministério da Solidariedade e da Segurança Social.

**Portaria n.º 113/2018**, de 30 de abril (2018). *Diário da República n.º 83/2018, Série I*. Ministérios da Educação, Saúde e Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural.

**Resolução do Conselho de Ministros de 10 de dezembro de 1987**. (1987). *Diário da República, II Série*, de 21 de janeiro de 1988.

**Resolução do Conselho de Ministros n.º 29/91**, de 16 de maio. (1991). *Diário da República n.º 128/1991, I Série B*. Presidência do Conselho de Ministros.

**Resolução do Conselho de Ministros n.º 44/2010**, de 14 de junho. (2010). *Diário da República n.º 113/2010, I Série*. Presidência do Conselho de Ministros.

**Resolução do Conselho de Ministros n.º 15/2013**, de 19 de março. (2013). *Diário da República n.º 55/2013, I Série*. Presidência do Conselho de Ministros.

# APÊNDICES

-



Apêndice 1 – Matriz das entrevistas à Diretora, Presidente do Conselho Geral do Agrupamento de Escolas, Coordenadores de Estabelecimento/Assessora da Direção

**Matriz das entrevistas à Diretora, Presidente do Conselho Geral do Agrupamento de Escolas, Coordenadores de Estabelecimento/Assessora da Direção**

<b>Blocos</b>	<b>Objetivos</b>	<b>Temas</b>	<b>Tópicos de perguntas</b>
<p><b>Bloco 1</b></p> <p>Legitimação da entrevista</p>	<p>Informar acerca das finalidades da investigação.</p> <p>Motivar o entrevistado a participar, realçando o valor da colaboração.</p> <p>Assegurar a confidencialidade e anonimato das declarações prestadas.</p> <p>Obter autorização para a gravação da entrevista.</p>		
<p><b>Bloco 2</b></p> <p>Perfil do entrevistado</p>	<p>Caracterizar o sujeito.</p> <p>Conhecer o seu percurso académico e profissional.</p>	<p>Percurso académico e profissional</p>	<p>Qual é a sua idade?</p> <p>Como tem sido o seu percurso académico/profissional?</p> <p>Quanto tempo de serviço tem, no geral?</p> <p>Quanto tempo de serviço tem neste Agrupamento de Escolas?</p> <p>Que cargos tem desempenhado?</p> <p>Há quanto tempo desempenha este cargo?</p> <p>Adquiriu alguma formação específica para o exercício do cargo?</p>

<p><b>Bloco 3</b></p> <p>Participação/ envolvimento da comunidade escolar nas atividades do Agrupamento de Escolas</p>	<p>Caracterizar a participação/envolvimento da comunidade escolar nas atividades do Agrupamento de Escolas.</p>	<p>Grau de participação da comunidade escolar</p>	<p>Como caracteriza a participação da comunidade escolar na “vida” do Agrupamento de Escolas?</p> <p>Em que áreas se concretiza essa participação?</p> <p>De que forma se tenta fomentar essa participação?</p> <p>Como avalia essa participação?</p>
		<p>Preocupação do Agrupamento de Escolas no envolvimento das entidades locais</p>	<p>Que razões levam o Agrupamento de Escolas a procurar envolver as entidades locais nas atividades educativas?</p> <p>Que ações são levadas a cabo no sentido de concretizar esse envolvimento?</p>
		<p>Preocupação do Agrupamento no envolvimento das entidades locais na elaboração do Projeto Educativo</p>	<p>Como caracteriza a preocupação do Agrupamento no que respeita ao envolvimento das entidades locais na elaboração do Projeto Educativo?</p> <p>Que ações são levadas a cabo nesse sentido?</p>
		<p>Participação das entidades locais na elaboração do Projeto Educativo</p>	<p>De que forma descreve a participação e o interesse das entidades locais na elaboração do Projeto Educativo?</p>

<p><b>Bloco 4</b></p> <p>Parcerias estabelecidas e seus objetivos</p>	<p>Conhecer os objetivos das parcerias estabelecidas entre o Agrupamento de Escolas e as instituições locais.</p>	<p>Objetivos das parcerias estabelecidas</p>	<p>O estabelecimento de parcerias é ou não um dos objetivos do Agrupamento de Escolas?</p> <p>Quais as expectativas do Agrupamento de Escolas com o estabelecimento de parcerias?</p> <p>Quais os objetivos do Agrupamento de Escolas com as parcerias estabelecidas?</p> <p>Quais os objetivos das entidades em estabelecer parcerias com o Agrupamento de Escolas?</p> <p>Nas parcerias estabelecidas, de quem partiu o interesse?</p>
<p><b>Bloco 5</b></p> <p>Impactos das parcerias estabelecidas</p>	<p>Caracterizar os impactos das parcerias estabelecidas.</p>	<p>Impactos sentidos em consequência do estabelecimento de parcerias</p>	<p>Quais os impactos sentidos no Agrupamento de Escolas em consequência das parcerias estabelecidas?</p>
<p><b>Bloco 6</b></p> <p>Importância das parcerias estabelecidas</p>	<p>Conhecer a importância das parcerias estabelecidas.</p>	<p>Grau de importância dada pelo Agrupamento ao estabelecimento de parcerias com diferentes tipos de entidades parceiras</p>	<p>Qual considera ser a importância do estabelecimento de parcerias educativas?</p> <p>Que novas dinâmicas sugere no sentido de melhorar as parcerias já existentes ou de estabelecer novas parcerias?</p>

## Apêndice 2 - Matriz da entrevista ao Vereador da Educação

### Matriz da entrevista ao Vereador da Educação

Blocos	Objetivos	Temas	Tópicos de perguntas
<p><b>Bloco 1</b></p> <p>Legitimação da entrevista</p>	<p>Informar acerca das finalidades da investigação.</p> <p>Motivar o entrevistado a participar, realçando o valor da colaboração.</p> <p>Assegurar a confidencialidade e anonimato das declarações prestadas.</p> <p>Obter autorização para a gravação da entrevista.</p>		
<p><b>Bloco 2</b></p> <p>Perfil do entrevistado</p>	<p>Caracterizar o sujeito.</p>	<p>Percurso profissional e cargo/função desempenhado/a</p>	<p>Qual é a sua idade?</p> <p>Quais são as suas habilitações literárias?</p> <p>Que cargos/funções tem desempenhado?</p> <p>Há quanto tempo desempenha este cargo/esta função?</p>

<p><b>Bloco 3</b></p> <p>Participação/ envolvimento da comunidade escolar nas atividades do Agrupamento de Escolas</p>	<p>Caracterizar a participação/envolvimento da comunidade escolar nas atividades do Agrupamento de Escolas.</p>	<p>Grau de participação da comunidade escolar</p>	<p>Como caracteriza a participação do Município na “vida” do Agrupamento de Escolas?</p> <p>Que razões determinam essa participação?</p> <p>Em que áreas se concretiza essa participação?</p> <p>Como avalia essa intervenção?</p>
		<p>Preocupação do Agrupamento de Escolas no envolvimento das entidades locais</p>	<p>Que expectativas considera que o Agrupamento de Escolas tem no estabelecimento de parcerias com o Município?</p> <p>Que ações são levadas a cabo no sentido de promover esse envolvimento?</p> <p>Como caracteriza a preocupação do Agrupamento de Escolas no que respeita ao envolvimento das entidades locais, nomeadamente do Município, na elaboração do Projeto Educativo?</p>

<p><b>Bloco 4</b></p> <p>Parcerias estabelecidas e seus objetivos</p>	<p>Conhecer os objetivos das parcerias estabelecidas entre o Agrupamento de Escolas e as instituições locais.</p>	<p>Objetivos das parcerias estabelecidas</p>	<p>Quais os objetivos do Município em estabelecer parceria com o Agrupamento de Escolas?</p> <p>Quais considera serem os objetivos do Agrupamento de Escolas em estabelecer parceria com o Município?</p> <p>Nas parcerias estabelecidas entre o Município e o Agrupamento de Escolas, de quem partiu o interesse?</p>
<p><b>Bloco 5</b></p> <p>Impacto das parcerias estabelecidas</p>	<p>Conhecer os impactos das parcerias estabelecidas.</p>	<p>Impactos sentidos em consequência do estabelecimento de parcerias</p>	<p>Que percepção tem dos impactos das parcerias estabelecidas entre o Agrupamento de Escolas e o Município, nomeadamente nos seguintes projetos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- na Oficina da Criança;</li> <li>- no Centro Juvenil (Festa Mundial da Animação, entre outros);</li> <li>- Escolas e Escolinhas;</li> <li>- À Descoberta das 4 Cidades.</li> </ul>
<p><b>Bloco 6</b></p> <p>Importância das parcerias estabelecidas</p>	<p>Caracterizar a importância das parcerias estabelecidas.</p>	<p>Grau de importância dada ao estabelecimento de parcerias</p>	<p>Qual considera ser a importância do estabelecimento de parcerias educativas?</p> <p>Que novas dinâmicas sugere no sentido de melhorar as parcerias já existentes ou de estabelecer novas parcerias?</p>



## Apêndice 3 - Matriz da entrevista ao representante da Junta de Freguesia

### Matriz da entrevista ao representante da Junta de Freguesia

Blocos	Objetivos	Temas	Tópicos de perguntas
<p><b>Bloco 1</b></p> <p>Legitimação da entrevista</p>	<p>Informar acerca das finalidades da investigação.</p> <p>Motivar o entrevistado a participar, realçando o valor da colaboração.</p> <p>Assegurar a confidencialidade e anonimato das declarações prestadas.</p> <p>Obter autorização para a gravação da entrevista.</p>		
<p><b>Bloco 2</b></p> <p>Perfil do entrevistado</p>	<p>Caracterizar o sujeito.</p>	<p>Percurso profissional e cargo/função desempenhado/a</p>	<p>Qual é a sua idade?</p> <p>Como tem sido o seu percurso profissional?</p> <p>Há quanto tempo desempenha este cargo/esta função?</p>

<p><b>Bloco 3</b></p> <p>Participação/ envolvimento da comunidade escolar nas atividades do Agrupamento de Escolas.</p>	<p>Caracterizar a participação/envolvimento da comunidade escolar nas atividades do Agrupamento de Escolas.</p>	<p>Grau de participação da comunidade escolar</p>	<p>Como caracteriza a participação da Junta de Freguesia na “vida” do Agrupamento de Escolas?</p> <p>Que razões determinam essa participação?</p> <p>Em que áreas se concretiza essa participação?</p> <p>Como avalia essa intervenção?</p>
		<p>Preocupação do Agrupamento de Escolas no envolvimento das entidades locais</p>	<p>Que expectativas considera que o Agrupamento de Escolas tem no estabelecimento de parcerias com a Junta de Freguesia?</p> <p>Que ações são levadas a cabo no sentido desse envolvimento?</p> <p>Como caracteriza a preocupação do Agrupamento de Escolas no que respeita ao envolvimento das entidades locais, nomeadamente da Junta de Freguesia, na elaboração do Projeto Educativo?</p>
<p><b>Bloco 4</b></p> <p>Parcerias estabelecidas e seus objetivos</p>	<p>Conhecer os objetivos das parcerias estabelecidas entre o Agrupamento de Escolas e as instituições locais.</p>	<p>Objetivos das parcerias estabelecidas</p>	<p>Quais os objetivos da Junta de Freguesia em estabelecer parcerias com o Agrupamento de Escolas?</p> <p>Quais os objetivos do Agrupamento de Escolas em estabelecer parcerias com a Junta de Freguesia?</p> <p>Nas parcerias estabelecidas entre a Junta de Freguesia e o Agrupamento de Escolas, de quem partiu o interesse?</p>

<p><b>Bloco 5</b></p> <p>Impacto das parcerias estabelecidas</p>	<p>Conhecer os impactos das parcerias estabelecidas.</p>	<p>Impactos sentidos em consequência do estabelecimento de parcerias</p>	<p>Que percepção tem dos impactos das parcerias estabelecidas entre o Agrupamento de Escolas e a Junta de Freguesia, nomeadamente no que se refere aos seguintes projetos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Desporto Escolar;</li> <li>- Apoio técnico (terapia da fala, ...);</li> <li>- Semana Cultural;</li> <li>- Dia da Criança;</li> <li>- Dia da Alimentação;</li> <li>- Comemorações do 25 de abril.</li> </ul>
<p><b>Bloco 6</b></p> <p>Importância das parcerias estabelecidas</p>	<p>Caracterizar a importância das parcerias estabelecidas.</p>	<p>Grau de importância dada ao estabelecimento de parcerias</p>	<p>Qual considera ser a importância do estabelecimento de parcerias educativas?</p> <p>Que novas dinâmicas sugere no sentido de melhorar as parcerias já existentes ou de estabelecer novas parcerias?</p>

## Apêndice 4 - Matriz da entrevista ao representante dos alunos

### Matriz da entrevista ao representante dos alunos<sup>1</sup>

Blocos	Objetivos	Temas	Tópicos de perguntas
<p><b>Bloco 1</b></p> <p>Legitimação da entrevista</p>	<p>Informar acerca das finalidades da investigação.</p> <p>Motivar o entrevistado a participar, realçando o valor da colaboração.</p> <p>Assegurar a confidencialidade e anonimato das declarações prestadas.</p> <p>Obter autorização para a gravação da entrevista.</p>		
<p><b>Bloco 2</b></p> <p>Perfil do entrevistado</p>	<p>Caracterizar o sujeito.</p>	<p>Percurso académico</p>	<p>Qual é a sua idade?</p> <p>Em que ano de escolaridade se encontra?</p> <p>Como tem sido o seu percurso académico?</p> <p>Há quanto tempo frequenta este Agrupamento de Escolas?</p> <p>Há quanto tempo representa os alunos no Conselho</p>

<sup>1</sup> De momento, não há Associação de Estudantes, porque não houve candidatos, mas há 2 alunos que representam os alunos no Conselho Geral.

			<p>Geral?</p> <p>Integrou alguma Associação de Estudantes anteriormente?</p>
<p><b>Bloco 3</b></p> <p>Participação/ envolvimento da comunidade escolar nas atividades do Agrupamento de Escolas.</p>	<p>Caracterizar a participação/envolvimento da comunidade escolar nas atividades do Agrupamento de Escolas.</p>	<p>Grau de participação da comunidade escolar</p>	<p>Como caracteriza a participação dos alunos na “vida” do Agrupamento de Escolas?</p> <p>Que razões determinam essa participação?</p> <p>Em que áreas se concretiza essa participação?</p> <p>Como avalia essa intervenção?</p>
		<p>Preocupação do Agrupamento de Escolas no envolvimento das entidades locais</p>	<p>Que expectativas considera que o Agrupamento de Escolas tem no estabelecimento de parcerias com diferentes instituições?</p> <p>Que ações são levadas a cabo no sentido de promover esse envolvimento?</p>
		<p>Preocupação do Agrupamento no envolvimento dos alunos na elaboração do Projeto Educativo</p>	<p>Como caracteriza a preocupação do Agrupamento de Escolas no que respeita ao envolvimento dos alunos na elaboração do Projeto Educativo?</p>

<p><b>Bloco 5</b></p> <p>Impacto das parcerias estabelecidas</p>	<p>Conhecer os impactos das parcerias estabelecidas.</p>	<p>Impactos sentidos em consequência do estabelecimento de parcerias</p>	<p>Que percepção tem dos impactos das parcerias estabelecidas entre o Agrupamento de Escolas e as diferentes entidades?</p>
<p><b>Bloco 6</b></p> <p>Importância das parcerias estabelecidas</p>	<p>Caracterizar a importância das parcerias estabelecidas.</p>	<p>Grau de importância dada ao estabelecimento de parcerias</p>	<p>Qual considera ser a importância do estabelecimento de parcerias educativas para o percurso académico dos alunos?</p> <p>Que novas dinâmicas sugere no sentido de melhorar as parcerias já existentes ou de estabelecer novas parcerias?</p>



Apêndice 5 - Matriz da entrevista ao representante da Porta Mágica (Casa de Acolhimento Residencial Especializada)

**Matriz da entrevista ao representante da Porta Mágica (Casa de Acolhimento Residencial Especializada)**

Blocos	Objetivos	Temas	Tópicos de perguntas
<p><b>Bloco 1</b></p> <p>Legitimação da entrevista</p>	<p>Informar acerca das finalidades da investigação.</p> <p>Motivar o entrevistado a participar, realçando o valor da colaboração.</p> <p>Assegurar a confidencialidade e anonimato das declarações prestadas.</p> <p>Obter autorização para a gravação da entrevista.</p>		
<p><b>Bloco 2</b></p> <p>Perfil do entrevistado</p>	<p>Caracterizar o sujeito.</p>	<p>Percurso profissional e cargo/função desempenhado/a</p>	<p>Qual é a sua idade?</p> <p>Quais são as suas habilitações literárias?</p> <p>Que cargos/funções tem desempenhado?</p> <p>Há quanto tempo desempenha este cargo/esta função?</p>

<p><b>Bloco 3</b></p> <p>Participação/ envolvimento da comunidade escolar nas atividades do Agrupamento de Escolas.</p>	<p>Caracterizar a participação/envolvimento da comunidade escolar nas atividades do Agrupamento de Escolas.</p>	<p>Grau de participação da comunidade escolar</p>	<p>Como caracteriza a participação da instituição que representa na “vida” do Agrupamento de Escolas?</p> <p>Que razões determinam essa participação?</p> <p>Em que áreas se concretiza essa participação?</p> <p>Como avalia essa intervenção?</p>
		<p>Preocupação do Agrupamento de Escolas no envolvimento das entidades locais</p>	<p>Que expectativas considera que o Agrupamento de Escolas tem no estabelecimento de parcerias com a instituição que representa?</p> <p>Que ações são levadas a cabo no sentido de promover esse envolvimento?</p> <p>Como caracteriza a preocupação do Agrupamento de Escolas no que respeita ao envolvimento das entidades locais, nomeadamente da sua instituição, na elaboração do Projeto Educativo?</p>
<p><b>Bloco 4</b></p> <p>Parcerias estabelecidas e seus objetivos</p>	<p>Conhecer os objetivos das parcerias estabelecidas entre o Agrupamento de Escolas e as instituições locais.</p>	<p>Objetivos das parcerias estabelecidas</p>	<p>Quais os objetivos da sua instituição em estabelecer parcerias com o Agrupamento de Escolas?</p> <p>Quais considera serem os objetivos do</p>

			<p>Agrupamento de Escolas em estabelecer parcerias com a sua instituição?</p> <p>Nas parcerias estabelecidas entre a sua instituição e o Agrupamento de Escolas, de quem partiu o interesse?</p>
<p><b>Bloco 5</b> Impacto das parcerias estabelecidas</p>	<p>Conhecer os impactos das parcerias estabelecidas.</p>	<p>Impactos sentidos em consequência do estabelecimento de parcerias</p>	<p>Que perceção tem dos impactos das parcerias estabelecidas entre o Agrupamento de Escolas e a sua instituição?</p>
<p><b>Bloco 6</b> Importância das parcerias estabelecidas</p>	<p>Caracterizar a importância das parcerias estabelecidas.</p>	<p>Grau de importância dada ao estabelecimento de parcerias</p>	<p>Qual considera ser a importância do estabelecimento de parcerias educativas?</p> <p>Que novas dinâmicas sugere no sentido de melhorar as parcerias já existentes ou de estabelecer novas parcerias?</p>

Apêndice 6 - Matriz da entrevista ao representante da Cercimor – Cooperativa de  
Educação e Reabilitação

**Matriz da entrevista ao representante da Cercimor – Cooperativa de Educação e Reabilitação**

Blocos	Objetivos	Temas	Tópicos de perguntas
<p><b>Bloco 1</b></p> <p>Legitimação da entrevista</p>	<p>Informar acerca das finalidades da investigação.</p> <p>Motivar o entrevistado a participar, realçando o valor da colaboração.</p> <p>Assegurar a confidencialidade e anonimato das declarações prestadas.</p> <p>Obter autorização para a gravação da entrevista.</p>		
<p><b>Bloco 2</b></p> <p>Perfil do entrevistado</p>	<p>Caracterizar o sujeito.</p>	<p>Percurso profissional e Cargo/função desempenhado/a</p>	<p>Qual é a sua idade?</p> <p>Como tem sido o seu percurso profissional?</p> <p>Há quanto tempo desempenha este cargo/esta função?</p>

<p><b>Bloco 3</b></p> <p>Participação/ envolvimento da comunidade escolar nas atividades do Agrupamento de Escolas.</p>	<p>Caracterizar a participação/envolvimento da comunidade escolar nas atividades do Agrupamento de Escolas.</p>	<p>Grau de participação da comunidade escolar</p>	<p>Como caracteriza a participação da Cerci na “vida” do Agrupamento de Escolas?</p> <p>Que razões determinam essa participação?</p> <p>Em que áreas se concretiza essa participação?</p> <p>Como avalia essa intervenção?</p>
		<p>Preocupação do Agrupamento de Escolas no envolvimento das entidades locais</p>	<p>Que expectativas considera que o Agrupamento de Escolas tem no estabelecimento de parcerias com a Cerci?</p> <p>Que ações são levadas a cabo no sentido de promover esse envolvimento?</p> <p>Como caracteriza a preocupação do Agrupamento de Escolas no que respeita ao envolvimento das entidades locais, nomeadamente da Cerci, na elaboração do Projeto Educativo?</p>
<p><b>Bloco 4</b></p> <p>Parcerias estabelecidas e seus objetivos</p>	<p>Conhecer os objetivos das parcerias estabelecidas entre o Agrupamento de Escolas e as instituições locais.</p>	<p>Objetivos das parcerias estabelecidas</p>	<p>Quais os objetivos da Cerci em estabelecer parcerias com o Agrupamento de Escolas?</p> <p>Quais os objetivos do Agrupamento de Escolas em</p>

			estabelecer parcerias com a Cerci?  Nas parcerias estabelecidas entre a Cerci e o Agrupamento de Escolas, de quem partiu o interesse?
<b>Bloco 5</b>  Impacto das parcerias estabelecidas	Conhecer os impactos das parcerias estabelecidas.	Impactos sentidos em consequência do estabelecimento de parcerias	Que percepção tem dos impactos das parcerias estabelecidas entre o Agrupamento de Escolas e a Cerci, nos projetos que envolvem:  - a Intervenção Precoce (IP);  - o Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental (CAFAP);  - o Centro de Apoio Ocupacional (CAO);  - integração de alunos com Plano individual de Transição (PIT).
<b>Bloco 6</b>  Importância das parcerias estabelecidas	Caracterizar a importância das parcerias estabelecidas.	Grau de importância dada ao estabelecimento de parcerias	Qual considera ser a importância do estabelecimento de parcerias educativas?  Que novas dinâmicas sugere no sentido de melhorar as parcerias já existentes ou de estabelecer novas parcerias?



## Apêndice 7 - Matriz da entrevista ao representante do Centro de Saúde

### Matriz da entrevista ao representante do Centro de Saúde

Blocos	Objetivos	Temas	Tópicos de perguntas
<p><b>Bloco 1</b></p> <p>Legitimação da entrevista</p>	<p>Informar acerca das finalidades da investigação.</p> <p>Motivar o entrevistado a participar, realçando o valor da colaboração.</p> <p>Assegurar a confidencialidade e anonimato das declarações prestadas.</p> <p>Obter autorização para a gravação da entrevista.</p>		
<p><b>Bloco 2</b></p> <p>Perfil do entrevistado</p>	<p>Caracterizar o sujeito.</p>	<p>Percurso profissional e cargo / função desempenhado/a</p>	<p>Qual é a sua idade?</p> <p>Quais são as suas habilitações literárias?</p> <p>Que cargos/funções tem desempenhado?</p> <p>Há quanto tempo desempenha este cargo/esta função?</p>

<p><b>Bloco 3</b></p> <p>Participação/ envolvimento da comunidade escolar nas atividades do Agrupamento de Escolas.</p>	<p>Caracterizar a participação/envolvimento da comunidade escolar nas atividades do Agrupamento de Escolas.</p>	<p>Grau de participação da comunidade escolar</p>	<p>Como caracteriza a participação do Centro de Saúde na “vida” do Agrupamento de Escolas?</p> <p>Que razões determinam essa participação?</p> <p>Em que áreas se concretiza essa participação?</p> <p>Como avalia essa intervenção?</p>
		<p>Preocupação do Agrupamento de Escolas no envolvimento das entidades locais</p>	<p>Que expectativas considera que o Agrupamento de Escolas tem no estabelecimento de parcerias com o Centro de Saúde?</p> <p>Que ações são levadas a cabo no sentido de promover esse envolvimento?</p> <p>Como caracteriza a preocupação do Agrupamento de Escolas no que respeita ao envolvimento das entidades locais, nomeadamente do Centro de Saúde, na elaboração do Projeto Educativo?</p>
<p><b>Bloco 4</b></p> <p>Parcerias estabelecidas e seus objetivos</p>	<p>Conhecer os objetivos das parcerias estabelecidas entre o Agrupamento de Escolas e as instituições locais.</p>	<p>Objetivos das parcerias estabelecidas</p>	<p>Quais os objetivos Centro de Saúde em estabelecer parcerias com o Agrupamento de Escolas?</p> <p>Quais considera serem os objetivos do Agrupamento de Escolas em estabelecer parcerias</p>

			<p>com o Centro de Saúde?</p> <p>Nas parcerias estabelecidas entre o Centro de Saúde e o Agrupamento de Escolas, de quem partiu o interesse?</p>
<p><b>Bloco 5</b></p> <p>Impacto das parcerias estabelecidas</p>	<p>Conhecer os impactos das parcerias estabelecidas.</p>	<p>Impactos sentidos em consequência do estabelecimento de parcerias</p>	<p>Que perceção tem dos impactos das parcerias estabelecidas entre o Agrupamento de Escolas e o Centro de Saúde?</p>
<p><b>Bloco 6</b></p> <p>Importância das parcerias estabelecidas</p>	<p>Caracterizar a importância das parcerias estabelecidas.</p>	<p>Grau de importância dada ao estabelecimento de parcerias</p>	<p>Qual considera ser a importância do estabelecimento de parcerias educativas?</p> <p>Que novas dinâmicas sugere no sentido de melhorar as parcerias já existentes ou de estabelecer novas parcerias?</p>

Apêndice 8 - Matriz da entrevista ao representante do *Atelier* de Costura Chá de  
Aguilhas

**Matriz da entrevista ao representante do Atelier de Costura Chá de Agulhas**

Blocos	Objetivos	Temas	Tópicos de perguntas
<p><b>Bloco 1</b></p> <p>Legitimação da entrevista</p>	<p>Informar acerca das finalidades da investigação.</p> <p>Motivar o entrevistado a participar, realçando o valor da colaboração.</p> <p>Assegurar a confidencialidade e anonimato das declarações prestadas.</p> <p>Obter autorização para a gravação da entrevista.</p>		
<p><b>Bloco 2</b></p> <p>Perfil do entrevistado</p>	<p>Caracterizar o sujeito.</p>	<p>Percurso profissional e cargo/função desempenhado/a</p>	<p>Qual é a sua idade?</p> <p>Como tem sido o seu percurso profissional?</p> <p>Há quanto tempo desempenha este cargo/esta função?</p>

<p><b>Bloco 3</b></p> <p>Participação/ envolvimento da comunidade escolar nas atividades do Agrupamento de Escolas.</p>	<p>Caracterizar a participação/envolvimento da comunidade escolar nas atividades do Agrupamento de Escolas.</p>	<p>Grau de participação da comunidade escolar</p>	<p>Como caracteriza a participação do seu atelier de costura na “vida” do Agrupamento de Escolas?</p> <p>Que razões determinam essa participação?</p> <p>Em que áreas se concretiza essa participação?</p> <p>Como avalia essa intervenção?</p>
		<p>Preocupação do Agrupamento de Escolas no envolvimento das entidades locais</p>	<p>Que expectativas considera que o Agrupamento de Escolas tem no estabelecimento de parcerias com o atelier de costura?</p> <p>Que ações são levadas a cabo no sentido de promover esse envolvimento?</p> <p>Como caracteriza a preocupação do Agrupamento de Escolas no que respeita ao envolvimento das entidades locais, nomeadamente do atelier de costura, na elaboração do Projeto Educativo?</p>
<p><b>Bloco 4</b></p> <p>Parcerias estabelecidas e seus objetivos</p>	<p>Conhecer os objetivos das parcerias estabelecidas entre o Agrupamento de Escolas e as instituições locais.</p>	<p>Objetivos das parcerias estabelecidas</p>	<p>Quais os objetivos do atelier de costura em estabelecer parcerias com o Agrupamento de Escolas?</p> <p>Quais os objetivos do Agrupamento de Escolas em</p>

			estabelecer parcerias com o atelier de costura?  Nas parcerias estabelecidas entre o atelier e o Agrupamento de Escolas, de quem partiu o interesse?
<b>Bloco 5</b>  Impacto das parcerias estabelecidas	Conhecer os impactos das parcerias estabelecidas.	Impactos sentidos em consequência do estabelecimento de parcerias	Que percepção tem dos impactos das parcerias estabelecidas entre o Agrupamento de Escolas e o atelier de costura, nomeadamente na:  - integração de alunos com Plano individual de Transição (PIT).
<b>Bloco 6</b> Importância das parcerias estabelecidas	Caracterizar a importância das parcerias estabelecidas.	Grau de importância dada ao estabelecimento de parcerias	Qual considera ser a importância do estabelecimento de parcerias educativas?  Que novas dinâmicas sugere no sentido de melhorar as parcerias já existentes ou de estabelecer novas parcerias?



Apêndice 9 - Matriz da entrevista ao representante da Associação Cultural  
Espaço do Tempo

**Matriz da entrevista ao representante da Associação Cultural - Espaço do Tempo**

Blocos	Objetivos	Temas	Tópicos de perguntas
<p><b>Bloco 1</b></p> <p>Legitimação da entrevista</p>	<p>Informar acerca das finalidades da investigação.</p> <p>Motivar o entrevistado a participar, realçando o valor da colaboração.</p> <p>Assegurar a confidencialidade e anonimato das declarações prestadas.</p> <p>Obter autorização para a gravação da entrevista</p>		
<p><b>Bloco 2</b></p> <p>Perfil do entrevistado</p>	<p>Caracterizar o sujeito.</p>	<p>Percurso profissional e cargo/função desempenhado/a</p>	<p>Qual é a sua idade?</p> <p>Quais são as suas habilitações literárias?</p> <p>Que cargos/funções tem desempenhado?</p> <p>Há quanto tempo desempenha este cargo/esta função?</p>

<p><b>Bloco 3</b></p> <p>Participação/ envolvimento da comunidade escolar nas atividades do Agrupamento de Escolas.</p>	<p>Caracterizar a participação/envolvimento da comunidade escolar nas atividades do Agrupamento de Escolas.</p>	<p>Grau de participação da comunidade escolar</p>	<p>Como caracteriza a participação da sua instituição na “vida” do Agrupamento de Escolas?</p> <p>Que razões determinam essa participação?</p> <p>Em que áreas se concretiza essa participação?</p> <p>Como avalia essa intervenção?</p>
		<p>Preocupação do Agrupamento de Escolas no envolvimento das entidades locais</p>	<p>Que expectativas considera que o Agrupamento de Escolas tem no estabelecimento de parcerias com a instituição que representa?</p> <p>Que ações são levadas a cabo no sentido de promover esse envolvimento?</p> <p>Como caracteriza a preocupação do Agrupamento de Escolas no que respeita ao envolvimento das entidades locais, nomeadamente da sua instituição, na elaboração do Projeto Educativo?</p>
<p><b>Bloco 4</b></p> <p>Parcerias estabelecidas e seus objetivos</p>	<p>Conhecer os objetivos das parcerias estabelecidas entre o Agrupamento de Escolas e as instituições locais.</p>	<p>Objetivos das parcerias estabelecidas</p>	<p>Quais os objetivos da sua instituição em estabelecer parcerias com o Agrupamento de Escolas?</p> <p>Quais considera serem os objetivos do</p>

			<p>Agrupamento de Escolas em estabelecer parcerias com a sua instituição?</p> <p>Nas parcerias estabelecidas entre a sua instituição e o Agrupamento de Escolas, de quem partiu o interesse?</p>
<p><b>Bloco 5</b></p> <p>Impacto das parcerias estabelecidas</p>	<p>Conhecer os impactos das parcerias estabelecidas.</p>	<p>Impactos sentidos em consequência do estabelecimento de parcerias</p>	<p>Que perceção tem dos impactos das parcerias estabelecidas entre o Agrupamento de Escolas e a sua associação, nomeadamente no que se refere aos projetos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- “Os artistas vão ler à escola”;</li> <li>- “Os cientistas vão à escola”;</li> <li>- “Semana da Leitura”;</li> <li>- Colaboração com as turmas de Artes Visuais da Escola Secundária de Montemor-o-Novo.</li> </ul>
<p><b>Bloco 6</b></p> <p>Importância das parcerias estabelecidas</p>	<p>Caracterizar a importância das parcerias estabelecidas.</p>	<p>Grau de importância dada ao estabelecimento de parcerias</p>	<p>Qual considera ser a importância do estabelecimento de parcerias educativas?</p> <p>Que novas dinâmicas sugere no sentido de melhorar as parcerias já existentes ou de estabelecer novas parcerias?</p>

Apêndice 10 - Matriz da entrevista ao representante da Associação de Pais e Encarregados de Educação “Escola em Movimento”

**Matriz da entrevista ao representante da Associação de Pais e Encarregados de Educação “Escola em Movimento”**

Blocos	Objetivos	Temas	Tópicos de perguntas
<p><b>Bloco 1</b></p> <p>Legitimação da entrevista</p>	<p>Informar acerca das finalidades da investigação.</p> <p>Motivar o entrevistado a participar, realçando o valor da colaboração.</p> <p>Assegurar a confidencialidade e anonimato das declarações prestadas.</p> <p>Obter autorização para a gravação da entrevista.</p>		
<p><b>Bloco 2</b></p> <p>Perfil do entrevistado</p>	<p>Caracterizar o sujeito.</p>	<p>Percurso profissional e cargo/função desempenhado/a</p>	<p>Qual é a sua idade?</p> <p>Como tem sido o seu percurso profissional?</p> <p>Há quanto tempo integra a Associação de Pais e Encarregados de Educação?</p> <p>Quais as razões que determinam a sua participação na Associação de Pais e Encarregados de Educação?</p>

<p><b>Bloco 3</b></p> <p>Participação/ envolvimento da comunidade escolar nas atividades do Agrupamento de Escolas.</p>	<p>Caracterizar a participação/envolvimento da comunidade escolar nas atividades do Agrupamento de Escolas.</p>	<p>Grau de participação da comunidade escolar</p>	<p>Como caracteriza a participação da sua instituição na “vida” do Agrupamento de Escolas?  Que razões determinam essa participação?  Em que áreas se concretiza essa participação?  Como avalia essa intervenção?</p>
		<p>Preocupação do Agrupamento de Escolas no envolvimento das entidades locais</p>	<p>Que expectativas considera que o Agrupamento de Escolas tem no estabelecimento de parcerias com as Associações de Pais e Encarregados de Educação?   Que ações são levadas a cabo no sentido de promover esse envolvimento?   Como caracteriza a preocupação do Agrupamento de Escolas no que respeita ao envolvimento das entidades locais, nomeadamente das Associações de Pais e Encarregados de Educação na elaboração do Projeto Educativo?</p>
<p><b>Bloco 4</b></p> <p>Parcerias estabelecidas e seus objetivos</p>	<p>Conhecer os objetivos das parcerias estabelecidas entre o Agrupamento de Escolas e as instituições locais.</p>	<p>Objetivos das parcerias estabelecidas</p>	<p>Quais os objetivos das Associações de Pais e Encarregados de Educação em estabelecer parcerias com o Agrupamento de Escolas?   Quais os objetivos do Agrupamento de Escolas em estabelecer parcerias com as Associações de Pais e Encarregados de Educação?</p>

			Nas parcerias estabelecidas entre as Associações de Pais e o Agrupamento de Escolas, de quem partiu o interesse?
<b>Bloco 5</b> Impacto das parcerias estabelecidas	Conhecer os impactos das parcerias estabelecidas.	Impactos sentidos em consequência do estabelecimento de parcerias	Que perceção tem dos impactos das parcerias estabelecidas entre o Agrupamento de Escolas e as Associações de Pais e Encarregados de Educação?
<b>Bloco 6</b> Importância das parcerias estabelecidas	Caracterizar a importância das parcerias estabelecidas.	Grau de importância dada ao estabelecimento de parcerias	Qual considera ser a importância do estabelecimento de parcerias educativas?  Que novas dinâmicas sugere no sentido de melhorar as parcerias já existentes ou de estabelecer novas parcerias?



Apêndice 11 - Guião das entrevistas à  
Diretora, Presidente do Conselho Geral do  
Agrupamento de Escolas, Coordenadores de  
Estabelecimento e Assessora da Direção

## **Guião da entrevista à Diretora, Presidente do Conselho Geral, Coordenadores de Estabelecimento e Assessora da Direção**

### **I – Legitimação da entrevista**

A entrevista inicia-se com a apresentação dos objetivos do estudo, realçando-se o valor da colaboração do entrevistado, assegurando-se a confidencialidade e o anonimato face às declarações prestadas e solicitando autorização para gravar a entrevista.

#### **Objetivo geral:**

- Conhecer as dinâmicas educativas estabelecidas entre um Agrupamento de Escolas e o território em que está inserido, através de um estudo de caso.

#### **Objetivos específicos:**

- Caracterizar as parcerias existentes entre o Agrupamento e as instituições localizadas no território em que se encontra inserido;

- Analisar a dinâmica educacional decorrente das parcerias estabelecidas entre o Agrupamento de Escolas e o território da sua localização;

- Descrever projetos educativos resultantes das parcerias atrás referidas;

- Avaliar o impacto das parcerias anteriormente referidas na dinâmica educativa do Agrupamento.

### **II - Percurso académico e profissional**

1. Qual é a sua idade?
2. Como tem sido o seu percurso académico/profissional?
3. Quanto tempo de serviço tem, no geral?
4. Quanto tempo de serviço tem neste Agrupamento de Escolas?
5. Que cargos tem desempenhado?
6. Há quanto tempo desempenha este cargo?
7. Adquiriu alguma formação específica para o exercício do cargo?

### **III – Participação/envolvimento da comunidade escolar nas atividades do Agrupamento de Escolas**

8. Como caracteriza a participação da comunidade escolar na “vida” do Agrupamento de Escolas?

- 8.1. Em que áreas se concretiza essa participação?
- 8.2. Como avalia essa participação?
- 8.3. De que forma se tenta fomentar essa participação?
  
9. Que razões levam o Agrupamento de Escolas a procurar envolver as entidades locais nas atividades educativas?
  - 9.1. Que ações são levadas a cabo no sentido de concretizar esse envolvimento?
  
10. Como caracteriza a preocupação do Agrupamento no que respeita ao envolvimento das entidades locais na elaboração do PE?
  - 10.1. Que ações são levadas a cabo nesse sentido?
  
11. De que forma descreve a participação e o interesse das entidades locais na elaboração do PE?

#### **IV – Parcerias estabelecidas e seus objetivos**

12. O estabelecimento de parcerias é ou não um dos objetivos do Agrupamento de Escolas?
13. Quais os objetivos do Agrupamento de Escolas com as parcerias estabelecidas?
14. Quais os objetivos das entidades em estabelecer parcerias com o Agrupamento de Escolas?
15. Nas parcerias estabelecidas, de quem partiu o interesse?

#### **V – Efeitos das parcerias estabelecidas**

16. Quais os impactos sentidos no Agrupamento de Escolas em consequência das parcerias estabelecidas?
  - 16.1. Que benefícios considera que decorrem do estabelecimento das parcerias?
  - 16.2. Que obstáculos se colocam ao desenvolvimento das parcerias?

#### **VI – Qualidade das parcerias estabelecidas**

17. Qual considera ser a importância do estabelecimento de parcerias educativas?
18. Que novas dinâmicas sugere no sentido de melhorar as parcerias já existentes ou de estabelecer novas parcerias?

Apêndice 12 – Guião da entrevista ao Vereador da  
Educação

## **Guião da entrevista ao Vereador da Educação**

### **I – Legitimação da entrevista**

A entrevista inicia-se com a apresentação dos objetivos do estudo, realçando-se o valor da colaboração do entrevistado e assegurada a confidencialidade e o anonimato face às declarações prestadas.

#### **Objetivo geral:**

- Conhecer as dinâmicas educativas estabelecidas entre um Agrupamento de Escolas e o território em que está inserido, através de um estudo de caso.

#### **Objetivos específicos:**

- Caracterizar as parcerias existentes entre o Agrupamento e as instituições localizadas no território em que se encontra inserido;
- Analisar a dinâmica educacional decorrente das parcerias estabelecidas entre o Agrupamento de Escolas e o território da sua localização;
- Descrever projetos educativos resultantes das parcerias atrás referidas;
- Avaliar os impactos das parcerias anteriormente referidas na dinâmica educativa do Agrupamento.

### **II - Percurso profissional e cargo/função desempenhado/a**

- 1 - Qual é a sua idade?
- 2 - Como tem sido o seu percurso profissional?
- 3 - Há quanto tempo desempenha este cargo/esta função?

### **III – Participação/envolvimento da comunidade escolar nas atividades do Agrupamento de Escolas**

- 4 - Como caracteriza a participação da sua instituição na “vida” do Agrupamento de Escolas?
  - 4.1 - Porque participa?
  - 4.2 - Como participa?
  - 4.3 - Como avalia essa intervenção?

5 - Que expectativas considera que o Agrupamento de Escolas tem no estabelecimento de parcerias com a instituição que representa?

6 - Que ações são levadas a cabo no sentido desse envolvimento?

7 - Como caracteriza a preocupação do Agrupamento de Escolas no que respeita ao envolvimento das entidades locais, nomeadamente da sua instituição, na elaboração do PE?

#### **IV – Parcerias estabelecidas e seus objetivos**

8 - Quais os objetivos da sua instituição em estabelecer parceria com o Agrupamento de Escolas?

9 - Quais os objetivos do Agrupamento de Escolas em estabelecer parceria com a sua instituição?

10 - Nas parcerias estabelecidas entre a sua instituição e o Agrupamento de Escolas de quem partiu o interesse?

#### **V – Impactos das parcerias estabelecidas**

11 - Que perceção tem dos impactos das parcerias estabelecidas entre o Agrupamento de Escolas e o Município, nomeadamente nos projetos desenvolvidos:

- na Oficina da Criança;
- no Centro Juvenil (Festa Mundial da Animação, entre outros);
- Escolas e Escolinhas;
- À Descoberta das 4 Cidades.

#### **VI – Qualidade das parcerias estabelecidas**

12 - Qual considera ser a importância do estabelecimento de parcerias educativas entre instituições como a sua e o Agrupamento de Escolas?

13 - Que novas dinâmicas sugere no sentido de melhorar as parcerias já existentes ou de estabelecer novas parcerias com o Agrupamento de Escolas?

Apêndice 13 – Guião da entrevista ao representante da  
Junta de Freguesia

## **Guião da entrevista ao representante da Junta de Freguesia**

### **I – Legitimação da entrevista**

A entrevista inicia-se com a apresentação dos objetivos do estudo, realçando-se o valor da colaboração do entrevistado e assegurada a confidencialidade e o anonimato face às declarações prestadas.

#### **Objetivo geral:**

- Conhecer as dinâmicas educativas estabelecidas entre um Agrupamento de Escolas e o território em que está inserido, através de um estudo de caso.

#### **Objetivos específicos:**

- Caracterizar as parcerias existentes entre o Agrupamento e as instituições localizadas no território em que se encontra inserido;
- Analisar a dinâmica educacional decorrente das parcerias estabelecidas entre o Agrupamento de Escolas e o território da sua localização;
- Descrever projetos educativos resultantes das parcerias atrás referidas;
- Avaliar os impactos das parcerias anteriormente referidas na dinâmica educativa do Agrupamento.

### **II - Percorso profissional e cargo / função desempenhado/a**

- 1 - Qual é a sua idade?
- 2 - Como tem sido o seu percurso profissional?
- 3 - Há quanto tempo desempenha este cargo/esta função?

### **III – Participação/envolvimento da comunidade escolar nas atividades do Agrupamento de Escolas**

- 4 - Como caracteriza a participação da sua instituição na “vida” do Agrupamento de Escolas?
  - 4.1 - Porque participa?
  - 4.2 - Como participa?
  - 4.3 - Como avalia essa intervenção?



5 - Que expectativas considera que o Agrupamento de Escolas tem no estabelecimento de parcerias com a instituição que representa?

6 - Que ações são levadas a cabo no sentido desse envolvimento?

7 - Como caracteriza a preocupação do Agrupamento de Escolas no que respeita ao envolvimento das entidades locais, nomeadamente da sua instituição, na elaboração do PE?

#### **IV – Parcerias estabelecidas e seus objetivos**

8 - Quais os objetivos da sua instituição em estabelecer parceria com o Agrupamento de Escolas?

9 - Quais os objetivos do Agrupamento de Escolas em estabelecer parceria com a sua instituição?

10 - Nas parcerias estabelecidas entre a sua instituição e o Agrupamento de Escolas, de quem partiu o interesse?

#### **V – Impactos das parcerias estabelecidas**

11 - Que perceção tem dos impactos das parcerias estabelecidas entre o Agrupamento de Escolas e as Juntas de Freguesia, nomeadamente no que se refere aos seguintes projetos:

- Desporto Escolar;
- Apoio técnico (terapia da fala, ...);
- Semana Cultural;
- Dia da Criança;
- Dia da Alimentação;
- Comemorações do 25 de abril.

#### **VI – Qualidade das parcerias estabelecidas**

12 - Qual considera ser a importância do estabelecimento de parcerias educativas entre instituições como a sua e o Agrupamento de Escolas?

13 - Que novas dinâmicas sugere no sentido de melhorar as parcerias já existentes ou de estabelecer novas parcerias com o Agrupamento de Escolas?

Apêndice 14 – Guião da entrevista ao representante dos  
alunos

## **Guião da entrevista ao representante dos alunos**

### **I – Legitimação da entrevista**

A entrevista inicia-se com a apresentação dos objetivos do estudo, realçando-se o valor da colaboração do entrevistado e assegurada a confidencialidade e o anonimato face às declarações prestadas.

#### **Objetivo geral:**

- Conhecer as dinâmicas educativas estabelecidas entre um Agrupamento de escolas e o território em que está inserido, através de um estudo de caso.

#### **Objetivos específicos:**

- Caracterizar as parcerias existentes entre o Agrupamento e as instituições localizadas no território em que se encontra inserido;
- Analisar a dinâmica educacional decorrente das parcerias estabelecidas entre o Agrupamento de Escolas e o território da sua localização;
- Descrever projetos educativos resultantes das parcerias atrás referidas;
- Avaliar os impactos das parcerias anteriormente referidas na dinâmica educativa do Agrupamento.

### **II - Percurso profissional e cargo / função desempenhado/a**

- 1 - Qual é a sua idade?
- 2 - Em que ano de escolaridade se encontra?
- 3 - Como tem sido o seu percurso académico?
- 4 - Há quanto tempo frequenta este Agrupamento de Escolas?
- 5 - Há quanto tempo representa os alunos no Conselho Geral?
- 6 - Integrou alguma Associação de Estudantes anteriormente?

### **III – Participação/envolvimento da comunidade escolar nas atividades do Agrupamento de Escolas**

- 7 - Como caracteriza a participação dos alunos na “vida” do Agrupamento de Escolas?

7.1 - Que razões determinam essa participação?

7.2 - Em que áreas se concretiza essa participação?

7.3 - Como avalia essa intervenção?

8 - Que expectativas considera que o Agrupamento de Escolas tem no estabelecimento de parcerias com diferentes instituições?

9 - Que ações são levadas a cabo no sentido de promover esse envolvimento?

10 - Como caracteriza a preocupação do Agrupamento de Escolas no que respeita ao envolvimento dos alunos na elaboração do Projeto Educativo?

#### **IV – Parcerias estabelecidas e seus objetivos**

11 - Na sua opinião, quais são os objetivos do Agrupamento de Escolas em estabelecer parcerias com diferentes entidades?

#### **V – Impactos das parcerias estabelecidas**

12 - Que perceção tem dos impactos das parcerias estabelecidas entre o Agrupamento de Escolas e as diferentes entidades?

#### **VI – Qualidade das parcerias estabelecidas**

13 - Qual considera ser a importância do estabelecimento de parcerias educativas entre instituições como a sua e o Agrupamento de Escolas?

14 - Que novas dinâmicas sugere no sentido de melhorar as parcerias já existentes ou de estabelecer novas parcerias com o Agrupamento de Escolas?

Apêndice 15 – Guião de entrevista ao representante da  
Porta Mágica (Casa de Acolhimento residencial  
especializado)

## **Guião da entrevista ao representante da Porta Mágica – Casa de Acolhimento Residencial Especializada**

### **I – Legitimação da entrevista**

A entrevista inicia-se com a apresentação dos objetivos do estudo, realçando-se o valor da colaboração do entrevistado e assegurada a confidencialidade e o anonimato face às declarações prestadas.

#### **Objetivo geral:**

- Conhecer as dinâmicas educativas estabelecidas entre um Agrupamento de Escolas e o território em que está inserido, através de um estudo de caso.

#### **Objetivos específicos:**

- Caracterizar as parcerias existentes entre o agrupamento e as instituições localizadas no território em que se encontra inserido;
- Analisar a dinâmica educacional decorrente das parcerias estabelecidas entre o Agrupamento de Escolas e o território da sua localização;
- Descrever projetos educativos resultantes das parcerias atrás referidas;
- Avaliar os impactos das parcerias anteriormente referidas na dinâmica educativa do Agrupamento.

### **II - Percurso profissional e cargo/função desempenhado/a**

- 1 - Qual é a sua idade?
- 2 - Como tem sido o seu percurso profissional?
- 3 - Há quanto tempo desempenha este cargo/esta função?

### **III – Participação/envolvimento da comunidade escolar nas atividades do Agrupamento de Escolas**

- 4 - Como caracteriza a participação da sua instituição na “vida” do Agrupamento de Escolas?
  - 4.1 - Porque participa?
  - 4.2 - Como participa?
  - 4.3 - Como avalia essa intervenção?

5 - Que expectativas considera que o Agrupamento de Escolas tem no estabelecimento de parcerias com a instituição que representa?

6 - Que ações são levadas a cabo no sentido desse envolvimento?

7 - Como caracteriza a preocupação do Agrupamento de Escolas no que respeita ao envolvimento das entidades locais, nomeadamente da sua instituição, na elaboração do PE?

#### **IV – Parcerias estabelecidas e seus objetivos**

8 - Quais os objetivos da sua instituição em estabelecer parceria com o Agrupamento de Escolas?

9 - Quais os objetivos do Agrupamento de Escolas em estabelecer parceria com a sua instituição?

10 - Nas parcerias estabelecidas entre a sua instituição e o Agrupamento de Escolas, de quem partiu o interesse?

#### **V – Impactos das parcerias estabelecidas**

11 - Que perceção tem dos impactos das parcerias estabelecidas entre o Agrupamento de Escolas e a instituição que representa?

#### **VI – Qualidade das parcerias estabelecidas**

12 - Qual considera ser a importância do estabelecimento de parcerias educativas entre instituições como a sua e o Agrupamento de Escolas?

13 - Que novas dinâmicas sugere no sentido de melhorar as parcerias já existentes ou de estabelecer novas parcerias com o Agrupamento de Escolas?

Apêndice 16 – Guião da entrevista à representante da  
Cercimor – Cooperativa de Educação e Reabilitação



## **Guião da entrevista ao representante do CERCI – Cooperativa de Educação e Reabilitação**

### **I – Legitimação da entrevista**

A entrevista inicia-se com a apresentação dos objetivos do estudo, realçando-se o valor da colaboração do entrevistado e assegurada a confidencialidade e o anonimato face às declarações prestadas.

#### **Objetivo geral:**

- Conhecer as dinâmicas educativas estabelecidas entre um agrupamento de escolas e o território em que está inserido, através de um estudo de caso.

#### **Objetivos específicos:**

- Caracterizar as parcerias existentes entre o agrupamento e as instituições localizadas no território em que se encontra inserido;
- Analisar a dinâmica educacional decorrente das parcerias estabelecidas entre o agrupamento de escolas e o território da sua localização;
- Descrever projetos educativos resultantes das parcerias atrás referidas;
- Avaliar os impactos das parcerias anteriormente referidas na dinâmica educativa do agrupamento.

### **II - Percorso profissional e cargo / função desempenhado/a**

- 1 - Qual é a sua idade?
- 2 - Como tem sido o seu percurso profissional?
- 3 - Há quanto tempo desempenha este cargo / esta função?

### **III – Participação/envolvimento da comunidade escolar nas atividades do Agrupamento de Escolas**

- 4 - Como caracteriza a participação da sua instituição na “vida” do Agrupamento de Escolas?
  - 4.1 - Porque participa?
  - 4.2 - Como participa?
  - 4.3 - Como avalia essa intervenção?

5 - Que expectativas considera que o Agrupamento de Escolas tem no estabelecimento de parcerias com a instituição que representa?

6 - Que ações são levadas a cabo no sentido desse envolvimento?

7 - Como caracteriza a preocupação do Agrupamento de Escolas no que respeita ao envolvimento das entidades locais, nomeadamente da sua instituição, na elaboração do PE?

#### **IV – Parcerias estabelecidas e seus objetivos**

8 - Quais os objetivos da sua instituição em estabelecer parceria com o Agrupamento de Escolas?

9 - Quais os objetivos do Agrupamento de Escolas em estabelecer parceria com a sua instituição?

10 - Nas parcerias estabelecidas entre a sua instituição e o Agrupamento de Escolas, de quem partiu o interesse?

#### **V – Impactos das parcerias estabelecidas**

11 - Que perceção tem dos impactos das parcerias estabelecidas entre o Agrupamento de Escolas e a Cerci, nos projetos que envolvem:

- a Intervenção Precoce (IP);
- o Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental (CAFAP);
- o Centro de Apoio Ocupacional (CAO);
- a integração de alunos com Plano individual de Transição (PIT).

#### **VI – Qualidade das parcerias estabelecidas**

12 - Qual considera ser a importância do estabelecimento de parcerias educativas entre instituições como a sua e o Agrupamento de Escolas?

13 - Que novas dinâmicas sugere no sentido de melhorar as parcerias já existentes ou de estabelecer novas parcerias com o Agrupamento de Escolas?

Apêndice 17 – Guião de entrevista ao representante do  
Centro de Saúde

## **Guião da entrevista ao representante do Centro de Saúde**

### **I – Legitimação da entrevista**

A entrevista inicia-se com a apresentação dos objetivos do estudo, realçando-se o valor da colaboração do entrevistado e assegurada a confidencialidade e o anonimato face às declarações prestadas.

#### **Objetivo geral:**

- Conhecer as dinâmicas educativas estabelecidas entre um Agrupamento de Escolas e o território em que está inserido, através de um estudo de caso.

#### **Objetivos específicos:**

- Caracterizar as parcerias existentes entre o Agrupamento e as instituições localizadas no território em que se encontra inserido;

- Analisar a dinâmica educacional decorrente das parcerias estabelecidas entre o Agrupamento de Escolas e o território da sua localização;

- Descrever projetos educativos resultantes das parcerias atrás referidas;

- Avaliar os impactos das parcerias anteriormente referidas na dinâmica educativa do Agrupamento.

### **II - Percorso profissional e cargo / função desempenhado/a**

1 - Qual é a sua idade?

2 - Como tem sido o seu percurso profissional?

3 - Há quanto tempo desempenha este cargo/esta função?

### **III – Participação/envolvimento da comunidade escolar nas atividades do Agrupamento de Escolas**

4 - Como caracteriza a participação da sua instituição na “vida” do Agrupamento de Escolas?

4.1 - Porque participa?

4.2 - Como participa?

4.3 - Como avalia essa intervenção?

5 - Que expectativas considera que o Agrupamento de Escolas tem no estabelecimento de parcerias com a instituição que representa?

6 - Que ações são levadas a cabo no sentido desse envolvimento?

7 - Como caracteriza a preocupação do Agrupamento de Escolas no que respeita ao envolvimento das entidades locais, nomeadamente da sua instituição, na elaboração do PE?

#### **IV – Parcerias estabelecidas e seus objetivos**

8 - Quais os objetivos da sua instituição em estabelecer parceria com o Agrupamento de Escolas?

9 - Quais os objetivos do Agrupamento de Escolas em estabelecer parceria com a sua instituição?

10 - Nas parcerias estabelecidas entre a sua instituição e o Agrupamento de Escolas de quem partiu o interesse?

#### **V – Impactos das parcerias estabelecidas**

11 - Que perceção tem dos impactos das parcerias estabelecidas entre o Agrupamento de Escolas e o Centro de Saúde, no projeto:

- Educação para a Saúde.

#### **VI – Qualidade das parcerias estabelecidas**

12 - Qual considera ser a importância do estabelecimento de parcerias educativas entre instituições como a sua e o Agrupamento de Escolas?

13 - Que novas dinâmicas sugere no sentido de melhorar as parcerias já existentes ou de estabelecer novas parcerias com o Agrupamento de Escolas?

Apêndice 18 – Guião da entrevista ao representante do  
*Atelier de Costura Chá de Agulhas*

## **Guião da entrevista ao representante do Atelier de Costura**

### **I – Legitimação da entrevista**

A entrevista inicia-se com a apresentação dos objetivos do estudo, realçando-se o valor da colaboração do entrevistado e assegurada a confidencialidade e o anonimato face às declarações prestadas.

#### **Objetivo geral:**

- Conhecer as dinâmicas educativas estabelecidas entre um Agrupamento de Escolas e o território em que está inserido, através de um estudo de caso.

#### **Objetivos específicos:**

- Caracterizar as parcerias existentes entre o agrupamento e as instituições localizadas no território em que se encontra inserido;

- Analisar a dinâmica educacional decorrente das parcerias estabelecidas entre o Agrupamento de Escolas e o território da sua localização;

- Descrever projetos educativos resultantes das parcerias atrás referidas;

- Avaliar os impactos das parcerias anteriormente referidas na dinâmica educativa do Agrupamento.

### **II - Percorso profissional e cargo/função desempenhado/a**

1 - Qual é a sua idade?

2 - Como tem sido o seu percurso profissional?

3 - Há quanto tempo desempenha este cargo/esta função?

### **III – Participação/envolvimento da comunidade escolar nas atividades do Agrupamento de Escolas**

4 - Como caracteriza a participação da sua instituição na “vida” do Agrupamento de Escolas?

4.1 - Porque participa?

4.2 - Como participa?

4.3 - Como avalia essa intervenção?

5 - Que expectativas considera que o Agrupamento de Escolas tem no estabelecimento de parcerias com a instituição que representa?

6 - Que ações são levadas a cabo no sentido desse envolvimento?

7 - Como caracteriza a preocupação do Agrupamento de Escolas no que respeita ao envolvimento das entidades locais, nomeadamente da sua instituição, na elaboração do PE?

#### **IV – Parcerias estabelecidas e seus objetivos**

8 - Quais os objetivos da sua instituição em estabelecer parceria com o Agrupamento de Escolas?

9 - Quais os objetivos do Agrupamento de Escolas em estabelecer parceria com a sua instituição?

10 - Nas parcerias estabelecidas entre a sua instituição e o Agrupamento de Escolas, de quem partiu o interesse?

#### **V – Impactos das parcerias estabelecidas**

11 - Que perceção tem dos impactos das parcerias estabelecidas entre o Agrupamento de Escolas e o atelier de costura, nomeadamente na:

- integração de alunos com Plano individual de Transição (PIT).

#### **VI – Qualidade das parcerias estabelecidas**

12 - Qual considera ser a importância do estabelecimento de parcerias educativas entre instituições como a sua e o Agrupamento de Escolas?

13 - Que novas dinâmicas sugere no sentido de melhorar as parcerias já existentes ou de estabelecer novas parcerias com o Agrupamento de Escolas?



Apêndice 19 – Guião da entrevista ao representante da  
Associação Cultural – Espaço do Tempo

## **Guião da entrevista ao representante da Associação Cultural – Espaço do Tempo**

### **I – Legitimação da entrevista**

A entrevista inicia-se com a apresentação dos objetivos do estudo, realçando-se o valor da colaboração do entrevistado e assegurada a confidencialidade e o anonimato face às declarações prestadas.

#### **Objetivo geral:**

- Conhecer as dinâmicas educativas estabelecidas entre um Agrupamento de Escolas e o território em que está inserido, através de um estudo de caso.

#### **Objetivos específicos:**

- Caracterizar as parcerias existentes entre o Agrupamento e as instituições localizadas no território em que se encontra inserido;
- Analisar a dinâmica educacional decorrente das parcerias estabelecidas entre o Agrupamento de Escolas e o território da sua localização;
- Descrever projetos educativos resultantes das parcerias atrás referidas;
- Avaliar os impactos das parcerias anteriormente referidas na dinâmica educativa do Agrupamento.

### **II - Percorso profissional e cargo/função desempenhado/a**

- 1 - Qual é a sua idade?
- 2 - Como tem sido o seu percurso profissional?
- 3 - Há quanto tempo desempenha este cargo/esta função?

### **III – Participação/envolvimento da comunidade escolar nas atividades do Agrupamento de Escolas**

- 4 - Como caracteriza a participação da sua instituição na “vida” do Agrupamento de Escolas?
  - 4.1 - Porque participa?
  - 4.2 - Como participa?
  - 4.3 - Como avalia essa intervenção?

5 - Que expectativas considera que o Agrupamento de Escolas tem no estabelecimento de parcerias com a instituição que representa?

6 - Que ações são levadas a cabo no sentido desse envolvimento?

7 - Como caracteriza a preocupação do Agrupamento de Escolas no que respeita ao envolvimento das entidades locais, nomeadamente da sua instituição, na elaboração do PE?

#### **IV – Parcerias estabelecidas e seus objetivos**

8 - Quais os objetivos da sua instituição em estabelecer parceria com o Agrupamento de Escolas?

9 - Quais os objetivos do Agrupamento de Escolas em estabelecer parceria com a sua instituição?

10 - Nas parcerias estabelecidas entre a sua instituição e o Agrupamento de Escolas, de quem partiu o interesse?

#### **V – Impactos das parcerias estabelecidas**

11 - Que perceção tem dos impactos das parcerias estabelecidas entre o Agrupamento de Escolas e a sua associação, nomeadamente no que se refere aos projetos:

- “Os artistas vão ler à escola”;

- “Os cientistas vão à escola”;

- “Semana da Leitura”;

- Colaboração com as turmas de Artes Visuais da Escola Secundária de Montemor-o-Novo.

#### **VI – Qualidade das parcerias estabelecidas**

12 - Qual considera ser a importância do estabelecimento de parcerias educativas entre instituições como a sua e o Agrupamento de Escolas?

13 - Que novas dinâmicas sugere no sentido de melhorar as parcerias já existentes ou de estabelecer novas parcerias com o Agrupamento de Escolas?

Apêndice 20 – Guião de entrevista ao representante da  
Associação de Pais e Encarregados de Educação  
“Escola em Movimento”

## **Guião da entrevista ao representante da Associação de Pais e Encarregados de Educação “Escola em Movimento”**

### **I – Legitimação da entrevista**

A entrevista inicia-se com a apresentação dos objetivos do estudo, realçando-se o valor da colaboração do entrevistado e assegurada a confidencialidade e o anonimato face às declarações prestadas.

#### **Objetivo geral:**

- Conhecer as dinâmicas educativas estabelecidas entre um Agrupamento de Escolas e o território em que está inserido, através de um estudo de caso.

#### **Objetivos específicos:**

- Caracterizar as parcerias existentes entre o agrupamento e as instituições localizadas no território em que se encontra inserido;
- Analisar a dinâmica educacional decorrente das parcerias estabelecidas entre o Agrupamento de Escolas e o território da sua localização;
- Descrever projetos educativos resultantes das parcerias atrás referidas;
- Avaliar os impactos das parcerias anteriormente referidas na dinâmica educativa do Agrupamento.

### **II - Percurso profissional e cargo/função desempenhado/a**

- 1 - Qual é a sua idade?
- 2 - Como tem sido o seu percurso profissional?
- 3 - Há quanto tempo desempenha este cargo/esta função?

### **III – Participação/envolvimento da comunidade escolar nas atividades do Agrupamento de Escolas**

- 4 - Como caracteriza a participação da sua instituição na “vida” do Agrupamento de Escolas?
  - 4.1 - Porque participa?
  - 4.2 - Como participa?
  - 4.3 - Como avalia essa intervenção?

5 - Que expectativas considera que o Agrupamento de Escolas tem no estabelecimento de parcerias com a instituição que representa?

6 - Que ações são levadas a cabo no sentido desse envolvimento?

7 - Como caracteriza a preocupação do Agrupamento de Escolas no que respeita ao envolvimento das entidades locais, nomeadamente da sua instituição, na elaboração do PE?

#### **IV – Parcerias estabelecidas e seus objetivos**

8 - Quais os objetivos da sua instituição em estabelecer parceria com o Agrupamento de Escolas?

9 - Quais os objetivos do Agrupamento de Escolas em estabelecer parceria com a sua instituição?

10 - Nas parcerias estabelecidas entre a sua instituição e o Agrupamento de Escolas, de quem partiu o interesse?

#### **V – Impactos das parcerias estabelecidas**

11 - Que perceção tem dos impactos das parcerias estabelecidas entre o Agrupamento de Escolas e as Associações de Pais e Encarregados de Educação?

#### **VI – Qualidade das parcerias estabelecidas**

12 - Qual considera ser a importância do estabelecimento de parcerias educativas entre instituições como a sua e o Agrupamento de Escolas?

13 - Que novas dinâmicas sugere no sentido de melhorar as parcerias já existentes ou de estabelecer novas parcerias com o Agrupamento de Escolas?

Apêndice 21 – Consentimento informado livre e esclarecido e autorização para gravar a entrevista



## CONSENTIMENTO INFORMADO LIVRE E ESCLARECIDO

**Exmo.(a)s Sr(s)**

Eu, Susana Pereira, docente, encontro-me neste momento a desenvolver uma investigação para a dissertação de mestrado em Ciências da Educação – Administração, Regulação e Políticas Educativas, da Universidade de Évora, sob a orientação do Professor Doutor José Bravo Nico.

Este estudo tem como objetivo central conhecer as dinâmicas educativas estabelecidas entre um Agrupamento de Escolas e o território em que está inserido, através de um estudo de caso. A presente investigação desenvolve-se num Agrupamento de Escolas da região Alentejo Central.

Pretende-se que o estudo possa servir como ponto de partida para que, através das boas práticas, determinadas estratégias possam servir, no futuro, para melhorar a qualidade dos serviços prestados pela escola.

Como instrumento de recolha de dados do estudo utilizar-se-á a entrevista a vários intervenientes, entre os quais Vossa Excelência. O seu consentimento é indispensável para a realização desta pesquisa, no entanto, ele pode ser cancelado a qualquer momento, se assim o entender, sem que isso lhe traga qualquer dano pessoal associado.

As entrevistas serão gravadas e posteriormente transcritas e analisadas. Desta forma, pedimos-lhe autorização para a gravação das entrevistas. A sua colaboração neste projeto será muito útil, estando desde já garantido, sob compromisso de honra, que todos os dados serão tratados de forma anónima, servindo as entrevistas unicamente para fins académicos. Agradecemos desde já a sua disponibilidade e colaboração no nosso estudo.

Évora, 28 de fevereiro de 2019

Com os mais respeitosos cumprimentos,

---

(Susana Isabel Peixeiro Pereira)





Por favor, leia com atenção a seguinte informação. Se achar que algo está incorreto ou que não está claro, não hesite em solicitar mais informações. Se concorda com a proposta que lhe foi feita, queira assinar este documento.

Declaro ter lido e compreendido este documento, bem como as informações que me foram fornecidas pela pessoa que acima assina. Foi-me garantida a possibilidade de, em qualquer altura, recusar participar neste estudo sem qualquer tipo de consequências. Desta forma, aceito participar neste estudo e permito a utilização dos dados que de forma voluntária forneço, confiando em que apenas serão utilizados para esta investigação e nas garantias de confidencialidade e anonimato que me são dadas pela investigadora.

Assim, estou disponível para participar na investigação levada a cabo por Susana Pereira, integrada no Mestrado em Ciências da Educação – Administração, Regulação e Políticas Educativas, da Universidade de Évora, e autorizo a gravação da mesma, atendendo a que o seu conteúdo será usado unicamente para fins académicos e tendo sido garantido o anonimato.

Nome: .....

Assinatura: .....

Local e data: ....., ...../..... / .....

Apêndice 22 – Autorização para identificar as  
instituições parceiras



### **AUTORIZAÇÃO PARA IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO**

Autorizo que seja identificada a instituição que represento, ..... , bem como os projetos e parcerias desenvolvidos no âmbito da investigação levada a cabo por Susana Pereira, integrada no Mestrado em Ciências da Educação – Administração, Regulação e Políticas Educativas, da Universidade de Évora.

Nome: .....

Assinatura: .....

Local e data: ....., ...../..... / .....

## Apêndice 23 – Transcrição das entrevistas

## TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA COM A DIRETORA DO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS

<b>Data:</b> 4 de abril de 2019	<b>Local:</b> Gabinete de Coordenação
<b>Hora de início:</b> 15h00	<b>Duração:</b> 36 minutos

**Entrevistador (E):** Qual é a sua idade?

**Diretora do Agrupamento (D):** 52 anos.

**E:** Como é que tem sido o seu percurso académico e profissional?

**D:** Comecei a trabalhar em 1991... 1991. Sou professora de Português-Francês de segundo ciclo, tenho profissionalização em segundo ciclo. Até 1991, tive aulas normais. Depois estive dois anos como assistente de línguas em França. Depois em 1994 fiquei efetiva aqui em Montemor e como já não vim a tempo de pedir destacamento, vim para cá e fiquei... fui ficando... ficando efetiva noutros agrupamentos, mas fui ficando e entrei para a gestão em 1996. Na altura, ainda era Conselho Diretivo, entrei como secretária. Em 2000, passei a Diretora, estive até 2012-2013. Em 2013-2014 saí, foi quando agregaram com a (Escola) Secundária... por questões de saúde. O Presidente da CAP, na altura, convidou-me para fazer parte da equipa, mas, por questões de saúde, não aceitei. Estive um ano em Carnaxide a trabalhar... com aulas normais e, em 2014, concorri para a Direção e, portanto, estou no segundo mandato. Fui reconduzida o ano passado.

**E:** Portanto, está aqui como Diretora há quantos anos?

**D:** Desde... Porque nós fizemos duas agregações: a primeira agregação foi em 2004-2005, com o primeiro ciclo, com o Agrupamento horizontal que havia na altura e, com tudo, portanto com a (Escola) Secundária, foi em 2013. Mas em 2013-2014 eu não estive. Portanto, regresssei, digamos assim, em 2014, três de julho de 2014.

**E:** Quanto tempo de serviço tem no geral?

**D:** Tenho que fazer as contas...(risos). De 1991 para 2019... De 1991 para 2001 vão 10 anos... Portanto, em 2020 vou fazer 29 anos (de tempo de serviço).

**E:** E aqui neste Agrupamento?

**D:** Aqui em Montemor, desde 1994, com interrupção de 2013-2014.

**E:** E adquiriu alguma formação específica para o cargo que exerce atualmente?

**D:** Tenho uma pós-graduação na área da... especialização na área da administração escolar. E depois acabei por não fazer a tese, porque, entretanto, fiquei doente e já não voltei a pegar. Tenho também formação especializada, pós-graduação na área da antropologia.

**E:** Como é que caracteriza a participação de toda a comunidade envolvente na “vida” do Agrupamento?

**D:** A (participação) da comunidade, no geral, é positiva, mas há vários patamares. Os pais participam pouco, por muito que se insista. É mais complicado... e nota-se alguma participação a nível de pré-escolar e de primeiro ciclo e à medida que eles vão subindo na escolaridade...vai reduzindo. A nível de secundário, muito pouco. A nível de instituições com quem temos parcerias, temos bastantes... É um concelho com muitas entidades com parceria com a escola, com muitos projetos comunitários em que a escola é o público-alvo, e a nível da autarquia, acho que funciona muito bem. Tenho dito muitas vezes aos colegas que conheço doutras autarquias... Eu não sou daqui, não estudei aqui... Vim parar aqui, por acaso, e fui ficando. Portanto, as minhas referências, embora já tenha algumas referências profissionais daqui, tenho muitos exemplos doutros sítios. Os meus colegas, quer de curso, quer de infância, trabalham noutras áreas, noutros distritos e comparamos muito. E aqui, em termos de autarquia, temos uma resposta muito boa a nível da educação. Ultrapassamos competências da parte da autarquia.

**E:** E em que outras áreas é que se concretiza essa participação da comunidade?

**D:** Muito na área cultural, na área de cedência de espaços, na área de cedência de técnicos especializados para determinados projetos, para determinadas áreas. Por exemplo, o Curso de Artes, há a parte multimédia, que faz a abordagem em conjunto com o Centro Juvenil, porque nós, em termos de escola, há equipamentos que nós não temos. O Centro Juvenil tem e faz parcerias. Com o Espaço do Tempo também, a nível de... estou a lembrar-me por causa das Artes. A nível do CEF (Curso de Educação e Formação) também... o nosso é Eletromecânica... também temos algumas parcerias, nomeadamente com o Espaço do Tempo, em que os miúdos estão uma semana em residência, com os artistas e com os técnicos do Espaço (do Tempo) ... para perceberem da parte da eletricidade, também um bocadinho de sonoplastia, portante, essa parte. A nível da inclusão no mundo do trabalho dos alunos que

estão no 54 (Decreto-Lei nº 54/2018, de 6 de julho), antigo Decreto-Lei nº3, e a nível de... outras IPSS (Instituição Particular de Solidariedade Social), nomeadamente a Cercimor, que eu penso que seja IPSS... Agora tenho dúvidas... Mas eu acho que é IPSS... Não, eles têm fins lucrativos, não é IPSS. Mas pronto, com a Cercimor temos vários projetos, em conjunto, que nos permitem dar resposta social aos alunos com mais dificuldades, quer económicas, quer mesmo em termos sociais e socioafetivos, através do CAFAP (Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental). Não sei se sabe o que é...

**E:** Sim. Já tive oportunidade de entrevistar a Presidente da Cercimor... E de que forma é que se tenta fomentar essa participação da comunidade na vida do Agrupamento?

**D:** A nível... Vamos falar dos três níveis: a nível da autarquia, como temos uma boa relação, quando há necessidade... No final do ano fazemos sempre um balanço do trabalho que foi desenvolvido em conjunto e prepara-se... Ah, nós ouvimos as colegas do pré-escolar e primeiro ciclo e outros que queiram apresentar projetos e fazemos essa proposta à autarquia e a autarquia tenta, ao longo do seu plano de atividades, integrar. Também com a apresentação de algumas propostas que nós concordamos ou não e pronto, aceitamos ou não. A nível dos parceiros, das outras entidades parceiras, também se faz o balanço no final do ano, faz-se uma planificação prévia para o próximo ano. A nível dos pais, vamos tentando através dos Diretores de Turma, das Associações de Pais, através dos próprios miúdos, com projetos que possam trazê-los à escola, nomeadamente, através das profissões dos pais, para poderem vir nalgumas áreas... ter alguma intervenção.

**E:** Como é que avalia a participação dessas entidades na vida da escola?

**D:** De uma forma geral, é muito positiva. Podia ser mais... Queremos sempre mais.

**E:** E, na sua opinião, que razões é que levam o Agrupamento a procurar envolver todas estas entidades locais?

**D:** A necessidade de ... Nós não estamos isolados, não vivemos em ilha. A necessidade de envolver os alunos na comunidade, perceberem que estão em Montemor, têm que rentabilizar e aproveitar os recursos e apreciar a sua cidade. E também a necessidade de fatores... de facto, de recursos materiais e, às vezes, humanos, que, pronto, podem ser colmatados com a autarquia e com as outras entidades parceiras.

**E:** Que ações é que são levadas a cabo pela escola no sentido de concretizar esse envolvimento tentar aproximar mais, envolver mais as entidades?

**D:** Ações...

**E:** O que é que a escola tenta fazer para tentar envolver as entidades a participar?

**E:** Aqui em Montemor há muitos projetos sócio... ah...socioculturais, com financiamento. É uma das apostas aqui no Alentejo, devido à desertificação, tem a ver com a parte cultural e com o envolvimento dos jovens, na tentativa de fixação dos jovens. Estas entidades com as quais trabalhamos... a maioria delas tem interesse em ter parcerias com a escola porque tem mais financiamento. Pronto, isso é uma vantagem para nós. E nós temos interesse em estabelecer as parcerias porque se não, não teríamos determinadas respostas. Essas ações nascem da necessidade de cada um, de ambas as partes.

**E:** Como é que caracteriza a preocupação do Agrupamento no que respeita ao envolvimento das entidades locais na elaboração do Projeto Educativo? Há, efetivamente, um envolvimento?

**D:** Isso é uma questão peculiar... Um Diretor tem um Projeto de Intervenção e no final dos quatro anos, tem que dar contas do Projeto de Intervenção. Esse Projeto de Intervenção tem que estar refletido no Projeto Educativo e o Projeto Educativo é da responsabilidade do Conselho Pedagógico. Nós tentamos que haja... Logo aqui pode haver um conflito de interesses, não é... Nós tentamos... Há uma equipa que está predefinida para trabalhar com o Projeto Educativo que recolhe... Estamos agora a iniciar a alteração... com toda esta panóplia de problemas que tem havido desde julho, com as greves e com a questão de horas a mais... Com a realidade que tem havido, não tem sido... ah, tem sido muito difícil conseguirmos preparar a implementação do 54, 55... ah, continuar com o nosso percurso normal das aulas e das reuniões e também começar a pensar na alteração do Projeto Educativo. O meu Projeto de Intervenção para este segundo mandato é complementar ao outro, com várias (estratégias) que não foram implementadas. Aquilo que nós vamos fazer agora, depois das reuniões, vamos construir questionários, para fazermos o diagnóstico, que vão ser respondidos *online*, que é para todos os intervenientes da comunidade e, depois fazer... a partir das fragilidades... em função das respostas, iremos ver as linhas... as principais linhas de orientação do Projeto Educativo. O outro... nós fizemos... teve por base o Projeto de Intervenção e a avaliação que foi feita pela CAF - Estrutura Comum de Avaliação... tivemos o apoio do ICSP, Instituto de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa.

**E:** E de que forma é que descreve a participação e o interesse das entidades na elaboração do Projeto Educativo?



**D:** As entidades estão sempre disponíveis para participar. Também não têm muito tempo, porque têm poucos técnicos e são sempre os mesmos e estão nos diversos projetos. Mas estão disponíveis e têm dado contributos bastante positivos. Não me lembro se já falámos da Terras Dentro... É uma entidade que tem um projeto connosco, sobretudo de animação e de prevenção do abandono e de comportamentos de risco na (Escola) Básica e abrange os intervalos. Não sei se já ouviu falar?

**E:** Não, penso que não...

**D:** Também é uma parceria que é importante. Não está sediada aqui, abrange mais o Concelho de Viana do Alentejo, Alcáçovas, mas nesta área... tem privilegiado estes projetos. Os elementos da comunidade que foram cooptados para o Conselho Geral... vão começando a ter alguma intervenção pontual agora, mas não são muito interventivos... As Oficinas do Convento têm tido alguma intervenção com os Cursos de Artes, agora as outras duas entidades têm tido muito pouca (intervenção). O Conselho Geral, certamente, irá repensar a cooptação das entidades.

**E:** Considera que o estabelecimento de parcerias é, efetivamente, ou não um dos objetivos do Agrupamento?

**D:** É, é... e hoje em dia não se consegue sobreviver sem parcerias.

**E:** E que expectativas é que o Agrupamento tem no estabelecimento destas parcerias com as diferentes entidades?

**D:** Digamos que estamos a contribuir para a melhoria do Concelho, com a nossa intervenção e, ao mesmo tempo, para a formação dos nossos jovens, tendo consciência que temos que ser um todo, não perdendo a individualidade, mas temos que pensar que temos que trabalhar em conjunto e que não estamos isolados, fazemos parte de uma rede e somos só um bocadinho da rede.

**E:** E que objetivos, mais concretos, há no estabelecimento de parcerias? A nível, por exemplo, de alguma contribuição para o sucesso educativo dos alunos...

**D:** Estes projetos que nós temos... o das Artes, o do CEF, o da biblioteca... das bibliotecas... o ler na sala de aula, “Os Artistas vão ler à Sala”, que é um projeto que temos com o Espaço do Tempo, com a Biblioteca, as sessões de leitura animada... são exemplos de atividades que vão complementar o currículo e que dão uma outra perspetiva do programa e, muitas vezes, os

miúdos aprendem melhor e têm mais noção assim do que se pegarmos no nosso livro e pensar “Olha, agora vamos trabalhar o conto e está aqui este texto.” É diferente.

**E:** É uma forma de os motivar...

**D:** É uma forma de motivação, uma forma de perceberem as potencialidades do Concelho... ah, em termos de bibliotecas, de Biblioteca Municipal, através das sessões que temos porque o Município apoia muito o pré-escolar... e o primeiro ciclo tem um projeto que é “Os Livros Andarilhos”, em que há uma série de livros que vão circulando de escola em escola para os miúdos lerem. Pronto, conseguem motivar e incentivar os miúdos para maior frequência da Biblioteca Municipal ou das bibliotecas itinerantes dos vários concelhos... ah, das várias freguesias dentro do concelho.

**E:** E também será uma forma de proporcionar experiências que se calhar alguns alunos, àqueles mais da periferia que não teriam oportunidade...

**D:** Sim, têm a Oficina... têm a possibilidade de explorar as potencialidades da Oficina da Criança, nas várias áreas e é uma mais-valia que eu acho que este concelho tem, nesta perspetiva. Aqui a questão da piscina, também temos a natação pelo menos uma vez por semana... não, uma vez por mês... também têm as aulas de natação. Portanto, há determinadas valências que este concelho tem e que outros não têm.

**E:** E acha que isso, de alguma forma, tem contribuído para o sucesso educativo dos alunos?

**D:** Sim... Este projeto no âmbito do Plano Nacional de Promoção do Sucesso Escolar... tanto que as Câmaras concorreram e tiveram financiamento agora... também estão a decorrer várias ações... já estão a ter algum impacto nas aprendizagens. O Projeto começou... ah, podemos considerar que começou a partir de novembro e nalgumas áreas já se nota algum impacto.

**E:** A nível dos resultados dos alunos?

**D:** A nível dos resultados, sim... não só resultados académicos, mas a sua postura, a sua forma de estar... já se nota alguma alteração. Às vezes, os resultados académicos não são...o mais importante. O mais importante é que eles consigam desenvolver as competências sociais, para depois, então, pensar nos resultados académicos. E isso está a ter bastante impacto e está a ser muito positivo.

**E:** E por parte das entidades parceiras, que objetivos é que elas têm ao estabelecer parceria com a escola, para além de conquistar um público-alvo?

**D:** Conquistar um público, contribuir para a educação, para a formação dos futuros cidadãos ativos e... é tudo aquilo que já falámos...

**E:** Dar alguma visibilidade ao que fazem, não é?

**D:** Sim, sim.

**E:** E nas diferentes parcerias....

**D:** E também levar a tutela... quando digo a tutela, não falo só do Ministério da Educação, também o poder local, a Segurança Social... a ter consciência da necessidade de continuarmos a ter estas respostas. Agora estou-me a lembrar, por exemplo, da Cercimor... com a questão do CAFAP, a questão de podermos vir ou não a ter uma CPCJ (Comissão de Proteção de Crianças e Jovens)... aqui não existe e eu, pessoalmente, acho que não precisamos porque temos respostas mais imediatas do que as CPCJ que eu conheço conseguem dar e também se não tivéssemos esses resultados, era difícil demonstrar à tutela que não precisamos, que não é imediato, que não é uma realidade premente.

**E:** E nessas diferentes parcerias, de quem é que partiu o interesse? Foi mais da escola ou mais das entidades?

**D:** Depende... Da Cercimor, esta questão do CAFAP partiu do interesse da escola embora houvesse já um projeto, que na altura era o “Projeto Espiga”, que já previa, já antevia assim uma resposta semelhante. Mas partiu da escola. No Centro Juvenil, há projetos que o Centro nos propõe, há outros que a escola tem sempre necessidade e vai propor. Da Oficina, quando eu vim para cá, já existia... não sei de quem é que partiu o interesse. Para nós, já era um dado adquirido, não sei quem é que teve a ideia. Nas parcerias a nível do 54, somos nós que vamos à procura dos parceiros em função das necessidades dos jovens.

**E:** Que impactos é que são sentidos na escola em consequência dessas parcerias?

**D:** Nós tivemos a 14 e 15... Só para dar o exemplo, nos dias 14 e 15 de março tivemos as Jornadas Pedagógicas, em que tivemos muitas atividades que foram dinamizadas pelas entidades parceiras, que conseguiram mostrar o seu trabalho e tiveram o envolvimento dos alunos... fizeram parte da Comunidade Educativa e são parte da Comunidade Educativa. Deram visibilidade ao seu trabalho. Portanto, houve algumas que, os professores como não contactam tanto com essas entidades, não tinham bem a noção do tipo de trabalho que faziam e também foi uma boa forma de mostrar aquilo que é feito...foi uma forma de divulgação.

**E:** Tanto por parte da escola, como por parte das entidades...

**D:** Sim... Porque nós explicámos que as nossas Jornadas têm este tema, que era “A minha terra, o meu lugar”, e o que é que podemos fazer para envolver os alunos e mostrar um pouco daquilo que vocês fazem... Tivemos 70 atividades a funcionar ao mesmo tempo, muitas dinamizadas pelos nossos parceiros: desde o Centro Juvenil, às Oficinas do Convento... que trouxeram uma impressora 3D e os miúdos acharam imensa piada... Trouxeram uma fotocopiadora antiga desmontada e os miúdos aprenderam a montar a fotocopiadora... Coisas assim simples, mas que são importantes e que dão para divulgar o trabalho que fazem e os miúdos perceberem também que as coisas não aparecem do nada, que têm uma lógica, que tudo tem um princípio, um meio e um fim.

**E:** Qual considera ser, então, a importância do estabelecimento de parcerias a nível da educação?

**D:** Muita! A educação não sobrevive sem parcerias. Com o orçamento que o Estado nos dá... Estou a falar das escolas públicas, as privadas, não sei. Mas as escolas públicas se não recorrerem a parcerias, não conseguem dar respostas adequadas aos alunos. Mesmo com as parcerias, podiam ser melhores, portanto, imagine se não houvesse parcerias... (as respostas) eram mesmo deficitárias.

**E:** A nível de recursos físicos...

**D:** Recursos físicos, humanos... não daria para determinadas respostas. Posso dar o exemplo da Psicologia: temos uma psicóloga educacional para todo o Agrupamento, que tem 1800 alunos. A psicóloga educacional tem que fazer também orientação vocacional e dar acompanhamento a todos os alunos. Se não tivéssemos a parceria com o CAFAP e se não tivéssemos a parceria também com a Misericórdia, em que há uma psicóloga clínica para os casos mais complicados, em que dá um apoio, era muito complicado. Nós não conseguimos dar resposta... Já assim temos dificuldade, se não tivéssemos estes parceiros, era quase impossível.

**E:** O Agrupamento, neste momento, tem cerca de 1800 alunos?

**D:** Tem 1844, 1845, por aí...

**E:** Desde o pré-escolar até ao secundário?

**D:** Estou a falar até ao décimo segundo ano, não estou a contar com as turmas EFA nem com os utentes do Centro Qualifica. Com o público adulto, não estou a contar.

**E:** Pois, só uma psicóloga é um bocadinho difícil conseguir...

**D:** Mesmo com a psicóloga do CAFAP a dar apoio e com a psicóloga da Misericórdia, há casos que deviam ter uma resposta mais imediata, mas não se consegue.

**E:** E para o futuro, que novas dinâmicas é que sugere no sentido de melhorar as parcerias que já existem ou no sentido de se criarem outras parcerias?

**D:** Agora estamos a aguardar os resultados do diagnóstico para verificar o que é que podemos melhorar. Temos que pensar sempre numa perspetiva de melhoria, porque nada é perfeito, no dia em que atingirmos a perfeição, não estamos cá a fazer nada, não é... Temos que ir melhorando, mas neste momento estamos mesmo a apostar no diagnóstico para depois vermos, então, qual é o caminho a seguir. Temos a decorrer os projetos do “Mais Sucesso” e as parcerias que já estão implementadas. Pelo menos para este ano... Se calhar podemos chegar à conclusão no final do ano que algumas precisam de ser reformuladas... Ainda é um bocadinho prematuro.

**E:** Como lhe tinha dito numa das vezes que falámos, o meu estudo foca-se, essencialmente, a partir da constituição do Mega-Agrupamento.

**D:** Foi em 2013.

**E:** Não estive nesse ano, mas depois estive nos seguintes. Desde aí, que grandes projetos, que grandes parcerias é que destacaria ao longo destes anos, até à atualidade?

**D:** A parceria com a Câmara, com o Espaço do Tempo, que melhorou significativamente... a Câmara, quando eu digo Câmara, inclui a Biblioteca, o Centro Juvenil, a Oficina da Criança...inclui várias valências...sobretudo essas. A nível pontual, algumas que têm a ver com os currículos a funcionar. Com os currículos específicos e com a atividade funcional que os miúdos fazem, nomeadamente, nos ateliers de costura, que nos permitem ter ali alguns miúdos. Já mostraram intenção de ficar, pelo menos, com uma ou duas das miúdas que estão lá a trabalhar. O nosso desafio agora... que é um desafio, é conseguir parcerias para dar resposta às miúdas do PIEF que estão na CARE... Temos uma turma de alunas... aquilo funciona em regime de internato, que funciona na CARE, que é uma Casa de Acolhimento Residencial...

**E:** Tem a ver com a Porta Mágica, não é?

**D:** Sim, é a Porta Mágica, é... em que as miúdas não vêm à escola, são os colegas (professores) que se deslocam lá para dar as aulas. Nos dias em que podem sair, em que estão estáveis para sair, saem para a Educação Física e para a Informática. As outras aulas, praticamente, são dadas lá. Esse é o nosso grande desafio: é capacitar as pessoas para aquele tipo de público e procurar respostas para que elas também não se sintam desmotivadas. Uma pessoa estar 24 horas no mesmo espaço, não deve ser fácil... Pelo menos para mim, não seria... Temos agora, a nível do secundário, que procurar um tipo de resposta para elas, porque existe o ensino à distância... já chegámos à conclusão que não é o ideal, porque elas têm dificuldades de concentração, e o ensino à distância, a pessoa tem que se concentrar, tem que ser autónomo, que são características que estas miúdas não têm. Este agora é o desafio que temos a nível aqui do Agrupamento.

**E:** nem sempre se consegue encontrar resposta para todas as situações...

**D:** Pois...

**E:** Pronto, assim em termos de balanço final, não sei se, em termos de parcerias educativas, quer dizer mais alguma coisa...

**D:** Se elas não existissem, não conseguíamos metade das respostas que temos dado. É mesmo muito complicado.

**E:** E considera que, desde a formação do Mega-Agrupamento, houve alguma grande alteração em termos dessas parcerias?

**D:** Houve um reforço das parcerias... Estou-me a lembrar do Espaço do Tempo, que houve ali um tempo, passo a redundância, que praticamente não existiu nada. E a nível da Câmara também estamos com mais parcerias, a nível do terceiro ciclo e secundário. Havia, mas não com tanta regularidade, nem com tantos projetos.

**E:** Está tudo mais articulado? E a comunicação?

**D:** Sim, está mais articulado e a comunicação é diferente.

**E:** Muito obrigada pela sua colaboração.

## TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA COM A PRESIDENTE DO CONSELHO GERAL

<b>Data:</b> 4 de abril de 2019	<b>Local:</b> Gabinete da Presidente do Conselho Geral
<b>Hora de início:</b> 18h00	<b>Duração:</b> 25 minutos

**Entrevistador (E):** Qual é a sua idade?

**Presidente do Conselho Geral (PCG):** 50 anos.

**E:** Quais são as suas habilitações literárias?

**PCG:** Tenho licenciatura em ensino de Geografia.

**E:** Que funções é que tem desempenhado nos últimos anos?

**PCG:** Professora, Diretora de Turma, Presidente do Conselho Geral e mais nada.

**E:** Quanto tempo de serviço tem no geral?

**PCG:** Tenho 27 anos, para aí...

**E:** E aqui no Agrupamento? Tem estado sempre aqui?

**PCG:** Vim para Montemor em 2001 e estive um ano aqui na (escola) Secundária, em 2001-2002, na Secundária, e depois a partir de 2002, na (escola) Básica e desde que há Agrupamento, no Agrupamento. Portanto, há... este é o sexto ano.

**E:** E há quanto tempo é que está como Presidente do Conselho Geral?

**PCG:** Era já Presidente do Conselho Geral na outra escola, porque a anterior Presidente reformou-se. Portanto, fiz, talvez, um mandato... sim, na altura em que foi o Agrupamento, eu era Presidente do Conselho Geral daquele lado, depois foi o Conselho Geral transitório um ano e fui eu também e agora este mandato. Portanto, seis anos, sete anos, talvez...

**E:** E adquiriu alguma formação específica para esta função?

**PCG:** Não...

**E:** Como é que caracteriza a participação da comunidade envolvente na “vida” do Agrupamento?

**PCG:** No Agrupamento, Agrupamento, não no Conselho Geral?

**E:** Sim, no Agrupamento.

**PCG:** Acho que é muito positiva... da comunidade, entenda-se, autarquia...ah, outras entidades...

**E:** Os pais, a autarquia... todos os outros parceiros.

**PCG:** Sim. Acho que há uma boa participação, um bom envolvimento entre a escola e a comunidade, penso que sim.

**E:** No Conselho Geral não acontece o mesmo?

**PCG:** No Conselho Geral... é conforme, conforme os parceiros, porque estes três que foram cooptados nesta constituição, realmente, não têm participado. Não participam no Conselho Geral, mas depois em termos de parceria com a escola, sim. Mas no Conselho Geral propriamente dito, não têm vindo.

**E:** E em que outras áreas é que se concretiza essa participação da comunidade na vida do Agrupamento?

**PCG:** Desde projetos que envolvem algumas das instituições, projetos regulares... educação para a saúde, parcerias com a Cercimor, com a autarquia, frequentemente, até coisas mais... a GNR (Guarda Nacional Republicana), que são, talvez, aquelas que intervêm mais vezes... até coisas mais pontuais, nalguns casos parcerias ou associações ou propostas direcionadas para determinadas áreas, portanto, os professores acabam por aproveitar esses conhecimentos e essas atividades e têm as outras que são mais regulares. Há um bocadinho de tudo.

**E:** E de que forma é que acha que a escola tenta fomentar essa participação por parte da comunidade?

**PCG:** Havendo uma abertura, penso eu. As propostas são enviadas, como acho que acontece para todas as escolas, nalguns casos são coisas mais... de âmbito mais regional. A nível local, as propostas são enviadas diretamente e especificamente para a escola e há outras situações que propostas a nível nacional ou a nível regional e a escola, se for do interesse dos professores, da Direção, dos alunos, etc., acaba por aceitar.

**E:** E que avaliação é que faz dessa participação das entidades na vida da escola?

**PCG:** Eu acho que, globalmente, é uma avaliação positiva. As participações regulares... ah, esqueci-me das Oficinas do Convento... Oficinas do Convento, não... Espaço do Tempo.



Porque há determinadas áreas mais específicas, não é, por exemplo, no caso dos cursos profissionais, onde há uma maior abertura, uma maior diversidade, a possibilidade de os alunos terem acesso a coisas diversas, em espaços diferentes, e é muito positivo, quer de uma forma mais regular, quer nas tais situações pontuais.

**E:** E que razões é que considera que levam o Agrupamento a procurar envolver as entidades locais nas suas atividades educativas?

**PCG:** Porque é um espaço aberto, a escola tem que estar ou deveria estar aberta à comunidade e acho que existe esta abertura por parte do Agrupamento, quer à participação dos encarregados de educação, quer à participação da comunidade, da autarquia e de toda a envolvência. Ainda por cima, é a única escola do Agrupamento, desde o pré-escolar até ao décimo segundo, e até a educação de adultos, com o Qualifica, e aí também há várias parcerias e, portanto, há essa abertura, há essa disponibilidade e acaba por haver uma conjugação de interesses.

**E:** E que ações é que a escola leva a cabo no sentido de tentar envolver as entidades? Já soube que houve aqui as Jornadas Pedagógicas e que houve aqui um envolvimento de toda a comunidade...

**PCG:** Sim, sim... Ah, às vezes, a escola cede o espaço para determinados eventos, que envolvam diretamente a comunidade ou não. Ah, a nível de formação, a nível de divulgação para os alunos, para os professores, para os encarregados de educação...embora os encarregados de educação, em geral, é mais difícil trazê-los à escola...lá vêm os representantes das associações de pais, mas envolver os encarregados de educação é mais difícil. Se for uma coisa que envolva diretamente os filhos deles, se for uma coisa mais genérica, não...

**E:** Como é que caracteriza a preocupação do Agrupamento no que respeita ao envolvimento das entidades locais na elaboração do Projeto Educativo?

**PCG:** A elaboração do Projeto Educativo é da responsabilidade da Direção, do Conselho Pedagógico, que consultará, certamente, os envolventes... até no estabelecimento das parcerias que vão ser feitas. Depois, a nível do Conselho Geral é aprovado, são feitas sugestões, alteração de um ou outro ponto, mas penso que algumas das entidades parceiras são ouvidas, naturalmente.

**E:** E as próprias entidades mostram interesse em participar?

**PCG:** Daquilo que eu me apercebo a nível do Conselho Geral, à exceção da comunidade, neste caso, que não quer dizer que noutros casos, isso não aconteça de outra forma, a nível da autarquia, este Conselho Geral teve... havia uma boa parceria, notava-se uma boa parceria, um bom ambiente, entre a autarquia, que envolvia a Junta de Freguesia e a Câmara, os representantes das Associações de Pais também, com um contributo muito positivo, no sentido de tentar resolver eventuais problemas, em que é que se pode ajudar, em que é que podemos interagir... houve sempre essa... pelo menos, eu tive essa perceção. Não sei se é geral, mas eu sempre tive essa perceção.

**E:** Considera que o estabelecimento de parcerias é um dos objetivos do Agrupamento?

**PCG:** Penso que sim, cada vez mais... A comunidade e o espaço que envolve a escola deve participar cada vez mais na vida escolar, até para que os alunos consigam ter a perceção que a escola não é uma ilha no meio do Concelho, aqui fechadinha só sobre si própria. E os próprios documentos legislativos... os documentos legais apontam para essa maior abertura e essa maior diversidade e, portanto, acho que a escola tem todo o interesse nisso.

**E:** E que expectativas é que acha que o Agrupamento tem ao estabelecer estas parcerias?

**PCG:** Acho que é melhorar a qualidade do ensino, sempre. Acho que a principal preocupação do Agrupamento deve ser essa... melhorar a qualidade, aumentar a acessibilidade de todos... nem todos os alunos são iguais. As coisas não resultam da mesma forma para todos, portanto, quanto mais diversificada for a oferta, mais pessoas se conseguem alcançar.

**E:** Considera que isso também tem aqui algum impacto a nível do percurso académico dos alunos?

**PCG:** Acredito, acredito que sim. Acredito que a oferta que lhes é proporcionada ajude-os a ver coisas novas, de outras maneiras, pronto... acho que sim.

**E:** Experiências que, se calhar, não teriam oportunidade de ter?

**PCG:** Sim, há situações socioeconómicas muito complicadas aqui... a nível socioeconómico, há alunos com dificuldades... com necessidades educativas especiais... muito difíceis. Tenta-se dar a melhor resposta... tenta-se, pelo menos, dar a melhor resposta a todos.

**E:** Considera que esses são, assim, os grandes objetivos do estabelecimento das parcerias?

**PCG:** Melhorar a qualidade do ensino, acho que sim.

**E:** E por parte das entidades, porque é que acha que elas estabelecem as parcerias com o Agrupamento?

**PCG:** Porque, se calhar... Sei que, nalguns casos, há financiamento específico que implica parcerias com a escola. As medidas de promoção do sucesso escolar, por exemplo, têm financiamentos que implicam o estabelecimento de parcerias. Noutros casos, tem a ver até, suponho, com os próprios objetivos delas...ah, a nível de promoção da saúde, a nível de promoção da cultura, nalguns casos, eventualmente, até porque... a escola... nós estamos a preparar profissionais, de alguma maneira, e, alguns desses profissionais poderão, depois, ser utilizados pelos parceiros. Há essa possibilidade.

**E:** E nas parcerias estabelecidas, que são muitas, de quem é que, normalmente, parte o interesse? É mais da parte da escola ou é mais da parte dos parceiros? Depende?

**PCG:** Eu acho que o interesse, nalguns casos, será por parte da escola, em determinadas situações, nomeadamente, no caso da Cerci... nesse caso, se calhar, é mais da escola. Nalguns casos, se calhar, é a escola que tem mais benefícios. Noutros casos, as próprias entidades acabam também... mas acho que em todos os casos, a escola, possivelmente, é quem mais beneficia do contributo dos parceiros. Nuns casos, mais do que noutros, mas a escola é sempre a maior beneficiária. E os benefícios para as entidades pode ter a ver com a divulgação, pode ter a ver...lá está, com as próprias metas que eles têm...Associações de Desenvolvimento Local; as metas ligadas à saúde, no caso do Centro de Saúde, contribuir para termos uma melhor qualidade, não só da educação, como da saúde, em tudo... a GNR, assegurar que haja segurança e que não haja grandes problemas, das mais diversas ordens. Mas acho que a escola beneficia sempre mais, sim.

**E:** Que impactos é que acha que são sentidos no Agrupamento em consequência dessas parcerias?

**PCG:** Impactos no Agrupamento? Em quê... os alunos?

**E:** Sim...

**PCG:** No caso dos professores, há um maior apoio, há uma ajuda em determinadas áreas, que pode ser uma coisa que pode ser mais pontual... podem existir clubes, existem projetos e isso ajuda, às vezes, até mesmo em termos materiais, coisas que algumas dessas entidades já têm elaboradas, já têm feitas e que pretendem divulgar, acabam por fazer essa divulgação aqui. E no caso dos alunos, conseguem ter uma outra perspetiva da realidade. Se calhar ligar... porque

às vezes, eles podem entender a escola como uma coisa que é ali assim um parêntesis e havendo uma maior ligação, eles, se calhar, conseguem perceber melhor qual é o objetivo de estarem a aprender determinadas coisas e para que é que elas servem e o que é que eles poderão saber no futuro.

**E:** Conhecer um contexto mais prático da aplicação da teoria...

**PCG:** Sim, normalmente, sim. As parcerias têm a ver com questões mais práticas do que... Para a teoria, estamos cá nós. Às vezes, temos é dificuldade em conseguir implementar situações de carácter mais prático e, às vezes, até fora da escola e com estas parcerias acabamos por conseguir... é mais fácil.

**E:** Em termos de motivação para os alunos...?

**PCG:** Também. Ouvem outras pessoas, podem mudar de espaço, nalguns casos, se calhar, coisas mais práticas... o produto final pode não ser um PowerPoint, pode ser uma coisa mais diversificada e, para eles, acaba por ser mais apelativo. E ouvirem outras pessoas, às vezes, basta mudarem.

**E:** Qual considera ser a importância do estabelecimento de parcerias educativas?

**PCG:** De uma forma geral, sem ser exclusivamente no Agrupamento?

**E:** Sim...

**PCG:** Acho que tem mesmo a ver com isso... as parcerias ajudam a melhorar, à partida, não é... É para isso que elas deverão existir. Para melhorar a qualidade do ensino e para diversificar e para conseguir chegar a mais gente, de uma forma mais... não queria dizer incisiva, mas se for sempre... se forem sempre os professores, se calhar, apesar de haver uma grande diversidade, apesar de haver pessoas com características diferentes e metodologias diferentes, acaba por ser mais do mesmo, que ao longo do ano, à partida, eles vão manter os mesmos professores e, às vezes, ao longo de vários anos, e havendo essas parcerias, permitem diversificar e alargar as experiências que eles podem ter.

**E:** Que novas dinâmicas é que sugere, para o futuro, no sentido de melhorar as parcerias que já existem ou, eventualmente, até de estabelecer novas parcerias?

**PCG:** Estabelecer novas parcerias, aqui, é complicado. Em primeiro lugar, porque já há muitas, praticamente, com tudo, com todas as instituições que existem. E, às vezes, até aqui no Agrupamento, muitas das parcerias, visam, não só os alunos mais velhos, mas também, e muito,

os alunos mais jovens. Mas, se calhar, podia haver, apesar dessa articulação existir, mas podia-se estreitar ainda mais a articulação no sentido de ser... de serem coisas mais objetivas. Vamos tentar fazer uma coisa... e se calhar, portanto, coisas mais objetivas e mais de acordo, porque, às vezes, aparecem determinadas propostas, num determinado ano, que até têm interesse, mas, se calhar, atendendo ao currículo, tinha mais interesse no ano seguinte, mas tem que ser naquele ano e implica, às vezes, assim uns ajustes esquisitos. Mas, nesse sentido, a questão da articulação pode sempre ser melhorada. Nesse sentido, porque em termos de diversificação, só se formos para lá e... já existem, quer dizer, não é bem uma parceria, acho que não se considera uma parceria, mas, pronto, com a Universidade de Évora, também, pelo menos visitas...e situações pontuais já têm acontecido, de virem cá pessoas, os alunos irem lá visitar determinadas organizações, determinados organismos e, portanto, a sugestão que eu faço, se calhar, é uma melhor articulação, com a flexibilidade curricular e essas coisas, acaba por fazer algum sentido. À medida que vão caindo as barreiras entre as disciplinas, se calhar, haver... esse tema aglutinador pode facilitar, através da cola de um parceiro.

**E:** E acha que a partir da altura, que foi em 2013, em que se constituiu o Mega-Agrupamento, que houve alguma mudança, que a escola ficou mais aberta à comunidade? Em termos de parcerias, houve alguma alteração?

**PCG:** Pois, eu estava na Escola Básica, não é? E na Escola Básica já havia muitas parcerias. Não tenho a noção... como em termos geográficos, a maior parte do Agrupamento é exterior à Escola Secundária, mas acho que...menos não tem havido, não tem havido menos parcerias. Acho que continua a haver uma grande abertura, se calhar, até cada vez mais, no sentido de se estabelecerem essas parcerias.

**E:** Assim, nos últimos cinco anos, de 2013 até 2018, que grandes projetos é que destacaria aqui a nível das parcerias que a escola tem estabelecido e dos parceiros com a escola?

**PCG:** Sem dúvida, o programa de educação para a saúde, em que, semanalmente, vêm enfermeiras... não sei garantir a regularidade. Pode haver falhas, mas o plano passa por aí. É o plano de educação para a saúde, com visitas de enfermeiras, de nutricionistas, de psicólogas... ah, que têm ajudado bastante. A parceria com a Cerci, no que diz respeito à ocupação dos nossos alunos com necessidades educativas especiais, com a psicóloga da Cerci, a assistente social que também tem esta... agora não me lembro do nome do gabinete...

**E:** Não é o CAFAP (Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental)?

**PCG:** Sim, o CAFAP. Obrigada! Também é muito importante, porque a nível de acompanhamento psicológico, de assistência social, é um Concelho muito complicado e, portanto, é uma parceria também muito importante. Ah... com a autarquia, a vários níveis, desde o pré-escolar até mesmo... mas aí...

**E:** Também dão bolsas de estudo, não é?

**PCG:** Sim, também dão bolsas de estudo e em termos de transporte, embora nem sempre, mas pronto, sempre que possível... até porque o Agrupamento é grande e envolve muitas escolas e, depois, obviamente, eles também têm as necessidades deles. E em termos espaciais é complicado, porque há uma grande dispersão... eles têm que ir buscar muitos miúdos, mas é fundamental essa parceria. Com a GNR também, com a Marca, com o Espaço do Tempo... enfim, estas, se calhar, são aquelas que aparecem mais recorrentemente e têm uma maior marca, sendo que estou a integrar na autarquia, não só a autarquia propriamente dita, como o Centro Juvenil, a Oficina da Criança, tudo aquilo que está à volta da própria autarquia. Acho que esses, se calhar, são os que têm mais relevo. Não vou dizer que são os mais importantes, mas são, sem dúvida, aqueles que aparecem mais frequentemente.

**E:** Muito obrigada pela sua colaboração.

## TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA COM O COORDENADOR DE ESTABELECIMENTO DA ESCOLA EB 2/3 S. JOÃO DE DEUS

<b>Data:</b> 28 de fevereiro de 2019	<b>Local:</b> Gabinete de Coordenação
<b>Hora de início:</b> 16h20	<b>Duração:</b> 47 minutos

Nota: Esteve presente também na entrevista a Assessora do Coordenador de Estabelecimento.

**Entrevistador (E):** Qual é a sua idade?

**Coordenador Estabelecimento (CE):** 54 anos.

**E:** Quais são as suas habilitações literárias?

**CE:** Licenciatura.

**E:** Como é que tem sido o seu percurso académico e profissional?

**CE:** Muito tranquilo...Andei em Belas Artes e depois não acabei ... Completei o curso na Escola Superior de Portalegre. Já tinha alguns... Há já alguns anos que dava aulas, de maneira que quando acabei o curso na Escola Superior de Educação, nesse ano fiquei logo colocado. Fiquei sempre colocado onde queria. Primeiro fiquei ao pé de casa, depois quando entendi vir para... fui para Évora... Primeiro efetivei em Évora, mas depois quando decidi vir para Montemor, consegui efetivar, porque de Évora para aqui já era mais fácil. Ao contrário do habitual... eu, nisso, não me posso queixar.

**E:** Quanto tempo de serviço tem no geral?

**CE:** Vinte e oito a 30 anos.

**E:** E aqui no Agrupamento de Montemor?

**CE:** No Agrupamento de Montemor tenho 18 ou 19...

**E:** Que cargos é que tem desempenhado?

**CE:** Além de ter desempenhado o de Coordenador de Estabelecimento, fui Coordenador TIC durante... alguns anos... já não me recordo bem, mas para aí sete ou oito...

**E:** Enquanto Coordenador de Estabelecimento, já está há quanto tempo?

**CE:** Desde 2014...

**E:** E adquiriu alguma formação específica para o cargo?

**CE:** Não...

**E:** Como é que caracteriza a participação de toda a comunidade envolvente “vida” do Agrupamento?

**CE:** Felizmente, aqui em Montemor... claro que há... irá sempre existir uma ou outra situação que irá falhar, mas a Câmara apoia bastante a educação e a cultura. E da parte... tirando a Câmara, também há várias entidades, como o Espaço do Tempo, as Oficinas do Convento, a Alma D’Arame, para além de outros projetos... Como é que se chama o projeto... Monte Dentro, Projeto Monte Dentro... que tem... é aquela entidade que está sediada nas Alcáçovas.

**E:** Não é a Terras Dentro?

**CE:** Terras Dentro, exatamente. Foi um projeto em que eles colocam animadores... animadores de tempos livres na escola, que são bastante úteis, principalmente... Não vêm todos os dias, mas vêm sempre dois dias por semana e dão um apoio diferente às crianças, para além de em termos da segurança, há mais algum adulto, no espaço exterior da escola, que é coisa que nos faz muita falta... temos muita falta de funcionários... Às vezes, pequenos problemas, pequenos litígios podiam ser logo resolvidos de imediato se houvesse a presença de um adulto... alguém responsável, porque, por vezes, já são alguns alunos mais sensatos que outros que intervêm e acabam por resolver, e muitas vezes bem. Mas quando os miúdos têm comportamentos disfuncionais, nem esses ajudam.

**E:** Esse apoio decorre quando?

**CE:** Nos momentos do intervalo, na hora de almoço e, por vezes, desenvolver até determinados eventos, festas, concursos. Entretanto, essa parceria que durou... esse projeto que durou durante alguns anos, agora terminou, mas começou já, agora, entretanto, um novo, que vem por parte da Câmara, Escola Promotora de Sucesso.

**E:** Nota que há uma certa abertura por parte da escola para o exterior no sentido de...

**CE:** Há, sim. Por exemplo, a Alma D’Arame também promove... para além de... fazer aquando do seu festival internacional de marionetas e que decorre todos os anos, para além de fazer representações propositadamente para as escolas, para as quais somos convidados, também tem sempre desenvolvido, durante a altura do festival, *workshops* alusivos à



construção de marionetas ou outras artes cénicas e, para além disso temos...pinturas...por vezes, trazem-se cá artistas plásticos, fazemos um mural...ah... tal como vamos voltar a fazer este ano. Este ano até vai ser bastante interessante: vamos ao rio recolher... lixo e vamos fazer ali, depois, um mural com lixo, à semelhança do que faz o Bordalo II. Mas pronto, há sempre uma grande cooperação com essas entidades. Com o Espaço do Tempo, a mesma situação em que, felizmente, não só para a escola, mas para Montemor também, porque está cá sediada uma companhia que tem representatividade a nível nacional e que apoia bastante a escola.

**E:** Já me falou aqui de algumas... Em que outras áreas é que se concretiza essa participação da comunidade... Já me falou do Espaço do Tempo...

**CE:** O Espaço do Tempo, a Alma D'Arame... as Oficinas de São Domingos, não... as Oficinas do Convento... a parte desportiva... ah... os pequenos clubes que existem em Montemor não são clubes que possam disponibilizar tempo e verbas para apoiar as escolas, não têm essa possibilidade.

**E:** Portanto, a nível artístico, desportivo...

**CE:** A nível cultural, a nível de educação...

**E:** De saúde também há alguma...

**CE:** Sim, há... Temos um projeto que é a Escola Promotora da Saúde... em cooperação com o Centro de Saúde, que vêm cá enfermeiras que vão dando aconselhamento às crianças a nível de higiene, fazem também o rastreio dos dentes e dão também aconselhamento sobre a sexualidade. Acho que são só estes três...

**E:** Há assim mais alguma área em que se estabeleçam essas parcerias?

**CE:** Não estou a ver agora mais...Ah, há a Escola de Música Ensemble e a Sociedade Carlista também colaboram bastantes vezes connosco. Quando há um evento ou pedimos a alguém para vir tocar, eles têm vindo sempre, bem como da Escola de Música da Ofa (Ofício das Artes). Mas com mais frequência, é mesmo a Carlista e a Ensemble.

**E:** A nível de apoio social, socioeducativo, de psicologia... há alguma parceria que queira destacar?

**CE:** Temos uma parceria com a Cercimor, temos o serviço do CAFAP em que... psicóloga, temos só uma, mas depois temos o apoio da psicóloga do CAFAP, que pertence à Cercimor.

**E:** Como é que avalia a participação dessas entidades todas na parceria com o Agrupamento?

**CE:** Avalio de forma bastante positiva, no entanto, sei que há lacunas... Não será pela falta de capacidade das pessoas que estão nos cargos, mas sim por falta de pessoal, por falta de recursos humanos e, por vezes também, por falta de recursos financeiros. Nós, por exemplo, as nossas psicólogas... sei que as do CAFAP conseguem dar resposta a cerca de 30 casos, mas estão a acompanhar cerca de 50. E até podem ser multadas por isso... não sei se é bem o termo, “multadas”, mas podem ter algum constrangimento por terem crianças a mais...

**E:** Na tentativa de dar resposta a todas as necessidades, não é, mesmo ultrapassando, muitas vezes, as capacidades que existem... E de que forma é que acha que o Agrupamento tenta fomentar essa participação das diferentes entidades nas atividades da escola e nas necessidades que vão surgindo?

**CE:** Fazendo apelos à participação dos alunos, como dos pais, através da página da escola, publicidade que fazemos também noutra página que temos no Facebook... por acaso, consegue captar mais atenção do que a própria página (site) da escola... Porque à página da escola só se vai propositadamente... dizemos nós, que somos os professores, que vamos à página para o dia a dia. Os pais, normalmente, não vão à página. Qualquer coisa que pretendamos captar mais a atenção, é preferível publicarmos também na página do Facebook, porque aí a mensagem chega mais facilmente...

**E:** Porque à página só vai quem procura alguma informação específica, não é... E que razões é que considera que levam o Agrupamento a tentar procurar envolver as entidades locais nas atividades educativas?

**CE:** Envolver a comunidade... dar a conhecer uma escola mais transparente. Mostrar o que se faz na escola, porque, hoje em dia, infelizmente, a escola é sempre apontada como algo negativo. Foi uma ideia que uma ministra criou e que pegou bem, na opinião pública, e é uma forma também de nós mostrarmos à opinião pública que as coisas não são assim tão negativas e que estamos aqui para nos preocuparmos com os seus filhos.

**E:** É no sentido de dar visibilidade ao trabalho que é desenvolvido dentro da escola, não é, e, se calhar, para procurar dar resposta a algumas necessidades... Estas parcerias, se calhar, decorrem um bocadinho para tentar dar resposta...

**CE:** Há umas que são eventos, que são espetáculos, que é para mostrarmos que as crianças, também se não fosse isso, se calhar, com os pais não iam a determinados eventos, que por vezes

somos convidados a participar, ou que realizamos mesmo. Noutras situações tiramos mesmo proveito do desempenho, do trabalho dessas entidades, como é o caso do Projeto Monte Dentro ou da Escola Promotora do Sucesso. E todos intervêm na escola e, muitas vezes, até substituem os auxiliares de ação educativa, não no aspeto de tarefas que fazem os auxiliares, mas no aspeto de saber falar com as crianças... Eles têm uma relação muito próxima, com os miúdos... Um dos monitores é psicólogo, de maneira que chega facilmente aos miúdos e existe ali uma grande empatia entre eles.

**E:** Que ações é que são levadas a cabo pela escola no sentido de concretizar esse envolvimento da comunidade, das entidades locais nas atividades da escola?

**CE:** Ações em que sentido?

**E:** O que é que o Agrupamento faz, o que é que a escola faz para tentar envolver as entidades externas, do território, do concelho nas atividades da escola? Como é que se tenta captar estes parceiros?

**CE:** Alguns parceiros não foi preciso captar, foram eles próprios que se dirigiram, que procuraram essa parceria. Outras parcerias talvez por razões de amizade... também, por vezes, acontece isso, porque estamos mais próximos de uma ou outra entidade porque já há uma relação de amizade anterior.

**E:** Se calhar, algumas (parcerias) também por razões legais, por imposição legal...

**CE:** E outras também por... temos também conhecimento que são as próprias entidades que, por vezes, nos procuram, porque essas próprias entidades ao concorrerem para determinados programas, são financiadas por esses programas, obrigatoriamente, têm que fazer uns determinados... ou espetáculos ou promover formações nas escolas...

**E:** Também precisam de público para poder desenvolver as atividades e ter esses financiamentos...

**CE:** Também precisam de público... Por exemplo, com a Alma D'Arame, fazem... fazem sempre uns espetáculos para nós, mas eles também sabem que dessa forma têm o público sempre garantido... Há uma simbiose (risos).

**E:** Acaba por haver um interesse mútuo...

**CE:** Exato, há um interesse mútuo... É bom para nós, mas também para eles será... positivo.

**E:** Como é que caracteriza a preocupação do Agrupamento no envolvimento das entidades locais na elaboração do Projeto Educativo? Considera que há aqui, de facto, uma preocupação em envolver estas entidades quando se prepara o novo Projeto Educativo?

**CE:** Há a intenção, no entanto, eu penso que poderia haver... uma melhor comunicação, porque as entidades acabam sempre por nos impor as datas que eles têm ou vice-versa, somos nós que impomos as datas que nós temos. Na altura em que se deveria fazer uma calendarização, se houvesse um trabalho mais prévio, as coisas poderiam desenvolver-se melhor. Não quer dizer que estejam mal, mas poderíamos ter mais frutos se houvesse uma calendarização mais prévia.

**E:** Facilitaria aqui uma melhor articulação por parte das entidades e da escola no sentido de estabelecer as datas e aquilo que fosse mais conveniente para as duas partes.

**CE:** O Espaço do Tempo é sempre mais cuidadoso com isso, a Alma D’Arame não é nada... Temos que andar sempre... ando sempre à briga porque sou amigo... (risos)... já há muitos anos do... do Diretor Artístico da Alma D’Arame, mas pronto... Eles têm aquele... porque é... o evento é numa altura que não nos é conveniente, mas tem a ver também com dias internacionais de marionetas... qualquer coisa assim. Mas, pronto, se houvesse um estudo mais prévio, poderíamos obter melhores resultados.

**E:** De que forma é que descreve a participação e o interesse das entidades na elaboração do Projeto Educativo? Sei que nem todas as entidades... por exemplo, no Conselho Geral nem todas estão representadas... há algumas que estão representadas, há outras que não estão. Mas considera que há algum interesse e que, efetivamente, há uma participação destas entidades quando se elabora o Projeto Educativo?

**CE:** Aí, só lhe posso falar sobre aquelas com quem eu trabalho ou com quem eu tenho essa relação de amizade, pronto... em que há uma maior proximidade. E eles têm efetivamente... pedem sempre para consultar o Projeto Educativo anterior, o que é que se está a pensar fazer no próximo ano, mas só sei disso em relação a duas, porque como eu não estou no Conselho Geral, não sei em relação às outras entidades.

**E:** Está-se a referir à Terras Dentro...

**CE:** Não, estava-me a referir à Alma D’Arame e ao Espaço do Tempo.

**E:** Portanto, nota que há um interesse?

**CE:** Sim, há um interesse... principalmente o Espaço do Tempo tenta sempre seguir e articular... as atividades.

**E:** Considera que o estabelecimento de parcerias é ou não um dos objetivos do Agrupamento?

**CE:** É um dos objetivos do Agrupamento... Não se está somente focado nisso, mas é um objetivo que o Agrupamento tem.

**E:** E que objetivos é que considera que o Agrupamento tem com as parcerias que tem estabelecido neste momento?

**CE:** Promover a... dar um bom nome à escola na comunidade, promover os eventos que cá se vão realizando, promover o sucesso escolar dos alunos, que acaba também por...

**E:** Se calhar, também tentar dar resposta a alguma necessidade que tenha... que exista na escola e daí procurar essa parceria...

**CE:** E também dar resposta a certos alunos que poderiam não ter oportunidade de assistirem a certos eventos ou participarem em determinados *workshops*, que doutra forma não seria possível...

**E:** Proporcionam-se aqui novas experiências... até culturais e artísticas e até, se calhar, de aprendizagem...

**CE:** Esqueci-me de referir duas entidades que também são importantes, que era grave não estarem... que é a Oficina da Criança e o Centro Juvenil. Tem conhecimento de como funciona?

**E:** Tenho, tenho... Já visitei os espaços e já me explicaram...

**CE:** São espaços... que dão... A Oficina da Criança então, acho que é daquelas coisas que está tão dentro dos hábitos de Montemor... já não...

**E:** ... que não conseguimos imaginar...

**CE:** Não, não é isso... Que as pessoas não valorizam, porque é um local é que nós... Os meus filhos já são mais crescidinhos, mas quando eram pequeninos, sabia que era um local onde as crianças ficavam seguras e faziam lá atividades, não estavam somente a jogar computador, faziam coisas novas. E o Centro Juvenil dá uma continuidade a essas crianças... acaba por funcionar como o Instituto da Juventude, mas aqui em Montemor. E com essas (entidades) também colaboramos bastante.

**E:** Portanto, considera que essas parcerias também acabam por, lá está, proporcionar novas aprendizagens que, muitas vezes, se não fosse a escola e com a articulação, através destas parcerias, com estas entidades, eles (os alunos) não teriam acesso a determinadas oportunidades, a determinadas experiências?

**CE:** Essencialmente, os alunos que vêm da periferia do Concelho, dos meios mais desfavorecidos, de todo, não conseguiriam...

**E:** E acaba por ser uma experiência enriquecedora também para o percurso formativo e académico enquanto alunos...

**CE:** Sim, sim...

**E:** E eles valorizam... Considera que eles valorizam estas experiências, estas oportunidades?

**CE:** Alguns sim... há outros que não... Na Oficina da Criança e no Centro Juvenil, os que frequentam, acho que gostam muito e que... tiram muito proveito. Os pais é que não valorizam tanto... é um dado adquirido. Existe e sempre existiu, porque já existe há 30 anos... a Oficina da Criança já existe e como já existe há tantos anos, acho que a população não lhe dá o devido valor.

**E:** Já estão habituados a que exista, se calhar, só reconheceriam o seu devido valor se, por alguma razão, deixasse de existir.

**CE:** ... se interrompessem durante uns tempos. Qualquer pessoa que vem a Montemor... existe o mesmo conceito noutros locais, mas qualquer pessoa que vem a Montemor sabe da existência (da Oficina da Criança) e fica bastante congratulada... fica contente. Um colega nosso que esteve aqui há anos, é de Paredes de Coura, também visitou e ele já lá tinha um projeto de ... um clube de LEGO®. Então, o que fizeram agora lá... chamam-lhe a Caixa, que é um edifício de grandes dimensões, mas que só fazem atividades de LEGO®. Fazem atividades de LEGO®, principalmente virada para a educação, no aspeto da Educação Tecnológica, mas da Matemática... funciona como a Oficina da Criança, mas só funciona com LEGO®.

**E:** Mas vieram buscar a inspiração aqui...

**CE:** ... mas principalmente vocacionada mesmo para a área da educação. Por exemplo, em História, estão a trabalhar a Segunda Guerra Mundial e fazem construções em LEGO® de equipamentos bélicos, na Matemática estudam frações com LEGO®...

**E:** É tentar criar uma motivação...

**CE:** Não é só cá que há (Oficina da Criança) ... algumas localidades já têm este conceito.

**E:** Por parte das entidades, que objetivos é que acha que as entidades têm, para além do que já falámos, que procuram um público para desenvolver as atividades, que outros objetivos é que acha que poderão existir por parte das entidades nestas parcerias?

**CE:** Têm o público garantido, não é...

**E:** É o objetivo principal?

**CE:** Acho que qualquer uma dessas companhias gosta de ver o reconhecimento do seu trabalho, para além da parte prática... há uma valorização da atividade que fazem.

**E:** E nestas diferentes parcerias que existem, de quem é que partiu o interesse: foi da escola, foi das entidades, foi de ambas as partes?

**CE:** Existem... Por vezes, são as próprias entidades que nos contactam, outras vezes somos nós a contactar as entidades, depende dos projetos, daquilo que se vai fazer. Mas na maior parte dos casos até são as entidades a propor à escola determinada atividade, se se enquadra dentro do Projeto Educativo e se podem avançar e, normalmente, salvo raras exceções, e as exceções são quase sempre por constrangimentos de calendário e de datas, é que por vezes podemos recusar uma ou outra. Agora estou-me a lembrar da parceria com a GNR, das ações que tem implementado...

**E:** A nível da Escola Segura?

**CE:** Exatamente. Da Escola Segura e daqueles... daquela Brigada que acompanha... Brigada Cinotécnica. Fazem ações sobre o trânsito... há aquelas sessões quase todos os anos... nas turmas... sobre a droga, sobre a sexualidade, sobre os perigos da Internet, o *bullying*... Normalmente, todos os anos, depende do ano escolar, mas todos os anos colaboram nesse sentido (sessões sobre o *bullying*).

**E:** Que impacto é que sentem, por parte da escola... Que impactos é que sente em consequência dessas parcerias? Por exemplo, a nível dos alunos, o percurso académico deles... sente que, de alguma forma, (as parcerias) contribuem para reduzir o abandono ou melhorar o sucesso educativo?

**CE:** Para reduzir o abandono não me parece...isto no meu entender, porque os meninos... infelizmente, os garotos que entram já com esse estigma do abandono, nada os vai motivar. Eles não de sair, infelizmente, daqui da mesma forma como entraram. Pelo menos na maior

parte dos casos, é isso que eu sinto. Poderá haver um caso ou outro que não é assim... Até porque os meios que temos para captar a atenção deles pelas aulas tornam-se sempre mal sucedidos e, mesmo a nível legal, com as poucas sanções... uma ou outra sanção que possa resultar aqui da escola também não vai alterar em nada...e quando vai já para uma instância superior, sentimos também que não há uma resposta assertiva dessa instância superior, porque o Ministério Público, de certa forma, desautoriza... desautoriza o papel da escola e acaba por não aplicar as medidas. Pelo menos, aqui em Montemor sentimos isso. Os processos tornam-se longos. Um garoto que falte sistematicamente às aulas, mesmo qua a escola faça os trâmites todos... até chegar... e depois passar para acompanhamento psicológico e tudo mais, só ao fim de dois ou três anos é que o Ministério Público toma uma medida extrema. Decisões vai tomando... mas só ao fim de dois ou três anos... O que sentimos é isso e depois também faz com que outros alunos... que não sejam devidamente orientados pelos pais em casa, comecem a tomar as mesmas atitudes.

**E:** E assim a nível, por exemplo, do Espaço do Tempo e dessas entidades, que impacto é que essas atividades que eles desenvolvem, que essas parcerias a nível da saúde, a nível da GNR, que me estava a falar, da Oficina da Criança, do Centro Juvenil... desses parceiros todos que fomos falando... da Cercimor... que impactos é que acha que essas parcerias têm no percurso dos miúdos? Já falámos aí da questão de proporcionar novas experiências que, se não fosse a escola, os pais, se calhar, não conseguiriam proporcionar. Que outros impactos é que acha que essas parcerias podem ter?

**CE:** Têm tido alguns... Por exemplo, o Espaço do Tempo, com miúdos com fraco aproveitamento... esses também tinham algum absentismo às aulas... Há dois miúdos que começaram a desenvolver lá estágio em cursos profissionais e acabaram por gostar mesmo e depois até foram para a Epral e agora continuam lá no Espaço do Tempo a desenvolver um trabalho que para eles... está a ser bastante satisfatório... gostam daquilo. Em relação a outros, não tenho notícias.

**E:** Eu sei que, por exemplo, há uma parceria com um atelier de costura, que acaba por integrar lá alunos em estágios, e cabeleireiros...

**CE:** Não tenho informação sobre esses... Aí é mais dentro dos currículos específicos dos alunos, ou seja, os currículos específicos a partir de determinada idade terão que ingressar estágios e é nesse sentido que temos essas parcerias para, realmente, colmatar ou para dar resposta àquilo que está na legislação. E temos, de facto, essas parcerias, em que os alunos lá



estão X horas nesses ateliers para cumprir o seu currículo, que é considerado estágio, porque os meninos... pronto... têm de ter no currículo essas atividades. Eu, do *feedback* que tenho, alguns correm bem, outros menos bem: ou porque os miúdos pensam que era aquilo que queriam, e depois, no fim de contas, não é bem aquilo que querem e depois temos que mudar. Não tenho casos, que eu saiba, nenhum que... Tenho, tenho aqui um miúdo da jardinagem que acabou por ficar na Câmara, aqui há uns anos... Foi aqui há muitos anos, um miúdo que fez o estágio e agora trabalha na parte da jardinagem, mas pronto, não é assim...

**E:** É uma minoria...haver aqui um caso de sucesso.

**CE:** São aqueles estágios curriculares...

**E:** Mas, depois, nem todos conseguem ficar integrados.

**CE:** Não... Também não temos aqui... muitas empresas que sejam promotoras de desenvolvimento local. Em Montemor, o maior empregador é a Câmara. Por vezes, em determinadas cidades, em que já têm alguma indústria, como Vendas Novas, ou outras cidades pequenas também, mas que têm grandes indústrias. Estou-me a lembrar de Campo Maior... eu já lá dei aulas... com a Delta... há sempre uma grande proximidade da Delta com as escolas, oferecendo estágios e que, por vezes, também tem o outro revés: é que as crianças em Campo Maior não eram muito ambiciosas, porque sabem que quando chegar a altura, desde que queiram trabalhar, têm o emprego garantido. E isso fazia com que algumas... ambiciosas no aspeto de quererem prosseguir os seus estudos... de certa forma, já tinham ali o conforto de ter assegurado o emprego.

**E:** Não havia uma motivação para prosseguir porque já sabiam que aquele estava garantido...

**CE:** Pergunto se isso pode ser prejudicial... o que não quer dizer que não seja bom, porque ao menos há algo já garantido, não é... Aqui (em Montemor) temos dificuldades em termos de cursos profissionais, em conseguir estágios para os alunos todos... E depois alguns têm que se deslocar para fora... há o problema financeiro, há todos os problemas que daí advêm... mas temos muitas dificuldades. As empresas o atelier de costura... temos lá uma miúda, não é... E quem diz isso, diz aí algumas oficinas... são tudo...

**E:** Respostas muito limitadas...

**CE:** Limitadíssimas... Realmente, o maior empregador é a Câmara e... mas... Já lá foi um para a reprografia, mas depois não ficou... Mas, pronto, é assim.

**E:** E considera que algumas destas parcerias contribuem de alguma forma para promover o sucesso escolar dos alunos? Tem aqui algum impacto?

**CE:** Acaba sempre por ter algum impacto...

**E:** Assim visível?

**CE:** Visível, não penso que haja, mas acaba por ter sempre algum impacto, apenas em situações muito particulares.

**E:** Qual considera ser a importância deste estabelecimento de parcerias educativas? Assim de uma forma geral, acha que é importante?

**CE:** Para a escola tem um valor inestimável, claro que sim! É de continuar e que cada vez surjam mais. Tem sido proveitoso, até porque... também não são assim tantas, mas há algumas situações de sucesso... Não são muitas, por isso, é que tem que se particularizar mais. Quanto mais oferta houver, mais probabilidade há de haver mais casos particulares.

**E:** E por parte da escola há sempre essa abertura para...

**CE:** Tem havido sempre disponibilidade da escola para irmos ter com alguém ou que outras entidades venham ter connosco.

**E:** Notou que quando houve a constituição do Mega-Agrupamento, houve alguma alteração em termos desta questão das parcerias, da abertura, da comunicação?

**CE:** Da parte da Escola Básica São João de Deus, já havia, inclusive, cooperação com algumas dessas entidades, que se manteve. As entidades queixavam-se era que da parte da Escola Secundária que não havia assim tanta abertura. Pronto, agora começou a haver com a criação do Mega-Agrupamento. Diziam, não sei se é verdade ou não... talvez, que a (Escola) Secundária era um bocado fechada à comunidade... a projetos propostos por outras entidades. Agora, está como estava a ESBSJD anteriormente.

**E:** Que novas dinâmicas é que sugerem no sentido de melhorar estas parcerias que já existem ou até de estabelecer outras parcerias?

**CE:** Se tivéssemos mais verbas, inevitavelmente, que se conseguiria fazer muito melhor. Mais recursos financeiros e humanos. Os recursos humanos apareceriam se houvesse recursos financeiros. Há escolas, e isso há de sentir também, como é colega, onde faz muita falta sangue novo. Eu tenho 54 (anos) e sou quase dos mais novos... Nós também nos vamos cansando e

eu lembro-me... sei perfeitamente e tenho noção que com 25 anos, os 30 e os 35, tinha dinâmicas totalmente diferentes das que tenho hoje em dia, porque já me resguardo um bocado.

**E:** A motivação já não é mesma, não é?

**CE:** A motivação não é a mesma... Acho que nem sequer sou muito calão (risos), não é... Não é por aí, mas sei que faz muita falta novos quadros na escola... É a troca de ideias, de alguém trazer algo que seja novo, tem um valor inestimável para um estabelecimento de ensino. A dinâmica que pode criar...

**E:** Os alunos, cada vez mais, temos que tentar adaptar-nos... também estão sempre a mudar. As novas gerações são diferentes das que tínhamos há anos atrás e tem que haver também da parte da escola uma capacidade de se adaptar às dinâmicas das gerações que vamos tendo.

**CE:** Cada vez estamos mais limitados precisamente porque as verbas não existem...para apetrecharmos as escolas com aquilo que pretendíamos, manter... Agora em breve vamos ter aí uma situação que vai ser terrível: temos quadros interativos, as lâmpadas (dos videoprojetores) estão todas a terminar (o seu tempo de duração). Já temos salas aí com o videoprojetor parado porque não há dinheiro para substituir as lâmpadas, que é quase o dinheiro de um projetor novo. Vamo-nos desgastando com estas coisas. É a caldeira que se estraga e depois não há dinheiro para a caldeira e depois lá estão os meninos a tomar banho sem ser nas melhores condições, porque a caldeira está avariada e não há dinheiro para se substituir a caldeira ou para se fazer a manutenção de uma peça. Há muitos constrangimentos, essencialmente financeiros.

**E:** Muito obrigada pela sua colaboração.

## TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA COM A COORDENADORA DE ESTABELECIMENTO DA ESCOLA EB Nº1

<b>Data:</b> 1 de abril de 2019	<b>Local:</b> Gabinete de Coordenação
<b>Hora de início:</b> 12h40	<b>Duração:</b> 40 minutos

Nota: A Coordenadora de Estabelecimento não autorizou a gravação da entrevista.

**Entrevistador (E):** Qual é a sua idade?

**Coordenador Estabelecimento (CE):** 63 anos.

**E:** Quais são as suas habilitações literárias?

**CE:** A minha formação inicial é em primeiro ciclo do ensino básico e mais tarde especializei-me em Necessidades Educativas Especiais na Universidade de Évora.

**E:** Como é que tem sido o seu percurso académico e profissional?

**CE:** Iniciei, em 1980, na antiga telescola, estive no ensino regular no primeiro ciclo, passei pela Cercimor. Depois da especialização em ensino especial, integrei o grupo de ensino especial em Montemor-o-Novo, onde estive até 2007. Saí para o ensino regular por iniciativa própria.

**E:** Quanto tempo de serviço tem no geral?

**CE:** Trinta e oito anos.

**E:** E aqui no Agrupamento de Montemor?

**CE:** Estive efetiva em Mourão, Palmela... sempre destacada no ensino especial em Montemor-o-Novo.

**E:** Que cargos é que tem desempenhado?

**CE:** Nada de relevante. Sempre fugi a isso. Estive no Conselho Pedagógico, estou aqui na Coordenação da Escola.

**E:** Enquanto Coordenadora de Estabelecimento, já está há quanto tempo?

**CE:** Há 12 anos.

**E:** E adquiriu alguma formação específica para o cargo?

**CE:** Não, nada mesmo.

**E:** Como é que caracteriza a participação de toda a comunidade envolvente “vida” do Agrupamento?

**CE:** Nós trabalhamos diretamente com a Associação de Pais e através dela chegamos à Comunidade. Desenvolvemos projetos em comum, participamos nas atividades de expressões que a Associação de Pais tem. Como o ATL tem dificuldades, fornecemos materiais que temos, colaboramos com eles. Os pais trabalham connosco quando é necessário. Por exemplo, esta semana temos a “Caça aos ovos” com a colaboração dos pais.

**E:** Em que áreas se concretiza essa participação?

**CE:** Com a Comunidade, participamos (nas atividades) sempre que é possível. Brevemente, vai haver a “Marcha da Saúde” e nós participamos. Participamos também no “Desfile de Carnaval” e noutras atividades. Temos parceiros, como a Herdade do Freixo do Meio... vamos lá no dia 4 de abril.

**E:** Como é que avalia essa participação das entidades na parceria com o Agrupamento?

**CE:** Na maioria das vezes, essa participação é positiva. A escola não vive isolada. No entanto, tem que ser com peso e medida. Se exagerarmos, tudo o resto internamente se ressentem. Temos que saber dosear e saber programar para tudo se encaixar. Essas parcerias têm que permitir a consolidação dos conteúdos. Se não for assim, não corre bem. É uma preocupação fazer essa filtragem corretamente.

**E:** E de que forma é que acha que o Agrupamento tenta fomentar essa participação das diferentes entidades nas atividades da escola?

**CE:** Tendo uma escola aberta à comunidade, uma escola que participa nas atividades, que são consideradas pertinentes, propostas pelos parceiros.

**E:** E que razões é que considera que levam o Agrupamento a tentar procurar envolver as entidades locais nas atividades educativas?

**CE:** Na minha opinião, os documentos que vêm do topo orientam-nos para estarmos o mais integrados possível. Vivemos em comunidade e é em comunidade que temos que viver e agir, e isso porque traz benefícios. As parcerias e as atividades propostas têm que ser analisadas para

que haja articulação e que tenham substância. São uma mais-valia para os alunos e, como tal, há que ir por esse caminho. Tem que ser tudo muito bem trabalhado, caso contrário, poderá haver colisões que não são benéficas.

**E:** Que ações é que são levadas a cabo pela escola no sentido de concretizar esse envolvimento da comunidade, das entidades locais nas atividades da escola?

**CE:** A escola vai participando em algumas atividades propostas pelos parceiros, como já referi, e está aberta à participação da comunidade também. A colaboração mais efetiva acaba por ser com os pais, essencialmente no primeiro ciclo.

**E:** Como é que caracteriza a preocupação do Agrupamento no envolvimento das entidades locais na elaboração do Projeto Educativo e que ações são levadas a cabo no sentido desse envolvimento?

**CE:** Penso que há essa preocupação. As parcerias só serão benéficas se houver uma boa articulação entre a escola e os parceiros e ao nível da planificação, essa articulação funciona bem.

**E:** De que forma é que descreve a participação e o interesse das entidades na elaboração do Projeto Educativo?

**CE:** Essas entidades têm interesse e até participam na elaboração do Projeto Educativo. No colocar em prática, na concretização, já não é a mesma coisa, já se verifica um afastamento.

**E:** Considera que o estabelecimento de parcerias é ou não um dos objetivos do Agrupamento?

**CE:** Sim, é um dos objetivos do Agrupamento.

**E:** E que objetivos é que considera que o Agrupamento tem com as parcerias que tem estabelecido?

**CE:** Integração da escola, dos alunos que a frequentam, todos os alunos com vista a uma vida ativa. O conhecimento, o contacto direto para construção desse conhecimento, da comunidade, do que existe, para depois estes alunos serem integrados e integrarem-se. Eles próprios têm que fazer esse caminho. Para os (alunos) tornar cidadãos ativos, participantes. Que venham a construir, no meio em que vivem, novos caminhos.

**E:** Por parte das entidades, que objetivos é que acha que as entidades têm no estabelecimento destas parcerias?

**CE:** Dar visibilidade ao que fazem, à sua ação, captar público. Há uns que não, mas a maioria procura os seus interesses.

**E:** E nestas diferentes parcerias que existem, de quem é que partiu o interesse: foi da escola, foi das entidades, foi de ambas as partes?

**CE:** O interesse... basicamente com a Associação de Pais é na tentativa de fazer com que os laços que unem os miúdos ao exterior se mantenham ativos, para que cresçam de forma mais equilibrada. Estamos em contacto com os pais na dose certa, com outras entidades é mais difícil, mas vamos tentando... Com a autarquia, que é quem trabalha mais connosco. Com a Herdade do Freixo do Meio, trabalhamos de diferentes formas. Esta escola já foi Eco-Escola e um dos representantes deste parceiro era um dos elementos do Conselho Eco-Escola, vinha à escola fazer sessões temáticas sobre várias áreas, entre elas, a agricultura biológica. Agora já não há Eco-Escola, mas há um contacto com este parceiro à mesma. Vamos lá fazer um piquenique esta semana... Eles têm a “Semana da Primavera” e nós já participámos na elaboração do cartaz... Estão recetivos para nos receber. Há empresas de jardinagem... que fazem formação... A GNR faz ações sobre a segurança... os bombeiros, a Gesamb.... Somos muito requisitados de fora... há muito interesse de fora.

**E:** Que impactos é que se sentem em consequência destas parcerias?

**CE:** As parcerias são de uma grande riqueza. O ser humano desenvolve-se num todo e esse todo é a comunidade. A escola tem de se aproximar do desenvolvimento do ser humano. Há uma riqueza de conhecimento, que contribui para o sucesso dos alunos que a escola, isolada, não tem. Há muitos benefícios nestas parcerias, não pode ser de outra forma. As nossas entidades parceiras mostram sempre abertura para melhorar, para fazer diferente. A sociedade mudou e para a escola poder acompanhar o ritmo da sociedade, tem que ter essa dinâmica. No entanto, como somos uma escola grande, a logística e a prática são sempre uma grande dificuldade.

**E:** Qual considera ser a importância deste estabelecimento de parcerias educativas?

**CE:** As parcerias educativas são muito importantes, pois através delas, os alunos podem ter acesso a informação e conhecimento que, se não existissem as parcerias, não teriam.

**E:** Que novas dinâmicas é que sugerem no sentido de melhorar estas parcerias que já existem ou até de estabelecer outras parcerias?

**CE:** Que as escolas tenham mais autonomia e poder de decisão.

**E:** Obrigada pela sua colaboração.



## TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA COM A ASSESSORA DA DIREÇÃO DE PRÉ-ESCOLAR E 1º CICLO

<b>Data:</b> 21 de março de 2019	<b>Local:</b> Gabinete de Coordenação
<b>Hora de início:</b> 14h45	<b>Duração:</b> 34 minutos

**Entrevistador (E):** Qual é a sua idade?

**Assessora da Direção (A):** 43 anos.

**E:** Quais são as suas habilitações literárias?

**A:** Licenciatura em primeiro ciclo do ensino básico.

**E:** Como é que tem sido o seu percurso profissional?

**A:** Tem-me corrido bastante bem, a verdade é esta. Tirando esta parte dos congelamentos e da progressão de carreira, que não existe... tenho apanhado os anos piores, mas tenho conseguido trabalhar sempre. Portanto, fiquei logo vinculada ao fim de dois anos, já estou efetiva... ah, portanto, a parte política tem calhado bem com a minha progressão. Portanto, sempre que mudou de governo, tenho sido beneficiada com isso e tenho ficado sempre perto de casa, por exemplo. Também nunca fui para muito longe. Trabalhei alguns anos fora e já trabalho em Montemor, que é onde eu vivo e cresci... ah... 18 anos, pelo menos. Portanto, tem-me corrido bem, a verdade é esta. Não tenho sido prejudicada com colocações fora, portanto, o percurso tem sido bastante agradável, nesses aspetos, não é...

**E:** Está a lecionar em que escola?

**A:** Eu estou no primeiro ciclo, sou professora de primeiro ciclo do ensino básico, lecionei sempre como Professora Titular de Turma até ao ano anterior, porque este ano estou como Assessora de Direção, à espera que uma colega se reforme, porque vou assumir o cargo na Direção, responsável pelo primeiro ciclo e pelo pré-escolar

**E:** Quanto tempo de serviço é que tem no geral?

**A:** Acabei em 1996, portanto, já vou para o vigésimo terceiro ano, não é...

**E:** E aqui neste Agrupamento (de Montemor)?

**A:** Neste Agrupamento só estive um ano fora, portanto, já estou há 22 anos.

**E:** Que cargos é que tem desempenhado? Já falou um bocadinho...

**A:** Todos, quase, que aparecem, tenho feito quase todos... Tenho sido Coordenadora de Departamento, o ano passado era... fui quatro anos Coordenadora de Departamento, anteriormente era Coordenadora do Conselho de Docentes. Já tive a desempenhar funções na biblioteca escolar também... foi por aí que também comecei neste Agrupamento: tive um convite, porque era destacamento naquela altura, e convidaram-me para vir para este Agrupamento...ah, portanto, todos os cargos que têm aparecido, tenho feito um bocadinho de cada um, portanto, tem-me calhado sempre os cargos.

**E:** E adquiriu alguma formação específica para esses cargos?

**A:** Sim, uma pós-graduação em gestão escolar, gestão e administração escolar.

**E:** E agora relativamente à participação e ao envolvimento da comunidade escolar nas atividades do Agrupamento, como é que caracteriza essa participação?

**A:** Nós temos muita participação, porque o nosso Agrupamento é muito aberto, nós temos uma comunidade muito ativa. Temos uma grande parceria com a Câmara Municipal e a Câmara Municipal tem vários projetos, que engloba quase todos os parceiros que existem. Para já, há uma grande abertura de todos. Nós, aqui em Montemor, a vantagem de aqui trabalharmos, é que temos muitas entidades sempre com as portas abertas. Qualquer coisa que nós precisamos ou uma atividade... uma ideia que nós tenhamos, toda a gente nos diz, provavelmente, quase que sim, estão sempre recetivos e ao contrário: também, a escola tem a abertura para receber e temos muitos parceiros educativos. Quase todas as pessoas, todas as entidades, as associações da sociedade... daqui de Montemor, têm uma parceria connosco. Portanto, é muito envolvente. Os pais também são muito participativos e ao longo do ano há sempre muitas atividades para todos os ciclos, sempre que envolva a comunidade escolar.

**E:** E nota... Portanto, o meu estudo foca-se mais a partir do ano de 2013, que foi quando houve a constituição do Mega-Agrupamento. Nota que de alguma forma houve alguma mudança e termos de abertura, passou a existir maior abertura?

**A:** Eu acho que passou a haver maior abertura, principalmente, para os outros ciclos, para o segundo e terceiro ciclos e secundário. Porque o primeiro ciclo e o pré-escolar sempre tiveram uma ligação próxima, mas mesmo com a abertura... com a ligação, uma maior ligação entre o pré-escolar, o primeiro ciclo e os outros ciclos, fez com que também houvesse uma maior abertura à sociedade. Eu, isso, noto, porque eles também... para já, já vinham com o bichinho

de fazerem mais do que a escola só, portanto, os miúdos também requerem mais hoje em dia do que aquela escola que o professor dita os conteúdos e as crianças apanham. Portanto, as coisas têm vindo a melhorar e a escola também tem feito uma tentativa também para que haja uma abertura maior. Este ano fizemos pela primeira vez as Jornadas Pedagógicas, que foram dois dias dedicados só às artes, ao desporto, à cultura e então, abrimos a escola a todas as pessoas. Portanto, esta foi uma experiência que nós não tínhamos tido nos anos anteriores. Pronto, são 1700 crianças aqui neste espaço, a fazer atividades... o Agrupamento todo. E foi um sucesso, será uma coisa para repetir no próximo ano.

**E:** E foi dinamizado pelo Agrupamento com os alunos? Envolveu outras entidades?

**A:** Toda a gente. Representantes de cada ano, que fizeram uma comissão e, a partir daí, envolvemos todos os professores, todos os alunos e todas as entidades e associações que quiseram participar e que nós vimos que tínhamos algum ganho em utilizá-los. Portanto, depois foram convidados os pais, foi convidada a autarquia, tivemos convidados de fora, portanto, envolveu todos... não houve ninguém que tivesse conseguido escapar.

**E:** Em que outras áreas é que se concretiza essa participação da comunidade escolar na vida do Agrupamento?

**A:** Neste caso, por exemplo, envolveu todas as áreas, não é... porque foi desde o desporto, à economia, à política, a áreas artísticas... Tentámos, ao máximo, ir buscar um bocadinho de cada. E depois tentámos, também, conforme os interesses dos miúdos, ah... por exemplo, os que estão nas artes, tivemos palestras sobre banda desenhada, tivemos as Oficinas do Convento, que é uma entidade que cá está, a mostrar um bocadinho do que se faz lá; em termos de engenharia tivemos aqui ah... a construção e desconstrução de máquinas para motivá-los... Tentámos ir ao encontro dos interesses de cada um, também para eles perceberem se aquilo era o interesse deles ou não. Aí tentámos, e tentamos sempre, abranger ao máximo... ah, os diversos públicos e as idades e os interesses e aproveitar, porque temos muitas coisas, muitas associações em Montemor.

**E:** Como é que avalia essa participação da comunidade na escola?

**A:** Eu avalio como muito positiva, porque só assim... no meu ponto de vista, só assim é que as coisas resultam, porque ao fim e ao cabo... às vezes, até a comunidade vem dizer o mesmo que nós, não é... Os professores querem transmitir o conhecimento, mas sendo outra pessoa a

dizer o mesmo, já é de outra maneira e já é ouvido... já estão com mais atenção, já acham que é diferente, portanto, é sempre uma mais-valia.

**E:** E de que forma é que acha que o Agrupamento tenta fomentar essa participação, tenta envolver as entidades?

**A:** Isto já vem... tem sido um projeto que já vem há muitos anos, não é... Portanto, o Agrupamento já tem esta ligação com a comunidade há muito tempo. Depois há uma vantagem, que é nós conhecemo-nos uns aos outros. A cidade é muito pequenina, toda a gente se conhece, o que faz com que seja muito mais fácil fazermos os tais pedidos... ah, para a comunidade participar. O Agrupamento tenta... ah, para já, tem uma página na Internet, não é, onde todas as informações estão lá, e cada vez mais a comunidade educativa habitua-se a ir ver quais são as novidades ao nosso site de informação, ao *site* do Agrupamento. Acho que isso é muito importante. Depois também há uma relação próxima, por exemplo, com a rádio e com os jornais. Qualquer coisa que é importante, também comunicamos. Com os pais... os pais também estão, através do programa Inovar, por exemplo, têm acesso a tudo o que se passa na vida escolar do aluno. Ah, e vamos tentando assim com os novos meios de comunicação divulgar as coisas e ter sempre a abertura para também receber. Temos sempre aqui na Direção, por exemplo, estamos sempre prontos a receber a comunidade, seja pais, seja entidades, é só chegar aqui e dizer “Precisamos de falar com alguém.” E nós sempre os recebemos, portanto, não fechamos a porta a ninguém e eles sabem disso.

**E:** E que razões é que considera que levam o Agrupamento a tentar procurar envolver as entidades locais nas atividades educativas?

**A:** As razões são, para já, motivar as crianças para a aprendizagem. Depois, dar-lhes o máximo de experiências possíveis. Ah... mais... e acho que estes são os dois principais. Eles terem conhecimento que é dado por outras pessoas, de experiências já vividas ou conhecimentos dados por outros e depois as crianças, para serem cada vez mais motivadas para a aprendizagem, porque hoje a escola está muito diferente e tem muita concorrência com a tecnologia e com outros interesses. A escola já não é como antigamente, um local onde estávamos e passávamos o tempo ... principalmente, nos intervalos é onde vimos a grande diferença. Os alunos já não estão a conviver uns com os outros, estão agarrados aos telemóveis ou a fumar, que é outra coisa que eles gostam. Portanto, é muito diferente... a escola é mesmo só para virem... para virem dar as aulas, e nós tentamos, ao máximo, agarrá-los aqui com outro

tipo de atividades que eles gostem e que a escola não seja só os conteúdos que eles precisam para seguir outra vida. E isso tem que ser com a comunidade também a ajudar.

**E:** Portanto, considera que da parte do Agrupamento há, realmente, uma preocupação em envolver as entidades e mesmo a nível da elaboração do Projeto Educativo?

**A:** Sim, há sempre essa... e há sempre auscultação para o Projeto Educativo das outras entidades. É sempre feito tudo em comum. Aqui trabalhamos muito em parceria sempre e, principalmente, com a Câmara... com a Câmara Municipal então há uma grande ligação para que as coisas funcionem dos dois lados, não é... Portanto, há sempre a preocupação do Agrupamento em abrir as portas a todos.

**E:** E por parte das entidades locais, também acha que elas revelam interesse em participar?

**A:** Revelam muito e ficam todos muito felizes sempre que pedimos a participação... ah, seja qual for... Só nos dizem que não quando não é possível, mas todos ficam muito contentes e agradecem sempre a participação. Até mesmo, temos grupos... por exemplo, os grupos corais que às vezes vêm aqui dar experiências ou artistas ou até escritores... também temos em Montemor... ou pessoas que fazem filmes de animação, vêm sem cobrar nada e vêm à escola e ficam todos agradecidos pelos convites. Portanto, nós é que devíamos agradecer, às vezes, a prestação deles e a abertura deles e eles é que nos agradecem por nos termos lembrado deles. Há sempre uma proximidade muito grande.

**E:** Também é uma forma deles divulgarem o trabalho que fazem, de angariar aqui, se calhar, algum público...

**A:** E dar a conhecer aquilo que se faz e isso, em termos culturais, Montemor é uma cidade que tem muita cultura, isso sempre foi uma aposta da Câmara e isso ajuda também os alunos. Temos um projeto... não sei se isso interessa para aqui, mas temos um projeto que é o “Mais Sucesso”, que é a autarquia que dinamiza, e que temos atividades de vários âmbitos e que, neste momento, faz com que os alunos estejam muito mais interessados. Por exemplo, um projeto que está a funcionar muito bem é a abertura... à Ciência Viva... o Centro de Ciência Viva de Estremoz, foram lá já fazer algumas atividades, eles também já vieram cá fazer atividades a vários ciclos e os miúdos estão super-motivados e aprenderam muito mais facilmente os conteúdos, por exemplo, de sétimo ano, que é um ano sempre muito complicado, é onde nós temos maior taxa de retenção, eles estão motivados para a aprendizagem e foi só, por exemplo, incluir o Centro de Ciência Viva na aprendizagem e o sucesso tem sido muito melhor este ano. São estas

pequenas coisas, estes pequenos ganhos que a comunidade traz de fora e que é muito bom para eles e nós sentimos isso.

**E:** E a nível desse projeto “Mais Sucesso”, que outras atividades, outras ações é que têm?

**A:** Por exemplo, neste momento estão a fazer... as escolas do meio rural, um filme de cinema de animação... tem a ver com os desejos dos alunos. Temos isto das ciências... temos o azulejo, estão a trabalhar o azulejo... outra entidade. Estão a visitar Montemor para ver os azulejos, que é uma coisa que nós passamos e não olhamos. Mais... são tantas atividades... vamos ter o teatro de inglês, para a semana, por exemplo... Portanto, como vê, abrange uma data de atividades. Se quiser eu também lhe digo quais são... vai de... a cozinha, por exemplo, cozinhar, sessões... *workshops* de cozinha... Há tudo e mais alguma coisa.

**E:** Tudo no âmbito do “Mais Sucesso”?

**A:** Sim, tudo dentro do mesmo projeto.

**E:** Se me puder, depois, facultar mais alguma informação...

**A:** Eu posso ir buscar a listagem e digo-lhe todas as atividades que estão a ser feitas. Vamos ter também uma coisa que nunca experimentámos... não sei se vai correr bem ou não, depois posso dizer-lhe mais tarde. Em maio, vamos ter uma turma de quarto ano que vai parar a semana toda, não vai ter aulas durante uma semana, vai fazer um projeto com a Alma D’Arame, que é uma entidade que existe cá em Montemor, e vão conhecer o rio Almansor, porque a gente passa por ele e não o vimos, vão... aproveitar para ver as margens, fazer limpeza às margens, para recolher os objetos que encontrarem e depois, através disso, vão fazer trabalhos de expressão plástica. Portanto, é um projeto um bocado ambicioso, vamos ver como é que corre... durante uma semana. Não é fácil, vamos tentar, porque a escola tem que ser muito mais que o português e a matemática.

**E:** Eu sei que a nível do primeiro ciclo, acho que é o quarto ano, também tem o projeto das “4 Cidades” ...

**A:** Temos o projeto das “4 Cidades” como temos os Erasmus para os outros ciclos. O “4 Cidades” é um projeto para mim... para mim, é dos mais engraçados porque os miúdos vivem muito. Ah... porque eles... dá-lhes uma autonomia, para além de conhecerem as cidades, ficam dois dias nessa cidade, que é uma quinta e uma sexta por... ah, eles começam com seis, sete anos, portanto, nunca largaram as mães e os pais, e vão dois dias com os professores para essas

idades... para essas três, conhecer a cidade e fazer atividades. E quando chega ao final do quarto ano e perguntamos o que é que eles gostaram mais da escola, é logo o que eles respondem “Foi o das 4 Cidades.”. E depois, há os outros que têm um grande desgosto de não terem sido contemplados por esse projeto espetacular. É muito bom esse projeto... eu tenho... Depois, no final dos três anos de projeto, é sempre editado um livro, ou um jogo...

**E:** Tenho lá alguns exemplares que, entretanto, da Câmara, já me forneceram. Há sempre uma compilação de...

**A:** ... dos trabalhos que foram realizados, porque eles, depois, têm trabalhos feitos ali... com pesquisas bem feitas e que envolve todos. Portanto, aquele trabalho não pode ser só trabalho de sala de aula, envolve muito os pais, os pais têm que ajudar nas pesquisas e... Mas eles depois gostam. Os pais são envolvidos no projeto e eles gostam muito. Corre sempre muito bem.

**E:** Também sei que há outro projeto, o “Lembrar Abril” ...

**A:** O “Lembrar Abril” é da Junta de Freguesia... ah, todos os anos... este ano as comemorações ainda são mais especiais porque fazem uma data... já não sei se é 40 anos...

**E:** Ah...45...

**A:** E então participam todas as escolas do primeiro ciclo... este ano vai ser no Parque Urbano... têm uns grafitis, têm um jogo e é comemorado de outra maneira, e cada turma dá o seu contributo para esse projeto e é uma data que... às vezes, até o abril é assim um bocadinho subjetivo, porque há pessoas que ganharam ou perderam com o 25 de abril, mas naquela altura... A forma como as coisas são feitas, a comunidade é toda envolvida e eles têm um jogo que a Junta de Freguesia oferece, e depois há a final, e, de facto... aquele jogo é levado para casa para estudarem as perguntas, porque eles depois querem ser os campeões, e os pais e os filhos ficam a saber a história toda do 25 de abril.

**E:** É uma forma deles, se calhar, sem se darem conta...

**A:** ... de aprenderem. Eles dominam depois o 25 de abril, muito mais do que eu, porque eles, depois, ficam a saber tudo: os nomes todos, quem interveio, tudo... E os pais ajudam muito e acabam por jogar, porque depois são obrigados, porque os filhos são tão... portanto, é a vantagem do primeiro ciclo: eles são tão insistentes que os pais são obrigados a participar e a jogar com eles. Portanto, é outro projeto, mas nós temos muitos projetos.

**E:** Aquele da Oficina da Criança...

**A:** Sempre foi... É um dos sucessos aqui de Montemor e vem muita gente... temos a Oficina da Criança, que participa... Em Montemor, eu acho que toda a gente... Portanto, temos as Oficinas do Convento lá em cima, que têm sempre atividades para nós... Há sempre teatros, há sempre cinemas... há uma abertura...

**E:** Também há a Festa da Animação...

**A:** A Festa da Animação também decorre em novembro, todos os anos temos o cinema de animação e agora estamos a fazer... eles próprios estão a fazer os filmes em cinema de animação. Portanto, nós não temos um mês que não haja atividades. Estamos sempre preenchidos, às vezes, é difícil é chegarmos a todos. Fora isto, temos a Semana da Bolota... agora foi a Semana da Bolota... também participámos com um painel... Ah, as cantinas também têm as refeições com as bolotas... Portanto, temos muitas atividades, aquilo que não falta são atividades.

**E:** E a Semana da Bolota foi dinamizada por quem?

**A:** É a Câmara Municipal, depois pede a nossa participação e nós participamos. Quando nós precisamos da Câmara, eles prestam-nos os serviços e nós também prestamos. Portanto, a Câmara também é uma entidade que funciona bem connosco, a Junta de Freguesia é outra entidade que também só não faz o que não pode e nós somos uma equipa todos juntos.

**E:** Só assim é que funciona, não é?

**A:** Só assim é que faz sentido.

**E:** Considera que o estabelecimento de parcerias é ou não é um dos objetivos do Agrupamento?

**A:** Claro, só pode ser.

**E:** Com isto tudo que já me disse...

**A:** Mas é uma coisa que já está enraizada. Às vezes, nem perdemos tempo a pensar nisso pela forma como nós já trabalhamos há tantos anos. É pegar no telefone e falar uns com os outros, portanto, há uma abertura de toda a gente e toda a gente fala... inclusive nem só... nós tentamos sempre seguir a hierarquia para tentarmos também controlar como é que as coisas funcionam, mas a verdade é que há uma abertura de todos. Há uma atividade... Nós, por exemplo, agora esta que vai ser em maio... Às vezes tem que ser assim: os primeiros que chegarem, são os aqueles que podem ir. Às vezes, temos uma data de inscrições e não temos respostas, porque temos sempre alguém que percebe que é importante e que quer participar. Não temos nenhuma



recusa a nada e vamos sempre participando da melhor forma que nós conseguimos. Isso é que acho que é importante. E a Câmara também. Tudo o que se diz que não, é porque não é mesmo possível, porque há sempre uma abertura grande e nós tentamos também sempre... Agora temos o final do ano para... ah, o primeiro ciclo e para o pré-escolar é mais uma semana do que os outros... vamos tentar também... não insistir tanto porque tivemos as Jornadas Pedagógicas, mas vamos tentar fazer ali uma semana diferente. Podemos pedir... vamos tentar fazer piscinas, que é a Câmara Municipal também que tem que nos ceder os técnicos e as piscinas; tentar fazer um teatro para todos, para finalizar o ano, e depois com todas as atividades que temos, que eu já lhe vou dizer quais são, que são muitas atividades, tentar ter uma exposição com essas mostras todas de trabalhos para eles verem também o resultados dos seus trabalhos, não é? E depois também tentamos fazer um peso. Nas “4 Cidades”, temos aquele livro... aquilo não é entregue aos alunos. Fazemos uma cerimónia com pompa e circunstância, onde estão todas as pessoas... entidades importantes: está o Presidente da Câmara, mais os Vereadores, a Diretora da escola... pessoas, que eles também sentem-se importantes. São chamados um a um, quando entregam o livro, para eles sentirem que aquilo tem um peso, que é uma coisa importante. Eles sentem-se valorizados e veem que é importante aquilo que estão a trabalhar e o que fazem. Eles têm um gosto enorme. Depois, é mais fácil também... as crianças do primeiro ciclo têm um outro gosto, que os outros mais velhos vão perdendo... aquele gosto para fazer, do aprender... Eles vêm ali como tábuas rasas e nós e que nós é que lhe estamos a meter os gostinhos todos. Portanto, é muito fácil esta idade e são vividas de uma maneira... Nós, agora, com as Jornadas, que foram dois dias... Portanto, isto era atividades de 45 em 45 minutos... portanto, cada um fez muitas atividades durante dois dias, eles andavam completamente contentes e felizes... E nós recebemos vários *emails* e mensagens de telefone e pelas vias... meios de comunicação... internet, o agradecimento, por exemplo, dos pais, que reconheceram que os filhos estavam tão felizes na escola e que havia muitos ganhos em tudo aquilo que eles aprenderam, porque foi... abrangeu tantas áreas diferentes... Portanto, eles adoraram, não é... Desde as tecnologias, mesmo as próprias tecnologias que eles não têm muitos acessos até às experiências... Portanto, houve várias experiências, que é uma coisa que eles na escola... a gente tenta fazer cada vez mais, mas que é diferente quando é com professores especializados na área e com os materiais todos e com as condições todas. Até mesmo o conhecimento da escola... eles nunca tinham... já tinham entrado aqui na escola, mas nunca tinham corrido os espaços todos. E quando nós fizemos os vários *ateliers*, tivemos que usar a escola toda, porque eram muitos alunos, eles terem corrido... para eles só andarem de sala em sala, conhecerem os buracos todos da Escola Secundária...

**E:** ... por outros espaços que estavam habituados, não é...

**A:** ... estavam felicíssimos: “Isto é muito grande!” São mais-valias... e alguma coisa ficou de certeza. E alguma aprendizagem ficou.

**E:** E que grandes objetivos é que destaca aqui neste estabelecimento de parcerias por parte do Agrupamento com as entidades? Lá está... É para motivar os alunos, é para lhes dar novas oportunidades?

**A:** É para abrir caminhos e novas experiência e eles perceberem que há muito mais do que aquilo que eles conhecem, não é... Para isso, para motivar... os miúdos hoje em dia estão muito pouco motivados... ah, às vezes, nem sabem bem o que é que querem. Portanto, o primeiro ciclo é para eles serem criativos e serem apaixonados pelo que fazem e pela escola. Perceberem que temos que trabalhar sempre, porque acho que isto é muito importante. É muito importante eles aprenderem desde pequeninos que a vida não é... ninguém... nada nos cai do céu, ou seja, têm que trabalhar desde pequenos para conseguirem chegar onde eles quiserem chegar. Não é nada fácil, nada é fácil, mas se é feito com gosto, torna-se muito mais fácil. E sempre fazemos o melhor. E depois aqui os mais velhinhos, é para eles perceberem que há vários caminhos que eles podem seguir, para eles também experimentarem vários, porque hoje em dia o que nós notamos aqui... Nós temos aqui alunos muito bons de décimo segundo, que depois vão para uma universidade e chegam lá e não é nada daquilo que eles pretendiam e, então, temos que tentar ao máximo dar-lhes as experiências todas aqui que for possível, para eles saberem o que é que querem, o que é que existe e o que é que podem.

**E:** Eles têm cada vez mais dificuldade...

**A:** ... têm porque eles cada vez... parece que não, mas às vezes também facilitamos muito. Facilitamos... em termos de... tentamos fazer-lhes... os pais, hoje em dia, porque já passámos por tanto, queremos sempre ajudar mais os filhos. Isto vai... vão... a sociedade... hoje em dia os miúdos não ouvem tanto um não e, depois, ao primeiro não, à primeira dificuldade que eles encaram, para eles, é um problema. E nós estamos a tentar fazer isso... é ver que há muitos caminhos por onde seguir e se uma coisa não corre bem, é desistir e começar por outra. E a gente tivemos aqui, por exemplo, várias palestras agora, em que vieram pessoas testemunhar isto: “Fiz isto quando saí da escola.”, “Fui para aqui, mas depois percebi que não, não gosto disto! Vou experimentar outro caminho.”, “Também não gosto.”. A vida é isto, é ouvir não e não estar feliz, mas nunca desistir. Nada é fácil, mas sempre avançando, que é o que nós pretendemos. A abertura da escola aos outros é para mostrar que há muito mais coisas, que há

coisas, há experiências que eles têm que fazer e também largá-los... Nós também tentamos ao máximo, cada vez mais, usamos as tecnologias novas...

**E:** Ir ao encontro dos interesses deles também...

**A:** Modernizando, ir ao encontro do progresso, mas também há muito mais para além disso. É tentar que não estejam sempre agarrados aos telemóveis e tentar...

**E:** ... mostrar outras alternativas.

**A:** ... outras alternativas. E cada vez... E tentar que as aulas sejam... não sejam sempre no mesmo espaço, não é... nem sempre com as mesmas pessoas, nem sempre com as mesmas ideias. Outra coisa que nós também fazemos, não com a comunidade, mas de alunos para alunos, tentar sempre que os mais velhos trabalhem com os mais novos. Fazemos muito isto e é uma coisa que tem resultado muito bem. É mudar... até os professores trabalharem noutros ciclos também, para perceberem como é que é. A tal história do professor do ano passado é que teve a culpa. Portanto, estarem lá nos outros ciclos para ver que nós trabalhamos sempre e os alunos também... os mais velhos ajudarem os mais novos, fazerem aulas para... Para já, ficam todos contentes porque são os outros alunos a ensiná-los, ficam mais motivados e os mais velhos também se sentem superiores por poderem ensinar. Portanto, tem corrido muito bem estas atividades todas... Eu acho que só assim é que nós conseguimos e a nossa escola tem mostrado que tem bons resultados e eu acho que vem daí. Depois, há sempre os alunos com mais dificuldades, também estes alunos que têm mais dificuldades, dar-lhes outras oportunidades. A escola não é só tudo...

**E:** Para alunos, se calhar, mais da periferia que não teriam oportunidade de participar em determinadas... e ter determinadas experiências, se calhar, também é uma forma de...

**A:** E nós também temos muitas atividades do meio rural. Há muitas entidades que vão mesmo... porque são crianças que, às vezes, não têm tantas oportunidades e tentamos sempre dar o máximo de oportunidades a todos, não privilegiar só a cidade, também era injusto para eles.

**E:** E por parte das entidades, para além desta divulgação do que eles fazem, que outros objetivos é que acha que eles possam ter ao estabelecer estas parcerias coma escola?

**A:** Eu acho que, para além de divulgarem-se a eles próprios, não é, verem as atividades que eles... eu acho que eles têm muitos ganhos. Para já, porque acabam por formar pessoas mais

intervenientes na sociedade, o que também lhes interessa a eles, porque também querem que as associações deles não morram, e é preciso que a juventude as vá alimentar. E depois também é... ah, mesmo eles próprios sentem-se mais realizados quando estão a transmitir os seus conhecimentos aos outros e motivá-los. E, de facto, têm saído tantas coisas boas destas... porque há sempre um produto qualquer final... ou, mesmo só a satisfação dos alunos faz com que eles se sintam felizes por participar e por ajudar. Acho que é... eles ganham muito em vir à escola, mas os alunos também lhes dão muito. Há muitas que não... fazem e fazem parte dos projetos deles e... mas eu acho que está tudo interessado em melhorar a educação. Eu acho que gosto de ver que seja assim e vê-se resultados e depois, pronto, há projetos mesmo que precisam dos nossos alunos para avançarem, não é... Acho que ganham os interesses de todos os lados.

**E:** Exatamente. Nas diferentes parcerias que se têm estabelecido, de quem é que partiu o interesse? Foi mais da escola relativamente às entidades? Foi mais as entidades que procuram a escola? Das duas partes?

**A:** Há das duas partes. A escola tem muitos interesses em ter e, às vezes, até parte mesmo de... às vezes, nem parte só do Agrupamento. Portanto, os próprios docentes sabem o que é que existe, conhecem a comunidade... é a vantagem também do corpo docente ser o mesmo há muito tempo. Portanto, nós temos poucos professores... Este ano até foi o único ano que recebemos professores novos, mas foram logo integrados porque, por exemplo, no início deste ano letivo, a autarquia fez uma reunião, convidou todos os professores a estarem presentes e mostrou todas as associações e todos... todos os parceiros que a escola tem e que poderia vir a ter e tudo aquilo que eles têm para oferecer. Portanto, foi... aos professores que já cá estavam, já conheciam, mas é sempre bom lembrar e até descobrimos sempre alguma coisinha que não sabíamos. Os outros novos ficaram a conhecer o que é que Montemor tem para oferecer. E até em termos de... mostrou a entidade: “Aqui pode-se fazer isto, isto e isto.” E as pessoas ficaram a conhecer e sabiam e sabem que se precisarem daquele grupo... ah, e foi também dito que se quisessem visitar esses locais, era só aparecerem. Portanto, houve professores interessados nisso, foram conhecer os próprios parceiros e ficaram também recetivos a poder saber que podiam-nos convidar quando quisessem. Isso foi bom. Até os próprios professores sabem que se vão dar uma aula sobre isto, poderão convidar estas entidades, que elas estão recetivas. Portanto, esta foi uma forma de divulgação deles, por exemplo, que eu acho que correu muito bem. E para os professores, eles próprios contactam, vêm aqui à Direção e dizem “Olhe, queremos fazer uma aula assim diferente.” e há abertura de todos para isso.

**E:** E agora já aqui mais em termos de efeitos, de impactos das parcerias, que impactos é que considera que o Agrupamento tem tido com estas parcerias?

**A:** O impacto maior é a melhoria dos resultados escolares. Eu acho que por aí... são números... tantos... Às vezes os testemunhos não servem, mas uma prova... e é uma prova em termos de números, não é, é que nós estamos a melhorar os nossos resultados. E acho que só desta maneira poderemos continuar a melhorá-los. Eu acho que, às vezes, falamos “Ah, os resultados são melhores porque...”, uma das razões é essa. Foi a abertura da escola, foi tentar motivar os miúdos para esses próprios melhores resultados. Por isso, eu acho que isso é o impacto melhor, a evolução que temos tido em termos de sucesso escolar.

**E:** E que obstáculos é que se colocam ao estabelecimento das parcerias?

**A:** Eu acho que os obstáculos são... para mim, a maior crítica é os programas, porque os programas são tão extensos e muitos não são de acordo com as faixas etárias dos alunos, que os professores vivem um bocadinho obcecados por dar o programa. E estas atividades, que eu acho que são ganhos e aprende-se sempre alguma coisa... mas há muitos professores que dizem: “E depois quando é que eu dou isto, quando é que eu dou aquilo?”, “Quando é que eu faço isto?”.

**E:** E depois há o exame nacional...

**A:** Nestas turmas, então, do exame, isto ainda é pior, não é... Depois com as paragens para as atividades, depois com as greves, que tem sido greves de professores e agora greves de auxiliares, há muitos professores que estão preocupados porque ainda deram... E eu também os percebo, porque eles têm exames no final do ano e depois os conteúdos não foram dados, mas esse é o maior obstáculo, porque a escola, neste momento, não tem tempo para fazer outras atividades que, anteriormente, já tivemos. Porque eu, quando comecei a trabalhar, os programas não eram tão exigentes e nós conseguíamos dar os programas à mesma, ah... mas eram dados de uma forma mais divertida, com mais criatividade, com mais prática e menos teoria e, neste momento, não dá. E eu percebo que os professores estejam ali nas aulas deles a debitar os conteúdos para chegar ao final do ano e dar tudo. E isto, para mim, é o maior obstáculo à escola. E não acho... Eu, por exemplo, estou... fui... quando andei à escola, era com os programas antigos e não acho que cheguei ao final da escolaridade e que não saiba as coisas. Acho que hoje eles até sabem menos, porque decoram, decoram tudo, não é...

**E:** Se calhar, acaba por se falar de muita coisa e não se consolida nada assim...

**A:** E não fica lá nada, não fica... E a verdade, é que se podia fazer coisas muito mais interessantes. E a escola não faz coisas mais interessantes porque tem muitos professores que dizem “Eu não consigo, não tenho tempo, não pode ser feito.”. Esse é o maior obstáculo.

**E:** Mas depois, normalmente, quando falamos com os alunos, o que eles se lembram, o que ficou, foi daquele dia que fomos aqui, que fizemos aquilo...

**A:** Isso é o que fica. Só que às vezes... Eu percebo que não possa ser tanto por causa disto.

**E:** Há sempre essa limitação. Considera, realmente, que é importante que existam estas parcerias educativas?

**A:** Claro! Nem vejo a escola de outra maneira. E acho que estamos... cada vez, temos mais ligação. E é por aí que nós estamos a ir pelo bom caminho. Há coisas que experimentamos e que não correm tão bem, mas este da parceria não tenho dúvidas nenhuma. Não vejo a escola a funcionar doutra maneira.

**E:** E agora mesmo para concluir, que novas dinâmicas é que sugere aqui no sentido de melhorar o que já existe, em termos de parcerias ou até, de futuro, de estabelecer novas parcerias?

**A:** Olhe, isto é que eu acho que é uma pergunta difícil, porque eu acho que nós já fazemos aquilo que é possível. Portanto, eu agora até estou a trabalhar na Direção, portanto, tudo aquilo que consigo, tento fazer. Eu acho que, neste momento, mais parcerias é difícil, porque já temos parcerias com todos os grupos. Acho que não há nada que não estejamos a trabalhar com. Agora o que podemos melhorar só é estreitar, cada vez mais, essa relação. É haver mais diálogo, mais horas de partilha, trabalharmos mais em conjunto, que às vezes, é difícil, não é... É a única coisa que estamos neste momento a caminhar. Por exemplo, agora a nossa última, que foi as Jornadas, que foi a reunião de tudo, os nossos parceiros estavam aqui ou foram convidados para estar, e agora temos que fazer a avaliação do que é que podemos melhorar e o que é que não podemos melhorar. Eu acho que sim, que a única coisa que, às vezes, falha um bocadinho, é a comunicação, se calhar, porque também há pouco tempo para o fazer e, se calhar, hoje, em vez de nos reunirmos para conversar, mandamos um email, e depois vem a resposta por email. Portanto, acho que a única coisa que, neste momento, podemos melhorar mesmo é tentar ter uma maior comunicação e estarmos todos mais reunidos. Agora, de resto, acho que já estamos muito... já estamos a ir no bom caminho.

**E:** Numa escola grande, torna-se complicado...

**A:** E, mesmo assim, acho que tendo em conta a escola tão grande, ainda mais porque o nosso Concelho é muito grande... temos escolas a 30 quilómetros. Tendo em conta isso, acho que já estamos a ir muito... pelo bom caminho. Também porque as escolas trabalham muito em conjunto... Portanto, nós temos a Junta e a Câmara que nos dão transporte, e quando temos, por exemplo, uma atividade muito gira, que foi uma escola, nós pedimos sempre para fazermos... incluir a outra, porque nós arranjamos o transporte ou tentamos melhorar. Portanto, mesmo neste pormenor, que é a distância, nós temos conseguido arranjar o caminho. Portanto, eu acho que estamos no bom caminho, mesmo. Agora, é continuar.

**E:** Muito obrigada pela sua colaboração.

## TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA COM A REPRESENTANTE DOS ALUNOS NO CONSELHO GERAL

<b>Data:</b> 21 de março de 2019	<b>Local:</b> Biblioteca da Escola Secundária
<b>Hora de início:</b> 14h00	<b>Duração:</b> 28 minutos

**Entrevistador (E):** Qual é a tua idade?

**Representante dos alunos (A):** 18 anos.

**E:** Em que ano de escolaridade é que te encontras?

**A:** No décimo segundo.

**E:** Como é que tem sido o teu percurso académico?

**A:** Com alguns altos e baixos. Achei... a diferença do...do nono... do ensino básico para o ensino secundário diferente... daí, eu não sabia bem o curso que queria. Não sabia bem para aquilo que queria ir, não tinha nenhum objetivo porque não sabia mesmo o que queria. Então, eu fui para Humanidades. Entretanto, percebi que, se calhar, eu queria algo mais relacionado com a Economia, que é a área onde eu estou agora. Pronto, entretanto, esta mudança fez-me... pronto, perdi muita matéria e as minhas notas não estavam assim muito boas. Então, eu decidi repetir o ano para melhoria. Consegui melhorar. Entretanto, tive o problema da matemática que... pronto, não conseguia. Então, decidi anular e este ano vou por exame externo... vou fazer o exame.

**E:** Há quanto tempo é que frequentas este Agrupamento?

**A:** Há sete anos.

**E:** Eu sei que tu representas... tu e um outro aluno representam os alunos no Conselho Geral. Há quanto tempo?

**A:** Entretanto, saí do Conselho Geral este ano, mas estive durante um ano como representante no Conselho.

**E:** E já fizeste parte de alguma Associação de Estudantes anteriormente?

**A:** Já. Eu pertenci a duas. Uma, entretanto...uma delas, entretanto, era a cabeça de lista, mas, no entanto, não ganhámos. E na outra, não era a cabeça de lista, apenas pertencia às vogais de organização de eventos e ... e ganhou a lista e ficámos durante um ano nessa lista.



**E:** Que avaliação é que tu fazes dessa tua participação no Conselho Geral?

**A:** Pronto, eu gostava muito, porque, pronto, era para saber dos projetos... estava a par sempre dos projetos que iam acontecer na escola, que eu acho que é muito importante. E saber... porque não é só... às vezes, nós perguntamos “Ah, não temos nada para fazer na escola, não há assim tantos projetos”, mas existem. Às vezes, não são é tão divulgados quanto isso, mas existem e se, às vezes, não existem, deu para perceber o porquê de não existirem: porque o orçamento não dá, porque tem que se ter orçamento para outras coisas e, pronto.

**E:** Portanto, isso deu-te uma visão diferente do tipo de atividades, projetos, parcerias que a escola tem?

**A:** Tem com as outras entidades e... deu para perceber que se, às vezes, há projetos que não dão, é porque... não é porque o Agrupamento não quer. É porque existem outras coisas que temos que nos focar mais...

**E:** São prioritárias?

**A:** Que são prioritárias na nossa escola e que, pronto, vale mais a pena investir esse dinheiro do que em projetos... Mas os que existem, que são imensos até, são bons e dão-nos imensas experiências para o resto da vida.

**E:** Como é que tu caracterizas a participação dos alunos na “vida” do Agrupamento de Escolas?

**A:** Eu acho que cada vez mais têm participado em mais projetos, como listas... ah, há dois anos tínhamos só duas listas, o ano passado já tínhamos três... do Parlamento dos Jovens, que também já participei. Temos ido sempre a Évora e houve, em anos anteriores, que até colegas meus que até foram ao Parlamento (Assembleia da República). Depois, temos o projeto Erasmus, que cada vez tem tido mais pessoas... que eu lembro-me de começar e não ter tantas pessoas quanto isso e agora são imensas. O Clube de Voluntariado... estou lá há cinco anos e... tivemos a fazer... a divulgar... eu e mais um colega meu estivemos a divulgar pelas salas e éramos uns 20 e agora somos 60. Pronto, acho que cada vez mais as pessoas tentam participar nesses projetos para... para, pronto, para terem uma atividade diferente, dentro da escola, e que proporcionam várias coisas. Por exemplo, nos Açores... quando fomos...no voluntariado, fomos aos Açores no ano passado. Tivemos dias... ah, atividades... em que tivemos a trabalhar atividades relacionadas com o ambiente, ah...ir a visitas a lares sociais, projetos sociais, pronto.

**E:** E tu enquanto elemento do Conselho Geral que foste, achas que, por exemplo, a opinião dos alunos... ah, não sei aqui de que forma é que é feita a auscultação aos alunos, mas achas que era tida em conta nas decisões que, depois, a escola toma?

**A:** Sim, eu penso que sim. Os alunos tiveram que escolher o que é que gostavam de ter na escola, tanto que agora já há televisões, duas televisões, porque queriam na sala de convívio televisões. Então, pronto, tentaram arranjar, de acordo com o orçamento, alguma hipótese do que os alunos queriam ter... pronto, meter em prática. E, acho que nós, alunos, somos ouvidos, sim, aqui no Agrupamento.

**E:** Em que áreas é que se concretiza essa participação dos alunos na vida do Agrupamento? Estavas-me a falar nos projetos... Em que outros aspetos é que achas que os alunos têm, efetivamente, uma participação na vida da escola, no dia a dia da escola?

**A:** Como assim?

**E:** Como eu te estava a perguntar também há pouco, de que forma é que vocês são auscultados? Também tentar perceber qual é a opinião dos alunos em relação ao que é que está bem ou o que é que não está... Como é que é feita essa auscultação?

**A:** Quando temos alguma queixa, nós dirigimo-nos ao nosso professor ou à Diretora de Turma e dizemos as nossas queixas e, pronto, para depois falarem posteriormente com a Diretora da escola. Ah, eu, às vezes, dava a minha opinião no Conselho Geral, porque, pronto, estava a representar os alunos e, enquanto aluna, sabia o que gostava de ter ou que todos gostávamos de ter ou o que nós achávamos todos que estava mal... e, pronto, e aí eu tinha a perceção das coisas. Por exemplo, às vezes, na escola... a escola foi construída há pouco tempo, novamente, e, entretanto, tem algumas falhas... nos tetos, etc. E o ar condicionado, porque quando está frio, faz frio e quando está calor, faz calor. E, pronto, e é uma queixa, porque toda a gente... Nós metemos essa questão no Conselho Geral e percebemos que a culpa não é o do Agrupamento, é de quem fez a obra na escola e estamos... e estavam sempre a tentar que respondessem para o Parque Escolar, que é a instituição... acho que é assim... vir cá fazer as melhorias, mas nem sempre se obtém resposta ou o orçamento é demasiado... tem valores exorbitantes, em que não têm orçamento para tal e... mas pronto, eu acho que nós somos ouvidos, no entanto, muitas coisas às vezes não acontecem porque não dá mesmo, não é porque o Agrupamento não quer.

**E:** Como é que tu avalias essa participação dos alunos em tudo isso que vocês vão opinando, que se vão queixando...? Já disseste que achas que são ouvidos e que as pessoas na escola tentam resolver as situações... por vezes, não é possível, não porque haja má vontade, mas porque há outras condicionantes, maioritariamente, se calhar, económicas...

**A:** Sim, mas eu acho que nem todos os alunos, às vezes, permanecem calados. Alguns permanecem calados. Por isso é que eu acho que é importante haver participação de mais alunos naquilo que querem ser ouvidos. Se, por exemplo, a Associação de Estudantes... havia várias medidas e as pessoas ao estarem a votar nessas medidas é porque queriam que essas coisas se concretizassem na nossa escola. E... eu acho que, ao estarem a votar nessas coisas, apesar de estarem calados, muitas das vezes, já estão a dar a sua palavra em nome de alguém, ou seja, quem se põe mais à frente, digamos, como participar no Conselho Geral ou como participar numa lista, está a dar a sua voz por detrás de todos os outros 500 ou 600 alunos. No entanto, acho que poderia haver mais precisão também dos alunos em dizer aquilo que queriam, em vez de reclamarem um bocado, como costumam fazer, dizerem mais... ah, o que querem, porque acho que o que conseguimos todos juntos...

**E:** Apresentarem propostas, se calhar, mais concretas e não criticar só por criticar...

**A:** Exato e perceber o porquê de não dar...ou então... porque a escola, pronto, é um espaço de ensino, onde nos ensinam... Há muitas pessoas que querem transformar isto também como se fosse um espaço, não tanto de ensino, mas mais de lazer. E, às vezes, temos que pensar que essas coisas custam dinheiro, que essas coisas, se calhar, eram motivo para o desempenho escolar não ser tão bom e, pronto, muitas das vezes, isso são coisas que podem não ser concretizáveis. Se calhar, em vez de criticarem, meterem a mão na consciência e pensarem que se não dá, se calhar, é porque a escola não pode ou tem outras prioridades ou porque, se calhar, ah... não está certo fazer isto na escola. Se calhar, está mais certo darem mais utilidade... se calhar estarem a comprar livros novos para a biblioteca do que, se calhar, fazer um parque de *skate*. Pronto, é uma escola, não é um parque de diversões e é isso que eu acho que, às vezes, falta também muito nos alunos... é pensarem que isto é uma escola e não outra coisa em que podemos sair da escola e fazer.

**E:** Que expectativas é que tu achas que o Agrupamento tem ao estabelecer parcerias com diferentes instituições aqui dentro do Concelho de Montemor?

**A:** Eu acho que ao estar... eu acho que é de bastante interesse fazer várias parcerias com Concelhos... com várias entidades de Montemor, porque essas entidades fazem com que

tenhamos projetos que sejam saudáveis para os alunos. Por exemplo, eu participei no projeto Erasmus, como tinha dito há pouco... eu participei no projeto Erasmus e desenvolvi imenso o meu inglês e deu-me a conhecer novos países, novas culturas e a aprender coisas novas. Eu aprendi *sites* em que posso fazer trabalhos diferentes do *Powerpoint* e do *Word*. Aprendi várias palavras não só em inglês, como também em russo, como em grego, em italiano. Por exemplo, o desporto é importante e ao haver parcerias com o ténis, o futebol, o râguebi... ao haver essas parcerias, poderiam dar-nos mais dinâmica para haver mais desportos na escola, apesar de termos o desporto escolar, para haver vários desportos na escola, ou mesmo, quem sabe, uns descontos por sermos os estudantes cá da escola, com essas entidades se quiséssemos participar em algum desporto...e, pronto, eu acho que...

**E:** Então, tu achas que os grandes objetivos do Agrupamento ao estabelecer essas parcerias passam, por exemplo, por tentar proporcionar novas experiências aos alunos que, se não existissem esse tipo de parcerias, eles poderiam não ter? Falaste aí no Erasmus...

**A:** Sim, eu acho que sim. Por exemplo, o Clube de Voluntariado fez uma parceria com a Marca, que é uma instituição que eu desconhecia até haver esta parceria, que tem vários projetos e até mesmo para quem quer trabalhar no verão... quem quer trabalhar no verão, quem quer ajudar de outra forma ou até quem quer fazer um projeto de Erasmus, tem opção de ir à Marca, que existem esse tipo de trabalhos todos. O ano passado nós fomos com a Marca ao castelo tirar os ramos das árvores para não causar incêndios no verão. E, pronto, e eu descobri que, por exemplo, se eu alguma vez pensasse em fazer um *gap year*, que tinha oportunidade de ir à Marca e poderia fazer Erasmus ou algum tipo de voluntariado ou algo do género.

**E:** E que ações é que achas que são levadas a cabo por parte do Agrupamento no sentido de promover esse envolvimento das entidades locais com a escola?

**A:** Como assim?

**E:** O que é que a escola faz para tentar desenvolver essas parcerias com as entidades?

**A:** Acho que a escola... Primeiro há... um professor é... o diretor, não sei bem explicar... de cada projeto que existe cá na escola. E nesse projeto, eu acho que o professor fala com a entidade e é divulgada essa parceria através de palestra, através de... palestras, cartazes, comunicação entre os alunos e, pronto. Há pouco tempo houve uma palestra sobre... para os alunos do décimo segundo ano sobre ... apoiada pela *Yorn*, acho eu... sobre o que é que nós queríamos seguir, em que tivemos várias palestras. Agora houve as Jornadas também ...

Pedagógicas, em que fizemos várias atividades diferentes, para descobrirmos o que realmente queremos... queremos para o nosso futuro.

**E:** As Jornadas Pedagógicas são... destinam-se a alunos só do décimo segundo ou de todo o Agrupamento?

**A:** Acho que foi a todo o Agrupamento.

**E:** E que tipo de atividades é que desenvolveram?

**A:** Desenvolvemos os segredos do teatro, que era falar sobre poesia, teatro, que é muito importante, por exemplo, para a disciplina de português. Ah... vimos um filme, que era o *Fahrenheit 451*, pelo menos foi o que eu vi... ah, e depois estivemos a debater. Também as pessoas que estão no Curso de Artes estiveram a fazer grafites... ah, houve o treino funcional, que era fazer treino no pavilhão, com a professora de educação física, e... cozinhar, na cantina. Pronto, havia várias... nem todos tínhamos o mesmo horário, porque, pronto, era difícil tantos alunos fazerem as mesmas coisas, tínhamos um horário para cumprir, com as várias atividades que tínhamos para fazer. Cada turma tinha uma atividade e pronto.

**E:** Como é que caracterizas a preocupação do Agrupamento na tentativa de envolver estas entidades na elaboração do Projeto Educativo, uma vez que estiveste no Conselho Geral? Achas que, de certa forma, o Agrupamento tenta envolver as entidades quando elabora o Projeto Educativo?

**A:** Sim, eu penso que sim.

**E:** Há essa abertura da escola?

**A:** Sim, tenta mandar por email ou por chamada, sempre que possível, para tentar que, pronto...sem essas entidades, pronto, a escola também não tinha capacidade para conseguir fazer tudo e, pronto, essas entidades são uma grande ajuda para nós... porque, pronto, são mais pessoas a ajudar-nos em cada... em projetos diferentes, em várias áreas diferentes. E eu acho que a escola tenta sempre ir em busca dessas parcerias, com a sua ajuda, então, tenta sempre comunicar... existe sempre uma grande comunicação entre a escola e as outras entidades.

**E:** O que é que o Agrupamento espera dessas entidades parceiras?

**A:** O Agrupamento espera que essas entidades ajudem, porque, pronto, há várias coisas que são destinadas a jovens. Porque, por exemplo, Montemor quer que a população jovem seja mais ativa e nós, que estamos na escola, somos todos jovens e... eu acho que o Agrupamento tem

essas expectativas... muitas delas não são tão correspondidas, mas a maior parte das vezes correspondem às expectativas que o Agrupamento tem, que são boas, porque... para ajudar e para dinamizar a escola sempre da melhor forma, de forma a tornar a escola não só... pronto, num espaço em que eu vou lá ter aulas e venho-me embora... nem todos os alunos tinham, se calhar, o mesmo desempenho. Tinham um desempenho bom, porque ia ser sempre a mesma rotina. E eu acho que a escola, cada vez mais, tem tido estas... estas parcerias e com estas parcerias tem tido cada vez mais dinâmica. Por exemplo, eu não tinha Jornadas, nunca tive Jornadas Pedagógicas e este ano tive e achei mesmo giro, porque acho que foi uma coisa diferente e... como as visitas de estudo... acho que são mesmo boas dinâmicas para a escola ser um espaço não só de estudo ou de convívio ali ao portão ou ali no bar... de termos mais... coisas diferentes, que nos tornam mais ativos.

**E:** Oportunidades diferentes?

**A:** Sim, oportunidades diferentes, que nos tornam mais ativos e nos ajudam a compreender aquilo que nós queremos e até mesmo quem nós somos.

**E:** E uma vez que já estás aqui há sete anos, notas que a partir do momento em que houve a constituição do Mega-Agrupamento, que foi em 2013, que houve alguma diferença em termos de abertura da escola para o meio, para a comunidade, para essas parcerias?

**A:** Sim...

**E:** Achas que houve ou que não houve?

**A:** Estive durante um ano nesta escola sem ser Mega-Agrupamento. Portanto, eu não tenho muito a noção de como é que era antes e como não era com o Mega-Agrupamento. Mas sei que ao longo destes anos todos temos tido várias oportunidades e eu acho que são boas, porque durante essas oportunidades todas, tentei estar sempre nas que conseguia... tive oportunidade de viajar para sítios diferentes, tive oportunidade de... conhecer novas pessoas, tive oportunidade de fazer atividades que eu nunca na minha vida pensaria... poderia fazer se não fosse com a escola. Se calhar se me dissessem “Ah, vamos para o castelo tirar (ramos de) árvores.”, por iniciativa própria, não iria. Mas se me disserem “Ah, vamos!”, eu se calhar, digo “Ah, estou no projeto, vou!”. Pronto, acabo... ah, desde que houve este Mega-Agrupamento, tenho tido estas oportunidades todas que não tinha tido antes, quando andava, se calhar, no quinto ou no sexto ano. Eu vim para cá foi no sétimo e não me lembro muito bem... nem participava em certas atividades.

**E:** E que noção é que tu tens dos impactos... de alguns desses impactos que as parcerias têm no Agrupamento, e mais especificamente, nos alunos? Que consequências, que efeitos, que resultados é que tu consideras que essas parcerias têm trazido para os alunos?

**A:** Acho... negativo, acho que não consigo encontrar nenhum impacto. Só... apenas positivos. Ah... como disse há pouco, a dinamização das atividades... tornamo-nos pessoas mais ativas, e não estar sempre na mesma rotina de escola, estudar, ir para casa. Há muitas fora da escola que nos ajudam... O desporto escolar... se calhar, há pessoas que não têm possibilidade de se inscrever num desporto, mas o desporto escolar... temos vários desportos gratuitos e que nos ajudam, por exemplo, a passar a tarde inteira... numa tarde livre em que, por exemplo, não temos teste ou não temos que estudar... a tarde inteira a fazer desporto. E depois existem torneios, que nos levam à competição... quando é competição, fica mais empenhado... têm torneios; o projeto Erasmus... o facto de conhecer pessoas... novas, ir para um sítio diferente; o projeto de Voluntariado, de fazer voluntariado... que nos deixa sempre melhor connosco próprios e gostamos de ajudar os outros; o Clube Europeu... às vezes, os nossos intervalos são diferentes, porque vêm cá pessoas dançar sevilhanas... ah, muitas delas são alunas do nosso Agrupamento... vêm cá dançar sevilhanas. Às vezes, como é o Clube Europeu... quando é aquela semana da Europa... têm vários lanches e várias... com a escola cultural, com coisas na biblioteca de diferentes países e, muitas vezes, são coisas feitas por alunos: frases, histórias... que os alunos, ao participarem nisso, estão a aprender mais um pouco, sobre, por exemplo, o que estão a fazer. Acho que isso é bastante importante... pronto, aprendemos várias coisas, não só aquilo que está nos livros, que temos de fazer... de ler para fazer testes ou exames, também para aprender mais do mundo à nossa volta.

**E:** e que se não fossem essas atividades, se calhar, não teriam oportunidade de conhecer...

**A:** Exato. Se calhar, se o professor me dissesse “Estuda a história do Brasil”, eu teria de estudar a história do Brasil para fazer um cartaz e, se calhar, se não me dissesse nada, eu não iria estudar a história do Brasil. Ah, aí aprendi já mais um pouco e enriqueci um bocado...ah, o meu conhecimento.

**E:** E, na tua opinião, qual consideras ser a importância do estabelecimento de parcerias para o percurso académico dos alunos? É importante? Não é importante?

**A:** Eu acho que é importante. Pronto, Montemor é um sítio muito pequeno e, como eu disse há bocado, eu não conhecia a instituição da Marca e agora sei e sei para que serve. Acho que é importante dar a conhecer, para nós aprendermos também o que temos à nossa volta e... as

oportunidades que temos e que, muitas vezes, não conhecemos... só as conhecemos através da escola... não as conhecemos e podemos ter mil e uma oportunidades... ah, mil e uma oportunidades e não sabemos. E a escola faz o papel de divulgar, porque se nós não quisermos ir pela escola, pelo menos, sabemos que existem e, um dia mais tarde, podemos ir lá e fazer algo que nos interesse. Pronto.

**E:** E que novas dinâmicas é que sugeres, aqui, no futuro, para melhorar as parcerias que já existem ou, eventualmente, de se criarem novas parcerias?

**A:** Eu acho que... o que falta aqui era o facto de... ah, apesar de existirem muitos projetos, se calhar, mais e que não custem. Por exemplo, deveria de... eu gostava, por exemplo, de aprender alemão. Então, abrir um Clube de Alemão que... acho que já houve até... um Clube de Alemão em que eu possa aprender, pelo menos, o básico do alemão, que... esteja fora do meu horário escolar, porque, pronto, o meu curso não tem esse... essa disciplina, fora do meu horário escolar, possa ir aprender um pouco de alemão, em vez de estar a gastar dinheiro a ir para um curso de alemão. E... eu acho que deveria de haver também mais apoios para as pessoas que não conseguem, por exemplo, inglês ou outra disciplina qualquer, haver mais um apoio, não só aquele da turma... haver... se calhar um que até fosse geral para aprender... para conseguir, pelo menos, melhorar, em vez de estar a inscrever-se em explicações ou... em... que, pronto... se houver gratuitamente, as pessoas preferem, do que estar a gastar fora da escola. Acho que esses projetos deviam ser mais assim... não só como já temos, Erasmus, etc... haver mais esses para aprender algo do nosso interesse. Eu, há uns tempos atrás, andei no Clube de Latim. Entretanto, já não... nunca mais ouvi falar... mas eu até gostava de aprender e acho que não há mais... Acho que não são projetos que encarecem alguma coisa... acho que até são projetos que nos ajudam e... não encarecem nada a escola nem a nós.

**E:** Muito obrigada pela tua colaboração.



## TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA AO VEREADOR DA EDUCAÇÃO

<b>Data:</b> 4 de abril de 2019	<b>Local:</b> Gabinete do Vereador da Educação
<b>Hora de início:</b> 17h00	<b>Duração:</b> 32 minutos

**Entrevistador (E):** Qual é a sua idade?

**Vereador da Educação (VE):** 39 anos.

**E:** E as suas habilitações literárias?

**VE:** Sou licenciado em *Design*, Comunicação e Tecnologias Gráficas e sou mestrando em Direção e Gestão Desportiva.

**E:** Que cargos ou funções é que tem desempenhado nos últimos anos?

**VE:** A minha profissão é *designer* e organizador de eventos, é a minha profissão... Eu, neste momento, estou como eleito aqui, mas a minha profissão é *designer*. E tive um atelier de *design*, que fundei com um sócio. Tive que sair dessa sociedade por questões legais, inerentes à tomada de posse e à ocupação deste cargo a tempo inteiro. Por lei, não posso ter nenhuma participação em nenhuma sociedade e, então, deixei essa sociedade bem como uma empresa de organização de eventos desportivos.

**E:** Disse-me que está há um ano e meio como Vereador da Educação?

**VE:** Tomei posse no dia 15 de outubro de 2017, sensivelmente, 18 meses.

**E:** Como é que caracteriza a participação do Município na “vida” do Agrupamento de escolas?

**VE:** A nossa participação é a nível de apoio e de cooperação. Não temos poder de decisão, estamos representados no Conselho Geral e aí, sim, podemos contribuir com algumas decisões, mas é, sobretudo, muito de colaboração e apoio. Ainda hoje de manhã tive uma reunião com a Diretora do Agrupamento exatamente nesse sentido. Portanto, um conjunto de situações, que necessitam de ser articuladas entre o Município e o Agrupamento e é frequente. Temos uma relação muito próxima, é frequente esse intercâmbio de ideias e de resolver questões pontuais e outras mais estruturais a nível de... Até lhe posso dizer, a nível de intervenções em escolas do primeiro ciclo que vão acontecer, que são da responsabilidade do Município, e articular para que os alunos façam a mudança, com tudo a que têm direito para continuar com as suas aulas,

com as suas condições para poder estudar, articulando sempre com o Agrupamento. Também estamos disponíveis para as atividades que o Agrupamento desenvolve, para apoiarmos logisticamente, para que decorram da melhor forma. São as duas... Não temos, propriamente, uma interferência... não temos, de todo, uma interferência no Agrupamento ao nível da decisão, isso não temos.

**E:** E que razões é que determinam essa participação? É só por questões legais ou é porque, realmente, há aqui uma vontade, por parte do Município, de colaborar e apoiar? Pelo que percebi, vai mais além do que são as competências legais, não é?

**VE:** Sim, nós estamos, neste momento, a atravessar a nível de sociedade portuguesa e de decisões políticas, um período aqui... algo conturbado e difícil, que tem a ver com a transferência de competências. Ou seja, neste momento, os Municípios têm um conjunto de competências ao nível da educação, e Montemor tem porque... devido à questão das escolas, nomeadamente, de primeiro ciclo com menos de 21 alunos, para ficarem abertas foram entregues as competências de gestão ao primeiro ciclo. Mantemos todas as escolas abertas, mesmo com número reduzido de alunos. A única que não está aberta, no Concelho, em termos de freguesia, é Cabrela. É a única freguesia que não temos escola de primeiro ciclo, todas as outras têm, com a colocação de auxiliares do Município e com a manutenção dos edifícios. O que nós temos tido, nomeadamente através da participação através de atividades e com disponibilidade de atividades de educação física, da Oficina da Criança, de atividades a nível cultural e que vão para além do que são as nossas competências. Neste momento, o governo quer-nos passar um conjunto de competências a nível da educação, do qual o Município de Montemor recusou, porque entende que a partir do momento em que cada autarquia puder influenciar, que é aquilo que falávamos anteriormente das decisões do Agrupamento, vão existir 300 políticas de educação, de saúde e... sobretudo, nestas duas áreas, que estão na Constituição como um direito universal para todos os portugueses da mesma forma. Portanto, uma autarquia que aposte mais na educação, quem reside nesse Concelho tem diferentes oportunidades de quem está ao lado, que possa investir menos e, por esse motivo, nós entendemos que existe um conjunto de oportunidades que nós podemos e investimos a nível de educação, do desporto e da cultura, enquanto forma de fomentar o desenvolvimento do cidadão, mas não entendemos que devemos participar, e era isso que estava há bocado a dizer, em nenhuma forma de decisão do Agrupamento. Porque o programa, as condições específicas de ensino... nós não temos que influenciar nem interferir nessa decisão, mas colocamos um conjunto de ferramentas e equipamentos à disposição do Agrupamento, das escolas e dos

professores, que achamos que devemos fazer e defendemos essa questão. Por exemplo, uma das situações, para além da parte imaterial, neste momento, todas as salas do primeiro ciclo do Concelho, quer tenham 25 alunos, quer tenham sete, têm um quadro interativo. Ou seja, os alunos, por exemplo, de São Cristóvão ou de Lavre, que são escolas que têm menos alunos, têm exatamente as mesmas oportunidades que tem um aluno na sede de Concelho e isso, para nós, é que é o direito à educação e à universalidade, porque todos são iguais.

**E:** Em que áreas é que se tem concretizado, então, essa participação? Já me falou a nível de desporto... Em que áreas é que se tem concretizado esse apoio por parte da Autarquia?

**VE:** É assim, a nível, por exemplo, do desporto... ah, há vários anos que temos um programa de apoio à atividade desportiva, que é dado por técnicos do Município e em parceria com o Agrupamento. O Agrupamento pode usar e utiliza a piscina coberta municipal para as aulas de educação física, onde é inserida a natação, sem custo nenhum inerente para o Agrupamento, e é o programa de educação física para o primeiro ciclo, que é o Município que disponibiliza e o Agrupamento coopera connosco nessa perspetiva. Isto a nível desportivo. Depois temos um conjunto de atividades culturais, nomeadamente, com a disponibilidade da Oficina da Criança em receber os alunos, tanto do primeiro ciclo, como do jardim de infância, nas suas instalações para o desenvolvimento das atividades que os professores achem conveniente e o apoio dos técnicos que lá estão nessas atividades.

**E:** E depois a nível também do Centro Juvenil, não é?

**VE:** O Centro Juvenil, já noutra área... A Oficina da Criança funciona até aos 14 anos e dos 14 anos para a frente, o Centro Juvenil.

**E:** Dá continuidade ao que é feito na Oficina da Criança?

**VE:** Dá continuidade com espaços diferentes, nomeadamente, um estúdio de som, de multimédia, uma sala polivalente... ah, dá outro tipo de resposta, adaptado ao que é o jovem de hoje em dia.

**E:** E que avaliação é que faz desse apoio, dessa intervenção que o Município vai fazendo?

**VE:** A avaliação que fazemos é muito positiva e os dados revelam que a nível de retenção escolar e a nível de aproveitamento, neste momento, e ao abrigo de um programa que é... ao qual nós concorremos, e foi aprovado na maior parte dos Concelhos do distrito, que é “Comunidade Empenhada na Promoção do Sucesso Escolar”, está a ser feito... Cada Concelho

tem um Observatório próprio, que tem que ter, e existe um Observatório geral e nesse Observatório geral está a ser... o de Montemor-o-Novo está a ser analisado do ponto de vista do sucesso que já tem e isso são dados que nos indicam que estamos a ir no bom caminho e que a nossa aposta é valorizada e funciona, é diferenciadora. E, portanto, vamos continuar a apoiar este tipo de atividades e vamos continuar a fomentar este tipo de iniciativas. E a aposta... o nosso balanço é positivo, de facto, é positivo. E destacar também uma coisa que não referi anteriormente, que é a nível do apoio aos estudantes, que tem a ver com as refeições, em que assumimos a gestão dos refeitórios e das cozinhas. Apenas não assumimos nas freguesias, mas fazemos protocolos com as Juntas de Freguesia ou com associações locais. Isto para nós, a nível financeiro, é muito mais dispendioso, dá muito mais trabalho, mas garantimos a qualidade dos produtos e das refeições que são servidas aos alunos e fomentamos a economia local porque a compra dos produtos é feita localmente, temos inclusive um menu quilómetro zero, com produtos locais e temos essa atenção com as refeições escolares e é mais uma oferta que temos junto da comunidade escolar.

**E:** Que expectativas é que considera que o Agrupamento tem ao estabelecer esta parceria com o Município?

**VE:** A expectativa é que tenha aqui um parceiro, que possa estar presente, dar resposta ao que é solicitado e às necessidades. De qualquer forma, está bem presente, e isso está nas nossas conversas, mas sabem que podem contar connosco para apoiar e para dinamizar as atividades... as atividades e o dia a dia da comunidade escolar em Montemor.

**E:** Como é que caracteriza a preocupação do Agrupamento no que respeita ao envolvimento das entidades locais, neste caso, do Município, na elaboração do Projeto Educativo? Considera que há uma preocupação para envolver os parceiros aquando da elaboração do Projeto Educativo?

**VE:** Isso é uma questão que há cerca de 15, 20 anos... era uma competência do Município, o Projeto Educativo. Depois passou para o Agrupamento. De qualquer forma, temos tido a preocupação de, nomeadamente, nos trabalhos que são feitos nos equipamentos municipais, Oficina da Criança e Centro Juvenil, de ser feita uma colaboração do que é o Projeto Educativo para cada ano letivo. Neste momento estão definidos já, ao abrigo deste programa do “Sucesso Escolar”, os programas ficaram logo definidos quando foi enviada a candidatura, mas encaramos isso de forma bastante positiva porque há aí uma preocupação em articular as atividades que o Município oferece com o que é feito dentro da escola. E nós entendemos que

a questão da abertura da escola à comunidade e ao mundo é como deve funcionar e como é a melhor forma de funcionar, por isso estamos satisfeitos com o Agrupamento ter isso em conta.

**E:** Considera que, efetivamente, há essa abertura por parte da escola para interagir com a comunidade?

**VE:** Sim, sim...

**E:** E no que se refere aos objetivos do Município ao estabelecer parcerias, quais considera serem os grandes objetivos?

**VE:** Com as parcerias com quem?

**E:** Com o Agrupamento.

**VE:** Os objetivos é... Nós encaramos o Agrupamento como um parceiro natural, porque o Concelho de Montemor só tem mesmo um Agrupamento, portanto, nem sequer temos aqui possibilidade de agir de outra forma do que encarar o Agrupamento como um parceiro. Tentamos envolver as associações locais muito nas nossas atividades, fomentar o associativismo, e a participação da comunidade na vida do Concelho e o Agrupamento, não sendo uma associação, é uma instituição com muita intervenção junto da comunidade, portanto, para nós é natural encará-los como parceiros nestas atividades.

**E:** E da parte do Agrupamento, que objetivos é que acha que eles poderão ter com esta parceria?

**VE:** Isso não lhe consigo responder, mas eu imagino que é numa perspetiva igual, como a nossa. É complementar, é complementar a intervenção junto da comunidade escolar.

**E:** Sempre num espírito de colaboração? E dar resposta, se calhar, a algumas necessidades de recursos humanos e físicos?

**VE:** Sim. O Agrupamento, não conseguindo dar resposta, pede ao Município.

**E:** E o interesse partiu de quem, nesta, parceria? Mais do Município, mais da escola? Das duas partes?

**VE:** Essa parte histórica não lhe consigo dizer. Pelo que sei, este relacionamento sempre foi muito saudável, muito próximo. Vejamos, a própria escola EB2/3 foi construída num terreno da Câmara e o pavilhão desportivo é de gestão dupla, metade da Câmara metade da escola. Esta perspetiva... ah, estamos a falar de uma escola que tem 25 anos. Estamos a falar já muito para trás, que este relacionamento muito próximo existe e que esta cooperação existe. Não lhe

consigo aqui registar quando é que isto começou... e antes não era um Agrupamento, Mega-Agrupamento, como agora lhe chamamos, não é... Era outro tipo de organização. Mas sempre existiu aqui uma proximidade grande.

**E:** E acha que a articulação e a proximidade têm melhorado?

**VE:** Aí só tenho a experiência de 18 meses para lhe dizer, mas nesta perspetiva acho que está... está como sempre apanhei este relacionamento. A Diretora, entretanto, foi reconduzida. Tem a mesma Diretora. O relacionamento que eu tenho com a Diretora do Agrupamento é o mesmo desde o primeiro dia até agora.

**E:** Que perceção é que tem dos impactos dessas parcerias, nomeadamente, a nível dos projetos que se desenvolvem na Oficina da Criança, no Centro Juvenil, das “Escolas e Escolinhas”, do projeto “À Descoberta das 4 Cidades”, destes grandes projetos?

**VE:** O impacto? O impacto tem sido grande... há aí um projeto que não tem propriamente a ver com o Agrupamento, que é o “Escolas e Escolinhas”. Qualquer um... O projeto que aí está mais relacionado com o Agrupamento é “À Descoberta das 4 Cidades”, porque é um projeto que também comemora 25 anos, é no âmbito da gemação das quatro cidades, mas isso é um projeto feito por um professor do Fundão... foi pensado e articulado entre as escolas, com o apoio dos Municípios, nomeadamente, a nível logístico e financeiro. Esse é o projeto que está em articulação, mais próxima, com o Agrupamento. A Oficina da Criança e o Centro Juvenil são dois equipamentos que complementam o que é a oferta educativa do Agrupamento. O “Escolas e Escolinhas” é um programa específico para os clubes e associações, no âmbito da prática desportiva. Não está relacionado com o Agrupamento, é um apoio que é dado aos clubes para crianças até aos 12 anos, independente da forma, dos escalões de cada modalidade, é possível fazer grupos de Escolas e Escolinhas e existe o financiamento da Câmara para material, apoio ao técnico, deslocações e cedência de equipamentos desportivos para que este programa se desenvolva e fomentar a prática desportiva em tenra idade. Basicamente, estamos a falar de um programa dos seis aos 12 anos.

**E:** Não sei se me falta aqui algum dos principais projetos... Para além deste das “4 Cidades”...

**VE:** Em articulação com o Agrupamento?

**E:** Sim...

**VE:** É o programa da “Prática Desportiva”, do “Sucesso Escolar” é recente e é um programa, que na sua base seria para três anos, mas vai ser só aplicado, formalmente, em dois anos, porque só foi aprovado em maio de 2018 e, portanto, só vai apanhar dois anos letivos. Este é o primeiro ano letivo e o próximo é o 2019-2020. Este programa foi aprovado na totalidade... o que foi legível foi 850 mil euros de projeto, de apoio e financiamento. O envolvimento das associações locais e de empresas locais na criação de *workshops*, oficinas, colóquios, jornadas, que vão desse o design gráfico, ao desporto, à impressão 3D, à serigrafia, ao xadrez, à dança, à música e à construção de instrumentos e é trabalhado com o Agrupamento com uma perspetiva de abrir horizontes e fomentar o sucesso escolar, por isso é que o nome é “Comunidade Empenhada na Promoção do Sucesso Escolar”. E esse projeto... vamos ter resultados, e por isso é que é aqueles Observatórios que eu estava há bocado a dizer, ao final dos dois anos e perceber se funcionou, se haverá uma continuidade de algumas oficinas, de alguns projetos, ou se não funcionou. Isto é uma análise que teremos que fazer no final do ano letivo 2019-2020.

**E:** O outro que me estava a dizer de apoio ao primeiro ciclo a nível dos técnicos de educação física...

**VE:** Isso é um projeto que cada turma do primeiro ciclo e do jardim de infância tem uma hora de educação física por semana, dada por um técnico do Município.

**E:** Não sei se quer destacar mais algum projeto?

**VE:** Não, isso já são... A questão que também vão do primeiro ciclo e do jardim de infância, uma vez por mês, à Oficina da Criança, trabalhar no âmbito do Projeto Educativo. Esses trabalhos dão origem, normalmente, a um projeto que é apresentado na Feira da Luz... Este ano, a temática é o azulejo, o ano passado, foi a água, há dois anos, o ferro. Existe aqui... este projeto é elaborado ao longo do ano, pelos jardins de infância e pelas escolas básicas e é apresentado na Feira da Luz. A nível de outros projetos de articulação com o Agrupamento, estes são os principais: é a participação do Centro Juvenil nalgumas atividades. Esse do “Escolas e Escolinhas” é que não é mesmo diretamente com o Agrupamento. É um apoio ao movimento associativo, aos clubes, como é também... é o “Escolas e Escolinhas” e os “Escolas – modalidade”, que é a partir dos 12 anos, fomentar já o desporto de competição.

**E:** Depois sei que há um projeto sobre o 25 de abril, mas é mais com a Junta de Freguesia, não é, o “Lembrar Abril”?

**VE:** Isso é um projeto da União de Freguesias Vila, Bispo e Silveiras... tenho aqui o programa deste ano, que tem este programa e que nós damos um apoio logístico e de divulgação, mas aqui temos... Por exemplo, este ano temos uma parceria com o Agrupamento no âmbito das comemorações com o 25 de abril, que é um concurso de receitas tradicionais do Alentejo e que vai envolver os alunos com os avós e com os pais, que vão à procura de receitas antigas e poderem concorrer e é o projeto do “Poder Local ao Vivo”. Isto passa pela visita das turmas à Câmara Municipal, onde podem conhecer como é feito o trabalho na Autarquia a nível dos eleitos: visitarem os gabinetes do executivo, uma reunião de Câmara e uma sessão da Assembleia Municipal... mostrar o Salão Nobre. Portanto, como é que corre e qual é a responsabilidade a nível do poder local. Estas (parcerias) são da Câmara, diretamente com o Agrupamento. Depois esta questão do “Poder Local ao Vivo”... ah, não, do projeto “Lembrar Abril” é diretamente com a União de Juntas, sim.

**E:** Qual considera ser a importância do estabelecimento das parcerias educativas?

**VE:** Para nós, a essência de estarmos e intervirmos na comunidade é em parceria e em rede e em fomentar e capacitar as associações locais para poderem ter uma intervenção, cada uma ao seu nível, na comunidade e no Concelho. É o que nós procuramos... tentamos trazer sempre as associações locais e as instituições para, com o Município, desenvolver atividades e promovê-las e fomentá-las. Para nós, é a nossa forma de trabalhar e é assim que encaramos a prática, em termos de comunidade, de associativismo e de trabalhar com as instituições.

**E:** Considera que tem aqui um impacto grande a nível do percurso académico dos alunos?

**VE:** Estatisticamente, não temos nada que comprove, efetivamente, isso, neste momento. Temos neste momento uma questão que também não falámos e que é importante, que tem a ver com as bolsas de estudo. As bolsas de estudo que são atribuídas aos alunos, temos percebido e já percebemos este ano que, uma percentagem larga dos alunos tem... consegue... é renovada a bolsa pela questão do rendimento, é uma questão que é ponderada em termos de pontuação. Isso leva-nos, nesse programa específico das bolsas, que temos ali um... é uma ajuda, um impacto positivo na vida daquele estudante, o apoio que recebe da Câmara para poder estudar. Infelizmente, não temos nenhuma instituição de ensino superior em Montemor, são sempre de fora, mas esperamos com esse apoio, que o aluno ou a aluna retorne depois a Montemor e estamos a capacitá-lo. Portanto, o nosso objetivo é que ao longo da vida do aluno, ganhe competências, a vários níveis, para poder ajudar na sua forma de estar como cidadão e que a sua intervenção na sociedade seja a melhor possível e, de preferência, no Concelho de



Montemor, sendo que nós não conseguimos de todo... Temos vários Montemorenses que nasceram e que estiveram cá na escola e depois saem do ponto de vista artístico, desportivo, da sua intervenção profissional, procuram outros caminhos, que não aqui Montemor, mas temos muitas pessoas que procuram Montemor e vêm viver para Montemor exatamente pela oferta a nível educativo, cultural e desportivo que o Concelho tem para os mais jovens e para os filhos e isso significa que estamos a trabalhar no sentido que nos parece bem e vamos continuar.

**E:** Referiu aí que também é tentar dar igualdade de oportunidades e condições para alunos que vivem mais na periferia e que, se calhar, sem essa parceria do Município seria difícil terem determinadas oportunidades...

**VE:** A nível do Ministério da Educação tem ao longo dos anos... é o segundo ano letivo que estou em funções, mas têm feito alguma pressão no sentido dessas escolas com menos alunos serem fechadas e o que nós garantimos é que essas escolas se mantenham e iremos sempre defender isso porque, a partir do momento em que se encerre uma escola numa freguesia rural, nunca mais... historicamente, o que nos diz a história é que não voltou a abrir. E, portanto, estamos a encerrar um serviço que é público e que, por sua vez, são estas pequenas grandes questões que vão fazendo com que as freguesias fiquem mais desertificadas e com menos identificação de quem lá nasce e é isso que nós não queremos que aconteça e vamos até ao fim com essas questões. Volto a referir, este ano, por exemplo, São Cristóvão tem um quadro interativo igual ao que está aqui na cidade, apesar de ter apenas sete alunos. E entendemos que temos que levar até ao limite esta questão de igualdade de oportunidades.

**E:** E agora, mesmo para terminar, que novas dinâmicas é que sugere no sentido de melhorar as parcerias que já existem ou de criar novas parcerias no futuro?

**VE:** Nós a nível de educação, eu acho que aí... a nível de parcerias, não. É continuar a trabalhar como temos vindo a trabalhar. Uma questão que é aqui pertinente é a abertura da escola à comunidade. Aquela questão das quatro paredes está cada vez mais... já não é só uma questão física, não é... Fechar a escola à comunidade está muito em cima da mesa, a questão da segurança... e é isso que nós... nós recuando... se calhar somos da mesma idade, lembramo-nos de saltar os muros da escola, entrar dentro do recinto e ir jogar futebol ou às escondidas, etc., e isso neste momento não acontece. Há um impedimento tanto de entrar dentro da escola como de sair da escola, e é essa perspetiva que nós tentamos, juntamente com o Agrupamento, que a escola não fique fechada sobre si, sendo que é muito difícil a nível dos pais esta abertura, porque vivemos num mundo em que é aqui cultivada a insegurança e a perspetiva aqui um

bocadinho do medo, porque se nós antigamente saíamos da escola para ir almoçar e tínhamos que fazer um, dois quilómetros e às vezes até tínhamos que levar as botas de borracha porque chovia, neste momento é extremamente difícil que os meninos saiam da escola para ir almoçar a 100 metros ao lado, ou seja, temos que ter as condições todas dentro do recinto da escola para que o aluno passe lá o dia inteiro. Estamos a falar de entrar um quarto para as nove da manhã e que saiam o mais tarde possível. Portanto, e é essa perspetiva que nós tentamos aqui combater e é aqui o nosso grande desafio. O Município de Montemor não assumiu as AEC, por exemplo, e não assume porque não encara que ficar fechado dentro da escola seja uma obrigação. E, por isso, temos a Oficina da Criança e defendemos que a criança possa sair da escola e entendemos que os pais estão a trabalhar e isso depois já tem a ver com outras questões a nível de algumas políticas implementadas, não é, do trabalho dos pais, mas possam sair da escola e ir até à Oficina da Criança, ao Centro Juvenil, ao Parque Desportivo e treinar a sua modalidade ao Pavilhão e também à sua modalidade, mas sair da escola e ir procurar outras capacidades, outras capacitações que se possam oferecer a nível da comunidade e é isso que nós tentamos oferecer. E é o grande desafio que se coloca aqui é a questão dos muros da escola poderem, de alguma forma, poderem voltar a baixar e nós poderemos saltar por cima deles. Visualmente, é esta a imagem que eu tenho e que vamos tentar capacitar. Mas este é um caminho que nós promovemos com associações, com os clubes e em última instância com o Agrupamento e também tentamos, neste momento, o envolvimento de algumas Associações de Pais também neste processo e este programa do Sucesso Escolar já permite algumas... algumas, não, formações e jornadas no âmbito dos Encarregados de Educação e temáticas que procuram ir por aqui, pela abertura, de outras oportunidades para os filhos e que não vejam a escola como um depositário de crianças.

**E:** Muito obrigada pela sua colaboração.

**TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA AO REPRESENTANTE DAS JUNTAS DE FREGUESIA – UNIÃO DE FREGUESIAS DE NOSSA SENHORA DA VILA, NOSSA SENHORA DO BISPO E SILVEIRAS**

<b>Data:</b> 4 de março de 2019	<b>Local:</b> Gabinete do Presidente da União de Freguesias
<b>Hora de início:</b> 15h00	<b>Duração:</b> 52 minutos

**Entrevistador (E):** Qual é a sua idade?

**Presidente da União de Freguesia (PUF):** 43 anos.

**E:** E as suas habilitações literárias?

**PUF:** Sou licenciado em Direito.

**E:** Que cargos ou funções é que tem desempenhado nos últimos anos?

**PUF:** Quer que eu faça referência a quantos anos?

**E:** O meu estudo foca-se essencialmente a partir de 2013, altura em que se constituiu o Mega Agrupamento. Mas pode falar um pouco sobre o que fez anteriormente a esta data...

**PUF:** Não, não... se não nunca mais saímos daqui. Só o currículo... Em 2013, assumi as funções de Presidente da Junta da União de Freguesias de Nossa Senhora da Vila, Nossa Senhora do Bispo e Silveiras. Nessa qualidade, e por inerência, sou membro da Assembleia Municipal de Montemor-o-Novo, em representação da Junta de Freguesia, membro do Conselho Municipal de Educação, membro do Conselho Municipal de Segurança, membro da Comissão Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios, membro da Comissão Municipal de Proteção Civil. Por força da minha função enquanto Presidente de Junta, fui igualmente eleito para o Conselho Nacional da Associação de Freguesias, no qual exerço funções desde 2009. Sou membro e vogal do Conselho Diretivo, assumindo, neste momento, os Pelouros da Proteção Civil, mas também da área jurídica e do apoio jurídico às freguesias a nível nacional. Para além disso, também sou Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Casa do Benfica de Montemor-o-Novo e Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Associação *Theatron*, Associação Cultural, dedicada essencialmente à atividade de teatro. Para além disso sou pai de duas crianças, uma com nove anos, que frequenta o quarto ano do Agrupamento de Escolas de Montemor, e de uma criança com quatro anos, que frequenta o Jardim de Infância integrado

numa IPSS, não já... extra Agrupamento, essencialmente por força das minhas múltiplas atividades, atividades não só profissionais, mas por força da necessidade de... a incapacidade, muitas vezes, de no horário, que seria o ideal, podermos estar com o nosso filho e, portanto, por força disso, optámos pela IPSS também. Ah... mais... também sou advogado e sou administrador de uma sociedade de advogados, da qual sou sócio. Ah... basicamente, acho que disse um pouco de tudo. Politicamente, sou militante do Partido Comunista Português... Na Assembleia da República estive só em grupos de trabalho... Fui indicado pela Associação Nacional de Freguesias para trabalhar na Presidência do Conselho de Ministros no âmbito da reposição de freguesias, no trabalho de reposição de freguesias, no trabalho de estudo, levantamento, que nos deu ali água pela barba, em conjunto com Associação de Municípios Portugueses e com o Conselho de Ministros, que levou a que depois não fosse admitido, não fosse levado adiante. Vou muitas vezes à Assembleia da República, mas não é pelo facto de gostar de lá estar. Muitas vezes, vou em representação da Associação Nacional de Freguesias e, por força das minhas funções, enquanto não só jurista, como advogado, como Presidente de Junta e membro da Associação Nacional de Freguesias. É por força disso que vou muitas vezes à Assembleia da República. Nas funções político-partidárias, sou membro da Comissão Concelhia do PCP de Montemor, membro da Direção da Organização Geral de Évora do PCP, membro do Secretariado de Apoio às Autarquias do PCP em Évora, membro do Organismo de Autarquias do PCP em Évora, e depois, a nível nacional, sou membro do Grupo de Trabalho do Comité Central para as questões do pessoal da função pública, técnico de apoio e do grupo de trabalho, de apoio também, da área das freguesias junto do Comité Central. São meia dúzia de tarefas... vamos tentando dar resposta às necessidades e aos anseios das populações.

**E:** Enquanto Presidente da Junta da União de Freguesias está, então, desde 2013?

**PUF:** Desde que há União de Freguesias, desde 2013. Em 2013, passou a União de Freguesias, já exercia as funções de Presidente de Junta desde 2009, com a Junta de Freguesia de Nossa Senhora da Vila, e antes, entre 2005 e 2009, exerci funções enquanto Vereador da Câmara de Montemor, acumulando com as funções de Vice-Presidente da Câmara também e, portanto, não tinha o setor da educação, mas tinha a área das obras, da proteção civil, abastecimento de água, saneamento, setor operário, portanto, tinha muita, como se costuma dizer, “sarna para me coçar”.

**E:** Como é que caracteriza a participação da Junta de Freguesia na “vida” do Agrupamento?

**PUF:** O governo quer-nos empurrar cada vez mais tarefas para cima da Junta de Freguesia. Eu acho que a Junta de Freguesia... a tarefa da Junta de Freguesia deve ser uma tarefa de colaboração, mas não de substituição. Tem sido esta a forma como nós temos trabalhado em parceria com o Agrupamento. Sempre que haja necessidade, contam connosco. Não estamos lá para fazer o trabalho do Agrupamento. Cabe ao Agrupamento fazer a gestão do pessoal, cabe ao Agrupamento fazer a gestão das necessidades das escolas, cabe à Junta de Freguesia dar o apoio dentro das suas competências e das suas limitações. No âmbito do protocolo que temos com o Município de Montemor, no contrato interadministrativo e nos acórdãos de inserção, cabe também, não só no âmbito das competências próprias da Junta, que é o fornecimento de equipamentos de higiene e limpeza na escola, assim como a solução de higiene e segurança alimentar junto das cantinas escolares de São Mateus e de... do Centro Escolar de São Mateus e da Escola Básica de Silveiras... Já agora, para fazer um enquadramento, se calhar também era importante, no âmbito do Agrupamento, a Junta de Freguesia tem competências próprias e ainda competências delegadas pela Câmara Municipal nas seguintes escolas, e começando como quem vem de Vendas Novas: Silveiras, temos lá o primeiro ciclo a funcionar, ainda e queremos manter por muitos e bons anos. É essencial para uma pequena localidade ter uma escola, acabando com a escola, acabamos com a localidade. Temos, igualmente, depois em São Mateus, que é a nível rural, uma escola completamente rural, no meio do campo, uma antiga escola de centenários, construída... em que os meus pais já andaram lá à escola, portanto dava resposta ali a todo o campo agrícola da área do reguengo de São Mateus. A escola manteve e dá apoio aqui a todas as crianças aqui de Montemor, indo um autocarro de Montemor com crianças para São Mateus, para reforço... porque não há normalmente disponibilidade... estão a funcionar duas salas de primeiro ciclo e uma sala de jardim de infância. Depois, entrando na cidade, temos o Centro Escolar de Montemor, com cinco salas de primeiro ciclo e quatro salas de jardim de infância... Não quero induzi-la em erro, mas penso que serão esses os valores. Depois temos o Jardim de Infância número um, com duas salas de jardim de infância, temos ainda a Escola Básica número dois, Conde de Ferreira, conhecida por Escola Conde de Ferreira, que tem quatro salas de primeiro ciclo. Depois temos a Escola Básica número um, conhecida por São João de Deus, por estar junto ao Hospital São João de Deus, que tem seis salas de primeiro ciclo, porque a sala que estava na (escola) número três passou para o edifício da número um... estamos a falar de seis salas... entre seis a sete salas... estou aqui na dúvida de primeiro ciclo e depois temos, a nível de cantinas escolares, só assumimos a cantina de Silveiras e de São Mateus, são essas a grande parceria que nós temos. No âmbito das competências próprias, assumimos a higiene e segurança alimentar, a distribuição de produtos de higiene...

Assumimos, muitas vezes, coisas que vão muito além daquilo que são as nossas obrigações e que são as necessidades. Damos um importante apoio, no nosso entender, ao movimento associativo, por força disso, a associação de pais... as associações de pais vão sendo constituídas, essencialmente, nas atividades que vão constituindo. Temos associações de pais que constituíram e construíram um ATL, a Associação de Pais Saber Crescer, junto à Escola número um. Damos um importante apoio também na cedência de uma carrinha para fazer o transporte das crianças, o que não é pouco, e eles têm assumido essa tarefa. Nós temos, depois a Associação de Pais Jardim em Flor, a Associação de Pais da (escola) número cinco, do Centro Escolar, a Associação de Pais da (escola) número dois, que é a Aprender a Ser, em que nós vamos apoiando todas as iniciativas que vão sendo levadas a cabo pelas próprias associações. Esse é que é o nosso entendimento, nós temos que apoiar aquilo que está a ser feito e não substituir aquilo que está a ser feito, deixemos o dinamismo das pessoas, deixemos que as pessoas trabalhem em conjunto, e depois, a nível de movimento associativo, temos apoiado também a Associação de Pais da Escola Secundária e da Escola EB 2/3, que, enfim, já não era da nossa competência, mas temos assumido esse apoio, como temos assumido outro tipo de apoios, na organização de conferências, organização de atividades, na cedência de espaços, no apoio a refeições, enfim... Para atividades, colóquios, conferências com o Agrupamento e temos estado presentes também na atividade educativa do próprio Agrupamento e é isso que nós entendemos que é essencial.

**E:** Porque é que a Junta de Freguesia participa em todas estas atividades propostas pelo Agrupamento, pelas Associações de Pais...? É só uma questão legal?

**PUJ:** Também, mas não só. Ah... quer queiramos quer não, nós temos um princípio... temos um programa político. Às vezes, as pessoas esquecem-se que nas Juntas de Freguesia também se faz política e também nos apresentámos a eleições com o nosso programa político. No nosso programa político estabelecemos prioridades. Uma das prioridades é exatamente o setor da educação, como é lógico. Se nós não apostarmos nas crianças, mais ninguém irá apostar nelas e, de facto, entendemos não só por força disso, que temos as nossas competências legais, sem dúvida nenhuma, que assumimos, aliás, nas atribuições previstas pela Lei 75/2013, de 12 de setembro, nós temos obrigações legais para com as escolas, mas também porque entendemos a importância das escolas na participação ativa. Nós temos o cortejo de Carnaval das escolas, as festas de final de ano, de finalistas... Nós temos a própria integração nas comemorações do 25 de abril...

**E:** A Semana Cultural, o Dia da Criança, o Dia da Alimentação...

**PUF:** Nós temos colaborado com todas essas atividades porque entendemos que é essencial. No âmbito do 25 de abril, nós temos um projeto... um projeto com alguma envergadura, que levamos a cabo há cerca de três anos, a que demos o nome projeto “Lembrar Abril” e tem, essencialmente, dois pontos base: primeiro, a distribuição de uns jogos didáticos, estilo jogo da glória, sobre o 25 de abril, o antes e o depois, que é distribuído, individualmente, a cada uma das crianças do quarto ano...o quarto ano tem a ver com os conteúdos programáticos e, portanto, nós temos... distribuimos... houve um erro e a nossa encomenda foi ter a Viana do Castelo... Temos essa distribuição... em princípio, temos feito este jogo. Esse jogo é feito, em concurso, dentro da sala de aula. Temos feito, com base nos jogos... Também, este ano, vamos ter um autocolante sobre o 25 de abril, que são as próprias crianças a fazer os autocolantes. Vamos ter a pintura de um mural... já fizemos, não sei se conhece aqui em Montemor, o muro da antiga piscina de Montemor, nas antigas piscinas, junto à estação das camionetas... Está ali um mural pintado... Foi pintado pelos alunos do quarto ano, no ano passado, com um artista plástico que os acompanhou, especializado na matéria, mas queremos pintar... normalmente, pintamos um mural também, pois a história, muitas vezes, é melhor percebida se for vista ao vivo. E começámos este projeto com o levar as crianças a Peniche, ao forte-prisão de Peniche. Entretanto, entrou em obras e, no ano passado, optámos por levá-los ao Museu da Resistência, Museu do Aljube... muito interessante, que tem um projeto pedagógico excelente, promovido pela Câmara de Lisboa, mas, de facto, um projeto pedagógico excelente, que enquadra e, acima de tudo, deixa a memória, e, por força disso, o ano passado levámos todas as crianças do quarto ano. Nós estamos a falar de... fizemos quatro viagens, quatro visitas, porque juntamos duas turmas... Mesmo assim, quatro visitas, contámos com quase 200 crianças, do quarto ano, do quarto ano de escolaridade... Foi interessante... o ver, o estar... depois, são os miúdos que fazem as pinturas, os miúdos cantam as músicas de intervenção da época. Acabam por sentir um pouco da história e, de facto, para nós, é importante que isso aconteça.

**E:** E esse projeto teve início em que ano?

**PUJ:** Teve início... ainda no último ano da Junta de Freguesia, portanto, em 2013, no 25 de abril de 2013.

**E:** Precisamente no ano em que houve a constituição Mega-Agrupamento...

**PUJ:** Penso que sim... Eu agora não tenho essas datas de memória...porque, de facto, acompanhei sempre...aliás, eu estudei nesta escola. Não estudei na EB 2/3, não existia na

altura, ainda tínhamos pré-fabricados. A minha escola primária, a Escola Conde de Ferreira, o meu ensino até ao décimo segundo ano foi todo feito aqui em Montemor. Eu fui candidato à Associação de Estudantes, membro do Conselho Pedagógico daqui da escola, portanto, acabo por... Aliás, e vou participar agora nas Jornadas Pedagógicas do Agrupamento, exatamente para dar a conhecer o percurso de um ex-aluno... também para deixar o exemplo, a força do exemplo. Foi-me pedido... aliás, foi-me pedido pela pessoa que me ganhou as eleições para a Associação de Estudantes, por oito votos... (risos)... Não me esqueço! E ganhou na recontagem dos votos, porque tinha perdido por quatro ou cinco votos e depois recontámos e fomos reaproveitar votos que tínhamos considerado nulos, mas a democracia é assim, ganha-se e perde-se.

**E:** Então, e esse Projeto “Lembrar Abril”, é uma iniciativa da Junta ou do Agrupamento, ao qual a Junta se aliou?

**PUF:** É uma iniciativa da Junta, ao qual o Agrupamento aderiu, de braços abertos. Aliás, todos os anos temos levado a cabo esta iniciativa, que tem sido um sucesso. Portanto, nós gostamos, aceitamos e temos tido receptividade por parte dos professores e do Agrupamento para este projeto. Este ano, no âmbito das comemorações dos 40 anos de abril, o Agrupamento estará mais integrado, ainda, nas comemorações e é importante que assim o seja. Porque as crianças... a nossa geração já não viveu abril... nós não vivemos abril. Esta memória é importante que permaneça, para que não tenhamos de viver novamente (como se viveu) antes do 25 de abril e é, essencialmente, isso que nós gostamos de transmitir às nossas crianças.

**E:** E como é que avalia esta intervenção da Junta nestas atividades que desenvolve com o Agrupamento?

**PUF:** É difícil nós avaliarmos... isto é quase uma autoavaliação. Temos sempre tendência... já nos tempos da escola, dos bancos da escola, para nos sobrevalorizarmos na autoavaliação, não é... Acho que é mais fácil ser a outra parte a avaliar-nos do que sermos nós a avaliarmos-nos.

**E:** Na sua perspetiva...

**PUF:** A nossa perspetiva... aqui já não falo só em nome pessoal, mas a nível do executivo, tendo em conta que a Junta de Freguesia é composta por cinco elementos, tal como em Vendas Novas, nós temos cinco elementos da Junta de Freguesia, treze elementos da Assembleia de Freguesia, aquilo que entendemos... a nossa relação com o Agrupamento é, neste momento,



ao nível de uma excelência, ou seja, não podemos dar tudo o que querem, mas tentamos, dentro do critério da razoabilidade, negociar tudo aquilo que é possível e às vezes...

**E:** A parte financeira também acaba por condicionar...

**PUF:** Claro... e depois tem que haver um critério de compreensão de parte a parte. Claro que os professores não pedem para eles próprios, estão a pedir para as crianças. É lógico que nós compreendemos que, muitas vezes, esse pedido é sempre para ontem. Mas nós temos condições, temos obrigações legais que temos que cumprir também. Os processos de aquisição implicam, pelo menos, uma decisão para aquisição, uma consulta ao mercado, orçamentos, proposta de adjudicação, cabimentação... Nós temos uma panóplia de procedimentos para levar a cabo, obrigatórios, que nos impede de hoje decide-se uma coisa e amanhã estão lá. Às vezes, entramos em pânico do tempo que demoramos entre a tomada de decisão e a realização daquilo que decidimos. Mas não é fácil isso, temos que cumprir as regras, porque, acima de tudo, nós não estamos a falar de dinheiro nosso, é dinheiro público, e, portanto, cumprindo as regras, temos meio caminho andado... É como o código postal, é meio caminho andado.

**E:** Que expectativas é que considera que o Agrupamento tem ao estabelecer estas parcerias com a Junta?

**PUF:** Eu penso que o Agrupamento aqui quer colmatar falhas daquilo que não consegue lá chegar sozinho. Eu entendo, não desfazendo daqueles que trabalham de forma abnegada e que dedicam muitas horas da sua vida a lecionar, mas também a organização do Agrupamento, nomeadamente, as Direções dos Agrupamentos, muitas vezes se veem de mãos e pernas atadas pelos constrangimentos financeiros também. Gostariam de fazer muito mais do que aquilo que lhes é possível fazer por força dos constrangimentos financeiros. Uma das questões que entendo e tenho entendido sempre, é que, enquanto parceiros, estamos cá. Enquanto impositores e... Enquanto conseguirmos estabelecer parceria uns com os outros, contamos uns com os outros. A partir do momento em que uma parte quer impor à outra determinadas questões, deixa de haver resultados, porque ninguém anda bem quando é imposto, especialmente, porque não somos trabalhadores uns dos outros, somos, acima de tudo, parceiros na comunidade educativa. E é assim que entendemos que devemos ser encarados, como parceiros da comunidade educativa, e é isso que temos dito, contamos com eles e eles contam connosco.

**E:** Que ações são levadas a cabo por parte do Agrupamento no sentido de promover este envolvimento com as entidades locais, neste caso, com a Junta de Freguesia?

**PUF:** A comunidade educativa acaba por saber que pode sempre contar com a Junta. De uma maneira ou de outra, vem cá sempre que seja necessário, ou seja, não é feito nada de propósito para... Sente-se natural. Naturalmente, se sente que a Junta está aqui, como está o Município, como estão os pais, encarregados de educação, todos nós fazemos parte desta comunidade educativa e estamos cá para resolver os problemas ou minorar os problemas na medida das nossas possibilidades. E é isso um pouco que me parece que o Agrupamento nos entende e nos encara. Não nos encara como mais uns a quem vamos pedir dinheiro, mas sim, mais uns que nos ajudam a resolver problemas. E é, essencialmente, isso que nos parece que é mais importante.

**E:** Nota que houve uma maior abertura por parte do Agrupamento, a partir de 2013, ano em que se constituiu o Mega Agrupamento?

**PUF:** Isto não tem a ver com a constituição de mega agrupamentos, tem a ver com as pessoas que estão à frente dos agrupamentos. Nós podemos ter mini agrupamentos ou só escolas e terem Diretores que se fecham sobre si próprios e que viram as costas à comunidade e podemos ter mega agrupamentos que se abrem por completo à comunidade. Isto não tem a ver com a dimensão, tem a ver com as pessoas que encaram o projeto. Houve agora eleições no Agrupamento de Escolas de Montemor-o-Novo para o Conselho Geral, e, de facto, houve... aliás, estavam-se a perfilar três projetos políticos... a política quer se queira, quer não, é política, educativa, mas é política. Três projetos políticos perfilavam, acabaram por só concorrer dois projetos ao Conselho Geral... cada um tem a sua forma de encarar o ensino e a sua forma de encarar as pessoas que constituem o ensino. Aquele que tiver a pretensão que está a fazer tudo bem, já nasceu enganado. Só errando é possível corrigir. Para errar é preciso fazer, não é estando em casa a dormir ou à espera que os outros façam por si. E, às vezes, é isto que me chateia muito, em relação a determinadas questões, mas isto é uma questão pessoal. Toda a gente sabe dizer mal, mas muito pouca gente sabe fazer bem. E acima de tudo, ainda menos gente sabe arriscar e fazer, ainda que mal.

**E:** Como é que caracteriza a preocupação do Agrupamento no que respeita ao envolvimento das entidades locais na elaboração do Projeto Educativo?

**PUF:** Mais com o Município do que com a Junta de Freguesia, verdade seja dita. O Agrupamento tem participado, quer no Conselho Municipal de Educação, mas acima de tudo em diversos projetos, como é agora o projeto “Escola a Pé”, que pretende criar tipo comboios de crianças, com um adulto, que permita que as crianças vão para a escola a pé e retirando-se

os veículos das portas das escolas. Neste momento, o maior risco à porta das escolas, são os próprios pais. Perentoriamente, neste momento, o maior risco à porta das escolas do primeiro ciclo são os pais: os pais deixam os carros mal-estacionados, as crianças têm que andar a fazer ziguezagues entre os carros, têm... Quer dizer, é um caos... Nós chegamos à porta das escolas do primeiro ciclo, é de facto um crime... Depois temos o projeto contra o insucesso escolar, que tem sido levado a cabo pelo Município, pelo movimento associativo e pelo Agrupamento de Escolas. Depois, nós temos sido levados em linha de conta muito também no Conselho Geral. A nossa participação no Conselho Geral acaba por ter a importância da própria aprovação dos planos de atividades, dos parceiros, da aprovação do próprio orçamento para o ano. Portanto, a nossa intervenção é levada em linha de conta, nomeadamente, no tocante, muitas vezes, às questões mais formais ou formalistas das tomadas de decisões. Às vezes, não estamos tão habituados às questões mais formais que têm que ser seguidas.

**E:** Quais são os objetivos da Junta de Freguesia ao estabelecer parcerias com o Agrupamento?

**PUF:** O nosso objetivo é simples, aliás, estou-me a repetir: estamos cá para o que precisarem. Em parceria, podemos fazer mais e melhor, se estiverem disponíveis para a parceria, nós não estamos cá para impor nada. Portanto, nós, acima de tudo, o que queremos é beneficiar as crianças e a nossa comunidade com estas parcerias, não só com o Agrupamento de Escolas, mas como temos com várias... outras associações, no âmbito do movimento associativo aqui em Montemor. E, portanto, parece-nos a nós que ganhamos muito mais estabelecendo parcerias e damos a ganhar mais à população do que virando-nos de costas uns para os outros.

**E:** E da parte do Agrupamento, é para dar resposta às necessidades e às situações que não conseguem dar resposta...

**PUF:** E temos conseguido. Penso que, na medida da disponibilidade de cada um, temos conseguido ir dando algumas respostas que, muitas vezes, não seriam possíveis.

**E:** E nas parcerias que foram estabelecendo ao longo dos anos, de quem é que partiu o interesse?

**PUF:** Nesta do 25 de abril, por exemplo, partiu da Junta. Depois... Não consigo, neste momento, identificar as parcerias todas... Temos algumas no âmbito dos Erasmus, no âmbito dos projetos a nível internacional que o Agrupamento levou a cabo, nos projetos ecológicos ligados à escola – “Eco Escola” – nós estamos afetos aos projetos também. Têm sido vários...

Tudo o que seja conferências, debates... ah... acabamos por participar, de uma forma ou de outra, apoiar essas atividades.

**E:** Que perceção é que tem dos impactos dessas parcerias? Vou referir aqui alguns projetos e parcerias dos quais eu tive conhecimento: por exemplo, a nível do desporto escolar, apoio técnico, a Semana Cultural, o Dia da Criança, o Dia da Alimentação, as comemorações do 25 de abril...

**PUF:** Vamos lá tentar perceber uma coisa: uns sem os outros seria impossível realizar o que temos realizado. Vamos ser pragmáticos: nem a Junta conseguia fazer isso sozinha, e o Agrupamento, dificilmente, conseguiria ter chegado onde tem chegado, sem a participação da Junta de Freguesia e do Município. Temos que ser pragmáticos nesta matéria: nós só conseguimos fazer aquilo que temos conseguido fazer porque estamos juntos nos projetos. A partir do momento em que viramos as costas uns aos outros, não vale a pena. E, quer queiramos, quer não, a partir de 2013 passámos a estar mais juntos. (risos)

**E:** Gostava de ter a sua perspetiva sobre esse facto...

**PUF:** Quando estive na Junta de Freguesia, entre 2009 e 2013, o distanciamento do Agrupamento, principalmente o Agrupamento da Escola Secundária, distanciando do outro Agrupamento Vertical... ah... aliás, tínhamos a Escola Secundária e o Agrupamento Vertical, era assim. Com o Agrupamento Vertical, nós trabalhávamos bem, com a Escola Secundária não conseguíamos, não entrávamos, não havia *feedback*... Nós conseguimos, neste momento, estar em todos os graus de ensino lecionados em Montemor.

**E:** Houve uma maior abertura, uma melhor comunicação?

**PUF:** Sem dúvida... Sentimos isso... isso é um sentimento. Ah... posso estar a ser injusto, mas as injustiças são sempre relativas...

**E:** E a nível, por exemplo, das crianças, do seu percurso académico, nota que estas parcerias acabam, de alguma forma, por influenciar... proporcionar novas experiências de aprendizagem? Há pouco falou do projeto “Lembrar Abril”...

**PUF:** Nós esperamos que sim e lutamos para que assim seja. Pelo menos, para que as crianças possam ser diferentes. Nós temos algumas crianças que já hoje me vêm falar... que já estão no ensino secundário e ainda se lembram das viagens que fizemos, do acompanhamento, porque nós também fazemos questão de ir com os grupos, acompanhar, contar um pouco também a

nossa perspectiva da história e não deixa de ser relevante essa questão. Ainda na semana passada, foi-me dada oportunidade, no âmbito da interação com a comunidade, de ir dar uma aula ao quarto ano. O professor do meu filho pediu-me se eu podia ir dar uma aula sobre a influência de Portugal na Europa e no mundo, estudo do meio, portanto... E foi interessante... Estivemos uma hora e meia, falámos um pouco da história, desde 1415 até às questões da entrega das colónias às suas populações, e depois a posição de Portugal, atualmente, na Europa e no mundo, com as várias entidades. Foi muito interessante...

**E:** Considera, então, que estas parcerias acabam por proporcionar experiências enriquecedoras...

**PUF:** Diferentes... É normal, é natural... Normalmente, os jardins de infância vêm cantar as Janeiras e é muito engraçado... Nós temos sempre aí um bolinho para oferecer ou um chocolate. Normalmente, na Páscoa, é a caça ao ovo de chocolate, que somos nós que fornecemos, no Carnaval, nem tanto, mas no Natal, normalmente oferecemos sempre uma prendinha... É uma prendinha, porque com 650 crianças do primeiro ciclo e jardins de infância públicos, não é propriamente fácil... Uma lembrancinha...de acordo com a capacidade orçamental. Mas, de facto, tem sido esta a nossa vantagem. É acima de tudo que as crianças sintam que a Junta de Freguesia está lá, na proximidade, não é uma coisa abstrata, como na nossa época...Sabíamos lá o que é que era a Junta de Freguesia, nem nunca tínhamos ouvido falar nisso. A Câmara ainda se ouvia falar, agora a Junta de Freguesia...

**E:** E agora, mesmo para terminar, que novas dinâmicas é que sugere no sentido de melhorar as parcerias que já existem ou de criar novas parcerias no futuro?

**PUF:** As dinâmicas vão surgindo. Se há uma capacidade que nós temos tido, de alguma forma, é que somos todos muito idiotas. Temos uma capacidade de gerar ideias muito boas e como somos cinco cabeças pensantes aqui na Junta, mais uma carrada delas no Agrupamento, acabamos por, às vezes, nos juntarmos e depois começa a sair fumo. E, às vezes, são experiências que vamos tirando de outras intervenções. Vou dar um exemplo: há um projeto educativo interessantíssimo, o projeto das “4 Cidades”. O projeto das “4 Cidades” é um projeto interessantíssimo que tem permitido a muitas crianças irem conhecer Vila Real de Santo António, Marinha Grande e Fundão, mas acima de tudo, crianças que conhecem outro tipo de realidades, interagem, acampam, fazem coisas que dificilmente fariam se não existisse este projeto. Este projeto é um projeto das Autarquias, mas que o Agrupamento tem sempre acompanhado, principalmente, o primeiro ciclo, crianças do primeiro ciclo, essencialmente. E

comemoramos para a próxima semana, dia 11 de março, mais um ano das “4 Cidades”, 31 anos que Montemor passou à categoria de cidade, em março de 1988. A questão essencial é que nós estamos cá, vão surgindo sempre ideias novas e nós cá estamos para as agarrar, com as duas mãos, com os braços, abraçar todas as grandes ideias e, acima de tudo, as ideias muito interessantes que vão surgindo também das próprias crianças. E essas são aquelas que, muitas vezes, nós nem nos apercebemos e há ideias que surgem das crianças que... têm que ser moldadas... Nós temos aqui um projeto educativo muito interessante no âmbito da complementaridade educativa, que é a Oficina da Criança. Esta nova Oficina da Criança, inaugurada há dois anos, nada tem a ver com a Oficina da Criança que tínhamos nas catacumbas do cineteatro Curvo Semedo. É, de facto, um grande projeto educativo, que se complementa depois com o Centro Juvenil. O Centro Juvenil tem uma série de projetos educativos também, mais na área ambiental, mas também na área do movimento associativo, da música... uma tentativa de levar as crianças e os jovens para outras atividades, que não passem por andar na rua, e depois temos a outra questão que é a complementaridade com o movimento associativo: o rãguebi, o futebol, o basquetebol, o andebol, o futsal, o ténis... a equitação, temos duas escolas de equitação em Montemor, a Equimor e Centro Hípico Dom Duarte, e, portanto, nós temos nesta panóplia de respostas, uma capacidade de atividades... o xadrez, uma nova atividade que surgiu e cá estamos na primeira divisão... o xadrez, as damas, o snooker... são mais jogos coletivos, a sueca... a tradicional sueca, a malha... Enfim, nós temos tentado fazer chegar também as atividades já aqui mais com o movimento associativo e no encontro de gerações. Um projeto interessante também que temos acompanhado, de certa forma, é o Encontro de Gerações, no mês do idoso, no mês de outubro, que é, normalmente, no início do ano letivo, apanha ali o início do ano letivo, e muitas das atividades são feitas com os idosos, no nosso espaço de exposições, mercados e eventos. Isto, é de facto, muito importante... É conseguir que os idosos vão transmitindo também à outra geração, muito mais nova... Estamos a falar aqui de quatro, cinco, seis... seis gerações, que vão conseguindo transmitir as realidades e aquilo que é o seu saber, porque o saber não é só o saber que vem nos livros...

**E:** Esse projeto é dinamizado pela Junta de Freguesia?

**PUF:** Pela Câmara... pela Câmara, com a ARPI e com o Agrupamento de Escolas. E isto é importante. Normalmente, com o mês do idoso, é programado este encontro de gerações. Depois toda a atividade visa toda a gente. Nós não temos... muitas vezes, somos acusados de em Montemor (as atividades) não estão direcionadas, não temos a nossa aposta direcionada. Por exemplo, ali em Vendas Novas, há a aposta na bifana... bifana, bifana...é direcionado.

Temos em Arraiolos, a empada. Nós não direcionamos para uma atividade concreta... tentamos disparar em todos os lados para manter o equilíbrio de toda a economia. Temos, acima de tudo, uma atividade cultural imensa. Nessa matéria, não conseguimos fugir a essa resposta e também, já me estava a esquecer, a Escola de Ballet de Montemor, que é também muito interessante, desde 1979, está a fazer 40 anos, e, portanto, também, uma dinâmica de há 40 anos, a professora (X) a formar pessoas, porque a arte forma as pessoas... Temos as escolas de música, de Cabrela e Lavre, a Carlista, a *Ensemble* Montemor, que é uma escola de música... depois, Lavre tem uma série de respostas... Andamos cá. Temos agora o curso carnavalesco...

**E:** Portanto, o balanço final é positivo?

**PUF:** É, é... Acima de tudo, porque as pessoas... porque também é uma forma de fixar as pessoas, de se ter vontade de regressar, é criar aqui o bichinho. Porque é natural que, as pessoas quando vão estudar para fora, acabam por ficar fora, começam a criar raízes, criar relações...e, depois vão à procura de trabalho nos sítios onde acabam por ficar. Agora com os mestrados... cinco, seis anos fora e acaba por se perder muitas ligações à terra. Esse é um dos problemas que Vendas Novas, Arraiolos, Mora, a própria Évora... Estremoz... Todo o interior do nosso Alentejo sofre... É criar estratégias para fixar as pessoas. Não temos pretensão de concorrer com Lisboa, Almada... ou com a margem Sul, mas temos todas as condições para criar vários tipos de capacidade financeira, ou seja, a resposta. A cultura também é uma indústria e que pode dinamizar também atividade económica. Se conseguirmos formar para isso, melhor.

**E:** Muito obrigada pela sua colaboração.

## TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA COM O DIRETOR TÉCNICO DA PORTA MÁGICA

<b>Data:</b> 9 de abril de 2019	<b>Local:</b> Gabinete da Direção da instituição
<b>Hora de início:</b> 15h00	<b>Duração:</b> 38 minutos

**Entrevistador (E):** Pode dizer-me a sua idade?

**Diretor Técnico (DT):** 43 anos.

**E:** Quais são as suas habilitações literárias?

**DT:** Sou psicólogo, sou licenciado em psicologia e depois, em termos de estudos pós-graduados, não tenho mestrado, não tenho doutoramento... ah, foi uma coisa que, até ao momento, nunca me interessou. Fiz uma pós-graduação em terapia familiar, mais uma especialização em mediação familiar, mais uma especialização em psicoterapia de apoio.

**E:** E está, neste momento, como Diretor Técnico aqui na Casa Residencial, não é? Há quanto tempo?

**DT:** Ah... há uns dois anos e meio, três, sensivelmente.

**E:** E agora falando mais concretamente, então, desta parceria da Porta Mágica com o Agrupamento de Escolas, como é caracteriza a participação da Porta Mágica na vida do Agrupamento de Escolas?

**DT:** Como é que caracterizo... ah, tem sido um trabalho árduo.

**E:** Já há quanto tempo é que existe esta parceria?

**DT:** Desde o início da nossa casa. A nossa casa faz agora, em novembro, quatro anos de funcionamento, portanto, é uma resposta recente. Somos uma casa de acolhimento especializada, portanto, não somos uma casa bem nos moldes da maioria das casas de acolhimento. A maior parte das casas são aquilo a que se chama casas generalistas e nós somos uma casa especializada, portanto, trabalhamos apenas com... dentro do âmbito das crianças e jovens em risco, neste caso, adolescentes... as que nós acolhemos têm, pelo menos, 12 anos, se bem que, geralmente, a idade de acolhimento é... quando chegam a nós já vêm com, no mínimo, 13, 14, 15 anos. Acolhemos só um padrão muito específico de meninas, que no nosso



caso tem a ver com miúdas, que pelo percurso que tiveram, apresentam graves problemas comportamentais, muitas vezes, associados também a graves problemas a nível de saúde mental e aqui, no que diz respeito à saúde mental, estou a falar desde de depressões, como distúrbios de personalidade, até quadros suicidários. Ah, e, portanto, tem sido um trabalho com a escola que tem sido uma construção muito grande, com muita resistência, ao início, até porque as nossas meninas, pelos problemas que apresentam, pelas problemáticas que manifestam no dia a dia, precisam de um nível de contenção muito maior do que o habitual. Apesar de nós não sermos uma instituição em regime fechado, funcionamos com níveis de contenção bastante superiores ao que é habitual. Ah, daí que, por exemplo, a escola seja, maioritariamente, cá dentro da instituição. Elas não vão à escola, é a escola que vem cá. Tendo em conta tudo isto, ah... e alguma exuberância no comportamento delas, foi uma relação que no início foi muito difícil. Houve uma resistência muito grande por parte das pessoas, uma dificuldade em compreender estas meninas, o porquê de elas funcionarem da forma como funcionam. O que nós fomos percebendo é que com o passar do tempo, as coisas foram-se amenizando. Também temos tido a sorte de termos tido, nalgumas circunstâncias... nalgumas circunstâncias mais, noutras circunstâncias menos, mas regra geral, tem havido, por parte do Agrupamento, um cuidado de escolher professores que têm um perfil para trabalhar com estas jovens e que têm... ah, algum tipo até de resiliência para lidar com os desafios que lhe são impostos por estas jovens e, ao longo do tempo, temos vindo aqui numa lógica de aproximação e de progresso nas relações e até nas formas de trabalho, em que tem havido cada vez mais até um envolvimento quer das jovens da escola, quer da escola em outras dinâmicas mais da casa. Inicialmente, por exemplo, nós tínhamos apenas as turmas a funcionar cá dentro, depois, no ano a seguir, as coisas estabilizaram um bocadinho mais e ensaiámos, por exemplo, a possibilidade das meninas não terem só aulas cá dentro, mas algumas aulas irem ter ao Agrupamento, achámos que era positivo, permitia-lhes estarem mais integradas na comunidade e terem uma experiência da escola em si e criar aqui também uma clivagem maior nesta noção espaço-casa *versus* espaço da escola, não é... Ah, e, portanto, elas começaram a ir ter aulas de TIC (tecnologias de informação e comunicação) no Agrupamento, ter aulas de educação física no Agrupamento. Ah, posteriormente, fomos avançando para outras dinâmicas, por exemplo, em que são, muitas vezes, os professores que propõem elas participarem em atividades na escola. Por exemplo, agora há pouco tempo, as Jornadas Pedagógicas aqui do Agrupamento, em que as meninas participaram nas atividades, como os restantes alunos, e, portanto, vamos percebendo que vai havendo aqui uma aceitação e uma integração cada vez maior. Ah, tudo isto tem sido um caminho feito com muita aprendizagem, com alguns dissabores também à

mistura, mas o balanço tem sido positivo. Posteriormente, fomos tendo alguns desenlaces, que passaram por termos meninas que concluíram o ensino básico e, portanto, deixaram de se poder inserir no registo de turma PIEF(Programa Integrado de Educação e Formação), como o que têm até ao final do terceiro ciclo, e teve que se arranjar outras alternativas e, portanto, neste momento, temos outras alunas também a participar noutras modalidades de formação, já no Agrupamento, mesmo, algumas em turmas... profissionais, por exemplo, outras em respostas, que pelas características delas, são respostas que são muito difíceis de operacionalizar, porque têm que ser respostas muito à medida. Estou a falar, por exemplo, de meninas que, apesar de já estarem no secundário, têm problemas cognitivos consideráveis, mas mais importante do que isso, porque condicionam a aprendizagem delas, mas esse é o aspeto que facilita a construção destas respostas. O que é facto é que, em certos aspetos, o país não está muito preparado para lidar com certo tipo de casos. E, portanto, o verdadeiro problema nestas meninas são as questões de saúde mental, que nós conseguimos arranjar algum tipo de resposta mais adequado para elas porque em comorbidade com isto, apresentam problemas da aprendizagem, problemas que se inseririam naquilo que era o regime educativo especial antes de entrar o novo diploma. Porque se não fosse isso, era muito difícil enquadrar estas miúdas e são miúdas que precisam mesmo do próximo, de uma vigilância constante, a verdade é essa. Mas o Agrupamento também fez esse esforço e foi algo que foi sendo articulado entre nós e o Agrupamento, foi uma construção mútua, envolvendo até muitos recursos por parte do Agrupamento, mas conseguiram arranjar aqui uma resposta, construir à medida das necessidades delas e, portanto, eu penso que esta relação tem sido positiva e tem vindo a criar novos contornos, cada vez mais positivos, ao longo do tempo.

**E:** E diga-me uma coisa: eu sei que também há aqui outra parceria por parte da Porta Mágica, por parte das atividades extracurriculares...

**DT:** É assim, nós temos, ao nível das atividades extracurriculares, uma variedade muito grande de atividades e, portanto, esse é um dos outros aspetos que já o ano passado se verificou e este ano se mantém, que é, por exemplo, as meninas, genericamente, não diria todas, mas quase todas, participam nas atividades do desporto escolar. Também foi algo que não foi logo fácil no início. Inicialmente, nos primeiros anos, não queriam participar, depois começaram a participar. É mesmo um trabalho de muita proximidade e muita confiança que se vai construindo aqui com a comunidade, nomeadamente com a comunidade escolar, mas que elas têm demonstrado que, realmente, também têm o seu lugar, quando lhes é dada essa oportunidade... Têm problemas, problemas que a maioria dos jovens da idade delas não tem,

mas também têm competências, como qualquer outro e conseguem-se integrar em muitas atividades, como qualquer outro jovem da idade delas. Para além disso, temos outras parcerias, e elas vão participando também em termos de atividades extracurriculares, mas que vão para além do âmbito da escola, não é... Temos parcerias com várias instituições locais ou clubes desportivos ou clubes recreativos. Temos uma parceria também com o projeto “Monte Dentro”, que é um projeto no âmbito do programa “Escolhas”, que também faz um trabalho direto com elas, direcionado com questões que não têm a ver apenas com o preenchimento de tempos livres, mas também com o fazer-se algum trabalho socioeducativo. Temos parceria com o centro de saúde, com a saúde escolar, que também vem cá a casa, dinamizar atividades com elas, fazer um trabalho de carácter mais lúdico, mas dando também uma matriz mais socioeducativa. Portanto, temos aqui muitas parcerias.

**E:** Mas eu percebi que da parte, não aqui da Casa Residencial, mas da parte da Porta Mágica, haveria uma outra parceria em que técnicos, pessoas da parte da Porta Mágica, iriam dinamizar atividades no Agrupamento a nível das AEC (atividades extracurriculares) ...

**DT:** Ah, não... Isso é uma coisa diferente, isso é uma coisa diferente, não tem a ver com... As AEC são... promovidas, digamos assim, pelas Autarquias locais, mas não podem ser geridas diretamente pela Autarquia. É uma outra entidade que faz essa gestão e que, nos últimos anos, tem sido a Porta Mágica. Mas é algo que transcende aqui o âmbito das nossas casas. Portanto, é quase uma coisa formal, em que a Câmara é que trata de tudo, arranja as pessoas que fazem a dinamização das AEC e tudo mais, e depois a Porta Mágica serve como um interlocutor que faz a gestão, visto que é uma gestão que não pode ser feita diretamente pela Câmara.

**E:** Eu teria percebido que a Porta Mágica estaria responsável pela dinamização das AEC...

**DT:** Sim, até certo ponto, sim, mas é algo que transcende... porque é assim, a Porta Mágica é uma associação que tem essa valência, mas isso é algo que este ano pode ser, mas para o ano que vem, a Câmara entender atribuir a outra instituição.

**E:** Até a nível, por exemplo, da hora de almoço, dos intervalos, seriam pessoas a cargo da Porta Mágica, que dinamizariam ou ficariam...

**DT:** Sim, sim, mas isso é uma questão mais formal. É mais porque basicamente... isto veio fazer o quê, veio aliviar um trabalho que a partir de... até determinada altura era garantido pelas Autarquias, mas a partir de determinado momento, a Autarquia deixou de poder gerir

isso. Basicamente, a Autarquia continua a fazer aqui um trabalho muito substancial, mas depois precisa de uma entidade que assuma essa responsabilidade.

**E:** Passa um bocadinho por aí... Ah, já me disse que avalia esta parceria de forma positiva...

**DT:** Sim, sim... Há sempre aspetos que têm que ser melhorados... Acho que as parcerias são assim. É como os casamentos... (risos)...podemos melhorar.

**E:** E que expectativas considera que o Agrupamento tem no estabelecimento desta parceria?

**DT:** Isso, se calhar, tinha que perguntar ao Agrupamento. Agora, eu, pessoalmente... isto é mesmo a minha perceção pessoal, acho que houve uma fase em que as expectativas do Agrupamento foram nulas. Aliás, nós temos esta parceria porque as meninas pertencem ao território e o Agrupamento, quer queira, quer não, tem que dar uma resposta.

**E:** Esta parceria já se iniciou depois da constituição do Mega-Agrupamento, depois de 2013?

**DT:** Foi, foi... Nós iniciámos a nossa atividade em finais de 2015. Já existia o Mega-Agrupamento e, portanto, em termos muito pragmáticos, eles viam-se a braços com este desafio, que não é um desafio desejado... ah, houve muita resistência, houve muito tentar empurrar com a barriga.

**E:** E de quem é que partiu o interesse aqui na parceria, foi da parte do Agrupamento, foi da parte da Porta Mágica?

**DT:** A questão aqui é que falar nestes moldes, numa parceria logo ao início não... O interesse inicial foi nosso...

**E:** Isto foi uma forma que o Agrupamento encontrou para dar resposta...?

**DT:** A questão é exatamente essa, é que o Agrupamento, de uma forma ou de outra, teria que dar resposta. E aquilo que está previsto... isto foi um trabalho que foi mediado, de certa forma, aqui pela Segurança Social, porque o que está previsto para este tipo de respostas especializadas é as aulas serem nos próprios espaços residenciais e, portanto, a escola viu-lhe imposto este desafio e não tinha grande forma de fugir. Teve que o aceitar quer quisesse quer não. Por isso é que eu digo que os primeiros tempos não foram muito fáceis. Depois, com o passar do tempo, as coisas foram tomando outros contornos e, atualmente, eu acho que a escola tem tido um envolvimento muito grande e são parceiros fundamentais para o nosso trabalho, sem dúvida. Até perante as questões que não têm apenas a ver com a parte educativa. Elas são alunas, são meninas subsidiadas, têm todas elas escalão A, tendo em conta a situação delas e nós, por

exemplo, não cozinhamos cá na casa. A nossa cozinha não permite funcionar como um espaço de confeção permanente e, portanto, inicialmente, durante os dois primeiros anos, a solução foi contratarmos um restaurante local que nos fornecia as refeições. Mas, para além do valor ser substancial, exagerado, até, para a qualidade daquilo que nos serviam, havia, realmente, essa queixa por parte das jovens e que era reconhecida por nós, porque, realmente, para aquilo que se estava a pagar, havia uma discrepância muito grande em termos de qualidade. E, depois, tivemos aqui a estudar várias possibilidades e acabámos por protocolar com o Agrupamento, visto que as meninas são subsidiadas, portanto, são alunas do Agrupamento e se tivessem aulas no Agrupamento, comeriam lá, então, são eles que nos fornecem as refeições do almoço, Temos equipamentos próprios, para ir lá, acomodar e trazer para a instituição. Somos nós que fazemos esse processo e eles fazem sempre... são eles que fornecem as refeições às meninas. É claro que em períodos de férias, de pausas letivas, temos outras soluções.

**E:** E que ações é são levadas a cabo, por parte do Agrupamento no sentido de promover um envolvimento por parte deste parceiro? Já me falou há bocadinho das Jornadas Pedagógicas, em que foram convidados a participar...

**DT:** Aquilo que há são as ações que são desenvolvidas para os restantes alunos, são desenvolvidas para nós também, nós somos convidados a participar. Parece pouco e, efetivamente, se calhar, é, mas tendo em conta outras realidades que eu conheço, já é muito substancial, porque, às vezes, a estratégia primeira e, se calhar, única, é excluir estes miúdos. Não é isso que tem acontecido por parte deste Agrupamento. Agora, uma estratégia específica também não sinto que haja. Acho que há alguns movimentos que vão sendo feitos a nível pessoal, portanto, alguns professores vão tendo ideias e vão querendo criar aqui outras dinâmicas, mas isso é mais algo que resulta de uma ação individual do que propriamente uma estratégia concertada do Agrupamento.

**E:** Por parte dos professores, mais a título individual?

**DT:** Sim.

**E:** Como é que caracteriza a preocupação do Agrupamento no que respeita ao envolvimento das várias entidades locais na elaboração do Projeto Educativo? Considera que há de facto uma preocupação, um interesse por parte da escola em envolver as entidades aquando da elaboração do Projeto Educativo?

**DT:** Eu não me sei pronunciar muito bem sobre isso. Só posso falar sobre nós. No que respeita a nós, nunca fomos convidados a participar.

**E:** Mas tem alguma noção a nível das outras entidades, de uma forma geral?

**DT:** Não, não tenho.

**E:** E que objetivos é que a Porta Mágica tem ao estabelecer parceria com o Agrupamento?

**DT:** Objetivos... O objetivo é providenciar a possibilidade destas jovens atingirem o melhor e o máximo de escolaridade possível dentro daquilo que são as circunstâncias delas, que são muito especiais e que em certas situações, são muito limitadas. Têm um atraso muito grande decorrente da situação de vida delas, duma série de experiências até chegarem a este ponto, não é, mas que efetivamente, o nosso objetivo é este: garantir um direito que é universal e garanti-lo com a melhor qualidade possível, tendo em conta as limitações que elas têm.

**E:** E depois quando terminam aqui o percurso, a parte da integração depois no mundo do trabalho, na sociedade... isso é uma preocupação vossa?

**DT:** É uma preocupação muito grande, porque, a esse nível, não tem passado muito aqui pelo Agrupamento, porque, efetivamente, depois, há a necessidade de encaminhá-las para outro tipo de respostas até mais de caráter profissionalizante. Ah, é uma preocupação muito grande nossa, porque fazemos um investimento muito grande, substancial a esse nível... andamos até a estudar possibilidades de potenciar mais este trabalho. Mas, efetivamente, existe ainda um fosso muito grande entre aquilo que é a minoridade e aquilo que é a maioria, sendo que, no que diz respeito ao atingir a maioria, a maior parte dos jovens, dos nossos filhos, etc., não é pelo facto de fazerem os 18 anos, que ficarão desamparados, não é? No caso destas jovens, muitas vezes, é o que acontece. Hoje têm tudo e amanhã não têm nada. Não é só responsabilidade do sistema, porque, efetivamente, elas quando atingem os 18 anos, têm possibilidade de escolher, não é... E podem escolher permanecer numa resposta de acolhimento ou não e nós temos que respeitar a decisão delas. A questão é que quando elas optam, e muitas vezes optam por não continuar, nem que seja porque, muitas vezes... e isso é algo que nós vimos muitas vezes, gostam de cá estar, sentem-se bem, bem tratadas como nunca foram antes, sentem que têm pessoas disponíveis para elas, mas mantêm-se, muitas vezes, idealizações, fantasmas que elas precisam de pôr à prova, e que tem a ver com ainda haver famílias lá fora, pessoas que elas têm expectativas muito idealizadas, influenciadas ao que essas pessoas poderão guardar para elas lá fora. O que acontece é que acaba por ser uma desilusão

enorme, não é nada daquilo. O que é um facto é que, enquanto não se confrontam realmente com isso, esse fantasma persevera de forma muito constante, e o que acontece é que, quando elas tomam essa opção, nós sabemos o que motiva ou não essa opção, deixam, praticamente, de ter qualquer tipo de apoio, há todo um trabalho que, muitas vezes, até fica em risco de se perder completamente. Nunca se perde completamente, mas podem haver retrocessos muito grandes, porque, realmente, depois não há possibilidade de dar continuidade. E a preocupação com a maioria das jovens, digamos assim, é uma preocupação ainda maior com aquelas que, efetivamente, têm problemas graves de saúde mental e que não há resposta, não há rede de saúde mental, minimamente eficaz e com capacidade para dar resposta a estas situações e, portanto, aí sim, é mesmo um aperto no coração, porque são miúdas que vão precisar de uma ajuda muito grande e vão precisar, se calhar, de manter o acompanhamento em termos terapêuticos, em termos médicos, muito consistente e é muito difícil arranjar essas respostas. O sistema não está preparado para isso.

**E:** A partir do momento em que saem daqui depois acabam por perder...

**DT:** Sim, sim, sim... Eu posso-lhe dar um exemplo de uma jovem que nós tivemos, que saiu aqui da casa o ano passado em novembro... eu agora não consigo precisar... saiu o ano passado em novembro, exatamente, numa situação dessas, com uma idealização muito grande de uma mãe que ia cuidar dela e o que ela precisava, com 18 anos, era de ter um colo como nunca tinha tido antes. Só que a mãe era... era e é uma toxicod dependente que não tem capacidade nenhuma de cuidar dela, quanto mais da filha. E nós... era uma miúda que tinha problemas graves de saúde mental... Para já, houve aqui um problema que, quando ela foi encaminhada por nós, já foi encaminhada muito tarde, porque chegou-nos de um internamento severo na unidade de transição, que é a unidade partilhada que existe na Estefânia, em Lisboa, mas que funciona no Centro Hospitalar Psiquiátrico de Lisboa, o antigo Júlio de Matos, veio de um internamento severo, por questões de natureza psicótica, que nós até considerávamos que não devia ser bem isso, depois acabámos por solicitar um diagnóstico e não era bem um quadro dessa natureza, mas era um quadro de grande sofrimento emocional, um caso muito complexo e chegou-nos desse internamento com 17 anos e, portanto, tínhamos um ano para trabalhar com ela. Levámos ali seis, oito meses para estabilizá-la e, portanto, estava praticamente na hora de ir embora. Mas como percebemos que ia ser mesmo uma situação complicada começámos, desde logo, a trabalhar junto do tribunal num processo de interdição, ou seja, pedir a interdição dela, que é considerá-la incapaz para gerir a sua própria pessoa ou gerir os seus bens, para termos aqui uma forma de a agarrarmos e ela não ficar completamente sozinha. Ah, é um

processo moroso que, geralmente, em tribunal leva dois ou três anos a resolver, e nós conseguimos, com muito *forcing*, que ela fosse resolvida em tempo útil, antes que ela fizesse os 18 anos, mas, infelizmente, a decisão que veio, foi submetida a uma perícia psiquiátrica que foi muito mal conduzida e que não apurou resultados minimamente congruentes com a situação real dela e, para além disso, os critérios que avaliaram foram muito... critérios de existência ou não de autonomia, portanto, se ela é capaz de se vestir sozinha, se é capaz de se orientar, se é capaz de lidar com dinheiro... Ela era capaz de fazer isso tudo, não é... e, portanto, o processo foi recusado. Ela foi-se embora, à sua vida. Há pouco tempo fomos contactados por uma entidade de Lisboa, que foi para onde ela foi, a pedir-nos ajuda porque ela regrediu imenso e já foi sujeita a novos internamentos no Júlio de Matos e, pronto, está ali uma situação de saúde mental muito grave porque, realmente, houve esta quebra. Não houve a capacidade de se dar essa continuidade.

**E:** E por parte do Agrupamento, considera que o objetivo do Agrupamento é só para dar resposta a estas situações, aqui o estabelecimento da parceria, ou que há outros objetivos para além daquilo que é uma questão legal, em que o Agrupamento tem que tentar dar resposta às situações que se lhe apresentam?

**DT:** O grande objetivo do Agrupamento tem sido garantir a escolaridade. Depois, noutras ações tem-se visto aqui... ah, outras dimensões, de uma forma mais residual. A questão de nos auxiliarem com as refeições... é um direito que elas têm, portanto, não nos estão a fazer favor nenhum, mas, efetivamente, é aqui uma marca de algo que vai para além da questão meramente educativa e que denota alguma preocupação aqui com questões de natureza social também. Depois as outras coisas têm a ver com a integração na comunidade e tudo mais, e, portanto, essas atividades que se vão fazendo e tudo mais, eu acho que isso é algo que resulta mais da ação dos próprios professores que estão com as miúdas, a Diretora de Turma e os professores do Conselho de Turma do que propriamente uma estratégia delineada pelo Agrupamento.

**E:** Considera que o Agrupamento está aberto à comunidade, está aberto ao meio, há abertura?

**DT:** Sim, isso sim. É óbvio que estas aberturas, às vezes, têm que ser um bocadinho forçadas, não é... Sim, mas eu acho que temos tido aqui algumas situações bastante complexas, que não podemos dizer que o Agrupamento não tem tentado colaborar, às vezes, não tanto quanto seria o desejável, mas, efetivamente, tem havido aqui uma abertura e disponibilidade para colaborar.

**E:** E na sua perceção, que impactos é que esta parceria tem tido, especificamente para a vida destas jovens que estão aqui?



**DT:** É fundamental por várias questões. Em termos escolares, permite-lhes adquirir competências, que muitas delas pensavam que não iriam conseguir. Permite-lhes ter o tempo ocupado de forma positiva, que de outra forma não teriam. Permite cumprir até uma questão legal, que pode ser muito complicada até para nós, porque elas, efetivamente, até aos 18 anos estão obrigadas a estar na escola. Permite-lhes, em termos terapêuticos, recuperar aqui um sentido de autoestima, de uma noção de capacidade que já estava muito deteriorada e que estas modalidades de ensino em que elas estão inseridas vão permitindo, realmente, aqui este tipo de resultados e nós aqui percebemos isso, que acaba por ser uma ação muito positiva nas miúdas e até complementar a ação noutros vetores e mobilizá-las para continuar a ser um percurso positivo. E depois toda a questão da integração e da aceitação na comunidade, que a escola também acaba por ser um elemento preponderante na comunidade, ainda para mais em comunidades tão pequenas como esta de Montemor, a escola assume uma importância muito grande e dá uma visibilidade muito grande, acaba também por ter uma ação muito positiva a esse nível.

**E:** E elas próprias têm esse reconhecimento dessa mais-valia que têm aqui? Algumas terão, outras não...?

**DT:** Eu acho que todas têm. Há uma diferença muito grande entre ter e demonstrar. Isto é um trabalho, seja para os professores, seja para nós, é um trabalho de grande investimento e baixíssimo retorno. E, portanto, nós não estamos aqui para esperar que elas não deem reconhecimento de nada, o mais provável é não o fazerem. Mas são coisas muito pequenas, como por exemplo, há um número substancial de professores que são daqui de Montemor e que estão inseridos na comunidade e que, noutro tipo de atividades, noutro tipo de situações, eles cruzam-se e elas procuram-nos, vão falar com eles e manifestam afeto, manifestam proximidade, há essa ligação que eu acho que também é importante. É um sinal de integração.

**E:** De uma forma geral, qual considera ser a importância do estabelecimento de parcerias educativas?

**DT:** Eu acho que é muito importante, não só das parcerias educativas, mas de qualquer tipo de parceria. Nós vivemos num mundo de uma complexidade tal e com uma dificuldade enorme em nós próprios nos constituirmos como resposta ou alternativa para todas as nossas necessidades, que se não for este trabalho em parceria também não conseguimos de todo, eu já não diria apenas fazer tudo aquilo a que nos propomos, que depois, muitas vezes, nem

conseguimos fazer aquilo que é essencial para a nossa missão, não é? Nós não somos nada sem os outros.

**E:** E agora mesmo para concluir, que novas dinâmicas é que sugere no sentido de melhorar as parcerias que já existem com o Agrupamento ou até de criar aqui mais algumas parcerias?

**DT:** Eu acho que cada vez mais tem que haver aqui uma capacidade que temos vindo a construir, mas que é preciso melhorar, de planificação e de... uma capacidade estratégica face aquilo que são os desafios para o futuro. Por exemplo, neste momento estamos a antever aqui uma necessidade e já abordámos o Agrupamento relativamente a essa questão e é algo que tem que ser antecipadamente pensado e preparado que é, nós, para o ano, vamos ter um número muito substancial de miúdas que vão concluir o ensino básico e que vão entrar para o secundário. Portanto, se até agora tivemos duas ou três e conseguimos ir arrançando respostas esparsas para cada uma delas, a partir de agora vamos ter que pensar numa estratégia mais de grupo como pensámos para o básico e temos que nos mobilizar também neste sentido. Essa é uma das possibilidades.

**E:** Uma maior articulação na planificação dessas atividades?

**DT:** Sim, na definição daquilo que serão as respostas construídas para estas miúdas.

**E:** Muito obrigada pela sua colaboração.

## TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA COM A REPRESENTANTE DA INSTITUIÇÃO PARCEIRA NA ÁREA DA EDUCAÇÃO E REABILITAÇÃO - CERCIMOR

<b>Data:</b> 28 de fevereiro de 2019	<b>Local:</b> Gabinete da Direção da instituição
<b>Hora de início:</b> 15h00	<b>Duração:</b> 49 minutos

**Entrevistador (E):** Senhora Presidente da Direção, pode dizer-me a sua idade?

**Presidente da Direção (PD):** 55 anos.

**E:** Quais são as suas habilitações literárias?

**PD:** Tenho licenciatura na área do Serviço Social e quase a terminar o mestrado na área dos Recursos Humanos e Desenvolvimento Sustentável.

**E:** Está em fase de conclusão do mestrado?

**PD:** Ficou pendente... Chega uma altura em que ou terminamos ou então... Também tenho formação na área da Terapia Familiar e aí fiz mesmo o processo todo final e fui desenvolvendo algumas capacidades nessa área que me fazia sentido uma vez que trabalhei quase 20 anos na Intervenção Precoce. E trabalhar naquela área, apesar de estarmos a trabalhar com crianças dos zero aos seis anos, no meu caso, era um trabalho muito direto com as famílias e fazia-me todo o sentido criar aqui algum conhecimento a esse nível. Não que depois assumisse funções de terapeuta, pelo contrário, mas para mim era importante que tivesse algum conhecimento na prática para depois desenvolver uma intervenção diferente com as famílias. Por gosto, gosto muito da área dos Recursos Humanos, gosto muito, sempre gostei muito desta área e fui desenvolvendo um bocadinho este gosto quase pessoal na procura de autoconhecimento, pronto. E fui lendo, fui procurando, depois achei interessante aquele mestrado só que... chegou a uma altura que achei que não estava a trazer bem, bem aquelas informações que eu gostaria. E depois, por outras razões pessoais e até familiares, foi ficando e ficou pendente, pronto.

**E:** Que cargos ou funções é que tem desempenhado nos últimos anos?

**PD:** O início aqui na instituição foi também o meu primeiro emprego. Acabei a licenciatura e iniciei o meu trabalho aqui na Intervenção Precoce, como assistente social, e depois todo o meu percurso ao nível da instituição partiu para o assumir de alguns cargos ao nível da gestão, uma vez que nós estamos a falar de uma Cooperativa... tem aqui os órgãos sociais com algumas regras, uma delas é o facto de nós sermos colaboradores e podermos ser sócios, e por isso fazemos parte dos órgãos. Desde sempre, logo quase a seguir à minha entrada na instituição,

comecei a fazer parte...para além de ser sócia, comecei logo a fazer parte dos órgãos sociais. Comecei pelo Conselho Fiscal... nunca cheguei à Assembleia... (risos). Fui sempre do Conselho Fiscal e Direção e já me mantenho há alguns anos como elemento da Direção, rodando um bocadinho as funções dentro desse órgão. Atualmente, assumo funções de Presidente do órgão, mas comecei como vogal, depois fui secretária, depois fui tesoureira. Pronto. Passei assim por algumas funções... estou neste momento com o segundo mandato, pronto, como Presidente, e vou-me mantendo nesta função de gestão da casa. Ao nível das funções mais... de colaboradora, como há pouco eu estava a fazer referência, passei da Intervenção Precoce para Diretora de Lar. Há três anos atrás, a instituição abriu um Lar Residencial, para pessoas com deficiência e foi-me proposto assumir esta posição e é o que, neste momento, estou a exercer. É um desafio diferente, porque durante muitos anos trabalhei na área da deficiência, mas diferente, com crianças pequenas, com um trabalho diferente na comunidade e, de repente, tenho aqui um trabalho, costumo dizer, que é quase de uma mãe que assume a responsabilidade de 20 pessoas. Apesar de ter uma equipa comigo a trabalhar, mas como Diretora Técnica assumo aqui a responsabilidade da vida de 20 pessoas, que é o que nós temos em lar... vinte pessoas com idades...a média de idades ... estamos ali pelos 43 – 44 anos, por isso, já estamos aqui com algum peso. E é um grupo muito pesado, são situações de deficiência profunda, mesmo. Mas foi um desafio e é um desafio que estou a gostar e sinto que foi na altura indicada. Provavelmente, se tivesse entrado para um lugar destes há 20 atrás, não teria a mesma capacidade de gerir as coisas, e de ver as coisas, hoje, e até de racionalizá-las de maneira diferente. Por várias razões, pessoais, inclusive, fui mãe, entretanto, e há uma diferença muito grande na forma como nós até sentimos... até o stress...aquelas sensações... que às vezes acontecem, apesar de estarmos a lidar com adultos, mas há situações também de urgência, de doença, que às vezes nos coloca em situações complicadas, mas que é mais fácil agora, não deixando de haver sempre o stress normal, mas é mais fácil lidar com alguma calma e mais maturidade.

**E:** É outra experiência de vida que nos ajuda...

**PD:** Já, já.... Sinto perfeitamente que hoje... o meu estar neste lugar, faz todo o sentido ter passado por um processo diferente e agora tenho uma maturidade diferente para o assunto. Vamos ver...outros desafios que possam aparecer, mas para já, vamo-nos mantendo nisto.

**E:** Então, está como Diretora Técnica há 3 anos?

**PD:** 3 anos, 3 anos...

**E:** E agora falando mais concretamente, então, desta parceria com o Agrupamento de Escolas, como é caracteriza a participação da instituição que representa na vida do Agrupamento de Escolas?

**PD:** Eu acho que... se calhar posso ir um bocadinho só atrás...

**E:** Sim, sim...

**PD:** Montemor, e eu falo se calhar com os tais 20 atrás, quando chego... a... Montemor, numa altura em que eu acho que se inicia aqui muito este estar de intervenção em parceria. Ah...se calhar ao nível nacional é uma altura em que se fala muito dos projetos em parceria...ah, das candidaturas que não eram aprovadas sem o exercício de parcerias... até, naquela altura começam a aparecer programas como o projeto “Luta contra a pobreza”, que obrigava a comunidade a organizar-se... Eu acho que isto em Montemor sempre se encaixou muito bem, este estar... e a relação com o Agrupamento veio desde o primeiro momento da existência da instituição, porque a unidade, na altura valência, que inicia, não é, em 1966, estamos a falar de uma escola...e porquê, porque havia pais que se juntavam, que tinham crianças com deficiência, em idade escolar, que não conseguiam colocá-los em nenhum estabelecimento, e organizam-se com elementos, até da educação...ah, se calhar num patamar diferente do que nós temos agora em formato de agrupamento, mas sim numa relação de escola e avança-se com este projeto de ter uma instituição que é uma escola. A partir desse momento, a relação com o Ministério da Educação, muito próxima, porque havia o destacamento de professores, pronto, e a entidade começa a crescer... ah... com o projeto de escola, que depois ao nível de... dos programas nacionais foram sendo alterados e os nomes também do próprio serviço foram alterados. Passou a ser socioeducativo, depois, então, tínhamos o centro de recursos para a área da inclusão, ou seja, fomos criando aqui realmente relações na comunidade com outros parceiros, não é, que deram origem a projetos e, depois, até serviços que hoje ainda se mantêm. O caso, por exemplo, da Intervenção Precoce...hum... muito antes de existir o despacho que vem regulamentar a nível nacional este serviço, já existia uma parceria da instituição com o Agrupamento, na altura, com as equipas da educação especial, para trabalharmos na comunidade com crianças que estavam a necessitar do apoio educativo e dos apoios de reabilitação. Ah... acho que sempre foi este estar... de haver aqui uma grande articulação entre, se calhar, a autarquia, que ajudava com apoios financeiros, o Agrupamento com esta necessidade, porque as crianças também estavam... estavam nos seus estabelecimentos... Montemor foi connosco Cerci... ah... das entidades... quase das primeiras entidades, que

integrou todas as crianças com deficiência na escola, ao nível das várias faixas etárias. Ah... para nós, isto foi uma mais-valia, o que deu origem a uma maior relação e uma aproximação entre técnicos da instituição e a escola, não é... porque a partir desse momento nós tornamo-nos presentes no espaço da escola, não é... ah... seja em jardins de infância, seja nas creches, seja... ah... nas escolas, mesmo primárias, porque fomos tendo, cá está, a capacidade de ir criando serviços que abrangessem estas faixas etárias, não é... a Intervenção Precoce dos zero aos seis, depois o próprio Socioeducativo, como lhe digo, depois foram alterando também um bocadinho aqui os nomes dos serviços... Durante muitos anos foi Projeto Socioeducativo e depois passou para... o Centro de Recursos para a Área da Inclusão e fomos acompanhando, realmente, este estar na escola, não é, até à idade obrigatória das crianças, mas, paralelamente a isso, temos o Centro de Formação, que também... e fomos mantendo relação com o próprio Agrupamento... ah, de acordo com... com as possibilidades que havia na própria escola e nós, os jovens, a uma determinada altura, também vinham ao próprio Centro ainda não existia a ideia de haver os planos de transição e os PIT... Muitos antes disso, já havia aqui um trabalho em conjunto para haver despistes, para perceber realmente qual era a possibilidade de depois de fazer encaminhamentos daqueles jovens, com problemas de aprendizagem, com problemas de comportamento... os que, realmente, depois tinham, algumas deficiências mais graves eram encaminhados também, depois... ah... na faixa etária que terminava ali nos 16 anos para o Centro de Atividades Ocupacionais, que é outra unidade que nós temos aí já para as necessidades mais profundas ao nível da deficiência... fomos estando sempre nesta dinâmica. Mais tarde, e este mais tarde, estamos a falar aqui no ano 2000... 2004, pronto, é um mais tarde... não é assim tão recente... ah... também criámos uma outra unidade, que é o CAFAP, que trabalha, esse sim, quase exclusivamente dentro da escola, não é... porque a faixa etária é dos 6 aos dezoito, trabalha na área muito do risco psicossocial, uma articulação muito grande com os professores, com os diretores de turma... ah, e depois com o tribunal... ah... toda a outra... ah... os parceiros, a Santa Casa da Misericórdia, a Segurança Social, as equipas do tribunal que fazem parte da Segurança Social, as equipas da EMAT... há aqui um trabalho muito... muito articulado e que é muito próximo da escola. Aliás, neste momento, por exemplo, a sede do CAFAP, a sede do serviço e a sede de intervenção estão na escola... as equipas estão lá dentro. Têm salas mesmo, cedidas pelo Agrupamento, em que têm também o apoio do próprio edifício e da logística... ah... do dia a dia e depois há uma relação muito próxima com os técnicos, com os professores, com os educadores... ah... Os... ao nível das... daquilo que também nós como entidade às vezes fazemos com o Agrupamento, atualmente a questão dos cursos que vão tendo... o próprio Agrupamento vai tendo e necessita que os jovens estejam em

estágio, nós também os recebemos ...cursos de informática, cursos de animação... ou seja, vamos trazendo também os próprios jovens, que estão na escola e que vão fazer o seu percurso normal... se calhar nem vão precisar propriamente da entidade Cerci, mas que também para nós é importante a presença deles aqui, até porque o objetivo é também eles conhecerem o que é isto...ah... e às vezes desmistificar um bocadinho a ideia do que é a instituição Cerci, não é...

**E:** Exatamente...

**PD:** Porque há sempre aqui este rótulo...

**E:** A ideia que é para...

**PD:**...os com deficiência...utilizando aquelas palavras que é o normal... para os maluquinhos...pronto, e a nossa ideia também é perceber a mais-valia dos nossos serviços para as pessoas, independentemente do seu diagnóstico, e às vezes são situações que nós temos que... se calhar... ninguém imagina que pudessem receber o nosso... o nosso apoio. Ah...porque, principalmente no Centro de Formação, temos um outro serviço que é o Centro de Recursos e que trabalhamos muito...aliás em articulação direta com o Centro de Emprego e que nós acompanhamos...ah...pessoas às vezes com problemas de depressão que por alguma razão, tiveram, por exemplo, 6 meses de baixa e que depois necessitam de um acompanhamento quando regressam ao seu local de trabalho... ou porque nós, qualquer um de nós tem um potencial depressivo e que podemos ter uma situação qualquer, seja mental, seja física, não é... e que há necessidade de uma adaptação ao trabalho, de um processo de... voltar a receber alguma formação, nós também temos aqui este serviço que é uma mais-valia e não só...muito nesta vertente do sair da escola e depois fazer um percurso não profissional...pode não ter capacidades e querer aqui este apoio. Por isso é que a relação com o Agrupamento tem sido para nós... nem é... nem se coloca aqui em causa, ou seja, já é quase uma coisa que é tão normal, não é... e eu acho que da parte deles também é... penso eu e espero que sim... que seja esse mesmo sentimento de trabalho em conjunto. Outros tipos de projetos que possam aparecer na comunidade, com outras instituições, sejam associações de desenvolvimento local, seja a própria autarquia, a Santa Casa da Misericórdia, associações que também estão ligadas à área da deficiência, há sempre a necessidade de nós nos juntarmos e também... com isso... ah, deu origem, se calhar, à própria rede social, não é... de que fazemos todos parte. Fomos também nós, até com o Agrupamento, que, de alguma forma, e em conjunto com a Câmara, criámos aqui esta dinâmica para depois a própria rede se constituir e agora ter a sua

dinâmica...ah... Houve sempre esta necessidade de articulação e muito próxima sempre com este... com alguns parceiros mais próximos e o Agrupamento esteve sempre muito próximo... ah... independentemente das pessoas que foram estando, não é... que foram alterando os seus diretores, não é, ao nível do Agrupamento, mas acho que houve sempre da parte do Agrupamento também uma necessidade desta articulação e eu acho que tem sido uma mais-valia para nós cá, em Montemor.

**E:** A próxima pergunta já acabou, se calhar, por responder em parte... Portanto, que razões é que determinam essa participação...ah, já acabou por falar que há aqui uma questão de necessidade, não é...

**PD:** Há necessidade e... eu acho que é mais do que isso... eu acho que o facto também de, ao longo destes anos, os próprios técnicos das... das instituições foram-se mantendo. Eu acho que foram crescendo em conjunto neste... neste desenvolvimento...ah... que foram também influenciados pelas novas políticas, pelos novos programas, novos projetos, mas foram-se mantendo...e eu acho que isso também é que tem sido uma mais-valia para o crescimento das instituições... que é as pessoas que... ou estão na gestão ou estão nos acompanhamentos numa intervenção direta... vão-se mantendo... há uma consolidação de técnicos, não é... Quando há equipas muito móveis, em que constantemente os técnicos saem, ou por razões que vão à procura de outra... de outra... de outro serviço, não é... de outro caminho profissional, há uma certa mobilidade que também não é boa, não é... para a própria comunidade. É bom quando existe a entrada de... do chamado “novo sangue”, as pessoas trazem outras ideias, e que vêm com outras experiências e isso é muito bom. Mas também, para que as coisas possam crescer, para terem aqui uma certa...base...

**E:** Tem que haver uma certa estabilidade...

**PD:** ... estabilidade e isso em Montemor foi realmente uma das questões que sempre foi muito discutida, sempre foi falado e isso acontece... As pessoas já se conhecem muito bem, não é... não há até aquele formalismo... Há sempre a necessidade que ele exista, mas... como já há um conhecimento muito direto, nós pegamos no telefone e falamos com as pessoas e resolvemos assuntos, não demoramos muito tempo a resolver a situação. Ah... no caso, por exemplo, da unidade CAFAP, ou seja, as coisas já estão tão organizadas que basta um telefonema e começamos a desencadear recursos...ah... seja com a GNR, seja com o tribunal, seja com a Misericórdia, com o Agrupamento... Há ali uma facilidade porque as pessoas se conhecem, porque há uma confiança e aí... a confiança e o reconhecimento da capacidade profissional e



de... de credibilidade que cada instituição, que cada técnico... ah... representa, mas há uma credibilidade e as pessoas confiam e a partir desse momento as coisas são muito mais fáceis. Quando nós nos deparamos com colegas que estão noutra instituição e que, constantemente, nos colocam sempre entraves... ou porque temos que fazer relatórios e emails para solicitar alguma coisa que depois demora imenso tempo, não é, é sempre mais difícil no dia a dia...

**E:** Não se consegue dar uma resposta no imediato...

**PD:** ... mais rápida... e quando nós estamos a falar de... em que nós estamos a trabalhar com pessoas, não é... Porque o que nós, na realidade, estamos a trabalhar é com pessoas... que vivem problemas... e quando têm problemas temos que os resolver de uma forma mais rápida. Não podemos estar à espera quando temos uma família com crianças... ou que estão a sofrer de violência, ou que estão a passar necessidades a nível alimentar... Nós não podemos estar à espera e isso é muito bom. Eu acho que isto é uma dinâmica que se foi criando também pelo facto de os técnicos se irem mantendo. Não quer dizer que não haja alterações, mas eu acho que foi também para nós uma mais-valia esta situação.

**E:** Ah, depois.... Em que áreas é que se concretiza essa participação? Também já me falou...

**PD:** Temos caminhado um bocadinho em todos os âmbitos, não é.... Pelas unidades que nós fomos criando, mas pelos próprios projetos que nós também fomos... fazendo parte deles. Nós tão depressa estamos a trabalhar com uma etnia cigana, como estamos a trabalhar na... na situação da toxicodependência ou estamos a trabalhar na violência doméstica, porque... a própria instituição, tendo uma missão muito clara, tem a ver com o acompanhar pessoas com deficiência, mas depois nós temos a desvantagem e a incapacidade... e isso leva-nos também a olhar, não é, para a comunidade como... ah... a área toda possível de intervencionar, não é... E aí não nos fechamos muito na ideia de que só temos que trabalhar na área da deficiência. Não podemos esquecer essa situação, só que nós fomos também, às vezes... ah... pensando um bocadinho na problemática, quando nós falamos numa situação de toxicodependência, ela não deixa também de estar inerente, se calhar, a uma situação de incapacidade, por sua vez, que dá origem a situações de doença mental e depois, até que ponto, muitas vezes dá a deficiência. Se nós formos desmontando um bocadinho isto, se calhar, todas as problemáticas podem ser intervencionadas no nosso âmbito de instituição e aqui talvez pela... pela... pelas políticas e se calhar algumas estratégias que as próprias direções da entidade têm tido é de, realmente, abrimos muito para a comunidade e de fazermos parte. É muito a ideia de quando é para acontecer, nós estamos lá. Pronto...ah, eu acho que isso tem a ver um bocadinho com aquilo

que nos queremos, mas com as pessoas que vão estando nas direções e agora estou aí a puxar um bocadinho a brasa à nossa sardinha e agora à minha, que fazemos agora atualmente parte deste... com mais 4 colegas, não é, fazemos... fazemos se calhar este caminho. Acho que temos muito esta postura, que é “É para ir para aonde?”, “Vamos lá pensar...”, sim, com alguma ideia de que temos de ter os cuidados necessários, mas sempre com a ideia de que a entidade é um recurso da comunidade e, por isso, pode oferecer muita coisa, como a comunidade também depois faz o seu retorno, não é... Porque acho que crescemos assim, com as dificuldades do que é ser uma cooperativa, e neste caso uma IPSS, em que tem financiamento, e que... pronto.... tem os seus constrangimentos, não é, porque nós recebemos financiamento tanto da Segurança Social, como fundos comunitários e...e como também depois dos apoios das autarquias e de outros projetos, mas é sempre...ah... 90 por cento do nosso financiamento vem, realmente, do Estado e isso deixa-nos também com alguma fragilidade. Mas acho que isto é ao nível nacional... todas as instituições passam por estas situações... umas vezes melhor, outras vezes pior. Também estamos num contexto que é o Alentejo e, por isso, também sofremos com isso... instituições idênticas a nós no Norte têm uma dinâmica diferente, porque também têm recursos financeiros, porque também têm uma comunidade com outros recursos, mas eu acho que até agora, dentro.... e nós, Cerci, abrangemos vários concelhos, sentimos também essa diferença, não é... Sentimos, por exemplo, que os próprios concelhos vão crescendo e ao longo deste tempo, por exemplo, Montemor sempre foi... está bem que nós temos a sede cá e por isso a instituição, se calhar, foi crescendo mais, dentro do concelho, mas, por exemplo, o concelho de Arraiolos, Mora, Vendas Novas... agora sentimos uma dinâmica diferente, por isso também sentimos um crescimento dos nossos serviços lá (em Vendas Novas) e a possibilidade de criarmos coisas lá, também porque a própria comunidade tem agora aqui uma dinâmica diferente. Arraiolos e Mora, estamos neste momento a tentar para que também haja aqui a nossa intervenção lá de maneira diferente, se calhar mais em Mora do que em Arraiolos, mas também percebemos que os próprios concelhos têm dinâmicas mais difíceis, por causa do isolamento... e às vezes não é fácil criarmos coisas...

**E:** Não há tanta abertura....

**PD:** ...não há. E a capacidade financeira até da própria comunidade e os parceiros lá... também é mais difícil, não é... pronto. Mas realmente sentimos que em Montemor tivemos esta... e a Câmara sempre esteve muito próxima de nós, e disponível, conjuntamente com o Agrupamento, para nós desenvolvermos muito esta perspetiva.

**E:** Como é que avalia a intervenção da Cerci na vida do Agrupamento?

**PD:** Bem... eu aí sou suspeita... (risos). Eu ia-lhe a dizer que avalio de uma forma bastante positiva. Eu acho que... ah... eu acho que estamos em pé de igualdade, eu acho que necessitamos do Agrupamento como o Agrupamento necessita de nós. Pronto, não há aqui um... um nível diferente. Não é a instituição estando num patamar acima ou abaixo, ou o contrário. Acho que, realmente, fazemos parte aqui de... de algo que é de necessária existência dos dois...ah... com os constrangimentos normais, porque acho que nem tudo corre... tudo cor-de-rosa, não é... tem ali umas nuancezinhas... (risos)... diferentes e, às vezes, até com tons mais escuros, que as coisas não correm sempre muito bem, mas acho que isso também faz parte... e eu acho que o essencial é muito esta comunicação e esta frontalidade e... e... o objetivo de criarmos e resolvermos as coisas e aí eu acho que é fácil, porque quando as pessoas querem de alguma forma, sim... haver estes tais patamares em que haja um acima e outro em baixo, aí as coisas parece-me que não funcionam. Ah... não quer dizer que não haja sempre a tendência para nós puxarmos um bocadinho para aquilo que é nosso, não é, é normal. Mas, se nós tivermos o objetivo lá no fim, que é comum, eu acho que para mim, o resultado é sempre positivo. Mas isso, se calhar, tem que perguntar lá ao Agrupamento... (risos).

**E:** E que expectativas considera que o Agrupamento tem no estabelecimento desta parceria?

**PD:** Eu acho que também tem uma... uma expectativa e acho que de alguma forma é positiva... aquilo que esperam de nós, é-lhes dada a resposta de acordo com as suas necessidades... mais uma vez, talvez, gostariam que até fosse mais, não é...ah... em algumas situações de... dos serviços mais próximos, como por exemplo, o CAFAP, a Intervenção Precoce... acredito que o próprio Agrupamento tenha uma expectativa em que deveríamos até ter mais ainda, mas isso também não é possível e o próprio Agrupamento percebe porque é que não existe. Nós, entidade, também estamos sujeitos ao próprio financiamento, não é...

**E:** também têm as próprias limitações...

**PD:** Não conseguimos, não é... Mas, parece-me que até então, houve sempre uma resposta ao pedido, à necessidade e também àquela ideia de que “Não existe, então vamos criar juntos, vamos até ser inovadores, se for o caso, não é.” Eu acho que isso é positivo.

**E:** E que ações é são levadas a cabo, por parte do Agrupamento, e se calhar também por parte da Cerci, no sentido de promover esse envolvimento da Cerci no Agrupamento?

**PD:** O estar no direto, até dentro do Agrupamento, com estas duas unidades é uma mais-valia. A nossa participação dentro da própria escola com estas atividades diárias... às vezes, por exemplo, estou-me a lembrar agora de repente, o CAFAP, com outro projeto que trabalha dentro da escola e a escola recebe também muito estes projetos, através de outras associações, a associação Terras Dentro, que também tem outros projetos e que nós também, em conjunto, trabalhamos e desenvolvemos projetos com eles, vamos fazendo atividades conjuntas, não é, e aí é uma mais-valia, porque aparece... é o todo, que às vezes até nem se consegue distinguir se aquela atividade foi desenvolvida por quem... é desenvolvida por todos. Mas, realmente, há a participação nesse sentido. Depois, também estas reuniões constantes, que são necessárias, de articulação entre os técnicos, a vários níveis, não é, a vários níveis, sejam elas até ao nível da gestão do Agrupamento com a nossa, sejam ao nível até de técnicos, não é, ao nível de Diretores Técnicos, ao nível dos técnicos do direto, que também trabalham muito nesta articulação, com os professores, não é... Quando os professores nos contactam, ou até porque estão a organizar, por exemplo, aquela questão dos jovens estarem connosco aqui na instituição, por algum tempo, por causa dos estágios, há esta relação próxima que me parece que, da parte do Agrupamento, há sempre esta procura constante de que nós também possamos entrar dentro da escola e quando falo da escola, falo no todo, nos jardins de infância, nas creches, pronto, é nesse sentido... Não só naquele espaço EB2/3, mas todas....

**E:** As escolas que fazem parte do Agrupamento... Como é que caracteriza a preocupação do Agrupamento no que respeita ao envolvimento das entidades locais, neste caso, relativamente à Cerci, na elaboração do Projeto Educativo?

**PD:** É assim, eu acho que aí já é um patamar mais técnico. Nesse aspeto... ah... acredito que haja essa maior necessidade de haver aqui uma articulação e, se calhar, um planeamento a esse nível... ah... não existindo aqui um patamar superior ao nível da gestão. Nesse sentido, não... Porque há o projeto deles, é pensado, se calhar, pela Direção do Agrupamento, mas esse levantamento, quando eles estão a fazer esse projeto é como nós também entidade, não é... Nós auscultamos a comunidade, auscultamos os nossos parceiros sobre aquilo que estamos a desenvolver e eles também o fazem... através dos questionários, através destas relações próximas, não é, que se vai percebendo qual é a estratégia que, neste caso o Agrupamento, tem que ter para o próximo Projeto Educativo que possam apresentar. E isso também é visível nestas relações que temos depois na Comunidade, com outros parceiros, a questão da rede social, outros projetos como, por exemplo, o Rendimento Social de Inserção, em que a educação vai estando muito presente nesse tipo de situações e que depois vão recolhendo as necessidades

que a comunidade vai tendo para orientar um pouco a apresentação do seu projeto. Eu acho que isso é feito com alguma regularidade e tendo em conta um bocadinho isso, a necessidade que vai existindo.

**E:** E quais são os objetivos, por parte da Cerci, em estabelecer parcerias com o Agrupamento?

**PD:** Eu acho que já lhe respondi um bocadinho a isso, mas pronto... Os objetivos... é isto mesmo, não é.... Há a necessidade... a educação é a área de que não podemos prescindir, não é... Nós, para termos desenvolvimento, para desenvolver uma criança, para desenvolver um adolescente ou um adulto, temos que enquadrar a área da educação, porque faz parte. Por isso, não faria sentido que a entidade não mantivesse uma relação com o Agrupamento, no dia a dia, da sua intervenção, no desenvolvimento de projetos...ah... porque é fundamental para termos aqui... ah... a ideia do todo, não é. Porque desde o momento, em que eu, há pouco lhe dizia, nós, a entidade, quase que trabalha dos zero quase aos 90 anos. Então, o processo educativo pode estar formalizado até aos 18 anos, não é, mas depois com o Centro de Formação, há sempre esta necessidade e até com outras unidades, por exemplo, o CAO (Centro de Atividades Ocupacionais), há necessidade de nós trabalharmos em conjunto, nesta articulação do vai e vem. Agora precisamos nós de integrar jovens, quando a escola também precisa de integrar, não é... Por exemplo, no Centro de Atividades Ocupacionais temos jovens que podem integrar a escola para desenvolver atividades socialmente úteis e isso também faz... é importante, porque nós, já os jovens saíram da escola, mas podem regressar novamente ao espaço da escola para desenvolver algumas tarefas e já nos aconteceu essas situações, como é o contrário... Eu acho que é um pouco esta relação de articulação muito próxima, porque acho que não faz sentido que haja uma intervenção sem o outro.

**E:** Há aqui objetivos que acabam por ser comuns. Por parte do Agrupamento também haverá essa necessidade, por exemplo, de integração destes jovens...

**PD:** Estamos a falar de uma coisa que é educar, não é... Nós também, estamos para educar, para reabilitar, por isso Cerci se calhar tem lá a educação e a reabilitação...ah... do cidadão, não é, das pessoas. A escola, especificamente, até uma determinada altura, não é, mas a ideia é esta. Nós temos que olhar o jovem e a criança nas várias áreas, seja na... e por isso, para nós, só faz sentido que haja esta articulação.

**E:** Nas parcerias que a Cerci estabelece com o Agrupamento, de quem é que partiu o interesse? Foi da parte da Cerci, foi da parte do Agrupamento?

**PD:** Eu aí não lhe consigo dizer especificamente... Eu acho que isto é quase tipo uma bola, está a ver? As coisas desenvolvem-se, não é...

**E:** Naturalmente...

**PD:** ...têm um movimento, em que esse movimento eu não lhe posso dizer que é apenas só de um lado...este é um movimento... acho que é o tal vai e vem, em que nessas reuniões, nessas conversas, nesses contactos que nós vamos fazendo... até basta nós encontrarmo-nos às vezes. Inaugurou-se alguma coisa, há uma inauguração em que vão as pessoas... às vezes, até nisso há uma ideia, aparece uma ideia, estamos ali juntas...e porque não, vamos avançar! Ou seja, não me parece que haja assim a possibilidade de eu lhe dizer quantas vezes é que foi a Cercimor ou quantas vezes é que foi o Agrupamento. Eu acho que isto é um pouco por aí, de acordo também com as necessidades, às vezes também com as oportunidades de ambos os lados como entidades, porque somos entidades diferentes, uma coisa é nós, como IPSS, e o Agrupamento como Estado, ao nível da função pública, com outras regras, com outros financiamentos e há aqui uma articulação. Não há assim... eu não sei se a Diretora do Agrupamento lhe consegue dizer isso... Olhe, eu, não.

**E:** E agora, para concluir, que perceção é que tem dos impactos destas parcerias, por exemplo, nos projetos que envolvem a Intervenção Precoce?

**PD:** Muito grandes! São fundamentais, não é... Tanto a Intervenção Precoce como no CAFAP... Há pouco dizia-lhe... o facto de, até neste momento, estarem dentro do espaço Agrupamento para nós é uma mais-valia... ah, porque há uma maior capacidade até de articulação entre os técnicos, e agora aqui falo como elemento da Direção no sentido de perceber como é que as equipas se articulam, não é, com a equipa Agrupamento. Para nós, ao nível agora de gestão, é uma mais-valia porque a equipa está lá e está, se calhar, a beneficiar de outros recursos que a entidade, às vezes, até não tem, mas que a equipa neste momento pode ter. Para além disso, há uma facilidade mais rápida na resolução do próprio problema, do conhecimento da relação entre técnicos, como há pouco lhe dizia, pelo facto de as pessoas se conhecerem, também mais facilmente se resolvem e ultrapassamos a situação, para além também das próprias famílias... termos...os serviços estando no Agrupamento, não tem aqui, se calhar, aquela... aquele rótulo, que se tivessem dentro da instituição, poderiam ter. E isso também é uma mais-valia para nós, é a abertura da nossa entidade à comunidade de uma maneira diferente. Não é que haja da nossa parte alguma vergonha, nada disso, mas sentimos que, as pessoas ao virem é aqui, é um peso diferente. É como digo, há um trabalho muito grande

de inclusão que nós vamos fazendo e o olhar para a deficiência, também me parece que as coisas estão diferentes, mas ainda há muito caminho a percorrer ao nível de alguns preconceitos e é nesse sentido que, por exemplo, a Intervenção Precoce trabalha com famílias, com crianças muito pequeninas... de repente, um casal jovem, ter uma criança que necessita de acompanhamento da Intervenção Precoce, chegar aqui e depois ver um adulto com uma deficiência profunda... ver... não é fácil, não é... isto... Nós queremos que as coisas sejam todas muito encaixadas de forma igual, mas o que é certo é que há sempre um grande peso nas coisas e realmente os serviços estarem integrados noutra ambiente, também é uma mais-valia, até para outras questões, por exemplo, o CAFAP, ao nível dos jovens... que acompanha jovens, e nós sabemos o que é isso, quando o jovem sabe do acompanhamento do outro e pronto, isto, às vezes, não é fácil. Têm que sair e têm que se deslocar e... “Porque tu vais à Cerci...” e aqui é diferente, as coisas estão lá dentro, o CAFAP é quase igual a ir à sala com o professor, pronto. Não há aqui uma distinção, apesar de ter lá os logotipos...

**E:** E, por exemplo, a nível do Centro de Atividades Ocupacionais?

**PD:** Pronto, aí como há pouco lhe dizia, não é o fim da linha o Centro de Atividades Ocupacionais, mas sabemos que terminou toda esta parte mais educativa, mais formal da pessoa e que depois há aqui aquele encaminhamento, que é, de acordo com o diagnóstico, se tem capacidade ou não para o mercado de trabalho, e aí fazemos o encaminhamento ou para o Centro de Formação ou para o Centro de Atividades Ocupacionais. O que não significa que também nessa unidade não haja aqui uma grande articulação, há a necessidade de fazer a integração na própria comunidade, não neste formato mais profissional, mas sim ocupacional, mais social, na continuidade da inclusão. Eu acho que é uma mais-valia também podermos continuar a trabalhar assim, dando resposta até às necessidades mais graves que o Agrupamento tem, no caso da unidade, porque temos jovens, crianças, que atualmente estão no seu percurso educativo e, tendo em conta, o diagnóstico, estão na unidade, e quando termina o tempo de lá estarem, é uma mais-valia existir esta unidade. Atualmente não é um serviço que consiga dar respostas como se calhar o Agrupamento gostaria, porque temos 50 vagas e as 50 vagas estão preenchidas, pronto. Aqui é a tal ideia que digo que se calhar a perspetiva que o Agrupamento tem por nós, muitas vezes, não é possível no seu todo, porque gostaria de ter mais, e nós não podemos dar porque também não temos capacidade para receber, não é...

**E:** E a nível da integração dos alunos com o PIT?

**PD:** Sim, é como lhe estava a explicar. Há uma articulação muito grande com o Centro de Formação, não é... ah...Na altura nós também tínhamos... porque neste momento não temos, não temos Centro de Recursos na área da Inclusão... ah, foi uma decisão que lá atrás foi tomada, por razões financeiras...ah, de não resposta adequada que o Ministério da Educação, não o Agrupamento, era mesmo o Ministério da Educação, dava à instituição, ao nível do financiamento, que estava a pôr em causa, se calhar, até as outras unidades da instituição e tivemos que tomar uma opção... Não foi fácil, mas tivemos que a fazer, de deixar de ter os recursos necessários para trabalhar com aquelas crianças na escola. Ah..., mas continuamos, cá está, nesta relação, tendo em conta que temos aqui áreas de formação que, ao nível da escola, há a necessidade de fazer o despiste e a integração destes jovens e nós temos sempre recebido e articulado com os técnicos dentro das possibilidades e acho que vamos tendo sempre, de alguma forma, esse percurso e esse encaminhamento, até porque, depois no futuro, há muitos destes jovens que vêm terminar de ser integrados no Centro de Formação ou até encaminhados para o CAO, mas grande parte deles até fica aqui em formação.

**E:** o meu estudo pretende focar-se mais a partir de 2013, altura em que se constituiu o Mega-Agrupamento. Nota que houve alguma diferença antes de 2013 e a partir de 2013 em termos de abertura para esta articulação?

**PD:** Não noto muito. Se calhar sou um bocadinho suspeita... Outros técnicos dentro da entidade até podiam dar outra opinião, mas eu, pessoalmente, não acho que tenha havido esta... Não digo que não possa ter existido uma situação ou outra, mas, no seu todo... Há pouco, eu fiz referência ao nosso histórico, ao lá atrás... A postura foi sempre esta, independentemente de... de estes anos que estou a trabalhar, também já conheci outros Diretores ao nível do Agrupamento. Nem sempre foi a professora (X), mas, realmente, não acho que pelo facto de ter existido aqui este Mega, que foi de repente “Ai, agora já passou a ser diferente”. Não, porque temos este tal historial.

**E:** Essa continuidade manteve-se...

**PD:** Sim, sim...

**E:** De uma forma geral, qual considera ser a importância do estabelecimento de parcerias educativas?

**PD:** Eu acho que é fundamental, não é... Mas tenho estado sempre aqui, até a repetir-me um bocadinho a esse nível. Pronto, o estabelecimento... há necessidade, não faz sentido que a



escola não o faça, não é, porque se não acho que também não faria o seu papel, a sua missão da escola corretamente e nós, como entidade, neste caso, nós, que a nossa abrangência é tão grande, não é, vai para tantas áreas, que só faz sentido o estabelecimento destas parcerias. Sempre com esta possibilidade, que haja a inovação, de novos projetos, quando existe o financiamento, poderem ser aproveitados e nós, acho que não temos deixado que isso aconteça.

**E:** E agora mesmo para concluir, que novas dinâmicas é que sugere no sentido de melhorar, se é possível, não é, as parcerias que já existem ou até de estabelecer novas parceiras?

**PD:** Nós temos de estar sempre numa procura de reflexão e de estratégias novas, porque há necessidade sempre de criar uma dinâmica diferente daquilo que nós temos. Porquê? Porque também o dia a dia, se calhar, hoje da nossa sociedade não é a mesma, não é igual, as exigências não são iguais, a forma de estar no dia a dia de um jovem não é igual aquilo que, se calhar, na minha altura era, as próprias necessidades das famílias...

**E:** Há sempre um ajuste, uma adaptação...

**PD:** ... Coisas novas que vão sendo feitas lá fora e a possibilidade de olharmos para a escola, os modelos... e podemos até ser elementos participativos nessa alteração, não é... E... e não quer dizer que até seja para melhor, que possa ser diferente e que seja experimentado com o cuidado do que é experimentar coisas, porque muitas vezes esta questão de experimentar, depois cai-se, às vezes, no erro das coisas piorarem e de criar problemas mais graves. Mas acho que há sempre esta necessidade constante de olhar para a escola, porque a escola é fundamental, é a base... é a base da vida da pessoa. Porque é onde nós começamos, é onde nós passamos o maior tempo. Quando... quando... até aos nossos 18, vinte e poucos, porque depois o percurso todo na universidade, principalmente nas idades mais novas, é fundamental, porque é onde se criam as bases de um cidadão.

**E:** Onde se estrutura a pessoa...

**PD:** Onde se estrutura e que não é fácil, não é... Não é fácil hoje, com tanta dinâmica diferente, com a Internet, com o desenvolvimento informático, com os problemas também associados a isso, a facilidade com que as coisas nos passam pelas mãos, os medos que as pessoas vão criando, que depois leva a ter uma exigência e depois até regras, que se vá fazendo regras... Isto é difícil na gestão da própria dinâmica, não é... Agradar a todos e conseguir que todos vão ali um bocadinho correto... se é que há um só caminho... ah, é difícil. Mas eu acho que a escola é, realmente, fundamental. Tem necessidade de estar constantemente à procura de coisas na

comunidade para facilitar até a própria dinâmica, que não é fácil, não é... não é fácil. Eu acho que não é fácil ser professor hoje em dia, nos vários níveis. Mas também ao mesmo tempo, não me parece ser muito difícil se as pessoas, às vezes, tivessem mais tempo para pensar e, às vezes, refletir nas coisas que se dizem ou nas coisas que se fazem, porque há lá fora já outros modelos, não é, está bem, com outros estares, outros valores, até financeiros, mas que, se calhar, até podem ser aproveitados. Não acho é que tenhamos que fazer tábua rasa do passado e agora está tudo mal e vamos ter que ter uma escola mais moderna, não. Eu acho que tem que se aproveitar as boas coisas e eu acho que a escola aqui em Montemor tem tido essa dinâmica e que puxa muito para dentro da escola até projetos para que crie até alguma motivação nos jovens. Não conseguem, se calhar, a 100 por cento, como é óbvio, mas isso acho que em lado nenhum há essa capacidade de ter objetivos atingidos a 100 por cento, mas eu acho que...

**E:** Mas sente que há essa abertura por parte da escola...

**PD:** Há... há...

**E:** ... para que a comunidade possa também dar resposta às necessidades...

**PD:** É preferível, porque se eles se fecharem, mais problemas têm, não é... Agora, que há coisas que correm mal, claro... Mas isso, vamos tendo sempre situações, não é... Não deixa de existir, até porque, cá está, várias vertentes... isto é um polvo muito grande, não é, e não há, às vezes, capacidade para apanhar todos os lados e há sempre algum que, às vezes, sai menos bem.

**E:** Muito obrigada pela sua colaboração.

## TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA AO RESPONSÁVEL PELO *ATELIER DE COSTURA CHÁ DE AGULHAS*

<b>Data:</b> 29 de março de 2019	<b>Local:</b> Atelier de Costura
<b>Hora de início:</b> 15h00	<b>Duração:</b> 30 minutos

**Entrevistador (E):** Qual é a sua idade?

**Responsável pelo Atelier de Costura (AC):** 44 anos.

**E:** E as suas habilitações literárias?

**AC:** Tenho o décimo segundo ano.

**E:** Que funções é que tem desempenhado ao longo da sua vida profissional?

**AC:** Então, fiz formação na área da costura, fiz o nono ano através dessa formação de três anos, nível... Completei o nono ano através disso. Entretanto, fiquei a trabalhar numa fábrica, dez anos. Ah... a fábrica foi à falência e eu, entretanto, decidi... fui para o desemprego, mas não fiquei no desemprego. Decidi fazer... ir outra vez investir na formação nesta área e, então, fiz décimo segundo, fiz o nível quatro na área da costura, que era, pronto, costureira modista. Entretanto, fiz o CAP (Certificado de Aptidão Profissional) para dar formação, abri um atelier há 15 anos atrás... pronto, um atelier que fazia confeções. Entretanto, a partir daí foi sempre... Tive o atelier, agora já tenho empresa mesmo nesta área e tenho estado sempre a dar formação nesta área, também.

**E:** Portanto, é sócia... disse-me que tem uma sócia, não é?

**AC:** Sim, sim... Há dois anos que tenho uma sociedade.

**E:** E já está há quanto tempo aqui no atelier?

**AC:** Aqui neste, há dois anos. Mas há... há 15 anos que tenho tido sempre atelier, por conta própria. E formação também dou há 13 anos.

**E:** Agora em relação ao Agrupamento de escolas, como é que caracteriza a participação do seu atelier de costura na própria vida do Agrupamento de escolas?

**AC:** Eu, é assim... ah, já estou... já tenho parceria com a escola há bem 10 anos ou mais... mais. Têm vindo sempre pedir, todos os anos, tenho aceitado sempre todos os anos... algumas miúdas no atelier. Acho que tem sido um trabalho positivo, mas acho que também há ali um bocado...acho que deviam ser mais participativos, estarem mais presentes, no acompanhamento. É assim: passa uma pessoa antes do final de cada período, para perguntar como é que é, mas eu acho que podiam ser mais presentes e até serem mais exigentes, verem mais trabalho, verem, realmente, o que é que está a ser feito. É assim: é muito fácil aceitar uma criança e não lhe dar nada para fazer, estar ali sentada e... Aqui não acontece, porque eu tento sempre... mas eu acho que é a nível da presença de alguém, de vir, aparecer e ver o que fazem... Pronto, talvez também não o façam para não exigir muito também da empresa, porque acaba por ser um voluntariado, mas eu acho que deveriam, para o bem da pessoa que aqui está e até para que dê frutos, porque se eles estão aqui inseridos, também têm algum objetivo. E, às vezes, eles acabam isto e ficam sem objetivos nenhuns. Eu, é assim, na minha parte tento sempre transmitir que há problemas, mas, se calhar, há outras entidades que não o fazem e eu acho que se eles aparecessem mais e tivessem visitas mais... presentes e ... exigissem, ter um objetivo... Eles têm, porque nós temos que fazer uma planificação e têm um objetivo, só que, depois...

**E:** Considera que deviam ter um maior acompanhamento por parte da escola?

**AC:** Sim. Depois é assim: há uma reunião na escola, em que se a criança está mais tempo no atelier, não é, porque vêm muito... três manhãs, agora é menos tempo, mas antigamente eles vinham quase todos os dias e estão uma manhã inteira, ou um dia inteiro, todos os dias... Nós, até mesmo a nível de reuniões de escola, deveríamos estar presentes e dizer o que é que achamos e o que é que... Mas, pronto, depois acabamos por nos sentir, nós, também assim um bocado... Está-me a perceber? À parte, porque é assim, passa uma pessoa “Diga-me lá, o que é que acha... não sei quê... e faça isto com cruzinhas, o comportamento...”. Se calhar, também é o meu ponto de vista... se calhar, as outras pessoas não ligam e estão é desejosas... Mas eu, quando me meto nas coisas, gosto de fazer como deve ser. E eu acho que pronto... podia haver mais ligação... o que eu sinto é que há pouca ligação escola – posto de trabalho... ah, onde eles estão. Há aquela ligação de vir, passar, mas acho que havia de haver outra maneira, outra presença.

**E:** E porque é que se estabeleceu aqui esta parceria? Foi um interesse que surgiu por parte da escola?

**AC:** Foi a escola que me procurou, foi a escola é que procurou e, pronto, sugeriu... se eu... O que é que acontece, eu durante as férias escolares ... durante as férias escolares recebo miúdas para aprenderem nesta área, logo a partir dos quatro anos.

**E:** Do Agrupamento?

**AC:** Não, não, particular mesmo. E depois, pelas clientes que tinha, que eram professoras, diretores da escola, começaram a ver o trabalho e acharam interessante e pediram-me se podia receber meninas e foi a partir daí que comecei a receber também.

**E:** E recebe... é estágios, não é?

**AC:** Sim... Não é bem estágios, porque elas não vêm... elas vêm mesmo naquele... Vá, em vez de terem certas disciplinas, são colocadas em posto de trabalho. São miúdas com dificuldades pedagógicas e depois são inseridas nestas áreas...

**E:** Do PIT... Deve ser do Plano Individual de Transição?

**AC:** Exatamente.

**E:** A sua participação enquanto representante do atelier e a participação do atelier consiste em acolher aqui jovens?

**AC:** Sim... Claro que nós também estamos sempre a querer tirar algum proveito disso, não é... Talvez eu, com a dificuldade que tenho em arranjar pessoas para trabalhar nesta área, às vezes, a minha esperança é que as pessoas que vêm, sejam formadas para, um dia, poderem ficar aqui a trabalhar. É este um dos meus objetivos, também... ah, mas não tem acontecido. Não tem acontecido, porque é assim: os miúdos também são pouco estimulados, vêm para aqui mesmo... Agora é assim: tenho uma miúda que está comigo já há... fez o nono ano aqui e agora está a fazer o décimo segundo...há quase seis anos. E ela é muito habilidosa de mãos, e depois tem os problemas, os outros problemas, por isso, é que elas estão inseridas nestes projetos. É uma miúda muito fechada, com problemas que não se sabe o que é e, por exemplo, não pode estar em contacto com o público, ou seja, quando ela vê o público, para ela é pânico, mesmo pânico. Se é abordada por um homem, por exemplo, ela atira-se para o nosso colo e chora, desalmadamente. Ou seja... tem a parte boa, ser habilidosa e até poder ser estimulada para ficar cá, mas depois tem a outra parte, que é muito má. Eu não posso ter uma pessoa aqui que esteja escondida ou que esteja com medo do público e tenho vindo a alertar a escola... É assim, pronto... vamos ver. E ela está a terminar o décimo segundo ano, ou seja, este ano ou

fica a estagiar aqui ou é inserida numa Cerci, que ela não quer, já me disse que não ia, e, pronto, é assim. Mas por muito boa vontade que nós tenhamos, é mau, porque depois é assim: fica a fazer aqui um estágio, se não ficar com ela, tenho de justificar porque é que não vou ficar e é muito mau. E estar a criar expectativa a pessoas que eu, à partida, sei que não vou ficar com elas, porque é-me impossível pagar um ordenado a uma pessoa assim... não... E, então... pronto.

**E:** Não é fácil...

**AC:** Não é fácil.

**E:** Que avaliação é que consegue fazer aqui desta parceria, desta colaboração que há aqui? Falou um bocadinho da parte do acompanhamento...

**AC:** De um a dez, cinco. Metade, metade. Porque eu acho que há falhas. Eu não sou formada na área, mas acho que há ali um bocadinho... Eu compreendo que as pessoas estão cheias de trabalho, têm montes de coisas para fazer, mas se eles têm estes projetos, têm que acompanhar. Tudo bem, que as pessoas conhecem-me muito bem e têm uma ligação muito boa comigo, confiam e, se calhar, por isso, acabam por não pressionar muito.

**E:** Que expectativas é que considera que o Agrupamento tem ao estabelecer parceria com o atelier?

**AC:** Eu acho que a expectativa deles era um bocadinho do que já falámos, que é que elas tenham um posto de trabalho e que sejam inseridas. Eles querem, mas também têm que fazer e pronto, é isso.

**E:** Que ações são levadas... Da parte do Agrupamento, o que é que fazem no sentido de tentar envolvê-la a si e ao seu atelier para poder haver esta parceria?

**AC:** Vêm falar connosco para recebermos as crianças, vêm recolher as avaliações... E depois no final, pode ficar, pode não ficar. Fui chamada a uma reunião por causa desta parceria, para saber se podia aceitar e para dizer o que achava que estava bem e o que achava que estava mal. Mas acho que era importante que estivéssemos também com os outros professores para falar. Uma vez, fui convidada, pela escola, a fazer a formação de língua gestual... eu, os professores e todas as pessoas que estavam com a aluna Y. Mas acho que era importante que fizessem outras formações para quem está com estas crianças.

**E:** Da parte do *atelier*, que objetivos é que existem no estabelecimento desta parceria?

**AC:** O objetivo era mesmo formá-los, não é, nesta área, para que pudéssemos ficar com eles a trabalhar connosco, era uma mais-valia. Acho que é o objetivo principal.

**E:** A formação tem existido, mas depois não se tem concretizado a parte de poder ficar com...

**AC:** Não, porque é assim: por exemplo, este é o último ano que a aluna X vai cá estar. No meu parecer, devia ser o ano em que eles estavam mais tempo connosco, não é... Para ver se eles já tinham autonomia, se já conseguiam, durante o ano, fazer o trabalho que nós tentámos que eles aprendessem. O que é que acontece: é o ano em que estão menos tempo connosco. Depois é assim: eles já não são muito interessados, os miúdos, e depois estão... todos os anos eles... não é uns miúdos que se pegue neles e que eles vão sempre progredindo. Eles têm... há altos e baixos neles e eles, um ano, estão no alto, no meio do ano, já descem tudo... é esta instabilidade. E depois nós queremos fazer mais trabalho com eles, mas não conseguimos, porque é assim: os miúdos aparecem cá duas horas de manhã, depois vão-se embora... depois só cá aparecem ao fim de dois dias e quando vêm sempre, quando não aparecem porque faltam ou... É complicado, muito complicado. Acho que não está bem estruturado. É assim, depois há miúdos que se conseguem salientar mais e há outros que estão ali... Nós olhamos para eles, estão no telemóvel, ou começam o trabalho e nem o acabam, se a gente começa a pressionar muito, começam a ficar... É muito complicado. É complicado e acho que deveriam ter outro tipo de acompanhamento também.

**E:** Só recebe meninas ou também recebe rapazes?

**AC:** Eu recebo, geralmente, é meninas. Mas aquele estágio que tive era rapazes e meninas, era tudo misturado. Mas é mais meninas.

**E:** E eles vêm assim por um período de tempo, por exemplo, durante o ano?

**AC:** Não, eu pego neles, por exemplo, no sétimo ano e vai até ano nono. Agora já prolongaram até ao décimo segundo, porque antes era mesmo só até ao nono ano. Agora já faz... A aluna X já fez o nono e já está a acabar o décimo segundo. Está há seis anos comigo.

**E:** E vem, portanto, esses dois ou três dias por semana, durante o ano letivo todo?

**AC:** Sim. Os outros anos, ela, geralmente, vinha ali três dias inteiros por semana. Agora vem três manhãs por semana: vem à segunda, à quarta e à sexta.

**E:** É a escola que estabelece o horário?

**AC:** Sim, é. Ela, por exemplo, eu ontem perguntei-lhe: “Então, os testes têm corrido bem?” E ela disse-me: “Eu não faço testes.”. Ou seja, eles é mesmo só... fazem trabalhos e apresentam e pronto, estão aqui inseridos. Enquanto os outros... certas disciplinas não as devem ter e depois nestes horários são metidos nestes sítios.

**E:** E por parte do Agrupamento, que objetivos é que acha que eles têm ao estabelecer aqui a parceria com o atelier?

**AC:** O objetivo deles... passa por... sei lá... pensar na criança, na pessoa que vão aqui pôr. E o objetivo também é criar postos de trabalho, penso eu... que eles cheguem ao décimo segundo ano e que tenham uma profissão e que aprendam um ofício... penso eu que seja o objetivo deles. Pelo menos, é o que eles me tentam dizer que gostavam. O objetivo é que eles fiquem inseridos no mundo do trabalho. Pronto, depois a nível... se calhar ali o caminho não é o mais certo, mas, pronto, mas é o objetivo deles e tentam fazer. Mas acho que podiam ser mais insistentes e persistentes em relação a isso. Eu nunca me senti ... pronto, se calhar também é bom... estar ali pressionada para ficar aqui com uma pessoa, mas se calhar deviam fazer um esforço. Deviam fazer, se calhar, uma pesquisa antes de os colocar nos sítios... quais eram as áreas de interesse deles, porque... quando eles não têm interesse, então, é horrível.

**E:** Eles vêm porque há aqui uma disponibilidade para os acolher? Não, porque haja um interesse da parte deles para esta área, é isso?

**AC:** Exatamente.

**E:** É assim que funciona?

**AC:** Sim, penso que sim. Eu compreendo, porque também é difícil... É o trabalho que lhes estão a impor a eles. Distribuem as pessoas por sítios... nem toda a gente está a aberto para estas coisas...

**E:** São áreas muito específicas, não é?

**AC:** Claro. E é assim: e é a responsabilidade, você não sabe quem é que lá mete... já recusei, já recusei pessoas. Não sou racista, mas ciganos... tenho um bocadinho... Depois isto é uma casa, que sabe como é que é: as pessoas chegam aqui, veem um cigano, não é... Há pessoas que não são como eu e é mau. E, pronto, já recusei. Agora, pronto, porque isto não é fácil. Por exemplo, a aluna Y, no início, roubava-me dinheiro da carteira... pronto, está a ver? É uma coisa difícil e, pronto, depois recebo as meninas da Cerci...ela, por exemplo, como é revoltada



em relação à deficiência dela, não aceita ver pessoas com deficiências. E, então, o que é que me aconteceu: tive uma senhora da Cerci, a fazer um estágio lá, uma senhora já com 50 anos, quase... a senhora estava sentada, a coser... ela não podia com a senhora... agarra numa tampa... desenroscou a tampa do ferro de caldeira, atira à... calhou a senhora conseguir desviar-se. É assim: são coisas graves e somos nós que ali estamos. É muito complicado. E é assim: as pessoas não estão para aí... as pessoas aqui, em Montemor, e, se calhar, nos outros sítios, as pessoas querem é estar descansadas, não querem este tipo de trabalhos, como eu. Eu, agora, aí há uns meses tive que dizer “Não, vamos parar, porque se não isto é a Santa Casa da misericórdia!”. Era um grupo da... era a toda a hora: vinha não sei quem, era um grupo da Cerci, era o grupo da João Cidade, era o grupo não sei de...ou seja, eu, quando vi, tinha a semana preenchida com voluntariado, que dá trabalho. As da Cerci, por último, quando eu disse que não podia receber mais, começaram a mandar uma funcionária com elas e ficava com elas e eu ia dizendo o que é que era para fazer, mas não... É assim: até a nível de trabalho começou logo a não ser a mesma coisa. Elas queriam era estar comigo. Então, eu disse: “Agora paramos, vou dar formação, não posso estar... estou muito ocupada, não pode ser.” Então, agora, nem os tenho recebido. Mas estão-me sempre a telefonar: “Então, quando é podemos começar?”. Mas pronto, não dá.

**E:** Não consegue dar resposta a todos os pedidos, não é? Já me disse que o interesse da parceria partiu do Agrupamento, não é?

**AC:** Sim.

**E:** Que impactos é que acha que esta parceria pode ter, a nível, por exemplo, da integração desses alunos, que já me disse, que têm o PIT?

**AC:** É assim, isto acaba por ser uma escola, não é? Eles estarem aqui, acabam por fazer as nossas vivências, ter outras atitudes, começar... Lá está, as síndromes que se vão adquirir... eles acabam por ser estimulados e uma coisa é estar aqui um dia, outra coisa é estar aqui seis anos, não é? Eles têm que aprender alguma coisa e a parte da integração é uma delas, que é o que está aqui a falhar com a aluna X... não consigo. Há seis anos que estou com ela e não conseguimos. É assim: eu também já este ano, no início do ano, quando as professoras vieram, eu alertei em relação a isso. Não sou eu que tenho que alertar, mas depois uma delas veio falar comigo e disse-me que andavam já a tratar do assunto, porque achavam que o problema dela era esse. São problemas muito graves e só podia... tem que ser qualquer coisa ali ligada, percebe, porque as atitudes que ela tem, vê-se perfeitamente. Não pode entrar um

homem...naquele dia... sabe o que é você estar, um senhor entrar... estava ela, estava a aluna Y, e outras meninas, que foi na altura de ateliers, e o senhor entrou...nós no outro atelier, tínhamos uma camilhazinha e elas estavam todas à volta. O senhor entrou e disse “Que lindas meninas!” e meteu a mão na cabeça da aluna X. Ela pulou, literalmente... tínhamos uma parede para o outro lado, que era uma sala de formação, ela pulou para o colo da minha sócia e soluçava. E nós para a acalmar... E é assim: cada vez que... não é normal, tem que se passar qualquer coisa. Mas penso que é na escola que estas situações têm que ser tratadas, porque têm psicólogas que os acompanham, têm meios para tentar resolver estes casos... Aqui o nosso objetivo, é que elas se integrem na sociedade e que aprendam, mas estou a ver que não consigo cumprir este objetivo... e também fico frustrada. Faço o que posso, mas peço ajuda à escola para que resolvam a outra parte. Eu sei que há muitas crianças, que são casos muito específicos, muito complicados...

**E:** Qual considera ser a importância do estabelecimento destas parcerias da escola com outras entidades do território?

**AC:** Para inserir os miúdos no mundo do trabalho e também para que haja uma inserção... para que os vejamos de outra forma, não é... Que não tenham aquele rótulo que são miúdos com dificuldades ou com deficiências, vá... E assim acabam por desenvolver e estar inseridos logo no mundo do trabalho e que possam ficar nesses sítios. Só que, pronto... Eu acho que é a vontade deles... depois que não haja pessoal, nem consigam concretizar... Mas isso é um bocado aqui como nós, também sentimos isso, não é... Não podemos só ver a parte negativa... Eles fazem um esforço para os integrar, e acho que é o objetivo deles, a integração e que seja com sucesso. Depois o resto, pronto... Eu sei que também... lá está, também passa pelo estar, também devia ter outro tipo de profissionais e outro tipo de estimulação, outras coisas, mas... e as pessoas também não fazem milagres, não é...

**E:** E agora, mesmo para concluir, o que é que acha... já acabou por referir... o que é que se podia melhorar nesta parceria que há e novas sugestões de parcerias para o futuro? O que é que acha que se podia aqui melhorar?

**AC:** Eu acho que é assim: o tempo que estão a inserir os miúdos nestes ateliers, concordo. Terem um posto de trabalho e terem a parte prática para começarem logo a ver o que vão fazer, mas eu acho que deveria ser inserido, mesmo na parte escola, uma disciplina ou uma parte de formação na área em que eles tivessem integrados. Sei que não é fácil, porque é assim: é mais uma despesa e é... Mas, pronto, acho que deveria ser a própria entidade, em que eles estão

inseridos, a ir à escola, dar formação a essas pessoas, para ver a parte prática e a parte teórica... Que era irmos dar um pouco de teoria também, porque acho que é importante. A prática é essencial, não é... Mas acho que a teoria também fazia falta e ficavam mesmo com uma certificação do que estavam a fazer. Estão três dias no *atelier*, mas num desses dias, pelo menos, sermos nós a deslocar-nos à escola... Sei que não é fácil, porque as pessoas nem todas têm essa disponibilidade, mas pronto, acho que fazia mais sentido, que era mais positivo e viam-se, se calhar, frutos diferentes.

**E:** Muito obrigada pela sua colaboração.

## TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA AO DIRETOR ARTÍSTICO DA ASSOCIAÇÃO CULTURAL ESPAÇO DO TEMPO

<b>Data:</b> 9 de abril de 2019	<b>Local:</b> Escritório da Direção Artística
<b>Hora de início:</b> 18h30	<b>Duração:</b> 52 min

**Entrevistador (E):** Qual é a sua idade?

**Diretor Artístico da Associação Cultural Espaço do Tempo (DA):** 62 anos.

**E:** Quais são as suas habilitações literárias?

**DA:** Sou licenciado em Educação Física.

**E:** E que funções é que tem desempenhado nos últimos anos?

**DA:** Quer dizer, eu, na verdade, sou coreógrafo e, portanto, a minha vida... Sou um criador, essa continua a ser a minha atividade principal e aquela que eu gosto mais e faço, não só coreografia, faço também encenação, teatro, ópera... trabalho em multimédia... Sou uma pessoa um bocadinho com gostos muito variados nas artes. E depois tenho esta segunda profissão que descobri e na qual sou um autodidata... fui crescendo, que tem um nome um pouco estranho... no fundo, é programador, gestor cultural... No fundo, eu sou o Diretor Artístico do Espaço do Tempo e isso levanta muitas outras questões, como por exemplo, decidir como é que é alimentar 500 artistas por ano ou como é que é manter um escritório, fazer contratos, fazer a limpeza do espaço, a segurança, mas sobretudo como é que vamos acolher os criadores, que é essa a razão do nosso trabalho.

**E:** Como é que caracteriza a participação do Espaço do Tempo na vida do Agrupamento de Escolas de Montemor-o-Novo?

**DA:** Na verdade, o Espaço do Tempo é uma estrutura de criação. Mas não há hipótese, sobretudo numa cidade-província, de haver uma estrutura que seja de criação artística sem ter o correspondente vetor sociocultural. Portanto, nós temos também... uma coisa é arte e outra é cultura, e dentro da cultura e do trabalho sociocultural, nós trabalhamos com associações do concelho, trabalhamos com o público em geral, fazemos espetáculos, temos um território muito abrangente... trazemos as pessoas, fazemos também gastronomia, etc.

**E:** Há quanto tempo é que (o Espaço do Tempo) está aqui em Montemor?

**DA:** Há 19 anos, mas temos um parceiro, obviamente, essencial que é o Agrupamento de Escolas, porque, na minha opinião, numa cidade de pequena-média dimensão, sobretudo uma cidade-província, há dois grandes pilares com os quais nós temos que colaborar, que é a Autarquia e a Escola. Na verdade, nada sem a Autarquia e sem a Escola, se quisermos fazer um bom trabalho.

**E:** Em que diferentes áreas é que há aqui este envolvimento do Espaço do Tempo com o Agrupamento? Eu sei que há várias iniciativas...

**DA:** É muito vasto, muito vasto... e teve várias fases e também já teve vários momentos apaixonados e momentos de desencanto, porque a história é muito longa. Neste momento... já chegámos a ter anos com vinte e tal projetos escolares, cada projeto com ramificações. Neste momento, talvez os nossos grandes vetores são o apoio à leitura, por exemplo, temos um programa que nós gostamos muito que é Os Artistas Vão Ler à Escola, em que nós temos criadores e contratamos pessoas, também atores de Montemor, atores amadores e escolhemos uma série de textos e vamos às aulas do básico um, ao básico dois, três... trabalhamos muito próximo com professores de língua portuguesa, professores de história, por exemplo. Na verdade, nós temos... a leitura, para nós, é um vetor importante. Trabalhamos também... é um trabalho de pesquisa e nós trabalhamos com o Plano Nacional de Leitura e isto... tentamos encontrar aqui formas de... suscitar o prazer da leitura, o prazer de ler e o prazer pelo livro...

**E:** Que hoje em dia é muito difícil...

**DA:** É muito difícil. Nós temos vários projetos: temos o projeto Megafone, que atua no meio do espaço, que é um *quizz*, com perguntas, em que aparece uma atriz vestida de amarelo, de gabardine, com botas de cano alto, com uma touca e um megafone amarelo e começa a fazer perguntas sobre... e depois, por exemplo, os miúdos que acertam têm bilhetes para o cinema, têm entradas para o Pavilhão do Conhecimento, em Lisboa... temos uns parceiros e aquilo gera ali um... e depois como vimos todos os dias, os miúdos começam a preparar...

**E:** Na escola?

**DA:** Na escola. Por exemplo, apoiamos a Semana da Leitura, muito... trabalhamos... Portanto, a leitura tem para nós um peso muito importante. Leituras encenadas... Durante muitos anos tivemos à frente do grupo de teatro da escola, também. Portanto, a leitura para nós tem um lado importante. Depois temos um trabalho... trabalhamos muito sobre o abandono escolar também. Apoiamos sempre uma turma de CEF (Curso de Educação e Formação) todos os anos e em

alguns projetos, sendo que o mais importante é um projeto chamado “A Escola é no Convento”, em que os miúdos vêm aqui fazer a escola numa semana, os professores dão as aulas aqui. No ano passado, fizemos um curso de edição de vídeo, aprenderam a... aliás, realização de vídeo. Aprenderam a fazer o *script*, a fazer uma história, a filmar, a editar os filmes, com turmas muito complexas, não é? Territórios difíceis... os miúdos almoçam connosco, vêm almoçar todos os dias aqui com os artistas, são bem recebidos e eles adoram. Este ano fizemos um curso... como havia uma turma de metalomecânica, fizemos o curso de iluminação, desenho de luz: montar projetos, afinar projetores, montar uma *rack* de iluminação, ligar o quadro elétrico, perceber o que é o desenho de luzes e... fizemos, por exemplo, aqui na Sociedade Carlista, montamos um palco e vinham almoçar aqui todos os dias. Pronto, isto é um tipo de projeto que fazemos também. Temos projetos, para além do Agrupamento Escolar, há áreas que nos agradam muito. Por exemplo, decidimos acompanhar muito a turma de artes visuais, que é uma valência artística na escola e achamos que era muito importante. Então, trabalhamos com dois ou três professores e damos... aí temos um acompanhamento constante com eles: de 15 em 15 dias vêm assistir a ensaios, conhecem os artistas... Agora vamos ter um *workshop* com a Frida Kahlo, em que temos um espetáculo e os atores vêm um dia antes trabalhar com a turma, o António Jorge Gonçalves, um *workshop* digital, levar os miúdos ao Pavilhão do Conhecimento para verem uma exposição com artistas digitais... isto foi há um mês atrás. Na verdade, esta turma é muito mimada por nós, é uma turma que tem todos... de 15 em 5 dias tem um projeto, temos professores muito motivados, temos uma relação muito direta com os professores, que é aquilo que nos move, são professores que querem... um professor motivado é... é um ganho, pronto. Um professor... não vale a pena estar a tentar trabalhar com alguém que não está motivado e não desperto. Mas quando temos então um professor que nos telefona é um professor que fica nos próximos anos e tem tudo o que quer de nós, vamos lá as vezes que ele quiser. Há turmas que visitamos três vezes num ano porque os professores querem. E, portanto, depois há espetáculos, há ensaios abertos, há todo um... um trabalho que nós realizamos para lá do óbvio. Trabalhámos muito também o raciocínio abstrato, de apoio à matemática, em que fazemos imensas coisas com jogos, em que, no fundo, com a matemática com um certo lado lúdico, com miúdos do quinto e do sexto ano... muito ainda na fase da latência, ali ainda a tentar ganhar o gosto, tentar que eles não percam o gosto, por exemplo, pela matemática, pelo raciocínio abstrato. Portanto, temos um lado também muito forte em ecologia, trabalhamos com as turmas de ciências, com convidados especiais. Temos um programa que é “Os Cientistas Vão à Escola”... vamos trazer agora cá a Maria Manuel Mota e para o ano trazemos aquele... um cientista que está no partido socialista... o Quintanilha. Na verdade, temos um

*output* enorme com a escola... não parava se começasse a falar dos projetos que temos com a escola. Aachamos que a escola é muito importante e, pronto, e a escola também tem uma relação boa connosco. Todos os anos utilizamos o ginásio da escola, e fazemos uma coisa que é impensável noutras escolas, que é uma semana de aulas já no fim do ano, logo ali no início do verão, em junho, no fim das aulas, uma semana do ano em que não há aulas no ginásio, os miúdos estão cá fora para podermos usar um ginásio para fazer um teatro lá dentro e montamos um grande festival em quatro sítios em Montemor e um dos sítios é a escola, mas ao mesmo tempo é fantástico, ganhámos imenso público da escola, os professores adoram ir ver o seu teatro dentro da escola, dentro do ginásio e aí estamos a fazer mediação pública, a buscar públicos novos, a conquistar gente nova. Pronto, e isto é um trabalho que, nós acreditamos, que a longo prazo vai dar frutos, porque trabalhamos muito, obviamente, sobre a almofada social, sobre o abandono escolar, sobre o apoio à leitura, não deixar os miúdos para trás e depois temos uma coisa que não tem a ver com o Agrupamento, mas que tem a ver com 25 escolas da região metropolitana de Lisboa, que é o nosso projeto bandeira deste ano, chama-se “pessoas PESSOAS” e o lema é a cultura faz das “pessoas PESSOAS” e esse curso é um curso de pensamento crítico para jovens adolescentes e pela primeira vez fizemos um curso que não é de almofada social, é um curso de elites, achamos que é muito importante também puxar pelos melhores e achamos que o problema da escola republicana é este: é que muitas vezes, as famílias têm os miúdos com dificuldade e num país pobre com muitas dificuldades, há muitos miúdos que ficam para trás. A reação normal de um professor, e é bom que assim seja, é não querer deixar o aluno para trás, é como se fosse um pai ou uma mãe que tem um filho que tem uma doença, um atraso cognitivo, esse filho vai ter toda a sua atenção e ter um filho que é fácil, que é bom alunos, deixamos esse miúdo um bocadinho ao sabor do tempo e , hoje em dia, acontece isso muito na escola. Temos uma turma em que os miúdos problemáticos cobram muito a tua atenção e depois miúdos que são excelentes e que devíamos estar a puxar por eles e não temos energia nem tempo para o fazer. Então, nós pegámos nesses miúdos, fizemos um... uma seleção entre 25 escolas. Demorámos dois meses nessa seleção, falámos pessoalmente com os Diretores de 25 escolas, tivemos sessão de motivação em nove escolas, inscreveram-se 120 miúdos, escolhemos 40, por currículo, carta de motivação... muito engraçado, com um questionário muito engraçado, e depois desses 40, entrevistámos 40, e escolhemos 18, nove rapazes e nove raparigas. E esse curso tem 600 horas, os miúdos começaram em novembro, só acabam em agosto, e fazem fim de semana sim, fim de semana não, vêm a Montemor todos os meses, passar um fim de semana, chegam à sexta. Sexta, sábado e domingo dormem aqui e vão para Lisboa ou para o Alentejo. São miúdos de Setúbal, das escolas de Lisboa... há miúdos

desde escolas da margem Sul, de Loures, de zonas mais críticas, até miúdos de zonas de referência, das escolas de referência, escolas do Alentejo também e, na verdade, mandámos informação para Vendas Novas, não apareceu ninguém. Não apareceu ninguém de Vendas Novas, infelizmente, nem sequer apareceu, mas de Montemor também só apareceram dois. Só da Escola Barbosa du Bocage, em Setúbal, apareceram 40... nunca viram sequer uma sala. E, de repente, já estava a sala cheia, aparecem oito miúdos do Pinhal Novo, que vieram de camioneta para virem à sessão de motivação, dos quais temos um miúdo maravilhoso, parece uma bomba atómica e, portanto, o curso... este curso, por exemplo, faz parte com que... nós temos miúdos fora da caixa, um pouco diferentes... não é meninos completamente aprumados, mas a verdade é que não há nenhum miúdo com média inferior a 17. Mas temos um miúdo com média de 20, que não sabe se vai para o Técnico ou para medicina, mas vai tirar um ano para tocar trompete. Portanto, temos mesmo um grupo extraordinário, de jovens adolescentes e este fim de semana vão fazer quatro dias aqui, vão fazer uma *TED talk*, cada um vai fazer uma *TED talk* de cinco minutos... eles têm três horas para preparar uma *TED talk* sobre o tema que eles querem, fazem uma apresentação, é filmada, é validade, é avaliada por nós todos e por eles próprios. Vão ter uma grande demógrafa, que é da Fundação Francisco Manuel dos Santos, da Pordata, a Maria João Valente Rosa, vai passar um dia com eles, vai ser maravilhoso. E a seguir tem um grande crítico de arte, que é o Delfim Sardo, que vem passar um estágio de arte. Vamos ver a inauguração da exposição de arte na Fundação Eugénio de Almeida, em Évora, e no dia seguinte, é o projeto mistério, que a si posso-lhe dizer qual é, saímos às seis da manhã e vamos para Mértola, numa camioneta, vão ter com o Cláudio Torres, que vai mostrar o templo islâmico, que está fechado ao domingo, mas ele vai abrir só para eles, vão ter visita guiada com o Cláudio... almoçamos... a Câmara de Mértola convidou-nos... ficou entusiasmadíssima de nós lá irmos. E depois, à tarde, vamos para a mina de São Domingos... eles vão ficar loucos na mina de São Domingos e depois levamo-los a Lisboa... saímos de lá e a camioneta vai deixando um em Viana do Alentejo, outro em Évora, os de Montemor, depois os da Barbosa du Bocage, em Setúbal e depois os de Lisboa. Nós... este é um curso em que eles fizeram... tanto é um fim de semana de cultura como de agricultura. Dormem aqui no Convento agora, mas o próximo, por exemplo, é na Herdade do Freixo do Meio, que é agricultura sustentada, em que vão ter o Ricardo Paes Mamede e a Clara Ferreira Alves. Um dia com a Clara Ferreira Alves é inesquecível. Depois a seguir, vão ter um dia com o Viriato Soromenho Marques e outro dia com o Bruno Silva-Santos, que é um grande cientista português. Portanto, os miúdos têm as grandes figuras de referência da sociedade. No Natal passaram dois dias com a Irene Pimentel, com a Maria Manuel Mota, com pessoas deste género, mas depois isto é tão



importante como fazer uma caminhada no campo de seis horas, levantar-se às seis da manhã para atravessar a Serra de Monfurado. É um modelo muito espartano, dormem no chão, em colchões e esteiras, rapazes de um lado e raparigas de outro, não há cá mão dada, não há namoricos e isto é um projeto que nós estamos completamente apaixonados e que queremos seguir. Já temos a Fundação Gulbenkian interessada em replicar isto e a Fundação Francisco Manuel dos Santos e que vamos tentar... gostaríamos muito de replicar no país, noutros sítios. Portanto, isto para dizer o quê, que nós somos uma unidade de experimentação artística, mas a educação para nós é... para mim, que sou pais de três filhos, é uma parte essencial do projeto, mesmo, uma paixão, uma enorme paixão.

**E:** E como é que surgiu aqui em Montemor esta parceria com o Agrupamento?

**DA:** Eu sou um agitador, não é? E tinha os meus miúdos na escola. Eu agitei muito a escola no meu tempo de pai. Fui um pai muito ativo, aturavam-me porque eu era o maior, mas eu na escola não era o X, era o pai do Y, o pai do J e o pai do Z. É um território muito importante, é um território em que somos todos iguais, somos os pais dos nossos filhos e eu fui sempre uma pessoa muito próxima dos professores, dei muita força à escola, sempre, mas sou exigente. Não aceito que os professores se baldem, não aceito que os professores se desvinculem também, mesmo estando a passar por momentos terríveis, como passaram, ainda passam...

**E:** Se acomodem, não é...

**DA:** Exato e que os alunos depois sofram as consequências. Nós temos mesmo que... nunca baixar os braços e eu sou mesmo um... adoro, adoro trabalhar no território educativo. É uma grande paixão, escrevo sobre educação, escrevo sobre ensino, tenho ideias próprias e se tivesse uma segunda vida, provavelmente, seria professor. Portanto, fomos ter com o Agrupamento e começámos a agitar o Agrupamento e tivemos fases muito boas, no fim dos anos zero, muito fortes...2008, 2009, 2010... fantásticas, dávamos aulas de *hip hop* na escola... muita coisa e depois a crise, houve um crescimento muito grande da própria classe e nós decidimos que em termos de reatividade do nosso trabalho... nós saímos. Tivemos quatro anos fora da escola. E há dois anos fui ter com a Diretora: “Está na hora de voltar, bora aí, mas temos de partir de bases diferentes.” E o Agrupamento chegou-se à frente. Portanto, há uma relação de proximidade com a professora bibliotecária, com os professores das humanísticas, que normalmente é assim, não é... as artes e, pronto, nós temos uma... pronto, nós gostamos disto. Portanto, desde que as pessoas queiram, se vierem bater à porta, levam sempre um sim. Fizemos...sei lá, fizemos coisas loucas, que vamos repetir para o ano: fizemos um curso de

formação de colocação de voz para professores, porque a maior parte dos professores... Há um estudo feito aqui na escola por um professor, que chegou à conclusão que os professores, a cada dois minutos, mandam calar uma turma. Portanto, há uma tensão grande na turma, é muito tempo para gerir conflitos e os professores têm que falar muito alto, às vezes, e colocam mal a voz. E é o maior grupo de risco de cancro da laringe em Portugal, porque não sabem colocar a voz e dão cabo das cordas vocais. E, portanto, trabalhamos com uma professora de colocação de voz, uma cantora, que disse aos professores como é que deviam colocar a voz em vez de... (risos) e isto, então, também estas coisas nos aproximam, não é? Aproximam-nos do meio, das pessoas...

**E:** E que avaliação é que faz dessa participação do Espaço do Tempo na...

**DA:** É evidente que é bom, é bom. Teve os seus altos e baixos. Já fiz uma avaliação negativa... nós durante quatro anos tivemos fora do território da escola e decidimos... e concentrámo-nos nas associações. Sentimos que não deixa de intervir na sociedade, não é, mas... eu vou-lhe dar um programa, mas nós temos... (folheando o livro com o programa do Espaço do Tempo para 2018-2019) isto é o território escola, isto é comunidade, são as associações, etc., mas depois “A Escola é no Convento”, o projeto “*Expand*”, a colaboração com as turmas de artes visuais, “Os Cientistas vão à Escola”, a “Semana da Leitura”, o trabalho com a biblioteca... Portanto, trabalhamos com uma escola de Lisboa, que é um projeto que estamos apaixonados, que é uma história... Portanto, tanto fazemos o “pessoas PESSOAS”, que é um projeto muito elitista, como trabalhamos com a escola mais crítica de Lisboa, que é a Luís António Verney, em Chelas, Xabregas e os miúdos, para a semana, vão passar aqui três dias connosco... os miúdos de Lisboa vão andar no campo e passam-se: fazem aulas de dança, eu dou aulas de dança aos miúdos, fazemos a escola aqui, vêm com três professores, que adoram vir sempre com eles, porque é uma escola onde nós trabalhamos há seis anos já, em que nós trouxemos a dança para essa escola, em Lisboa. Porquê, porque houve um Diretor de escola que me andou a ligar durante um ano e uma professora bibliotecária, até me convencerem. Pedimos autorização para trabalhar fora do concelho, conseguimos. Agora já somos nós, está a Escola Superior de Dança também, a Gulbenkian já apoia também, tem uma pequena orquestra e, de repente, no meio de Chelas, Xabregas, Beato, uma zona difícil, tens uma escola que era problemática e está espetacular. Neste momento, tenho 250 miúdos a fazer dança e tenho uma orquestra com 80 elementos, uma orquestra clássica. Portanto, muitos miúdos na escola que agarram a dança e violino e...acreditamos muito na... na importância que as artes têm como novas correntes de ensino e como formas de intervir em territórios críticos também, que depois geram motivação

e, por exemplo, turmas boas em dança são... turmas muito melhores, nesses territórios, em língua portuguesa, me matemática... Depois cria-se uma autoestima, gera-se um entusiasmo...

**E:** E isso vai afetar o desempenho académico também...

**DA:** Por exemplo, eles sabem que há três turmas e a melhor turma é a que vem a Montemor este ano. É muito simples, é o prémio e isto também os estimula e, no fim do ano, fazemos o espetáculo. Primeiro, o espetáculo era num ginásio... estavam 100 ou 150 pessoas, já foi... foi fantástico. Agora vamos ao Fórum Lisboa, na avenida de Roma, fazer espetáculos e enchemos o Fórum Lisboa com 700 pessoas, metade das quais nunca tinha ido alguma vez ao teatro, portanto, é extraordinário, não é? Famílias de etnia cigana, famílias africanas, famílias... que estão num teatro, estão loucos, não é, porque, de repente, veem os miúdos no palco e têm toda uma perceção do... do ato teatral, portanto... Claro, que isto é uma parte que nos consome muito, consome muito... uma equipa mínima, não é? Somos sete, oito pessoas a tempo inteiro. Servimos 10000 refeições por ano aqui. Isto está muito calmo, daqui a bocado, se formos aí abrir os frigoríficos, já está a refeição da noite, a cozinheira foi embora. Daqui a bocado estão aqui 20 pessoas a comer. E deixam tudo limpo, como está. Não há cá... Amanhã chega-se aqui às dez ou nove e meia da manhã, já cheira a caril, já está a cozinheira a cozinhar o almoço e o jantar.

**E:** Que expectativas é que considera que o Agrupamento tem ao estabelecer esta parceria?

**DA:** Que expectativa é que...?

**E:** Que expectativas é que o Agrupamento tem...

**DA:** Não sei... O Agrupamento já se habituou ao Espaço do Tempo. Eu acho que nesta altura, as expectativas são sempre relativas... Acho que o Agrupamento sabe que nós... somos parte da cidade, acho que não existe grande expectativa. O Agrupamento sabe que nós estamos lá e, portanto, já é natural e, cada ano, conquistam-se novos professores. Depende também da energia que temos... Este ano, por exemplo, temos menos energia porque caiu-nos o teto do convento, mudámos para aqui, vamos estar aqui até ao verão. No verão, vamos mudar para outro sítio... estamos todos muito cansados, eu estou muito cansado, portanto, é um ano com um bocadinho menos de energia. Nós estivemos hoje de manhã na escola... ontem de manhã na escola... um ator aqui de Montemor a ler *Moby Dick*... Há um grande... não é por acaso que duas das miúdas que vão ler são duas atrizes, uma delas está na jovem companhia de Teatro Nacional e passaram por aqui anos e agora serão elas que vão ler à escola. E os miúdos chegam,

por exemplo, à aula de português, em vez de estar a professora, está uma miúda sentada na secretária, com uma gabardine, e abre a gabardine e tem *post-it* amarelos lá dentro e os miúdos veem-na tirar *post-it* e por cada um, ela diz um poema e depois os miúdos... temos um modo de intervenção, já cá estava... e que nós usamos no Plano Nacional de Leitura, que é entrar na turma 45 minutos, fazer uma leitura entre 15 a 18 minutos, descodificação da leitura com o ator, conversa mais outros 15 minutos e no fim cinco minutos só para o professor, saímos no final, que é o território do professor, fica o professor e o professor faz um pequeno apanhado daquilo e diz “Vamos, na próxima aula, trabalhar sobre este tema. Vamos terminar, ou em grupo ou em individualmente ou é trabalho de casa, cada um especula sobre isto à vontade e o melhor trabalho tem um livro. O livro que foi lido hoje é oferecido, está aqui.” Temos sempre um livro que oferecemos e, portanto, os miúdos vão muito entusiasmados, viram, leram, falaram, discutiram, têm uma imagem, vão para casa trabalhar e, depois, aquele livro...

**E:** É a recompensa?

**DA:** É a recompensa.

**E:** Portanto, há sempre uma motivação...?

**DA:** Há. Mas temos que pedir que nos deem 200 livros por ano ou vamos comprar... vamos comprar, gastamos dinheiro... Por exemplo, para o Pavilhão do Conhecimento, este ano, oferecemos 150 bilhetes para família. As pessoas nunca tinham ido sequer a Lisboa, iam ao Vasco da Gama e nunca tinham ido ao Pavilhão do Conhecimento, famílias inteiras, bilhetes de família... ah, e... isto é um investimento grande. É um investimento de... Mas, nós, acho que moralizamos muito o território escolar, somos uma espécie de... mãe...

**E:** Considera que da parte da escola há sempre essa abertura para a comunidade?

**DA:** Nem sempre há... Eu acho que depende dos professores. Quando se chega a esse nível é: se o Conselho Diretivo ou o Conselho de Escola tem uma abertura grande, nós temos uma grande... normalmente, funciona muito bem. Penso que depois depende dos professores: há professores que estão muito entusiasmados e percebem a importância que o nosso trabalho tem e outros que não estão nada motivados, não estão nada interessados. Portanto, há de tudo.

**E:** Isso acaba por condicionar aqui o envolvimento ou não?

**DA:** Sim. Mas nós achamos que... mas, por exemplo, não sei bem a percentagem, mas este fim de semana nós fizemos um concerto de piano com a Joana Gama, a verdade é que, sábado

à tarde tivemos 120 miúdos e famílias para ver o concerto de Erik Satie, eu gosto de Satie, à tarde, na Sociedade Carlista. À noite, a Joana faz um concerto, uma pianista extraordinária, Satie, mas a sério, vestida de preto, tudo iluminado, um piano de cauda... só gente na rua e isto é um público... há uns atrás eram alunos da escola e hoje são o público. Portanto, nós uma terça feira deste verão passado esgotámos o teatro Curvo Semedo, com 800 pessoas, com a Orquestra Metropolitana de Lisboa. Este público não se cria de um dia para o outro, leva anos. Isto cria-se... anos, já nem sabemos o público que temos, porque é um trabalho de mediação de público. Passa muito pela escola e a cidade, muitas vezes, não dá por nós, porque os miúdos falam em casa: “Ah, temos lá o espaço da pessoa X” e nós adoramos isto, não é?

**E:** Que objetivos é que o Espaço do Tempo tem nesta parceria com o Agrupamento?

**DA:** O nosso objetivo é duplo: é um objetivo, por um lado, meramente de cidadania. Nós achamos que temos um papel na escola, um envolvimento com a escola, um envolvimento com a educação e, portanto, esse papel, no fundo tem um bocadinho a ver comigo, porque eu sou pai, gosto de ser pai, tenho três filhos, tenho esta sensibilidade. Mas depois, acho que temos também um elemento que é obrigatório: nós não podemos deixar de estar no território da educação. Uma coisa é o prazer que as coisas dão, mas depois também há uma linha programática que é importante. O que nós queremos é que... nós achamos que a cultura é importante: por um lado, tem um papel de ser um fim em si mesmo, não se discute. O homem é culto, ponto final. Cultura é igual a percurso civilizacional, cultura é igual... cultura é estar na humanidade. É um fim em si mesmo. Mas depois a cultura também é um meio, não é só um fim, de valorização do capital humano. Precisamos de um país com uma agilidade mental, um país pequeno, competitivo, a cultura cria massa crítica nas pessoas, cria pensamento divergente, cria segundo olhar sobre a realidade e, portanto, nós acreditamos que se formos cultos... para sermos mais felizes, mas para sermos também, provavelmente, para sermos mais ricos, para termos mais possibilidades, para termos opções, para sermos mais capacitados e produtos de outra natureza. Portanto, a expectativa que eu tenho é que haja menos abandono escolar, que haja mais miúdos a fazer outra coisa que não carregar bilhas de gás no final dos anos, que vão estudar, que não deixem os estudos, que se valorizem, que cresçam e que ganhem... e que saiam do território, que é um território deprimido, porque o Alentejo é um território complicado, com um grande momento de depressão, até de depressão coletiva e nós queremos contrariar isso, queremos ser uma espécie de uma injeção, de otimismo e de esperança e, portanto, só isso acho que já vai fazer qualquer coisa. Se me perguntar como é que eu meço isso, meço da pessoa Y, que o filho estava aí perdido e agora está a estudar jornalismo, ou meço

em miúdos que nós sabemos que estão quase a chumbar o ano e vêm ter connosco e dizem “Está a ser fantástico, porque desde que comecei a fazer isto, comecei a ver as coisas de outra maneira.”, mas não sabemos nunca bem até onde é que isto vai, porque não há indicadores que possam medir isto...

**E:** Não tem noção do real impacto?

**DA:** Numa pequena cidade como esta vai-se tendo, porque isto muda a vida das pessoas, é muito forte. Também não é... é uma pequena ajuda, somos mais uma peça, mais um contributo. A escola é que é o grande... novos somos o David, a escola é o Golias. Quer dizer, por amor de Deus! Eu estou a tentar renovar o convento há 19 anos, desde que cá cheguei, não consegui arranjar dois milhões de euros, esta escola custou 14 milhões. É outra escala. O *budget* do Ministério da Cultura é 200 milhões de euros por ano, o do Ministério da Educação é para aí quatro ou cinco mil milhões. É 30 vezes o meu *budget* ou 20 vezes o meu *budget*, mas que não quer dizer que nós não dediquemos uma parte substancial da nossa energia na escola, trazemos a escola, trazemos a felicidade também para dentro da escola. Para mim, o grande problema da escola é que a escola, por vezes, não se abre à sociedade. Os miúdos têm que perceber porque é que estudam e se eles percebem porque é que estudam, têm um sistema motivacional, porque só com um sistema motivacional é que os miúdos conseguem estudar.

**E:** E perceber a aplicação dos conteúdos na prática, porque é que estão a estudar aquilo, não é só porque alguém se lembrou...

**DA:** Absolutamente! Portanto, ajuda ter sido pais de três filhos que foram à escola, à escola pública... ah, e eu ter lutado dentro da escola e eu ter estado ao lado deles, ajudado nos trabalhos de casa, nunca os deixei cair. Tinha um deles que era um grande mandrião, já se descobriu mais tarde, mas os miúdos podem andar ali enrolados e, de repente, explodem, não sabemos isso... ali nos 14-15 anos, com as hormonas aos saltos, turmas difícilísimas, primeiro elas, depois eles, depois uns na adolescência, mas nós temos eu nos manter, não há hipótese, escolhemos esta profissão... Já se sabia que não ia ser fácil. Eu acho que o professor tem que ter noção que não vai para uma coisa fácil, tem mesmo que dar tudo o que tem. Considero que é uma obrigação moral, é como um médico, tem que salvar o doente.

**E:** Não se pode demitir das funções que tem...

**DA:** Não. E tem que encontrar força noutra sítio, não pode encontrar força só no seu ordenado, no sistema ou no Ministério ou na Direção Geral de Educação. Não pode ser muitas vezes o

sistema a desculpa para o professor baixar os braços. A força tem que ser ele lembrar-se que quis ser professor no primeiro dia, no primeiro dia ele quis ser professor e nesse dia ele tem um sonho e esse sonho tem que estar vivo até ao fim da vida, porque nós vivemos muitos anos, cada vez vivemos mais anos e não podemos ter um sonho e depois sermos uma espécie de um fantasma a vida toda. As pessoas não podem estragar as vidas, têm a obrigação de ser felizes e se tu não tens essa vocação, não há problema. Se aos 30, 40 anos sentires que não é a tua vocação, reciclas-te e tens que ter coragem de fazer outra coisa na vida, porque ainda vais viver mais 40 anos de vida ativa, não vais ser professor, não te vais encostar a um canto. O professor tem armas do ponto de vista do pensamento crítico, que mais nenhum cidadão tem. Se amanhã quiser abrir uma loja, quiser fazer o... inventar-se, reinventar-se a si e à sua vida, pode. Eu sou de grande opinião, sou um grande apoiante de... já tive dois casos de dois professores que ajudei imenso a dar o salto, não estavam bem, falei com eles, ajudei imenso. É o caso de sucesso na vida privada. Portanto, acho que... sofri muito também com esse baixar de braços durante a *troika* e mesmo ultimamente e vi os meus filhos sofrer muito e nunca achei que isso devia ser desculpa. Portanto, a cada instante eu entendo isso, entendo perfeitamente a frustração, que é importante valorizar aquela que é talvez a profissão mais importante, ser professor é a coisa mais extraordinária que existe, a coisa mais bonita que existe. É a quem nós entregamos os nossos filhos não sei quantas horas por dia. Imagine que é que significa para um pai, os nossos filhos são tudo e, portanto, o professor tem que ser o pináculo, para mim, da pirâmide social, ao qual, na minha opinião, deve ser recompensado largamente, até a nível salarial, mas tudo tem que ser exigido. Ao professor tem que tudo ser dado e nada pode ser perdoado, porque só pode haver bons professores, mas tem que ser dado tudo: tem que ser dado o respeito, autoestima, tudo tem que lá estar. Portanto, a sociedade devia valorizar o professor. Em Inglaterra há uma campanha maravilhosa que eu adoro, que vi em Inglaterra, há uns anos atrás, na rua, em todas as cidades, porque estive em várias cidades, numa campanha nacional, que era fotografias dos mestres de escolas, já velhinhos, e então era “Lembra-se do meu professor da escola quando eu tinha 16 anos?”. Era só os grandes...era uma foto do professor, já na reforma, e por baixo eram assim as grandes figuras da sociedade, conhecidas, grandes apresentadores de televisão, músicos, jornalistas, cientistas... “O meu professor era a Dona Margarida” e uma fotografia da Dona Margarida. Depois havia “O meu professor de Físico-Química todos os dias trazia não sei o quê para a escola.” e estava lá o professor não sei quantos na fotografia. Foi a valorização do professor, um ano inteiro a valorizar o professor: “Foi muito importante!”, “mudou a minha vida”, “o conhecimento” ...

**E:** Hoje em dia o que nós assistimos é o professor da escola tal foi agredido a soco e pontapé...

**DA:** É a desvalorização. Isto é mesmo importante. A sociedade devia... pronto, e nós agora também estamos aí... gostávamos de fazer uma campanha dessas também. Isto é uma campanha lindíssima, é uma campanha extraordinária. O Beckham lembro-me, que era jogador de futebol, falava do professor de educação física que ele tinha tido na escola... é uma coisa bestial. Ver o Beckham a falar de um professor, isto conquista logo milhões de miúdos. Eu lembro-me que fizemos uma palestra há uns anos atrás com um atleta de alta competição, os miúdos estavam doidos, porque ele falava que se levantava às seis da manhã, porque teve um sonho... Para os miúdos perceberem que isto dá trabalho. Não há nada só com talento.

**E:** E da parte do Agrupamento, que objetivos é que acha que a escola tem ao procurar a parceria? Claro que a questão motivacional...

**DA:** A questão motivacional é importante. Acho que a questão... eu acho que cada professor tem a sua visão. Nós temos professores que nos adoram, se fôssemos lá todas as semanas... podíamos ir todas as semanas. Temos uma professora maravilhosa... mas nós não podemos passar a vida naquela turma. Para uma professora destas nós sabemos que somos um bálsamo. Quando lá vamos uma vez por mês ou de dois em dois meses, é um momento depois trabalhado à volta daquilo. A sensação que eu tenho é que é muito importante que a escola abra as portas aos agentes culturais e depois deixa fazer o seu trabalho diretamente com os professores. A relação base é direta do professor com o agente cultural. O professor é que sabe o que é que quer. O professor... e claro, nós temos que... sei lá, dou um exemplo, na terceira classe, trabalhamos o corpo humano, quando os miúdos começam a falar de corpo humano, no primeiro período. Então, está no programa do primeiro período... história... temos sempre intervenções que estão à volta daquilo, não é? E, portanto, nós depois temos que saber gerir os conteúdos. Tem que ter a ver com o programa.

**E:** Tem que estar inserido nos conteúdos programáticos deles, pois só assim é que faz sentido, não é? Há pouco dizia-me que não se consegue ter assim bem uma noção do impacto. Mas assim, se tivesse que definir de alguma forma as consequências que esta parceria tem tido...

**DA:** Eu acho que nós tivemos impacto, em muitos momentos... sabemos que tivemos impacto no abandono escolar, aí sabemos, em fim de linha. Acho que em certos miúdos no décimo primeiro, décimo segundo ano, que é quando a malta anda ali sem saber o que é que vai fazer, alguns foram para artes, para jornalismo, etc., porque tiveram esse lado motivacional, mas... é pouco palpável, não consigo... tinha que ser uma universidade a fazer este estudo, um



observatório de atividades culturais, que viesse falar com as famílias, com os miúdos. Há casos muito bonitos, pontuais, que nós sabemos, mas não sou capaz de lhe dizer... sei que estes 17, 18 miúdos com quem estou a trabalhar, do “pessoas PESSOAS”, que são ganhadores, são *trenders*, obviamente, que para estes miúdos, isto vai mudar a vida deles. Não tenho a mínima dúvida que estes miúdos estejam em Lisboa, vêm para o Alentejo, já se visitam, namoram... fizeram todos greve na sexta feira, com a justiça climática, só foram os que tinham testes mesmo, são agitadores, são miúdos que já têm um pensamento crítico muito avançado para o seu tempo, são ganhadores. Nós temos a noção que são ganhadores. Não por que sejam bons alunos só, mas porque tem outros... têm conteúdos críticos, têm um olhar crítico. Ah, sim, mas eu tenho a noção de que a escola tem um problema enorme com a verticalidade das disciplinas e que os programas são muito estéreis e que tudo o que nós fazemos sempre neste curso é horizontalidade, ligação entre projetos, que no fundo, é um bocadinho *team work*, trabalho de equipa, sistema motivacional, primeiro a prática, depois a teoria. Portanto, ancorar os conteúdos, relacionar conteúdos, perceberem que se vem uma cientista falar, a seguir vem um historiador, estão a falar da mesma coisa, e eles dizem “Ah, mas a ciência é diferente...”, “Exato, mas se esta pessoa faz (estuda) malária ou cancro, diz as mesmas coisas que esta pessoa que é historiadora ou que aquela pessoa que é atleta.” Ah, então o que é que se passa? Ah, os princípios são horizontais e nós trabalhamos com seis princípios neste curso, muito fortes, também coma escola, estes princípios, que são a criatividade, pensamento divergente, que é o conhecimento, que é a base de tudo. Hoje em dia, no século XXI, não serve de nada o conhecimento se não for guiado pela criatividade, para resolver problemas complexos. O rigor, não é só o saber, o rigor... a resiliência, para conseguir aguentar, em momentos difíceis. É... ah, estou-me a esquecer de um...é, obviamente, a ética e os valores. Não chega só fazer as coisas bem feitas, mas é preciso fazer as coisas bem feitas socialmente, para os outros também. E, portanto, nós temos cinco, seis valores que atravessam e que deviam ser valores que deviam atravessar por dentro da escola também. Em todas as disciplinas devíamos ser criativos, em todas as disciplinas devíamos ser resilientes, em todas as disciplinas devíamos... faltava-me essa, ser empreendedores e fazer perguntas e querermos saber. E então como é que vamos estimular isso em tudo e pronto, depois os miúdos... proatividade... estes miúdos gostam muito... fizemos uma avaliação, com uma pequena conferência, em que nós temos de fazer uma avaliação dos miúdos tanto quanto possível... fizemos uma primeira conferência no Natal, cada um deles fez uma *TED* maravilhosa, foi uma surpresa enorme, cinco minutos... Tinham cinco minutos para falar sobre um tema e agora vão ter sete minutos e é impressionante ver como os miúdos se revelam e se... o potencial é gigantesco. Realmente, os jovens podem

mudar o mundo. Temos que acreditar nisso e não os podemos formatar, a pior coisa é formatá-los... há que deixá-los voar. Aí vai ter piores notas, vai fazer uns disparates, mas tem que ser criativo, tem que ter valores...

**E:** Dar-lhes as ferramentas para que eles depois consigam, no futuro, utilizá-las da melhor forma...

**DA:** Completamente!

**E:** Qual considera ser a importância destas parcerias educativas?

**DA:** Têm que ser quase que obrigatórias. Para mim, estas parcerias deviam partir diretamente dos Ministérios, podia haver uma comissão interministerial entre a educação e a cultura, em que os conteúdos culturais, na escola, deviam ser obrigatórios. Não há hipótese. A cultura é a base do pensamento crítico e do pensamento criativo, que é mais importante que o pensamento crítico, os dois, crítico e criativo e... ah, não há nada melhor que um professor... o professor adora o aluno que faz perguntas inteligentes, e, portanto, nós temos que pôr os olhos dos nossos miúdos a brilhar e a colocar questões e aprender devia ser uma aventura e a escola pode ajudar a que aprender seja uma aventura. Devíamos ter muito dinheiro para os miúdos fazerem cultura, devíamos ter conteúdos menos variados, conteúdos mais... como é que eu hei explicar, conteúdos claramente que... os miúdos passam horas intermináveis na escola, já não gostam dela, deviam passar menos horas na escola, mais tempo a brincar, mais tempo para sair, para viajar, mas ao mesmo tempo, esse tempo depois era um tempo de qualidade e iam ser muito melhores, porque se estiverem motivados, mais vale uma hora a estudar motivado do que três horas a dormir à frente de um livro, não serve para nada. E, portanto, é isso que nós não conseguimos perceber... Não precisamos de horas inteiras num estudo, mas se calhar é muito importante levar os miúdos às minas de São Domingos, passar quatro horas ali a tirar fotografias, a filmar, a tirar *selfies*, a inventar, a perceber o que é aquilo e, então, aí vão perceber o que é que foi todo o processo de mineração no Alentejo, as minas de volfrâmio, o que é que foi, o que é que significou para aquela região ou se passarem uma manhã com o Cláudio Torres nunca mais vão esquecer que os árabes passaram por Mértola e que foi uma cidade... Mértola foi uma grande cidade islâmica no século XI, século XII. Como é que uma criança vai e quer interessar-se por isso? Vai interessar-se porque vai andar ali, a ver, a falar, a sentir e a perguntar. Mas, sim, custa dinheiro, a escola tem que ter quatro autocarros parados à porta todos os dias, com quatro *chauffeurs*, e custa mais de 500 milhões de euros por ano, sim. Porque tem que haver visitas de estudo quando um professor quiser, de uma semana para a outra, vamos sair e

desburocratizar o sistema. Está lá a autorização dos pais, e a autorização já dá para o ano todo. Não é preciso pedir cada vez que vai a uma viagem, autoriza todos os anos. O professor decide, 15 dias antes, está defendido pelo que for, pega no autocarro. Teve uma ideia... estamos a dar... vamos ver a reserva marinha do estuário do Sado. É preciso a camioneta... vens comigo? Temos sítio para levar duas turmas. Isto era essencial, essencial.

**E:** A questão é que em julho temos que ter o plano de atividades feito para o ano seguinte, não é...

**DA:** Era importante que houvesse muito menos destes conteúdos académicos *per se* e que houvesse mais conteúdos de vida, conteúdos não formais e os miúdos iam ser muito melhores nos conteúdos formais. Mas... não sei... Sou da opinião que o professor de apoio é uma coisa importantíssima, acho que nós precisamos de 10000 professores de apoio em Portugal. As turmas deviam ser turmas a duas velocidades, com o professor titular e o professor de apoio, quase todos os professores titulares deviam ser professores de apoio para aí cinco, seis anos, para perceberem que é tramado estar ali e inspirarem-se num grande professor titular, a puxar pela turma, a puxar por 20 e aquele a ficar sentado numa mesa com cinco mais difíceis, não os deixar cair para trás, dar-lhes a atenção que eles precisam, mas haver um que puxe pelos melhores e há todo um repensar da escola, há matérias que não precisam de ser dadas na turma... podia haver... os finlandeses estão a fazer isso, os catalães estão a fazer isso... há matérias que podiam ser dadas em *masterclass*, como na universidade, para 70 alunos, 80 alunos. Juntam-se quatro turmas, mas isso liberta logo três professores, porque se um estiver a dar uma *masterclass*, como na universidade, com 100 alunos, na sala polivalente, que é fantástica, com um *PowerPoint*, com uma parte tecnológica, que já vêm quase pré-formadas, pré-feitas, é só o professor interpretar a aula e dar uma aula, quase que criativa, à volta daquela aula. Os outros três professores ficam livres para trabalhar, cada um com quatro alunos, uma manhã inteira. Isso cria uma escola a duas velocidades, em que aí ninguém fica para trás, não é preciso ter o mesmo professor a dar aula a 25. Há coisas que têm que ser dadas na intimidade e há coisas que têm que ser dadas para todos, como na universidade. Então, isto... hoje em dia estamos a deitar paredes abaixo nas turmas. Já não é preciso turmas... fizemos... as escolas todas, ninguém se questionou quando estávamos a fazer as turmas todas iguais, com 25 alunos. Começou há 40 anos... o problema é passar de 30 para 25. Já há escolas pela Europa fora que estão a deitar abaixo as paredes porque querem juntar três salas numa sala polivalente e depois pegam numa (sala de uma) turma e fazem três salas mais pequenas de trabalho para cinco pessoas e depois tens módulos de 25, mas que tanto é importante um módulo de 25, como uma

sala de cinco alunos, uma sala para dois alunos ou uma sala para 70. Uma sala polivalente não é uma, são quatro salas, para 70, 80 alunos, e os horários são diferentes, são mais livres... o próprio professor está motivado todos os dias, porque uma vez vai dar uma aula com 70 alunos, outra vez vai ajudar um colega, outra vez vai dar uma *masterclass* e adora... dá cinco *masterclasses* durante o ano, mas vai dar umas *masterclasses* maravilhosas, vai falar de uma coisa que gosta, uma coisa que preparou, é um ator quase... está ali à frente como se fosse um teatro e isso ninguém questiona o sistema de ensino, verdadeiramente, a este nível. E a escola devia ser uma aventura, aprender devia ser uma aventura e não uma chatice.

**E:** Que sugestões é que nos quer deixar para o futuro a nível destas parcerias... O que é que se pode fazer para mudar, para melhorar?

**DA:** Eu penso que é fundamental que na carta magna das escolas, o Diretor da escola tem que estar aberto, completamente aberto aos agentes culturais da cidade. Acho que em cada cidade deste país, onde há duas, três escolas, há sempre dois ou três grupos de teatro amador e é... são grandes comunicadores, deviam estar em ligação com os professores. Acho que a ligação do teatro com a escola é fantástica. Porque, às vezes, é desestabilizador, mas é fantástico, em vez de estar lá o professor, estar um ator que vai ler... ah, sei lá, o rei Artur, vai ler... uma história ou está de pé, tem uma guitarra elétrica e vai tocar uma música e depois a seguir começa a cantar. Isto é fundamental para o professor, poder respirar e poder ter uma motivação e à volta daquilo criar um tempo de extensão, na turma. É muito importante, acho que devia ser uma espécie de carta magna esta relação da escola com os agentes. Acho que devia haver nas artes uma... vertentes vocacionais na mediação, em que muitas pessoas que não vão ser artistas, mas que são muito bons não conseguem chegar ao pináculo. Deviam ser uma legião de pessoas que deviam trabalhar com escolas do país inteiro e, portanto, devíamos ter 200 ou 300 pessoas que saem das nossas escolas... ah, 400 pessoas por ano, a viajar pelo país inteiro a trabalhar perto das escolas, com coisas bem feitas, bem fundamentadas. Considero que a investigação que o Plano Nacional de Leitura faz e algumas dessas coisas são muito importantes e que deviam ser quase cartilhas, deviam ser quase manuais de utilização. E acho que os professores... devia haver... acho que a questão da avaliação é fundamental para os professores, tem que ser encarada com coragem, acho que, como tudo, há professores que já chegaram ao fim do prazo de validade, não deviam estar a dar aulas, mesmo. Isto tem que se dizer com toda a coragem e têm essas pessoas que fazer outras coisas, ser úteis ao sistema de outra maneira, pois os bons sistemas são os que usam o melhor de cada pessoa e estar a usar o pior de cada pessoa, é um mau sistema. A diferença entre um país escandinavo e um país do Sul, fundamentalmente, é

que na Escandinávia usa-se 90 por cento da qualidade dos cidadãos e nos países do Sul usa-se 50 por cento. Temos 30 a 40 por cento de pessoas desmotivadas, seja nas empresas, seja nas escolas, seja onde for. Portanto, temos que ser capazes de avaliar, não para punir, mas para dizer “Bora aí, agarra a vida outra vez, o que é que nós podemos oferecer, que não isto? Não tens que levar com isto.” E não é “Vais para casa.”, não é nada disso. É mesmo fazer uma coisa em que te sentes útil, porque todas as pessoas são obrigatórias serem úteis ao sistema, não temos lugar para pessoas que são párias do sistema, para sistemas que estão encostados à *box*, para pessoas que não têm horizonte. As pessoas têm que se levantar da cama todos os dias felizes para viver o dia. E temos que encontrar maneira de... o sistema é que tem que encontrar maneira, todos temos que encontrar maneira de dar a cada pessoa essa felicidade e espaço de felicidade, motivação. Temos que dar tudo o que os nossos cidadãos têm para dar, porque têm que ser muito poucos a saltar fora e a escola é um sítio onde não se pode aceitar que haja tantos professores de baixa hoje em dia, não pode ser. Conheço muito bem isto, não aceito isto. Há professores que estão nas aulas e já não querem lá estar e o sistema tem muitas formas de dar e utilizar esta experiência. É a minha opinião.

**E:** Muito obrigada pela sua colaboração.

## TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA AO PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DE PAIS E ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO ESCOLA EM MOVIMENTO

<b>Data:</b> 29 de março de 2019	<b>Local:</b> Sala do Associação de Pais e Encarregados de Educação
<b>Hora de início:</b> 17h00	<b>Duração:</b> 1h04min

**Entrevistador (E):** Qual é a sua idade?

**Presidente da Associação de Pais e Encarregados de Educação (APE):** 43 anos.

**E:** Como é que tem sido o seu percurso profissional até aqui?

**APE:** Como é que tem sido em que termos?

**E:** O que é que tem feito?

**APE:** Desde que me licenciiei que desempenho as mesmas funções, que sou advogado. Desde 1998, quando acabei o curso e até agora. Tive quase 20 anos em Évora, 17 mais ou menos, e depois mudei-me outra vez para Montemor, se bem que, mantive sempre a minha residência em Montemor. Ia e vinha todos os dias, como fiz lá o estágio, aproveitei e fiquei lá com mais uns colegas no escritório, e ao fim de uns anos achei que já não dava mais, porque começamos a ficar cansados de fazer estas viagens todos os dias e, então, optei por ficar aqui em Montemor. E desde então, que estou aqui, desde 2016.

**E:** E há quanto tempo é que integra a Associação de Pais?

**APE:** Isto... ah, 2017. Foi-nos proposto para nós apresentarmos uma lista às eleições, na altura ninguém tinha interesse, mas reunimos várias pessoas, falámos do projeto e elas aceitaram. Então, em outubro de 2017, concorremos às eleições e acabámos por... também fomos eleitos porque não havia mais ninguém, mas... estamos aqui desde 2017 e agora vamos ver como é que vai ser o percurso.

**E:** E que razões é que determinam a sua participação na Associação de Pais?

**APE:** As razões são muito simples, pelo menos para mim, para mim e para todos aqueles que fazem parte desta Direção e dos outros órgãos, que tem a ver um bocadinho com a possibilidade de nós ajudarmos a mudar alguma coisa. Nós, muitas vezes queixamo-nos que não é feito isto ou feito aquilo, ninguém dá valor ao que se poderia ou deixou de fazer, ninguém se preocupa, mas se nós não dermos o exemplo, também não podemos falar muito e, se tivermos essa

oportunidade, se nós conseguirmos alterar alguma coisa, acho que é o caminho certo, é começarmo-nos a envolver através deste meio. Já todos nós passamos pela fase de estudante, todos os que fazem parte da Associação, todos passaram de uma maneira ou de outra: tenham concluído só o décimo segundo ano, houve quem nem isso tivesse concluído... tenha feito só o nono ou o décimo ano, mas todos tivemos um percurso na escola, não é... Sabemos a evolução do que eram os nossos tempos de estudante e aquilo que é hoje. O que eram as exigências do antigamente e aquelas exigências que são hoje e, acima de tudo, as dificuldades com que as crianças se deparam. Todos nós somos pais e todos nós temos os filhos aqui no Agrupamento, ou na C+S ou aqui na Secundária... ah, e tirando outros que podem estar na Escola Primária ou noutra lado, todos nós temos essa noção que há muita coisa que se pode fazer. Foi esse o objetivo que nos levou a apresentar este projeto, pronto, e estamos cá para ver o que é que isto dá.

**E:** É uma forma, também, de participação mais ativa...

**APE:** Vamos lá ver uma coisa: eu, dá-me a entender que há muita gente que confunde um bocadinho o papel das Associações de Pais. Eu digo isto sem menosprezo nenhum para quem vê de outra maneira. Eu acho que as pessoas pensam que as Associações de Pais são associações de baile. Não são associações de baile. As Associações de Pais não têm que se cingir a criar aquelas festinhas, os bailes... Não, têm que ter uma participação ativa a nível escolar, e, portanto, ajudar no desenvolvimento, criando as alternativas daquilo que possa correr mal e apresentar projetos válidos, como é óbvio, não é dizer mal por dizer mal e depois não fazer nada, e temos que ter uma interação com o nível de ensino, porque fazemos todos parte. Os nossos filhos são o reflexo da nossa educação em casa, porque os professores não têm que educar os filhos de ninguém, têm que os formar, não é? Têm que, entre aspas, os cultivar, dar-lhes a cultura, mas a educação vem de casa. E acho que, nós enquanto pais, temos que ter a sensibilidade daquilo que podemos fazer em casa e temos que ter a sensibilidade daquilo que podemos ajudar para facilitar o trabalho dos professores, das escolas e, acima de tudo, de quem precisa, que são os alunos, que neste caso até são nossos filhos. Portanto, acho que passa um bocadinho por aí, por essa interação e por essa ajuda e tem que ser recíproca, como é óbvio, e muitas vezes não acontece. Acontece muitas vezes que se esquecem que existem as associações e depois torna-se um bocado complicado quando só se lembram quando precisam de alguma coisa, mas o trabalho tem que ser feito... Está bem que, se calhar, existe este estigma de as associações não participarem muito, não se interessarem por determinadas coisas e depois

acabam por cair no esquecimento, não é? Isto a culpa não morre solteira, como se costuma dizer, não é? Passa um bocadinho por aí, portanto o objetivo é este?

**E:** Como é que caracteriza a participação da Associação de Pais na “vida” do Agrupamento? Em que áreas?

**APE:** Nós, por acaso, temos tido uma boa interação. Vamos lá ver uma coisa: eu conheço as pessoas do Agrupamento, as pessoas do Agrupamento quase todas me conhecem, da vida particular, doutros afazeres relacionados com o meu trabalho, não é, que não é a Associação de Pais. Nós, eu e o resto dos membros da Associação pautamo-nos por uma coisa muito simples, que é, independentemente, dos nossos conhecimentos pessoais, aquilo que tivermos de dizer e fazer e apontar o dedo, apontamos. Quando tivermos que louvar alguma coisa que tenha sido feita, também seremos os primeiros a reconhecer que foi feito um bom trabalho. Partindo do pressuposto deste tipo de interação, nós temos conseguido colaborar. Já fizemos aí algumas atividades, agora temos mais umas para apresentar, fizemos aí um *workshop* também, ajudámos também com alguns donativos, porque a Associação recebe algum dinheiro, mas isto não é nenhum banco. Nós temos que aplicar todo o dinheiro que nos é dado em algumas coisas, temos ajudado nos que nos é possível e temos tido agora alguma reciprocidade. A Associação de Pais colocou ali duas televisões na sala de lazer, aquela sala por onde nós passámos antes de virmos para aqui, estão lá duas televisões que foram oferta da Associação de Pais. Havia uma questão relacionada com o défice de cacifos para os alunos, principalmente, para aqueles que vêm de autocarro e depois têm que andar o dia todo com as mochilas. Nós adquirimos também alguns cacifos, ainda um número bom... dá para desanuviar e permitir que esses alunos não tenham que andar o dia todo carregados com as mochilas. Tirando isso, são estas atividades que nós vamos desenvolvendo. Claro que, quando temos algum problema, nós, entre aspas, que nos chegue ou porque os pais ou porque os alunos nos fazem essas participações porque alguns professores recorrentemente faltam ou porque não foram colocados ainda professores ou porque existiu algum tempo de constrangimento em relação a alguns professores ou a alguns alunos, nós, depois, tentamos saber junto do Agrupamento o que é que se passa, sugerir, fazer reuniões... vamos lá tentar resolver o problema da melhor maneira de forma a que tudo corra bem, pelo melhor. O objetivo é que tudo corra bem, pelo melhor. É mais ou menos esse tipo de interação que temos com o Agrupamento e vai correndo, umas vezes melhor, outras vezes pior, mas damo-nos todos bem. Mas, passa um bocadinho por aí. Eu, dá-me a ideia que as pessoas dantes... voltamos aquela história das organizações de baile, as pessoas estão um bocadinho habituadas a isso e nunca... ah, e, principalmente, os pais nunca se aperceberam



daquilo que uma associação de pais, no verdadeiro sentido da palavra, poderia fazer, por eles, pelos alunos e até pelo Agrupamento. Às vezes, nós transmitimos coisas ao Agrupamento que o Agrupamento desconhecia, não é? E o contrário: o Agrupamento “Vejam lá...o que é que se passa, tivemos esta informação...” e nós tentamos estabelecer uma ponte. Quando tomámos posse, logo no mês e meio a seguir, isto depois tínhamos muita coisa para tratar, mas marcámos várias reuniões, tanto aqui na Escola Secundária, como na Escola C+S, para ouvirmos os pais, saber o que é que os afligia, quais eram os problemas maiores, para nós tentarmos depois ajudar a resolver esses problemas e é isso que temos estado a fazer. Temos as portas sempre abertas, as pessoas têm os nossos *emails*, os nossos contactos, quando é necessário, enviam-nos as informações ou aquilo que acham pertinente, as reclamações... e depois nós transmitimos ao Agrupamento ou se for alguma coisa que nós consigamos resolver ou dar o apoio necessário, tentamos logo fazê-lo. Se for alguma coisa que não depende inteiramente de nós ou que precisemos de algum esclarecimento, enviamos para as entidades competentes para resolver e tem funcionado assim. Houve aqui um problema há uns tempos atrás, é público, não é nenhuma inconfidência, um professor que não era colocado, não havia maneira nenhuma, o Agrupamento já estava de pés e mãos atados, já tinham feito o papel deles mas depois a reclamação de vários pais, através da Associação, é mais uma voz: “Resolvam lá o problema, porque os miúdos não podem estar três meses sem aulas deste professor ou daquele ou do que seja.” Passa um bocadinho por aí, nesse sentido de nós colaborarmos e recebermos a colaboração.

**E:** Como é que avalia esse trabalho que tem sido desenvolvido, essa parceria da Associação de Pais? Já me disse que há coisas que correm melhor, outras que correm menos bem...

**APE:** Eu sou um bocadinho suspeito para estar a falar sobre isto. Em termos da Associação, claro que há muita coisa que se pode fazer, não está nada concluído, mas atribuiria um valor positivo, na escala de zero a dez, talvez um sete. Mais do que isso, também já seria muito ambicioso, mas julgo que sim, até mesmo em termos de relacionamento com o Agrupamento, tirando algumas tricas que possam surgir... não são nada que não seja sanável, são coisas perfeitamente ultrapassáveis, não há qualquer tipo de anticorpos, de zangas, nem extremismos, nada disso, pelo contrário. Ah, somos convidados para várias atividades, relacionadas até com o Conselho Geral, temos um assento onde podemos também falar de alguns assuntos. É uma convivência, chamemos-lhe assim, sã, numa escala positiva.

**E:** Eu ia perguntar-lhe, mas, se calhar, essa informação não me consegue dar, uma vez que só a partir de 2017 é que está nesta função. A partir de 2013, que foi quando foi constituído o Mega-Agrupamento... se calhar, poderá ter a sua opinião, enquanto Encarregado de Educação, não enquanto Presidente da Associação de Pais, acha que houve alguma mudança em termos de abertura da escola para a comunidade, para os parceiros?

**APE:** É assim, daquilo que é o meu conhecimento direto, como pai, chamemos-lhe assim, eu acho que sim. Vamos lá ver uma coisa: eu acho que o problema... eu acho que os Agrupamentos, sejam Mega-Agrupamentos, sejam o que for, muitas vezes, depende também do *feedback* da outra parte, isto é, como tudo na vida, não é? Nós estamos aqui os dois a falar, mas se não houver um interlocutor a falar do outro lado, é um monólogo, não é, não há mais nada. E aqui, o que me dá a entender, por vezes, não é por falta de esforço de quem está, neste caso, o Agrupamento é virado para a comunidade. Às vezes, a comunidade é que não quer saber do resto. Esta escola tem um bom aproveitamento escolar, a nível de docentes, o corpo docente, na sua generalidade, é muito bom e estável, portanto, ah... de facto, há casos pontuais que não funcionam, mas isto é como tudo na vida, em todas as profissões, em todo o lado, é como os alunos. O problema, muitas vezes, é que aqueles que deveriam de ajudar, e volto à conversa do início, os pais é que têm que dar educação aos filhos, são aqueles que não se preocupam muito. São aqueles que não se preocupam. Ainda há pouco tempo, tivemos aqui uma reunião... já não me lembro com quem foi, mas tinha a ver com a Direção Geral da Educação, uma coisa assim do género, onde estavam vários representantes de pais e da Associação de Pais e vieram-nos perguntar qual é que era a nossa posição relativamente ao compromisso dos alunos e dos pais e da preocupação dos pais em relação aos filhos, a nível escolar. E chegou-se à conclusão... isto até parece que é um bocadinho contrassenso, não é... que quem se preocupa mais com os filhos são aqueles cujos filhos têm boas notas. Quer dizer, devia ser, se calhar... aqueles que têm piores notas é que se deviam preocupar, não... Pelos vistos, segundo os dados que nos foram dados, até pela procura, esclarecimentos dos professores, diretores de turma, reuniões que foram apresentadas, entretanto, que são os pais, cujos filhos até têm sucesso escolar, é que se preocupam mais com os filhos, quer dizer...

**E:** Até porque esse pode ser um dos fatores que condiciona o aproveitamento...

**APE:** Claro! Quem tem filhos com mais problemas, sejam eles estruturantes da própria família, sejam eles de outra natureza qualquer, esses é que têm que se preocupar um bocadinho mais, não sei, digo eu... Eu penso assim. Em termos práticos, o Agrupamento até tem feito muito e

não faz mais porque também não lhe é permitido. Isto falando eu como pai. Isto depois a visão como Presidente da Associação de Pais vai quase nesse sentido, claro que temos outras coisas que poderíamos melhorar e que nós aconselhamos e dizemos: “Atenção, devíamos fazer ou devíamos fazer aquilo.” Claro. Mas no sentido global, é extremamente positivo. O problema é que a comunidade em si não dá o *feedback*, não dá o retorno do investimento da preocupação que o Agrupamento demonstra e da abertura que o Agrupamento demonstra e por aí fora. Porque há várias coisas que são feitas e os pais não aparecem, pura e simplesmente, não querem saber, nunca manifestaram qualquer tipo de interesse. Há miúdos que são sinalizados, ninguém quer saber de nada, passa um bocadinho por aí. Mais do que isso... eles também não podem obrigar as pessoas a virem cá, não é? Mas tirando isso... No meu entendimento, a forma como é feito e a postura que tem existido é extremamente positiva, mas tem que haver, depois, colaboração da outra parte. Porque isto continuam a empurrar com a barriga os problemas e não querem saber dos miúdos.

**E:** Muitas vezes, a escola é vista como o depósito onde se deixam os meninos, o dia todo, e eles lá na escola que resolvam, não é?

**APE:** É. O Agrupamento é muito aberto e muito recetivo à ajuda em todo o tipo, dos alunos, para resolver os problemas pacificamente. Claro, eles não são os pais deles, não é? Podem desempenhar aquela tutela enquanto eles aqui estão, não é, que é a sua vertente educacional, mas o resto... e a família, muitas vezes, não demonstra qualquer tipo de interesse ou preocupação. Torna-se um bocadinho complicado.

**E:** Que expectativas é que considera que o Agrupamento tem ao estabelecer esta parceria com a Associação de Pais?

**APE:** As expectativas... (risos) Isso é uma pergunta que devia ser colocada ao Agrupamento, porque, agora volto quase ao início, nós não somos uma comissão de festas. Ajudamos... temos ajudado em pedidos que a Associação de Estudantes faz porque não tem autonomia para, seja financeira, seja de outra natureza, seja em termos logísticos ou de outra natureza, nós vamos tentando ajudar, em colaboração e cooperação com o Agrupamento. Mas isto é a gota ínfima daquele que deveria ser e deverá ser a nossa atividade enquanto Associação de Pais. Eu acho que, vamos lá ver uma coisa, a Associação foi fundada em 1998, a Associação de Pais, esta. E estavam habituados, isto sem menosprezo nenhum, atenção, não havia tanto interesse, na minha opinião, pronto. Porque isto, às vezes, torna-se um bocadinho complicado. As pessoas têm as suas vidas, muitas delas ficaram já para lá do que era humanamente possível, abdicando das

suas vidas. Algumas delas nem eram cá de Montemor... Durante algum tempo, as outras direções (das Associações de Pais) eram constituídas por... quase todos eram docentes e membros dos órgãos sociais. E parecendo que não, quem é o pai que se vai queixar de um professor a outro professor, não é? Pronto. E eu acho que isso acabou por diminuir um pouco a importância e a forma de trabalhar da Associação de Pais e levou a que as pessoas se afastassem. Não acredito que os docentes não fossem imparciais, atenção. Não acredito é que haja a vontade dos pais irem-se queixar a um professor de outro professor, ainda que eles estejam como membros de uma Associação de Pais. Não deixam de ser docentes, ainda para mais, se calhar, até na mesma instituição. Portanto, torna-se um bocadinho... “Ah, vá lá dizer ao seu colega...”. E os próprios pais não acreditam, ainda que eu acredite, que eles sejam imparciais. Os próprios pais não acreditam porque pensam que existe um certo sentido corporativista entre os professores todos, portanto, e depois aquilo caía em saco roto. Portanto, prescindiam da colaboração e de interação com a Associação. E acho que se perdeu e agora estamos a tentar construir novamente, junto do Agrupamento, aquilo que deverá ser, na nossa ótica, desta direção, uma Associação de Pais. Ah, explicar que tem que existir colaboração, que somos um complemento, ninguém está a tirar o lugar a ninguém, somos uma ponte entre a família e o Agrupamento e estamos cá para os ajudar. Claro que isto depois custa um bocadinho, porque durante tantos anos estiveram habituados a outra coisa e agora é uma coisinha diferente. Torna-se um bocado complicado, mas nada que não seja sanável. Não se consegue fazer de um dia para o outro. Posso dar-lhe o exemplo: uma das primeiras coisas que foi feita quando fomos eleitos foi logo pedir a alteração dos estatutos. Porquê? Porque os estatutos estavam previstos com mandatos de um ano e fizemos o pedido de alteração para dois anos, porque um ano, a começar em novembro, não dava para fazer nada. Era, manifestamente, impossível, porque em novembro, que foi quando tomamos, efetivamente, posse, começámos a tratar das coisas, entram as férias do Natal... Não dava para fazer, rigorosamente, nada. E, então, fizemos essa alteração, até para conseguirmos apresentar alguns projetos e para se conseguirem realizar, porque se não era impossível. E isto vai ao encontro também às dificuldades que existiam anteriormente. Depois ninguém participava em nada, ninguém queria saber de nada... Se calhar, um bocadinho por causa desta circunstância de serem quase professores ou terem alguns professores. Bastava ter um para levar à desconfiança das pessoas em relação que se ia passar e como é que se iria resolver. E, então, acho que foi um período complicado para as pessoas... Aqueles que faziam parte da direção da Associação de Pais, também, eu acho que ficariam um bocadinho constrangidos, quer dizer, porque não é fácil... E depois também não se consegue fazer nada. Aqui a questão é que eles também não conseguem

desenvolver muito mais, porque é um papel ingrato. Eu, na minha opinião, acho que seria extremamente desagradável, não é... Mas, pronto, vamos ver como é que isto corre, devagarinho, vai correndo... (risos).

**E:** Que ações é que o Agrupamento tem no sentido de envolver a Associação de Pais na vida do Agrupamento?

**APE:** Tivemos aí algumas... não são bem parcerias, mas propostas até a nível das tais festas, mas do cuidar da própria escola... ah, fizemos uns donativos para umas limpezas para a escola, isto porque o Agrupamento também não tem muito dinheiro e, nós, depois, como temos algum, cá está, isto não é nenhum banco... ah, não é para amealhar, é para investir... fizemos aí algumas ajudas ao Agrupamento para resolver alguns problemas que, entretanto, surgiram. Ouvimos falar naquele problema dos cacifos e predisusemo-nos logo para os adquirir, porque o Agrupamento não tinha capacidade financeira para isso, como as televisões, foi uma sugestão nossa, não foi o Agrupamento. Mas tivemos... os *workshops* que estão previstos e convidam a Associação: “Vamos fazer, vejam lá se é do vosso interesse.” E nós, exatamente, gostamos da mesma maneira... para com o Agrupamento, porque existem problemas... até porque foi público, houve aí há pouco tempo... há um mês, se calhar, nem tanto, uma rusga relacionada com tráfico de estupefacientes aqui na Escola Secundária e C+S. Era um problema que já se arrastava, era notório... ah, passava-se aqui à porta da Escola e nós, juntamente, com o Agrupamento, marcámos uma reunião com os representantes da GNR, com o comando aqui do Posto de Montemor, neste caso, com a pessoa delegada pelo Comandante, para tentar encontrar uma solução para resolver o problema, identificamos mais ou menos as zonas mais problemáticas e depois aquilo deu origem ao processo, desencadeou nesse dia, nessas buscas, que foram formalizadas e até levou à detenção, provisória, porque aquilo não passava de contraordenações, felizmente, para quem as tinha, mas que de uma certa forma acabou por, como é que eu hei de dizer, acalmar aquilo que se estava a passar, não é... Para eles perceberem que ninguém estava a dormir e era mais fácil, não só com o Agrupamento, mas com a Associação de Pais, para eles perceberem que isto não é uma carolice dos professores. Isto é uma carolice de quem tem filhos aqui a estudar. Aqui acaba por ajudar a desenvolver e a resolver essas questões. Foi uma das soluções que foi encontrada, que pelos vistos funcionou. A indicação que nós temos é que está bem melhor, aliás, aqui a parte da frente da escola, se passasse aqui a determinadas horas, ia verificar que aquilo parecia o supermercado. Portanto, até havia filas de espera, quase. E agora, felizmente, não sei se foram para outro lado ou não, mas ao pé da escola, já não... Já está resolvido, por enquanto, esse problema. Claro que, assim

que eles tiverem mais uma nesgazinha e quando eles pensarem que está toda a gente a dormir, voltam à carga, porque isto é habitual. Mas cá estaremos para, juntamente com o Agrupamento, resolver ou denunciar as circunstâncias, porque, às vezes, dizem “Vá lá, falem lá com os pais, vejam lá o que é que se passa com isto ou com aquilo e nós tentamos apalpar o terreno, entre aspas, para saber a opinião, o que é que se poderá fazer, como se poderá fazer e, depois, em colaboração com o Agrupamento, estipulamos aquelas regras e aquelas condições que serão as melhores, e, então, vamos participando nestas atividades e nestas coisas, porque isto, nós temos um ano e pouco e tivemos que estar a fazer uma requalificação da Associação, porque é aquilo que se passou e depois é demonstrar às pessoas que existe, independentemente, depois de ficarmos nós ou outras pessoas, não interessa. Ou seja, tivemos que estar a pôr as baterias novas, pôr combustível, mudar os filtros todos... (risos). Quando o carro está parado muito tempo, depois temos de ter estes cuidados todos, tirar as teias de aranha, limpar o pó e essas coisas todas, portanto, é, basicamente, aquilo que nós estamos a fazer, para ver se conseguimos que, efetivamente, sejamos uma entidade reconhecida em termos de funcionamento e de intervenção.

**E:** E relativamente à elaboração do Projeto Educativo, enquanto representante da Associação de Pais, considera que o Agrupamento envolve a Associação de Pais e outras entidades parceiras na elaboração do Projeto Educativo?

**APE:** Isso é mais na sequência do que estávamos a falar. Vamos lá ver uma coisa: se me perguntar se há quatro anos atrás isso acontecia, eu dizia-lhe que não, não. Atualmente, existe esta aproximação, mas é uma coisa gradual, porque é uma coisa que as pessoas não estavam habituadas. Nem a própria Autarquia ou até o Conselho Municipal de Educação estava habituado a que as coisas funcionassem de uma determinada maneira. Estavam habituados...pronto, era diferente a forma de ver as coisas. Isto não é uma crítica a ninguém, atenção, cada um tem a sua visão. Eu acho é que nós deveríamos fazer as coisas de uma determinada maneira, mais presencial, mais... Como é que eu hei de dizer...mais vincada. Claro que não é partir paredes nem nada disso, não é o oito ou oitenta, nem nada disso. É dar a entender que, efetivamente, estamos aqui para colaborar e para ajudar. Acho que, devido àqueles constrangimentos, que eu acredito que tenha sido por causa disso, ficou naquele banho maria, sem grande atividade e aquilo que nós propusemos agora é ver se conseguimos, mesmo que fique depois para quem vier a seguir, dar continuidade. Por exemplo, nós temos um problema, que eu acho que é um problema, porque as pessoas ainda não... porque eu passei por estas fase, que tem a ver com a Associação de Estudantes. A Associação de Estudantes é,

na sua maioria, constituída por alunos de décimo primeiro e décimo segundo. O que é que acontece: quando eles acabam o mandato, é quando se vão embora. Depois ficamos não sei quantos meses ou um ano ou dois sem associação nenhuma, que acabam por ser constituídas só para a viagem de finalistas, mais nada. Portanto, aquela interação que deveria de existir e aquele compromisso e aquele acompanhamento, ajuda entre os professores, pais e família, perde-se. Eu, no meu tempo, a Associação de Estudantes era composta por alunos desde o sétimo ano até ao décimo segundo. Portanto, saíamos do décimo segundo, mas estavam os outros, que continuavam, havia projetos que podiam ter alguma duração. Agora não, são coisas práticas com meia dúzia de meses, fazem as eleições, se for preciso, em janeiro, para se extinguir em maio. Portanto, perde-se o elã e eu acho que, em termos das práticas, com as outras entidades, desde o Agrupamento, até à Associação, à Autarquia, à Junta de Freguesia, seja o que for, perdeu-se, durante algum tempo, esse elã também em relação à Associação de Pais. Nós estamos agora a tentar resolver, revitalizar, dar a conhecer, participar, positivamente, não é dizer mal só por dizer mal e não apresentar projetos nenhuns, é tentar ajudar ativamente, porque nem eu nem os meus colegas ficaríamos bem em não tentar ajudar, tendo em conta que temos cá os nossos filhos. Porque isto é uma oportunidade que nós temos. Se criticamos ou se gostamos de mudar as coisas, temos uma oportunidade de o fazer, temos que pôr as mãos na massa. Eu acho que é isso que nós estamos aqui a fazer. Passa um bocadinho por aí.

**E:** E quais são os objetivos por parte da Associação de Pais em estabelecer esta parceria com o Agrupamento?

**APE:** Os objetivos... Esta parceria com o Agrupamento ou com qualquer outro tem como finalidade melhorar, melhorar em todas as linhas, o relacionamento com os pais, o relacionamento com os alunos. Nem todos os pais podem falar com o Agrupamento, torna-se impossível. O Agrupamento tem cinco ou seis pessoas, não é, para atender toda a gente, se irem lá 20 pais repetir o mesmo problema, não tem sentido absolutamente nenhum, digo eu. Se calhar, falando com a Associação, nós transmitimos: “Tivemos uma demonstração de X pais, relacionada com a turma tal, os alunos tais ou os professores tais, seja o que for, e nós comunicamos, ou seja, o que nós queremos é aumentar a qualidade da relação entre a escola, os professores e os alunos. Porque aumentar a qualidade dos professores não nos cabe a nós, cabe ao Agrupamento e ao Ministério da Educação e por aí fora. Nós o que podemos é alertar, caso tenhamos informação comprovada, como é óbvio, que efetivamente alguma coisa não está a funcionar. E também temos que alertar os pais para os perigos dos filhos... a ausência de acompanhamento dos filhos, a ausência de preocupação com os filhos, que, muitas vezes,

resulta no insucesso escolar e que eles não querem saber. Voltamos àquela conversa do início, que quem se preocupa com os alunos, com os filhos, são aqueles (pais) que os alunos têm boas notas. Não deveria ser assim, a preocupação deveria ser de todos, principalmente daqueles que os filhos não têm boas notas e revelam alguma dificuldade e nós, aqui, infelizmente, se calhar passa-se por outras zonas do país também, mas temos muitos alunos com carências económicas, com dificuldades a nível de alimentação... só têm alimentação aqui na escola, chegam a casa já não têm nada... Isto são conhecimentos que surgem de informações complementares do Agrupamento, algumas são os próprios alunos que dizem outras vêm por terceiros, mas que, muitas vezes, os pais não querem saber se estão bem, se estão mal, se comem, se não comem... há aqui... É um desfasamento que já não se justifica em pleno século XXI e com tanta forma de resolver isto... torna-se complicado. A perspetiva é sempre esta: melhorar tudo aquilo que pudermos fazer para melhorar o relacionamento entre todos, criar as melhores condições para os miúdos aprenderem, felizes. Isto parece uma conversa um bocado lamechas: “Ah, aprenderem, felizes.” Eu quando passei... até ao décimo segundo ano para ir para a universidade, eu posso dizer que estive numa boa escola. Os meus períodos foram todos ótimos, com mais ou menos dificuldades como todos. A vida era totalmente diferente. Hoje em dia existe uma grande exigência a nível do ensino, dos programas curriculares, existem tantas dificuldades que, às vezes, os miúdos não têm tempo para brincar. Os miúdos, hoje em dia, não têm tempo para nada. No tempo que eu andava na escola primária, ou tinha aulas de manhã ou de tarde, agora têm aulas o dia todo. Eu sou do tempo em que o décimo segundo ano só tinha três disciplinas, era uma maravilha. Agora os miúdos têm não sei quantas disciplinas, não sei quantos trabalhos, não sei quantos testes, tudo e mais alguma coisa. Saem de casa de manhã, às oito e meia, entram para a escola e saem às não sei quantas da tarde... está bem que há horários que são feitos de maneira que os miúdos consigam ter algum tempo, mas mesmo assim não é a mesma coisa. Os alunos transportados têm que sair muito mais cedo, chegam a casa muito depois dos outros e trona-se um bocadinho complicado. O nosso papel é exatamente tentar ajudar a estabelecer uma ponte e melhorar as condições de todos, não é só dos miúdos... se o Agrupamento nos pedir ajuda para servirmos de mediadores, chamemos-lhe assim, com os pais ou com os alunos, nós estaremos cá para os ajudar naquilo que nos for possível. Em tudo aquilo que o Agrupamento nos peça ajuda, que seja pertinente e que nós consigamos fazer, nós fazemos, não temos entrave nenhum em relação a isso e acredito que se for ao contrário, também teremos essa reciprocidade, não terá qualquer problema.



**E:** E da parte do Agrupamento, que objetivos é que acha que o Agrupamento tem na parceria com a Associação de Pais?

**APE:** Eu acho que passa um bocadinho por esta ligação, portanto... porque... Uma das coisas que... Esta escola é uma escola que tem um bom nível de aproveitamento escolar, tem um bom índice... quando digo esta escola, digo a Escola Secundária, a Escola C+S... tem um bom nível educacional. Eu acho que eles precisam de nós mais por causa dessa questão do relacionamento e da interação com os alunos, com os pais, com as famílias... não é propriamente... nós não vamos salvar a honra do Convento, como se costuma dizer, nem nada que se pareça. Mas estamos aqui presente para ajudar naquilo que... Eu acho que passa um bocadinho por aí, o que nos pedem no sentido de colaborar e de chamar à atenção e de resolver algumas situações, que nós, lá está, pronto, quando há algum problema, também lhe comunicamos. Mas voltamos ao mesmo, está englobado sempre na mesma resposta. Houve um período de transição, houve uma altura em que... a forma de funcionamento e de interação era diferente, não era muito pronunciada por causa daqueles *handicaps* todos, que eu acho que eram esses, que eu já referi. Isto é um processo evolutivo, nós temos um ano e qualquer coisa de Direção, dois anos em outubro, mas isto não se começa a fazer de um dia para o outro quando está tudo muito baralhado, muito confuso, não tinham noção. Quando vieram falar connosco naquelas primeiras reuniões que eu referi que nós marcámos no início, as pessoas... ah, houve muita gente que não apareceu. Nós pedimos que os Diretores de Turma comunicassem aos alunos, para depois dizerem aos pais, mas muita gente não compareceu. E aqueles poucos que compareceram não tinham noção do que é que se ia passar, porque nunca ninguém tinha falado sobre isso, nunca ninguém tinha levantado esses problemas, nunca ninguém lhes tinha perguntado se eles queriam falar de algum problema. Porque as pessoas desconheciam a finalidade até, voltamos ao mesmo: pensavam que era a associação de baile, de festas... Não. Não tinha a noção exata para que é que serve uma Associação de Pais, porque a maior parte das pessoas associa a associação a uma festa... (risos)... mas não é. Isto é para resolver esses problemas mais prementes e mais urgentes, mais sérios, não é... Claro que há aquela vertente lúdica, mas não é isso que nos move. O que nos move é resolver os problemas todos, mas se conseguirmos melhorar ainda a esse nível também... Mas não é isso que é o objetivo principal. Torna-se um bocadinho complicado, porque nós estamos em processo evolutivo, esperemos que se mantenha, e, depois há de ter pernas para andar, haverão de ter mais tempo para trabalhar, porque aquela questão de um ano a começar em novembro... quer dizer... O não letivo acaba em maio, em junho já não vamos fazer nada, porque não vamos submeter um

projeto para não o cumprir. Eu não vou, em junho ou em julho, submeter um projeto para as férias do Natal quando, possivelmente, já cá não estou. Não tem sentido nenhum. Agora, com este tempo, nós agora no final do ano, conseguimos apresentar algumas coisas porque já sabíamos que iríamos dar cumprimento a elas, porque tínhamos essa possibilidade, mas quem estava antes também não conseguia. Não era as pessoas não quererem, não era possível temporalmente. Ninguém ia submeter, não é, nem obrigar outro que viesse a cumprir uma coisa que não criou. Podia ter pertinência para quem o criou, mas não quer dizer que a pessoa que viesse a seguir, gostasse, não é? Passa um bocadinho por aí.

**E:** E nesses projetos que vão fazendo em conjunto com a escola, o interesse umas vezes parte da Associação de Pais, outras vezes é da escola?

**APE:** Já fomos informados... Há uns *workshops* ou umas conferências ou uns *case studies*, seja o que for... que o Agrupamento nos comunica, “Vamos fazer, gostávamos que participassem... vejam lá se têm interesse em participar.” e nós fazemos exatamente o mesmo, não só com o Agrupamento, mas com a Autarquia, com a Junta de Freguesia, onde nós estamos inseridos, damos conhecimento, tirando o público em geral, para que estejam presentes, que participem e deem a sua opinião, porque o nosso objetivo é fazermos atividades... Não é propriamente os alunos, isto não é a Associação de Estudantes, é cativar os pais a ter uma vida mais ativa junto da escola e pôr os docentes nessa interação com os pais, para perceberem que isto é uma espécie de comunidade: os professores ensinam, os pais educam, mas se todos estiverem em sintonia, isto corre tudo que é uma maravilha. O objetivo passa um bocadinho por aí.

**E:** Que perceção é que tem dos impactos que estas parcerias têm?

**APE:** A perceção é que parece que é uma evolução positiva... pelo menos, alguns pais têm manifestado a sua opinião nesse sentido, porque conseguem rever-se nalgumas coisas e até quererem participar e ajudar, ter uma interação mais próxima. Vai demorar muito tempo na mesma, isto não é do zero pais para mil pais, é do sete ou oito pais e gradualmente, porque isto é... não querendo abusar das palavras, é como ensinar as pessoas a verem que existe. Temos que ensinar as pessoas que existe uma Associação de Pais para fazer uma determinada coisa. Isto não se começa logo no décimo segundo ano ou no ensino secundário. Temos que começar a ensinar os pais como se eles fossem para a escola primária, para o primeiro ano e dizer “Nós estamos aqui e depois vamos fazer isto, o nosso interesse é este, o objetivo é o aqueloutro, a vossa participação é importante por isto, por aquilo e por aqueloutro, juntamente com a outra

entidade, que é a escola, são os docentes, é o próprio Agrupamento, até os funcionários. Eu tenho falado muito no Agrupamento, dos docentes, mas esquecemo-nos dos funcionários e os funcionários são parte importante também, também nos ajudam com determinadas coisas, também quando há alguma coisa... que podem surgir até em relação aos alunos ou até ao comportamento dos pais. Nós estamos cá para receber essas críticas e comunicarmos a quem de direito ou falarmos com as pessoas, como também há queixas de alguns pais e de alguns alunos em relação aos funcionários... Com isto não estou a dizer que são queixas válidas, atenção. São queixas que nos são formalizadas e depois nós... umas são pertinentes e outras nem por isso. Se me perguntar, são mais as não pertinentes do que aquelas que são pertinentes: “Ah, porque o funcionário não abriu a porta e atravessou-se à frente”, uma coisa sem importância, isso às vezes acontece. Não vamos dar ouvidos a isto tudo porque isto não tem sentido absolutamente nenhum. Há coisas que, às vezes, têm pertinência, não estamos a falar de coisas gravíssimas nem nada disso. São coisas que são facilmente ultrapassáveis e de resolução rápida e que ninguém vai ficar melindrado com isso. Acho que é mais ou menos... É que isto... A Associação tem que ser muito lenta. Às vezes, nós embarcamos... até nas nossas atividades... com pessoas que já vão desempenhando aquelas funções, já com uma determinada certeza, com um determinado ritmo e lá vamos nós. Aqui é um bocadinho diferente: temos que voltar a aprender a andar, a correr... é mais ou menos isso. Torna-se um bocadinho complicado. Essas perguntas, não sei se a vou ajudar muito, porque há aqui uma forma diferente de ver as coisas e há aqui um corte quase radical em termos de interação, não é? Portanto, não há ainda muita história, há algum desenvolvimento, mas não há muita história que lhe consiga dizer “Ah, já fizemos não sei quantas coisas...”. Não dá porque somos recém-nascidos (risos).

**E:** E mesmo durante este período de tempo curto, acha que tem como objetivo contribuir de forma positiva para o percurso académico dos alunos, para o sucesso deles?

**APE:** Sem dúvida, sem dúvida. Aliás, nós incentivámos e temos aí alguns projetos, que ainda não sabemos se vão ser apresentados ou não, porque cá está... Vamos ter eleições em outubro, ainda não decidimos se nos vamos recandidatar ou não vamos, ou se se vai apresentar outra lista e os outros ganharem... para incentivar a prática dos alunos a nível do associativismo, até uma participação pré-académica, ou seja, prepará-los para o passo seguinte, porque a maior parte deles, pelo menos é a informação que nos tem chegado é que eles querem continuar os estudos, a nível superior, portanto, é incentivá-los até depois a fazer o quê? Agarrar os próprios colegas e ajudá-los, manter um determinado caminho e crescer, portanto, este relacionamento. Portanto, se nós conseguirmos isso é extremamente positivo, com a participação académica

aqui nas duas escolas, fomentar essas parcerias, esses contactos, esses relacionamentos e... com a certeza absoluta de que será positivo para todos. O Agrupamento porque tem mais uma mais-valia no desenvolvimento dos alunos, os alunos porque tem outra capacidade, outra interação e outro objetivo de vida e dá-lhes, até, outra perspetiva, se calhar, prepara-os de outra maneira e têm uma participação na própria formação, sem ser o estudo, não é? Têm mais uma participação, porque hoje em dia os alunos é só estudar... Conhecem o professor, “Olá, professor, e tal, adeusinho, gostei muito de o conhecer” e pronto, e acabou ali. Se perguntarmos “Então o que é que aprendeste da escola secundária?”, eles respondem “Ah, havia disciplinas...” e se perguntarmos “O que é que lá havia?”, eles dizem “Estudava, não havia interação quase nenhuma.”. Aqui, ainda há alguma, há uns programas de rádio que são uns alunos que fazem, há um jornal que entretanto... era uma parceria com a Folha de Montemor, que deixou de ser feito e ainda não percebemos muito bem o que é que sucedeu para deixar de haver essa parceria, com alguns alunos que faziam umas reportagens, umas crónicas para o jornal e agora estamos a tentar esse... com uma tiragem mensal ou bimensal ou uma coisa do género, uma coisa muito simples, que cativa os alunos a participar, nem que seja através da pintura ou da fotografia, porque esta escola tem capacidade para as artes... aliás, Montemor está relacionada com as artes, tudo e mais alguma coisa relacionado com a cultura... É também nessa perspetiva. Se conseguirmos fazer isso, acho que temos um trabalho positivo, não é... Esperamos que isso se suceda e se mantenha, porque isto também depois é volátil... Hoje estamos cá nós, amanhã está outra pessoa. Depois, o Agrupamento, está esta Direção como pode vir outra... cada cabeça sua sentença. Nós não sabemos, agora temos é este problema dos alunos, que não há esta interação, este participar mais profundo, mais marcado... uma coisa muito passageira. Não os conseguimos cativar para ter uma participação mais acentuada. No meu tempo é o que eu digo, tínhamos ali uns do sétimo, oitavo e nono. A Associação era constituída por 20 ou 30, mas saía um ou dois, mas os que vinham a suceder, já tinham embalagem suficiente para continuar o trabalho e assim sucessivamente. Subiam uns, iam entrando os mais novos e conseguíamos manter sempre o barco a fluir... Agora não. Não há uma continuidade e depois perde-se, porque, às vezes, até há projetos interessantes e tudo, mas depois acabou ali.

**E:** Também ajuda a que eles desenvolvam uma consciência mais crítica e uma participação, enquanto cidadãos, mais ativa, que no futuro será importante...

**APE:** Mas eles não participam. Eu, por acaso, participei nas Associações a nível da escola secundária, na universidade, portanto, sempre participei, não é... Também não é que seja um

bom exemplo para alguém, não é essa a questão, mas gostava que houvesse mais essa participação, porque eu acho que eles, às vezes, não têm noção que pode ser-lhes muito importante, para eles enquanto alunos, mas também para eles enquanto pessoas e até para ajudar quem depois precisa, que às vezes, há um certo desfasamento entre até os próprios desinteresses dos alunos. Muitos deles estão aqui e quanto mais depressa acabarem isto melhor e nem sabem que passaram por aqui, não é? Sabem que passaram, passaram pela Escola Secundária... é uma obrigação. E aquilo que nós queremos é cativá-lo a que eles tenham uma perceção, porque isto são anos que depois de passarem, passaram, quer dizer, e se nós conseguirmos ter boas lembranças e não só uma fugaz memória “Ah e tal, fiz.”, era bom, para dar o exemplo a quem vier a seguir, para os próprios filhos ou para os netos, seja quem for, que é o que tento fazer com as minhas filhas: tenho uma com sete anos, que está na primeira classe, e tenho outra que está no sexto ano. E é assim, vai funcionando. E quero-lhes incutir este sentido prático de responsabilidade e são tempos que depois, quando se perdem, perderam-se. Já não dá para voltar para trás e mesmo que venhamos a voltar a estudar, já não é a mesma coisa, não é? Agora, se voltarmos os dois para a universidade, já não passamos pelas mesmas coisas que passámos anteriormente, não é? Já não achamos piada a tanta coisa, se calhar, a participação é diferente, já não é um mundo novo e eles esquecem-se que isto é gradual. É nesse sentido que nós gostávamos que eles tivessem mais essa consciência, essa participação.

**E:** Até para eles perceberem que o facto de criticarem ou dizerem que as coisas não estão bem, que se também eles próprios tiverem essa consciência mais formada também conseguem entender que não está bem, mas será que é possível fazer melhor, como é que podemos fazer, que soluções é que temos...

**APE:** Nós, nalgumas reuniões que temos tido, aparecem sempre dois miúdos, que são os representantes dos estudantes, que até são pessoas extremamente interessantes e interessadas por aquilo que estão a fazer, mas depois parece que há ali um vazio... Temos aqui um grupo de três ou quatro e depois temos centenas do outro lado. Pronto, é assim, depois esta ponte não existe e não existe porque, na minha opinião, na nossa opinião, a Associação de Pais é que se perdeu, porque não havendo uma representatividade acentuada dos alunos, através, por exemplo de uma Associação de Estudantes que esteja lá para resolver os problemas dos estudantes, que esteja para se queixar do que está mal, para comprovar e aplaudir o que está bom, os alunos depois não têm essa expressão. Depois temos três ou quatro que se preocupam, mas não conseguem implementar porque os outros não querem saber. E depois é um bocado ingrato para eles, porque mesmo que eles tenham esse interesse e essa preocupação, se depois

não tiverem esse interesse e essa preocupação, mas se não tiverem depois o resto das tropas, não é, não conseguem mobilizar ninguém.

**E:** Qual considera ser a importância do estabelecimento destas parcerias que o Agrupamento estabelece com as entidades, não só com a Associação de Pais, mas com outras entidades?

**APE:** Eu acho que é extremamente importante porque permite aquilo que ainda não foi conseguido a 100 por cento, e está muito longe disso, que é, o Agrupamento não é nem pode ser acusado de ser virado para si próprio. O Agrupamento está aberto à comunidade, portanto, não pode fazer mais do que está a ser feito, porque o outro lado, não reage. Não há ação do outro lado, nem reação. Nós fazemos uma coisa e a outra pessoa reage, por reação e não por ação, mas aqui, nada, zero. Mas tem tentado, através das parcerias com a Autarquia, com a Junta de Freguesia desenvolver o contacto com a sociedade, com os pais, com os alunos, abrindo-se à comunidade, mostrando, permitindo o conhecimento, o investimento... Não há ninguém que venha aqui dizer que desconhece como é que funciona, o que é que há e o que é que não há. Eu não conheço que ninguém que estava na Associação... se eu quisesse saber alguma coisa, eu tinha as informações, podiam ser mais rápidas ou mais lentas, mas hão de chegar. É um meio aberto, está virado, ninguém está a ocultar nada a ninguém. E as parcerias com a Autarquia permite o quê? Desenvolvimento de atividades, dar conhecimento, a publicidade, a ajuda nessa questão relacionada com os alunos mais prejudicados, com deficiências económicas e por isso tudo, portanto, com esses problemas, permite controlar, ou sinalizar... eu não gosto de controlar, porque controlar parece que é assim um bocado... um termo muito mau, muito pejorativo, mas sinalizar algumas situações que merecem algum cuidado, porque, às vezes, a Autarquia não conhece, nem a Junta de Freguesia, se não lhe chegar essa informação. Mas quem está aqui com eles não sei quantas horas por dia consegue ver se existe algum problema e sinalizar e mostrar e ajudar a resolver os problemas. Claro que não depende deles, diretamente, mas podem dizer “Vejam lá, passam-se estes problemas. O que é que se pode fazer para solucionar?”. E depois permite o quê? O acompanhamento, não só recíproco da Autarquia e da Junta, mas de nós também e das outras entidades, no sentido de uma colaboração em termos de realização de algumas tarefas, da comunicação, da própria educação, da relação educação em casa e formação na escola. Portanto, permite-nos isso... e Montemor é uma cidade grande, não é assim tão grande, mas tem muita interação em relação a... não só quem diz, em relação com a Câmara, com a Junta, também diz com as outras forças políticas. Portanto, há uma preocupação em saber o que é que se passa e como é que se há de resolver. Eu acho que é sempre positivo e o proveito que o Agrupamento tira, na nossa opinião,

em relação a essa relação com as outras entidades é a possibilidade de demonstrar que está cá, não é, está aberto, virado para a comunidade, aceitando as críticas e tentando resolver os problemas e também a sua forma de publicidade do sucesso escolar e que a escola é uma coisa boa, não é? Também existem problemas de insucesso escolar, como em qualquer outra escola, mas o rácio aqui... se calhar, esta tem melhor aproveitamento que muitas outras, o que é sempre bom e essas parcerias, porque existem vários projetos... ah, alguns poderão ser aplicados, outros são um bocadinho *nonsense*, como se costuma dizer, porque, na nossa opinião, não têm viabilidade nenhuma nem forma de aplicação neste futuro imediato, quem sabe daqui a seis ou sete anos, talvez, mas agora dentro de um ou dois anos é manifestamente impossível, porque não há condições para isso, não se fazem casas pelo telhado, mas isto é um parêntesis, mas tem essa possibilidade de permitir que o próprio Agrupamento cresça e que os próprios alunos que cá estão tenham um determinado acompanhamento, que só não é mais premente por culpa, ou dos alunos porque não querem participar, ou acima de tudo, dos pais deles que, desculpe a expressão, estão-se a borrifar para o que se passa com os filhos, não é? Acho que são esses os maiores problemas e os *handicaps* que podem surgir. De resto, acho que está a correr bem.

**E:** E sugestões de melhoria para o futuro em termos destas parcerias?

**APE:** Sugestão de melhoria para o futuro: primeiro, acho que as regras de comunicação têm que ser um bocadinho alteradas. O que é que eu quero dizer com isto? Nós vivemos no imediato... ah, nós, como pais, como Associação de Pais, como educandos, como docentes, como Diretores, seja quem for, vivemos no imediato. Os nossos projetos do futuro são sempre para amanhã. Nós passamos muito depressa pelas coisas. O que acontece é que existe muita dificuldade de comunicação ainda, é um dos problemas que nós temos sentido... primeiro que haja uma resposta a alguma coisa, tirando algumas pressões que se vão fazendo, ou porque... mas, na generalidade, não estou a apontar o dedo diretamente a ninguém, isto tanto pode ser do nosso lado, como do lado da Autarquia, como do lado do Agrupamento, seja de quem for, às vezes, há uma certa dificuldade acentuada de comunicação. Há ainda, apesar destas melhorias, deste ... como é que hei de dizer, deste mexer “Atenção, que agora as coisas são diferentes.”, ainda há uma certa relutância de algumas entidades de perceber que... a função da Associação e a forma de interação. Parece que há ali anticorpos... não estavam habituados a esta forma de funcionamento e o que eu pretendia, eu e acho que é sintomático das outras entidades, é que isto flua à velocidade da fibra, já não é ADSL, nem é um modem de 36k nem 16k, já temos ligações 1Gb, como diz o outro, acho que era assim que devia fluir. E no dia que isto acontecer, não digo a 100 por cento, mas a 60 ou 70 por cento, temos, se calhar, muito

mais capacidade de dar resposta a todo o tipo de problemas, de uma interação muito melhor, de forma muito mais agradável e, acima de tudo, muito mais coordenada, porque, às vezes, nós temos uma coisa aqui para fazer ali, mas quando recebe a resposta do outro lado, já passaram os *timings* todos, portanto, já não dá para fazer nada, não é? Já se perdeu aquilo que se tinha para fazer. Passa um bocadinho por aqui, andamos aqui a apalpar terreno ainda e acho que as interações, às vezes, ainda que eu não queira acreditar nisto, há pessoas que confundem os órgãos a que pertencem com as outras pessoas dos outros órgãos, ou seja, o que é que quero dizer, podem gostar ou não gostar das pessoas e depois confundem um bocadinho o gosto pessoal com a competência das pessoas. Às vezes, também parece que há uma certa politização do relacionamento, o que não deveria de existir. Isto é aqui uma opinião minha, de algumas coisas que eu tenho observado, mas não é isto que vai definir de todo, o relacionamento entre as diversas entidades. Acho é que devia de haver um canal mais rápido de comunicação, de forma a resolver mais rapidamente alguns problemas e, acima de tudo, olharem para todos como parceiros, não como inimigos.

**E:** Às vezes, há aquela ideia que a Associação de Pais quer intrometer-se...

**APE:** Nós não queremos intrometer-nos com a vida de ninguém. A nossa intromissão que pode surgir e pode desagradar, eu remeto para o início da conversa, não é uma associação de bailes. Não estavam habituados, quem diz... não estou que é o Agrupamento ou é a Junta ou a Câmara, não estou a apontar o dedo diretamente a ninguém. Não estavam habituados que houvesse uma entidade que reclamasse, mas isto faz parte. Claro que, desde que seja feito com pés e cabeça, com coerência, que seja uma crítica construtiva, não destrutiva, só porque nos apetece. Portanto, tem que haver um certo sentido de responsabilidade naquilo que se está a dizer, mas não estavam habituados a que isso sucedesse. E agora... por isso é que são esses tais anticorpos: “Agora estes vêm criticar isto, aquilo ou aqueloutro, isto não é bem assim.” Nós estamos cá para defender os interesses de umas determinadas pessoas, que são os alunos, que por acaso, são nossos, nossos no sentido geral, nossos filhos. Eu estou cá porque tenho cá filhos também e é uma forma de contribuir para melhorar a vida deles, se calhar, um bocadinho egoísmo da minha parte, e se melhorar a dos outros todos, tanto melhor. Mas passa um bocadinho por aqui. Ao menos posso dizer “Olha, tentei! Não critiquei só, e fui lá tentar resolver.”. Pode correr bem, pode correr mal, mas, pelo menos, tenho a consciência tranquila, eu e os outros membros da Associação, que fizemos o que estava ao nosso alcance e que lutámos pela defesa de um determinado tipo de ideias e que demos a cara por isso e gostámos e fizemos. Pronto, podemos conseguir, podemos não conseguir, mas não estamos sentadinhos



na cadeira, o que acontece muitas vezes, a apontar o dedo a este e ao outro e depois na hora do aperto, ninguém faz nada. Aqui funciona um bocadinho diferente. Ah, e depois há esses anticorpos, facilmente ultrapassáveis, mas que não estavam habituados. É um processo gradual, ainda anos veem um bocadinho à margem, ainda que nós tenhamos mais interação e muitas reuniões e muitas participações, ainda há uma certa forma de olhar soslaio para com a Associação de Pais, seja esta ou qualquer outra. Que não seja uma Associação de Pais de baile, a partir daí não há problema nenhum, mas quando há assim mais alguma crítica que não estavam habituados, é porque não estavam à espera ou porque não tinham conhecimento, porque se não lhes chega esta informação, eles também não sabem... as informações que nos chegam e que nunca lhes foi oportunamente comunicado e nós agora comunicamos. Porque é que não foi comunicado? Isso são contas de outro rosário. Se calhar, vai na sequência de muitos pais não se sentirem confortáveis com determinado tipo de membros porque não conseguiam...pelo menos foi a informação que nos foi dada. Eu nunca conseguiria ir dizer à Associação de Pais quando é constituída por professores. Então ia dizer ao professor para dizer mal de outro professor? Ou vou queixar-me de um professor que é colega daquele professor? Ou se calhar até o marido ou a mulher daquele professor? Não tem sentido nenhum. Isto é um processo evolutivo, vai demorar o seu tempo, mas quero acreditar que isto há de correr bem.

**E:** Muito obrigada pela sua colaboração.

Apêndice 24 – Grelha de Categorização utilizada na  
análise de conteúdo

-

CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS	DESCRITORES	
1. Perfil do entrevistado	1.1. Idade	Faixa etária 18-30	
		Faixa etária 30-40	
		Faixa etária 40-50	
		Faixa etária 50-60	
		Faixa etária 60-70	
	1.2. Formação inicial	Ensino secundário	
		Licenciatura	Docência
			Outras áreas
	1.3. Formação contínua	Pós-graduação	Administração escolar
			NEE
			Terapia familiar
			Outras
		Nenhuma	
	1.4. Tempo de serviço	20-25 anos	
		25-30 anos	
		30-40 anos	
	1.5. Cargos desempenhados	Atualmente	Direção
			Conselho Geral
			Coordenação
			Vários cargos
		Anteriormente	Docente
			Coordenação
			Direção / gestão
Vários cargos			
Nenhum cargo relevante			
1.6. Percurso profissional	Estabilidade / satisfação		
	Alguma instabilidade		
	Participação cívica		

2. Participação / envolvimento da comunidade educativa nas atividades do Agrupamento de Escolas	2.1. Abertura da comunidade para participar na “vida” do Agrupamento	Perceção positiva	Perceção geral
			Perceção institucional: CMMN Junta de Freguesia Associação de Pais/EE Associações de MN Associações exteriores a MN
		Perceção menos positiva	Perceção geral
			Perceção institucional
	2.2. Preocupação do Agrupamento no envolvimento dos parceiros	Abertura natural do Agrupamento	
		Abertura forçada do Agrupamento	
	2.3. Ações levadas a cabo pelo Agrupamento para promover o envolvimento dos parceiros	Comunicação / divulgação à comunidade	
		Proximidade com a comunidade/parceiros	
		Recetividade do Agrupamento	
		Fraco envolvimento	Parceiros – Ass. Pais Agrupamento
		Inexistência de uma estratégia concertada	
	2.4. Razões que determinam a participação da comunidade	Motivação dos alunos	
		Oportunidade de experiências / conhecimento	
		Busca dos interesses dos alunos	
		Envolvimento dos alunos	
		Necessidade de recursos humanos e materiais	
Necessidade de interação entre os diferentes elementos da sociedade			
2.5. Avaliação da participação da comunidade	Genericamente	Positiva	
		Instituições com participação mais	

			significativa
			Fatores condicionantes
			Dificuldades / obstáculos
		Após a constituição do Agrupamento (2013)	Maior abertura
			Melhor comunicação
			Melhor articulação entre ciclos
			Reforço das parcerias
			Aspetos que se mantiveram
		Importância das lideranças	
		3. Parcerias estabelecidas	3.1. Áreas das parcerias
Artes			
Desporto			
Ciência			
Cultura			
Desporto			
Formação			
Ecologia / ambiente			
História / património			
Inclusão			
Leitura			
Matemática			
Ocupação de tempos livres			
Saúde			
Segurança			
Sucesso educativo			
Voluntariado			
Várias áreas			
3.2. Objetivos das entidades em estabelecer parcerias com o Agrupamento	Divulgação das atividades		
	Captação de público		
	Busca de interesses		
	Reconhecimento do trabalho		

		desenvolvido
		Formação de cidadãos ativos
		Intervenção / participação com vista à melhoria da educação
	3.3. Objetivos do Agrupamento em estabelecer parcerias com as entidades	Novas experiências oportunidades
		Motivação
		Aquisição/consolidação de conhecimento
		Complemento à ação educativa
		Sucesso educativo/melhoria do ensino
		Cidadania ativa
		Inclusão social
		Garantir a escolaridade/formação
		Divulgação da escola
		Dar apoio/resposta a necessidades/questões legais do AEMN
		3.4. Iniciativa no estabelecimento das parcerias
	Parceiros	
	Ambos	
	3.5. Perceção dos impactos das parcerias	Perceção positiva geral
		Motivação para a aprendizagem
		Maior grau de autonomia
		Envolvimento da comunidade na vida escolar
		Conhecimento / aprendizagem/competências
		Valorização dos alunos
		Satisfação / bem-estar dos alunos
		Melhoria dos resultados escolares
		Melhoria de comportamento social
		Igualdade de oportunidades
		Redução do abandono escolar / absentismo
		Integração na sociedade/mundo do trabalho
	Dar visibilidade às atividades realizadas	

		Fixação de jovens/pessoas no concelho
		Dificuldade em medir/avaliar os impactos
	3.6. Importância das parcerias	Contribuição para a educação integral
		Contribuição para o desenvolvimento local
		Corresponsabilização coletiva pela educação
		Resposta/solução para necessidades educativas
	3.7. Obstáculos que se colocam ao estabelecimento de parcerias	Currículo extenso / exames nacionais
		Dimensão do Agrupamento / dificuldade de articulação
		Constrangimentos económicos
		Respostas limitadas
		Constrangimentos de calendário
		Falta de abertura da escola
	3.8. Aspetos a melhorar	Respostas limitadas
		Constrangimentos de calendário
		Falta de abertura da escola
		Comunicação
		Calendarização / planificação
		Articulação
Respostas para os alunos PIEF		

Apêndice 25 – Análise de conteúdo das entrevistas  
segundo as categorias e subcategorias definidas



CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS	PALAVRAS-CHAVE		UNIDADES DE REGISTO	U. REGISTO	U.ENUM.	
1.Perfil do entrevistado	1.1. Idade	Faixa etária 18-30		F1.1.	1	1	
		Faixa etária 30-40		K1.1.	1	1	
		Faixa etária 40-50		A1.1., G1.1., J1.1., L1.1., M1.1.	5	5	
		Faixa etária 50-60		C1.1., D1. 1., E1.1., H1.1.	4	4	
		Faixa etária 60-70		B1.1., I1.1.	2	2	
	1.2. Formação inicial	Ensino secundário		F1.2., J1.2.	2	2	
		Licenciatura	Docência	1º Ciclo do Ensino Básico	A1.2., B1.2.	2	2
				Outras áreas	C1.2., D.1.3., D1.4., E1.2., I1.2.	5	4
		Outras áreas		Psicologia	G1.2.	1	1
				Serviço Social	H1.2.	1	1
				Direito	L1.2, M1.2.	2	2
				Design, Comunicação e Tecnologias Gráficas	K1.2.	1	1

	1.3. Formação contínua	Pós-graduação	Administração escolar	A2.3., D1.20.	2	2	
			Necessidades Educativas Especiais	B1.3.	1	1	
			Terapia Familiar	G1.4., H1.4.	2	2	
			Outras áreas	D1.21., G1.6., H1.3., K1.3.	4	4	
		Nenhuma	B1.15., C1.15., E1.16.	4	4		
	1.4. Tempo de serviço	20 -25 anos		A1.20.	1	1	
		25 – 30 anos		C1.10., D1.18., E1.6.	3	3	
		30 - 40 anos		B1.9.	1	1	
	1.5. Cargos desempenhados	Atualmente	Direção da instituição		A1.19., D1.16., G1.7, H2.4., I1.7., M.1.1.	6	6
			Conselho Geral		E1.5.	1	1
			Coordenação		B1.14., C1.12.	2	2
			Política		K.1.1., L.1.1.	2	2
			Proprietária/sócia de empresa		J.1.1.	1	1
			Estudante		F.1.1.	1	1
			Vários cargos / funções		L1.3., L1.4., L1.5., L1.6., L1.7., L1.8., L1.9., L1.10. L1.13., L1.14.	10	1
Anteriormente		Docente		A1.18., E1.3.	2	2	
		Coordenação		A1.26., A1.27., B1.13., C1.13., E1.4.	5	4	

		Direção / Gestão	D1.10., H1.7., H2.1., H2.2., H2.3., H2.5., H2.7.	7	2
		Vários cargos	A1.23., A1.24., A1.28., A2.1., A2.2.	5	1
		Política	L2.8.	1	1
		Associação de Estudantes	F1.15.	1	1
		Advocacia	M1.2.	1	1
		Costureira	J1.7.	1	1
		Nenhum cargo relevante	B1.11.	1	1
	1.5. Percurso profissional e cívico	Estabilidade / satisfação	A1.3., A1.5., A1.6., A1.7., A1.8., A1.9., A1.10., A1.11., A1.12., A1.13., A1.14., A1.15., A1.21., B1.4., B1.5., B1.6., B1.7., B1.8., B1.10., C1.3., C1.4., C1.5., C1.6., C1.7., C1.8., C1.9., E1.7., E1.8., E1.9., E1.10., E1.11., E1.12., E1.13., E1.14., H1.5., H1.6., I1.3., I1.4., I1.5., I1.6.	40	6
		Alguma instabilidade / Mudança de área	B1.4., B1.5., B1.6., B1.7., B1.8., B1.10., D1.2., D1.5., D1.6., D1.7., D1.8., D1.9., D1.11., D1.12., D1.13., D1.14., D1.15., D1.17., F1.3., F1.4., F1.5., F1.6., F1.7., F1.8., F1.9., F1.10., F1.11., F1.12., F1.13.,	51	6

				F1.15., F1.16., F1.17., J1.3., J1.4., J1.5., J1.6., J1.7., J1.8., J1.9., J1.10., J1.11., J1.12., J1.13., K1.4., K1.5., K1.6., K1.7., M1.3., M1.4., M1.5.		
		Participação cívica		L1.11., L1.12., L1.15, L1.16., L1.17., L2.1., L2.2., L2.3., L2.4., L2.5., L2.6., L2.7., L2.8.	12	1
2. Participação / envolvimento da comunidade educativa nas atividades do Agrupamento de Escolas	2.1. Abertura da comunidade para participar na “vida” do Agrupamento	Perceção positiva	Perceção geral	A2.4., A2.6., A2.11., A2.13., A2.14., A4.6., A4.7., A6.4., A6.16., D2.1., D2.5., D2.6., D3.9., D4.1., H3.1., H3.2., H3.3., H3.4., H3.5., H3.6., K1.13., K1.14., K1.15, K1.16., K1.17.	25	4
			Perceção institu- cional	CMMN	A2.7., A2.8., A6.12., A6.13., A6.14., A9.19., C2.1., H3.8., K1.8., K1.10., K1.11., K1.12.	13
		Junta de Freguesia		A6.15., L2.9., L2.10., L2.11., L7.2., L7.3., L7.4.	7	2
		Associação de Pais/EE		A2.15., B2.1., B2.5.	3	3

				Instituições de Montemor-o-Novo Cerci (CAO, CAFAP, Intervenção Precoce)	H3.7., H4.1., H4.3., H7.5., H8.1., H8.2., H12.9., H13.1., H13.2., H13.3., H13.4., H13.5., H13.6., H14.1., I1.8., I1.9., I1.10.	17	2	
				Instituições exteriores a Montemor-o-Novo	C2.3., D4.5., D4.6.	3	2	
		Perceção menos positiva	Perceção geral		D4.2., D4.3., D4.7., D4.8., D4.10., D4.11.	6	1	
			Perceção institucional	Associação de Pais / EE	D2.2., D2.3., D2.4.	3	1	
		2.2. Preocupação do Agrupamento no envolvimento dos parceiros	Abertura natural do Agrupamento			A2.5., A2.12., A2.16., A3.10., A3.11., A4.3., A4.4., A4.5., A6.8., A6.9., A6.11., A11.2., A11.4., A11.5., B2.2., B2.7., C.9.14., E2.28., E2.30., E2.31., E2.32., E3.6., E3.7., E3.12., E.3.13., E3.14., E3.15., E3.16., F5.9.	30	5
			Abertura forçada do Agrupamento			G9.5., G9.6., G9.7.,	3	1

2.3. Ações levadas a cabo pelo Agrupamento para promover o envolvimento dos parceiros	Comunicação / divulgação à comunidade		A3.13, A3.15., A3.16., C3.14., C3.15., F4.11., G6.1.	7	4	
	Proximidade com a comunidade/parceiros		A3.12., A3.14., B2.26., C4.8., C4.9. C4.20., D2.22., D2.23, D2.26., D2.27., D2.28., H10.1., H10.2., H10.3., H10.4., H10.5., H10.6., K3.13., K3.14., L6.5., L6.6., L6.7., L6.8., L6.9. L6.13.	25	7	
	Recetividade do Agrupamento		A3.17., A3.18., B2.18., B2.24., D2.24., E2.16., E2.17., E2.18., E2.19., E2.33. K4.1.	11	5	
	Fraco envolvimento	Parceiros – Ass. Pais	E3.1., E3.2., E3.3., E3.4. E3.5.	5	1	
		Agrupamento	J3.5., J3.6., J3.7., J3.8., J3.9.	5	1	
	Inexistência de estratégia concertada		G6.2., G6.3., G6.4.	3	1	
	2.4. Razões que determinam a participação da comunidade	Motivação dos alunos		A3.19.	1	1
		Oportunidade de experiências / conhecimento		A3.20., A3.21.	2	1
		Busca dos interesses dos alunos		A3.6., A3.22., A3.23. A3.3., A4.1., A4.2., A5.4., A8.8.,	8	1
		Envolvimento dos alunos		D3.6., D3.10	2	1

		Necessidade de recursos humanos e materiais		D2.14., D3.7., D3.8., M6.1., M6.2., M6.3. M6.4. M6.5.	8	2
		Necessidade de interação (entre os diferentes elementos da sociedade)		B2.20., B3.28., C3.16., D3.4., D3.5., D3.16., E2.26, E2.27.	8	4
		Outras razões		B2.19., C3.17., C3.18., C3.19., C3.20., C4.11., C4.12.	7	2
	2.5. Avaliação da participação da comunidade	2.5.1. Genericamente	Positiva	A2.22., A3.8., A3.9., A4.8., A4.11., A5.9. A7.1., A7.2., A7.3., A7.4., A7.5. B2.11., B3.1., B3.27., C2.10., C2.16, C3.8., C4.2., C4.3., C4.4., C4.5., C4.6., C4.7., C6.11., D3.1., D3.12., D4.4., E1.17., E1.18., E2.20., E2.21., E2.23, E2.24., E2.25., E3.11., F1.18., F1.19., F2.5.,F2.6., F2.7., F2.8., F2.9., F2.10., F2.11., F2.12., F2.13., F2.14., F2.18., F2.19., F2.20., F2.21., F2.22., F3.1., F3.2., F5.14., F5.15., F5.16., F5.17. F5.18., F5.19., F5.20. G2.10., G2.11., G2.12. G2.13., G2.14., G2.15., G2.16., G2.17.,	124	13

				G2.18., G2.19., G2.20. G2.21., G3.1., G3.2., G3.3., G3.4., G3.5., G3.6., G4.1., G4.2., G4.5. H4.2., H5.2., H5.3., H6.1., H6.2., H6.3., H6.4. H6.5., H6.6., H6.7., H6.9. H6.10., H7.1., H7.2., H9.1., H9.2., H9.5., H11.1., I3.7., I5.8., I6.1., I6.2., J1.14., J1.15, J1.16., K3.5., K4.8., K4.9., K4.10., L5.4., M2.7., M2.8., M2.9., M2.10., M2.11., M2.12., M2.13., M2.14., M3.8., M3.10., M3.11., L8.2.		
			Instituições com uma participação mais significativa	B2.25., B3., 12., B3.14., B3.15., D2.7., D2.8., D2.9., E3.8., E3.9., E3.10., G4.3., G4.4., M2.15., M2.16., M2.17.	15	5
			Fatores condicionantes	B2.13., B2.14., B2.15., B2.17., B2.21., B2.23., B2.27., E2.1., F2.1., F2.2. F2.3., F2.4., F3.3., G2.3., G2.4., G2.5., G2.6., I7.4., I7.5. I7.6., I7.7.	21	5
			Dificuldades / obstáculos	B3.2., B3.13., C3.9., C3.10., C3.11., C3.12. C3.13., C8.8., C8.9.,	50	10



				D3.2., D3.3., E2.2., E2.3., E2.4., F1.20., F5.13., G1.8., G2.1., G2.2., G2.7., G2.8., G2.9., G5.1., G5.2., H9.3., H9.4., I5.9. I5.10., J1.17., J1.18, J1.19, J2.1., J2.2., J2.3., J2.4., J2.5, J2.6., J2.7., J2.8., J2.9., J3.1., J3.2., J3.3., J4.2., J4.3., J4.4., J4.5., J4.6., M3.7., M3.9., L8.1., L8.3., M4.3., M4.4., M4.5., M4.6., M4.7., M4.8.		
		2.5.2. A partir da constituição do Agrupamento, em 2013	Maior abertura	A2.17., A2.19., A2.20., A2.21., A2.23., A2.24., A2.25., C9.16., C9.17., C9.18., C10.1., E6.2., M4.1., M5.1., M7.1.	15	4
	Melhor comunicação		D8.8., L8.5.	2	2	
	Melhor articulação		A2.18., D8.7., L7.19., L8.4.	4	3	
	Reforço das parcerias		D7.4., D7.5., D8.3., D8.4., D8.5., D8.6., F6.6.	7	2	
	Aspetos que se mantiveram		C9.15., E5.22., E5.23., E6.1, H14.2., H14.3., H14.4.	7	3	
	Importância das lideranças		L6.10., L6.11., L6.12	3	1	

3. Parcerias estabelecidas	3.1. Áreas das parcerias	Apoio técnico, logístico, financeiro	A11.11., A11.12., C2.4., C2.5., C2.6., C2.7., C2.8., D2.11., D2.12., E2.10., E6.8., E6.9., E6.10., E6.14., K2.5., K2.6., K3.6., K3.7., K3.8., K3.9., K3.10., K5.3., K5.5., K5.12., K5.13., K6.1., K6.2., L2.12., L2.13., L3.5., L3.6., L3.7., L3.8., L3.9., L3.10., L3.11., L3.12., L3.13., L3.14., L3.16., L3.17.	41	6
		Artes	A3.4., A4.9., A4.10., A6.5., A6.6., A6.7., B2.3., B2.9., C2.11., C2.12., C2.13., C2.14., C2.15., C2.17., C2.18., C3.3., C3.4., C3.5., D2.13., D2.15., D2.16., D4.19., E2.22., E6.17., F5.1., F5.2., F5.3., I2.22., I2.23., I2.24., I2.25., I2.26., I2.27., I2.28., I3.8., I3.9.	36	7
		Ciência	A3.5., A4.14., A7.12., I3.5., I3.6.	5	2
		Cultura	C2.20., D2.10., K2.4., K2.10.	4	3
		Desporto	C2.19., D5.3., F5.3., K2.2., K2.7., K2.8., K2.9., K5.6., K5.11.	9	4

		Ecologia / ambiente	B2.10., B2.16., B2.17., B3.21., F2.16., L7.14.	6	3
		Formação / educação	A5.6., C2.21., C7.13., C7.14., D2.17., D2.18., D4.20., E2.29., I2.17., I2.18., I2.19., I2.20., I5.7., K6.10., L7.12., L7.13.	16	7
		História / património / cidadania	A5.5., A5.10., A6.10., K5.2., K6.3., K6.4., L3.18., L4.2., L4.3., L4.4., L4.5., L4.6., L4.7., L4.8., L4.9., L4.10., L4.11., L4.12.	18	3
		Inclusão	C3.6., C3.7., D2.19. D2.20., D7.6., D7.7., D7.10., E2.9., E6.5., E6.6., E6.7., G1.10., G1.11., G1.12., G1.13., H4.5., H4.6., H4.7., H4.8., H4.9., H4.10., H4.11., H4.12., H4.13., H4.14., H7.3., H7.4., I2.1., I2.2., I2.16., I3.12., J2.12	33	7
		Leitura	D4.21., D4.27., D4.28., I2.3., I2.4., I2.5., I2.6., I2.7., I2.8., I2.9., I2.10., I2.11., I2.12., I2.14., I2.15., I6.3., I7.1., I7.2.	19	2
		Matemática	I3.2., I3.3., I3.4.	3	1
		Ocupação de tempos livres	A6.3., C6.1., C6.2., C6.3.,	15	3

			C6.4., C6.5., C6.6., C6.7., C6.8., C6.9., K2.3., K3.1., K3.2., K3.3., K3.4.		
		Saúde	B2.8., C3.1., C3.2., E2.8., E6.3., E6.4.	6	3
		Segurança	B3.19., B3.20., C7.9., C7.10., C7.11., C7.12., E2.11., E6.15.	8	3
		Sucesso educativo (Projeto Comunidade empenhada na Promoção do Sucesso Escolar)	A4.13., A4.19., A4.20., A5.1., A5.2., A5.3., C2.9., D5.5., K5.7., K5.8., K5.9., K5.10., L7.1.,	13	5
		Voluntariado	E6.16., F2.15., F2.17.	3	2
		Várias áreas	A3.1., A3.2., A3.7., A7. 6., E2.15., F4.12., F4.13.,	7	3
	3.2. Objetivos das entidades em estabelecer parcerias com o Agrupamento	Divulgação das atividades/trabalho	A4.12., A9.10., B3.8., D5.16.	4	3
		Captação de público	B3.9., C4.16., C4.17., C7.1., D5.13.	5	3
		Busca de interesses	A9.16., B3.10., C4.14, C4.15., C4.18., C4.19., D3.11., E4.2., E4.3., E4.4. J2.13., J2.14.	12	6
		Reconhecimento / valorização do trabalho	A9.12., C7.2., C7.3.	3	2
		Formação de cidadãos ativos	A9.11., D5.15., E4.7., I8.1., K4.4., K4.5., K6.13.	7	5
		Intervenção / participação ativa com vista à melhoria da educação	A9.15., D5.14., G7.1., G7.2., I8.4., I8.5., I8.6., I8.3., I8.7., L7.8., M1.7., M2.3., M2.4., M2.5., M2.6., M3.1., M3.2.,	27	6

			M3.3., M3.5., M3.6., M7.2., M8.1., M8.2., M8.3., M8.4., M8.5., M14.8.		
	3.3. Objetivos do Agrupamento em estabelecer parcerias com as entidades	Novas experiências / oportunidades	A8.3., A8.7., A8.9., A8.10., A8.11., A8.13., A8.14., A9.4., A9.5., C5.13. E3.19., E3.22., E3.24., F4.7., F4.8., F4.9., F4.10.	17	4
		Motivação	A8.4., D4.25., D4.29., I10.1.	4	3
		Aquisição/consolidação de conhecimento	B2.16., B3.4., D4.22., D4.23., D4.24., F4.3. F4.4.	7	3
		Complemento à ação educativa	K4.6., M5.3., M5.4.	3	2
		Sucesso educativo/melhoria do ensino	A8.5., A8.6., C5.12., E3.17., E3.18., E4.1.	6	3
		Cidadania ativa	B3.3., B3.6., B3.11., F5.11.	4	2
		Inclusão social	D2.21., E3.25., E3.26., E3.27., E3.28., G9.2. G9.3., J4.8., J4.9.	9	4
		Garantir a escolaridade/formação	D4.14., G9.1.	2	2
		Divulgação da escola	C5.10., C5.11.	2	1
		Dar apoio/resposta a necessidades/questões legais do AEMN	C8.5., C8.6., C8.7., D3.13., G5.4., H5.1., H9.8., H9.9., H9.12., K3.11., K3.12., K4.7., L5.5., L5.6., L7.10., M5.2., M9.1.	17	7

	3.4. Iniciativa no estabelecimento das parcerias	AEMN	C7.5., D5.20., D6.3., E4.19., E4.8., E4.9., E4.10., E4.12., E4.13. I5.5., J2.10.	11	5
		Parceiros	B3.21., C4.10., C4.13., C7.4., C7.7., E4.14., E4.15., E4.17., E4.18., I5.1.	11	4
		Ambos	A9.17., D6.1., H12.1., H12.2., H12.3., H12.4.	6	3
	3.5. Percepção dos impactos das parcerias	Percepção positiva geral	A4.18., A9.14., B2.22., C6.12., E4.20., E4.24. E4.32., E5.1., E5.2., E5.6., F6.7., F6.8., F6.9., F6.10., F6.11., F6.16., F6.17. G9.8., G9.10., G10.2., H12. 5., H12.6., H12.7., H12.8., I8.11., I8.12., I10.4., I10.7., J6.1., K5.1., K6.11., M10.5., M11.2., M11.3.	34	11
		Motivação para a aprendizagem	A4.15., A4.16., A4.17., A9.2., I10.6.	5	2
		Maior grau de autonomia	A5.7.	1	1
		Envolvimento da comunidade na vida escolar	A5.8., D6.5., D6.6., D6.10., M10.6.	5	3
Conhecimento / aprendizagem/competências	A6.1., A6.2., A8.2., A10.7., D6.15., E4.26., E4.27., E4.28., E4.29., F6.14., F6.18., F6.19., G9.9., L9.1., L9.2., L9.12., L9.13., M11.4.,	18	7		

		Valorização dos alunos	A7.7., A7.8.	2	1
		Satisfação / bem-estar dos alunos	A7.9., A7.10., A7.11., A8.1., A9.13., F6.15., G10.1., L9.4., L9.5., L9.6., L9.7., L9.8.	12	4
		Melhoria dos resultados escolares	A9.3., A10.1., A10.2., A10.3., A10.4., A10.5., C9.12., C9.13., D5.6., D5.7., D5.8.	11	3
		Melhoria de comportamento social	D5.9., D5.10., D5.11., D5.12., J6.2.	5	2
		Igualdade de oportunidades	C6.10., K7.2., K7.3., K7.4., K7.5.	5	2
		Redução do abandono escolar / absentismo	C8.2., I8.9., I10.5.	3	2
		Integração na sociedade/mundo do trabalho	C8.3., C8.4., C9.12., C9.13., C8.10., D7.8., G10.3., G10.5., G10.6., I8.8., J6.3.	11	5
		Dar visibilidade às atividades realizadas	D6.4., D6.7., D6.8., D6.9., D6.11. D6.12., D6.13., D6.14., E4.25., I3.10., I3.11., I7.3., I7.8., I7.9.	14	3
		Fixação de jovens/pessoas no concelho	K6.12., K7.1., L9.14., L10.1., L10.2., L10.3., L10.4., L10.5.	8	2
		Dificuldade em medir/avaliar os impactos	C9.7., C9.8., C9.9., C10.3., I8.10., K6.9.	5	3
	3.6. Importância das parcerias	Contribuição para a educação integral	B3.24., B3.25., B4.2.	3	1
		Contribuição para o desenvolvimento local	K6.7.	1	1

		Corresponsabilização coletiva pela educação	B2.12., B3.23., K6.6., M13.4.	4	3
		Resposta/solução para necessidades educativas	D6.18., D6.20., D6.21., D6.22., D6.23., D6.24., D6.25., D6.26., D6.27., D7.1., D8.1., D8.2., F5.5., G10.8.	14	3
	3.7. Obstáculos que se colocam ao estabelecimento de parcerias	Currículos extensos / exames nacionais	A10.6., A10.8., A10.9., A10.10., A11.1., I10.8., I12.1.	7	2
		Dimensão dos Agrupamentos / dificuldade de articulação	B3.29., E6.11., E6.13.	3	2
		Constrangimentos económicos	C9.3., C9.4., C10.5., C10.6., I11.5.	4	2
		Respostas limitadas	C8.11., C9.1., C9.2., C9.5., C9.6., E6.12.	6	2
		Constrangimentos de calendário	C7.8.	1	1
		Falta de abertura da escola	I8.13.	1	1
	3.8. Aspetos a melhorar	Comunicação	A11.7., A11.8., A11.9., A11.10., C4.21., M13.10., M13.11., M14.1., M14.7.	9	3
		Calendarização / planificação	C4.22., C4.23., C5.1., C5.2., C5.3., C5.4., C5.5., C5.6., C5.7., G11.1., G11.2.	11	2
		Articulação	A11.6., E5.16., E5.17., E5.18., E5.19., J5.3., J6.8., J6.9., J6.10., J6.11., J7.1., J7.2., H15.2.	13	4
		Respostas para os alunos PIEF	D7.9., D7.11., D7.12.,	7	2



			D7.13., D7.14., G11.3., G11.4.		
		Tempo que os alunos passam na escola	K7.9., K7.10., K7.11., K8.1.	4	1
		Participação dos elementos da comunidade	M11.9., M11.10., M12.1., M12.2., M12.3., M12.4., M12.5., M12.6., M13.8., M13.9.	10	1
		Autonomia e verbas para as escolas	B4.3., C10.2.	2	2

### ENTREVISTADOS

A – Assessora do Pré-escolar e 1º Ciclo

B – Coordenadora de Estabelecimento (1º Ciclo)

C – Coordenador de Estabelecimento (2º e 3º Ciclos)

D – Diretora do Agrupamento

E – Presidente do Conselho Geral

F – Representante dos alunos

G – Diretor Técnico da Porta Mágica (casa de acolhimento residencial)

H – Diretora Técnica da Cercimor (cooperativa de educação e reabilitação)

I – Diretor Artístico do Espaço do Tempo (associação cultural)

J – Representante do atelier de costura (empresa)

K – Vereador da Educação

L – Presidente da União de Freguesias

M – Presidente da Associação de Pais e Encarregados de Educação

## Apêndice 26 – Parceiros do Agrupamento de Escolas de Montemor-o-Novo

PARCEIROS DO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE MONTEMOR-O-NOVO (AEMN)

PARCEIROS		CARACTERIZAÇÃO DAS PARCERIAS   TIPO DE COLABORAÇÃO COM O AEMN
Autarquia	Câmara Municipal de Montemor-o-Novo	<p>Cedência de informações/contactos</p> <p>Colaboração técnica regular</p> <p>Partilha / cedência de recursos físicos / financeiros</p> <p>Apoio técnico, logístico e financeiro</p> <p>Gestão conjunta de iniciativas, em que se destacam os seguintes projetos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- “À Descoberta das 4 Cidades”</li> <li>- “Comunidade empenhada na promoção do sucesso escolar”</li> <li>- “Apoio à prática desportiva”</li> <li>- “Programa das Bolsas de Estudo”</li> <li>- Atividades da Oficina da Criança: Projetos educativos anuais</li> <li>- Atividades do Centro Juvenil: Cinema de Animação – Festa Mundial da Animação</li> </ul>
	União de Freguesias de Nossa Senhora da Vila, nossa Senhora do Bispo e Silveiras	<p>Cedência de informações/contactos</p> <p>Partilha / cedência de recursos físicos / financeiros</p> <p>Apoio técnico, logístico e financeiro</p> <p>Gestão conjunta de iniciativas, em que se destacam as seguintes:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- “Projeto Lembrar Abril”</li> </ul>
	Junta de Freguesia de Cabrela	
	Junta de Freguesia de Cortiçadas de Lavre e Lavre	
	Junta de Freguesia de Foros de Vale Figueira	
	Junta de Freguesia do Ciborro	
	Junta de Freguesia de São Cristóvão	
	Junta de Freguesia de Santiago Escoural	

			- Apoio em diversas atividades: Dia da Criança, Dia da Alimentação, Semana Cultural, Desporto Escolar
<b>Associações</b>	Apoio Social	APPACDM de Évora /CRI - Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental	Cedência de informações/contactos Colaboração técnica regular Partilha / cedência de recursos físicos / financeiros Apoio técnico, logístico e financeiro Gestão conjunta de iniciativas
	Artística / Cultural	Espaço do Tempo	Gestão conjunta de iniciativas, em que se destacam as seguintes: - “Os Artistas vão ler à Escola” - “Semana da Leitura” - “Os Cientistas vão à Escola” - “A Escola é no Convento” - Colaboração com as turmas de artes visuais - Visitas de estudo ao Projeto <i>Expand</i>
		Ofício das Artes – Associação para o Ensino, Formação e Desenvolvimento de Atividades Artísticas	Colaboração técnica regular Partilha / cedência de recursos físicos / financeiros Gestão conjunta de iniciativas no âmbito das artes visuais
		Oficinas do Convento	
		Pelouro das Letras	Entidade responsável pelas Atividades Extracurriculares em parceria com a Porta Mágica
Desenvolvimento Integrado	Terras Dentro – Associação para o	Cedência de informações/contactos	

		Desenvolvimento Integrado	Partilha / cedência de recursos físicos / financeiros Gestão conjunta de iniciativas
	Desenvolvimento local	Marca - ADL	Gestão conjunta de iniciativas na área social, cultural, preservação ambiental e valorização do património natural e construído.
	Desportivas	ACM – Atlético Clube de Montemor-o-Novo	Cedência de informações/contactos Patilha / cedência de recursos físicos / financeiros Colaboração técnica regular Gestão conjunta de iniciativas no âmbito do Desporto Escolar e Estágios Profissionais
		Clube de Ténis de Montemor-o-Novo	
		Equimor	
		GUS – Grupo União Sport	
		Rugby Clube de Montemor-o-Novo	
		Centro Hípico D. Duarte	Protocolo para alunos com Plano Individual de Transição (PIT)
	Humanitária	Bombeiros Voluntários de Montemor-o-Novo	Cedência de informações/contactos Colaboração técnica pontual Gestão conjunta de iniciativas: ações pontuais; protocolo para alunos com Plano Individual de Transição (PIT) Utentes no Centro Qualifica

	Pais e Encarregados de Educação	Associações de Pais e Encarregados de Educação	<p>Cedência de informações/contactos</p> <p>Colaboração técnica pontual</p> <p>Partilha / cedência de recursos físicos / financeiros</p> <p>Gestão conjunta de iniciativas</p>
	Recreativas	Casa do Povo de Lavre	<p>Cedência de informações/contactos</p> <p>Colaboração técnica regular</p> <p>Gestão conjunta de iniciativas</p>
	Solidariedade de Social	Porta Mágica: Centro de Acolhimento Residencial - CARE	<p>Cedência de informações/contactos</p> <p>Colaboração técnica regular</p> <p>Partilha / cedência de recursos físicos / financeiros</p> <p>Apoio técnico, logístico e financeiro</p> <p>Gestão conjunta de iniciativas</p>
		Comunidade Sócio - Terapêutica Casa João Cidade	<p>Transporte de alunos com necessidades educativas</p>
<b>Cooperativas</b>	Celeiro das Artes – Cooperativa de Artesanato, C.R.L.		<p>Cedência de informações/contactos</p> <p>Partilha / cedência de recursos físicos / financeiros</p> <p>Gestão conjunta de iniciativas</p>
	Cercimor – Cooperativa de Educação e Reabilitação		<p>Cedência de informações/contactos</p> <p>Partilha / cedência de recursos físicos / financeiros</p> <p>Gestão conjunta de iniciativas, em que se destacam as seguintes:</p>

			<ul style="list-style-type: none"> <li>- Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental (CAFAP)</li> <li>- Intervenção Precoce (IP)</li> <li>- CAO (Centro de Atividades Ocupacionais)</li> </ul> <p>Cedência de informações/contactos</p> <p>Colaboração técnica regular</p> <p>Partilha / cedência de recursos físicos / financeiros</p> <p>Gestão conjunta de iniciativas</p>
	Cooperativa de Usuários do Freixo do Meio – Herdade do Freixo do Meio		
<b>Empresas</b>	Agricultura	Herdade do Casão	<p>Cedência de informações/contactos</p> <p>Partilha / cedência de recursos físicos / financeiros</p> <p>Gestão conjunta de iniciativas</p> <p>Protocolo para alunos com Programa Individual de Transição</p>
		Estufa Campo Alegre	
		Sociedade Agrícola Herdade do Carvalhoso	
	Atelier de Costura Criativa – Chá de Agulhas		
	Cabeleireiro Luchy		
	Contabilidade, Gestão e Seguros	António Jerónimo Batalha	
		José Porteiro Setúbal	
		Progesfor I, Lda	
		Tecnimor Conta, Lda	
	Ginásios	Up & Go	<p>Cedência de informações/contactos</p> <p>Partilha / cedência de recursos físicos / financeiros</p>
Lube			

<b>Empresas</b>			Gestão conjunta de iniciativas: protocolo para os alunos do ensino profissional e com Plano Individual de Transição
	Hotéis	Monte Alentejano	Cedência de informações/contactos Partilha / cedência de recursos físicos / financeiros Gestão conjunta de iniciativas: protocolo para os alunos do ensino profissional
		Casa do Lavre	
	Informática	Atis Informática	
		Ideafix	
		Informor	
		RJ Informática	
	Produtos alimentares	Serragel	
	Turismo	Centro Interpretativo do Escoural	
		Herdade da Ameira	
		Herdade da Glibaceira	
Herdade da Serrinha Agroturismo			
Sousa Cunhal Turismo, SA			
<b>Empresas</b> Viticultura e Vinicultura	Adega das Cortiçadas – S. Sebastião da Giesteira	Cedência de informações/contactos	
	Herdade da Cartuxa	Partilha / cedência de recursos	
	Herdade da Comenda Grande	físicos / financeiros	
	Herdade da Moita – Évora	Gestão conjunta de iniciativas: protocolo para os alunos do ensino profissional	
	Herdade do Freixo II – Redondo		



		Herdade do Menir – Couteiro Mor	
		Herdade S. Miguel – Redondo	
		L'and vineyards – Montemor-o-Novo	
		Monte da Ravasqueira – Arraiolos	
		Viveiros Plansel	
<b>Fundações</b>	Fundação Eugénio de Almeida		Gestão conjunta de iniciativas: sessões de formação e programas de voluntariado
<b>Serviços Públicos</b>	Biblioteca Municipal		Cedência de informações/contactos Colaboração técnica regular
	Centro de Saúde		Cedência de informações/contactos Colaboração técnica regular Gestão conjunta de iniciativas: Plano de Educação para a Saúde
	Guarda Nacional Republicana		Cedência de informações/contactos Colaboração técnica regular Gestão conjunta de iniciativas: Escola Segura
	Herdade da Mitra – Universidade de Évora		Cedência de informações/contactos Partilha / cedência de recursos físicos / financeiros Gestão conjunta de iniciativas: estágios profissionais
	IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional		

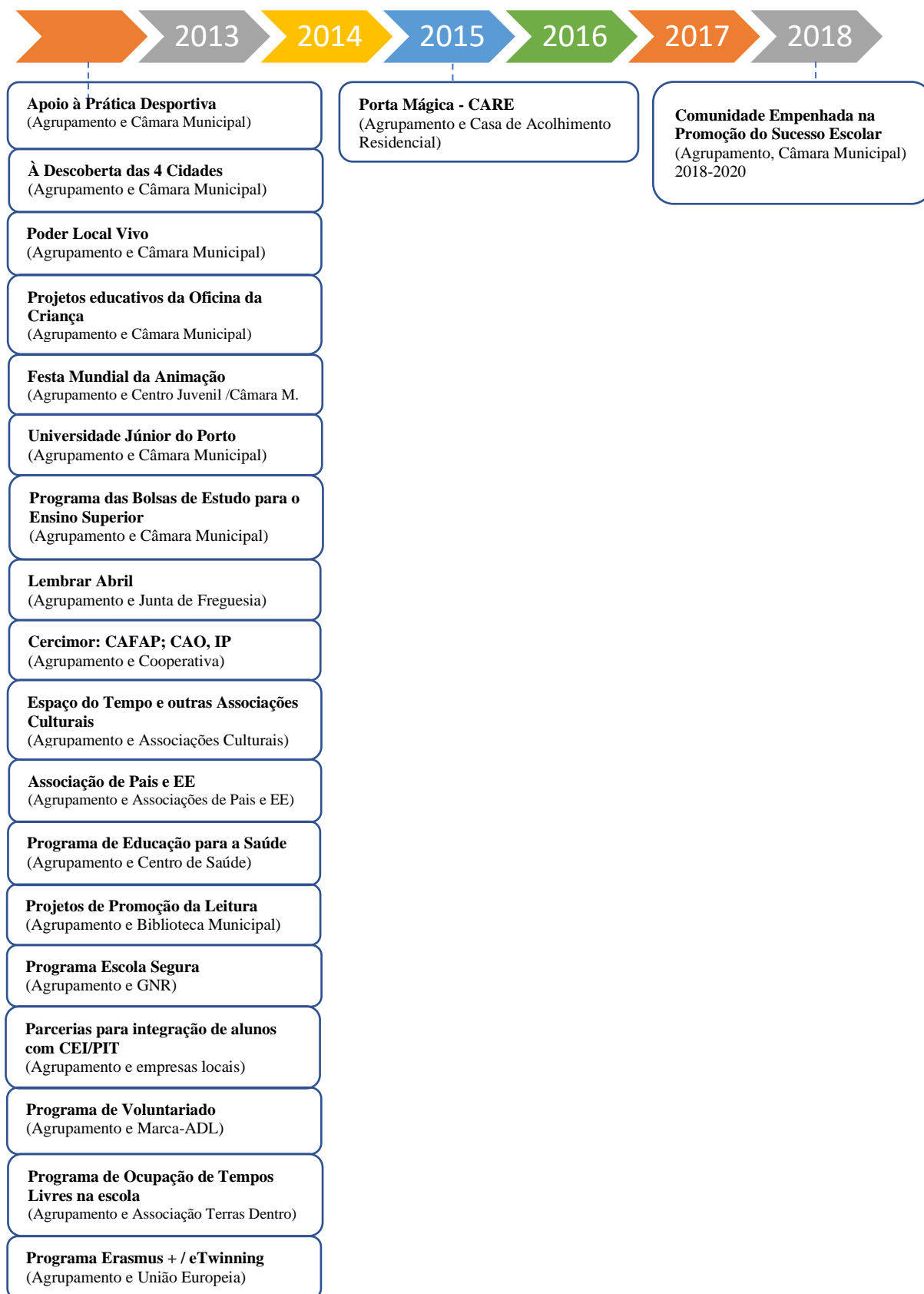
		Cedência de informações/contactos
	Santa Casa da Misericórdia de Montemor-o-Novo	Colaboração técnica regular Gestão conjunta de iniciativas
	Segurança Social	----- Núcleo local de inserção, rede social, alunos em risco

Fonte: Projeto Educativo do Agrupamento de Escolas de Montemor-o-Novo (2016-2018); informações fornecidas pela Diretora do Agrupamento de Escolas.

Apêndice 27 – Projetos educativos resultantes das parcerias estabelecidas pelo Agrupamento de Escolas de Montemor-o-Novo com as entidades parceiras, entre 2013 e 2018

PROJECTOS EDUCATIVOS | AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE MONTEMOR-O-NOVO E COMUNIDADE

2013-2018



## Apêndice 28 - Projeto 1. “À Descoberta das 4 Cidades”

<p><b>NOME DO PROJETO</b> “À Descoberta das 4 Cidades”</p>	<p><b>ENTIDADE PARCEIRA</b> Município de Montemor-o-Novo</p>
<p><b>CONTEXTUALIZAÇÃO</b></p> <p>O Projeto “À Descoberta das 4 Cidades” é um projeto interescolar e autárquico, que conta com vinte e quatro anos de existência. Visa a partilha de experiências entre os alunos do primeiro ciclo do ensino básico, de forma articulada entre as várias escolas que o integram, fomentando o conhecimento destas quatro regiões e tornando-se um forte elo de conhecimentos e amizades. Tem assumido, ano após ano, um caráter de investigação, indo à procura daquilo que é desconhecido em cada uma das cidades irmãs - Fundão, Marinha Grande, Montemor-o-Novo e Vila Real de Santo António - bem como da sua singularidade enquanto espaços diferenciados. Paralelamente, tem promovido a pesquisa de elementos capazes de unir aspetos gastronómicos, de lazer, de património, sem descorar os aspetos da natureza que rodeiam cada uma das cidades.</p>	
<p><b>OBJETIVOS</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Fomentar o conhecimento sobre as cidades geminadas, recorrendo a visitas de estudo, devidamente programadas.</li> <li>2. Fazer novos amigos e reforçar os laços de amizade e companheirismo já existentes.</li> <li>3. Promover intercâmbio escrito (suporte papel e informático) entre as escolas envolvidas neste projeto.</li> <li>4. Participar de forma ativa e criativa nas comemorações do aniversário das quatro cidades (11 de março) para que este dia seja uma afirmação da unidade em torno de um projeto coletivo, levado a cabo por escolas pertencentes a estas cidades geminadas e situadas, geograficamente, tão distantes.</li> <li>5. Contribuir para que as aprendizagens se façam de uma forma inclusiva, criativa e participativa, em que vários agentes intervenham na formação global de todos os alunos intervenientes.</li> </ol>	

## **INTERVENIENTES**

- Alunos do primeiro ciclo do ensino básico do concelho de Montemor-o-Novo, Marinha Grande, Fundão e Vila Real de Santo António e respetivos professores.

## **PROJETOS, AÇÕES E ATIVIDADES DESENVOLVIDOS**

- Visitas às cidades geminadas;
- Viagens de estudo a pontos de interesse das quatro cidades;
- Visitas de estudo às Juntas de Freguesia, às Câmaras Municipais, aos Governos Cívicos (agora extintos) e à Assembleia da República;
- Boletim informativo “O Caracol” - O boletim informativo do projeto “À Descoberta das 4 Cidades” (primeira edição em março 2000), produzido anualmente e do qual já foram realizadas 19 edições, é composto pelo programa alusivo às comemorações do 11 de março, o hino do Caracol, um texto de cada Presidente de Câmara e do coordenador do projeto. O restante conteúdo é desenvolvido pelas escolas.

Habitualmente, as escolas, no primeiro ano de projeto, optam por fazer uma breve apresentação da escola, da turma e do meio envolvente. Já no segundo e terceiro ano, os textos dos alunos falam da sua experiência no projeto, atividades desenvolvidas na escola, poesias, lendas, desenhos, fotografias, receitas, jogos.

- Publicação do livro “Cheiros e sabores das nossas terras” (2003-2004);
- Ação educativa “Património do nosso brincar” (2005-2007) - Uma viagem ao mundo dos brinquedos e jogos do tempo dos pais e avós. No âmbito desta ação resultou: uma exposição itinerante “Patrimónios do nosso brincar” reunindo a totalidade dos brinquedos recolhidos (cerca de 400) e folheto associado e, a partir de uma seleção de 24 brinquedos, uma exposição que esteve patente nos corredores da Assembleia da República; uma coleção de 24 postais “Patrimónios do nosso brincar”; o livro “Patrimónios do nosso brincar – brinquedos e jogos das 4 cidades”.
- Ação educativa “Lugares e datas com estórias (2007-2010) - desta ação resultou uma coleção de marcadores/separadores de livros “Personagens e datas com história” reunindo sete personagens e datas marcantes da história de cada município; uma coleção de oito *puzzles*, como dois dos mais significativos monumentos do Fundão, Marinha Grande, Montemor-o-Novo e Vila Real de Santo António.

- Ação educativa “Bicharada, Ervas & Companhia” – À descoberta da fauna e flora das 4 cidades (2010-2014) - desta ação resultou a produção do jogo da glória “Bicharada & Ervas das 4 Cidades”, concebido a partir de pesquisa recolhida pelos alunos, onde se propõe aos mais novos uma descoberta dos bichos e ervas das quatro Cidades; a produção do livro “Bicharada & Ervas das 4 Cidades”. Nesta edição propôs-se à comunidade educativa uma divertida descoberta da fauna e da flora característica das paisagens dos quatro concelhos.
  
- Ação educativa “De Boca a Orelha” – Contos, Lendas, Provérbios, Adivinhas, Lengalengas... À Descoberta do Património Oral das 4 Cidades (2014-2017) - no âmbito desta ação resultou: a produção do jogo da memória “Personagens e Objetos Mágicos dos Contos e Lendas”, tendo como ilustrações os desenhos elaborados pelos alunos; a produção do livro “De Boca a Orelha – 365 Tesouros do Património Oral das 4 Cidades”, com base nas recolhas efetuadas pelos alunos junto de familiares e da comunidade local.
  
- Ação educativa “Às Voltas com a Água” - À Descoberta dos Patrimónios da Água nas quatro Cidades (2017-2020) - proposta de produção de um jogo didático (ano letivo 2018/19) sobre os patrimónios da água de cada cidade e a produção de um livro/roteiro (ano letivo 2019/20) com enfoque na dimensão natural/imaterial e cultural/natural dos patrimónios ligados à água.



Apêndice 29 - Projeto 2. “Universidade Júnior do  
Porto”

<p><b>NOME DO PROJETO</b> “Universidade Júnior do Porto”</p>	<p><b>ENTIDADE PARCEIRA</b> Município de Montemor-o-Novo</p>
<p><b>CONTEXTUALIZAÇÃO</b> Desde o ano letivo 2008/2009 que o Município de Montemor-o-Novo tem o privilégio de convidar os alunos que frequentam o segundo e terceiro ciclos do ensino básico e o ensino secundário do Agrupamento de Escolas a participar na “Universidade Júnior”, organizada pela Universidade do Porto, durante uma semana. O programa da “Universidade Júnior do Porto” é o maior programa nacional de iniciação de jovens ao ambiente universitário e um exemplo de articulação entre o ensino superior e o ensino básico e secundário.</p>	
<p><b>OBJETIVOS</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Promover o gosto pelo conhecimento.</li> <li>2. Orientar os alunos na escolha vocacional para o seu percurso escolar.</li> </ol>	
<p><b>INTERVENIENTES</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Alunos do segundo e terceiro ciclos do ensino básico e do ensino secundário do Agrupamento de Escolas.</li> <li>- Professores e investigadores da Universidade do Porto.</li> </ul>	
<p><b>PROJETOS, ATIVIDADES E AÇÕES DESENVOLVIDOS</b></p> <p>O projeto abrange áreas tão diversificadas como as ciências, as tecnologias, as humanidades, as artes e o desporto, tentando apoiar o processo de escolha vocacional que os estudantes terão de fazer ao longo do seu percurso académico.</p> <p>Na Universidade Júnior do Porto, os estudantes têm a oportunidade de conhecer as catorze Faculdades da Universidade do Porto e vários centros de investigação, podendo aí desenvolver e trabalhar em pequenos projetos que os introduzirão ao trabalho académico.</p> <p>A Universidade Júnior do Porto procura que os jovens aprendam através de atividades lúdicas e didáticas. Os programas educativos são pensados e desenvolvidos por professores e investigadores da Universidade do Porto, sendo colocados em prática por estudantes de pré e pós-graduação, assim como por recém-licenciados, sob supervisão académica.</p>	

### **- Experimenta no Verão**

Destinado a alunos que frequentam o quinto e sexto anos do ensino básico, o programa tem a duração de uma semana e inclui cinco atividades de diferentes áreas. Existem seis programas diferentes à escolha:

- Experimenta no Verão 1 | Belas Artes, Biologia, Medicina Dentária, Desporto, História;
- Experimenta no Verão 2 | Belas Artes, Biologia, Arquitetura Paisagista, Filosofia, Matemática;
- Experimenta no Verão 3 | Belas Artes, Biologia, Geologia, Arquitetura, História;
- Experimenta no Verão 4 | Belas Artes, Química, Matemática, Microbiologia, Desporto;
- Experimenta no Verão 5 | Belas Artes, Astronomia, Geologia, História, Biologia;
- Experimenta no Verão 6 | Arquitetura, Biologia, Ecologia, Zoologia, História.

### **- Oficinas de Verão**

Este programa destina-se a alunos que se encontram no sétimo e oitavo anos do ensino básico, que ao longo de uma semana poderão participar em cinco atividades de diferentes áreas:

- Oficina de Verão 1 | Belas Artes, Biologia, Geologia, Desporto, História;
- Oficina de Verão 2 | Matemática, Engenharia, Património, Ambiente;
- Oficina de Verão 3 | Engenharia Informática, Biologia, Engenharia Geográfica, Filosofia;
- Oficina de Verão 4 | Biologia, Ambiente, Astronomia, Engenharia, Desporto;
- Oficina de Verão 5 | Desporto, Microbiologia, Engenharia, Matemática.

### **- Oficinas Temáticas**

Os alunos do sétimo e oitavo anos do ensino básico poderão usufruir deste programa que se direciona para temas mais específicos e em que as atividades poderão ter uma duração superior a um dia. Existem oito oficinas temáticas à escolha:

- Bioinvestigadores;
- CSI: Cidade Sob Investigação;
- Oficina da Biodiversidade;
- Oficina da Vida e da Saúde;
- Oficina de Artes: Jogo Animado;
- Oficina de Artes: Vidro;
- Oficina de Ciência;

- Oficina de Desporto;
- Oficina de Desporto: Atletismo.

### **- Verão em Projeto**

Este programa, destinado a alunos do nono, décimo e décimo primeiro anos, inclui projetos em quase todas as áreas do conhecimento, desde as Engenharias às Ciências, das Letras à Psicologia, da Medicina às Ciências da Nutrição e da Alimentação, sem esquecer o Desporto, as Belas Artes, o Direito, a Economia, entre outras.

### **- Escola de Línguas**

Os alunos que se encontram a frequentar o segundo e o terceiro ciclos do ensino básico ou o décimo e décimo primeiro anos do ensino secundário, podem, durante duas semanas, aprender ou aperfeiçoar uma língua: alemão, espanhol, francês, inglês, línguas clássicas (latim e grego) e japonês (esta língua destina-se apenas para alunos que frequentem o nono, décimo ou décimo primeiro anos).

Apêndice 30 – Projeto 3. “Bolsas de Estudo para o  
Ensino Superior”

<p><b>NOME DO PROJETO</b></p> <p>“Bolsas de estudo para o Ensino Superior”</p>	<p><b>ENTIDADE PARCEIRA</b></p> <p>Câmara Municipal de Montemor-o-Novo</p>
<p><b>CONTEXTUALIZAÇÃO</b></p> <p>A Câmara Municipal de Montemor-o-Novo decidiu, desde o ano letivo 1988/1989, apoiar os alunos do Concelho no acesso ao ensino superior, com a atribuição de Bolsas de Estudo.</p>	
<p><b>OBJETIVOS</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Apoiar estudantes detentores de um percurso escolar de mérito e residentes no concelho de Montemor-o-Novo para que possam frequentar o ensino superior, contornando as dificuldades económicas demonstradas pelo seu agregado familiar, e visando contribuir para a redução das desigualdades sociais que impedem o acesso generalizado dos jovens ao ensino superior.</li> <li>2. Estimular o gosto dos jovens pelo estudo;</li> <li>3. Contribuir para o aumento da qualificação de recursos humanos no Concelho do Montemor-o-Novo, promovendo o desenvolvimento social, económico e cultural.</li> </ol>	
<p><b>INTERVENIENTES</b></p> <p>Alunos do Agrupamento de Escolas de Montemor-o-Novo que concluem o 12º ano de escolaridade e pretendem ingressar no Ensino Superior; Câmara Municipal de Montemor-o-Novo.</p>	
<p><b>PROJETOS, ATIVIDADES, AÇÕES DESENVOLVIDOS</b></p> <p>A Câmara Municipal de Montemor-o-Novo concede Bolsas de Estudo, com o quantitativo mensal variável, em função da pontuação atribuída a cada candidato.</p> <p>Segundo o <a href="#">Normativo de Concessão de Bolsas de Estudo para o Ensino Superior</a>, emitido pela Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, disponível na página web do Município, podem candidatar-se à atribuição das bolsas de estudo os estudantes que preencham, cumulativamente, as seguintes condições:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>a) Serem residentes no Concelho de Montemor-o-Novo há pelo menos dois anos;</li> </ol>	

b) Não serem titulares de grau académico igual ou superior àquele atribuído pelo ciclo de estudos em que se encontram inscritos;

c) Terem obtido aproveitamento escolar no ano anterior;

d) Estar matriculado e inscrito num curso em estabelecimento de ensino superior, no ano letivo para o qual a bolsa é requerida; deve estar inscrito num mínimo de 36 créditos, salvo no caso em que se encontre inscrito num número de créditos inferior por estar a concluir o curso;

e) Não possuir, por si só ou através do agregado familiar em que se integram, um rendimento mensal per capita igual ou superior ao valor da retribuição mínima mensal garantida a que se refere o nº 1 do artigo 273º do Código do Trabalho, aprovado pela Lei 7/2009, de 12 de fevereiro, na sua atual redação e cumulativamente pontuação igual ou superior a 12.

Desde o ano letivo 1988/1989 até ao ano letivo 2017/2018, foram atribuídas 747 Bolsas de Estudo, como se pode constatar no Anexo 1.

Apêndice 31 – Projeto 4. “Comunidade Empenhada na  
Promoção do Sucesso Escolar”



<p><b>NOME DO PROJETO</b></p> <p>“Comunidade Empenhada na Promoção do Sucesso Escolar”</p>	<p><b>ENTIDADE PARCEIRA</b></p> <p>Município de Montemor-o-Novo</p>
<p><b>CONTEXTUALIZAÇÃO</b></p> <p>Este projeto de investimento na educação, na formação e na formação profissional para aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida surgiu a partir da necessidade da redução e prevenção do abandono escolar precoce e da promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade, incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação.</p> <p>As atividades do projeto Comunidade Empenhada na Promoção do Sucesso Escolar, serão desenvolvidas por faixas etárias/graus de ensino. Este tipo de organização permite criar uma maior coerência, não só nos métodos aplicados nas novas aprendizagens, como na organização dos próprios grupos dentro das várias escolas que pretendemos envolver na intervenção e que constituem o Agrupamento de Montemor o Novo.</p> <p>Este investimento na dinamização de ações e avaliação do resultado do envolvimento, motivação e desempenho dos participantes, pretende gerar uma perceção positiva de pertença à comunidade que, para além de contribuir para a diminuição de 10% de taxa de insucesso e em 25% para a taxa de abandono, contribua também para a perceção positiva dos agentes, entidades envolvidas e poder político local.</p>	
<p><b>OBJETIVOS</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Promover o sucesso escolar de todos os alunos envolvidos.</li> <li>2. Assegurar o empoderamento das famílias através do empoderamento dos seus descendentes.</li> <li>3. Modificar a forma como os cidadãos constroem a sua identidade de lugar e sentimento de pertença</li> <li>4. Melhorar a qualidade do sentido crítico e o nível de participação com que os cidadãos se envolvem na construção de soluções para a comunidade.</li> <li>5. Criar uma dinâmica sociocultural mais consciente e mais construtiva que leve a uma maior permanência de jovens na região e a um investimento dos mesmos em soluções de desenvolvimento local e regional.</li> </ol>	

## **INTERVENIENTES**

Toda a Comunidade Educativa do Agrupamento de Escolas de Montemor-o-Novo.

## **PROJETOS, AÇÕES E ATIVIDADES DESENVOLVIDOS**

As atividades do projeto “Comunidade Empenhada na Promoção do Sucesso Escolar” são desenvolvidas por faixas etárias/ graus de ensino. Assim o primeiro grupo de ações dirige-se às crianças do Jardim-de-infância e 1º ciclo, referido como: Atividade 1 “Descobrir de que é feito o MEU universo de criança”. O segundo grupo de ações dirige-se às crianças em idade pré-adolescente dos 10 aos 13 anos, referido como Atividade 2 - Desvendar a aprendizagem.

O terceiro grupo de ações/ workshops dirige-se aos jovens dos 13 aos 18 anos, referido como Atividade 3 – Explorar o Meio que nos rodeia – obter aprendizagens significativas. O quarto grupo de workshops dirige-se aos jovens, suas famílias e técnicos, referido como Atividade 4 – Parentalidade Positiva. O quinto grupo de ações de divulgação e partilha de resultados numa plataforma – observatório, que se dirige a toda a comunidade educativa, referido como Atividade 5 – Vamos todos à escola. O sexto grupo de ações consiste na afetação de recursos à operação, referido como Atividade 6 – Coordenação, gestão e acompanhamento técnico da operação.

As ações podem decorrer fora do tempo letivo, dentro da escola, na sala de apoio às atividades ou mesmo na sala de aula, ou dentro do período letivo, em espaços da comunidade, tais como: Centro de animação socioeducativa – Oficina da Criança; Centro Juvenil, Biblioteca Municipal Almeida Faria, bibliotecas escolares, Parque Urbano, Gimnodesportivo, Piscinas Municipais, entre outros.

### **Atividade 1- “DESCOBRIR DE QUE É FEITO O MEU UNIVERSO DE CRIANÇA”**

Esta atividade pretende desenvolver nas crianças mecanismos para o autoconhecimento, munindo-as de competências de gestão emocional perante as experiências desenvolvimentais, conhecimento de si próprias e do meio em que vivem, a partir da concretização e realização de projetos nas áreas da expressão corporal cujo objetivo específico é reconhecer as partes do corpo, identificando a dinâmica do seu funcionamento. Na expressão plástica, o objetivo específico é explorar os sentidos: visão, audição, tato, cheiro e sabor, motivando-os para uma perceção holística de SER. Ainda os conteúdos das ciências, património, audiovisuais e outras do seu interesse, e aptidão, são explorados contribuindo assim para o enriquecimento curricular e para o sucesso educativo.

Ações e projetos que integram a Atividade 1:

- a) Pensar sons
- b) Cinema de animação
- c) Projeto Educativo “Água”
- d) Outras formas ler e Criação de universos portáteis
- e) Biblioteca em construção
- f) Psicomotricidade pela arte
- g) A Escola vai ao Museu
- h) Plano Desenvolvimento da Natação
- i) Plano Desenvolvimento da Educação Física
- j) Projeto Montemor ao Pormenor – a Arte dos Azulejos
- k) Projeto Plantar Provérbios
- l) Cerâmica
- m) Rede de Laboratórios de Ciência

### **Atividade 2 - DESVENDAR A APRENDIZAGEM**

O objetivo desta atividade passa por consciencializar os pré-adolescentes de que o conhecimento pode chegar de variadas formas, nomeadamente através de formas normalmente conotadas como lúdicas. Com estas ações os alunos poderão explorar e consolidar conceitos úteis para o autoconhecimento e construção do autoconceito e tirar maior partido, tanto das suas competências cognitivas como das aprendizagens efetuadas. Através de diferentes atividades terão oportunidade de explorar, aprender e utilizar conceitos como: audiovisuais – produções de materiais; desporto, nutrição e saúde – desenvolvimento da consciência do funcionamento do seu corpo, aprofundando os seus conhecimentos sobre a relação da nutrição com a saúde; literatura – desenvolvimento de novos hábitos literários; mundo sensorial: desenvolvimento e exploração do relacionamento dos seus sentidos versus corpo; mente e lógica: realização de experiências e desenvolvimento de ferramentas de aprendizagem na área das ciências naturais e exatas e neurociência, criando novas formas de resolução de problemas.

Ações e projetos que integram a Atividade 2:

- a) Plano Desenvolvimento de Xadrez
- b) Criação e Desenvolvimento de um Clube de Culinária – À Mesa não se brinca?!
- c) Ver para Crer
- d) Mapas de Leitura

- e) Exploradores Sonoros
- f) A Escola vai ao Museu
- g) Ginásio Mental
- h) Cinema de Animação

### **Atividade 3 – EXPLORAR O MEIO QUE NOS RODEIA – OBTER APRENDIZAGENS SIGNIFICATIVAS**

Esta atividade tem como objetivo colocar os jovens em contacto direto com as diferentes perspetivas do seu meio sociocultural, artístico e económico. Através de ações de sensibilização acerca do meio envolvente pretende-se promover o desenvolvimento pessoal e a motivação a partir de desafios mentais, desportos aeronáuticos, arte, atividades científicas, tecnologias tradicionais, construção sustentável, arqueologia, comunicação, trabalhos oficinais de várias áreas e empreendedorismo. A intenção destas dinâmicas é levar a reflexões sobre as experiências, tanto com cientistas de referência, como pela utilização de técnicas, métodos e meios audiovisuais e tecnológicos como ferramentas essenciais na aprendizagem em contexto real.

Ações e projetos que integram a Atividade 3:

- a) Mapas de Leitura
- b) Plano Desenvolvimento de Xadrez
- c) Espaço Teatro
- d) Congressos para Jovens
- e) Olhando as Estrelas em Comunidade
- f) Doc Aldeia
- g) Arqueologia 3D
- h) Promoção de Formação Técnica e Profissional nas Tecnologias Tradicionais de Construção
- i) Artes Gráficas e Comunicação
- j) Fabricação Digital e Automatismos
- k) *Workshop* de Construção de Guitarra Elétrica
- l) *Workshop* de Construção de *Mountain Dulcimer*
- m) *Workshop* de Construção de *Short Harp*
- n) Ser Empresário por um Dia
- o) Conhecer o Tecido Empresarial da Região Alentejo
- p) Realização de Workshops para Jovens para potenciar a Criação de Ideias

- q) “Torna-te Empresário” – Concurso de Ideias
- r) Promoção e Sensibilização do Desporto Aeronáutico – Teoria e Prática
- s) Teatro de Inglês

#### **Atividade 4 – PARENTALIDADE POSITIVA**

O objetivo desta atividade prende-se com a necessidade de aumentar o envolvimento qualitativo e quantitativo de todos os possíveis educadores do universo familiar e escolar da cidade, com um enfoque mais incisivo nos educadores de referência no seio familiar de cada criança inserida no Agrupamento Escolar. Espera-se conseguir sensibilizar este público-alvo, convidando-o a participar em sessões dinâmicas de capacitação, visitando explorar novos paradigmas pedagógicos, linguagens da aprendizagem inovadoras, práticas colaborativas e sessões de partilha entre pais encarregados de educação. Por outro lado, serão criados momentos, e plataformas de capacitação, para técnicos de centros lúdicos interessados em alargar os seus conhecimentos nos modelos pedagógicos atuais, bem como aumentar o seu conhecimento em técnicas de expressão plástica. Toda esta estratégia assenta na ideia de melhorar o apoio aos alunos, permitindo que estes alcancem mais facilmente o sucesso escolar.

#### **Ações e projetos que compõem a Atividade 4:**

- a) Educação Global
- b) O Papel do Professor no Século XXI. A Orientação Pedagógica e Afetiva na Construção na Construção da Aprendizagem
- c) Práticas Colaborativas de Aprendizagem: do Castigo à Reflexão, do Conflito ao Consenso, da Competição à Colaboração
- d) O papel do educador na promoção de uma educação-parentalidade consciente e autêntica
- e) Grupo de pais envolve-se
- f) Aprendizagem e aplicação de técnicas de expressão plástica

#### **Atividade 5 – VAMOS TODOS À ESCOLA**

Esta atividade tem o objetivo de promover a comunicação entre parceiros a partir de uma eficiente coordenação, planeamento e acompanhamento de todas as atividades previstas. É também objetivo contribuir para a criação de uma plataforma de publicação de informações com carácter educativo dirigida a alunos, pais, encarregados de educação, técnicos de outros projetos intermunicipais do programa, entre outros.

**Ações e projetos que compõem a Atividade 5:**

A atividade é constituída por 1 ação, gerida pela CIMAC (Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central), designada por “Observatório”, onde se consegue envolver toda a comunidade educativa, recorrendo não só às plataformas de rede e *networking* existentes, como criando novas plataformas relacionais.

**Atividade 6 – COORDENAÇÃO, GESTÃO E ACOMPANHAMENTO TÉCNICO DA OPERAÇÃO**

Esta atividade tem por objetivo articular os técnicos do Município fetos à operação, com os que são necessários contratar externamente para o acompanhamento continuado da operação.

Os técnicos do município apresentam os mais variados perfis de acordo com as necessidades da tarefa a executar no âmbito da operação – Comunidade empenhada na promoção do sucesso escolar em Montemor-o-Novo, realizando ações de coordenação, gestão, acompanhamento e desenvolvimento de ações inseridas na mesma. Dos recursos humanos internos a afetar à operação fazem parte 4 elementos, sendo eles: 3 técnicos superiores e um assistente técnico. Para garantir uma eficaz operacionalização das atividades, foram contratados ainda 3 técnicos externos, nomeadamente uma psicóloga e dois animadores socioculturais.

## Apêndice 32 – Projeto 5. “Lembrar Abril”

<p><b>NOME DO PROJETO</b></p> <p>“Lembrar Abril”</p>	<p><b>ENTIDADE PARCEIRA</b></p> <p>União de Freguesias de Nossa Senhora da Vila, Nossa Senhora do Bispo e Silveiras</p>
<p><b>CONTEXTUALIZAÇÃO</b></p> <p>O projeto teve como principal intuito a transmissão dos valores de Abril aos alunos do quarto ano de escolaridade do primeiro ciclo do Ensino Básico, ligado de igual forma ao programa curricular. O projeto é organizado da seguinte forma: distribuição de um jogo (do tipo jogo da glória) a cada um dos alunos do 4.º ano da área da União de Freguesias, estimulando a aprendizagem através de jogos e de competição entre os alunos, realizando-se finais nas turmas e depois, no dia 24 de abril a final inter-turmas. Durante o projeto, as crianças elaboram desenhos, trabalham poemas, músicas, canções que são apresentadas no dia 24 de abril. Este ano, optou-se por fazer uma coleção de cromos que iremos entregar a cada criança no dia 12 de junho de 2019. No dia 24, cada turma pintou placards com o desenho escolhido pela turma com a técnica de grafiti. O projeto tem o auge com a deslocação de duas turmas em simultâneo com visita guiada ao Museu do Aljube.</p>	
<p><b>OBJETIVOS</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Transmitir aos alunos a história do século XX, marcada por 48 anos de ditadura salazarista/fascista.</li> <li>2. Compreender a importância do 25 de abril para as liberdades individuais e para a atual qualidade de vida de cada pessoa.</li> </ol>	
<p><b>INTERVENIENTES</b></p> <p>Alunos do quarto ano do primeiro ciclo do Ensino Básico da área da União de Freguesias de Nossa Senhora da Vila, Nossa Senhora do Bispo e Silveiras.</p>	
<p><b>PROJETOS, ATIVIDADES, AÇÕES DESENVOLVIDOS</b></p> <p>O projeto é organizado da seguinte forma: distribuição de um jogo (do tipo jogo da glória) a cada um dos alunos do quarto ano da área da União de Freguesias, estimulando a aprendizagem através de jogos e de competição entre os alunos, realizando-se finais nas turmas e depois, no dia 24 de abril a final inter-turmas.</p>	



Durante o projeto, as crianças elaboram desenhos, trabalham poemas, músicas, canções que são apresentadas no dia 24 de abril. O projeto tem o auge com a deslocação de duas turmas em simultâneo com visita guiada ao Museu do Aljube.

O Projeto já tem seis anos e surgiu da necessidade de desenvolver um projeto com o Agrupamento que marcasse e que fosse diferente. O projeto permite envolver não só as crianças, mas também os pais no treino em relação ao jogo em causa.

O investimento da Junta de Freguesia, neste projeto, envolvendo todas as atividades e a deslocação das crianças, ronda os €5000,00.

Apêndice 33 – Projeto 6. “Projetos Educativos da  
Oficina da Criança”

<p><b>NOME DO PROJETO</b></p> <p>“Projeto Educativos”</p>	<p><b>ENTIDADE PARCEIRA</b></p> <p>Oficina da Criança – Município de Montemor-o-Novo</p>
<p><b>CONTEXTUALIZAÇÃO</b></p> <p>É política do Município de Montemor-o-Novo, o desenvolvimento cultural como fator de desenvolvimento social, integrador e identitário de uma comunidade, como sinal de evolução democrática que acompanha e induz uma constante transformação na sociedade.</p> <p>Como resposta a esta política social e cultural, é criado o serviço de animação socioeducativo/Oficina da Criança no ano 1981, assumindo uma grande consciência cívica de que é necessário intervir para democratizar a partir da reinvenção dos processos educativos, que favorecessem o pensamento criativo e o sentido crítico, combatendo o conformismo, a estagnação e as formas passivas de educar.</p> <p>É um espaço físico de porta aberta onde se inscreve a liberdade de circulação das crianças de Montemor, a possibilidade de experimentar e de desenvolver projetos individuais ou de grupo nos diferentes ateliers disponíveis.</p> <p>Valorizam-se os tempos livres das crianças, através de atividades lúdicas e criativas, onde os programas formais estão ausentes e onde cada criança é dono do seu tempo e da sua vontade, respeitando compromissos e valores de coabitação, respeito mútuo e partilha de materiais.</p> <p>Num ambiente de Educação Informal as crianças aprendem e crescem, tornando se sujeitos interativos e autores das suas realizações, e formam -se futuros cidadãos ativos nesta comunidade.</p> <p>Com a vontade de expandir a formação cultural e a criação artística na infância o Município promove em colaboração com o Agrupamento de Escolas de Montemor-o-Novo e IPSS a possibilidade das turmas de 1.º Ciclo e Jardim-de-infância, usufruírem de sessões, desenvolvidas na Oficina da Criança, com o propósito de trabalhar projetos de sala ou explorar técnicas com uso de materiais inexistentes em contexto escolar e de participar no desenvolvimento de Projetos Educativos promovidos pelo Município, como forma de trabalhar ações pedagógicas através da Educação pela Arte.</p> <p>Projetos Educativos</p> <p>O desenvolvimento de Projetos Educativos, em parceria com o Agrupamento de Escolas de Montemor o Novo é uma prática enraizada no Município de Montemor.</p>	

Cada ano é selecionado um tema relacionado com o Património material e/ou imaterial do Concelho de Montemor. Neste processo são envolvidos diferentes técnicos do Município ligados a diferentes áreas como o património, animação socioeducativa, juventude, ambiente, desporto e muitas vezes são envolvidas entidades pertencentes à comunidade de Montemor, como associações culturais ou artesanais, colaborando, cada parte, com os seus saberes.

### **OBJETIVOS**

1. Formar crianças conhecedoras das suas origens e elementos ativos na intervenção no meio em que vivem
2. Dar a conhecer a existência do património
3. Sensibilizar para a sua conservação e preservação
4. Dar a conhecer o seu enquadramento histórico dando referências às atividades sociais, económicas, ambientais e culturais do nosso concelho
5. Desenvolver temas que enriqueçam e completem os currículos educativos, numa perspetiva de enquadramento de conteúdos numa realidade próxima às crianças de Montemor.

### **INTERVENIENTES**

Alunos e professores do Agrupamento de Escolas de Montemor-o-Novo;  
Técnicos ao serviço da Oficina da Criança.

### **PROJETOS, ATIVIDADES, AÇÕES DESENVOLVIDOS**

Atendendo a esta preocupação e respeitando uma calendarização onde são organizadas todas as sessões necessárias para desenvolver os trabalhos relacionados com o Projeto Educativo, numa fase introdutória ao tema, os grupos de crianças são levadas aos locais, a pé ou de autocarro, para experienciarem com os seus cinco sentidos, a realidade onde se enquadra o património, através de visitas aos locais em dinâmicas de jogos, desafios ou tarefas.

Nestes momentos as crianças, experienciam visitas com o despertar de uma atenção virada para pormenores que diariamente lhes passa ao lado. A diversidade de matéria prima que a natureza oferece e que se transforma para o nosso consumo diário, os objetos criados pelo homem e que marcam momentos de um percurso e da nossa história, as palavras e as ações

que marcam uma cultura, as profissões e o saber fazer que já não se veem em cada esquina. Saberes que já não são transmitidos porque começam a entrar no esquecimento de uma sociedade ocupada e prisioneira de horários e de deveres.

Numa segunda fase e através de atividades de Expressão plástica, estimulando as capacidades expressivas e criadoras das crianças, o grupo é convidado a representar o tema usando diferentes técnicas.

Partilham –se ideias, desenham-se os projetos daquilo que se quer concretizar, combinam-se as diferentes tarefas e em equipa constroem-se verdadeiras obras de arte e prol de um património esquecido.

Neste processo a criança é respeitada na sua individualidade e nas suas capacidades de se expressar através da Imaginação desafiando os estereótipos, mesmo estando inserida num grupo.

No final de todo o processo, o trabalho resulta numa exposição aberta à comunidade como forma de sensibilização, de educar a comunidade, de despertar curiosidades, novos saberes e novas visões sobre aquilo que às vezes se julga conhecer tão bem.

Ano letivo 2013- 2014 – O ciclo da lã

Ano letivo 2014- 2015 – Viver o Montado

Ano letivo 2015 – 2016 – Solos do nosso Concelho

Ano letivo 2016- 2017 – Montemor ao Pormenor – A Arte do Ferro

Ano letivo 2017- 2018 – Água Como te devo usar!?

Projeto Educativo 2013/2014 – “O Ciclo da Lã”

Público-alvo: alunos das escolas de 1º Ciclo, Jardins de Infância e IPSS do concelho de Montemor-o-Novo

Descrição do projeto:

1ª fase – de dezembro de 2013 a janeiro de 2014 – escolas de 1º Ciclo, Jardins de Infância e IPSS – as crianças têm uma perceção da importância da lã, conhecem o ciclo da lã, desde a fase da tosquia à produção têxtil.

2ª fase – de fevereiro a maio de 2014 – Oficina da Criança – as crianças relembram o processo do ciclo da lã, participam num atelier prático, onde contactam com a lã e realizam um trabalho individual ou em grupo.

Figura 7 – Folheto de divulgação da exposição sobre o Projeto “À Descoberta da Lã”

“Todos os anos que se passaram, sempre na altura da Primavera, lá recebiam a visita do tosquiador que levava toda a lã.  
E sabem que mais?! As ovelhas ficavam mais fresquinhas e aguentavam muito melhor o calor do Verão. Para elas, o período da tosquia era sempre uma grande festa.”

**Intervenientes**  
Escolas do 1ºCiclo do Ensino Básico  
Jardins de Infância e IPSS  
Património Cultural  
Núcleo de Interpretação Ambiental do Baldios  
Oficina da Criança  
Biblioteca Municipal Almeida Faria

exposição  
**à descoberta da Lã**  
Projeto educativo 2013/14

**O Ciclo da lã** foi a temática desenvolvida no projeto educativo durante o ano letivo 2013/14, com todos os alunos do 1º ciclo do ensino básico, jardim-de-infância e IPSS do concelho de Montemor-o-Novo.

A exposição que aqui apresentamos reúne o conjunto de trabalhos que estas crianças realizaram em lã de ovelha durante várias sessões na Oficina da Criança. Foi-lhes proposto trabalhar a técnica da feltagem da lã, utilizando água quente e sabão azul e branco. Com movimentos circulares, criados pelas suas mãos, massajaram a lã e entrelaçaram os fios, criando um tecido.

Com criatividade, cada grupo realizou o seu próprio desenho, juntando diferentes cores de lã tingida, criaram formas abstratas ou figurativas. Dessa forma conceberam painéis, mantas e tapetes ou o que a imaginação lhes quiser chamar.

Para além de promover, divulgar e valorizar o património imaterial, cultural e natural, relembraram-se técnicas artesanais que, hoje em dia, estão quase extintas. Pretendemos introduzir de forma lúdica e criativa a temática do ciclo da lã, sensibilizando os mais novos para a importância de algumas profissões antigas, tais como: o tosquiador, o cardador, a fiandeira, a teceadeira e o tecelão.

“A lã foi provavelmente a primeira fibra a ser transformada em tecido, começando a ser fiada há 5000 a.C.”

Fonte: Câmara Municipal de Montemor-o-Novo

Projeto Educativo 2014/2015 – “Viver o Montado”

Público-alvo: alunos das escolas de 1º Ciclo, Jardins de Infância e IPSS do concelho de Montemor-o-Novo

Descrição do projeto:

1º Período

- Visita às escolas, jardins de infância e IPSS do concelho.

Primeira sessão de apresentação do projeto educativo, uma primeira abordagem à importância do montado.

Sensibilização para a recolha de rolhas de cortiça ao longo do ano letivo.

Duração: 1 hora

No final de cada mês, as técnicas da Câmara Municipal deslocar-se-ão à escola para a recolha faseada de rolhas de cortiça.

2º e 3º Período

1ª Parte - Sessão de sensibilização.

Apresentação de um documento em PowerPoint ou de um pequeno vídeo/documentário informativo sobre a temática.

Local: Oficina da Criança

Duração: 30 minutos

Nº máximo de participantes por sessão: 1 turma

---

2ª Parte - Atelier de construção 2D e 3D - Atividade prática e criativa

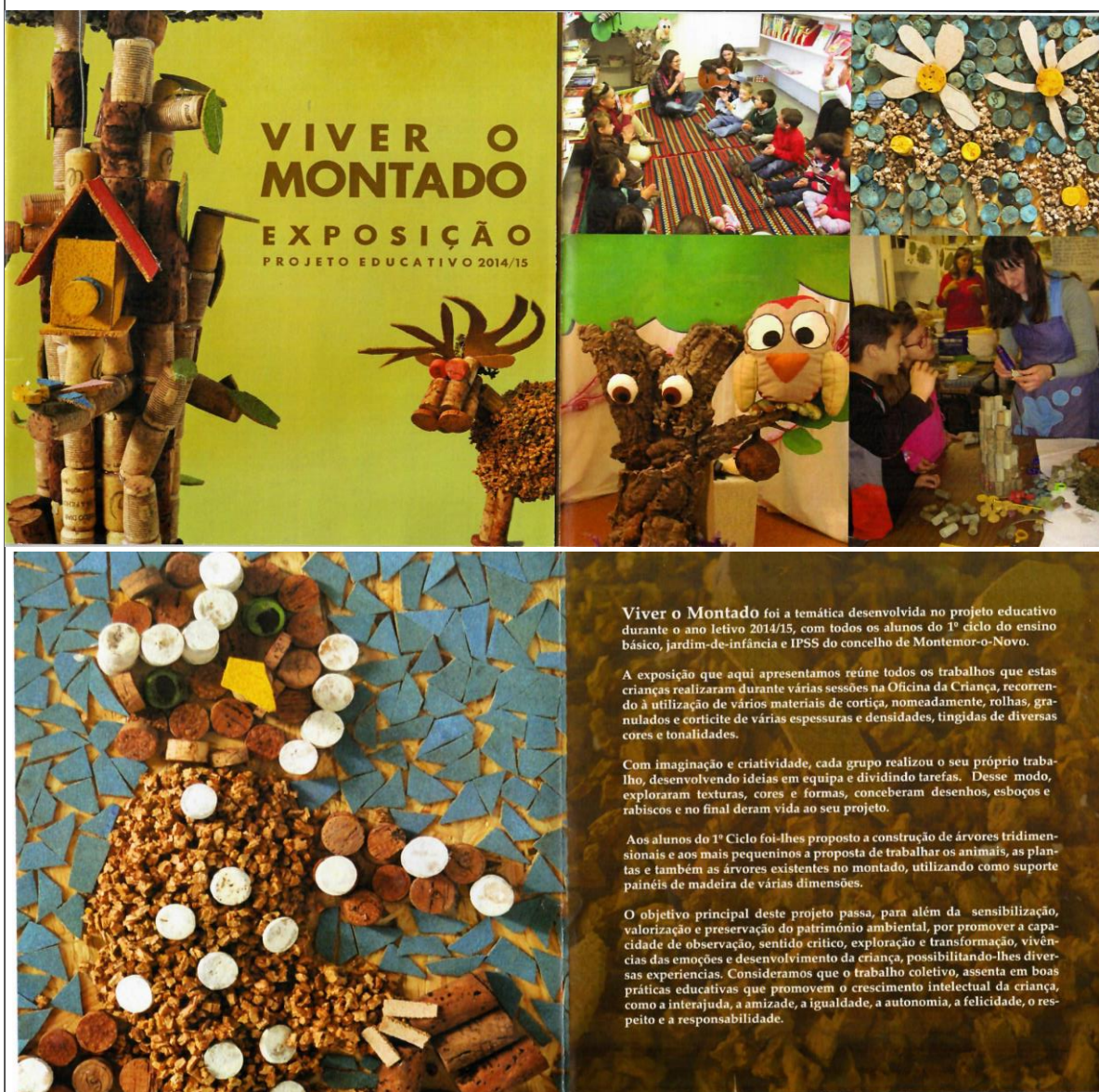
No que respeita à parte prática e criativa, este projeto terá como principal objetivo a criação de uma maquete gigante representativa do nosso montado. Será proposto a cada turma das escolas do 1º ciclo a construção tridimensional de um ou mais elementos presentes no montado, como por exemplo: um sobreiro; uma azinheira; espécies de plantas características; animais, etc. Estes pequenos objetos tridimensionais serão todos construídos. Para os alunos dos jardins-de-infância e IPSS, será proposto a realização de um painel bidimensional. Utilizando rolhas de cortiça com várias espessuras, tamanhos e colorações diferentes, cada turma irá construir o seu trabalho dentro da temática do montado, podendo representar árvores, flores, plantas ou animais.

em rolhas de cortiça que resultaram da sua recolha durante o respetivo ano letivo.

Para os alunos dos jardins-de-infância e IPSS, será proposto a realização de um painel bidimensional. Utilizando rolhas de cortiça com várias espessuras, tamanhos e colorações diferentes, cada turma irá construir o seu trabalho dentro da temática do montado, podendo representar árvores, flores, plantas ou animais.

Local: Oficina da Criança

Figura 8 – Folheto da divulgação da exposição sobre o Projeto “Viver o Montado”



Fonte: Câmara Municipal de Montemor-o-Novo



## Projeto Educativo 2015/2016: “Os Solos do Concelho de Montemor-o-Novo”

Público-alvo: alunos das escolas de 1º Ciclo, Jardins de Infância e IPSS do concelho de Montemor-o-Novo

Descrição do Projeto:

1.ª Sessão do Projeto:

1.º Ciclo - VISITA ao CAMPO (fevereiro – março 2016)

Serão realizadas visitas de campo com os alunos de cada escola das várias freguesias do concelho e da cidade. Um dos objetivos da visita é aprender o que é o barro, como se formou na natureza e como o encontrar no campo. Vamos aprender a transformar esta matéria numa pasta modelável, fazer amostras e descobrir as várias formas e técnicas que se podem realizar. Esta recolha de barro vai ser fotografada e outros apontamentos vão servir para registar informações sobre o local, o processo e as características do barro (qual a cor, tem pedras ou não, etc.).

Vamos também fazer um jogo que privilegia a experimentação intuitiva e sensorial: cada criança vai usar uma venda e no espaço circundante toma consciência dos diferentes elementos da natureza. Vai perceber os elementos através da sua textura, forma, cheiro e temperatura, durante alguns momentos, para de seguida registar no papel as sensações que teve.

Após esta atividade vamos recolher diversos elementos característicos destes ecossistemas como palha, pinhas, flores, folhas, pedaços de cortiça, paus, bolotas, etc..

Jardim de Infância – Experiências e Exploração Sensorial com Terra (janeiro 2016)

As crianças são convidadas a realizar experiências relacionadas com a terra, descobrindo as suas características e a explorá-las através dos sentidos (tacto e cheiro) e descobrindo a importância do solo para o nosso ecossistema. Todas estas descobertas e conclusões (desenhos, esboços e citações das crianças) vão -se juntar num Caderno de Registos feito no local da sessão.

2.ª Sessão do Projeto

TRABALHO PLÁSTICO- 1.º Ciclo e Jardim de Infância (abril e maio 2016)

O Trabalho Plástico será realizado nas Oficinas da Cerâmica e da Terra (antigos lavadouros Municipais), com 1.º Ciclo e Jardim de Infância em sessões por salas.

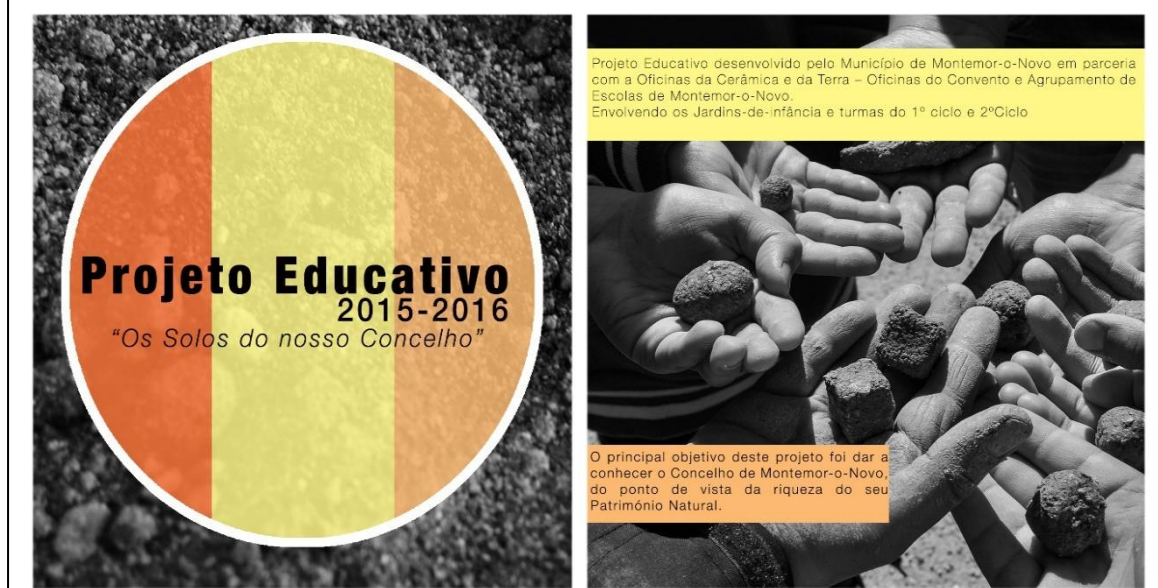
As crianças vão trabalhar numa lastra (placa) de barro utilizando algumas técnicas de decoração em cerâmica a partir das quais podemos transferir texturas e formas naturais para o barro, como a colagem, estampagem, reservas, decalque e pintura com pigmentos. Para aplicar estas técnicas vão ser utilizados os elementos naturais. Estes elementos serão inseridos no trabalho plástico sob a forma de observação, desenhando; sob a forma de impressão, através de gravuras e relevos; ou mesmo aplicados sobre o barro, deixando marcas depois da queima. Os trabalhos vão ser cozidos em fornos de lenha nas Oficinas da Cerâmica e da Terra.

As pastas utilizadas vão ser os barros do concelho que foram recolhidos na visita de campo.

Apresentação do trabalho coletivo – Exposição Feira da Luz 2016

Este conjunto de trabalhos, que vai estar exposto na Feira da Luz, apresenta as cores e texturas dos solos de Montemor-o-Novo.

Figura 9 – Folheto da divulgação da exposição sobre o Projeto “Os Solos do nosso Concelho”



Fonte: Câmara Municipal de Montemor-o-Novo

Projeto Educativo 2016/2017: “Montemor ao Pormenor – a Arte do Ferro”

Público-alvo: alunos das escolas de 1.º Ciclo, Jardins de Infância e IPSS do concelho de Montemor-o-Novo

Descrição do Projeto:

novembro ´16\_Recolha de imagens dos gradeamentos e batentes das janelas e portas do Centro Histórico de Montemor o Novo

dezembro´16 / fevereiro´17\_ Elaboração de jogo didático para oferecer às escolas do 1.º Ciclo e jardins-de-infância – À Descoberta de janelas e portas do Centro Histórico de Montemor- o -Novo

março\_ Preparação de material para desenvolvimento dos trabalhos plásticos na Oficina da Criança – colaboração do serviço DAOOAS – carpintaria (conceção de molduras)

abril´17\_ Distribuição dos Jogos pelas Turmas das EB1 e jardins de Infância- convite às escolas para visitar o Centro Histórico com o desafio do Jogo “À descoberta de Janelas e Portas do Centro Histórico de Montemor o Novo” e elaboração do projeto ( em desenho) de gradeamentos ou batentes a concretizar na sessão de expressão plástica na oficina da criança.

Localização da Atividade – na Oficina da Criança com todas as turmas de 1.º Ciclo e Jardim-de-infância

3.º Período escolar – maio e junho´17:

Sessão de introdução ao tema do projeto – visualização de diferentes tipos de janelas e portas (gradeamentos e batentes), familiarização do Ofício de serralharia, comparação dos elementos das portas e janelas do passado e do presente – identificação de Património tradicional.

Sessão de Expressão Plástica construção em pasta de papel de gradeamentos e batentes, numa moldura de madeira – segundo cada projeto de sala.

Jogo didático –À Descoberta de Janelas e Portas do Centro Histórico de Montemor o Novo  
O objetivo deste jogo será desafiar cada grupo de crianças a fazer uma “caça ao tesouro” tendo como base imagens de janelas e portas do Centro Histórico na cidade de Montemor-o-Novo e o apoio de um percurso sinalizado num mapa do centro histórico da cidade de Montemor o Novo.

Com um Kit de imagens de um conjunto de janelas e de portas cada grupo será convidado a localizar a casa a que se associa cada janela e porta, sinalizando no mapa do Centro Histórico a sua localização.

Sugere-se a concretização do jogo pela empresa Ideias com Histórias – produção de jogos didático – com orçamento em anexo.

Figura 10 – Folheto de divulgação da exposição “Montemor ao Pormenor – A Arte do Ferro”

**MONTEMOR ao PORMENOR a arte do ferro**

**Intervenientes**  
 Escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico  
 Jardins de Infância e IPSS  
 CASE- Oficina da Criança  
 Património Cultural!

MONTEMOR O NOVO Leiria e Montepil

**Montemor ao Pormenor – A Arte do Ferro** foi a temática desenvolvida no projeto educativo da Oficina da Criança em parceria com o Agrupamento de Escolas durante o ano letivo de 2016/17, com a participação das turmas do 1º ciclo, Jardim-de-infância e IPSS do concelho de Montemor o Novo.

A Exposição que apresentamos reúne o conjunto de trabalhos que as crianças realizaram durante várias sessões de expressão plástica na Oficina da Criança, recorrendo à técnica da pasta de papel e outros materiais, como cartão, madeira e tintas.

Cada elemento resulta do processo criativo de um grupo de crianças que, inspiradas em imagens reais, recriaram com desenhos e padrões originais a "Arte do Ferro", presente nas janelas e portas que embelezam as fachadas das casas do nosso Centro Histórico.

A abordagem desta temática teve como objetivo chamar a atenção das crianças para a importância, diversidade e beleza destes elementos arquitetónicos que, apesar de serem visíveis aos olhos de todos, são muitas vezes considerados como património de segunda, sendo por isso urgente apelar à sua salvaguarda e preservação.

" Nas Janelas, os gradeamentos das varandas têm uma função prática, de proteção contra quedas, mas também decorativa e simbólica – a utilização das pinhas simbolizavam a vida eterna, para além de outros significados."

Fonte: Câmara Municipal de Montemor-o-Novo

Projeto Educativo 2017/2018: “Água como te devo usar?”

Público-alvo: alunos das escolas de 1º Ciclo, Jardins de Infância e IPSS do concelho de Montemor-o-Novo

Descrição do Projeto:

1.º período – lançar o desafio às escolas de um concurso de elaboração de cartaz alusivo à Semana da ÁGUA

Oficina da Criança – Juventude – Desporto: 2.º Período Escolar – de 19 a 23 de março – Parque Urbano

Dinamização da Semana Comemorativa da ÁGUA

Centro de Animação socioeducativo:

3.º Período escolar – abril a junho´18: Sessão de introdução ao tema do projeto – Os Ciclos da água:

Jardim de Infância: Ciclo Natural da água

1.º Ciclo: O circuito da água na Cidade de Montemor o Novo – do solo e das linhas de água para os aquíferos - dos aquíferos para os furos – dos furos para a estação elevatória, para os depósitos para as canalizações das casas e por fim para a ETAR e para o RIO.

Sessão de Expressão Plástica

Jardim de Infância: ‘ Construção do Ciclo Natural da água com material de desperdício – o resultado de cada construção irá resultar numa imagem para uma face de um jogo de cubos/ puzzle para introduzir na feira da luz e oferecer a cada escola.

1.º Ciclo - construção de maquetes (turmas divididas pelas duas propostas):

o Ciclo Rural (3D) - com alusão do Rio Almansor, do percurso dos moinhos, a existência de noras, poços e fontes

o Ciclo Urbano de Montemor o Novo (2D), com referência do trajeto de águas desde do aquífero às canalizações das casas do centro urbano (ao interior de algumas casas e edifícios públicos) e o trajeto para a ETAR até ao RIO Almansor.

Figura 11 – cartaz de divulgação da atividade Semana da Água, inserida no Projeto “Água como te devo usar?”

# 19 a 23 março semana da água

10h às 16h  
parque  
urbano

atividade  
direcionada ao  
público escolar  
jardim de infância  
e primeiro ciclo



cartaz concebido tendo como base um dos  
desenhos selecionados, no âmbito do projeto  
educativo “Água como te devo usar!”



## Apêndice 34 – Projeto 7. “Festa Mundial da Animação”

<p><b>NOME DO PROJETO</b></p> <p>“Festa Mundial da Animação - Cinema de Animação”</p>	<p><b>ENTIDADE PARCEIRA</b></p> <p>Centro Juvenil</p>
<p><b>CONTEXTUALIZAÇÃO</b></p> <p>As sessões fazem parte do programa a nível internacional da Festa Mundial da animação. No entanto, devido à prática desta área artística no concelho desde 2001, que se organizam oficinas de cinema de animação.</p>	
<p><b>OBJETIVOS</b></p> <p>1. Produzir um filme animado, para além da aprendizagem da história do cinema da animação e do seu início com os brinquedos óticos.</p>	
<p><b>INTERVENIENTES</b></p> <p>Alunos de pré-escolar, 1º ciclo, 2º e 3º ciclo e secundário.</p>	
<p><b>PROJETOS, ATIVIDADES, AÇÕES DESENVOLVIDOS</b></p> <p>2013/ 2014:</p> <p>TOTAL de espetadores – 1351:</p> <p>a) 1164 espetadores pré-escolar e 1º ciclo - 17 sessões com uma média de 60 espetadores;</p> <p>b) 187 espetadores de 2º e 3º ciclo e secundário – 5 sessões; 4 programas distintos;</p> <p>Exposição patente: “A arte dos movimentos que são desenhados” curadoria de Marina Estela Graça</p> <p>2014/2015:</p> <p>TOTAL de espetadores: 1366</p> <p>a) 809 espetadores pré-escolar e 1º ciclo - 16 sessões</p> <p>b) 143 espetadores do filme “Que dia é hoje?” turmas de 4º anos do 1º ciclo no âmbito das comemorações dos 40 anos do 25 de abril de 74;</p> <p>c) 414 espetadores de 2º e 3º ciclo e secundário – 11 sessões; 4 programas distintos;</p>	



Exposição patente: “Que dia é Hoje?” curadoria de Anabela Ferreira, Joana Torgal e Rodolfo Pimenta

2015/2016:

TOTAL de espetadores: 1341

a) 919 espetadores pré-escolar e 1º ciclo - 15 sessões

b) 422 espetadores de 2º3º ciclo e secundário – 11 sessões; 4 programas distintos;

Exposição patente: “*Making off* do papel de Natal” de José Miguel Ribeiro, curadoria Paula

2016/2017:

TOTAL de espetadores: 1651

a) 1079 espetadores pré-escolar e 1º ciclo - 14 sessões

b) 572 espetadores de 2º3º ciclo e secundário – 23 sessões; 4 programas distintos;

Exposição patente: “Pronto era Assim” de Joana Nogueira e Patrícia Rodrigues

2017/2018:

TOTAL de espetadores: 1458

a) 900 espetadores pré-escolar e 1º ciclo - 15 sessões na Videoteca da Oficina da Criança

b) 558 espetadores de 2º3º ciclo e secundário – 18 sessões; 4 programas distintos no multiusos do Centro Juvenil;

Apêndice 35 – Projeto 8. “Centro de Apoio Familiar e  
Aconselhamento Parental (CAFAP)”

<p><b>NOME DO PROJETO/PARceria</b></p> <p>Centro de Apoio Familiar e Acompanhamento Parental (CAFAP)</p>	<p><b>ENTIDADE PARCEIRA</b></p> <p>Cercimor</p>
<p><b>CONTEXTUALIZAÇÃO</b></p> <p>O Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental, oferece apoio especializado às famílias com crianças e jovens com idades entre os 6 e os 18 anos que apresentem risco psicossocial e que residam no concelho de Montemor-o-Novo. Este apoio focado na prevenção e reparação de situações de risco psicossocial, promove o desenvolvimento de competências parentais, pessoais e sociais das famílias.</p>	
<p><b>OBJETIVOS</b></p> <p>De acordo com Art 3.º da Portaria n.º 139/2013 de 2 de abril, os objetivos do CAFAP são:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Prevenir situações de risco e de perigo através da promoção do exercício de uma parentalidade positiva;</li> <li>2. Avaliar as dinâmicas de risco e proteção das famílias e as possibilidades de mudança;</li> <li>3. Desenvolver competências parentais, pessoais e sociais que permitam a melhoria do desempenho da função parental;</li> <li>4. Capacitar as famílias promovendo e reforçando dinâmicas relacionais de qualidade e rotinas quotidianas;</li> <li>5. Potenciar a melhoria das interações familiares;</li> <li>6. Atenuar a influência de fatores de risco nas famílias, prevenindo situações de separação das crianças e jovens do seu meio natural de vida;</li> <li>7. Aumentar a capacidade de resiliência familiar e individual;</li> <li>8. Favorecer a reintegração da criança ou do jovem em meio familiar;</li> <li>9. Reforçar a qualidade das relações da família com a comunidade, bem como identificar recursos e respetivas formas de acesso.</li> </ol>	
<p><b>INTERVENIENTES</b></p> <p>Alunos do Agrupamento de Escolas de Montemor-o-Novo e respetivos pais e professores; Técnicos especializados ao serviço da Cercimor.</p>	

## **PROJETOS, ATIVIDADES, AÇÕES DESENVOLVIDOS**

Segundo o Art.4.º da Portaria n.º 139/2013 de 2 de abril, o CAFAP intervém nas seguintes situações:

- Situação de Risco com necessidade de uma Intervenção que evite declaração de perigo e retirada da criança ou jovem;
- Inadequação das dinâmicas relacionais familiares, entre pares e com adultos na criança e jovem.
- Inadequação das dinâmicas familiares e práticas formativas e Educativas com Consequência negativa para a acriança;
- Aplicação de Medidas de Promoção e Proteção; Medida de apoio junto dos pais, outro familiar ou confiança a pessoa Idónea;
- Situação de necessidade de apoio especializado a família com necessidade de acompanhamento psicossocial ou terapêutico;
- Contrato Celebrado no âmbito do Rendimento Social de Inserção;
- Apoio em situação de Rutura Familiar que ponha em causa o bem-estar familiar da criança ou jovem.

## Apêndice 36 – Projeto 9. “Os Artistas Vão ler à Escola”

<p><b>NOME DO PROJETO</b></p> <p>“Os Artistas vão ler à Escola”</p>	<p><b>ENTIDADE PARCEIRA</b></p> <p>Espaço do Tempo – Associação Cultural</p>
<p><b>CONTEXTUALIZAÇÃO</b></p> <p>É um programa de leituras encenadas onde os criadores em residência no Espaço do Tempo intervêm em território escolar.</p>	
<p><b>OBJETIVOS</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Fomentar o hábito e o prazer da leitura.</li> <li>2. Criar novos leitores, ouvindo e contando histórias, utilizando novos recursos, como a expressão corporal e outras atividades lúdicas.</li> <li>3. Desenvolver competências transversais aos currículos.</li> </ol>	
<p><b>INTERVENIENTES</b></p> <p>Alunos da Escola EB 2/3 de Montemor-o-Novo e respetivos professores; Criadores em residência na Associação Cultural Espaço do Tempo.</p>	
<p><b>PROJETOS, ATIVIDADES, AÇÕES DESENVOLVIDOS</b></p> <p>Ao longo do ano letivo, diversos artistas participam nas aulas de Português dos alunos do Agrupamento de Escolas de Montemor-o-Novo, através da leitura e da dramatização de textos, criando situações insólitas e estimulantes à volta da palavra escrita, de forma a criar empatia e desejo pela leitura.</p>	

## Apêndice 37 – Projeto 10. “Os Cientistas vão à Escola”

<p><b>NOME DO PROJETO</b></p> <p>“Os Cientistas vão à Escola”</p>	<p><b>ENTIDADE PARCEIRA</b></p> <p>Espaço do Tempo – Associação Cultural</p>
<p><b>CONTEXTUALIZAÇÃO</b></p> <p>O projeto “Os Cientistas vão à Escola” surgiu da parceria da associação cultural Espaço do Tempo com o Agrupamento de Escolas de Montemor-o-Novo, no sentido de proporcionar aos alunos dos Cursos Científicos experiências enriquecedoras através do encontro com cientistas reconhecidos pelo seu trabalho de investigação.</p>	
<p><b>OBJETIVOS</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Motivar os alunos para a ciência.</li> <li>2. Promover o diálogo face-a-face entre alunos e quem faz ciência, de modo a dar uma visão mais real da vida e do trabalho dos investigadores que nele participam.</li> <li>3. Partilhar experiências, histórias de vida e conhecimentos científicos, com apresentação de recursos e materiais representativos da sua atividade profissional, sempre numa linguagem adaptada a crianças desta faixa etária.</li> </ol>	
<p><b>INTERVENIENTES</b></p> <p>Alunos dos Cursos Científicos do Agrupamento do Agrupamento de Montemor-o-Novo e respetivos professores;</p> <p>Cientistas de renome, como Alexandre Quintanilha e Maria Mota.</p>	
<p><b>PROJETOS, ATIVIDADES, AÇÕES DESENVOLVIDOS</b></p> <p>Encontros dos alunos do Agrupamento com cientistas reconhecidos para dinamização de <i>masterclasses</i> sobre as fronteiras do conhecimento na nossa sociedade, a investigação desenvolvida pelos cientistas envolvidos e os possíveis caminhos par ao futuro.</p>	



## Apêndice 38 – Projeto 11. “Semana da Leitura”

<p><b>NOME DO PROJETO</b></p> <p>“Semana da Leitura”</p>	<p><b>ENTIDADE PARCEIRA</b></p> <p>Espaço do Tempo – Associação Cultural</p>
<p><b>CONTEXTUALIZAÇÃO</b></p> <p>A Semana da Leitura é uma iniciativa do Plano Nacional de Leitura, que envolve, anualmente, professores e alunos de diferentes escolas do país. A Associação Cultural Espaço do Tempo, em parceria com o Agrupamento de Escolas de Montemor-o-Novo, desenvolve várias atividades que fomentam o prazer de ler.</p>	
<p><b>OBJETIVOS</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Promover o gosto pela leitura.</li> <li>2. Investir em projetos piloto que possam ser replicados noutros contextos.</li> </ol>	
<p><b>INTERVENIENTES</b></p> <p>Alunos e professores do Agrupamento de Escolas de Montemor-o-Novo; Atores ao serviço da associação cultural Espaço do Tempo.</p>	
<p><b>PROJETOS, ATIVIDADES, AÇÕES DESENVOLVIDOS</b></p> <p>O Projeto “Megafone 2” é um divertido <i>quizz</i> sobre língua portuguesa e ciência, conduzido por atores vestidos de forma insólita que surgem, inesperadamente, durante os intervalos escolares.</p> <p>Em contexto de Biblioteca Escolar, o Espaço do Tempo propõe leituras encenadas e espetáculos de curta duração relacionados com os conteúdos programáticos de cada ano de escolaridade.</p>	

## Apêndice 39 – Projeto 12. “A Escola é no Convento”

<p><b>NOME DO PROJETO</b></p> <p>“A Escola é no Convento”</p>	<p><b>ENTIDADE PARCEIRA</b></p> <p>Espaço do Tempo – Associação Cultural</p>
<p><b>CONTEXTUALIZAÇÃO</b></p> <p>É um projeto de acolhimento, durante uma semana, na associação cultural Espaço do Tempo, de uma turma de alunos de Cursos de Educação e Formação (CEF). Os CEF são percursos formativos organizados numa sequência de etapas de formação (desde o tipo 1 ao tipo 7), consoante as habilitações de acesso e a duração das formações. Independentemente da tipologia, todos os CEF integram quatro componentes de formação: sociocultural, científica, tecnológica e prática.</p>	
<p><b>OBJETIVOS</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Desenvolver competências com vista ao exercício de uma profissão.</li> <li>2. Promover a inserção dos alunos no mundo de trabalho.</li> </ol>	
<p><b>INTERVENIENTES</b></p> <p>Alunos dos Cursos CEF do Agrupamento de Escolas de Montemor-o-Novo e respetivos professores;</p> <p>Criadores em residência na Associação Cultural Espaço do Tempo.</p>	
<p><b>PROJETOS, ATIVIDADES, AÇÕES DESENVOLVIDOS</b></p> <p>Durante uma semana, as aulas e todas as atividades escolares realizam-se nas instalações da associação cultural, em que os alunos se transformam em artistas em residência.</p> <p>No ano letivo 2018/2019, a turma convidada teve o seu enfoque específico na área da metalomecânica e frequentou um atelier de uma semana em montagem de iluminação, de cena e desenho de luz.</p>	

Apêndice 40 – Projeto 13. “Colaboração com as  
Turmas de Artes Visuais”

<p><b>NOME DO PROJETO</b></p> <p>“Colaboração com as turmas de Artes Visuais”</p>	<p><b>ENTIDADE PARCEIRA</b></p> <p>Espaço do Tempo – Associação Cultural</p>
<p><b>CONTEXTUALIZAÇÃO</b></p> <p>Este projeto pretende apoiar as turmas de Artes Visuais do Agrupamento de Escolas de Montemor-o-Novo, através do contacto com artistas e criadores em residência na associação cultural Espaço do Tempo.</p>	
<p><b>OBJETIVOS</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Interagir com os artistas e criadores em residência.</li> <li>2. Desenvolver competências técnicas e artísticas.</li> </ol>	
<p><b>INTERVENIENTES</b></p> <p>Alunos das turmas de Artes Visuais do Agrupamento de Escolas de Montemor-o-Novo e respetivos professores;</p> <p>Criadores em residência na Associação Cultural Espaço do Tempo.</p>	
<p><b>PROJETOS, ATIVIDADES, AÇÕES DESENVOLVIDOS</b></p> <p>Ao longo do ano, os alunos assistem a diversos ensaios abertos na associação cultural Espaço do Tempo e contactam com os criadores em residência. As atividades incluem sessões de desenho digital, apoio à montagem de exposições e um workshop de iniciação à captação e edição de vídeo.</p>	

Apêndice 41 – Projeto 14. “Acolhimento Residencial  
Especializado para jovens em risco”

<p><b>NOME DO PROJETO</b></p> <p>Acolhimento residencial especializado de jovens em risco</p>	<p><b>ENTIDADE PARCEIRA</b></p> <p>Porta Mágica – CARE – Casa de Acolhimento Residencial</p>
<p><b>CONTEXTUALIZAÇÃO</b></p> <p>A Casa de Acolhimento Residencial Especializada Porta Mágica é uma resposta social especializada que tem como finalidade o acolhimento de crianças e jovens, proporcionando-lhes uma estrutura de vida tão aproximada quanto possível à das famílias, garantindo-lhes os cuidados adequados às suas necessidades, com vista à sua educação, bem-estar, desenvolvimento integral e à sua inserção na sociedade.</p>	
<p><b>OBJETIVOS</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Acolher crianças e jovens em risco.</li> <li>2. Proporcionar um ambiente estruturado e respostas adequadas para as necessidades de crianças e jovens em risco.</li> </ol>	
<p><b>INTERVENIENTES</b></p> <p>Jovens em risco do Agrupamento de Escolas de Montemor-o-Novo e respetivos professores;</p> <p>Técnicos especializados.</p>	
<p><b>PROJETOS, ATIVIDADES, AÇÕES DESENVOLVIDOS</b></p> <p>A casa de acolhimento residencial Porta Mágica integra atividades socioterapêuticas, educativas, ludicopedagógicas e de prestação de cuidados básicos.</p> <p>Todos os momentos formais e informais apresentam fins terapêuticos e são promotores de oportunidades de aprendizagem e mudança, garantidos por relações de proximidade e continuidade entre as jovens e os adultos, através da relação com as equipas técnica e educativa, bem como com todos os demais intervenientes. Da equipa educativa fazem parte os professores, que se deslocam à casa residencial para lecionar e para acompanhar as jovens. No caso de algumas disciplinas de carácter mais prático, as jovens deslocam-se à escola.</p>	



Assenta no princípio de que a instituição, enquanto matriz de processos transacionais reparadores, se serve de todas as oportunidades relacionais que emanam da multiplicidade de atividades efetuadas na casa, para potenciar o processo terapêutico. Esta abordagem não desvaloriza a importância de momentos estruturados de intervenção psicoterapêutica, seja ela individual, em grupo ou mesmo recorrendo à participação de elementos.

Apêndice 42 – Projeto 15. “Programa de Educação para a Saúde”

<p><b>NOME DO PROJETO</b></p> <p>“Programa de Educação para a Saúde”</p>	<p><b>ENTIDADE PARCEIRA</b></p> <p>Centro de Saúde</p>
<p><b>CONTEXTUALIZAÇÃO</b></p> <p>No âmbito do protocolo entre os Ministérios da Educação e Ministério da Saúde foi aprovado o Programa Nacional de Saúde Escolar, que delibera que a Educação para a Saúde deve ser considerada obrigatória em todos os estabelecimentos de ensino. com o presente projeto pretende-se abordar temas ligados à saúde, promovendo a responsabilidade individual e comunitária no que concerne à saúde, desenvolvendo nos alunos competências que lhes permitam adotar estilos de vida saudáveis, tomar decisões conscientes e informadas e fazer opções responsáveis.</p>	
<p><b>OBJETIVOS</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Promover atividades que visem o desenvolvimento intelectual, físico, motor, sensorial e emocional dos indivíduos envolvidos, de forma que a adoção de comportamentos saudáveis seja a opção a tomar.</li> <li>2. Promover ações de sensibilização que previnam comportamentos de risco.</li> <li>3. Dotar as crianças e os jovens de conhecimentos, atitudes e valores que os ajudem a fazer opções e a tomar decisões adequadas à sua saúde e ao seu bem-estar físico, social e mental.</li> <li>4. Promover a autorresponsabilização dos jovens pela sua saúde.</li> </ol>	
<p><b>INTERVENIENTES</b></p> <p>Alunos do Agrupamento de Escolas de Montemor-o-Novo e respetivos professores; Enfermeiros ao serviço do Centro de Saúde de Montemor-o-Novo e técnicos especializados.</p>	

## **PROJETOS, ATIVIDADES, AÇÕES DESENVOLVIDOS**

O Programa de Educação para a Saúde inclui quatro áreas temáticas:

1. Saúde Mental e Prevenção da Violência;
2. Educação Alimentar e Atividade Física;
3. Comportamentos Aditivos e Dependências;
4. Afetos e Educação para a Sexualidade.

As atividades desenvolvidas no âmbito deste programa abordam as áreas temáticas supracitadas e incluem sessões de sensibilização e esclarecimento de dúvidas sobre as mesmas, dinamizadas por enfermeiras, psicólogas e outros técnicos especializados.

Apêndice 43 – Projeto 16. “Parceria com a Associação  
de Pais e Encarregados de Educação Escola em  
Movimento”

<p><b>NOME DO PROJETO</b></p> <p>“Parceria com a Associação de Pais e Encarregados de Educação “Escola em Movimento”</p>	<p><b>ENTIDADE PARCEIRA</b></p> <p>Associação de Pais e Encarregados de Educação “Escola em Movimento”</p>
<p><b>CONTEXTUALIZAÇÃO</b></p> <p>A existência de oito Associações de Pais e Encarregados de Educação no Agrupamento de Escolas de Montemor-o-Novo permite o acompanhamento ao desenvolvimento das ações previstas, dos direitos e deveres em vigor de acordo com regulamentos determinados, das necessidades diárias e na obtenção colaborativa de melhores respostas para a sua resolução. Procura estabelecer um melhor ambiente para os alunos e para a escola pública, indispensáveis à progressão tanto da escola como das crianças em todos os níveis do seu crescimento.</p>	
<p><b>OBJETIVOS</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Defender e promover os interesses dos seus associados em tudo quanto respeita à educação e ensino dos seus filhos e educandos que sejam alunos.</li> <li>2. Desenvolver ações em conjunto com professores e a direção do Agrupamento de Escolas, de forma a promover a formação dos pais, das crianças e dos jovens.</li> <li>3. Promover atividades de apoio à família e a sua participação na vida escolar dos seus educandos.</li> <li>4. Colaborar com todos os intervenientes no processo educativo de forma a aumentar as possibilidades de sucesso escolar dos alunos, devendo essa colaboração ser recíproca podendo revestir-se de múltiplas formas.</li> </ol>	
<p><b>INTERVENIENTES</b></p> <p>Alunos do Agrupamento de Escolas de Montemor-o-Novo;  Pais e Encarregados de Educação dos alunos;  Direção do Agrupamento de Escolas.</p>	

## **PROJETOS, ATIVIDADES, AÇÕES DESENVOLVIDOS**

A Associação de Pais e Encarregados de Educação “Escola em Movimento” procura aproximar a escola e a família, através da promoção de reuniões, onde são apresentados e discutidos os problemas que surgem no quotidiano escolar, e de ações de sensibilização/formação para pais e alunos.

Tenta igualmente dar o seu contributo económico para as necessidades ao nível dos recursos físicos, como a ajuda na aquisição de cacifos e de televisões para a sala de convívio dos alunos.

A APEE colabora na dinamização e promoção de eventos escolares e festivos.

Apêndice 44 – Projeto 17. “Parceria com o *atelier* de costura Chá de Agulhas”



<p><b>NOME DO PROJETO</b></p> <p>“Parceria com o atelier de costura Chá de Agulhas”</p>	<p><b>ENTIDADE PARCEIRA</b></p> <p>Atelier de costura Chá de Agulhas</p>
<p><b>CONTEXTUALIZAÇÃO</b></p> <p>A Portaria n.º 275-A/2012, de 11 de setembro, define o Currículo Específico Individual (CEI), como uma medida educativa que prevê alterações significativas no currículo comum de acordo com o seu nível de funcionalidade. O tipo de modificações a realizar no currículo deverá dar resposta às necessidades mais específicas deste. Este tipo de currículos assenta numa perspetiva curricular funcional, e tem por objetivo facilitar o desenvolvimento de competências pessoais e sociais e de autonomia.</p> <p>Pretende-se que estes currículos: tenham um caráter funcional e as atividades propostas sejam úteis para a vida presente e futura do aluno. A seleção das competências a desenvolver deve ter como critério a sua aplicabilidade nos diferentes contextos de vida do aluno e a aprendizagem das competências definidas deve ser, sempre que possível, realizada nos contextos reais por forma a dar-lhes significado. As atividades devem estar relacionadas, sempre que possível, com a idade cronológica e interesses do aluno.</p> <p>Os alunos com CEI/PIT, não estão sujeitos às matrizes curriculares definidas para os restantes alunos. Podem usufruir de disciplinas com conteúdos programáticos, objetivos gerais, objetivos específicos e desenvolver atividades, que se afastam do currículo comum, denominadas disciplinas não curriculares que melhor se adequem ao perfil de funcionalidade do aluno.</p> <p>O artigo 4.º da Portaria nº 275-A/2012, de 11 de setembro, explicita que para implementar e desenvolver os CEI, os Agrupamentos de Escolas devem estabelecer parcerias. Neste sentido, o Agrupamento de Escolas de Montemor-o-Novo cria parcerias com várias instituições, entre elas, as empresas.</p> <p>O <i>atelier</i> de costura Chá de Agulhas é uma das entidades parceiras no âmbito dos alunos com CEI/PIT, onde estes podem desenvolver algumas atividades na área da costura.</p>	

**OBJETIVOS**

1. Ajudar os alunos com CEI/PIT a tornarem-se economicamente ativos e contribuir para o desenvolvimento das suas capacidades necessárias.
2. Proporcionar aos alunos com CEI/PIT uma formação nas áreas que correspondem às expectativas e às exigências sociais, com especial relevância para as da comunicação, incluindo experiência direta em situações reais de trabalho.

**INTERVENIENTES**

Alunos dos Cursos CEF do Agrupamento de Escolas de Montemor-o-Novo;  
Professores do Agrupamento de Escolas;  
Direção do Agrupamento de Escolas.

**PROJETOS, ATIVIDADES, AÇÕES DESENVOLVIDOS**

Os alunos desenvolvem o seu Plano Individual de Transição, através de experiência direta em situações reais de trabalho, fora da escola.

As atividades realizadas, neste caso específico, na área da costura, correspondem a programas específicos de transição e treino vocacional que os prepara para, depois de saírem da escola, serem membros independentes e ativos das respetivas comunidades.

## ANEXOS

Anexo I – Bolsas de Estudo para o Ensino Superior  
atribuídas pela Câmara Municipal de Montemor-o-  
Novo



### Bolsas de Estudo para o Ensino Superior 1988/89 a 2017/18 (30 anos)

Ano letivo	Nº de Bolsas Atribuídas	Valor Total
1988/1989	5 Bolsas	750.000 \$
1989/1990	5 Bolsas	850.000 \$
1990/1991	5 Bolsas	950.000 \$
1991/1992	6 Bolsas	1.200.000 \$
1992/1993	6 Bolsas	1.350.000 \$
1993/1994	6 Bolsas	1.500.000 \$
1994/1995	6 Bolsas	1.500.000 \$
1995/1996	6 Bolsas	1.590.000 \$
1996/1997	6 Bolsas	1.668.000 \$
1997/1998	6 Bolsas	1.740.000 \$
1998/1999	6 Bolsas	1.800.000 \$
1999/2000	6 Bolsas	1.800.000 \$
2000/2001	6 Bolsas	1.920.000\$
2001/2002	6 Bolsas	1.980.000 \$
2002/2003	6 Bolsas	10.200,00 €
2003/2004	8 Bolsas	14.000,00 €
2004/2005	10 Bolsas	18.000,00 €
2005/2006	10 Bolsas	19.000,00 €
2006/2007	10 Bolsas	20.000,00 €
2007/2008	10 Bolsas	20.000,00 €
2008/2009	24 Bolsas	31.500,00 €
2009/2010	41 Bolsas	41.750,00 €
2010/2011	47 Bolsas	42.800,00 €
2011/2012	51 Bolsas	48.800,00 €
2012/2013	58 Bolsas	51.250,00 €
2013/2014	67 Bolsas	58.700,00€
2014/2015	63 Bolsas	60.600,00 €
2015/2016	76 Bolsas	72.650,00 €
2016/2017	87 Bolsas	83.910,00 €
2017/2018	98 Bolsas	87.500,00 €
	<b>747 Bolsas Atribuídas</b>	

Fonte: Câmara Municipal de Montemor-o-Novo